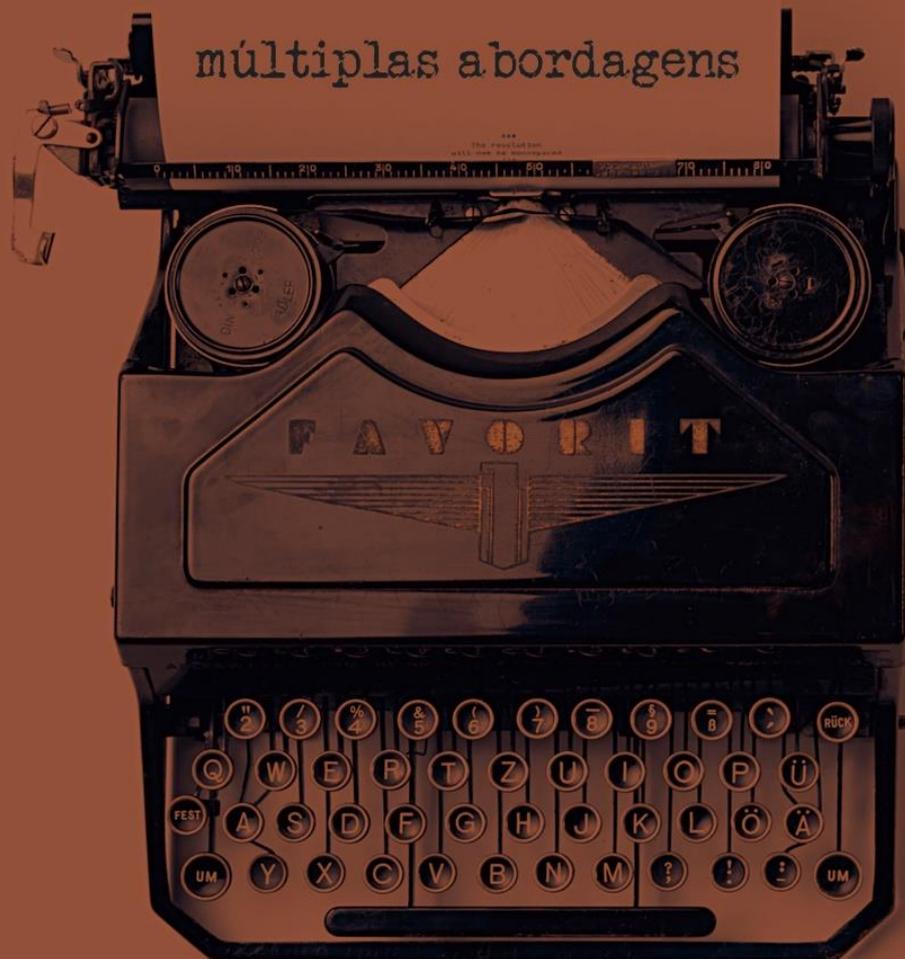


ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA
EDGAR AVILA GANDRA
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM MOVIMENTO



VOLUME 2


Fundação
Casa Letras
CASA LETRAS

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM MOVIMENTO

múltiplas abordagens



VOLUME 2



CASALETRAS
Porto Alegre
2020

Copyright ©2020 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Casalettras.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:
Thiago Cedrez da Silva

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H67399 História em movimento: múltiplas abordagens (vol. 2) / Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra e Elvis Silveira Simões (Orgs.) [Recurso eletrônico]
Porto Alegre: Editora Casalettras, 2020.

377p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-86625-10-3

1. História - 2. Historiografia - 3. Temas de historiografia - I. Silva, Thiago Cedrez da - II. Gandra, Edgar Ávila - III. Simões, Elvis Silveira
IV. Título.

CDU: 98(0499)

CDD:981



EDITORA CASALETTRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com

www.casalettras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra, Elvis Silveira Simões	5
1. QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA	
Ana Carolina Martinez, Bruno Corrales Pereira, Raul Dias Godinho	10
2. “INSTITUTO IMPERIAL DE SURDOS MUDOS”: A HERANÇA DE UM IMPERADOR	
Beatriz de Fátima Santos Monteiro Maria.....	24
3. AS MISSÕES NA PROVÍNCIA REDENTORISTA DO RIO E A NOVIDADE DA INSERÇÃO	
Bruno Alves Coelho	34
4. O MITO NAPOLEÔNICO NAS ENTRELINHAS DA GAZETA DO RIO DE JANEIRO	
Carolina Ramos de Souza	60
5. O SIGNO DA MELANCOLIA: A CONFIGURAÇÃO DA IDEIA MELANCÓLICA NO DIÁRIO PESSOAL DE ALCIDES ARGUEDAS	
Cláudio Diniz	71
6. A FESTIVIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA EM VILA DO CONDE: UM ELEMENTO SIMBÓLICO E UNIFICADOR DA COMUNIDADE.	
Cleudson Ricardo Paz Guimarães	93
7. DEZESSEIS DE JULHO: UMA FESTA COMO DIFERENTES DISCURSOS NA CIDADE DE BORDA DA MATA, SUL DE MINAS GERAIS.	
Cleyton Antônio da Costa	110
8. A CULTURA ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO (1763-1808)	
Cristiane Fernandes Lopes Veiga.....	121
9. IDENTIDADE E LUTA: O MOVIMENTO POR DIREITOS CIVIS, O RECONHECIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA (1955-1981)	
Daiani da Silva Barbosa	138
10. A MÚSICA E SUA CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE SABERES E NO ENSINO DE HISTÓRIA	
Deise Beatriz Soares Melo, Luiz Carlos Pires Melo Júnior	152
11. A CIÊNCIA E SEUS CARRASCOS: ENTRE ACUSAÇÕES E CONDENAÇÕES NO LIMAR DA MODERNIDADE.	
Diego Pimentel de Souza Dutra	164
12. NAS TRAMAS DA HISTÓRIA: OFICIAIS DO EXÉRCITO E A SUA TRAJETÓRIA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1900-1930)	
Fabíola Peres de Souza	178
13. RITOS DE FOGO: CRENÇAS E SIMPATIAS DOS MORADORES DE SALGADINHO-PB NAS FOGUEIRAS DAS FESTAS JUNINAS (1980-1990)	
Ivo Fernandes de Sousa.....	193

14. O TREM DE FERRO NO CEARÁ: MEMÓRIAS DE EX-FERROVIÁRIOS DA ANTIGA RFFSA	
Jaciara Azevedo Rodrigues	202
15. GOLPE CIVIL-MILITAR E O USO PÚBLICO DA HISTORIOGRAFIA: PEQUENO BALANÇO	
Jonathan Soares de Souza	215
16. “O POVO EXIGE ANISTIA”: LINHAS GERAIS SOBRE A MOVIMENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DESDOBRAMENTOS DA LEI DE ANISTIA (1979)	
Jonathan Soares de Souza	225
17. OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA EM HISTÓRIA REGIONAL	
Leandro do Carmo Quintão	237
18. MATERIAL DIDÁTICO & IDEOLOGIA	
Enio Souza Sieburger, Letícia Oliveira Borges, Odilon Júnior Leston	256
19. UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO VAQUEIRO E DA FÉ CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRAS NO ESTADO DO PIAUÍ	
Ana Ligia T. C. C. Lima	286
20. TÚMULOS, ESPAÇOS DE TOPOFILIA E TRANSCENDÊNCIA	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	297
21. O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: MEMES COMO RECURSOS DIDÁTICOS	
Marcos Vinícius Constança de Oliveira	308
22. CONCEITUANDO O GOLPE: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O GOVERNO MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	
Paula Eloise Santos	315
23. GÊNERO, DIVERSIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO.	
Ramon do Rosário Coelho	326
24. “MULHERES PODEM TRABALHAR AQUI?”: AS LIMITAÇÕES SOCIAIS IMPOSTAS AO FEMININO NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI	
Raquel da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva, Alexandre Cesar Oliveira Torres	336
25. DO QUE SE TRATA DE COMO O IDEAL DA CAVALARIA FOI SUBVERTIDO POR DOM QUIXOTE	
Sidinei de Araujo Lemes	348
26. CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES NA GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)	
Marcos Vinícius Luft	357
SOBRE OS ORGANIZADORES	375

APRESENTAÇÃO:

A obra *História em Movimento* Volume II é composta por uma série de artigos que reflete uma perspectiva de conhecimento histórico engendrada em uma rede de relações sócio-históricas. A reflexão do passado dá-se no prisma de interpretação que o enxerga como “vivo, isto é, que o passado se efetiva no diálogo com o presente e manifestando-se no mundo da vida em nossa memória, nos diálogos, nas mais diversificadas relações sociais, em suma, na sociedade de forma cotidiana.

Com efeito, ao reunir uma diversificada temática de pesquisas, buscou-se possibilitar a nosso interlocutor criar múltiplos pontos de vistas, ampliando a perspectiva sobre temas de teoria da história, metodologia e historiografia. Os ensaios abaixo elencados versam sobre uma gama variada de questões, tais como: gênero, patrimônio, minorias, memórias, ensino de história, cultura. No total de 51 artigos, organizados em dois volumes, com 26 artigos estão neste.

Esta coletânea, *História em Movimento* Volume dois, é composta pelos seguintes artigos:

No primeiro artigo desta coletânea intitulado: **“QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA”**, os autores Ana Carolina Martinez, Bruno Corrales Pereira e Raul Dias Godinho analisaram como o público se apropriou das narrativas e desenvolveu as suas próprias, sob ótica da história das relações de gênero. O estudo teve a origem na ação educativa formulada durante o lapso temporal do curso da disciplina de Estágio em Docência em História - Educação Patrimonial da UFRGS, realizada junto ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Conforme os pesquisadores, a ação problematizou narrativas produzidas a partir do feminicídio de Maria Francelina Trenes, conhecido em Porto Alegre como lenda da Maria Degolada.

O segundo artigo: **“INSTITUTO IMPERIAL DE SURDOS MUDOS”: A HERANÇA DE UM IMPERADOR**, de Beatriz de Fátima Santos Monteiro Maria, lançou luz a compreensão da importância do imperador Dom Pedro II para os projetos educacionais no Brasil, sobretudo, na educação dos surdos. De acordo com a autora, “O imperial instituto dos surdos mudos”, foi extremamente relevante para a emancipação de uma comunidade considerada, até então, incapaz. As correspondências entre o imperador, e um professor francês: Ernest Huet, concretizaram-se e criaram o maior centro de referência na educação dos surdos da América oitocentista.

O terceiro artigo intitulado: **“AS MISSÕES NA PROVÍNCIA REDENTORISTA DO RIO E A NOVIDADE DA INSERÇÃO”**, de Bruno Alves Coelho, trabalha a realidade das missões populares na Província Redentorista do Rio de Janeiro. Demonstrando a importância da compreensão da novidade trazida por esta missão à província, realizando um recorte histórico sobre os o entendimento dos redentoristas de missão, desde sua fundação em 1732. Logo após, estruturar o alicerce do conceito e da prática missionária na congregação redentorista, o pesquisador dirige, de forma contundente, sua pesquisa sobre o grupo específico de missionários nos meados desse século.

O quarto artigo: **“O MITO NAPOLEÔNICO NAS ENTRELINHAS DA GAZETA DO RIO DE JANEIRO”**, de Carolina Ramos de Souza, apresenta como objetivo central a investigação da construção do mito napoleônico nos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da coroa portuguesa no Brasil, entre os anos de 1808 e 1821. Partindo do pressuposto de que as guerras promovidas por Napoleão foram as responsáveis pela transferência da sede do trono português para o Brasil, a autora

analisa a representação atribuída a figura de Napoleão por meio de expressões veiculadas nos artigos da *Gazeta*.

O quinto artigo: **“O SIGNO DA MELANCOLIA: A CONFIGURAÇÃO DA IDEIA MELANCÓLICA NO DIÁRIO PESSOAL DE ALCIDES ARGUEDAS”**, de Cláudio Diniz, a autora contribui para elucidar quais foram as redes intelectuais e contextuais compartilhadas por Arguedas e os tópicos principais abordados por ele na composição do seu diário pessoal. Ademais, apresentou os elementos motivadores da escrita do *Diário* e os pilares metodológicos de sua construção. De onde surgiu a seguinte tese: quais são os limites ficcionais do diário pessoal de Arguedas e quais são os critérios que possibilitaram a construção melancólica desse documento.

O sexto artigo intitulado: **“A FESTIVIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA EM VILA DO CONDE: UM ELEMENTO SIMBÓLICO E UNIFICADOR DA COMUNIDADE”**, de Cleudson Ricardo Paz Guimarães, abordou a festividade de São João Batista em Vila do Conde, na cidade de Barcarena, estado do Pará. Ao realizar o estudo a autora levou em consideração a sua historicidade evangelizadora. Com efeito, destacou como ponto de análise, a festividade como um elemento simbólico e unificador da comunidade. Estabelecendo, assim, uma mentalidade coletiva e unificadora entre seus participantes.

O sétimo artigo: **“DEZESSEIS DE JULHO: UMA FESTA COMO DIFERENTES DISCURSOS NA CIDADE DE BORDA DA MATA, SUL DE MINAS GERAIS”**, de Cleyton Antônio da Costa, ampliou a compreensão e problematização dos diferentes discursos da festa municipal, que ocorre no dia 16 de julho. Segundo o autor, o discurso é constituído de duas partes fundamentais: uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo, e outra a emancipação política administrativa da cidade. O local de ocorrência do evento festivo é a cidade de Borda da Mata, no sul do estado de Minas Gerais.

O artigo oitavo: **“A CULTURA ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO (1763-1808)”**, de Cristiane Fernandes Lopes Veiga, temos uma pesquisa dividida em quatro partes. A primeira trata dos tipos de frutas que eram cultivados na cidade e em seus arredores. Na segunda, a pesquisadora examinou quais mantimentos eram produzidos e estavam à disposição para o consumo ou venda nas propriedades agrícolas. Na terceira parte, refletiu sobre qual a importância da criação de animais para a dieta da população. Por último, observou quais produtos estavam disponíveis para a população nas vendas e boticas da sede do vice-reino.

No nono artigo: **“IDENTIDADE E LUTA: O MOVIMENTO POR DIREITOS CIVIS, O RECONHECIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA (1955-1981)”**, Daiani da Silva Barbosa, demonstra que o Movimento por Direitos Civis representou uma ruptura no modo de vida americano erguido sobre o racismo. Apresentando as diversas disputas ideológicas em torno do movimento negro, nos Estados Unidos, entre 1955 e 1981. Período caracterizado pela ação não violenta, pelo nacionalismo negro, bem como pela atuação política, social e cultural do Partido dos Panteras Negras. Afirmando que os últimos contribuíram para a construção da identidade negra, embora entendendo que o movimento não foi coeso e que, por isso mesmo, as divergências internas foram decisivas no desenrolar do conflito. Além disso, aborda o nascimento de um novo sistema de segregação racial.

O décimo artigo: **“A MÚSICA E SUA CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE SABERES E NO ENSINO DE HISTÓRIA”** Deise Beatriz Soares Melo, Luiz Carlos Pires Melo Júnior, compreende que a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica abre um leque de possibilidades para realização de atividades interdisciplinares, além disto, inseri o aluno no universo técnico, artístico, cultural e sensorial ao qual a música está relacionada. Para os autores, através da

música, estabelece uma ampliação de possibilidades no trabalho de questões históricas, sociais, filosóficas, bem como aspectos da língua portuguesa.

O décimo primeiro artigo: **“A CIÊNCIA E SEUS CARRASCOS: ENTRE ACUSAÇÕES E CONDENAÇÕES NO LIMAR DA MODERNIDADE”**, de Diego Pimentel de Souza Dutra, discorre sobre os séculos XVI e XVII, em que o confronto travado entre setores conservadores da sociedade e personagens adeptos de uma nova concepção de saber foi bem acirrado. Resultando na condenação de eruditos fundamentais no processo de nascimento da ciência moderna. Desta forma, o artigo visa discutir tais embates nas figuras de Nicolau Copérnico, Giordano Bruno e Galileu Galilei, demonstrando de que maneira a rejeição e o descrédito da Ciência, tão presente nos dias atuais, sempre foi um problema a ser encarado pela comunidade científica.

O décimo segundo artigo: **“NAS TRAMAS DA HISTÓRIA: OFICIAIS DO EXÉRCITO E A SUA TRAJETÓRIA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1900-1930)”** de Fabíola Peres de Souza, apresenta uma reflexão sobre o decorrer da primeira República e, posteriormente, nos governos de Getúlio Vargas. Neste contexto, o exército atuou diretamente na política do estado brasileiro, como se comprava com o apoio de parte da força ao golpe do Estado Novo e a deposição do governo varguista. Assim, com base no método prosopográfico, demonstrou-se como no decorrer das suas trajetórias existe a formação de uma estrutura forjada no tensionamento entre agente e estrutura, bem como, num conjunto de conflitos experienciados pela república brasileira.

O décimo terceiro artigo: **“RITOS DE FOGO: CRENÇAS E SIMPATIAS DOS MORADORES DE SALGADINHO-PB NAS FOGUEIRAS DAS FESTAS JUNINAS (1980-1990)”** de Ivo Fernandes de Sousa, apresenta uma análise, baseado na história cultural, das práticas desenvolvidas pelos moradores do município de Salgadinho – PB. Relacionando às crenças ritualísticas realizadas nas fogueiras das festas juninas, em especial, a de Santo Antônio, a de São João e a de São Pedro, a uma importante forma de demonstração de prática de fé da população local e como esta população apresenta a sua relação com sagrado.

O décimo quarto artigo: **“O TREM DE FERRO NO CEARÁ: MEMÓRIAS DE EX-FERROVIÁRIOS DA ANTIGA RFFSA”** de Jaciara Azevedo Rodrigues, evidencia o conjunto de práticas socioculturais de trabalhadores da ferrovia cearense, para (re)conhecer suas ações socialmente, sobretudo tornar visíveis as lembranças do “tempo do trem”. A partir do método da História oral, esta pesquisa adentrará no mundo do trabalho desses indivíduos, debruçando-se sobre a história cotidiana dessa coletividade.

O décimo quinto artigo: **“GOLPE CIVIL-MILITAR E O USO PÚBLICO DA HISTORIOGRAFIA: PEQUENO BALANÇO”**, de Jonathan Soares de Souza, demonstra que a produção historiográfica sobre o golpe civil militar de 1964 é extensa e variada. Segundo o autor, as versões variam de acordo com tendências, visões e posições teóricas. Logo, a pesquisa buscou apresentar um pequeno balanço de algumas obras e autores que são centrais na abordagem dessa temática, que não só permita enxergar a profusão dos debates sobre a ditadura, como também tentar vislumbrar um pouco dos caminhos percorridos pela memória nacional ao fim de um período tão traumático.

O décimo sexto artigo: **“O POVO EXIGE ANISTIA”: LINHAS GERAIS SOBRE A MOVIMENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DESDOBRAMENTOS DA LEI DE ANISTIA (1979)”**, também de Jonathan Soares de Souza, apresenta em linhas gerais um pequeno panorama sobre as manifestações no Brasil da campanha pela Anistia

política no país durante os anos de 1978 e 1979. Afirmando que são as urgentes e atuais questões em torno da Lei de Anistia, aprovada neste período, que comumente ocupam as páginas dos trabalhos acadêmicos.

O décimo sétimo artigo: **“OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA EM HISTÓRIA REGIONAL”**, de Leandro do Carmo Quintão, investiga as interpretações acerca do sistema político da Primeira República, especialmente no que tange às modalidades de classificações criadas pelos historiadores. A partir desta ótica historiográfica, o autor realizou um balanço sobre as principais obras que versam sobre o assunto, apontando de forma incisiva as suas limitações analíticas.

O décimo oitavo artigo: **“MATERIAL DIDÁTICO & IDEOLOGIA”** de Enio Souza Sieburger, Letícia Oliveira Borges, Odilon Júnior Leston, analisou o uso de materiais didáticos pelos regimes de viés autoritário no Brasil. Demonstrando que o regime antidemocrático utilizou estes materiais, para fins de disseminação de suas ideologias e manutenção do poder, ao longo do o Séc. XX. Aponta, ainda, que essa metodologia é realizada de uma forma constante, uma prática que se repete no devir histórico destes governos repressivos.

O décimo nono artigo: **“UM ESTUDO SOBRE AS INFLUENCIAS DO VAQUEIRO E DA FÉ CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRAS NO ESTADO DO PIAUÍ”**. de Ana Ligia T. C. C. Lima, aponta para as influências do vaqueiro e dos festejos do Estado do Piauí. Tendo como telos a construção da sociedade barrense, a partir de aspectos históricos relevantes do povoamento do Piauí, invariavelmente realizado através da inserção do gado como vetor da expansão econômica, social e cultural que culminou com o surgimento das fazendas e currais, onde Barra se organiza enquanto povoação.

O vigésimo artigo: **“TÚMULOS, ESPAÇOS DE TOPOFILIA E TRANSCENDÊNCIA”** de Marcia Regina de Oliveira Lupion, discorre sobre os túmulos como espaços de Topofilia e transcendência a partir da visitas do túmulo Bernardo Cnudde. Bernardo é um padre conhecido por promover curas e exorcismos na cidade de Maringá no Paraná. Analisando a relação no pós-morte com o padre que foi seu conhecido e com o qual puderam contar em momentos de alegria e de aflição. Para este estudo a autora realizou um trabalho de campo nas dependências do cemitério municipal, com o objetivo de observar as formas de agir dos visitantes. Essas visitas foram analisadas segundo pressupostos antropológicos e históricos acerca dos gestuais humanos e suas simbologias *in loco*.

O vigésimo primeiro artigo: **“O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: MEMES COMO RECURSOS DIDÁTICOS”**, de Marcos Vinícius Constança de Oliveira, disserta sobre a utilização de memes como recursos para o desenvolvimento de aulas mais atrativas, que auxiliem o professor e o aluno na construção do saber histórico. Partindo dessa perspectiva, o autor estuda como utilizar a tecnologia e seus conteúdos como recursos auxiliares ao ensino e aprendizagem da História. Partido de uma ótica pedagógica freiriana, aponta que o estudante não é uma página em branco a ser preenchida com o conhecimento do professor. Tampouco o docente tem o dever de apenas transmitir informações, mas sim de construir o conhecimento. Com efeito, partindo do conhecimento de base do educando, o educador tem o papel de mediador na construção dos saberes.

O vigésimo segundo artigo: **“CONCEITUANDO O GOLPE: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O GOVERNO MILITAR NO BRASIL (1964-1985)”**, de Paula Eloise Santos, investiga *as principais obras e produções acadêmicas sobre o governo dos militares, tencionando o*

reconhecimento de como os autores trabalham com os conceitos terminológicos. Ademais, aprofunda ao explicar como estes termos aplicam-se e como cada um dos autores atribui um sentido e uma visão distinta sobre o mesmo evento histórico.

O vigésimo terceiro artigo: “**GÊNERO, DIVERSIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO**”, de Ramon do Rosário Coelho, aborda o ensino da história frente às relações de gênero e diversidade no ensino médio. Segundo o autor, o seu contato direto com as bibliografias sobre o assunto despertaram o interesse de aprofunda-se nesta temática, demonstrando como essencial a problematização das questões de gênero e diversidade na práxis escolar.

O vigésimo quarto artigo: “**MULHERES PODEM TRABALHAR AQUI?**”: **AS LIMITAÇÕES SOCIAIS IMPOSTAS AO FEMININO NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI**, de Raquel da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva, Alexandre Cesar Oliveira Torres, circunscreve uma análise sobre a participação das mulheres na Ciência e Tecnologia. A partir de relatos orais de professoras da área de Engenharia da Universidade Federal de Campina Grande (PB), os autores apontam como ocorre a resistência ao feminino na academia, bem como, a formação/prática discursiva que limita a atuação de mulheres. Por fim, para comprovar sua tese, demonstra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que optam por trabalhar com ciência e tecnologia.

O vigésimo quinto, denominado: “**DO QUE SE TRATA DE COMO O IDEAL DA CAVALARIA FOI SUBVERTIDO POR DOM QUIXOTE**”, de Sidinei de Araujo Lemes, analisa como a obra *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* (primeira parte) de Miguel de Cervantes - publicada pela primeira vez em 1605 – que tem como protagonista, um cavaleiro, subverte o ideal de cavalaria proposto por Ramon Llull em *O Livro da Ordem de Cavalaria* (2010).

O vigésimo sexto e último artigo desta obra, denominado **CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES NA GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)** de Marcos Vinícios Luft discute a Guerra da Cisplatina. Enfoca na contraposição entre dois grupos: os militares, que estavam na linha de combate, e as autoridades civis, com destaque para os funcionários ligados às administrações municipais, em especial as judiciárias.

A apresentação inicial¹ do segundo volume da coletânea: História em Movimento buscou demonstrar o objetivo central de cada artigo presente nessa obra, sem deixar de ressaltar que o conhecimento do pensamento histórico é essencial para construção de uma consciência coletiva, na medida em que este conhecimento habilita a compreensão sobre o papel do sujeito enquanto agente histórico. Sujeito que se efetiva nas tramas de relações sociais em diferentes contextos, épocas, espaços geográficos, culturas, mas em permanente diálogo com o devir histórico. Buscou-se, apresentar aqui, múltiplas perspectivas, realizadas por pesquisadores nacionais e internacionais, com o escopo central de construir uma abordagem mosaica das relações sociais edificadas historicamente. Portanto, entendemos que quanto mais perspectivo e aprofundado for o olhar que tivermos sobre um tema de pesquisa, maior será nossa compreensão sobre o assunto. Rompendo, assim, com uma postura dogmática que apresenta apenas uma visão unilateral do cognoscível e abrindo o leque conceitual para as multiplicidades de interpretações históricas presentes no conhecimento humano.

¹ Apresentação: Thiago Cedrez da Silva, Edgar Ávila Gandra, Elvis Silveira Simões.

Desejamos a todos votos de boa leitura e reflexões!

Os organizadores.

QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA

Ana Carolina Martinez²
Bruno Corrales Pereira³
Raul Dias Godinho⁴

Resumo: Este artigo se origina da proposta de ação educativa formulada na disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial da UFRGS, realizada junto ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. A ação problematizou narrativas produzidas a partir do feminicídio de Maria Francelina Trench, conhecido em Porto Alegre como lenda da Maria Degolada. Visa-se analisar, sob ótica da história das relações de gênero, como o público se apropriou das narrativas e desenvolveu as suas próprias. Conta-se com dois cadernos interativos criados para as (e através das) atividades, bem como fotografias e bibliografias produzidas a partir desta ação.

Palavras-chave: Patrimônio; educação; gênero; narrativa; ensino de história.

“Quem conta um conto aumenta um ponto”

O presente artigo se origina da proposta de ação educativa solicitada como requerimento parcial para aprovação na disciplina de Estágio de docência em História - Educação Patrimonial do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A preparação e exposição da ação foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2019, sendo realizadas ao total seis mediações com grupos de estudantes das redes estaduais de ensino (pública e privada), assim como participantes privados e de diversas idades. Como sede das práticas foi estabelecida a instituição Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, no Centro Histórico de Porto Alegre. O museu propôs a montagem de uma nova exposição que atraísse o público escolar durante o período da Feira do Livro de Porto Alegre, partindo da perspectiva de “contar histórias”. Assim, foi construída uma exposição que pensasse o imaginário social de Porto Alegre e que revelasse como uma história possui potencial para assumir diversas narrativas ao longo do tempo, e como podemos analisá-las historicamente.

A via escolhida para desenvolver essas ideias foi a lenda urbana da Maria Degolada. Pensou-se desde o início em como gerar o engajamento dos estudantes com as mediações: a determinação do tema auxiliou a articular com o público importantes conceitos da História e das ciências humanas como narrativa, memória, territorialidade, história oral e imprensa. A exposição também possibilitou trabalhar conceitos ligados a discussões de gênero, em função de como a lenda tem origem em um caso de feminicídio. Apesar de não existir legislação para assim classificar o caso à época, o termo foi utilizado na medida em que entende-se que o passado e o presente se fundem nesse momento em particular, não constituindo, portanto, um anacronismo. O

² Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduanda no Bacharelado em História pela mesma instituição.

³ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Mestrando em História pela mesma instituição. Ainda pela UFRGS, cursa o Bacharelado em História.

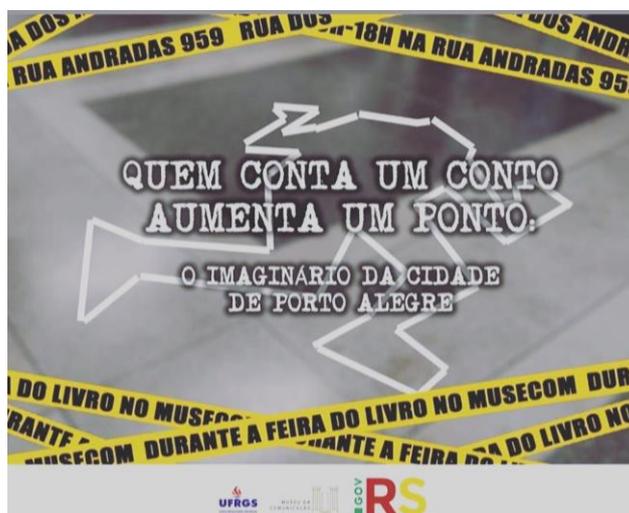
⁴ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduando em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade.

feminicídio, enquanto caracterizado como um crime de ódio no presente, tem seus ecos anteriores no passado, como observado na narrativa trabalhada durante a mediação.

Por se tratar de um crime de ódio contra a mulher, foram abordadas ainda questões como feminicídio, machismo, misoginia, estupro, abuso sexual, e feminismo. Além disso, foram estabelecidas conexões entre tais debates com o acervo disponível no museu, com conceitos históricos gerais e com os contextos sociohistóricos dos agentes abordados. Isso possibilitou que também fossem tratados assuntos como urbanização, racismo, gentrificação e relações de trabalho.

A ação educativa planejada levou o título “Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre” e buscou contrastar e analisar criticamente, junto com o público, as narrativas produzidas acerca de um mesmo acontecimento: o assassinato sofrido pela jovem Maria Francelina Trenes, na periferia porto-alegrense de 1899. O cartaz de divulgação da ação educativa foi produzido pelo museu para dar visibilidade e atrair o público, e pode ser observado na imagem 1.

Imagem 1: Cartaz de divulgação da ação educativa, criado por iniciativa do próprio Museu da Comunicação.



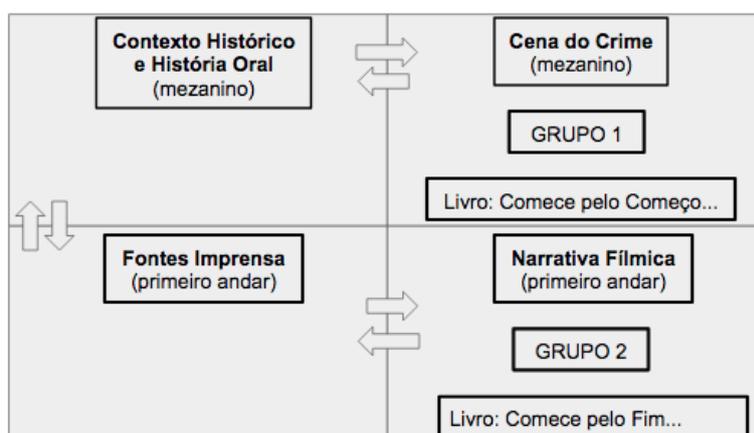
Dentro do supracitado assunto, foram estabelecidos diversos recortes temáticos, em parte baseados no acervo já em exposição do Museu da Comunicação, em parte utilizando de criações autorais e acervos ainda não utilizados pela instituição. A cada recorte foi concedido uma ala do espaço físico disponibilizado, totalizando quatro pequenas seções com diferentes objetos e formas: um deles dedicado às narrativas cinematográficas, outro às narrativas periódicas; a terceira, à narrativa histórica e oral e a última, à narrativa ficcional (ou criminal).

A ação educativa foi pautada pela interação dos alunos e alunas com o ambiente que lhes foi apresentado. O objetivo foi permitir a circulação e formação própria de histórias sobre o que a exposição tratava. Desta forma, procurou-se seguir o caminho contrário à chamada “pedagogia do não” que, segundo Lana Mara Siman (2013), passa uma visão utilitarista da cultura ao estabelecer limites rígidos entre o que é permitido ou não fazer em relação aos acervos museais. Com base nisso, seguiu-se uma “rotina” equilibrada dentro das mediações: em primeiro lugar, acompanhar as turmas pelas escadarias do Museu da Comunicação, para então chegar na sala utilizada como espaço educacional. Ali, se explicava a metodologia das atividades.

As turmas, que variaram entre 30 e 45 estudantes, somados a 2 ou 4 professores de diferentes matérias, eram subdivididas em dois grupos menores. O mesmo processo se deu com o público não escolar. Cada um destes grupos era guiado por uma dupla de mediadores pelos diferentes espaços preparados para a ação, com cada dupla de estagiários realizando um sentido do percurso por vez. O grupo de mediadores era composto por três homens e uma mulher e as atividades duravam em torno de 80 minutos ao total, da chegada dos estudantes ao fim da ação educativa. Apesar de não compor o rol de autores deste artigo, Daniel Tietz Quadrado foi o terceiro colega do gênero masculino a formar o grupo de mediadores, contribuindo, assim, para a concretização das discussões aqui presentes.

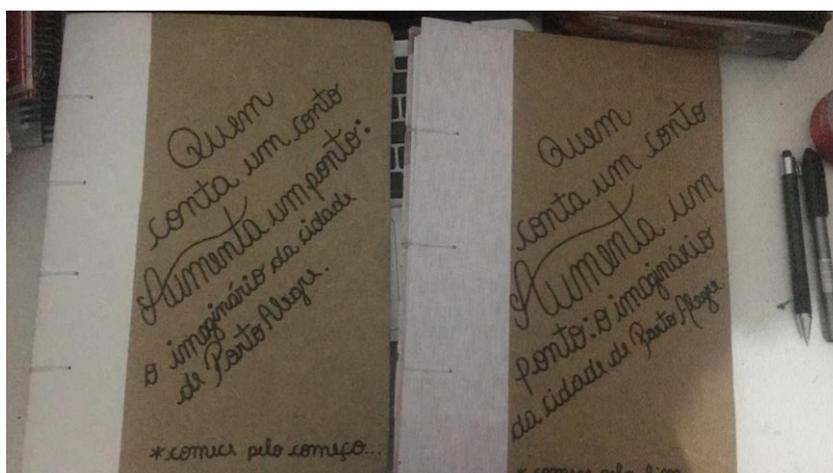
O primeiro grupo seguia o sentido “do começo”, passando respectivamente: 1) pela representação lúdica da cena do crime (a história da vítima e de seu assassinato), 2) pelo espaço do contexto histórico e da história oral desenvolvida a partir do fato, 3) pelo maquinário e pelas fontes de imprensa e como a vítima foi representada nesse meio e, por fim, 4) pelo espaço do acervo fílmico onde foi trabalhado o arquétipo que permitiu que a vítima fosse transformada em Maria Degolada. O segundo grupo faria o caminho inverso (iniciando pelo 4 e terminando no 1) mas executaria as mesmas dinâmicas, não havendo perda de conteúdo em nenhuma das dinâmicas do circuito, conforme a imagem 2.

Imagem 2: Os caminhos da mediação.



Durante todas as mediações, foram colocados à disposição das turmas dois cadernos produzidos pelos mediadores com perguntas previamente elaboradas sobre os trajetos percorridos, como pode ser observado na imagem 3.

Imagem 3: Cadernos produzidos a partir da mediação participativa.



Cada grupo circulou com um caderno, respondendo coletiva ou individualmente. As perguntas tinham como intenção instigar a participação dos alunos e alunas, algo que acabou dando bons resultados – para citar um exemplo, o caderno “Comece pelo começo...” foi composto por 45 perguntas, das quais apenas 9 não receberam respostas. As respostas poderiam ser dissertativas, artísticas (desenhos), líricas (poemas), entre outras, estando a critério da pessoa decidir como e quais questões responder, desde que não respondessem com "sim", "não", "talvez" e "não sei".

O planejamento, portanto, foi de apresentar as diferentes formas de se contar uma história – aqui simbolizada pelo caso de feminicídio do final do século XIX - e as diversas narrativas que podem ser produzidas individual ou coletivamente sobre algo. Ao final de cada mediação, os grupos eram postos frente a frente para debater os pontos que consideraram mais importantes ou interessantes nos trajetos, sendo também convidados a formular a sua própria narrativa sobre o caso de Maria Francelina.

A partir do exposto acima, o presente artigo visa analisar, sob ótica da história das relações de gênero, como o público se apropriou das narrativas e desenvolveu as suas próprias. Dentro dessa linha interpretativa, procura-se desenvolver, além disso, uma reflexão acerca do papel dos mediadores enquanto sujeitos generificados, o que também impactou na produção das narrativas.

Começando pelo fim: cinema, mulheres amaldiçoadas e arquétipo

Para a construção deste texto, será seguido o “caminho” dos estudantes que iniciaram o percurso da mediação pela parte cinematográfica da exposição. Neste primeiro momento, os participantes entraram em contato com o material permanente do museu e com uma série de pôsteres e sinopses de filmes de terror em que mulheres sofreram algum forte trauma (que, geralmente, as levou à morte) e depois dele começaram uma jornada de vingança, tornando-se vilãs ligadas ao sobrenatural. A ideia principal era que os participantes percebessem esse padrão sozinhos, para que depois ele fosse debatido junto ao grande grupo, construindo a associação deste modelo cinematográfico hollywoodiano com lendas urbanas famosas como a Maria Sangrenta, a Loira do Banheiro e a Maria Degolada, foco da atividade.

Um dos motivos para a utilização desses filmes dentro da mediação foi o de introduzir um debate sobre decolonialidade e imperialismo cultural (TOLENTINO, 2018), pois partiu-se da compreensão de que a lenda da Maria Degolada sofreu uma série de mudanças e reinterpretções para se encaixar numa espécie de “arquétipo” da representação feminina ocidental. Neste momento, problematiza-se o “ritual de

invocação” da Maria Degolada e a “punição” aplicada pelo seu fantasma àqueles que não costuravam novamente o seu pescoço (história e aplicação do ritual que são famosos nas diferentes escolas de Porto Alegre e que foi apontado pelos estudantes presentes), entendendo como essa versão da lenda está muito mais próxima da representação de “monstros femininos” em Hollywood do que da “história original” da Maria Francelina que seria trabalhada no decorrer da exposição.

Outro ponto importante trabalhado nesta seção está relacionado à construção de figuras femininas no cinema de horror e como ela liga-se diretamente a angústias sociais típicas da sociedade ocidental. Os diretores e produtores de cinema de horror buscam temas que realmente possam colocar medo no seu público, pois “para alcançar popularidade e interesse, o antagonista precisa causar algum grau de ressonância psicossocial em seus espectadores” (LAROCCA, 2016, p. 44). Para a construção da atividade, assumiu-se que o medo “de ressonância psicossocial” trabalhado pelas obras selecionadas era o de vingança feminina em função dos sofrimentos impostos às mulheres na sociedade. A trajetória de violência sofrida pelas figuras femininas nos filmes presentes na exposição levam-nas ao posto de antagonistas que causam o horror e o medo dentro da narrativa e precisam ser derrotadas. Pode-se dizer que isso se dá, principalmente, porque os cargos criativos de Hollywood são ocupados por figuras masculinas que, com certeza, acabam vendo uma jornada de vingança feminina como algo ameaçador, visto que, se ela fosse se concretizar, ela provavelmente se daria contra os homens. Isso evidencia-se na tabela a seguir que revela a baixíssima presença feminina nos cargos de direção, roteiro e produção.

Tabela 1: Presença feminina em funções criativas dos filmes escolhidos

Filme	Diretor(a)	Roteirista	Produtores(as)
Carrie, a Estranha (1976)	Homem	Homem	Homem
O Chamado (2002)	Homem	Homem	Uma mulher e um homem
No Cair da Noite (2003)	Homem	Quatro homens	Três homens
A Mulher de Preto (2012)	Homem	Mulher	Três homens
Carrie, a Estranha (2013)	Mulher	Homem	Dois homens
Amizade Desfeita (2015)	Homem	Homem	Homem
Renascida do Inferno (2015)	Homem	Dois homens	Três homens
A Autópsia (2016)	Homem	Dois homens	Quatro homens
Quando as Luzes se Apagam (2016)	Homem	Homem	Dois homens

Contudo, quando os cadernos com as impressões dos participantes sobre a exposição são analisados, pode-se perceber que a visão deles sobre essas histórias é bastante diferente da que é vendida pelos filmes. Em muitas das respostas, as mulheres abandonam o posto de vilãs. Eis algumas das respostas sobre a Maria Degolada e as

mulheres “sobrenaturais” dos filmes retiradas do caderno “comece pelo fim”: “Ela sofreu violência e voltou para se vingar de todos”⁵; “São mulheres oprimidas que já sofreram e voltam em busca de justiça!”⁶; “Porque as mulheres são sempre abusadas de uma forma ou de outra, e no pós vida anseiam por vingança”⁷; “São mulheres mortas por um determinado motivo que quando mortas reencarnam com um motivo de vingança”⁸. Na visão dos estudantes, portanto, o campo da imaginação (o cinema e as lendas urbanas) torna-se um espaço em que as mulheres podem buscar reparação e justiça, sendo a violência dessas “assombrações” até mesmo justificada em função dos extremos que os homens e a sociedade por eles comandada criou para elas.

Imprensa: de prostituta a santa

No que diz respeito à imprensa, antes de focarmos na representação do caso de Maria Francelina e suas apropriações pelo público, é necessário trazer certa contextualização. À época do feminicídio, a imprensa brasileira passava por mudanças estruturais, seja no sentido ideológico, seja no sentido técnico, graças à influência crescente da economia capitalista. Até então, prevalecia na imprensa a prática de servir como espaço para organização política e defesa explícita de bandeiras. Isso não terminaria com o advento da República, mas segundo Maria de Lourdes Eleutério (2012, p. 58), “o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia [...]”, dentre os quais os casos de violência resultantes da convivência cidadina. Uma das fontes usadas na atividade, *A Reforma*, surgiu em 1869 como órgão de propagação dos ideais do Partido Liberal, e sofreu oposição a partir de 1884 do periódico inaugurado pelo Partido Republicano, *A Federação*. (RAMOS, 2010, p.9) As disputas entre os dois acirraram-se durante o período republicano, o que indica que suas posturas políticas estavam longe de ser mitigadas pelo contexto. Em relação a este, apenas adaptaram-se (WEIZENMANN, 2015, p.330-333).

Ao ser abordada pela imprensa da época, portanto, Maria Francelina também foi enquadrada em um processo de complexificação das relações entre informação e sociedade. Apesar dos altos índices de analfabetismo, “as questões abordadas e discutidas pelos jornais chegavam até um público maior de diferentes formas, através de conversas e de áreas de influência, principalmente econômica.” (RAMOS, 2010, p.13)

Nesse sentido, foram trabalhadas as fontes a partir de sua agência histórica, problematizando junto aos participantes das mediações quem eram os detentores da palavra impressa no período estudado e quais suas possíveis ideias. Foi discutido sobre as fontes especificamente, e também sobre a estrutura de produção por detrás delas. Tanto o jornal *A Gazetinha*, quanto o jornal *A Reforma* eram publicações correntes do final do século XIX, e por isso, interagiram com as ideias propagadas pela moralidade burguesa, em ascensão desde o meio dos oitocentos. Nesta concepção, além do reforço da mulher como voltada ao lar, “instituíam-se uma ‘natureza feminina’, que unia maternidade, passividade, infantilidade e virgindade em um só gênero”. (CORRALES, 2019, p.20) Mesmo que o crescimento destes preceitos tenha se dado de forma a estruturar a sociedade “não é descabido falarmos que a sua adesão e as formas com que foi concebida variaram de acordo com os recortes de classe, raça e gênero” (CORRALES, 2019, p.20). Para a maioria das mulheres pobres do período essa forma

⁵ Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 2.

⁶ Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 5.

⁷ Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 7.

⁸ Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 5.

de encarar a sociedade nunca foi estritamente seguida por questões financeiras e/ou sociais, e nisso incluímos Maria Francelina. Já a imprensa, por outro lado, fez parte da propagação desses ideais, o que foi coletivamente atribuído durante as mediações como resultado tanto das ideias de progresso do contexto, quanto do monopólio masculino da informação impressa na virada do século.

Em *A Reforma*, lemos sobre o assunto: “A assassinada, bem como outras de igual vida, entregavam-se em companhia de praças da brigada militar a folguedos campestres, bebendo e comendo alegremente”⁹. A prostituição é colocada como a característica central da vida de Maria, como aquilo que a categoriza nesta sociedade. Mesmo que este elemento seja mais um dentre tantos que podemos contestar ou discutir, é inegável que “entre as versões recorrentes está a afirmação de que Maria Francelina era prostituta” (MOURA, 2019, p.22). Na edição de *A Gazetinha*, em dado momento um autor identificado como ‘Zezinho’ comenta que o assassino também seria um desgraçado - um desafortunado -, pois ao ser rejeitado em seu amor, recorreu à violência para sanar¹⁰ sua infelicidade: um homem sem educação, como Bruno Soares, “não sabe conter-se, não pode suffocar a voz do coração, e louco, desvairado, [...] commette crimes monstruosos [...]”¹¹. Durante as mediações, foi observado nos livros produzidos registros como: “Ela [Maria Francelina] foi vítima, mas considerada como culpada pelas circunstâncias do ocorrido”¹², “Que a culpa era dela sempre”¹³, seja pelos julgamentos morais atribuídos pelo seu contexto à sua posição social, seja pelas descrições da ação masculina no crime. Ao mesmo tempo, a pergunta “Você vê ligação entre a imprensa e o caso de Maria Francelina?” não recebeu nenhuma resposta nos cadernos, o que é curioso. Segundo outro escrito, “[...] Ela foi taxada de culpada. E apenas muitos anos depois, viu-se que a culpa não era dela, e ela também foi considerada uma santa”¹⁴. Aqui, a pessoa identificou a problematização trazida por nossa terceira fonte de imprensa, a revista *O Cruzeiro*.

A revista *O Cruzeiro* surgiu em 1928 e logo se tornou uma das mais modernas do país. Aqui, não observamos o caráter de mutação constante da virada do século, sendo a revista um dos melhores exemplos no quesito financiamento capitalista e grande imprensa. Na época da publicação sobre Maria, sua santidade e a comunidade local, a revista vendia por volta dos 700 mil exemplares nacionalmente. (LAURENZA, 2012, p.124) Isso demonstra duas coisas: 1) que a história de Maria Francelina agora estava sendo veiculada Brasil afora, 2) que a ‘impessoalidade’ das publicações havia ganhado força devido os altos investimentos na área. Assim, a mudança do teor das publicações também demonstra como essa lenda se tornou elemento de matéria cultural, em vez de criminalística. Nesta publicação, a narrativa muda: Maria Francelina é chamada de Maria da Conceição, e sua característica principal era ser “linda e alegre”.¹⁵

Transformando narrativas: relações de gênero em perspectiva

⁹ *A Reforma*, 14/11/1899.

¹⁰ A retórica sobre crimes contra a honra ou “por amor” teve grande expressão no início do período republicano. Por ser muito estudada por Sidney Chalhoub em seu clássico livro *Trabalho, Lar e Botequim* (1986), deixamos aqui a leitura do referido livro como indicação para maiores aprofundamentos na temática.

¹¹ *A Gazetinha*, 14/11/1899.

¹² Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 28.

¹³ Caderno “Comece pelo início”, 2019, p.35.

¹⁴ Caderno “Comece pelo início”, 2019, p.38.

¹⁵ *O Cruzeiro*, 06/12/1958

Encerradas as etapas do cinema e da imprensa nesse modelo da exposição, os alunos subiam as escadas para a plataforma elevada do espaço museal onde a segunda metade da atividade se desenvolvia. Ao chegarem nesse novo recinto, encontravam, em uma das paredes, uma série de fotos de Porto Alegre do final do século XIX e começo do século XX (disponibilizadas pela equipe do museu) e, na outra parede, fotos e imagens relacionadas ao Morro da Maria da Conceição, à Santa Maria da Conceição e à própria Maria Francelina, como pode ser observado na imagem 4.

Imagem 4: As muitas Marias se entrelaçam



Além disso, também havia um projetor de slides em que circulavam mais algumas imagens relacionadas à exposição que foram debatidas com os estudantes.

Uma das imagens utilizadas é um suposto retrato da vítima, uma mulher loira, branca, com o cabelo preso em um coque (ver imagem 4). A mulher retratada na verdade é a atriz gaúcha Gabriela Linhares que fez o papel de Maria Francelina em uma peça de teatro sobre o feminicídio, sob a direção de Camilo de Lélis. A imagem, no fim, se trata de um folder de divulgação da peça. (MOURA, 2019, p.25) Através desta, e das demais fotografias, foi problematizado com as turmas quem eram os detentores dos aparelhos fotográficos, e quem costumava ser fotografado no período estudado: longe de abarcar todas as classes sociais e grupos étnicos, o recurso em questão era utilizado politicamente ou apenas por estratos de elite social.

Neste terceiro momento, o principal objetivo era discutir com os estudantes que Porto Alegre era aquela em que a Maria Francelina vivera e que bairro é este em que aconteceu o seu assassinato, e em que sua lenda ganhou vida. Em primeiro lugar, foi discutido junto aos estudantes como o sincretismo religioso fazia parte daquela realidade em função da marcada presença de praticantes de religiões de matriz africana no bairro. Maria Francelina passa a ser ao mesmo tempo Maria Degolada e Maria da Conceição, ganhando um significado importante para a comunidade, que constrói uma capela em sua homenagem. Para o bairro não havia nada de estranho em uma figura ser tão múltipla, afinal, como diz Kerber (2004, p.63), “para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo”.

Entende-se que o antigo “Morro do Hospício” se trata de um bairro periférico da capital ainda hoje (bairro Partenon), se tornando possível, a partir disso, repensar a

cidade atual, buscando entender como se deu o processo de exclusão da população negra e pobre da sua região central, e a formação urbana porto-alegrense como um todo. Questões como acessibilidade urbana e transporte público muitas vezes foram trazidas pelos próprios estudantes que eram de bairros afastados, mas estudavam em colégios centrais como o tradicional Júlio de Castilhos, por exemplo. Através desse diálogo, os estudantes conseguiram construir uma nova visão sobre a cidade ao seu redor e uma compreensão sobre a realidade econômica e social da mesma na época em que aconteceu o crime que ceifou a vida de Maria.

Ela própria teria sido uma imigrante alemã que, empobrecida, também fez parte do contingente de pessoas a ocupar a periferia da capital, ao lado de um misto de grupos socialmente fragilizados: negros (muitos ex-escravizados), brancos migrantes de outras regiões do estado, imigrantes da Europa ou de outros países latinos, além de judeus (ROSA, 2014, p.185). Todos estes grupos passaram a ser colocados de lado e estigmatizados, muitas vezes, sob o termo da “vadiagem” - elemento que moralmente julgava, junto do aparato policial, boas e más condutas, boas e más profissões. Se por um lado a imprensa a colocaria como uma prostituta, por outro, tanto a cultura oral posterior quanto o próprio processo-crime do caso não indicam tal ocupação por parte da vítima (KERBER, 2004, p.67; MOURA, 2019, p.27). Mesmo assim, no ato do crime, o brigadiano Bruno (ou Brum) Soares Bicudo teria assassinado por ciúmes uma “mulher de vida fácil”, ora retratada como sua amada, ora como uma desconhecida.

Uma discussão comum nesta parte da exposição foi sobre a legislação de proteção à mulher, praticamente inexistente à época. Como uma consequência dessa ideia, este momento também tornava-se propício para conversar sobre como constituem-se historicamente as relações de gênero em nossa sociedade, levantando perguntas como “por que precisamos de leis como a Maria da Penha e Lei do Feminicídio?”. Percebe-se, assim como Carla de Moura (2019, p.26) quando essa classifica o feminicídio no caso de Maria Francelina como “uma categoria que pode e deve ser pensada em termos de proveniência, na articulação do corpo com a história. Não se trata, portanto, de anacronismo, mas de genealogia”. A partir desse debate, encaminhava-se para a discussão sobre por que apenas homens deram testemunho durante o processo contra Brum (Bruno) Soares Bicudo e por que o caso de Maria Francelina, em particular, virou lenda e matérias de jornais dentre tantos casos de assassinato ocorridos.

Segundo os cadernos, os participantes da exposição qualificaram o tempo do feminicídio como “uma época que mulher não tinha vez e nem voz”¹⁶, e “[...] sem a *defesa das leis* e da sociedade”¹⁷. Indo mais além, alguém acrescentou: “Que mesmo todos os homens daquela festa estando acompanhados de suas parceiras, logo depois do crime *na hora de testemunhar somente os homens testemunharam*”¹⁸. Segundo o depoimento Felisbino Antero de Medina, “achava-se o depoente, o acusado, a vítima e mais pessoas, *homens e mulheres*” no local do crime. (ARQUIVO PÚBLICO..., 1994, p.34, apud MOURA, 2019, p.32) Todas estas citações devem ser encaradas com base em dois elementos estruturais e estruturantes das relações de gênero no Brasil: o patriarcalismo e a invisibilidade feminina por ele produzida. Compreendendo uma sociedade patriarcal como uma “formação social em que os homens detêm o poder”, (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009. p. 173-178), e que, dentro de suas possíveis características, apresenta “a exclusão feminina de espaços de atuação política e de

¹⁶ Caderno “Comece pelo fim”, 2019, p. 31. Grifo nosso.

¹⁷ Caderno “Comece pelo começo”, 2019, p.16. Grifo nosso.

¹⁸ Caderno “Comece pelo começo”, 2019, p.9. Grifo nosso.

discussão” (CORRALES, 2019, p.20), pode-se entender a razão de ser do silenciamento da palavra feminina no processo-crime estudado.

O crime cometido contra Maria teria sido presenciado por homens e mulheres. A escolha dos aparatos policial e judicial em interrogar apenas os primeiros demonstra uma decisão política, ao mesmo tempo que evidencia o caráter desigual dado às vivências dos gêneros masculino e feminino na virada do século. Assim como a imprensa predominantemente masculina da época, o sistema penal atuou de maneira seletiva, conseqüentemente captando somente o aspecto masculino de interpretação dos fatos. A problematização disso por parte dos estudantes também faz com que percebamos “como o ensino de história atua na reconstrução de narrativas marcadas pela dominação de gênero” (MARTINEZ, 2020, p.429).

Disso pode-se partir também para a análise historiográfica propriamente dita, e para a percepção das lacunas deixadas nas fontes sobre o crime ocorrido. Os privilégios sociais que favorecem o masculino nesta sociedade patriarcal “transform[aram] o homem em um ser que não se percebe como um gênero” (NADER, 2017, p.182). Segundo Michael Kimmel (1998, p.105), isto se dá, em parte, pois “os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro são frequentemente invisíveis àqueles que são, deste modo, privilegiados”. Com isso, o homem passou historicamente a se ver – e se fazer ser visto – como o universal, o indivíduo “padrão”. Nesse sentido, homem se torna sinônimo de humanidade, portanto sua palavra e ações podem ser colocadas como a norma. A ideia dos responsáveis pelo caso à época de que só a opinião masculina sobre o crime merecia destaque faz parte desta noção de legitimidade supostamente neutra do discurso masculino, que além de fazer parte das fontes, também pode ser vista em parte da historiografia sobre esse e outros objetos. Nesta classificação, pode-se ainda ir além: o padrão em nossa sociedade é sinônimo de masculino, heterossexual e branco. Sob este último aspecto, Silvio Almeida (2019, p.78) diz que “ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma”. Mais explicitamente ainda, Adilson Moreira (2019, l. 516-517) afirma que “ser classificado como branco significa que esse indivíduo não pertence a um grupo racial porque apenas minorias raciais possuem raça; pessoas brancas são apenas seres humanos”. Não pode-se afirmar com certeza se os agentes que atuaram no processo em questão eram brancos ou identificados como tal pelo seu contexto, no entanto, a padronização do discurso masculino é historicamente influenciada por tais caracteres.

A etapa da mediação que trabalhava com a oralidade do acontecimento e com seu contexto histórico permitiu que fosse feita uma crítica à história vista de cima e dos grandes feitos. Repensar junto aos estudantes quem conta a história, a qual gênero pertence e por que essa história em particular se sobressaiu possibilita que novas narrativas históricas sejam percebidas e recriadas. Uma história vista de baixo, do povo, para além dos grandes fatos, pode desencadear um processo de aprendizagem sobre como a sociedade se desenvolve e possibilita que se identifique o passado presente. Desnaturalizar o masculino e colocá-lo como um agente presente e ativo na narrativa histórica permite que, ao analisar diversas fontes, os estudantes consigam desconstruir as marcas de gênero que não deram voz ao que as mulheres sofreram ou tinham a dizer. O caso de Maria Francelina permitiu a crítica de sua sociedade e da atual Porto Alegre, podendo se expandir para pensar as relações de gênero presentes no Brasil como um todo.

Após a discussão sobre o que foi dito sobre o caso de Maria da Conceição e o contexto histórico em que a vítima viveu, os visitantes seguiam para a última etapa da mediação, o fato. Ali encontravam uma cena do crime refeita de forma lúdica pelos próprios mediadores. O objetivo desta etapa era que os estudantes observassem a cena

e, com o auxílio das legendas expostas, tentassem descobrir o que havia ocorrido. Sem nenhum tipo de julgamento do que viam, apenas tentando reconstituir os fatos, conforme apresentado na imagem 5.

Imagem 5: Cena do crime



A história de Maria Francelina foi, antes de mais nada, um fato. Antes da lenda, antes dos jornais dizerem algo a respeito, antes mesmo da comunidade local se apropriar de sua história, seu assassinato aconteceu. Maria Francelina Trenches, Alemã, nascida em 1878, veio para o Brasil e se alocou no Morro do Hospício, atual Morro da Conceição. Segundo o processo crime, Bruno, um mestiço e soldado da brigada militar do Rio Grande do Sul, e Maria estavam em um piquenique, juntamente com outros casais, no morro. Segundo as testemunhas, o casal começou a brigar durante a confraternização e teriam se afastado do grupo. Durante a discussão, Maria teria agredido Bruno com um pedaço de madeira e este, por fim, a degola em 12 de novembro de 1899, quando a vítima tinha 21 anos. As testemunhas afirmam que não tiveram tempo de impedir a ação. Bruno foi preso e, dos 30 anos a que fora condenado, cumpriu apenas sete, já que morreu por problemas de saúde.

O lúdico aqui tinha um papel central. Explorar um acontecimento sem o que se foi dito sobre isso. Os questionamentos eram feitos como forma de fazer os estudantes perceberem que o que se sabe sobre sua história e sobre a lenda foi dito a partir da perspectiva de alguém. E, nesse caso, com uma marca de gênero extremamente presente. Os estudantes eram convidados então a elaborar sua própria versão do fato que observavam, transpondo assim o trabalho dos historiadores.

Considerações finais

A experiência vivenciada através da mediação participativa permitiu aos visitantes se apropriarem e construírem suas próprias versões da Lenda da Maria Degolada. Permitiu até mesmo que o medo da personagem que existia ao longo da infância escolar fosse superado, conforme afirmado por uma das estudantes que participaram da vivência no museu. Compreender os fatos históricos à luz de diversas fontes possibilitou que novas narrativas fossem criadas, colocando Maria Francelina no seu lugar de vítima

e sendo feita a devida crítica a forma que sua história foi contada e reproduzida, marcada fortemente pela dominação de gênero.

O ensino de história e a educação patrimonial, do patrimônio museal e cultural da cidade de Porto Alegre resultou na reconstrução de uma lenda que acompanhou a vida de muitos estudantes e deu um novo significado a sua história. Não sendo uma mulher que reproduz o arquétipo vingativo da mulher, muito representado no cinema, sua história foi descolonizada. Maria Francelina foi reparada pelos visitantes, sendo colocada na sua posição de vítima de uma sociedade que permitiu sua morte e consequências discutíveis para seu agressor. Vítima de um homem e de uma sociedade que a culpou pelo ocorrido. Vítima de todos que contaram sua história, a transformando em muitas Marias até assombrar crianças na escola. A partir da mediação e do trabalho historiográfico produzido, ela foi compreendida como a mulher de seu tempo que sofreu o que muitas hoje ainda sofrem.

O papel dos mediadores homens e mulheres na exposição de suas narrativas foi fundamental para a compreensão e reconstrução da sua história a partir do debate das questões de gênero. Na medida em que os mediadores trabalham o gênero em sua fala e atitudes, possibilitam um processo de ensino-aprendizagem que permite ao estudante debater temas sensíveis e desconstruir padrões de narrativas históricas marcadas pela dominação de gênero.

No que se refere à masculinidade durante as mediações, esta postura crítica ao próprio lugar de fala dos mediadores, em certa medida, partiu da ideia discutida por Djamilia Ribeiro, que pontua a necessidade do privilegiado reconhecer e enxergar “as hierarquias produzidas a partir desse lugar [de privilégio] e como esse lugar impacta [...] na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p.86). A manutenção de determinadas imagens sobre as mulheres também passa pelas permissões discursivas que os historiadores envolvidos se “deixam ter”. Omissões e permissões que se dão tanto na fala, quanto em gestos e, ainda, durante a própria escuta: para os mediadores, a compreensão de conhecimento em nenhum momento buscou se sobressair diante das falas e experiências do público. O grande número de mulheres (e meninas) que participaram, pautando através de suas palavras as mazelas da desigualdade de gênero como um problema contemporâneo, receberam um espaço que fora previamente idealizado como espaço de troca, de diálogo. Por isso, os mediadores enquanto homens, além de compreender o local do qual partiram, também procuraram transmitir essa intenção através da escuta, do respeito à palavra (tanto do público quanto da colega mediadora), da atenção e do cuidado com as próprias expressões e omissões.

Ainda conforme Ribeiro (2017, p.84), “[...] falar a partir de lugares, é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem”. Ao demarcarmos a localização masculina sobre a questão de tantas Marias, fazemos parte também de um processo de tomada de consciência masculina diante da violência de gênero. Ao final de uma das mediações, por exemplo, foi o grupo com maior número de homens que trouxe à tona a possibilidade de ter acontecido um estupro coletivo contra Maria Francelina. Se este elemento é verificável ou não em fontes ou referências bibliográficas, não cabe a esse estudo pontuar, já que “quando percebem que o passado é uma interpretação, a partir dos sentidos que atribuímos a ele, os estudantes conseguem construir suas próprias narrativas sobre o caso” (MARTINEZ, 2020, p.429). Cabe destacarmos como uma produção localizada do conhecimento tem relação direta tanto com o contexto contemporâneo, quanto histórico dos interlocutores, em vista da “atualidade” do debate sobre estupro coletivo em nossa sociedade.

A presença feminina enquanto mediadora, junto aos colegas homens, quando aberta para tanto, gera um ambiente aberto ao debate de temas sensíveis em que os estudantes homens percebiam seu papel no reconhecimento da masculinidade e sua dominação histórica e as estudantes mulheres perderem o medo de falar sobre esse debate. Trazendo muitas vezes suas próprias experiências para contextualizar, construir e compreender o conhecimento histórico ali tratado "...ao propor o espaço de debate e (re)construção da narrativa histórica, observando como as questões de gênero estão intrínsecas nessas narrativas, há um processo educativo efetivo de debate dos temas sensíveis, como violência contra a mulher" (MARTINEZ, 2020, p. 426).

A ação educativa possibilitou que as narrativas sobre Maria Francelina fossem percebidas enquanto dominadas por quem as contou. Os cadernos construídos durante a mediação se encontram atualmente na posse do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa e mostram como o público escolar reconstruiu essas narrativas e criou a sua própria versão do fato. Reparando Maria ao seu devido lugar, o de vítima de um sistema patriarcal que acredita ter domínio e poder sobre os corpos das mulheres e sobre suas histórias.

Fontes

MUSEU DA COMUNICAÇÃO JOSÉ HIPÓLITO DA COSTA. Caderno "Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre: comece pelo começo...", Porto Alegre: 2019.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO JOSÉ HIPÓLITO DA COSTA. Caderno "Quem conta um conto aumenta um ponto: o imaginário da cidade de Porto Alegre: comece pelo fim...", Porto Alegre: 2019.

A GAZETINHA: Revista carioca. Rio de Janeiro: Ed. A Gazetinha, 13 de nov. de 1899.

A REFORMA: Jornal de distribuição regional. Porto Alegre: Ed A Reforma, 14 de nov. de 1899.

O CRUZEIRO: Revista semanal de distribuição nacional . Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 06 de dez. de 1958.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CORRALES, Bruno. "O que queremos?": as concepções de emancipação feminina no periódico feminista O Sexo Feminino (1873-1876). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, 2019. 82f.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.) História da imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et al. (org.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KERBER, A. O mito de maria degolada: estudos sobre as representações de um espaço na cidade de porto alegre. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 16, p. 63-71, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23099>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In.: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LAROCCA, Gabriela Müller. O corpo feminino no cinema de horror: gênero e sexualidade nos filmes Carrie, Halloween e Sexta-Feira 13 (1970-1980). 2016. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.) História da imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINEZ, Ana Carolina. O ensino de História em educação patrimonial a partir da (re)construção de narrativas e a representatividade feminina no processo educativo. In: Temporalidades - Revista de História. Edição 32, v. 12, n. 1, p. 413-434, (Jan./Abr. 2020).

MOREIRA, Adilson José. *Racismo recreativo*. Ebook. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOURA, Carla de. Maria Degolada como feminicídio: Um exercício de análise interseccional de fontes históricas com estudantes da Vila Maria da Conceição. In: *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v.5 n. 2, p. 21-33, Jul.- Dez. 2019

NADER, Maria Beatriz. Masculinidade: interesse e violência. In.: MAIOR, Paulo Souto. LEITE, Juçara Luzia. *Flexões de Gênero: história, sensibilidades e narrativas*. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

RAMOS, Gislaine Borba. "Anda, que ninguém te valerá!": Violência contra escravos nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre – 1870/1888). **Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em História, Porto Alegre, 2010.**

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918). 2014. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s..n.], 2014.

SIMAN, Lana Mara. Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado, entre flores e ervas daninhas. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara. *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.41-58.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. In: *Silloge*, v. 1, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2GTKS3G>>. Acesso em 19/10/2019.

WEIZENMANN, Tiago. "Sou, como sabem...": Karl Von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre., 2015.

“INSTITUTO IMPERIAL DE SURDOS MUDOS”: A HERANÇA DE UM IMPERADOR

Beatriz de Fátima Santos Monteiro Maria¹⁹

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de elucidar a importância do imperador Dom Pedro II para os projetos educacionais do Brasil, sobretudo, na educação dos surdos. “O imperial instituto dos surdos mudos”, foi extremamente relevante para a emancipação de uma comunidade considerada incapaz. As correspondências entre o imperador, e um professor francês Ernest Huet, se concretizaram e criaram o maior centro de referência na educação dos surdos da América oitocentista. O advento da educação formal para portadores de deficiência auditiva será o nosso objetivo nesse trabalho

Palavras chave: Dom Pedro II, surdez, educação oitocentista

Neste presente trabalho, teremos por objetivo considerar a participação de Dom Pedro II na educação dos surdos durante o segundo reinado. Sua própria educação e preparo para governar serão abordados em um tópico específico. Elucidando os problemas oriundos de séculos de incultura em torno da educação formal da população, empenhavam-se para reverter o quadro desalentador. Todavia observaremos o relacionamento amigável com o professor francês Ernest Huet. Dentro desse contexto, percebemos que o Brasil possuía um sistema educacional subdesenvolvido, que não atendia as demandas de toda população. Inicialmente, a educação era garantida as elites, ou seja, a quem pudesse pagar por tutores particulares. Considerando que o modelo econômico era escravagista, e a maior parcela da população era cativa, desprovida de direitos, podemos ressaltar, que uma pequena parcela da população teria acesso à educação formal em algum momento da vida.

Em um contexto histórico mais aprofundado podemos ressaltar o “modelo da perfeição” de Grécia e Roma. Na antiguidade clássica, o pensamento filosófico era de extrema importância para o desenvolvimento humano. Para Aristóteles, o pensamento era fundamental para o desenvolvimento cognitivo, este inevitavelmente transcorria através da fala. Ou seja, os deficientes auditivos, surdos, e pessoas com problema na fala, não eram considerados humanos, “quem não conseguia falar não conseguia pensar; o que distinguia o homem dos outros animais era a capacidade de raciocínio; logo, os surdos não se distinguiam dos animais irracionais” (FRIZANCO E HONORA, 2009). E assim se deu todo o pensamento do ocidente, avançando pela idade média até chegar a idade moderna, carregando estereótipos e preconceitos em torno desse grupo.

O Brasil se interessou pelo projeto educacional para surdos em meados do século XIX. Dom Pedro II possuía o anseio de expandir e contemplar todos os grupos em escolas regulares. Seguiu um padrão educacional instituído pelo seu avô, Dom João VI, criando inúmeras escolas na província do Rio de Janeiro. Uma das mais importantes, foi o Colégio Pedro II, que existe atualmente, e é referência nacional. Inúmeras cartas do soberano ressaltavam o seu desejo de uma educação universal e pública. Suas ideias também transcorriam nas falas da filha e herdeira do trono, Dona

¹⁹ Pós-graduanda em Libras pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Graduada em história pela Universidade Católica de Petrópolis.

Isabel. A princesa Imperial possuía três filhos varões, do quais, os partos dificultosos, resultaram em algumas deficiências. Em um dos filhos houve uma perda auditiva considerável, para que seu avô, o Imperador buscasse na França um professor surdo. E também fez com que o monarca se interessasse pela educação de um grupo até então menosprezado pela sociedade.

1. Dom Pedro de Alcântara, um imperador em construção

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Bragança Habsburgo. Foi o último filho varão do Imperador Dom Pedro I, e de sua esposa, Maria Leopoldina da Áustria. O sucessor da coroa do Império do Brasil, nasceu dia 02 de dezembro de 1825, no Palácio de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro. Seu nascimento foi celebrado por todo país. Um menino era sinal de continuidade da dinastia dos Bragança no trono brasileiro. E a certeza da continuidade de um Império recém consolidado.

Em 1926, sua mãe faleceu em decorrência de um parto prematuro e do estado de melancolia. Em 1831 o Imperador Dom Pedro I foi forçado a abdicar ao trono do Brasil, e partir em exílio para Portugal, do qual não mais retornou com vida. Deixando assim, o trono para seu filho de apenas cinco anos. Sua infância foi solitária, sem as figuras parentais para lhe oferecer afeto. Junto das irmãs, Dona Januária, Dona Francisca e Dona Paula Mariana, encontrou uma rotina rigorosa e disciplinada. Aos cinco anos de idade iniciou as aulas visando sua formação regular. Sua educação era uma questão de estado, portanto houve divergências sobre as decisões a serem tomadas sobre sua tutoria. A rotina e os estudos do príncipe, possuíam um padrão, que implicava diretamente as questões públicas. Desde cedo o príncipe demonstrou intenso interesse pelas Letras:

Por outro lado, Dom Pedro sempre gostou de estudar línguas. Além das já mencionadas, aprendeu ao longo da vida latim, alemão, italiano, hebraico, árabe, sânscrito, chinês, tupi e guarani. Seus conhecimentos linguísticos causaram ótima impressão, anos mais tarde, em duas das vezes que viajou para o exterior (OLIVIERI, 1999, p. 7)

Era fluente em diversos idiomas. Possuía uma afinidade admirável pela cultura árabe. Já em idade avançada, o imperador foi o primeiro a traduzir a obra mais famosa da cultura árabe “Mil e uma noites”. Essa curiosidade e afeição lhe concederam o título de “O Imperador das Letras”. Segundo Souza, “As pessoas o viam apenas como Imperador, e o interesse por literatura não era valorizado (...) Em cartas que trocava com escritores e autoridades estrangeiras, porém, era elogiado” (SOUZA, 2010). Seu interesse pela língua de sinais é compreensível, observando sua trajetória como escritor amador, e tradutor.

Retomando a sua infância, vislumbramos uma criança muito madura, sua rotina era intensa e lhe sobravam apenas duas horas por dia para recreação, brincadeiras e passeios. No qual aproveitava juntamente com suas irmãs mais velhas. Seu primeiro tutor foi José Bonifácio o “pai da independência”, que foi escolhido por Dom Pedro I. Como a educação era uma questão pública, este deveria prestar contas à assembleia sobre a educação do jovem príncipe. “Sua educação se tornava notícia (...) foram constantes críticas ao fato de muitos de seus professores serem estrangeiros, o que poderia comprometer seu nacionalismo” (OLIVIERI, p.7). Apesar de todos esses confrontos acerca de sua educação, podemos afirmar que a sua percepção foi

completa. Em algumas comparações, ele se sobressaiu, em relação a educação “inacabada” de seu pai.

Os períodos mais importantes da sua vida foram pautados na questão pública. Ou seja, sua figura, passou a ser o retrato do império. Esse artifício era comum entre os monarcas europeus, a propaganda era utilizada para fomentar uma imagem forte, sublime e divinal. Assim, sua imagem foi projetada para todas as províncias como a unidade indispensável para o país. A responsabilidade era vultuosa, Dom Pedro possuía a obrigação de ser modelo de suprema integridade. Com apenas quatorze anos assumiu um país tomado por revoltas, políticas e sociais. As regências anteriores ao seu reinado geraram intensas crises, se mostrando demasiado inconstante e ineficaz. Ele era considerado a estabilidade que o país precisava. Dom Pedro II governou o Brasil pelo período de 1840 a 1889, destacando-se como um grande incentivador da cultura e da educação. Destacou-se como um imperador progressista e visionário.

Imagem I: Dom Pedro II com aproximadamente 14 anos de idade



Fonte: Biografia de Dom Pedro II. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dom-pedro->

3. Os avanços da educação no Brasil monárquico: um contexto geral

A educação no Brasil se iniciou com os Jesuítas, que vieram com os Portugueses ao novo mundo. Estes, possuíam a missão de evangelizar os nativos. Por duzentos anos, foram os únicos educadores do Brasil. Três séculos depois, a corte portuguesa chegou em solo brasileiro, que até 1808 era uma colônia. O primeiro ato do príncipe regente Dom João, foi abrir os portos as nações amigas, a colônia foi elevada condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A partir desse momento a educação formal e superior no Brasil passou a ser incentivada. Dom João, como príncipe regente, criou a Faculdade Nacional de Direito e a faculdade de Medicina no Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a escola naval e militar. Além de criar diversas instituições culturais, criou diversos cursos de medicina

pelo país. Os senhores rurais, barões e a aristocracia, já não precisavam enviar seus filhos estudarem na Europa.

Durante o reinado de Dom Pedro I, a educação era exclusivamente designada a meninos. Assim sendo, em 1826, durante a fala do trono²⁰, o imperador Dom Pedro I exclamou seu desejo de que o ensino primário fosse acessível as meninas. “Deve merecer-vos sumo cuidado a educação da mocidade de ambos os sexos” (JORNAL DO SENADO, 2015). Em 1835 com o ato adicional a constituição houve a descentralização do ensino primário. Ou, seja, os estados e províncias seriam responsáveis pela educação básica.

Graças à descentralização da educação através do Ato Adicional, em 1835 surgiu a primeira Escola Normal do país, em Niterói. Em seguida outras Escolas Normais foram criadas visando melhorias no preparo do docente. Em 1836 foi criada a da Bahia, em 1845 a do Ceará e, em 1846, a de São Paulo. Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro foi criado o Colégio Pedro II, onde funcionava o Seminário de São Joaquim. O Colégio Pedro II fornecia o diploma de bacharel, título necessário na época para cursar o nível superior. Foram também criados nessa época colégios religiosos e alguns cursos de magistério em nível secundário, exclusivamente masculinos. O colégio de Pedro II era frequentado pela aristocracia, onde era oferecido o melhor ensino, a melhor cultura, com o objetivo de formar as elites dirigentes. Por este motivo, era considerado uma escola modelo para as demais no país. (NASCIMENTO, p 1)

No governo de Dom Pedro II a educação teve grande relevância entre os assuntos de estado, “A louvável aspiração do governo de Vossa Majestade Imperial ao desenvolvimento da educação e instrução pública há de ser objeto do desvelo da Câmara” (JORNAL DO SENADO, 1868).

Podemos constatar, que a educação era um tema demasiado referido durante o período imperial, as discussões acerca de sua abrangência causavam desgastes nas relações de partido e convicções éticas.

2. Os ideais de educação universal: a instauração do imperial instituto dos surdos-mudos

Destaco que nesse período a educação dos indivíduos surdos no Brasil era inexistente. Esse grupo possuía informalmente sua própria “língua de sinais”. Não oficializada, reconhecida e padronizada. A objeção em torno dessa comunidade dificultava o processo de socialização e reconhecimento como cidadãos. Podemos destacar o processo histórico até chegar no Brasil do segundo reinado, os estigmas que cercam os surdos. Para a comunidade em geral os indivíduos carregavam algo de anormal, afetando seu status moral perante a sociedade. A educação dessas pessoas se deu após a chegada do professor francês Ernest Huet. “No Brasil, a educação de surdos teve início no governo Imperial de D. Pedro II, quando o professor francês Ernest Huet, a convite de Dom Pedro II, veio para o Brasil para fundar a primeira escola para meninos surdos” (SABANAI, 2007)

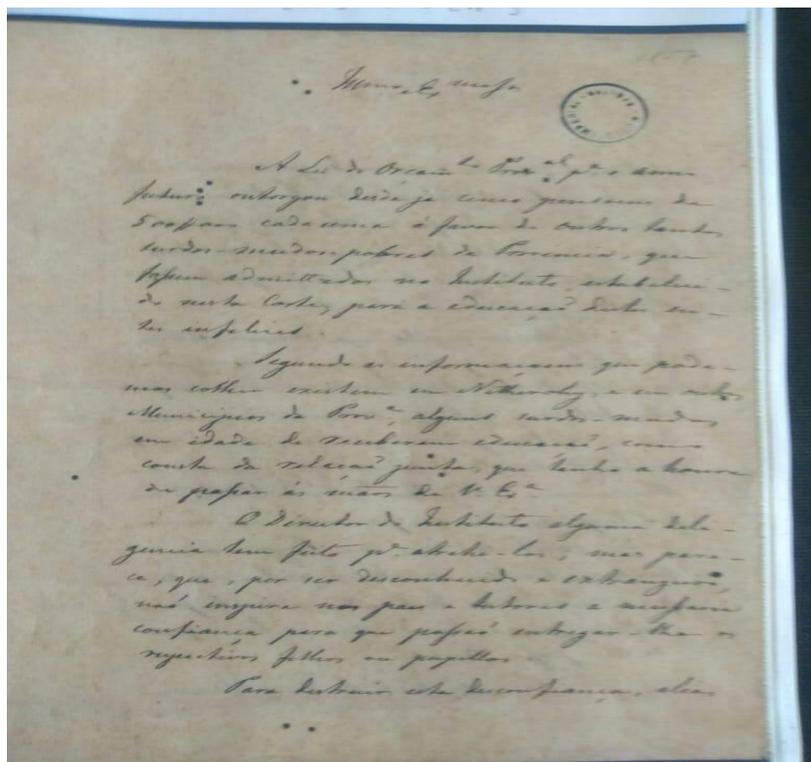
²⁰ Ritual inaugurado por Dom Pedro I em 1823, era um acontecimento concorrido que acontecia no Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado. No evento, o monarca enunciava uma mensagem aos parlamentares, conhecida como “Fala do Trono”, em que dissertava sobre o que esperava dos senadores e deputados ao longo do ano que se iniciava. O imperador falava sobre temas importantes da política brasileira, sobre os problemas que o país enfrentava e propostas para resolvê-los, assim como indicava metas para o período.

Uma observação interessante é que Dom Pedro II procurou um professor francês para conduzir a educação dos surdos no Brasil. Portanto, nossa língua de sinais é oriunda e possui características muito fortes da língua francesa de sinais. Diferentemente da língua falada, que é a Portuguesa.

Dom Pedro II tem um curioso, porém, importante significado para o início da história da educação de surdos em nosso país. Outro aspecto interessante é a origem da nossa língua de sinais, que tem suas raízes linguísticas na França e não em Portugal, como nossa língua oral. Isso também se aplica na história da Língua de Sinais Americana, sendo apenas diferenciada por ter sido levada aos Estados Unidos por um outro professor surdo, (MORI, Ribeiro, SANDER, Ermani, 2015, p, 2)

O trabalho do imperador e dos seus aliados para buscar investimentos e apoio, barrou na sociedade carioca que desconfiavam do professor francês. Portanto em 1857, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, enviou uma carta, solicitando a cooperação do destinatário no sentido de promover um movimento que conquistasse a confiança dos pais e responsáveis em prol do Imperial Instituto de Surdos Mudos. O Marques de Olinda também remeteu correspondências para o Marques de Lisboa, eles trocaram opiniões a respeito da direção dos estudos do Imperial Instituto do Surdos Mudos. Entretanto, deveriam buscar a colaboração e confiança das famílias. A população seria beneficiada com a primeira escola para surdos no Brasil.

Imagem II: Carta do Marques de Abrantes, 1857 no intuito de promover um movimento que conquistasse a confiança dos pais e responsáveis em prol do Instituto, 1857.



Fonte: Arquivo histórico do Museu Imperial/Ibram/Minc.

A questão do nacionalismo era imprescindível para os governantes. O Imperador, como chefe da casa Imperial do Brasil deveria manter a hegemonia dos

brasileiros nos cargos públicos importantes, e na política principalmente. Um francês como professor, poderia corromper o sentimento de nacionalismo dos alunos. Portanto, os pais não sentiam plena confiança no projeto educacional trazido por Huet.

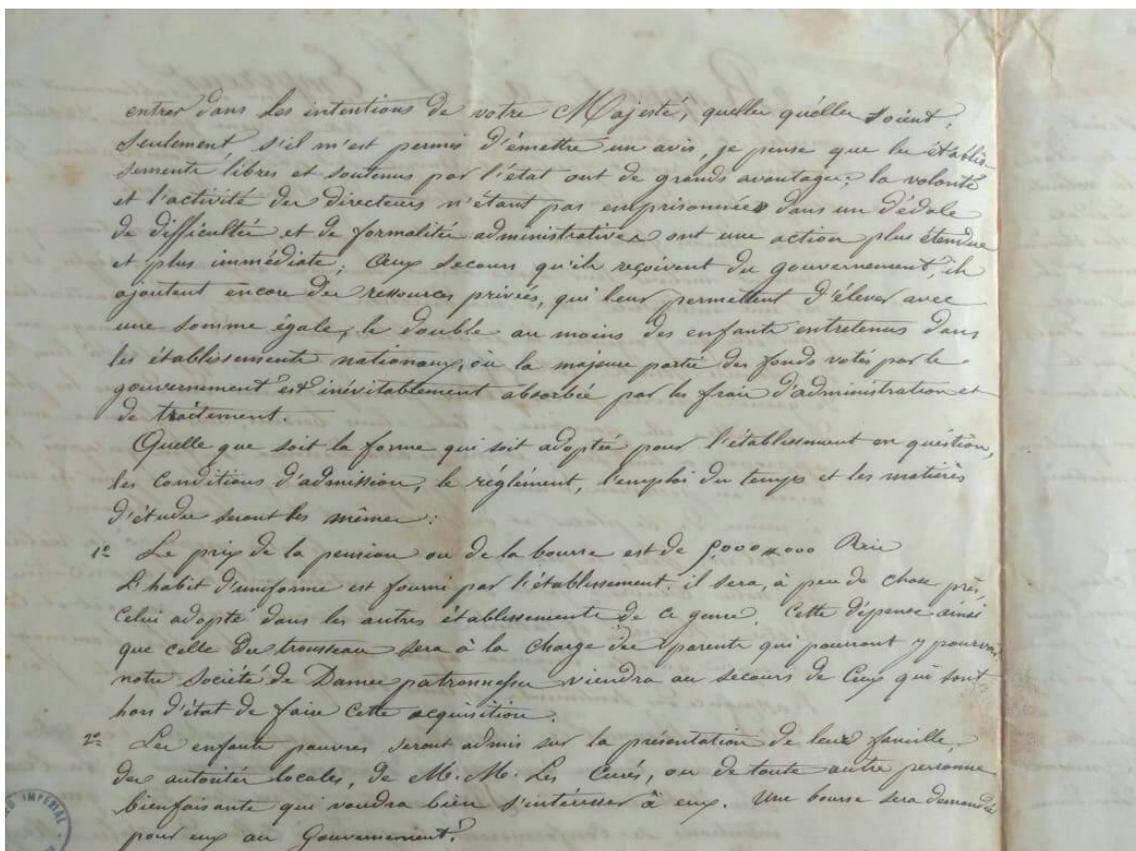
Em 1854, por decreto Imperial nº 1.428, foi criado o Imperial Instituto dos meninos cegos. Em 1856, chegam ao Brasil a pedido de Dom Pedro II, os primeiros livros de pontos combinados, os regletes e chapas para a escrita. Na América Latina o Brasil foi pioneiro na educação de pessoas cegas. Em 26 de setembro de 1857 foi promulgada através da lei nº 839, a criação do Instituto Imperial de surdos mudos, a primeira escola para surdos no Brasil. Por iniciativa de Ernest Huet, lá os alunos eram educados em Língua de Sinais, datilologia e também na língua escrita. Contemplados pelo ensino inovador do professor francês, os alunos que possuíam facilidade, também obtiveram instrução em leitura labial. Em junho de 1855 o professor francês Huet enviou uma carta para Dom Pedro II por intermédio do Marques de Abrantes. Por adiante, o Imperador iniciou sua campanha no Senado. “A Câmara aprecia os efeitos que vão produzindo as reformas feitas no ensino público” (JORNAL DO SENADO, 2019)

O financiamento do Instituto Imperial de surdos mudos foi concedido pelo Imperador, e as aulas se iniciaram. “As reformas com que têm sido atendidos os diversos ramos do ensino vão produzindo seus desejados efeitos” (Dom Pedro II, 1857). O decreto foi divulgado em 19 de dezembro de 1867, os alunos do instituto eram compostos por pagantes, e por não pagantes. Os estudos poderiam ser financiados por filantropos. Porém, o anseio do Imperador, e da comunidade envolvida, era que o ensino para as crianças surdas se universalizasse. Portanto o monarca financiava o ensino de alunos de baixa renda do instituto, e auxiliava a permanência dos mesmos. “Os contribuintes pagarão, por trimestres adiantados, uma pensão arbitrada pelo governo no princípio de cada anno, além de uma jóia no acto de entrada ... e trarão o enxoval que for determinado no respectivo regimento interno”. (ARQUIVO DA CÂMARA LEGISLATIVA, 1867).

Em relação às pensões recebidas pelo Instituto, desde sua criação até aproximadamente setembro de 1858, havia dezenove alunos cujas pensões equivaliam a 500 Réis cada uma. Dentre estes alunos, dois recebiam pensão de Vossa Majestade Imperial, um recebia do Convento do Carmo, um do Mosteiro de São Bento, seis eram mantidos pelo Tesouro Nacional, cinco pelo Tesouro Provincial e quatro por pensões particulares, sendo que dois alunos mantidos por particulares saíram do Instituto. Num total de dezessete alunos surdos-mudos, quinze dependiam das pensões pagas pelo Império e pelas ordens religiosas. Apenas dois alunos eram mantidos por pensões particulares (PINTO, 2010)

No Instituto Imperial, os professores lecionavam as seguintes disciplinas: [...] língua portuguesa, aritmética, geografia, história do Brasil, escrituração mercantil, linguagem articulada, doutrina cristã, e leitura sobre os lábios. (PINTO, 2010). Neste período a língua de sinais foi amplamente difundida, uma gama de sinais oriundos da língua de sinais francesa era utilizada pelos alunos. Estes, que, depois de se formarem, difundiam a língua de sinais em seus estados e comunidades. O ensino da língua de Sinais do professor Huet, padronizou a comunicação de uma comunidade, trazendo inúmeros benefícios sociais para os mesmos

Imagem III: Trecho da carta de Ernest Huet endereçada a Dom Pedro II, 1855



Fonte: Arquivo do Museu Imperial. Visitado dia 14 de janeiro de 2020

No documento apresentado acima, Ernest Huet, um professor surdo francês, considera a vinda ao Brasil a convite do Imperador Dom Pedro II. Huet apresentou uma proposta de uma escola especializada no ensino de pessoas surdas. A proposta foi prontamente aceita, o governo Imperial designou o marques de Abrantes para acompanhar a criação e os métodos utilizados para esta se realizar. Durante o processo de introdução foi cedida pelo imperador uma sala de aula, entretanto não foi suficiente, logo, o Instituto Imperial de surdos-mudos, ocuparia um prédio, o atual INES (Instituto nacional de educação de surdos).

Os alunos contemplados pelo instituto eram da província do Rio de Janeiro, e das demais províncias brasileiras. Portanto, quando estes, se formavam e retornavam para suas regiões de origem, disseminaram o conteúdo aprendido para os surdos, assim, houve um processo de padronização e complementação. Pois cada região manteve aspectos específicos dos sinais já realizados pela comunidade. Percebemos, que o ensino ministrado pelo professor Huet preparava o aluno para a vida em sociedade, portanto, a comunidade surda foi gradativamente integrada a sociedade brasileira.

Neste sentido, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos veio cumprir papel semelhante, uma vez que funcionava como meio de instruir e educar surdos ... muitas vezes pobres, para torná-los proveitosos e úteis a si mesmos e à sociedade em que viviam. (PINTO, 2010)

A educação dos surdos e dos cegos, permitiram a inserção de um grupo considerado "incapaz" a uma vida pública ativa. A comunidade surda inicia-se no mesmo momento em que se cria ferramentas para o desenvolvimento da mesma. O

reconhecimento como seres sociais, se estimulou ao longo do tempo de interação e desenvolvimento linguístico.

O Instituto Imperial dos surdos mudos, se consolidou como uma das maiores obras do Império brasileiro na área de educação, a primeira no país, visando a educação inclusiva. Trouxe ao Rio de Janeiro diversos surdos de regiões distintas do país, e até estrangeiros oriundos da América Latina. Pois, era reconhecido como um método de ensino pioneiro, inexistente em outros países. O prestígio advindo do colégio é vislumbrado na atualidade. O atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) é referência internacional área da educação inclusiva de surdos, assim como o Instituto Pedro II, atual Instituto Benjamim Constant é referência na educação de cegos.

A educação é a liberdade de um mundo obscuro, silencioso e degradante. Para os surdos “a carta de alforria”, é a língua de sinais. A disseminação da língua de sinais para outras províncias auxiliava pessoas que não poderiam se deslocar no intuito de obter instrução diretamente no Instituto. A aptidão e o engajamento dos alunos, obrigaram a sociedade a rever parâmetros sociais, preconceituosos sobre a surdez. A demonstração do ensino fora satisfatória e aprovada, elencando a capacidade de aprender, e de conviver, exercendo plenos direitos como cidadão. Com aval do imperador, e com o respeito da comissão organizadora do instituto, Huet, provou ser possível educar uma parcela da população renegada pela sua condição física.

Conclui-se, que Dom Pedro II teve um papel crucial na criação do Instituto Imperial de Surdos Mudos, o imperador sonhador, que pretendia uma educação universal para o seu país, porém, esbarrava em uma sociedade escravocrata, com raízes aristocráticas e conservadoras. Mesmo sendo o imperador de uma nação com esses aspectos, não desistia de argumentar com os parlamentares. Estes, em grande parte, constituídos por grandes latifundiários e senhores de escravos, que pretendiam uma sociedade sem modificações sociais, no intuito de manter o poder sobre a classe servil. Percebemos, que são avanços gradativos, porém muito relevantes para seus beneficiários.

Devemos conhecer e respeitar a história da educação dos surdos no país, pois o processo se deu após muitos percalços. O sonho de um Imperador se concretizou por intermédio de um professor francês, que possibilitou todas essas realizações. Os desejos para o país, almejados por Dom Pedro II, poderiam ser utópicos para alguns, ou inovadores para outros. Seu caráter progressista lhe possibilitou inúmeras realizações, e também fez, com que este, perdesse sua coroa, logo após sua filha assinar a carta de Libertação dos os escravos do Brasil. Há divergências entre historiadores e romancistas, que o retratam como um imperador “caipira”, “cansado” e “velho”. Porém, estudando mais a fundo, percebemos nele, um grande cientista, escritor, professor e político. Que adquiriu erroneamente, após a Proclamação da República uma concepção deturpada. A história de um povo deve ser lembrada, quando não condiz com a realidade, ou quando se encontra visões distintas para o mesmo fato histórico. Porém, a criação do INES possui uma única versão, o amor pela educação, que movia um imperador, desejava ser professor.

Referências bibliográficas

ARANHA, Salete. *História das relações da sociedade com as deficiências e as pessoas com deficiência no século XIX*. Bauru, 1995. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Historia/Sec_XIX.pdf> Acessado em: 01 de fevereiro de 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL DE PETÓPOLIS. Visitado dia 14 de janeiro de 2020.

BARROS, Eudenia Magalhães. *O Mundo do Silêncio. Uma Breve Contextualização da Trajetória do Indivíduo Surdo na Humanidade*, 2010. Disponível em: <<https://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/60>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

CAMÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação informatizada – Decreto nº 4. 046, de 19 de dezembro de 1867*, Rio de Janeiro, 1867 Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4046-19-dezembro-1867-554346-publicacaooriginal-72928-pe.html>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2020.

JORNAL DO SENADO, *Em ritual, imperador elencava prioridades no Brasil*, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/discover?query=Falas+do+trono+Dom+Pedro+II&submit=lr&filter_relational_operator_2=contains&filtertype_1=type&filter_relational_operator_1=notequals&filter_1=not%C3%ADcia+de+jornal> Acessado em: 2 de fevereiro de 2020.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, *Instituto de surdos-mudos*, 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>> Acessado em: 01 de fevereiro de 2020.

MORI, Nerli, SANDER, Ricardo. *História da educação dos surdos no Brasil*, 2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional, 1822-1889*, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acessado em: 22 de janeiro de 2020.

OLIVIERI, Antônio Carlos. *Dom Pedro II, imperador do Brasil*, Bahia, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=lang_pt&id=FDIOxp2ospkC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Dom+Pedro+II+e+a+educa%C3%A7%C3%A3o+&ots=nacBqGB3G9&sig=wF41DohXNvKoKtpHLy_EBoIHkA#v=onepage&q=Dom%20Pedro%20II%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o&f=false> Acessado em: 27 de dezembro de 2019.

PINTO, Fernanda Bouth. *Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista*, 2010. Disponível em: <<https://cultura-sorda.org/vendo-vozes-a-historia-da-educacao-dos-surdos-no-brasil-oitocentista/>> Acessado em: 02 de fevereiro de 2020

QUINTANILHA, Marli Maria Silva, *A educação de Dom Pedro II, imperador do Brasil*, Maringá, 2004. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/cidadania/personalidades/pedro_II/01completo.pdf> Acessado em: 27 de dezembro de 2019.

SABANAÍ, Noriko Lúcia. *A evolução da comunicação entre e com surdos no Brasil*, HELB (História de ensino de línguas no Brasil), 2007. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/92-a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2020.

SENADO FEDERAL. Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados ; prefácios de João Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. Rio de Janeiro, 1886 a 1889. Disponível em:

<http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=direct&doc_number=001161331&local_base=SEN> Acessado em: 23 de dezembro de 2019.

SENADO FEDERAL. *Falas do trono de Dom Pedro I, Dom Pedro II e Princesa Isabel*, Brasília, 2019, Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf> Acessado em: 26 de dezembro de 2019.

SENADO FEDERAL, *ÍNDICE ONOMÁSTICO DOS ANAIS DO SENADO, 1823-1889*, Brasília, 1979. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/545967> Acessado em: 22 de dezembro de 2019.

SOUZA. Dayanne. *Dom Pedro II foi o primeiro a traduzir obra do árabe, diz pesquisa*, 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4797368-EI6581,00-Dom+Pedro+II+foi+a+traduzir+obra+do+arabe+diz+pesquisa.html>> Acessado em: 05 de fevereiro de 2020.

TRIGO. Luciano. *Biografia mostra a princesa Isabel na intimidade*, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/biografia-mostra-princesa-isabel-na-intimidade.html>> Acesso em 27 de dezembro de 2019.

AS MISSÕES NA PROVÍNCIA REDENTORISTA DO RIO E A NOVIDADE DA INSERÇÃO

Bruno Alves Coelho²¹

Resumo: Nosso artigo trabalha a realidade das missões populares na Província Redentorista do Rio de Janeiro. No intuito de compreendermos esta atividade em sua totalidade neste grupo religioso e, assim, buscarmos o entendimento da novidade da missão inserida nesta Província, propomos um recorrido histórico sobre o que os redentoristas entendem por missão desde sua fundação em 1732. Postas as balizas do conceito e da prática missionária no âmbito geral da Congregação Redentorista, voltamos nossos olhares para o grupo brasileiro de missionários redentoristas de meados do século XX que buscou colocar em ação nova metodologia missionária que estivesse em sintonia com seu tempo e, simultaneamente, se mantivesse fiel ao carisma da Congregação.

Palavras-chave: Missionários Redentoristas; Missões Populares; Sermões; Concílio Vaticano II; Teologia da Libertação.

É ponto comum entre os historiadores das instituições eclesiais de que a Congregação do Santíssimo Redentor (CSSR) é missionária e, a missão é pura e exclusivamente sua razão de ser no mundo e na Igreja. Santo Afonso Maria de Ligório (1696-1787) na iminência de sua fundação em 1732 queria dispor de homens audazes e disponíveis no trabalho de evangelização dos mais pobres e abandonados de sua época. Contudo, haveria apenas uma forma de se entender o significado de missão dentro da Congregação do Santíssimo Redentor? As missões redentoristas, ao longo do tempo, receberam destaque em sua forma itinerante e esquematizada previamente. Mas, no tempo de Santo Afonso existiam apenas as missões itinerantes? Ademais, a que modelo de Igreja tais missões são viáveis? Como os missionários da Província Redentorista do Rio de Janeiro receberam essa herança carismática e a adaptaram em torno de 1968 até os inícios do século XXI? São questões que nos ateremos a partir de agora.

Conceito de missão

Que a Congregação Redentorista possui sua razão de ser na missão, isso ninguém discute. Contudo, o que vem a ser missão? O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa assim define o termo

[Do lat. *Missione*] S.f. **1.** Função ou poder que se confere a alguém para fazer algo; encargo, incumbência. **2.** Função especial da qual um governo encarrega diplomata(s) ou agente(s) junto a outro país; comissão diplomática. **3.** O conjunto das pessoas que receberam um encargo religioso, científico, etc. **4.** Ofício, ministério. **5.** Obrigação, compromisso, dever: *missão de pai*. **6.** Prédica ou sermão doutrinal. **7.** Estabelecimento, instituição ou instalação de missionários para pregação da fé cristã²².

²¹ Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE), mestre em História pela Universitat de Lleida/Espanha (UdL) e membro da Congregação do Santíssimo Redentor.

²² "Missão". In: FERREIRA, A. B. de H. (Ed.), 1988, p. 436.

Esta definição mais geral do termo missão está em consonância com o sentido próprio de missão dentro da Igreja, conforme o Decreto do Concílio Vaticano II sobre a atividade missionária da Igreja *Ad Gentes*, de 07 de dezembro de 1965.

A atividade missionária não é outra coisa senão a manifestação, isto é, a epifania e a realização do plano divino no mundo e na história: com ela Deus conduz claramente a termo a história da salvação. Com a palavra da pregação e com a celebração dos sacramentos cujo centro e ápice é a santa eucaristia, ela torna presente o Cristo, autor da salvação (AG 9b)²³.

Logo, a missão da Igreja é o ato da difusão do Evangelho pregado por Jesus Cristo e de tornar presente a própria Igreja entre os povos, no plano prático da missão e, no plano sobrenatural esta evangelização deve ser movida pelo Espírito Santo que suscita missionários e meios adequados para o bom termo de sua missão. Um dos meios suscitados à humanidade e à Igreja foi a Congregação do Santíssimo Redentor. Todavia, como os redentoristas entendem sua missão no mundo e na Igreja? A Constituição primeira da Congregação nos diz bem enfaticamente

A Congregação do Santíssimo Redentor, fundada por Santo Afonso, é um instituto religioso de diversos ritos, missionário, clerical, de direito pontifício e isento, cuja finalidade é: “continuar o exemplo de Jesus Cristo Salvador, pregando aos pobres a Palavra de Deus, como ele disse de si mesmo: Enviou-me para evangelizar os pobres”. Dessa maneira, a Congregação participa do mandato da Igreja que, por ser sacramento universal de salvação, é, por natureza missionária.

Isso a Congregação realiza atendendo, com dinamismo missionário, às urgências pastorais e se esforçando por evangelizar os homens mais abandonados, principalmente os pobres.

A Congregação continua o exemplo de Cristo pela vida apostólica que compreende, a um só tempo, a vida especialmente dedicada a Deus e a obra missionária dos Redentoristas (Const. 01).

Portanto, é bastante evidente o lugar destacado que a missão, entendida como mandato divino a homens de fé (Igreja) que, em contato com Deus através de Jesus Cristo, pregam a Boa Nova da Salvação, ocupa no coração dos redentoristas. A Congregação entende sua finalidade como participante da obra da salvação pela pregação itinerante, sobretudo, aos mais pobres. Assim, a Congregação, enquanto instituto religioso, seria espaço de união de fé e, enquanto extensão institucional da Igreja, obra missionária dedicada aos menos privilegiados sociais.

A missão itinerante

O modelo missionário herdado por Santo Afonso e adotado em sua fundação era o modelo comum de sua época: a reunião de padres dispostos a largarem a comodidade do lar e irem ao encontro daqueles que deveriam receber a Palavra de salvação. Portanto, a missão, já em âmbito redentorista, se constituía basicamente da pregação e da celebração dos sacramentos de pequeno povoado em pequeno povoado, uma vez que o Fundador elegeu como foco missionário os habitantes da zona rural e dos pequenos povoados devido ao seu abandono espiritual por parte da Igreja no território napolitano do século XVIII.

²³ DECRETO AD GENTES SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA, 1966: 356.

O modelo tradicional de pregação de missões, contudo, foi adaptado por Afonso. O costume nesse tipo de trabalho missionário itinerante do século XVIII era sua estruturação nas chamadas “Missões Centrais”, ou seja, “os missionários pregavam numa cidade que fosse ponto central de uma região, convidando o povo que morava ao redor, em vilas distantes, para se reunir naquele ponto” (OPPITZ, J. W., 1979, p. 90-91). Afonso, já experiente nestas missões desde sua juventude²⁴, quando funda os missionários redentoristas não adotará este tipo de organização. Sua Congregação não utilizará o sistema de “Missões Centrais”, mas, pregará nos pequenos povoados de forma que o povo antes alijado dos exercícios missionários por não conseguir se deslocar, agora, passaria a receber os missionários *in loco*.

Outra adaptação afonsiana do método missionário diz respeito ao tempo propriamente dito das missões. Oppitz atesta que Afonso discordava do pouco tempo dispensado nas missões itinerantes de sua época, pois, segundo ele “o período era insuficiente para o atendimento das confissões, para providenciar a reconciliação dos inimigos, para visitar os doentes e, de uma forma geral, para consolidar o trabalho feito na missão” (OPPITZ, J. W., 1979: 91). A novidade da missão itinerante redentorista, neste quesito, foi o aumento temporal dos exercícios missionários: geralmente durava mais do que quinze dias e nunca menos de duas semanas, acrescentando ainda, a renovação da missão decorrido um ano de sua pregação (cf. OPPITZ, J. W., 1979, p. 91). Nota-se nesta adaptação afonsiana do tempo da missão sua preocupação com o bom atendimento das demandas *institucionais* da pregação missionária: o êxito do trabalho estava no tempo dedicado ao povo missionado que deveria buscar nova forma de viver a partir da reconciliação sacramental e, no caso dos doentes, sua salvação eterna pela visita missionária que lhe conferiria a chancela sacramental: sacramentos da reconciliação e da unção.

Terceira e quarta mudanças no estilo de missionários que Afonso introduziu na Igreja por sua Congregação diz respeito à forma de pregar e ao modo de viver. Afonso era radicalmente crítico à forma predicativa em voga na época: pregações rebuscadas, *floreadas* e intelectualizadas; por a Congregação Redentorista ser destinada aos mais abandonados, este tipo de pregação era terminantemente indesejado e combatido pelo Fundador, fatos que deram efeito, pois, o modo da pregação redentorista torna-se e permanece até hoje simples e acessível às camadas populares. Porém, não bastava para Afonso a pregação simples se esta não estivesse atrelada também a um estilo de vida simples pelos membros da Congregação. Contrariando boa parte dos prelados de sua época, que buscavam certos confortos e missões em paróquias mais ricas a fim de um retorno financeiro maior, Afonso proíbe terminantemente o estabelecimento de remuneração pelo trabalho missionário e chegando a instrução radical de que, se houvesse dupla demanda simultânea de trabalho missionário, a opção deveria ser feita contemplando a realidade mais pobre (cf. OPPITZ, J. W., 1979, p. 91-92).

²⁴ Afonso de Ligório, como muitos jovens nobres do Reino de Nápoles do século XVIII, participou dos oratórios de São Filipe Néri, em sua infância e também da Associação de jovens nobres, em sua adolescência. Estas obras pias reuniam jovens bem nascidos e era espaço de promoção humana e de fé, possibilitando um espaço de convivência entre iguais e os movendo à caridade aos mais pobres. Dentre as práticas piedosas destas associações de jovens nobres estava o cuidado e a visita aos enfermos do Hospital dos Incuráveis de Nápoles. Depois de padre passou a pregar nas encruzilhadas dos bairros pobres para os trabalhadores e humildes, iniciando as Capelas do Entardecer: pontos constantes de reunião, geralmente nas praças públicas. Finalmente, seus passos em direção aos pobres e seu zelo pela pregação evangélica o levaram ao Colégio dos Chineses e à Congregação das Missões Apostólicas. Estes passos de Afonso no terreno da piedade, como leigo, e das missões populares, como presbítero, definirão a identidade do futuro fundador dos redentoristas.

A duração das missões não seguia algo muito rígido, mas, tendia às adaptações de cada região missionada, cabendo aos missionários estabelecer o tempo determinado em cada lugar. Todavia, o tempo das missões deveria variar sempre de no mínimo dez dias e no máximo trinta e seis dias. Entretanto, ordinariamente, as missões tinham a duração média de doze dias. O prolongamento de tempo se dava por conta do número de habitantes locais. Inicialmente os exercícios das missões se davam na igreja principal, porém, se esta não suportasse o número de fiéis simultaneamente, após todos os exercícios missionários executados ali, logo havia a possibilidade dos missionários se dirigirem para outras igrejas e lá atenderem o todo populacional, o que ficou chamado como “missões menores”, embora ainda parte da missão naquele povoado ou cidade do interior (cf. ORLANDI, G. “A Missão”. In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 325).

Embora a Congregação Redentorista tenha surgido de uma necessidade muito patente das populações rurais do Reino de Nápoles em terem acesso aos meios cristãos de vida eclesial, e por acréscimo de todas as regiões rurais do mundo naqueles tempos e até os dias atuais em muitos locais, os redentoristas não eram intransigentes. As missões só aconteciam com o pedido formal das autoridades locais, fato que logo elevou o moral deste grupo entre as autoridades eclesiásticas. Ademais, o senso de disciplina era muito forte, pois, quem autorizava um trabalho missionário era sempre o reitor de cada casa missionária, cabendo a este os custeios de todo o trabalho, pois, as missões eram gratuitas. Fatos que geravam coesão interna no grupo e, simultaneamente, aumentava exponencialmente a força do testemunho destes abnegados missionários entre o povo.

Por questões de economia de espaço e foco, não discutiremos aqui toda dinâmica própria da missão itinerante, pois, queremos apenas demarcar este trabalho e sua importância na vida deste grupo missionário e compreendê-la em seu berço nascedouro, percebendo seus pontos de contato e de inovação no tocante à prática da época. No entanto, citamos, sem o devido desenvolvimento, as práticas que ocorriam nas missões itinerantes e que ditavam o desenvolvimento da mesma: **1) O grande exercício:** era o ponto central das missões, ocorria no período da tarde e terminava já à noite, sendo constituído pela recitação do rosário, uma instrução ao povo e encerrava-se com o grande sermão noturno; **2) As funções:** cerimônias e práticas piedosas em sentido penitencial que ocorriam após o sermão da noite; **3) Os afetos:** eram mensagens curtas endereçadas aos presentes nas igrejas e aos dispersos pelas ruas, e tinham temáticas variadas, ou seja, desde lembretes práticos da ocasião das missões até exortações contra os vícios, mas, sempre num tom de “fervorinho”, transparecendo bastante sentimento por parte do missionário; **4) As comunhões gerais:** o objetivo da missão era alcançar o número completo dos habitantes das áreas missionadas, por isso, o sacramento da comunhão era uma das formas de se visualizar o efeito prático da eficácia missionária. Assim, as comunhões gerais, todas contabilizadas aritmeticamente, era a distribuição da eucaristia aos grupos de fiéis separadamente: meninos e meninas, moças, senhoras, mulheres casadas e viúvas, homens, gentis-homens, artesãos e, finalmente, enfermos, havendo um ritual próprio para os oito grupos; **5) Exercícios especiais:** pregação dos exercícios espirituais às classes de pessoas que houvesse, sempre de forma separada, além da catequese ou instrução do povo, catequese das crianças, mediação de conflitos a fim de se buscar a paz; **6) As confissões:** eram vistas como a mais desejosa prática a ser obtida dos participantes da missão, pois, fazendo uma boa confissão o fiel estaria mais próximo da salvação por conta da reconciliação e do propósito de mudança de vida; **7) A vida devota:** sempre nos três ou dois últimos dias da missão. Era uma forma de ensinar o

povo a perseverar no caminho de fé. Eram atividades exercidas meia hora após o almoço: instruções sobre a oração mental, a preparação para a comunhão, sobre a Visita ao Santíssimo Sacramento e sobre como um verdadeiro cristão deve se comportar; o término destas instruções eram marcados pela meditação da Paixão de Cristo e das Sete Dores de Maria ou sobre os Novíssimos²⁵.

Carregada de símbolos²⁶, sacramentos e propagação da diva devota²⁷, parece-nos inegável que a missão redentorista, assim como toda a gama das missões católicas modernas, estava centrada no grande sermão da noite que, por sua vez, tinha a intenção de conduzir os ouvintes ao confessorário (cf. HITZ, P., 1962, p. 154). Comprovando isto, abaixo listamos os temas dos sermões da noite sugeridos por Santo Afonso, pelo índice de sermões da missão e pelas Constituições de 1764 sobre as missões²⁸.

Santo Afonso	Índice de Sermões	Constituição de 1764
O pecado mortal	A salvação ou a	A penitência
A confissão sacrílega	misericórdia divina	A salvação
A morte	O pecado mortal	A delonga da Conversão
O juízo	Os maus hábitos	O pecado mortal
O inferno	As ilusões do pecador	A morte
A Santíssima Virgem	A confissão sacrílega	O juízo
A oração	A morte do pecador	O inferno
A perseverança	O juízo particular	A eternidade
Alguns outros assuntos facultativos	As penas do inferno	A oração
	A Santíssima Virgem, esperança dos pecadores	A Santíssima Virgem
	A desdita das reincidências ou as ocasiões de pecado	E no centro, como sempre, a confissão sacrílega
	A eficácia e a necessidade da oração	
	Outros assuntos análogos	

Os temários acima demonstram a preocupação dos missionários com a condução dos ouvintes ao confessorário. Nota-se também que o centro da missão, os sermões noturnos, versam sobre temas escatológicos e as consequências para os fiéis que ignoram estas verdades da fé. Assim, embora, o objetivo seja a condução à

²⁵ Para uma visão mais aprofundada e detalhada destas missões na origem da Congregação Redentorista, sua dinâmica e organização, cf. ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 324-356.

²⁶ Os missionários se utilizavam de imagens plásticas de alguns temas missionários; também levavam grandes cruces para algumas pregações; ao lado do púlpito, sempre presente estava uma imagem de Nossa Senhora e sempre se pregava sobre a Mãe de Deus. Há também certa teatralidade, no sentido performático, nas pregações como monólogos com a caveira na mão, com a figura da alma condenada, etc., contudo, não eram apresentações coreografadas, pois, o próprio Fundador já havia instruído sobre o prejuízo dos excessos para o resultado da pregação, cf. ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 352-353.

²⁷ Esta prática era comum aos diversos grupos missionários da época, que consistia basicamente na preparação para a confissão. De modo geral alguns missionários ficavam para trás ao término das missões para ensinarem a oração mental às pessoas que porventura tivessem se atrasado para a prática sacramental. No caso dos redentoristas, esta prática era realizada como pertencente à missão em si, ou seja, durante toda a missão os missionários instruíam o povo nesta arte, cf. ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 355-356.

²⁸ Temários fornecidos por HITZ, P. 1962, p. 154-155.

reconciliação com Deus e a nova conduta de vida, há certo rigor nos temas e bastante ênfase na danação. Fatos que evidenciam a herança e a continuação de certa “Pastoral do Medo”²⁹, embora o próprio Afonso, em seu *Foglietto*, tivesse deixado claro os principais temas a serem pregados: o amor a Jesus Crucificado, a devoção para com a Mãe de Deus, a necessidade da oração para a salvação, a fuga das más ocasiões e a desgraça das pessoas que, por vergonha, deixam de confessar seus pecados (cf. ORLANDI, G. “A Missão”. In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 352).

O período missionário posterior à morte do Fundador demonstra certa estabilidade no tocante ao método empregado nas missões e também nos temas dos sermões. Vejamos alguns temários europeus compreendidos em seus respectivos recortes temporais.

Século XIX ³⁰		
Diretório Suíço (1828)	Diretório Holandês (1833)	Diretório Bávaro (1885)
A salvação	A salvação	A salvação
A morte do pecador	A confissão	A confissão sacrílega
O inferno	A dilação da conversão	O pecado mortal
A impureza	A morte	A morte
A paixão de Jesus Cristo	A paixão de Jesus Cristo	O juízo
A confissão sacrílega	O juízo	O inferno
O céu	As qualidades da confissão	A Santíssima Virgem
A oração	A misericórdia de Deus	A cruz
A perseverança	A contrição	A eucaristia
	O escasso número dos eleitos	A perseverança
	A Santíssima Virgem	
	A penitência	
	A perseverança	

Em solo brasileiro a estrutura e a duração da missão seguiram basicamente a europeia. Todavia, o diretório de temas dos sermões noturnos de inícios do século XX já se mostrava diferente de província para província. Tomemos, para o caso brasileiro, o exemplo de holandeses (fundadores da Província do Rio) e alemães (fundadores da Província de São Paulo).

Diretório Brandouw (holandeses) ³¹	Diretório Bávaro (alemães) ³²
Sermão de abertura	Salvação
Salvação	Sacrilégio
Pecado Mortal	Pecado Mortal
A morte	Morte
O juízo universal	Juízo
O inferno	Inferno

²⁹ Cf. DELUMEAU, J. 2003, II, p. 11-46.

³⁰ Informações fornecidas por HITZ, P. 1962, p. 160-161. Propriamente não são apresentados os diretórios, mas, os temas dos sermões noturnos das missões de Bellegarde (Friburgo, Suíça) de 1828, de Witten (Holanda) de 1833 e de Ratisbona (Alemanha) de 1885. Todavia, como cada região foi missionada pelas províncias nacionais, seguramente, podemos associar os temas destas missões aos diretórios próprios de cada província.

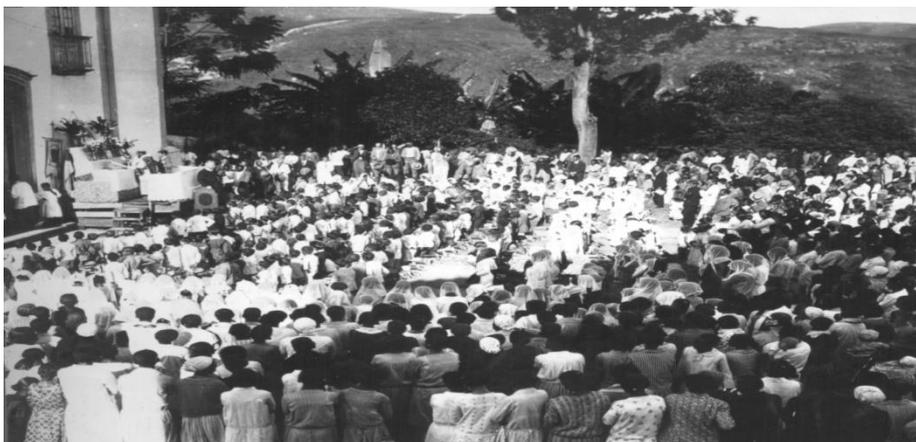
³¹ Temário fornecido por NETO, L. D., 2007, p. 208-209.

³² Temário fornecido por PAIVA, G., 2007, p. 280.

Patrocínio de Nossa Senhora A impureza A ocasião próxima A eternidade O casamento Os deveres dos pais Sermão do cruzeiro Sermão da oração Sermão de encerramento – perseverança	Patrocínio de Nossa Senhora Cruz Eucaristia Bênçãos - encerramento
---	---

O temário dos sermões noturnos evidencia a realidade adaptativa do programa missionário redentorista nas diversas realidades. É interessante notar que o Diretório Brandouw contempla missões de até quinze dias, enquanto que o Diretório Bávaro apresenta temas para a duração de missões até dez dias. O Diretório do Padre Henrique Brandouw, contudo, é herança dos missionários holandeses Padres Francisco Lohmeyer e Afonso Mathysen (cf. NETO, L. D., 2007, p. 210) e já demonstra a adaptação do Diretório Holandês às terras brasileiras. Ademais, a ênfase não está nas bem-aventuranças eternas (não constam os temas do céu e da eucaristia, por exemplo, seguindo a mesma linha dos diretórios do século XVIII), mas, nas dificuldades do tempo presente que impedem o cristão de alcançá-las. Assim, ao mesmo tempo que enfatiza as danações sobrenaturais, também pesa a mão no comportamento moral a ser evitado, daí os temas próprios da impureza, do casamento e dos deveres dos pais.

Enfim, após este curto apanhado sobre a pregação missionária redentorista itinerante, salta aos olhos a preocupação desta Congregação no tocante à reforma dos costumes, por isso, o foco da pregação era o seu efeito, isto é, levar seu auditório a buscar a reconciliação e a emenda de vida (conversão) através do sacramento da penitência e da prática de exercícios de devoção que sempre o recordasse de seu chamado à salvação. Salvação que embora fosse dom gratuito de Deus poderia ser perdida por uma vivência relaxada e desvinculada com as coisas da fé e um bom relacionamento com os outros. Por isso, a fim de não perderem a bênção e continuarem perseverantes, “os fiéis deviam colocar em prática todos os meios para vencer os inimigos de nossa salvação: o mundo, o demônio e a carne” e deveriam “frequentar principalmente os sacramentos, fazer a meditação todos os dias, a Visita ao Santíssimo e a Nossa Senhora (...), o terço rezado em família ou em particular” (ORLANDI, G. “A Missão”. In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 345).



Fonte: Missão itinerante redentorista em Conceição do Serro/MG – atual Conceição do Mato Dentro, 1912. Registro da comunhão geral das crianças.



Fonte: Missão itinerante redentorista em São João del-Rey/MG, 1934: missionário pregando para o povo.



Fonte: Missão itinerante redentorista em Dores do Turvo/MG, 1950: missa dos casais.



Fonte: Missão itinerante redentorista em Castelo/ES, 1961. Povo carregando o cruzeiro e sobre ele, um missionário: segundo piedosa tradição, quando o missionário se colocava sobre o cruzeiro, este se tornava mais leve!

Há apenas uma forma de missão na Congregação?

O carisma redentorista é puramente missionário e os congregados são enviados para anunciar aos pobres a Palavra da salvação como Santo Afonso fez e quis. No entanto, se lançarmos um olhar mais detalhado para a vida do Fundador, salta aos olhos o fato de que ele nem sempre pode se fazer presente nas missões itinerantes. Vide, por exemplo, seu período como bispo de Santa Ágata dos Godos (1762-1775) ou quando já estava nos seus últimos anos de vida. Assim, se Afonso não pode pregar missões isso significa que ele deixou de ser missionário ou que traiu o próprio carisma de sua fundação? Afirmar tais coisas seria um profundo desconhecimento do ser redentorista e da pessoa de Afonso. Ora, mesmo não pregando missões, Afonso foi sempre um homem dedicado aos pobres e atento às necessidades da Igreja do século XVIII. Sua vasta obra – livros, pinturas, músicas, etc. – demonstra claramente que Afonso sempre foi missionário – mesmo quando longe das missões itinerantes. E, o que dizer dos confrades que estavam a serviço dele, por exemplo, no corre-corre das publicações?³³ Seria possível que Afonso fundara uma instituição missionária e, contraditoriamente, estaria privando seus confrades do serviço missionário?

Para além da pessoa do Fundador em si, a dinâmica própria da Congregação atuar dentro de seu carisma contemplava outras práticas missionárias já no século XVIII e sob as bênçãos de Afonso de Ligório. Tannoia, o primeiro historiador da

³³ De forma direta há o envolvimento de dezessete (17) confrades, padres e irmãos, que auxiliaram Afonso em suas obras, seja nas pesquisas seja nas edições. Fabriciano Ferreiro fornece esta lista em: FERREIRO, F. "A atividade literária". In: CHIOVARO, Francesco (org.), 2019, p. 414-415.

Congregação e também o primeiro biógrafo do Fundador, anota em 1762 sobre as atividades da Congregação

[...] além das missões não era menor o bem que se fazia em tantas dioceses e povoados com os santos exercícios³⁴ que se realizavam com menor número de missionários. Eram tão frequentes esses pedidos que, com dificuldade, se podia atender a todos, mas tinham tão bom resultado que eram considerados como outras tantas missões. Os bispos empenhavam-se para obter os nossos para os retiros de seus seminaristas e do clero. Muitas confrarias que desejavam participar de grande bem contentavam-se em ter um só missionário, não podendo obtê-los em número maior (ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 368).

Havia também a realidade do ordinário da vida, isto é, enquanto o carisma redentorista impulsionava os congregados aos exercícios extraordinários das missões para fora de suas igrejas conventuais durante a temporada das missões³⁵, fora deste período próprio os redentoristas tinham que lidar com o cotidiano da vida, realidade que a Regra de 1764 definia e salvaguardava como obrigação dos missionários em sua atividade apostólica doméstica.

As missões, como se deduz da Regra, são a principal tarefa dos padres do Santíssimo Redentor; mas depois da missão eles deviam ainda atender espiritualmente, com todo o empenho, as pessoas dos povoados, onde estavam fundadas as casas. E isso com o plantão na igreja: confissões, vida devota, pregações, exercícios de preparação para a morte (*Protesta sulla morte*), retiros, confrarias, etc. e por isso é dever do reitor-mor vigiar com muito cuidado essa ação pastoral, a fim de que as almas não sejam prejudicadas na ajuda espiritual e não se falte com o fim de nossa Santa Regra e Constituições (FERREIRO, F. "O Apostolado Doméstico". In: CHIOVARO, Francesco (org.), 2019, p. 390).

Situações bastante peculiares que nos conduzem à pertença do redentorista na Congregação e que as atuais Constituições parecem ter resgatado deste passado remoto do período de estabelecimento no novo grupo missionário.

Por essa profissão, todos os Redentoristas são verdadeiramente missionários, quer se dediquem às várias funções do ministério apostólico, quer estejam impedidos de trabalhar, quer estejam ocupados em quaisquer serviços à Congregação e aos confrades, quer sejam idosos, enfermos e incapacitados para atividades externas, quer, principalmente, suportem dores ou enfrentem a morte pela salvação do mundo (Const. 55).

Se, todos os redentoristas são missionários por natureza, devido à profissão religiosa, não importando a forma de trabalho que desempenhem – desde que sempre de acordo com o carisma próprio da Congregação, só podemos concluir o seguinte: a missão itinerante, por mais destaque que tenha recebido ao longo da história, não é a

³⁴ Na prática eram retiros próprios para cada classe ou estado de vida: para o clero, para religiosas, para gentis-homens, para encarcerados e outras categorias. Para mais detalhes, cf. ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 368-372.

³⁵ "Afonso julgava os meses frios os mais apropriados para as missões. A campanha missionária durava um semestre com a interrupção de quase um mês. Iniciava-se nos primeiros dias de novembro e continuava até o carnaval, recomeçava no sábado *in Albis* e terminava no final de maio", ORLANDI, G. "A Missão". In: CHIOVARO, F. (org.), 2019, p. 324.

única forma da missão redentorista a ser realizada. Ademais, a Constituição 14 reza o seguinte

Essa obra apostólica da Congregação se caracteriza mais pelo dinamismo missionário, isto é, pela evangelização propriamente dita e pelo serviço aos homens e aos grupos mais abandonados e pobres, em relação à Igreja e às condições humanas (cf. Const. 3-5), do que por certas formas de atividade (Const. 14).

Ou seja, a missão dentro da Congregação Redentorista, por sua principal normativa – as Constituições –, é encarada mais pelo dinamismo missionário, isto é, por formas de atuação junto ao povo mais abandonado³⁶ do que por uma modalidade em si. Portanto, como que deixa clara esta apreciação da atuação do missionário redentorista, independentemente de sua forma estrutural, a missão é realizada a partir da fidelidade ao carisma do Fundador e da real presença qualificada e caridosa junto aos mais pobres da sociedade, sendo que isto pode-se dar pela modalidade mesma da pregação itinerante ou de outras tantas possibilidades criativas.

Um olhar histórico sobre as adaptações de modalidades missionários ao carisma missionário na Congregação

A Igreja antes do Concílio Vaticano II, sobretudo a partir da era moderna, foi marcada pelas missões itinerantes. Forma mais do que acertada de se manter a chama da fé viva num catolicismo sempre questionado pelo nascente pluralismo religioso e crescente secularização das culturas e sociedades. Contudo, por mais bem que este tipo de atividade tenha feito à Igreja daquela época, fica claro que a missiologia pré-Vaticano II tinha o único objetivo de salvar o maior número de almas do inferno e, além disso, pensava que os missionários não precisavam de teologia³⁷. E, por mais que Afonso pregasse o amor de Deus pelos homens, os redentoristas não puderam escapar a este modelo carregado e pessimista de missão da Igreja pós-tridentina com o lema “Salva tua alma!”, comum a todas as ordens e congregações missionárias daquele contexto.

Os redentoristas, porém, se destacaram por sua capacidade de leitura dos sinais dos tempos, ou seja, mesmo que sempre inseridos em contextos próprios, desde a fundação passaram por várias adaptações do carisma missionário, no tocante à forma, de acordo com as localidades “missionadas”. O primeiro exemplo disso foi do próprio fundador ao deixar a mítica Scala³⁸ e ampliar a fundação de Ciorani em 1738. Contudo,

³⁶ O embasamento desta Constituição parece mesmo ter sua inspiração na biografia de Santo Afonso que, reúne um grupo de padres para missionar de forma explícita e que, no desenrolar histórico daquele grupo, torna-se um instituto religioso que comporta tanto padres quanto irmãos; embora sua intuição primeira seja a pregação explícita do Evangelho pelos exercícios missionários, sua trajetória de vida o levou a outros campos missionários como teólogo moral, bispo, escritor, etc.

³⁷ Cf. COMBLIN, José, 2005.

³⁸ A casa pobre nas montanhas de Scala é a primeira habitação dos redentoristas e abrigou o novo grupo missionário de 1732 a 1738, sendo que já em 1734 a comunidade havia se transferido para Vila Liberi, permanecendo em Scala apenas dois padres até seu abandono definitivo em 1738 por dificuldades na manutenção da mesma e por outras impostas pelo clero local. Apenas em 1930 nova comunidade redentorista voltou a habitar Scala. De qualquer forma, este é um local mítico para o grupo religioso, tanto para os contemporâneos de Afonso quanto para os seus seguidores ao longo dos tempos, pois, Scala demonstra bem as dificuldades do início da Congregação ao mesmo tempo que ajuda a esclarecer o entendimento afonsiano sobre a pobreza. Todavia, em termos práticos, Ciorani é a primeira fundação estável da Congregação e permanece ativa até hoje de forma ininterrupta. O local foi cedido pelo Barão Sarnelli, pai do padre Januário Maria Sarnelli (1702-1744), companheiro de longa data

a adaptação mais evidente do carisma – e, por acréscimo também da Regra! – foi à realizada por São Clemente Maria Hofbauer (1751-1820).

O Santo, responsável pela expansão da Congregação para além das terras italianas, foi o primeiro redentorista que de fato fez uma adaptação mais evidente do carisma afonsiano. O contexto transalpino em fins do século XVIII e início do XIX era dos mais negativos no tocante às ordens e congregações devido ao regalismo que regia a vida da Igreja, às políticas anticlericais e às frequentes guerras entre os impérios. Clemente jamais participou ou pregou uma missão aos moldes daquelas pregadas no Reino de Nápoles ou nos Estados Pontifícios. Assim, será que o chamado “cofundador”³⁹ não teria sido um redentorista? Como viver o carisma num contexto que, taxativamente, proibia o exercício das missões?

Os registros da Congregação nos apresentam uma versão da Regra datada de 1793 e que seria a Regra Pontifícia impressa em 1782 pelo Governo Geral por ocasião da divisão da Congregação⁴⁰. Contudo, a Regra redigida em Varsóvia de 1793 possuía elementos de dois Capítulos Gerais posteriores a 1782: Scifelli, 1785 e Pagani, 1793. Antes disso, porém, também em Varsóvia, mas em 1789, houve uma edição feita por Clemente que ficou conhecida como *Regra de Varsóvia*. Já em 1819, em Viena, Clemente fez uma reelaboração da Regra Pontifícia a fim de apresentá-la ao imperador na esperança de que o mesmo autorizasse a Congregação no Império. Esta Regra foi totalmente reescrita para que se adaptasse às leis e situações austríacas. Mas, qual a finalidade de Clemente ao “escrever novas regras”? No caso da primeira, escrita em Varsóvia em 1789, Hans Schermann diz o seguinte: “nessa regra foram colocadas em evidência as missões como atividades pastorais dos redentoristas, ‘onde, porém, não era possível, colocou-se em primeiro plano a formação e a educação da juventude’. São objetivos que no tempo do iluminismo tiveram grande aceitação” (SCHERMANN, Hans (org.), 2007, p. 31). No caso da Regra de Viena, 1819, fica claro o propósito duma adaptação que visava a futura aprovação da Congregação que, com a Regra Pontifícia, seria impossível no Império Austro-Húngaro de José II.

Traçando um olhar da expansão redentorista no século XIX nota-se que o ramo que mais contribuiu para tal foi o ramo Transalpino de tradição *hofbauriana*. Daí a imediata conclusão: ao adaptar a Regra ao contexto transalpino Clemente só buscava o bem da Congregação e, para que a Congregação tivesse a chance de sobreviver num contexto tão turbulento, o primeiro ato não eram os trabalhos missionários

de Afonso e também membro do novo grupo missionário. Enfim, embora sem requintes de luxo, há grande abismo entre as construções de Scala e de Ciorani, sendo que o projeto de reforma da segunda foi elaborado e dirigido pelo próprio Afonso de Ligório.

³⁹ Seguramente, ao pé da letra, esta é uma exageração do papel de Clemente para a Congregação Redentorista, pois, sua entrada no grupo missionário deu-se bastante tempo após a fundação – entrou para o noviciado em 1784 e professou os votos religiosos no ano seguinte. Todavia, no tocante à memória mítica do grupo, sua presença e atuação fora da Itália vinham em confirmação às palavras do Fundador de que se a Congregação não tomasse vigor noutras localidades além do Reino de Nápoles, ela estaria fadada à morte.

⁴⁰ Não se trata de um cisma interno, mas, de uma espécie de “cabo-de-guerra” entre o rei de Nápoles, Carlos de Bourbon, e o papa Bento XIV: acontece que Bento XIV aprovava o novo instituto missionário em 25 de fevereiro de 1749, contudo, o reino napolitano ainda não o fizera. Em 1751 o rei, desconhecendo a existência daquele grupo, sentiu-se ofendido quando, num exercício de caça nas imediações de Deliceto, deparou-se com um convento não aprovado por ele. A partir de 1752 houve a permissão da manutenção das casas já existentes, mas, não o reconhecimento legal por parte do poder civil. Esta questão ficou conhecida como “regulamento”, que perdurou mesmo depois da partida do rei Carlos para a Espanha em 1759, abdicando seu trono em favor de filho Ferdinando, ainda menor de idade, levada adiante pelo ministro Bernardo Tanucci até sua queda em 1776, quando fora substituído de sua função pelo Marquês de Sambuca. Todavia, esta situação só ficou resolvida em 1793.

itinerantes tradicionais, mas sim sua aprovação pelo governo civil. Contudo, ao fazer isso, Clemente também foi o primeiro, em sintonia com a evangélica audácia do Fundador, a entender que o carisma redentorista, para ser fiel à proposta de Afonso, deve ser adaptado às realidades presentes, ou seja, se não era permitido fazer missões itinerantes, as paróquias seriam – e foram! – centros de missões permanentes no sentido de uma nova proposta de vivência paroquial, muito além da simples execução de atos litúrgicos ou devocionais, assim também como os orfanatos e escolas o foram para estes primeiros redentoristas fora de terras italianas.

A missão inserida

É interessante notar que o Concílio Vaticano II fez a Congregação Redentorista repensar o seu estilo e a sua eficácia missionária. O Concílio fez valer o sonho de João XXIII acerca do *aggiornamento* da Igreja frente ao mundo secularizado e, ao mesmo tempo, selou a paz entre mundo e Igreja. A “abertura” da Igreja provocou principalmente a Vida Religiosa Consagrada que se viu na obrigação de repensar seus valores e as congregações receberam a incumbência de reescreverem suas constituições (cf. Decreto *Sedes Sapientiae*, 1967).

Com o Concílio Vaticano II e o Decreto *Sedes Sapientiae* houve uma profunda revisão no modo de como a Congregação enxergava as missões populares. Uma mudança necessariamente deveria ocorrer.

A Província do Rio⁴¹ foi pioneira no tocante à missão no Brasil⁴² e sua reformulação – como os holandeses também o foram ao fazerem o Brasil conhecer a Congregação do Santíssimo Redentor em 1893. Em consonância com o Concílio Vaticano II, com a Igreja da América Latina e com a renovação das Constituições nasceu um novo jeito de se exercer a missão em meio aos pobres: a missão inserida.

A conversão pessoal, porém, se realiza na comunidade eclesial. Por isso a finalidade de toda a obra missionária é suscitar e formar comunidades tais que levem vida digna da vocação a que foram chamadas, e exerçam a tríplice função que lhes foi atribuída pelo próprio Deus: sacerdotal, profética e régia.

Os missionários conduzem os convertidos a participar plenamente da Redenção que se exerce na Liturgia, principalmente no sacramento da reconciliação no qual, de modo sublime, anuncia-se e celebra-se o Evangelho da misericórdia de Deus em Cristo, e máxime na Eucaristia, pela qual se constrói a Igreja.

Dessa maneira torna-se a comunidade cristã sinal da presença de Deus no mundo. Alimentada pela Palavra de Deus dá testemunho de Cristo, passa sem cessar com Cristo ao Pai pelo mistério eucarístico, caminha na caridade e se inflama no espírito apostólico (Const. 12).

⁴¹ Com a expansão territorial da Congregação em vários países europeus na primeira metade do século XIX, a organização congregacional precisou passar por reformulações: a principal delas foi sua subdivisão em províncias autônomas entre si, mas, submissas ao Governo Geral. Os redentoristas chegam ao Brasil em 1893 a pedido da Arquidiocese de Mariana, vindos da Província da Holanda. Fundam a partir de Juiz de Fora a missão redentorista holandico-brasileira. O desenvolvimento desta missão redentorista no Brasil dá origem em, 1951, à atual Província do Rio de Janeiro que tem como responsabilidade primeira a evangelização nos territórios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

⁴² A primeira missão itinerante em solo brasileiro foi pregada pelos holandeses na atual região do Gramma na cidade de Juiz de Fora, àquela época pertencente ao curato da atual Paróquia Redentorista da Glória. Os exercícios missionários tiveram início em 28 de julho de 1895 e terminaram em 06 de agosto daquele mesmo ano. Para informações detalhadas desta primeira missão em solo brasileiro e das outras duas pregadas ainda no ano de 1895, cf. NETO, L. D., 2007, p. 125-129.

A missão inserida, assim como a missão itinerante, possuiria diretório, metodologia e duração preestabelecidas. O diretório da missão inserida elaborado pelos missionários e aprovado pela Província data de 10 de agosto de 1991 e possui o título “Uma Nova Evangelização Inculturada e Libertadora”⁴³. Sem dúvidas é o documento que traz a dinâmica da missão inserida em sua forma mais madura⁴⁴ e em viva sintonia com os anseios do Concílio Vaticano II para toda a Igreja, pois, “é uma síntese da história, das experiências em nossas missões, marcadas pelo momento da Igreja e pela fidelidade às tradições missionárias redentoristas. É um projeto para o futuro, uma história que ainda temos de fazer” (ASSIS, J. F. de, 2011, p. 28).

A prática da missão inserida nasce da necessidade, notada pelos missionários redentoristas, de um aprofundamento na conversão pessoal e comunitária ao Cristo. Embora incluísse a necessária conversão pessoal, o enfoque da missão inserida era a conversão comunitária, ou seja, formação de comunidades de base sólidas que permitissem a perseverança na missão. Todavia, seria impossível a formação de cristãos conscientes em apenas alguns dias de missão. Por isso, o tempo da missão inserida duraria um triênio, podendo haver a renovação por mais outro triênio. As áreas de inserção missionária seriam em locais abandonados pelo Estado e por paróquias e dioceses nos territórios que compreendiam as fronteiras provinciais, ou seja, uma inserção em realidades desprovidas das estruturas civil e religiosa. O número de missionários inseridos em cada missão também era determinado: mínimo três confrades e nunca mais que cinco, sendo, geralmente, imprescindível a presença de um Irmão. Os objetivos eram a formação consistente dos leigos, de tal modo a assumirem os trabalhos comunitários em suas várias pastorais; a conscientização de seus direitos como cidadãos; e a estruturação paroquial, inexistente quando da chegada dos missionários, em rede de comunidades, o que, em muitos casos, levou a uma estruturação da própria comunidade civil.

O objetivo: uma experiência de “Igreja Comunidade”, visando maior participação pessoal, maior conscientização, uma rede de pequenas comunidades; valorizando sobretudo a figura do “leigo” na Igreja, pela sua insubstituível posição na Evangelização. Dentro do critério que todo trabalho pastoral de renovação da Igreja é missionário (ASSIS, J. F. de, 2011, p. 26).

Após toda esta estruturação, os missionários entregavam a nova paróquia para a diocese e seguiam para outra região de forte abandono. Assim, as missões inseridas colocaram redentoristas disponíveis, desapegados de luxo, com certa qualificação e conscientes de sua vocação missionária em periferias urbanas e rurais dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A história das missões inseridas ainda não está sistematizada e organizada, assim, muito do que se consegue é a partir de pequenos documentos datilografados ou pelos ricos testemunhos dos missionários que viveram esta fase das missões redentoristas no Brasil, fruto de mudanças fundamentais advindas de longas paradas

⁴³ Documento oficial datilografado em papel ofício A4, com trinta e quatro páginas, mas, de circulação interna da Província, produzido sob o governo provincial de Padre Dalton Barros de Almeida (1937–). Nos ateremos mais detalhadamente nele no próximo subitem.

⁴⁴ O próprio Diretório da missão inserida assim qualifica essa fase das missões na Província do Rio de Janeiro, fruto de longas caminhada e reflexões: “Quando, agora, reformulando nosso trabalho de ‘Missões’, reafirmamos o objetivo de implantar Comunidades Eclesiais na modalidade de CEBs, nós da Província RJ-26, damos-nos conta de opções concretas que fazem avançar a evangelização, a consciência de Igreja, as mudanças de vida e de relacionamento. Julgamos tais opções como manifestação da Copiosa Redenção. Optar por este caminho é fortalecer uma alavanca pastoral decisiva para os rumos do cristianismo na modernidade”, Diretório: 15.

para estudos e reflexões (cf. Diretório: 15). Portanto, há discordância sobre quando foi iniciada esta prática missionária. Segundo Padre Jéssu Ferreira de Assis (1931-2019), em um manuscrito não publicado de 2016, a missão inserida teve início em Mutum/MG, Diocese de Governador Valadares, no ano de 1970 e sua prática na Província foi encerrada em Conceição do Castelo/ES, Diocese de Cachoeiro do Itapemirim, durante o triênio 1994-96⁴⁵. Já para Padre Waldo Pignaton (1939-)⁴⁶, a prática da missão inserida iniciou-se em Goiabeira/MG, Diocese de Governador Valadares, no dia 02/08/1968, tendo durado nesta localidade até 02/02/1975; todavia, concorda com Padre Assis de que a modalidade da missão inserida tenha se encerrado em Conceição do Castelo no triênio 1994-96. Contudo, para a maioria dos confrades, a experiência da missão inserida foi finalizada em Cariacica/ES, Arquidiocese de Vitória, em 2007, quando aquela inserção, iniciada em 2001, foi transformada em fundação por força de aprovação em Assembleia e formalização de contrato de permanência por cinquenta anos.

Neste artigo optamos pelo início da missão inserida no ano de 1968 e seu término, em âmbito provincial, no ano de 2007, tendo este hiato de cinco anos de 1996 a 2001, ou seja, do fim dos trabalhos em Conceição do Castelo ao início do novo e último trabalho missionário de inserção em Cariacica. É válido lembrar que durante estes quase quarenta anos de missões inseridas, um grande número de confrades compunha as equipes missionárias e várias missões inseridas aconteciam ao mesmo tempo em distintas localidades. Tal realidade, porém, não excluiu a administração das paróquias históricas e santuários, assim também como a prática das missões itinerantes pela Província; tanto que, nos inícios da década de 1990, surgiu uma nova modalidade missionária itinerante: a Semana Missionária Vocacional Redentorista, até hoje praticada.

O Diretório da missão inserida⁴⁷

Acertadamente este diretório foi definido por Padre Assis⁴⁸, pois, ele é mesmo uma síntese histórica e vivencial das atividades missionárias de inserção na Província do Rio de Janeiro desde o ano de 1968. Vindo a público e sendo recebido nas mãos pelos missionários redentoristas em 1991, este diretório aponta para uma vivência missionária praticada primeiro e só depois compilada e sistematizada. Este processo documental demonstra o grau de compromisso e de reflexões dos missionários com a atualização do carisma afonsiano para o contexto eclesial da segunda metade do século XX, ao mesmo tempo que experimentavam na prática pastoral novos métodos e iniciativas. Assim, ao mesmo tempo que o diretório é um rico documento que nos aproxima com segurança da atividade missionária deste grupo religioso em sua prática

⁴⁵ Todavia num documento de 2011, Padre Assis afirma que a missão inserida teve início em Galileia, ou seja, não em 1970, mas, em 1971: “Visando os objetivos e as preocupações da própria Igreja do Vaticano II, sob o impulso dos questionamentos diversos sobre a estrutura das Missões, o grupo resolveu fazer uma experiência missionária, assumindo uma paróquia ou região por tempo determinado. A primeira experiência foi em Galileia (Diocese de Governador Valadares)”, ASSIS, J. F. de, 2011, p. 26.

⁴⁶ Manuscrito que o próprio Padre Waldo redigiu e me entregou em 2017, fruto de suas memórias pessoais e da memória grupal desta atividade missionária.

⁴⁷ Propriamente o documento não é apresentado com o nome de *diretório*, mas, de Projeto Missionário. Este segundo nome encarna o espírito crítico da época entre os redentoristas da Província do Rio que pensavam o que deveria ser a missão e demonstra certa tentativa de ruptura com as estruturas fixas e rígidas do passado, porém, na prática, é sim um diretório que define e regulamenta a forma de se fazer a missão pelos missionários inseridos.

⁴⁸ Cf. ASSIS, J. F. de, 2011, p. 28, em citação textual mais acima.

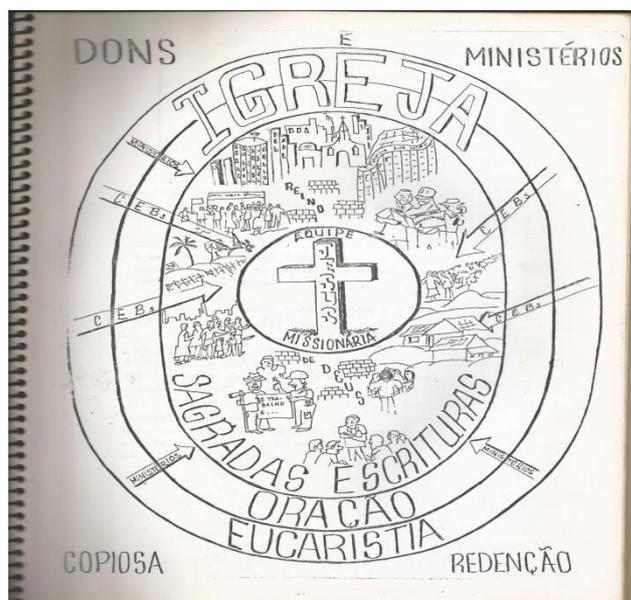
missionária já depurada e institucionalizada, também é um rico testemunho do processo de início e maturação da metodologia missionária redentorista inserida e aponta para as diversas tentativas empregadas.

Esquema do Diretório “Uma Nova Evangelização Inculturada e Libertadora”
Palavra do Provincial: “Por uma presença significativa na realidade” – p:I-III
Desenho que explica e condensa toda a teologia e modo de execução do diretório: p. IV
Objetivo geral das Missões Inseridas: “em regiões abandonadas suscitar comunidades eclesiais (modo CEBs)”: a) “anunciando a Boa Nova de Jesus Redentor sobre o destino do Homem e do Mundo, vivendo como Igreja; b) “testemunhando a luta pela justiça e a paz em favor dos mais fracos”; c) “mediante todo um estilo missionário que requer a participação como elemento de pedagogia evangelizadora, capaz de gerar transformações”; d) “contribuindo assim para um jeito libertador de ser Igreja e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna” (p. V).
Súmula de Nosso Projeto Missionário: Fidelidade – Critérios – Programas de ação (esta súmula é a explicação do desenho da p. IV, deixando claro o real objetivo e alcance desta metodologia missionária: p. 01-06.
Três explicitações advindas da súmula:
“Nossa Presença missionária” e “inserção e espiritualidade: um estilo de vida” (p. 07-12) <ul style="list-style-type: none"> I. Presença de inserção: 1. Uma comunidade de vida; 2. Uma comunidade de partilha. II. Traços afonsianos desta escolha: 1. Dimensão encarnatória; 2. Dimensão Pascal; 3. Dimensão Eucarística. III. Pontos concretos para nossa espiritualidade: 1. Ser presença; 2. Ser memória agradecida; 3. Ser orante; 4. Abertura; 5. Compromisso.
“Comunidades Eclesiais na modalidade de CEBs” (p. 13-20) <ul style="list-style-type: none"> I. Algumas razões históricas desta opção pastoral: 1. Sumário dos marcos evolutivos de nossas “Missões”; 2. Mudanças convergentes. II. A origem fundante da escolha III. Estrutura e dinâmica das comunidades eclesiais: 1. Propõe-se uma experiência multiforme de conversão [...]; 2. A vivência e atuação é tríplice [...]; 3. As características da vivência e da atuação incidem sobre [...]; 4. Os ministérios nas Comunidades Eclesiais. IV. Comunidades Eclesiais, concretizações da Redenção Copiosa
“Processo Pedagógico Missionário” (p. 21-34) <ul style="list-style-type: none"> I. Objetivo do PPM II. Exigências III. Vinculando fé e vida IV. Planejando participativamente: 1. Um estilo de Vida e Trabalho; 2. Conceituando Planejamento e Plano; 3. Elementos para articular os planos; 4. Etapas de qualquer processo de planejamento. V. Pressupostos para que ocorra um processo

- VI. Potenciando o grupo
- VII. A formação do Agente de Pastoral: 1. Conceituando: a) Ação pastoral e b) Sujeito da ação pastoral; 2) Qualidades requeridas do A.P.: a) Quanto ao serviço fraterno e b) Quanto à pessoa do A.P.; 3) A formação do Agente Pastoral: a) Responsabilidade da Equipe Missionária e b) Formar o A.P. na Espiritualidade Missionária
- VIII. A continuidade da obra missionária



Fonte: Capa do Diretório da missão inserida. 10 de agosto de 1991.



Fonte: Desenho da página IV do Diretório. Apresenta o resumo teológico-ecclesiológico-metodológico da missão inserida. A devida explicação é dada nas páginas 01-06 do Diretório.

A teologia do Diretório⁴⁹

O processo eclesial-pastoral que gera o Diretório das missões inseridas é marcado pelas novidades e desafios das reflexões trazidas à tona pelo Concílio Vaticano II, em contexto eclesial mundial, e pela Teologia da Libertação, em âmbito continental e nacional. As possibilidades pastorais tornaram-se múltiplas, pois, dentre outras coisas a Vida Religiosa deixou de ser a busca pelo estado de perfeição e passou a ser uma opção de vida com a mesma dignidade do matrimônio ou da vida secular. Ademais, o olhar teológico da Igreja latino-americana, em diálogo com as outras ciências da humanidade⁵⁰, deslocou-se da ênfase dogmático-litúrgico-sacramental para reflexões que inferiam diretamente sobre a realidade a partir do horizonte do pobre. Assim, a constatação da realidade continental mostrou-se dura, escravizante e mesmo gritando pela ação libertadora da Igreja.

Aprofundou-se a dependência latino-americana e seu endividamento, cresceu a concentração de renda e o desamparo e marginalização da maioria do povo. No plano político, as ditaduras militares escoradas nas Leis de Segurança Nacional impuseram um duro fardo a todo o continente. No Brasil, o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, instaurou o arbítrio, a violência e a tortura como forma institucionalizada de repressão; no Chile, a derrocada de Allende [...]; a tortura, sequestros de pessoas e o terrorismo tomaram conta de países como a Argentina e o Uruguai. Um capitalismo mais duro, mais impessoal, mais sofisticado apoiado em empresas multinacionais, foi imposto no continente (BEOZZO, J. O., 1993, p. 124-125).

O diálogo com a realidade a partir do método de inspiração marxista VER-JULGAR-AGIR-REVISAR orientará a ação da missão inserida junto aos mais pobres (cf. Diretório: 06). Entretanto, parece mesmo que antes dessa nova forma de fazer teologia entre os redentoristas os guiar para o campo prático de ação inserida, esta nova categoria de pensamento teológico, isto é, a Teologia da Libertação, os fez enxergar a urgência do carisma da Congregação para aquele contexto, afinal, Afonso fundara o grupo missionário para estar junto do povo mais pobre e abandonado do século XVIII. No Brasil da segunda metade do século XX, entre os redentoristas da Província do Rio de Janeiro, a forma de estar junto aos pobres e abandonados foi tomada de forma radical, ou seja, a missão não seria apenas um curto tempo de intensos exercícios missionários que elevassem a fé do povo, mas, a partir de agora os missionários estariam de forma prolongada junto com seus destinatários fundamentais. Embora esta fosse a consciência de parte do grupo provincial, seguramente não era a da maioria. Assim, este novo jeito de fazer missão precisava se justificar e, ao mesmo tempo, se mostrar como fiel ao carisma da Congregação e coerente com a Vida Religiosa (VR) na Igreja.

Em nossas constituições (Vg. 20) e nos vários documentos do Governo Geral nos últimos doze anos (cf. Comunicanda 04 e 07; o tema Sexênio que

⁴⁹ Vamos indicar o Diretório “Uma Nova Evangelização Inculturada e Libertadora”, nas referências apenas como “Diretório”, acompanhado da página em que extraímos o texto citado.

⁵⁰ O Documento do Concílio Vaticano II *Optatam Totius*, de 28 de outubro de 1965, no número 20 estabelece o seguinte sobre a formação dos futuros ministros ordenados: “Sejam também instruídos no uso dos auxílios que as disciplinas pedagógicas, psicológicas e sociológicas podem prestar, segundo os devidos métodos e as normas da autoridade eclesiástica”. Ou seja, agora a Teologia, de forma oficial, dialogaria não apenas com a Filosofia, mas, com as demais ciências.

termina) se clama por uma Vida Religiosa missionária mais sensível à injustiça das maiorias; por uma VR mais inculturada; por uma VR com uma espiritualidade mais mística e histórica simultaneamente, na perspectiva do Servo de Javé, evitando reducionismos ora espiritualizantes ora secularizantes (Diretório: 07).

O embasamento bíblico desta nova metodologia missionária será dado pela forma como Jesus viveu e anunciou o Reino de Deus aos seus coetâneos. Embora não cite direta ou indiretamente os textos sagrados⁵¹, seguramente o Diretório faz menção à encarnação-*kénosis* do Filho de Deus (cf. Jo 1, 1-4.9-11.14; Fl 2, 5-8) que se faz humano, forma de se identificar plenamente com os receptores do anúncio, e à sua pobreza material (cf. Mt 8, 20; Lc 9, 58) como forma de estar à disposição da missão (cf. Jo 4, 34; Mc 10, 17-31) e, ao mesmo tempo, servir de pregação viva de como se deve acolher a mensagem evangélica (cf. Mc 8, 11-13; Mt 16, 1-4; Lc 11, 29-32; Jo 6, 30), além da escolha de estar nas periferias de seu mundo anunciando o Reino de Deus aos mais abandonados sociais (cf. Lc 4, 14 – 19, 27).

Se queremos encarnar em nossa vida essa Boa Nova de Salvação e também anunciá-la com a mesma força de Jesus, é mister que assumamos seu modo de ser e viver plenamente identificado com o homem, principalmente os mais abandonados, tendo em vista que o modo de viver é a primeira e mais eficaz evangelização (Diretório: 07).

A missão inserida, porém, nunca deve ser individual, mas, comunitária. O Diretório insiste bastante nesta importante realidade teológica eclesial e da Vida Religiosa, as quais a Congregação Redentorista integra. Todavia, esta comunidade religiosa missionária que chega a um lugar “estranho” não pode atuar como “invasora”, mas, “pressupõe sermos recebidos pelo povo. Não se trata de uma invasão, mas antes de um pedido de inserção que necessita do consentimento para podermos entrar” (Diretório: 07). Assim, a comunidade religiosa será um sinal vivo para os marginalizados que, mirando o modelo de vida dos missionários, moldará seu jeito de vida comunitário e familiar. Entretanto, a comunidade missionária deve estar sempre atenta para a realidade missionada: pobres entre os pobres, ou seja, “a escolha do local de trabalho já define, de certo modo, a marca do trabalho missionário” (Diretório: 08).

A missão inserida exigirá dos missionários, acostumados ao povo, é verdade, maior desapego das estruturas conventuais que a Congregação Redentorista no Brasil herdou de seus fundadores europeus. Se há pouco tempo havia a área de clausura dos grandes conventos, agora, a casa missionária inserida, ainda que resguardada certa privacidade, “deve ser aberta ao povo; nosso estilo de ser e viver deve ser simples” (Diretório: 08). Toda esta exigência de readaptação e mudança de mentalidade implica o objetivo da missão: “ajudar o povo a caminhar com seus próprios pés” (Diretório: 08) que só será possível se os missionários, “homens do sagrado”, não chegarem com espírito autoritário de quem só quer ensinar aos que nada sabem e quebrarem a mentalidade de rígida separação entre religiosos e povo (cf. Diretório: 08).

A missão inserida encontra sua força espiritual e carismática na própria fonte da Congregação Redentorista: o Fundador. “A opção que fazemos ao nos inserirmos em meios populares não é ideológica, mas teológica. Estará calcada em uma enraizada

⁵¹ Não cita textos sagrados nesta parte documental, pois, mais à frente, ao atrelar a inserção à Espiritualidade Redentorista, trabalhará bíblicamente estas três dimensões: Encarnação, Páscoa e Eucaristia, cf. Diretório, p. 09-11.

experiência de Deus que desde os pobres nos chama, nos interpela. Como ocorreu com nosso Fundador Afonso, em Escala entre os cabreiros” (Diretório: 08). Mostrando que este é um caminho inteiramente coerente com a espiritualidade redentorista, o Diretório afirma que o apelo dos pobres aos redentoristas de então é forma concreta do seguimento de Jesus que se dá na tripla dimensão da Espiritualidade Redentorista: presépio (dimensão encarnatória), cruz (dimensão pascal) e eucaristia (dimensão eucarística), que na prática teológica, é a revelação do divino mistério na história dos mais sofridos (cf. Diretório: 09-11).

Finalmente, a teologia da missão inserida implica em alguns pontos concretos em relação à Espiritualidade Redentorista. O missionário deve ter claro em seu coração que Deus não é um conjunto de verdades a serem anunciadas, mas Pessoa e presença, por isso, sua atuação deve ser relacional e de serviço, levando o povo à liberdade e a ser sujeito na Igreja e no mundo (cf. Diretório: 11). O segundo ponto é a disponibilidade para as coisas mais difíceis assumidas como vocação própria do missionário, ou seja, ter e ser memória agradecida pela chance que a vocação lhe oferece e, também, não reclamar das dores próprias dessa vocação, mas, antes, agradecê-las (cf. Diretório: 11). O terceiro ponto é fundamental para que o missionário inserido não caia no esvaziamento do mero executor de tarefas: a vivência missionária inserida implica sobretudo vida de oração: “em comunidade se cria o espaço e o tempo para a oração. E colocando a leitura orante da Bíblia, Palavra de Deus para o homem de hoje, como constitutiva da espiritualidade missionária” (Diretório: 11). A espiritualidade da comunidade missionária, quarto ponto, deve estar aberta e disponível para o povo: “uma abertura da oração da Comunidade Missionária para a participação do povo, orando a fé e a vida de maneira simples, afetiva e criativa” (Diretório: 11). O quinto ponto diz respeito à pregação missionária que, em última análise não se trata de sermões ou palavras, mas de atitude de vida: “em suas múltiplas modalidades se faz cristocêntrica. É redentora em confronto com a cultura concreta das pessoas face ao Homem Jesus, o Cristo; donde a correlação entre fé e compromisso libertador” (Diretório: 12).

A atuação missionária inserida

Seria impossível num curto trabalho como este abarcar toda a atuação dos missionários redentoristas em suas missões inseridas. Assim, como fizemos em nossa abordagem sobre as missões itinerantes, elegeremos um fio condutor que nos possibilite uma aproximação respeitosa e inteligível desta metodologia missionária.

Tendo em vista os contextos eclesial, latino-americano e social vivido por estes missionários de meados do século XX e motivados pela renovação teológico-pastoral do Vaticano II, a missão inserida nasce da crítica à eficácia dos trabalhos missionários que o grupo vinha desenvolvendo até então. Esta *crise institucional* é registrada no Diretório quando razões para a mudança de perspectiva missionária são apresentadas (cf. p. 13). De forma bastante superficial o documento apresenta alguns “marcos evolutivos” (termo do documento) das missões redentoristas. Trazemos a conclusão do percorrido das páginas 13-14: a forma missionária itinerante em sua metodologia, conteúdo, teologia e objetivo não tinham mais eficácia de evangelização para os tempos modernos. Percebemos que a crítica dos missionários aos meios tradicionais da missão reside no foco do trabalho missionário: a missão itinerante buscava a conversão pessoal e não oferecia meios concretos para a permanência e perseverança do convertido e não o tornava um agente transformador do mundo, deixando o fiel

numa dicotomia “fé” separada da “vida”, o que gerava esfriamento da fé e individualismo eclesial⁵².

Animada pela Teologia da Libertação e pelo carisma missionário da Congregação Redentorista, a missão inserida dará grande ênfase ao leigo como construtor ativo da comunidade eclesial. Portanto, o que está em jogo na atuação destes missionários é a forma como eles, que vivem em comunidade ajudarão o povo a edificar relações fraternas nas comunidades locais. Pensando nisto, o Diretório prevê todo um programa para a formação do Agente de Pastoral que liderará em conjunto as diversas áreas e setores da comunidade de fé (cf. Diretório: 28-34). Chama-nos a atenção, contudo, a maneira como a comunidade e estes agentes pastorais serão formados: “não se inicia o implante de Comunidades formando os Agentes. Seria além de equivocado, um desastre para o Projeto Missionário” (Diretório: 28). Assim, fica evidente que o ponto de partida da missão inserida é a reunião de homens e mulheres que vivem e celebram a fé cristã em comunhão com toda a Igreja (cf. Diretório: 18). Daí, a missão inserida é a proposição de um modelo de Igreja em que os membros da comunidade, sobretudo os fieis leigos, participem ativamente de suas estruturas, vivam profundamente a dimensão da conversão individual e comunitária e atuem como sujeitos de evangelização (Palavra de Deus), da liturgia (Culto) de modo a erradicar a forte marca do clericalismo e de organização participada da vida eclesial (Governo), resguardando, assim, a vida prática da fé em suas orações, devoções e celebrações que, embora muitas vezes criticadas, serão mantidas pelos missionários inseridos.

A consciência partilhada pelos missionários junto ao povo simples de que eles, os pobres, são o sujeito da evangelização criaria, necessariamente, uma mentalidade mais crítica à realidade. Assim, as balizas de sucesso da missão inserida vêm já destacadas no título do documento: nova evangelização **inculturada e libertadora**. Estas duas categorias tornam-se fundamentais para nossa compreensão da missão inserida redentorista. Embora haja a implementação de toda a estrutura básica de uma comunidade eclesial e, posteriormente, da estrutura paroquial, o ponto de destaque destas comunidades são o respeito à cultura e à tradição daqueles que recebem os missionários. Daí, a religiosidade popular, assim como os costumes próprios de cada região serão respeitados e integrados à vida de fé sem a crítica clericalizada europeia de outrora. Todavia, por ser um projeto libertador, não só os costumes tradicionais da Igreja passarão pelo crivo da crítica, mas, também as religiosidades populares. Estas últimas têm lugar na comunidade e resguardarão sua relevância como instrumento de identidade daquele povo, entretanto, aos poucos, devem ser “redimidas de seu fatalismo, sua passividade, suas alienações” (Diretório: 18).

A condução do processo da libertação das estruturas de pecado e dominação/exploração do povo simples, acarretará na intervenção social destes missionários em parceria com os leigos locais. Não por acaso o registro das missões inseridas está repleto de atuações pontuais na vida prática das comunidades: reivindicações junto aos poderes públicos por direitos como educação, moradia, saúde, etc. Ademais, muitas outras obras foram realizadas a partir do princípio da solidariedade e da organização de mutirões. O que gerou naquelas populações o

⁵² Esta crítica parece-nos bastante desproporcional ao real alcance das missões itinerantes antes do Concílio Vaticano II, mas, é preciso ter em mente o espírito crítico e marcado pelas inovações científicas da época. Ademais, na perspectiva no Concílio o leigo deveria exercer um protagonismo na vida eclesial, mas, nos trabalhos itinerantes tradicionais o leigo, de fato, era tratado como destinatário de uma mensagem e conteúdo a serem abraçados a fim de que ele se convertesse e alcançasse a salvação. Assim, amparados pelo espírito *reformador* e pela necessidade de validação do novo método, torna-se evidente a necessidade intencional do desmerecimento da itinerância tradicional neste documento.

espírito de cidadania animado pela fé que molda e transforma a realidade em algo melhor.



Fonte: Obra de assistência social criada pelos missionários inseridos em Belo Oriente/MG. 1981.



Fonte: 1977. Primeira casa missionária em Belo Oriente. Da direita para a esquerda, de cabelo comprido, perfilado, Pe. Waldo Pignaton acompanha o processo de iluminação elétrica na cidade.



Fonte: 1981. Belo Oriente. Casa simples dos missionários redentoristas. No canto, Pe. Waldo Pignaton desenvolvendo trabalhos manuais.



Fonte: 1977. Belo Oriente. Pe. Américo Magalhães da Fonseca (1918-1993), à esquerda e de calça comprida, junto a cidadão local acompanhando a instalação de rede de esgotos na cidade.

Missão itinerante e missão inserida

A renovação dos métodos missionários, porém, não foi uma novidade na Província do Rio. Em 1902, por exemplo, os pioneiros holandeses efetuaram a primeira mudança no modo de executar a missão no Brasil. Tal mudança ficou conhecida como o Diretório Brandouw⁵³. Outra mudança ocorreu em 1903 quando a missão holandesa no Brasil se tornou vice-província com o nome de Vice-Província Holândico-Brasileira ou de Juiz de Fora, ou seja, antes desse evento cada reitor de convento possuía iguais poderes, de modo que não havia interferência nas atitudes dos missionários de um convento para outro. Com a figura do Superior Vice-Provincial houve maior harmonia e unidade nos trabalhos missionários e as decisões concernentes a este tema tomaram um âmbito mais geral e valiam para todos os missionários.

É importante lembrar, todavia, que os dois estilos de missão, itinerância e inserção, não se excluem um ao outro. Eles podem coexistir harmonicamente dentro da Congregação e também dentro de uma mesma unidade. Embora a missão itinerante seja mais vistosa e preferida pela maioria dos redentoristas no mundo, é de se questionar o seu real efeito na vida das pessoas e das paróquias que a recebem. O fato é que, mesmo com a missão itinerante dividida em 5 fases atualmente, o que fica, grosso-modo, na memória e na vida dos fieis é o “oba-oba” causado com os exercícios piedosos dos missionários nas comunidades durante a terceira fase da missão. É muito

⁵³ Tal diretório foi também implantado pelos redentoristas bávaros de Aparecida, atualmente Província de São Paulo, em substituição ao já ultrapassado Diretório Bávaro de 1884, sob orientação e supervisão do Pe. Henrique Brandouw durante o período de 1902-1910 que, ao que parece, mudaram apenas alguns dos temas desse antigo esquema do início século XX aprendido com os missionários holandeses; inclusive o esquema em três fases da missão foi-lhes ensinado pelos confrades da futura Província do Rio. Para mais informações sobre o Diretório Brandouw, cf. NETO, L. D., 2007: 206-217; PAIVA, G., 2007, p. 284-306.

comum notar que as áreas missionadas guardam apenas superficialmente na memória do que ocorreu, associando a ocorrência da missão como mais um simples evento religioso paroquial, não produzindo uma real conversão comunitária. O efeito mais visível das missões itinerantes atualmente nota-se pelo “fogo de palha” durante a missão e o desânimo posterior das comunidades até voltarem à “passividade” de antes, isto é, numa visão mais crítica desta modalidade missionária nos dias atuais, nota-se que não produz frutos que permaneçam de médio a longo prazo.

Daí, uma comparação torna-se impossível: enquanto a missão itinerante faz missãozinha com as crianças cantando e dando pequenas instruções, a missão inserida forma uma pastoral da catequese; enquanto a missão itinerante faz encontro com os homens e encontro com as mulheres, dando instruções morais e de cunho prático, a missão inserida forma uma pastoral familiar que acompanhará a vivência das famílias em suas alegrias e dificuldades; enquanto a missão itinerante fica pautada principalmente nos sacramentos da Igreja e na catequese básica, a missão inserida ajuda as pessoas a descobrirem o quanto é gostoso estarem reunidos em comunidade; enquanto a missão itinerante deixa o legado da setorização paroquial, descentralizando o funcionamento das matrizes, a missão inserida tece uma paróquia em rede de comunidades. E as comparações poderiam se estender, mas, cremos que já nos fizemos entender: embora não se excluam mutuamente, repetimos, a missão inserida é mais consistente em teologia/eclesiologia e em eficácia no que tange à conversão e à construção de comunidades cristãs no presente e para o futuro próximo da Igreja.

Portanto, dizer que a missão inserida não é missão, aos moldes redentoristas, é desconhecer a História da Congregação e o que é desenvolvido neste tipo de trabalho e, pior ainda, é estar atrelado a um modelo de Igreja pós-tridentina onde a vida eclesial era vinculada apenas aos sacramentos e aos exercícios de devoção, recusando o Concílio Vaticano II e as atuais Constituições da Congregação do Santíssimo Redentor. Assim, pensamos que a trajetória das missões itinerantes gerou no século XX a fértil missão inserida e, se as missões itinerantes quiserem realmente manter sua eficácia, urge aprender com a missão inserida novos métodos missionários para o presente da história a fim de se libertar da mera repetição de práticas já caducas e que não tocam tão eficazmente o coração e as necessidades dos cristãos.

Consideração final

A missão redentorista, para manter o espírito de Santo Afonso, jamais pode ser enquadrada numa única modalidade de atividade. O que atesta isso é a história desde as raízes da Congregação. Portanto, se o carisma não se inculturar na forma de vida do povo simples os redentoristas não seriam missionários e, se não forem missionários, também não serão redentoristas no sentido almejado pelo Fundador.

A missão inserida nasce de uma leitura histórica da Congregação e também da leitura correta e fiel do Concílio Vaticano II e das Constituições renovadas do grupo missionário. Assim, é óbvio que a missão inserida é missão redentorista por excelência como também a missão itinerante o é. Contudo, é preciso notar que a missão itinerante está para o Concílio de Trento e a “Santa Regra” impressa em 1782 assim como a missão inserida está para o Concílio Vaticano II e as Constituições e Estatutos atuais da Congregação do Santíssimo Redentor.

Não queremos, com isso, dizer que a Província do Rio encontrou a solução universal e duradoura para os desafios missionários. Não. Longe disso. Afinal, cada Unidade da Congregação possui sua tradição missionária que tende a responder os seus desafios locais. Ademais, como o ser humano é dinâmico, também os métodos

missionários são provisórios e susceptíveis a mudanças quando não mais eficazes. O veredicto sobre a missão inserida na Província do Rio é que ela foi um importante ponto de chegada de intrépidos missionários que foram sensíveis aos sinais dos tempos e às demandas dos cristãos de sua época. Ou seja, a missão inserida não é uma ruptura, mas, uma continuação do exercício missionário da Congregação. Portanto, como continuação, é devedora de toda a herança que recebeu dos holandeses e, ao mesmo tempo, não terá a palavra final do que deve ser a missão redentorista no futuro. Permanece, assim, a esperança de que fieis à espiritualidade e ao carisma redentoristas, a missão sempre encontrará um modo eficaz de se fazer atual e importante na vida da Igreja. Nessa esperança, finalizamos parafraseando Jacques Le Goff

A missão se constrói. É uma grande esperança. Ela só se realizará se levar em conta a história: uma missão sem história seria órfã e infeliz. Pois hoje vem de ontem, e amanhã sai do passado. Um passado que não deve paralisar o presente, mas ajudá-lo a ser diferente na fidelidade e novo no progresso. (LE GOFF, J., 2007, p. 9)

Fontes:

ARQUIVO REDENTORISTA: Fotos e documentos. Juiz de Fora.
CONSTITUIÇÕES E ESTATUTOS DA CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR. Aparecida, 2004.

UMA NOVA EVANGELIZAÇÃO INCULTURADA E LIBERTADORA. Juiz de Fora, 1991 (*ad usum privatum*).

Referências bibliográficas:

- ASSIS, Jésus Ferreira de. *Como retornar às Santas Missões em nossos dias*. Juiz de Fora: Província do Rio, 2011 (*ad usum privatum*).
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COMBLIN, José. *Quais os Desafios dos Temas Teológicos Atuais?* São Paulo: Paulus, 2005.
- CHIOVARO, Francesco (org.). *História da Congregação do Santíssimo Redentor: As Origens (1732-1793) I,1*. Aparecida: Santuário, 2019.
- CHIOVARO, Francesco. *A História da Regra Redentorista*. In: *Formação Contínua: Textos Informativos 08*. Juiz de Fora: Província do Rio, 2010 (*ad usum privatum*).
- DECRETO AD GENTES SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA. *Documentos do Vaticano II*. Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis: Vozes, 1966.
- DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18) I e II*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Ed.). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- HITZ, P. *A Pregação Missionária do Evangelho*. Rio de Janeiro: AGIR, 1962.
- LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dir). *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994.

LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MICHELOTTO, João Batista. *Congregação Redentorista*. Resenha Histórica: 1732-1982. Juiz de Fora: Esdeva, 1982.

NETO, Luciano Dutra. *Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2007.

OPPITZ, Joseph W. *História e espiritualidade alfonsiana*. Estudo sobre a Congregação do Santíssimo Redentor e seu fundador S. Afonso Maria de Ligório. Aparecida: Santuário, 1979 (*ad usum privatum*).

PAIVA, Gilberto. *A Província Redentorista de São Paulo 1894-1955*. Fundação, consolidação, ereção canônica e desenvolvimento. Um estudo histórico-pastoral. Aparecida: Santuário, 2007.

PAPA PAULO VI. "Decreto Optatam Totius". *A Santa Sé*. 28 de outubro de 1965. http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html.

SCHERMANN, Hans (org.). *São Clemente Maria Hofbauer*. Perfil de um Santo. Aparecida: Santuário, 2007.

O MITO NAPOLEÔNICO NAS ENTRELINHAS DA *GAZETA DO RIO DE JANEIRO*

Carolina Ramos de Souza⁵⁴

Resumo: O presente artigo tem por objetivo central investigar a construção do mito napoleônico nos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da coroa portuguesa no Brasil, entre os anos de 1808 e 1821. Partindo do pressuposto de que as guerras promovidas por Napoleão foram as responsáveis pela transferência da sede do trono português para o Brasil, pretende-se analisar a representação atribuída a figura de Napoleão por meio de expressões veiculadas nos artigos da *Gazeta*. Por conseguinte, acredita-se que o estudo de tais conceitos, publicados pelo periódico oficial da coroa portuguesa, pode contribuir para a compreensão das relações entre o mito napoleônico e a transferência da corte portuguesa para sua colônia na América.

Palavras-chave: Napoleão Bonaparte; *Gazeta do Rio de Janeiro*; História e Imprensa.

O dilema português: entre a cruz e a espada

Em dezembro de 1804, a Europa assistia a coroação do ambicioso corso que tivera uma ascensão meteórica desde que se tornara capitão da artilharia francesa aos 24 anos: Napoleão Bonaparte passou a governar a França sob o título de imperador, agora como Napoleão I. Sua primeira oportunidade aconteceu durante a ditadura jacobina e já no Ano II da República (1793) ganhou a patente de general; sobreviveu à revolução termidoriana (1794) e firmou-se enquanto defensor primordial da República durante a campanha italiana de 1796. Para o historiador Eric J. Hobsbawm “o poder foi metade atirado sobre seus ombros e metade agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e sua própria indispensabilidade” (HOBSBAWM, 2012, p. 129). Daí por diante, foi de primeiro cônsul a imperador em cinco anos, com o golpe do 18º Brumário.

Se por um lado, Napoleão pode ser considerado um dos melhores governantes que a França jamais vira até então, que levou estabilidade e prosperidade a todos os franceses após anos difíceis de fome, crise política e ameaças constantes de invasões, por outro lado, a nobreza europeia o via como um oportunista, pintado sob as cores da tirania. Em seu reinado, o ideal de libertar a pátria foi substituído pelo elemento conquistador e de exploração, desmantelando as fronteiras europeias, num movimento constante de invasões, seguido de ocupação e anexação de territórios por parte do exército francês. Como uma exceção: devido a sua localização geográfica fora da Europa continental, a Inglaterra manteve seu território seguro da guerra internacional realizada por Napoleão, mas não a salvo de sua ambição.

Portugal não teve a mesma sorte. Com a derrota francesa na batalha de Trafalgar, em 1805, a invasão das ilhas britânicas tornou-se algo inalcançável para os planos de Napoleão. Para tanto, o plano de invasão foi substituído pelo objetivo de exercer uma pressão econômica contra os britânicos, garantindo a eficácia do *Sistema Continental* a partir de 1806 através do bloqueio das relações comerciais inglesas com a Europa. No caso de Portugal, a situação criada por Napoleão era ainda mais crítica, uma vez que a escolha não era simplesmente romper relações com a Inglaterra e evitar uma retaliação por parte destes, ou desrespeitar o *Sistema Continental* e garantir a

⁵⁴ Historiadora graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mestra em Literatura e Cultura Russa pela Universidade de São Paulo (USP) e professora no curso de História na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

segurança de suas fronteiras contra o avanço das tropas francesas. Há muito tempo que Portugal perdera seu *status* de grande potência, o que acabou por deixá-lo encurralado entre os interesses opostos que predominavam na política europeia do início do século XIX, sendo que, para este, um conflito armado contra a marinha britânica ou o *Grande Exército* francês não era uma possibilidade.

(...) de um lado a Inglaterra, tradicional aliada, com quem mantinha uma incômoda relação de dependência econômica e que, naquele momento, encontrava-se empenhada numa coalizção europeia contra a política francesa expansionista; do outro lado a França, que exigia a sua adesão ao bloqueio comercial decretado contra a Inglaterra, ao mesmo tempo em que firmava um acordo secreto com a Espanha para conquista, ocupação e partilha do seu império (LYRA, 1994, p.107).

Diante do dilema em que se encontrava o príncipe regente D. João, independente da escolha que fizesse – entre a inimizade da França ou da Inglaterra –, o castigo que recairia sobre o império seria igualmente desastroso. Em um discurso pronunciado diante do parlamento inglês, o primeiro-ministro William Pitt⁵⁵ demonstrou que tinha plena noção da pequenez de Portugal em relação aos seus vizinhos, aconselhando D. João a partir para a América, de onde poderia reconquistar o reino e punir os franceses por seus crimes contra a soberania portuguesa:

Portugal, Reino pequeno, e dependente de seus Vizinhos, he Berço de Heróes, que foráo ao longe lançar os Fundamentos de seu Imperio: he lá onde Portugal tem as Barreiras da defesa: he de lá que o PRINCIPE DO BRAZIL pôde reconquistar o seu Reino: he de lá que pôde dictar Leis á Europa; e com hum Sceptro de Ferro castigar a França dos seus Crimes, e a Hespanha da sua Perfidia.⁵⁶

A consciência quanto às condições de precariedade do reino de Portugal, enquanto metrópole, e da condição de inferioridade de sua monarquia acabou por reavivar um projeto cogitado em outros momentos no qual a soberania portuguesa encontrava-se ameaçada por forças estrangeiras superiores as suas. O projeto consistia em deslocar a seda da monarquia para sua colônia na América, onde dispunha de um vasto território e estaria distante dos conflitos europeus, protegendo assim, não só a monarquia, mas a parte mais rica do império, da qual dependia o reino⁵⁷.

A situação tornou-se insustentável no dia 27 de outubro de 1807, após o Tratado de Fontainebleau ser assinado secretamente entre Espanha – já ocupada pelas tropas napoleônicas – e França, cujo plano consistia no objetivo de invadir Portugal e definir a partilha de seus territórios. A situação mostrava-se insustentável, até que, diante de tal dilema, o príncipe regente D. João colocara em prática aquilo que até então só se especulava: transferiu-se para o Brasil junto com todo o aparato burocrático necessário para se comandar seu império da América. E finalmente, no dia 29 de novembro de 1807, a esquadra portuguesa deixou o porto de Lisboa rumo ao Brasil. Apesar deste fato ter significado o rompimento de uma tradição histórica, tornando D. João o primeiro

⁵⁵ Chamado pelos portugueses pela equivalência de seu nome na língua portuguesa, *Guilherme*.

⁵⁶ *Papéis vários [Manuscrito] Tomo 3*, “O Discurso do Imortal Guilherme Pitt...” (e outros), Documento nº 22, pp. 8. In: <<http://purl.pt/16598/3/>>. Acesso em 18 de Maio de 2016. OBS: Optei por adotar a grafia original dos documentos que forem citados nessa dissertação.

⁵⁷ Segundo Lyra, em sua obra *A utopia do poderoso império* (1994), houve pelo menos quatro outros momentos em que o Brasil apareceu como uma possível tábua de salvação para as debilidades do reino.

monarca europeu a administrar os domínios do Império de uma colônia na América, a necessidade do deslocamento não foi o suficiente para frustrar o ânimo dos ilustrados portugueses. A partida para o Novo Mundo forneceu fôlego novo aos portugueses, que passaram a depositar na *nova corte* o sentimento de expectativa em relação à fundação de um novo e poderoso império no Brasil.

A nova corte do Rio de Janeiro

Diante do dilema entre Inglaterra e França – ou seja, entre a opção de romper relações com os ingleses e perder seus domínios no além-mar para a maior potência marítima da Europa, ou enfrentar Napoleão e as tropas do general Junot, assistindo ao desmantelamento da Monarquia de Bragança, tal qual ocorrera no reino da Espanha –, D. João adotou a alternativa mais fácil e talvez mais improvável: proteger o império, a monarquia e as colônias, transferindo-se para o Brasil, levando consigo as ferramentas fundamentais para governar o império português da América.

Por conseguinte, para que a construção de uma *nova corte* no Rio de Janeiro fosse possível, cabia à administração portuguesa alterar o modelo colonizador aplicado em sua parte da América nos três primeiros séculos de colonização. No caso de Portugal, a presença de comunidades indígenas pouco complexas facilitou a ocupação da nova colônia portuguesa – tanto no que diz respeito aos seus habitantes quanto ao seu espaço físico. Como não poderia ser diferente, a figura do indígena também foi dominada pelo povo conquistador como parte integral da colônia, que por meio da catequese jesuítica. Para tanto, a alfabetização indígena foi usada como ferramenta para o desmantelamento da cultura local.

Com isso, na perspectiva apresentada pelos estudos de Nelson Werneck Sodré:

(...) onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem Universidade nem imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum. (SODRÉ, 1999, p. 11)

O projeto português de aniquilar a cultura dos povos nativos de sua colônia resultou em uma série de consequências. O livro, por exemplo, como objeto simbólico que remete à questão do conhecimento, durante muito tempo, foi visto com desconfiança,⁵⁸ de uso restrito aos homens da Igreja.

A instalação da Imprensa Régia foi uma das ferramentas do governo português que, para a historiadora Andréa Slemian (2006), permitiu o desenvolvimento de condições novas e necessárias ao Brasil, suscitando o desenvolvimento de uma sociedade política. As novas publicações permitiram a divulgação e a circulação de ideias e notícias, oriundas de outros periódicos estrangeiros, vindos especialmente da

⁵⁸ Outra consequência apontada pelos estudos de Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos* (2005), refere-se à tese de que o modelo de colonização e de administração aplicado pelos portugueses para dominar o Brasil resultou na ausência de uma consciência nacional e de um desenvolvimento revolucionário disposto a reorganizar a sociedade e construir uma nação. Além disso, deve-se acrescentar a tal resultado os interesses da elite conservadora da colônia, uma vez que “para os homens de ideias constitucionalistas, parecia imprescindível continuar unidos a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização europeia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso”, p. 9.

Europa, dando movimento à antiga inércia que vigorou por tanto tempo na colônia. Todavia, é preciso lembrar que toda e qualquer informação que viesse a circular no Brasil era submetida aos censores régios – membros da elite letrada, presentes na *nova corte*, que filtravam o tipo de informação que poderia vir a ser veiculado.

Mediante ao novo contexto de transferência da corte para o Rio de Janeiro, a administração do Estado português transformou a *nova corte* no centro da censura oficial do império. Em 1808, a criação da Imprensa Régia tornou-se responsabilidade da Secretaria dos Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sob o comando de D. Rodrigo de Souza Coutinho – homem ilustrado, ministro e conselheiro de Estado do príncipe regente, D. João. Inicialmente, a Imprensa Régia tinha como função imprimir os papéis diplomáticos do Estado e sua legislação, mas a partir de setembro de 1808, a impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro* e de obras de diversos outros tipos também passaram a ser de sua responsabilidade⁵⁹.

Apesar do aviso presente no primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro* de que o Estado português só se responsabilizava pelos papéis impressos em seu nome: “Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilegio aos [ofi]ciaes⁶⁰ da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Gue[rra], não he com tudo Official; e o Governo somente responde por aqu[eles] papéis, que nella mandar imprimir em seu nome”⁶¹. No entanto, apesar da alegação do governo quanto a não oficialidade da *Gazeta*, Nelson Werneck Sodré discorda de tal premissa, declarando que se tratava de um “jornal oficial, feito na imprensa oficial” (SODRÉ, 1990, p. 20), isso sem mencionar a atuação da censura real. No Brasil, a *Junta Diretora* passou a ser o órgão responsável por realizar a censura prévia, examinando e selecionando as obras e notícias que poderiam vir a ser publicadas pela *Gazeta*, seguindo posteriormente para a análise da *Mesa do Desembargo do Paço*, que se fixaram no Rio de Janeiro com a *nova corte*, antes de sua publicação.

Sendo assim, pode-se considerar que a *Gazeta do Rio de Janeiro* converteu-se em um instrumento essencial para a veiculação das ideias de interesse do Estado português, tendo o poder de determinar a formação de uma opinião pública compatível com seus propósitos do governo, além de legitimar e fortalecer a monarquia portuguesa na América. De certa forma, o caráter oficial da *Gazeta*, como apontado por Sodré, impediu que este periódico desenvolvesse uma função social, propriamente dita, uma vez que o conteúdo disponibilizado pela *Gazeta* correspondia a um apanhado de artigos oriundos de periódicos europeus e notícias do cotidiano da família real. O historiador ainda alerta para o fato de que a iniciativa de elaborar a *Gazeta* não se deu de forma gratuita era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava de louvores, de ver proclamada as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias (SODRÉ, 1990, p. 29).

As diversas formas de se contar uma história

⁵⁹ No primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro*, na seção de notícias, de outras obras impressas pela Imprensa Régia: “Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes: Memoria Historica [da in]vasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o com[er]cio Franco do Brazil.”. *GRJ*, 10/09/1808, Nº 1.

⁶⁰ Os trechos colocados entre colchetes – [] – correspondem à partes de palavras apagadas nos documentos digitalizados da *GRJ*, acrescentado intuitivamente.

⁶¹ *GRJ*, 10/09/1808, Nº 1, p. 4.

Durante trezentos anos de existência, o livro e o acesso à informação eram extremamente restritos no Brasil. Contudo, com a transferência da corte para o Rio de Janeiro ocorreu um alargamento das amarras quanto à obtenção de conhecimento através da Imprensa Régia e da regulamentação de uma gazeta, mas o resultado foi bem diferente do esperado. Isso porque quando uma imprensa legítima finalmente se estabeleceu na colônia, os portugueses providenciaram todo o aparato necessário para controlá-la a partir da *nova corte* – por meio da censura oficial do Estado ou pelo fato da *gazeta*, dita não-oficial, ser confeccionada pela imprensa do governo.

Dessa forma, se é possível afirmar que os interesses do Estado português estavam presentes no conteúdo veiculado pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, cabe então investigar que tipo de informação era conveniente ao governo de D. João disponibilizar aos seus súditos. O que fica evidente é que mesmo estando no Brasil, a grande preocupação da monarquia ainda era o desenrolar dos eventos na Europa, noticiando matérias provenientes de jornais europeus quanto às ações de Napoleão Bonaparte em todo o continente e a reação dos que foram submetidos à sua política de dominação.

Outros temas convenientemente retratados na *Gazeta* referem-se: 1) à resistência no reino de Portugal contra o invasor: “Em todas as Cidades, e Villas desta Provincia foi aclamado com inexplicável o PRINCIPE REGENTE N. S.; o Povo foi armado, as medidas de defeza fôrão reguladas com igual prestreza, e acerto.”⁶²; 2) à importância do papel desempenhado pela Inglaterra em defesa das nações atacadas pelas tropas francesas: “Nunca a *Grã-Bretanha* representou hum papel mais honrado e glorioso. Peleijando a favor da *Hespanha*, e *Portugal*, combatemos a favor da *Inglaterra*.”⁶³; 3) à lealdade do povos das províncias do reino ao príncipe regente D. João e a esperança pela restauração da paz e da ordem no reino:

Nós o leal povo de Algarve rendemos a V. A. R., como o legitimo Soberano as homenagens da mais fiel vassalagem exhibida pelos deveres de reconhecimento e gratidão, a que V. A. R. mais como Pai que Imperante tem adquirido com os nossos corações, irrefragaveis Direitos, e absoluto Imperio⁶⁴

Como é possível perceber, o redator não-nomeado não se restringia a traduzir e publicar notícias das guerras napoleônicas, pelo contrário, uma vez que acrescentava reflexões quanto a conjuntura europeia de cada edição⁶⁵. Na realidade, ao se fazer a leitura dos exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*, nota-se que a função de informar o público leitor estava presente como uma prática secundária, especialmente no que diz respeito às publicações entre os anos de 1808 e 1815. Tendo em vista que o “contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia” (DARNTON, 1990, p. 96), apesar de ter sido declarado o caráter não-oficial da *Gazeta*, o que se verifica é exatamente o oposto – e não apenas pelo fato de ser confeccionada pela Imprensa Régia –, sendo que o conteúdo e a disposição dos artigos estão ordenados com o objetivo nítido de se construir pressupostos diretamente ligados aos interesses da coroa portuguesa.

Diante da nova realidade, com a monarquia em segurança na América, Portugal pôde sair de sua política de neutralidade e discrição que vinha mantendo na Europa e dar início a sua luta em combater a França de Napoleão por meio das palavras. Essa

⁶²GRJ, 05/10/1808, Nº 7, p. 3. Trecho extraído da gazeta *O Leal Portuguez*.

⁶³GRJ, 19/10/1808, Nº 11, p. 3. Trecho de artigo originário de *Courier 27 de Julho*, de 1808.

⁶⁴GRJ, 24/09/1808, Nº 4, p. 2. Trecho extraído do documento de *Participação do Supremo Conselho do Reino de Algarve a S. A. R.*, originário de *Faro em 5 de Julho de 1808*.

⁶⁵ Todo artigo ou documento presente na *Gazeta do Rio de Janeiro* é precedido pela informação do seu local e data de origem.

guerra verbal contra Napoleão, que tinha na *Gazeta do Rio de Janeiro* sua principal arma, resultou no desenvolvimento de um *mito napoleônico* presente no imaginário português.

As mil e uma faces de Napoleão na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Toma um punho de terra corrompida,
Um quintal de mentira refinada,
Um barril de impiedade alambicada,
De audácia uma camada bem medida;
A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha do Tigre ensanguentada,
De Corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida;
Tudo isto bem cozido em lento fogo
De exterior fagueiro, meigo e brando,
Atrevida ambição lhes lances rogo:
Deixa que se vá tudo incorporando,
E assim mui presto esperar; porque logo
Sai um Napoleão dali voando.⁶⁶

Apesar das múltiplas interpretações que existem a respeito da figura de Napoleão Bonaparte, é indiscutível a marca que ele deixou na história. No entanto, Napoleão não se fez por si só, existe toda uma conjuntura que está por trás de seu nome que colaborou para a construção do *mito napoleônico*. A situação de caos na França após 1789, a eclosão da guerra de coalisão em 1792, a República Jacobina e a fase do grande terror: todos esses fatores recorrentes da Revolução Francesa foram fundamentais para que Napoleão pudesse construir sua imagem. Contudo, apesar do contexto, o *mito napoleônico* “só pode se tornar inesgotável para a produção nas artes porque está alicerçado em uma trajetória singular” (NEVES, 2008, p. 37). Nascido na periferia da França, Napoleão tornou-se imperador aos 34 anos; fez e desfez das casas monárquicas, alterando todo o equilíbrio na Europa; após ser confinado na ilha de Elba, retornou ao poder na França para governá-la por mais cem dias, até ser derrotado e levado para Santa Helena, onde morreu em 1821.

Sobre o fascínio que Napoleão foi capaz de produzir sobre os homens de seu tempo, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2008) relata algumas histórias que, provavelmente romanceadas, demonstram as impressões que Bonaparte imprimiu em seus contemporâneos. Um desses casos é o encontro com Goethe durante o Congresso dos Príncipes, realizado em 1808, onde Napoleão expôs ter lido *O sofrimento do jovem Werther* (2010) e o condecorou com a *Ordem Nacional da Legião de Honra* – condecoração criada pelo próprio Napoleão, em 1802, com o intuito de recompensar os méritos eminentes militares ou civis à nação. Mais tarde, em 1813, Goethe teria proibido seu filho de participar das guerras de libertação da Alemanha contra Napoleão.

No entanto, fascínio não foi o único sentimento que Napoleão motivava nas pessoas, afinal, suas ações costumavam despertar os dois extremos: paixão e ódio. Neste caso, podemos citar o exemplo de Beethoven, admirador da Revolução de 1789, que começara a compor a *Sinfonia Heroica* para homenagear Napoleão quando este ainda era Primeiro Cônsul. Ao terminar a obra, em 1804, Beethoven recebera a notícia

⁶⁶Receita especial para fabricar Napoleões, traduzida de um novo exemplar impresso em espanhol por um amigo de ganhar vinténs. (*É infalível*). Reimpresso no Rio de Janeiro, Imp. Régia, 1809, p. 1. Apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 50.

de que Napoleão teria coroado a si mesmo enquanto imperador e foi tomado por um ataque de fúria, declarando que Napoleão não tinha nada de extraordinário e acabaria por se transformar em um tirano.

Diante de tais episódios, visivelmente romanceados *a posteriori*, pode-se dizer que as questões que rodeiam Napoleão geralmente são paradoxais. Primeiro, ele surge como grande defensor da revolução contra o absolutismo, para em seguida coroar-se imperador francês. Durante as guerras que travou em solo europeu, primeiro teve em Francisco I da Áustria seu inimigo, para depois tornar-se seu genro. Com Alexandre I, da Rússia, a relação também foi instável: começaram como inimigos até um acordo de paz aproximá-los em Tilsit, no ano de 1807, para voltarem a se confrontar quando, confiantemente, Napoleão invadiu o território russo, em 1812. Quanto a esse fato, Adam Zamoyski ressalta a crença de Napoleão de que “antes mesmo que se passem dois meses, Alexandre implorará pela paz” (ZAMOYSKI, 2014, p. 142). No entanto, as coisas não saíram como Napoleão esperava, encontrando na Rússia o início do seu fim.

Assim como suas ações eram incongruentes, as lendas que surgiram a partir de seu nome, e muitas vezes se sobrepuseram à própria história, não foram diferentes. De um lado, ligado a sua origem, está a *lenda dourada*, a qual o próprio Napoleão forjara e aproveitara-se dela. Com campo fértil especialmente na França, a lenda dourada de Napoleão construíra-se por meio de sua imagem enquanto “filho da Revolução Francesa, desejoso de estender e consolidar a França e espalhar por toda a Europa os princípios de 1789 – liberdade, igualdade e abolição do regime feudal –, pacifista, a quem a guerra foi imposta pelos soberanos e comerciantes ingleses” (NEVES, 2008, p. 41). Essa perspectiva que vigorou na França entre os anos de 1800 e 1814 representava Napoleão com todos os aparatos de um grande herói, quase um semideus invencível.

Entretanto, por outro lado, nessa mesma época, as nações que foram brutalmente afetadas pelos planos de Napoleão, em particular a Inglaterra, começaram a produzir uma série de escritos com o objetivo de edificar uma imagem depreciada de Bonaparte. Além dos ingleses, a *lenda negra*, como ficou conhecida, foi bem-recepcionada pelos alemães e russos, assim como fez sucesso na Península Ibérica. Ao citar o trabalho de Lewis Goldsmith, Lúcia Neves consegue ilustrar a construção da imagem de Napoleão sob a perspectiva de um homem violento, detentor dos piores vícios: “Nunca se viu indivíduo humano que reunisse uma combinação de crueldade, tirania, petulância, dissolução e avareza como Napoleão Bonaparte. A natureza não produziu ainda ente mais horrendo.”⁶⁷.

Sendo assim, pode-se concluir que a *lenda negra* se disseminou nos territórios onde o absolutismo reinava e acabaram submetidos ou ameaçados pelos planos de Napoleão. Distante de ser uma articulação de origem popular, a *lenda negra* foi uma expressão dos interesses das elites políticas e econômicas em relação ao governo napoleônico. No Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstrava claramente a intenção de disseminar, pela nova corte portuguesa, elementos que contribuía para a consolidação de uma visão repulsiva de tudo aquilo que remetesse à figura de Napoleão.

⁶⁷ GOLDSMITH, L. *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte e da corte de Saint-Cloud*. Lisboa, Imprensa Régia, 1810, p. 188. apud NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 43-44.

Os muitos nomes de Napoleão Bonaparte

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, todo dia era dia de Napoleão. Entre os anos de 1808 a 1815, foram raros os exemplares que não citaram seu nome. As notícias e os artigos do redator da *Gazeta* até podiam não se aprofundar nos assuntos, contudo, por menor que fosse a nota, de alguma forma Napoleão estava lá. Caso seu nome não fosse mencionado, era comumente usada uma grande variável de expressões que fizessem referência a sua pessoa e demonstrassem toda a revolta e indignação daqueles que foram submetidos ao seu poder. Cabe ressaltar que já no primeiro ano de publicações da *Gazeta* – fosse nos exemplares regulares ou na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro (GERJ)*, com impressões esporádicas –, em todas as edições é possível encontrar notícias cujos temas estavam diretamente ligados a Napoleão Bonaparte, como, por exemplo, sobre os movimentos do exército francês pela Europa; as análises de sua política e dos atos de seus generais; suas ordens, decretos, acordos e cartas; as guerras de resistência que se espalharam pelo continente, mas principalmente as batalhas na península Ibérica contra o domínio napoleônico.

No entanto, o que realmente chama a atenção é a variedade de definições e apelidos atribuídos a Napoleão. Em geral, a principal denominação utilizada pelo gazeteiro foi de chamá-lo predominantemente por “Bonaparte” e, algumas vezes, “Napoleão”. Contudo, ao se falar em Napoleão Bonaparte, seu nome dificilmente aparece sozinho, estando normalmente acompanhado de algum adjetivo ou conceito que tentam definir pontualmente para o leitor as características desse indivíduo, segundo a concepção daqueles que escrevem sobre ele.

Nos 50 exemplares impressos no ano de 1808 – sendo dentre esses 31 da *Gazeta do Rio de Janeiro* e 19 da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* –, apesar de Napoleão chegar a ser tratado pelo título de “Imperador”, isso ocorre em apenas seis exemplares. Mas quando o nome ou o título não são usados para remeter o leitor à figura de Napoleão, nomes de subversivos são inseridos, como, por exemplo, “inimigo comum da humanidade”, “usurpador” e “Tyranno da Europa”⁶⁸. No entanto, para além das definições simplórias, o redator escolhia e/ou escrevia artigos segundo os quais procurava justificar a má fama de Napoleão. A exemplo disso, pode-se recorrer a um artigo fundamentado em informações provenientes da gazeta inglesa *Times*, quando, referindo-se ao acordo firmado entre Alexandre I e Napoleão Bonaparte sobre o rio Niemen, o redator expôs sua esperança de que a “Rússia tornará a si” e “acabará de ver qual he o espirito, e o exito das promessas de Tilsit” ao perceber o “machiavelismo” francês, baseado em uma “política de tiros de canhão”, questionando ainda quais seriam as novas ameaças que os “embustes do Imperador dos Franceses”⁶⁹ empregaria dali por diante.

No ano seguinte – 1809 –, Napoleão permanece como pauta principal da *GRJ* e novos apelidos são usados para defini-lo, como “infame”, “iniquo tyranno da Europa”, “malvado”, “déspota”, “perturbador da Europa”, “pérfido Tyranno”, “bárbaro” e “inhumano”. Dentre as principais escolhas do gazeteiro, “usurpador” e “tyranno” ainda aparecem como principal codinome para Napoleão. O título de imperador raramente é seguido por seu nome, como em um artigo intitulado *Reflexão*, o qual aborda os verdadeiros interesses do “pérfido Tyranno” sobre Portugal: “O Imperador *Napoleão* quer que este bello paiz seja administrado, e governado todo em seu nome. – Sem que

⁶⁸ Mais uma vez, optei por manter a grafia original de todas as palavras e expressões citadas a partir da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

⁶⁹ *GRJ*, 19/11/1808, Nº 20, p. 3.

ninguem os chame a governar, em toda a parte se intromettem para roubar os Thronos aos legitimos Soberanos”⁷⁰, levando consigo misérias por onde passa.

No decorrer dos anos, é possível notar que as denominações aplicadas a Napoleão vão ficando mais criativas e irônicas. Em 1810, para além do usual título de “Imperador” e dos apelidos já comuns ao público – como “tyranno” e “usurpador” –, surgem “Imperador do Occidente”, “chefe dos hypocritas” e “Autocrata do Continente”, entre outros. Outra denominação que até então não havia sido usada é a de “Curso” e suas variações. Apesar de expressões que associam a figura de Napoleão Bonaparte à França, o fato de optarem por ligá-lo à ilha de Córsega demonstra a intenção de lembrar ao leitor de sua verdadeira origem, nada nobre, na periferia da França. Numa época em que ainda se atribuía valores a origem do nascimento de cada indivíduo, é sintomático quando o redator decide tratar Napoleão por “Curso” da mesma forma que o chama de “o maior dos Tyrannos” e “Usurpador do Continente”.

No primeiro exemplar de 1810, na última página da *Gazeta*, há uma carta de D. Mariano de Renovales – militar espanhol que participou da guerra de resistência contra a invasão francesa – em que declara “sou Hespanhol, que pelejo por um rei junto”, alegando que lutará contra os franceses e colocará a prova o valor de seus soldados para verificar “se Napoleão he todo-poderoso”⁷¹, como teriam blasfemado seus generais Pierre-Antoine Dupont e Horace-François-Bastien Sebastiani. Antes de finalizar a carta, Mariano de Renovales ainda insulta Bonaparte, criticando a forma com que este participa das batalhas travadas em seu nome: “He sobeja fadiga escrever tão largamente a hum homem indigno, como V. m., e incapaz de sahir ao campo, sustentado por hum milhão de soldados.”⁷²

Em outra edição deste mesmo ano, publicou-se um artigo que noticia o encontro dos “Vassallos de *Napoleão*” em Paris, os quais teriam como responsabilidade “conferir-lhe hum titulo novo, ou mais depressa sancionar pela sua servil submissão, o que ele bem quizer tomar”. No entanto, aparentemente, “ainda não se sabe qual lisongeará mais a sua vaidade, e se se proclamará Imperador do Oeste, Protector da Europa, Autocrata do Continente, ou simplesmente Cesar!!!”⁷³. Em tom irônico, é possível notar que o artigo rebaixa os nobres monarcas que aceitaram o domínio napoleônico ao *status* de *vassalo*, os quais teriam aceitado submeter-se às vontades do “Tyrano da Europa, Napoleão I”⁷⁴. Outra referência feita por este mesmo artigo trata-se do ato de Napoleão de se autocoroar imperador francês, e que, naquele momento, seis anos após se tornar imperador da França, reunia seus nobres súditos para conceder a si mesmo um novo título.

Em outro artigo reflexivo da *Gazeta*, intitulado *Napoleão e Luiz Bonaparte*, o redator da gazeta recorre aos gregos para elaborar uma análise da política e da conduta de Napoleão. O principal foco do artigo está no modelo de governar adotado por Bonaparte: “o qual, em quanto governa milhões de homens com um sceptro ferreo, e despotico, como nunca se vio, está tão isento de todo o governo moral e saudavel de si próprio, como os vassallos que tyranniza, e de serem senhores de si”⁷⁵. De acordo com a visão apresentada pelo gazeteiro em relação a tal panorama, o governo de Napoleão representava “os crimes da ambição” que para infelicidade geral “são muitas vezes cobertos de falsa gloria; mas os da malignidade e da vingança nada tem que lhe

⁷⁰GRJ, 20/09/1809, Nº 107, p. 1.

⁷¹GRJ, 03/01/1810, Nº 01, p. 4.

⁷² Ibid.

⁷³GRJ, 21/03/1810, Nº 23, p. 3.

⁷⁴GRJ, 10/03/1810, Nº 20, p. 4.

⁷⁵GRJ, 13/10/1810, Nº 82, p. 2.

diminua seu odio natural”⁷⁶. Sendo assim, esta poderia ser apontada como a justificativa para a rejeição a Napoleão por aqueles que não cessavam em lutar contra o seu domínio, segundo o prisma veementemente veiculado pela *Gazeta*, uma vez que “com taes crimes *Bonaparte* está tão familiarisado como com os da ambição”⁷⁷.

Mas não termina por aqui, pois em 1811 novos adjetivos são relacionados ao nome de Napoleão, como, por exemplo, “charlatão”, “feroz Tyranno” e “tyranno da humanidade escarnecida”. Aliás, cabe ressaltar que o conceito de tirano é largamente aplicado nas definições e referências a Napoleão, com pelo menos dez variações, como: “tyranno da Europa” ou “tyranno do mundo”, “tyranno ignobel” e “tyranno odioso”, e ainda “tyranno corso”, entre outros.

Além de apelidos, ao se referir aos decretos implantados por Napoleão, o gazeteiro traduziu um artigo que seria originalmente francês, mas publicado na “*Folha Ingleza Star*”, segundo a qual “*Bonaparte* nas contorsoes de sua cólera, e delirios de sua raiva, é o Corifeu dessas medidas desatinadas”⁷⁸. Em outras palavras, pode-se dizer que o redator da *Gazeta* transmite a ideia de que Napoleão não passa de um homem descontrolado, movido por sentimentos passionais, que almeja se destacar perante aqueles a quem pretendia se igualar, os “Principes do Continente”⁷⁹. Vale destacar que a tensa relação entre Napoleão e os outros monarcas europeus é um ponto bastante abordado pela *Gazeta*.

Nesse ano de 1811, um dos artigos que mais chama a atenção é o que atribui a Napoleão o desejo de se equivaler a Nero, imperador romano cujo reinado é comumente associado a atos de tirania e extravagância. De acordo com o artigo inglês traduzido pelo redator da *Gazeta*, “*Bonaparte* deseja a todos os respeitos imitar *Nero*, o qual parece ser o seu principal prototypo; tanto que tem o busto deste monstro no seu quarto na camera em *Malmaison*”⁸⁰. No mesmo artigo, ao mencionar a questão da política de Napoleão, o texto refere-se ao “Decreto do louco cerebro do Tyranno da *França*”, o qual limitaria o número de integrantes em uma sociedade. O panorama construído pelos ingleses em relação à figura de Napoleão e veiculado na *nova corte* portuguesa no Brasil só tende a reafirmar a crença da *lenda negra* criada em torno de Bonaparte.

No entanto, aparentemente, a criatividade cessou. Entre os anos 1812 e 1815, as referências à pessoa de Napoleão utilizavam adjetivos e codinomes já mencionados anteriormente, ou com pequenas modificações, como foi o caso do “Tyranno do mundo” ou “Tyranno odioso”. Apesar da Europa ainda ser o tema principal da *Gazeta*, a prioridade a Napoleão é substituída e o foco passa a se concentrar nas vitórias do exército russo, rumo ao fim do “perturbador do repouso do mundo”. O novo contexto quanto ao enfraquecimento do poder de Napoleão sobre seus domínios traz consigo dois adjetivos sintomáticos: primeiro, “proscripto”, em clara referência ao seu fatídico afastamento do trono francês e as intenções de condená-lo ao desterro do solo europeu; e, posteriormente, um artigo garantia que a “*Inglaterra* há de persistir em que não apareça de novo na scena dos Soberanos o temerario *Bonaparte*, que se atreveu a dar leis aos mares”⁸¹, protegendo assim o continente de um perigo tão grande quanto o que Napoleão representou.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ GRJ, 12/01/1811, Nº 04, p. 1.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ GRJ, 29/05/1811, Nº 43, p. 2.

⁸¹ GRJ, 02/08/1815, Nº 61, p. 3.

Considerações Finais

Em linhas gerais, percebe-se que o periódico denominado *Gazeta do Rio de Janeiro* acabou por exercer dos papéis fundamentais. Primeiramente, tornou-se o veículo de comunicação oficial da Coroa portuguesa, a qual fixara residência no Brasil a partir de 1808, fortalecendo assim a autoridade dos Bragança frente aos súditos reais. E ainda contribuiu desde o primeiro momento, através do uso de seus artigos como armas contra os atos cometidos por Napoleão na Europa, mas em especial no reino de Portugal. Distante das ameaças bélicas que os franceses representavam, a *Gazeta* veicula na *nova corte* o seu lado da história, segundo o qual a monarquia portuguesa era vítima da ambição e da ganância de um tirano, que causava horror e destruição no continente europeu. Dessa maneira, o que se encontra nas páginas da *Gazeta* é um número vasto de elementos destinados a disseminar no imaginário luso-brasileiro todo aparato necessário para consolidar entre os súditos portugueses residentes no Brasil a *lenda negra* de Napoleão.

Referências Bibliográficas

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Impressão Régia (microfilmes em PDF, disponíveis pela Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro – BNDRJ). In: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em 18 de Maio de 2016.

Papéis vários [Manuscrito] Tomo 3, “O Discurso do Imortal Guilherme Pitt...” (e outros), Documento nº 22, pp. 8. (disponíveis pela Biblioteca Nacional Digital de Portugal – BNDP). In: <<http://purl.pt/16598/3/>>. Acesso em 18 de Maio de 2016.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, G. A. *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação e Ciência. Lisboa, Bertrand, 1980.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZAMOYSKI, Adam. *1812: a marcha fatal de Napoleão rumo a Moscou*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.

O SIGNO DA MELANCOLIA: A CONFIGURAÇÃO DA IDEIA MELANCÓLICA NO DIÁRIO PESSOAL DE ALCIDES ARGUEDAS

Cláudio Diniz⁸²

Introdução.

O ano de 1951 foi dedicado às leituras Echeverrianas no *Colegio Libre de Estudios Superiores*. Os trabalhos formavam parte de uma série de ritos acadêmicos em homenagem ao centenário do escritor romântico argentino Esteban Echeverría (1805-1851). A invocação da visão prescritiva do passado em Echeverría era a tópica principal das leituras que seriam apresentadas naquele ano letivo em Bahía Blanca. Evento oportuno para os liberais antiperonistas que recusavam a associação do presidente recém-eleito, Juan Domingo Perón (1895-1974), à imagem do herói da independência argentina e contemporâneo de Esteban Echeverría, o general José de San Martín (1778-1850). A propósito, os documentos do período dão testemunho da ausência de qualquer menção à ideologia peronista nas leituras apresentadas no *Colegio* naquele início de década. (PASCUAL. 2013. P. 249.).

Foi nesse ambiente de releitura do passado e interrogação do presente através das leituras echeverrianas que Jorge Luis Borges apresentou seu ensaio sobre o papel da tradição na literatura argentina. Borges assinalou a esterilidade da ideia de tradição local e a concepção universalista da literatura. De acordo com Borges, “nossa tradição é toda a cultura ocidental, e creio também que temos direito a essa tradição, maior que o que podem ter os habitantes de qualquer outra nação ocidental” (BORGES. 1974. P. 270). Essa chave de leitura, de acordo com Maria Zilda Ferreira Cury, assinala “a relação entre a tradição cultural europeia e o lugar de enunciação a partir do qual o escritor de uma nação colonizada, periférica, no caso a Argentina, constrói o seu discurso”. (CURY. 2009. P. 142). Borges entendia que a identidade cultural precisava ser construída na apropriação de uma tradição universal. O culto à “tradição local” era um erro a ser rechaçado. Na verdade, de acordo com Borges, não poderia existir uma ideia de vinculação ou desvinculação dessa ou daquela tradição europeia.

As tradições e ideias são testemunhos do tempo de sua produção e não construções atemporais e ou naturalizadas. De acordo com Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997. P. 13.), a “inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se formalmente de um caráter de antiguidade”. O fato é que a utilização de elementos antigos na invenção das tradições é que dá a elas seu caráter de originalidade. Borges percebia que o horizonte de expectativas literárias dos escritores argentinos possuía um caráter universal. Que os temas europeus poderiam ser manejados “sem superstições, com a irreverência que pode ter, e já tem, consequências afortunadas” (BORGES. 1974. P. 273.).

Se o escritor argentino, como pensava Jorge Luis Borges, era “o europeu no desterro”, sua ideia de presença deveria comportar a linguagem como experiência vivida”. O campo hermenêutico, de acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, “estabelece uma constante demanda de interpretação como um ato que compensa as deficiências da expressão” (2010. P. 13). É na linguagem que a separação entre o sujeito e o objeto é superada. Desse modo, a presença das coisas do passado pode ser materializada na linguagem. A noção de presença, portanto, refere-se à ideia de que a passagem do

⁸² Doutor em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

tempo não significa necessariamente o distanciamento do passado histórico visto que este pode ser reconstituído através da linguagem (GUMBRECHT. 2009. P. 18.).

Entendemos, portanto, que a linguagem proporciona a presentificação das tradições intelectuais. Afinal, elas são inventadas na linguagem e materializadas na historicidade. Isto é, de acordo com Gumbrecht, “a linguagem pode produzir epifanias nas quais o passado é tornado presente” (2009. P. 19). Na concepção de Gumbrecht, existe uma proximidade metafísica entre o presente e o passado que oscila entre efeitos de presença e eventos de significado. Certamente, a preposição de Gumbrecht vai de encontro às posições daqueles que vêem o giro linguístico como novidade última e descreem da ideia de presentificação do passado. No entanto, Gumbrecht não abandona a ideia de interpretação, mas procura contrabalançá-la com a noção de presença. O passado, portanto, pode ser evocado através da linguagem e ressignificado a partir da noção de presença.

O conjunto de ideias apresentado acima tem importância fulcral para a compreensão do nosso estudo. A ideia de melancolia no diário pessoal (1900-1946) de Alcides Arguedas (1879-1946) é uma forma de presentificar o passado a partir de um modo narrativo específico e com um olhar político credenciado pela linguagem. Nessa mirada, a produção de sentidos no diário pessoal de Arguedas é norteada por matrizes intelectuais que autorizam certa ideia de presença da tradição europeia na leitura da história boliviana.

O objetivo desse texto, portanto, é observar a dinâmica da ideia de melancolia no diário pessoal de Alcides Arguedas. O viés pessimista na elaboração do enredo no *Diário* obedece a uma escolha narrativa de caráter pessoal, mas é evidente que esse tropo trágico diz respeito a um posicionamento político e intelectual no olhar dirigido à história boliviana. Nesse olhar estão incluídos o positivismo, o regeneracionismo, o arielismo, o spencerismo etc., como norteadores conceituais das ideias de Arguedas. O que queremos saber é quais foram as redes intelectuais e contextuais compartilhadas por Arguedas e as tópicas principais abordadas por ele na composição do seu diário pessoal. É nosso objetivo também compreender os elementos motivadores da escrita do *Diário* e os pilares metodológicos de sua construção. Decorre daí o questionamento que faremos sobre os limites ficcionais do diário pessoal de Arguedas e os critérios que possibilitaram a construção melancólica desse documento.

1. Arguedas e o *Diário*.

Alcides Arguedas Díaz era membro de classe social abastada na Bolívia e, de certo modo, falou a partir dela em sua carreira intelectual. Foi um crítico ferrenho de quase todos os mandatários bolivianos enquanto cronista de jornais da Bolívia e do exterior. Foi um diplomata empenhado em resolver pautas importantes da política externa boliviana como, por exemplo, a disputa com o Chile pelos territórios perdidos na Guerra do Pacífico (1879-1883). Como historiador, buscou responder aos questionamentos mais importantes que sua época fazia ao passado, particularmente, sobre aqueles que diziam respeito ao caráter nacional boliviano.

A formação em direito (1898-1903) foi uma imposição do pai, Fructuoso Arguedas, mas o jovem Alcides Arguedas demonstrou desprezo pela profissão desde os tempos da *Facultad de Derecho de La Paz*. No entanto, foi ali que teve contato com o liberalismo, o positivismo e o realismo. Naquele início do século XX, Alcides Arguedas e outros jovens de sua geração, como Daniel Sanches Bustamante, Bautista Saavedra e Armando Chirveches, também conheceriam o movimento regeneracionista

espanhol de Joaquín Costa, Ricardo Macías Picavea e Ramiro de Maeztu, que refletiu sobre as causas da decadência da nação espanhola.

De acordo com Juan Albarracín Millán (1979), a obra de Arguedas foi marcada pelos influxos do realismo zoleico e iria inaugurar a literatura boliviana do século XX. Desse modo, após o curso de direito, Arguedas se dispôs a intercalar as atividades diplomáticas com o ofício de escritor. São várias obras que, ao longo dos anos, comporiam seu currículo de escritor e despertariam sentimentos díspares em sua recepção. Seus livros dividem-se em novelas como *Piságua* (1903), *Wata wara* (1904), *Vida criolla* (1912) e *Raza de Bronce* (1919); ensaios e livros de história como *Pueblo enfermo* (1909) e *Historia General de Bolivia* (1922); Além, é claro, da obra que nos interessa nesse texto, o diário pessoal. Esse documento seria publicado em parte por Alcides Arguedas com o título de *Danza de las sombras* (1932) e, sua edição integral, está sob a guarda de Bibliotecas em Sucre, Buenos Aires, Paris e Washington.

Arguedas, como dissemos, despertou muitos afetos em relação à obra que produziu. Gustavo Adolfo Otero (1992) lembra que toda a tendência ideológica da obra de Alcides Arguedas foi marcada pela atitude reformadora de uma mente conservadora. Carlos Medinaceli (1972) classificou sua obra de inatual. Fausto Reinaga (2001) chamou Arguedas de “lacaio” de intelectuais europeus. É importante lembrar que essas classificações estão mais afinadas com a formação de estereótipos subjetivos do que com a tentativa de compreensão racional das matrizes político-sociais que norteavam o pensamento de Alcides Arguedas.

Em artigo recente, Freddy Zárate (2020), chama a atenção para o mito do antipatriotismo arguediano. Na verdade, Zárate questiona os porquês da transformação de um intelectual respeitado em um antipatriota na Bolívia. O surgimento de uma ideologia nacional socialista após a Guerra do Chaco (1932-1935) e a relação de proximidade de Alcides Arguedas com os barões do estanho (Aramayo, Hochschild e Patiño) teriam sido responsáveis pela satanização da sua biografia. A crítica de Zárate é muito precisa ao demonstrar que o antiarguedismo é provocado por interesses ideológicos conflitantes no cenário político boliviano. Contudo, a reafirmação de sua obra poderia estar isenta de interesses norteados por fatores ideológicos? A propósito, a crítica de Zárate é dirigida ao papel do Movimento Nacional Revolucionário, fundado em 1942, à visão contrária às oligarquias que se fortaleceria com a Revolução Nacional de 1952 e, por que não dizer, ao projeto do MAS (Movimiento Al Socialismo), de Evo Morales. Desse modo, não é difícil compreender porque o antiarguedismo ou o arguedismo são polarizações desnecessárias e perigosas para a configuração de uma história intelectual ou das ideias.

Arguedas ficou conhecido, para além de romancista e historiador, por ser ensaísta. Isso significa dizer que o ensaio possibilita, segundo Hugo Celso Felipe Mansilla, “o enfoque multidisciplinar das temáticas abordadas” (2013. P. 17.). Mansilla também afirma que o interesse pela obra de Alcides Arguedas diminui em razão de preferências ideológicas. De qualquer modo, a obra de Arguedas é emblemática do ponto de vista da formação intelectual na Bolívia no início do século XX. Mansilla chama a atenção para a participação de intelectuais bolivianos como Armando Chirveches e Alcides Arguedas no Círculo de Paris onde intelectuais latino-americanos debatiam ideais racionalistas, liberal-democráticos e modernizadores.

Características como a inclinação para o magistério ético que defende os direitos humanos, a disposição para o debate filosófico de dilemas públicos, a crítica às instituições tradicionais como a Igreja e a Família e a militância em prol da modernização radical da sociedade, de acordo com Mansilla, asseguram a Alcides Arguedas o título de primeiro intelectual de ofício na Bolívia. No que pesem os erros de

análise, para H. C. F. Mansilla, “Arguedas conseguiu confeccionar um espelho crítico para retratar a sociedade boliviana e, especialmente, sua classe política e seus grupos com veementes ânsias de ascensão” (2013. P. 21.). A atualidade de Arguedas reside, segundo Mansilla, na crítica à falta de memória histórica, ao desdém pela ciência, cultura e artes, na condenação à indiferença ao direito alheio, à inveja, à indisciplina etc. Quer dizer, a atualidade de Arguedas está na reflexão crítica a respeito do tempo presente.

Nessa mesma mirada, H. F. C. Mansilla observa que o *Diário* de Alcides Arguedas é o seu exame de consciência, de seus preconceitos e ilusões, erros e acertos, a partir de um olhar crítico. Gostaríamos ainda de acrescentar que outra característica a ser ressaltada no diário pessoal de Alcides Arguedas é o tom melancólico que orienta o escritor. Não é difícil perceber que o desejo de imortalidade ou a vontade de perpetuar-se orientaram a confecção de diários pessoais como os de Henri Amiel, Marie Bashkirtseff e Alcides Arguedas.

Los cuadernos, resultan en conjunto, banales, flojos, y sin ningún interés por falta de movimiento, de pasión, de vida. No me explico en suma, por que he adquirido la fea costumbre del diario íntimo, fea y sin objeto cuando no se escribe como Amiel, como por ejemplo. (ARGUEDAS. Vol. IV. Couilly. 26.11.1925. P. 62.).

O diário pessoal não está sujeito a regras fixas e orientadas, mas, como salientou Ângela de Castro Gomes (1998), na abordagem do diário pessoal a preocupação central deve ser com o perigo da “ilusão de verdade”. Isto é, existe um personagem, Alcides Arguedas, que precisa ser compreendido e considerado na abordagem do *Diário*. Não se trata de uma invenção ficcional, mas de uma postura de escritor assumida na produção da obra. Ao longo dos anos essa “postura” irá desenvolver, reinventar, mudar de acordo com o sabor dos anos e, principalmente, demonstrar que não há neutralidade na produção de um arquivamento do eu.

De certo modo, somente na desintegração ou apagamento da figura do autor, de acordo com Michel Foucault (1992), em favor das formas do discurso, é que surgem as lacunas e espaços livres que permitem compreender as práticas discursivas. Nessa perspectiva, o diário de Arguedas deve ser visto pelo jogo de signos que oferece ao leitor, abrindo espaços de interpretação que fazem “desaparecer” o autor e, ao já mencionado desejo de imortalidade presente na escrita de si. Nesse sentido, as formas discursivas imanentes no diário de Arguedas revelam visões de mundo, redes intelectuais e matrizes filosóficas que justificam a ideia de apagamento do autor assinalada por Foucault.

O diário pessoal de Alcides Arguedas é um documento produzido ao longo de quase cinco décadas e organizado em quatorze volumes compostos por milhares de páginas escritas entre 1900 e 1946. Se a redação de um diário demonstra o desejo de imortalidade do autor, a organização dos volumes do *Diário* explicita também a vontade do autor em organizar a narrativa em função de uma concepção orientada do tempo histórico. Quer dizer, a apresentação dos volumes do *Diário*, nos moldes propostos por Arguedas, já induz as interpretações possíveis da obra a partir de recortes temporais direcionados pelo autor.

Estos 39 cuadernos de apuntes, los deajo junto con otros papeles interesantes, a la Biblioteca nacional de París, y con la condición de que no puedan ser leídos sino cincuenta años después de mi muerte. Además dispongo que no se hagan conocer las notas íntimamente personales, bien que siempre he tenido

la precaución de revelar nada de mi vida íntima, llena de luchas y dolores. (ARGUEDAS. Vol. IV. Couilly. 26.11.1925. P. 59)

A variedade de assuntos está em consonância com a experiência do autor e com a forma como procurou presentificar o passado no diário pessoal. Organizar os volumes do *Diário* foi a maneira com a qual Alcides Arguedas definiu a ordem temporal da narrativa e, assim, encadeou o conteúdo de sua orientação ideológica. As redes intelectuais, as matrizes de pensamento e as filiações políticas e partidárias do autor obedecem a uma ordenação que revela a intencionalidade de sua apresentação.

A maior, mais longa e mais arquitetada obra de Alcides Arguedas, sem dúvida, foi seu diário pessoal. A esse respeito, Alcides Arguedas adiantou os motivos “melancólicos” de editar o *Diário* antes de entregá-lo à guarda institucional e à inviolabilidade por meio século. Foi assim que no primeiro dia de janeiro de 1942, Alcides Arguedas deixava instruções ao diretor da Biblioteca de Washington para que seu *Diário* não fosse revelado “senão ao concluir este século [XX] e 50 anos depois de minha morte” (ARGUEDAS. Vol. X. Caracas. 01.01.1942. p. 90.). Arguedas queria evitar especulações que pudessem prejudicar seus familiares e amigos, sem dúvida, mas também tinha em mente a importância do documento que produziu.

Así, mal copiados y sin corregir fueron despachados los volúmenes a las bibliotecas de Washington, Londres, París y Buenos Aires, antes de emprender viaje a Caracas, y fue un error porque la copia de esos volúmenes está mal hecha contiene faltas ortográficas y de sintaxis, hay supresión o cambio de palabras y mil otras cosas que en veces hacen ininteligible la comprensión de algunas frases. (...) El deseo de imitar a Amiel, primero y luego a la María Bashkirtseff, me lanzó en el mal camino y en una edad en que lo único que podía ver era mi corazoncito latiendo por una chicuela y no sabía nada de nada, ni conocía otro horizonte que el cerrado de mi campanario, ni me importaban las agitaciones de los hombres públicos de mi país. (ARGUEDAS. Vol. XI. Caracas. 04.11.1943. p. 180.).

Ao fim e ao cabo, o diário pessoal de Alcides Arguedas talvez não tenha alcançado a mesma notoriedade daqueles relatos de si que tanto admirava. Contudo, seu diário não é menos interessante que qualquer um deles. Nas últimas anotações do *Diário*, Arguedas recordou a primeira viagem que fez pela Europa onde adquiriu cópias dos diários pessoais de Henri Amiel e Marie Bashkirtseff (ARGUEDAS. Vol. XI. Caracas. 04.11.1943. p. 181.). Lembrou de um jovem de vinte e poucos anos que prometia deixar uma obra digna do seu país e de si mesmo. Demonstrou ao longo de todas as páginas do *Diário* que nunca esteve ausente dos debates importantes de seu tempo e das questões fulcrais que envolviam seu país. Pelo contrário, ampliou as redes intelectuais e textuais, alinhavou as ideias ao tempo e manteve um peculiar rigor analítico ao longo das quase cinco décadas de produção do seu diário pessoal.

2. Arguedas em redes.

O vocábulo “intelectual” refere-se ao indivíduo que exerce um magistério moral de caráter mais ou menos público e cuja autoridade reside na combinação de conhecimentos sólidos sobre o campo social em que atua. Esse trabalho é realizado com a intencionalidade de produzir uma análise que permite esclarecer uma situação geralmente complexa, segundo H. C. F. Mansilla, “cuja compreensão para o grande público é dificultada por estratégias de encobrimento utilizadas pelos detratores do poder político e religioso” (2013. P. 15.). Quer dizer, tratam-se de agentes que

produzem conhecimentos restritos e compartilhados com outros agentes do seu campo de sentido. Tais agentes tendem a aproveitar os conhecimentos mais avançados da comunidade cultural nacional e internacional e das ciências sociais. A Bolívia do início do século XX oferecia o ambiente (jornais, livros e leitores) propício à formação de uma intelectualidade e, o vínculo entre eles e a comunidade de sentido nacional e internacional, oferecia a possibilidade de formação de redes intelectuais.

A noção de rede intelectual diz respeito àqueles que exercem a pesquisa e a docência no nível superior, incluindo também escritores, políticos, diplomatas, profissionais liberais e líderes sociais que, pela natureza do trabalho que exercem, são reconhecidos como agentes no interior do campo. De acordo com Eduardo Devés-Valdés, uma rede intelectual é formada por um conjunto de pessoas ocupadas na “produção e difusão do conhecimento, que se comunicam em razão de sua atividade profissional, ao longo dos anos” (2007. P. 30.).

Muitas vezes, a noção de redes deve ser ampliada para compreender os contextos de produção e leitura de obras que não tiveram necessariamente qualquer correspondência entre seus autores, mas compartilharam de comunidades argumentativas ou de debates próximas. Desse modo, das redes textuais participam autores de tempos passados ou autores da mesma comunidade linguística ou de outro contexto idiomático. Ocorre que ideias são construídas a partir de relações históricas que levam em conta a filiação intelectual para além da rede. As redes, portanto, “são contextos nos quais a escrita de uma obra ou de um conjunto de obras se temporaliza” (ARMANI. 2013. P. 141.).

As redes intelectuais podem ser redes textuais que definem pensamentos sobre o estado-nação construídos em contextos diferentes como, por exemplo, o arielismo. A esse respeito, Devés-Valdés assinala a correspondência de José Enrique Rodó, autor da influente obra *Ariel* (1900), no ensaísmo latino-americano do início do século XX, com intelectuais da América Latina e da Europa como, por exemplo, Alcides Arguedas e Miguel de Unamuno. Certamente, também existiam problemas atinentes às redes arielistas como o elitismo intelectual, o caráter predominantemente masculino e a incapacidade idiomática de estabelecer contatos com toda a América Latina. A despeito disso, vale evidenciar que essas parcialidades não impossibilitam o entendimento da rede de circulação de ideias na América Latina.

A oscilação entre a onda modernizadora e a perspectiva identitária é um ponto importante a ser assinalado no conjunto de ideias dos pensadores latino-americanos de início do século XX. Os primeiros decênios reforçaram os estudos identitários cristalizados pela obra *Ariel*, de José Enrique Rodó. Devés-Valdés (1997) afirma que o arielismo é um reforço culturalista que vai ao encontro de movimentos nacionalistas. *Ariel* é um manifesto antiautoritário. Um libelo que coloca a razão e a cultura por sobre o canibalismo utilitário norte-americano. É a formulação de um modelo identitário de reivindicação, defesa e exaltação da latinidade.

Ariel é uma interpretação pouco fiel da peça *A tempestade* (1610/11), de William Shakespeare. Na verdade, a obra que mais influenciou José Enrique Rodó na confecção de *Ariel* foi o livro *Caliban* (1878) de Ernest Renan. *Ariel* inaugura uma época de afã identitário centrado no indigenismo e no afro-americanismo. Ante a ameaça do gigante Caliban, representado pela imagem dos EUA, Rodó exalta o pensamento crítico em relação à nordomania (fixação pelos EUA) no pensamento latino-americano. Quer dizer, Rodó procurou advertir a juventude latino-americana da influência nefasta dos EUA. Utilizando-se dessa alegoria pedagógica, Rodó denunciou a forma antidemocrática pela qual Caliban (EUA) personificou o povo que teve êxito

contra Próspero (Inglaterra) e, uma vez no poder, caiu em corrupção” (ALVARADO. 2003. P. 156.).

Em outra mirada, a obra de Alcides Arguedas também está centrada na releitura do positivismo do início do século XX. A leitura regeneracionista nas obras de Ramiro de Maeztu, Joaquín Costa ou Macías Picavea combinava e reelaborava, portanto, a interpretação das obras de Auguste Comte, Hippolyte Taine e Herbert Spencer.

A interpretação arguediana da psicologia racial do povo boliviano, portanto, só foi possível a partir de uma nova configuração do positivismo. Não se tratava mais de pensar num positivismo ortodoxo, mas da capacidade de adaptação teórico-metodológica da análise histórica sem desprezar as conquistas dessa corrente. A historiografia arguediana é metódica, dita “positivista”, posto que sua produção está ancorada em uma visão evolucionista, progressista, gradualista, antirrevolucionária e, principalmente, atualizada pelo método crítico ou heurístico. Isso significa dizer que seu discurso esteve influenciado por modelos europeus de análise que colocavam seu paradigma civilizatório como meta. As gerações intelectuais de início do século XX, nas quais é possível incluir Alcides Arguedas, faziam duras críticas ao positivismo, no entanto, não renunciaram às suas conquistas.

A ideia de nação era a tópica das obras de ensaístas que, como Alcides Arguedas, entendiam que esse era um projeto inacabado e, por isso mesmo, carente de debates. A temática da identidade nacional e as dificuldades de ordenar a diversidade identitária, de acordo com Cláudia Wasserman, “foi uma constante nas discussões políticas e historiográficas latino-americanas” (2007. P. 268.).

Nesse sentido, a tarefa da história, numa leitura da obra de Alcides Arguedas, repousa em seu valor pedagógico e curativo. Os eventos passados são instrumentos de cura pela educação cívica. A ideia da aplicação de uma patologia analítica para curar é comum no conjunto da obra de Alcides Arguedas. Assim, por ser o trabalho que marcou de modo indelével sua carreira de escritor, *Pueblo enfermo* (1937) apresenta a psicologia racial boliviana como uma tentativa de apresentar um diagnóstico que poderia levar à cura. De certo, na obra de Arguedas, “o futuro e o final utópico é que dão aos eventos presentes e passados seu sentido e sua realidade” (REIS. 1996. P. 25.).

Os autores ensaístas latino-americanos, tributários do arielismo e do positivismo, tinham uma visão pessimista do desenvolvimento racial de seus países. Eles equacionaram suas análises ao evolucionismo social e linear que colocava as nações da América Latina em uma escala unilinear inferior de desenvolvimento civilizacional. Cláudia Wasserman (2007) chama a atenção para a complexidade da vida intelectual dos escritores latino-americanos do início do século XX no que diz respeito ao seu escopo teórico-metodológico. Esses intelectuais colocaram-se entre a adoção do darwinismo social e racista e a condenação da nordomania na economia e na cultura das sociedades latino-americanas. Apesar da visão carregada de valores racistas, a ideia de uma pedagogia nacional poderia reverter, na perspectiva desses autores, um quadro humano esgotado pelos vícios de um processo civilizacional inacabado.

Quando pensamos na obra de Alcides Arguedas, não podemos desprezar o largo alcance da rede intelectual e contextual em que esteve envolvido. Sua adesão ao arielismo, se não é ortodoxa, pelo menos é muito próxima da visão de Rodó. Considera-se que há certo exagero em atribuir a Rodó o pioneirismo no ensaio latino-americano e de ser o fundador de uma espécie de *éthos* da latinidade. A verdade é que José Enrique Rodó construiu sua obra a partir de premissas eidológicas já estabelecidas por escritores como Ernest Renan, Rubém Darío, José Martí, Paul Groussac, Eduardo Prado e Ernesto Quesada.

Por seu turno, Rodó também impactou a geração de jovens intelectuais do início do século XX. A leitura de *Ariel* permite depreender que Rodó pleiteava uma cultura livre de norte-americanismos, mas aludia à superioridade da cultura europeia. A tónica dominante dos discursos dos jovens intelectuais latino-americanos apresentava a temática da patologia racial associada à pedagogia nacional. Ela foi trabalhada em obras como *El triste porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), de Francisco Bulnes; *Continente enfermo* (1899), de César Zumeta; *Manual de Patología Política* (1899), de Agustín Álvarez; *Nuestra América: Ensayo de Psicología Social* (1903), de Carlos Octavio Bunge; *Enfermedades Sociales* (1905), de Manuel Ugarte, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado e, *La enfermedad de Centro América* (1934), de Salvador Mendieta.

A fortuna crítica das obras de Alcides Arguedas, vista a partir de seu diário pessoal, dá uma demonstração do envolvimento do escritor nas redes intelectuais e contextuais importantes em sua época. É possível observar também que esses documentos oferecem uma cartografia eidológica interessante para a história intelectual. Para tomar apenas o caso de sua obra mais conhecida, as anotações no *Diário* acerca de *Pueblo enfermo* revelam os processos de produção, edição, distribuição e a fortuna crítica da primeira e da terceira edição da obra.

Alcides Arguedas publica (1909) e reedita (1937) *Pueblo enfermo* em dois momentos marcantes da história boliviana. Na primeira edição (1909), ressoam lamentos sobre a perda de territórios do litoral para o Chile, na Guerra do Pacífico e, do território do Acre, após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), para o Brasil. De acordo com Arguedas, a mutilação da costa encerrou a Bolívia “dentro do continente e na parte mais montanhosa e difícil, sem comunicação com o mar, distante hoje mais que nunca da civilização” (1937. P. 208.). A saída para o mar, pensava Arguedas, era importante para a aquisição de fatores civilizacionais no contato com outros povos. A situação geográfica mediterrânea, na leitura que Arguedas fez de Taine, ocasionaria a “debilidade” da “raça” formada na Bolívia. Aliás, nos primeiros registros de produção da obra, quando Arguedas ainda não havia dado título ao livro, a filiação ao positivismo de Taine é evidente.

Pueblo enfermo: Mi libro de análisis social, aun sin título, me va costando muchas fatigas, muchas lecturas y muchas meditaciones; pero lo que más me desconsuela, es que irá a aumentar los montones de papel impreso que se ven en los muelles del Sena y que nadie se toma el trabajo de forjear. Un paseo por estos muelles, es una lección saludable para un novelista y escritor. Se aprende a ser parco en ambiciones y en desechar definitivamente el deseo de adquirir renombre literario. Yo nunca he pensado en esto y trabajo en cosas intelectuales porque no sé en qué emplear mi tiempo. Trabajo casi por obligación. “Es necesario, - nos aconseja Taine, - pertenecer a una familia, a una sociedad”, a una ciencia, a una arte.” Yo formo parte de un conjunto social y éste se encuentra atacado de graves y profundas dolencias y anomalías. Y pues casi nadie se atreve a señalarlas, yo me tomo ese trabajo y así creo cumplir un deber. Y éste es el secreto de mi labor.” (ARGUEDAS. Vol. I. Paris. 08.12.06. P. 77-78.)

Como dissemos, não há dúvidas sobre o impacto de *Pueblo enfermo* junto aos leitores e ou intelectuais bolivianos. Arguedas estava em Paris, em março de 1909, quando recebeu os primeiros exemplares da obra. Arguedas confessava que sabia que não seria um livro impactante no mundo, mas causaria furor na Bolívia, lugar onde “ninguém trabalha”.

Y sin embargo han de ser precisamente en Bolivia que me ataquen e insulten. Todos han de sentirse con derecho a arrojarme su piedra sin detenerse a reflexionar que hay desinterés en quien, por ser leal, con sus propios pensamientos, echo- como dice Maeztu- a la otra orilla del rio la bolsa que contiene su fortuna. Es allí que proclamaran la inutilidad de mi obra, si intención es corrosiva; mas en voz baja se me ha de dar la razón. Y es que somos desleales, hipócritas, y envidiosos. (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 17.03.1909. P. 9)

A fortuna crítica da obra, apresentada por Arguedas no *Diário* e, em parte, confirmada pela Fundación Manuel Vicente Ballivián (1979), na reunião da correspondência do escritor, revela a rede intelectual à qual estava vinculado. A relação de Arguedas com José Enrique Rodó ainda é pouco estudada. No entanto, sabemos que o escritor de *Ariel* tomou conhecimento do lançamento de *Pueblo enfermo*. Na verdade, tudo que sabemos sobre as impressões de Rodó a respeito do livro de Arguedas, foi aquilo que o escritor boliviano anotou. No prefácio escrito em 1936 para a terceira edição de *Pueblo enfermo*, Arguedas revela que Rodó comentou seu livro em uma “epístola confidencial” ainda no calor do lançamento da primeira edição em 1909. De acordo com Rodó, os males assinalados por Arguedas para a Bolívia não são uma exclusividade daquele país e é preciso “lutar contra eles animados pela esperança e a fé no porvir”. No prefácio à terceira edição de *Pueblo enfermo*, Arguedas confessa a pertinência das críticas feitas por Rodó e apresenta as arestas assinaladas por ele na mencionada “epístola confidencial”.

Usted titula su libro: PUEBLO ENFERMO. Yo lo titularía: *Pueblo niño*. Es concepto más amplio y justo quizás, y no excluye, sino que, en cierto modo, incluye al otro: porque la primera infancia tiene enfermedades propias y peculiares, cuyo más eficaz remedio radica en la propia fuerza de la vida, nueva y pujante, para saltar sobre los obstáculos que le oponen. (RODÓ. Apud. ARGUEDAS. 1937. P. IX.)

Arguedas acreditava que a infância das sociedades latino-americanas, apontadas por Rodó na missiva acima, era um obstáculo ao desenvolvimento da civilização nos moldes europeus. Não é difícil depreender do conjunto de ideias norteadoras do pensamento de Arguedas uma visão muito próxima da concepção da antropologia evolucionista. Quer dizer, entre os três períodos étnicos na evolução social da humanidade - selvageria, barbárie e civilização – propostos por Lewis Morgan, na visão arguediana, a Bolívia ainda estava longe de alcançar o último estágio.

Como apreciador da literatura regeneracionista espanhola, Arguedas também recebeu cumprimentos de dois expoentes dessa geração. Ramiro de Maeztu, autor do prefácio de *Pueblo enfermo*, escreveu a Arguedas felicitando-o pelo trabalho. Maeztu dizia que Arguedas “publicou um bom livro, destinado, se muito não me engano, a deixar marca na história de seu país” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 22.03.1909. P. 10.). No fim do mês de abril de 1909, Miguel de Unamuno parabenizava Arguedas e dizia já ter escrito pelo menos três artigos sobre *Pueblo enfermo*. Unamuno dizia que ainda iria dedicar “mais algum escrito sobre sua obra, pois esta é das mais sugestivas que conheço e assim declaro” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 30.03.1909. P. 29.).

O escritor sionista Max Nordau escreveu que o livro de Arguedas era corajoso e patriota. “Eu tenho a mais profunda estima pelo patriota, pelo homem que não hesita em dizer tais verdades à sua terra afim de curá-la” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 05.05.1909. P. 29.). No fim de abril de 1909, Vicente Blasco Ibañez, também

parabenizava Arguedas por *Pueblo enfermo*. As nações americanas, para o autor de *Sangue e areia* (1908) e *Os quatro cavaleiros do apocalipse* (1916), “são como pedaços da alma de nossa história. De todas, a Bolívia, por seu isolamento e até por suas desgraças, é uma das que mais me interessam” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 23.04.1909. P. 30.). Carlos Octavio Bunge felicita Arguedas pelo livro corajoso e criterioso. Assegura que o uso da sociologia europeia como base teórico-metodológica para o estudo das nações latino-americanas é o método correto a ser empregado. De acordo com Bunge, Alcides Arguedas estuda a psicologia coletiva segundo seus fatores históricos e geográficos em “suas manifestações de sociabilidade e cultura”. Bunge afirma que Arguedas segue “um método que não posso fazer menos do que aprovar e aplaudir. Assim, a psicologia social e a sociologia são verdadeiras ciências”. O método crítico da historiografia positivista também é realçado na análise de Bunge quando elogia o tratamento que Arguedas propõe “para a enfermidade de sua pátria. Sua terapêutica é excelente” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 28.05.1909. P. 30.). Outros intelectuais, para quem Arguedas revela ter enviado exemplares do livro, “nem uma palavra. Possivelmente, quererão ler o livro para agradecer-me depois” (ARGUEDAS. Vol. XII. Paris. 20.04.1909. P. 10.)

A terceira e definitiva edição de *Pueblo enfermo* (1937) foi marcada pelo selo da Guerra do Chaco (1931-1936). Esta é, sem dúvida, uma versão de *Pueblo enfermo* muito mais política e crítica que as duas edições anteriores. Vinte e oito anos depois da primeira edição, a versão revista e ampliada de *Pueblo enfermo* causou tanto impacto quanto a primeira edição do livro. O desastre do Chaco, como já vimos, provocou convulsões sociais profundas e os militares que retornavam da guerra alcançaram os primeiros postos do governo com o apoio popular. Para Guillermo Francovich, a imprevisão política, as rivalidades pessoais, a incompetência militar, conduziram ao doloroso desenlace que não foi senão o resultado dos erros cometidos nos anos que precederam o conflito” (1985. P. 104.).

A propósito, a revisão imposta por Arguedas à terceira edição assume caráter panfletário na medida em que se tornou uma denúncia ao saldo catastrófico da guerra contra o Paraguai e à imediata ascensão dos militares ao poder na Bolívia. E os militares, era o que prenunciava Arguedas no capítulo acrescido a essa edição, andavam dispostos “a escrever uma página entre as páginas lodosas e sangrentas da história desse país com triste e vergonhosa história...” (ARGUEDAS, 1937. P. 258. Toda a confusão que se estabelecia no cenário político-social boliviano, afirmava Arguedas, provinha de um povo que parecia ter perdido sua “virilidade nas areias do Chaco” (1937. P. 267).

A trajetória editorial da terceira edição de *Pueblo enfermo* está registrada no diário pessoal de Alcides Arguedas. A noção de presença, o desejo de imortalidade e a filiação a redes intelectuais de que já falamos antes, aqui ficam muito melhor delineadas. A inserção de Arguedas na história do seu tempo implicava na presentificação narrativa da história boliviana. O relato de si evidenciava a criação de um alter ego coerente com as posturas políticas que assumiu ao longo dos anos.

Os relatos do processo de edição da obra expõem o alcance das redes intelectuais para além dos escritores dos livros. Na passagem do século XIX para o XX, os editores de livros executavam trabalhos técnicos e intelectuais nos processos de produção. Eram mecanógrafos, revisores e, muitas vezes, críticos das obras que recebiam para editoração e lançamento. Alcides Arguedas, que desde 1933 pensava em reeditar *Pueblo enfermo*, já conversava em La Paz com os livreiros e editores da família Arno e, em Barcelona, com Elena Matamala, viúva do editor Tasso. Em dezembro de 1933, Alcides Arguedas decide relançar a obra.

Después de un largo cambio de cartas con el editor Tasso sobre una tercera edición de *Pueblo Enfermo*, al fin nos hemos puesto de acuerdo en las condiciones. Hace muchos años que me escribió pidiéndome autorización para lanzar una nueva edición de ese libro, y yo me opuse siempre mientras no hiciera correcciones, modificaciones y adiciones. (...) Hoy está casi concluido. (ARGUEDAS. Vol. VI. Couilly. 25.01.1931 P. 151)

Além de proceder a uma revisão completa da obra, Alcides Arguedas ainda acrescentou um capítulo final que tratava da ascensão dos militares ao poder logo após a Guerra do Chaco. Para Arguedas, em épocas de crise, não são os mais valentes, os mais inteligentes ou os mais desinteressados que triunfam. Ao contrário, são os homens de “atitudes opostas e antagônicas que se impõe. [...]. E isto, e não outra coisa, que explica melhor que nada nossa atual inferioridade” (ARGUEDAS. Vol. VI. Couilly. 07.10.33. P. 159.). O chamado período do “socialismo militar” foi um tempo de aliança entre setores do exército, das esquerdas e dos operários, desde o golpe de David Toro, em 1936, até o suicídio de Germán Busch, em 1939 (KLEIN. 2008).

Alcides Arguedas recebeu dos herdeiros do editor Tasso as primeiras provas de *Pueblo enfermo* em fevereiro de 1934, quando ainda estava em Barcelona cuidando dessa terceira edição. Arguedas sabia que seu livro seria recebido com protestos assim que fosse lançado na Bolívia porque a crise do Chaco deveria despertar paixões nacionalistas radicais em muitos leitores. “Irão tratar de me causar daño, porém, minha revanche será amanhã quando o país se der conta de seu infortunio e se veja pobre, arruinado e escarnecido” (ARGUEDAS. Vol. VII. Barcelona. 10.08.34. P. 55.). Era grande o descontentamento de Arguedas com os militares derrotados no Chaco que chegaram ao poder na Bolívia. Ainda assim, ele acreditava que seu livro, para além de ser “severo e duro”, também trazia “conselhos sadios aos militares” (ARGUEDAS. Vol. VIII. La Paz. 28.03.36. P. 212.). Por motivo das muitas críticas que Arguedas fez aos militares chegou até a sofrer uma agressão física de Germán Busch no palácio presidencial em La Paz (ARGUEDAS. Vol. VIII. La Paz. 04.08.1938. P. 43.).

De acordo com as anotações no *Diário*, o lançamento da terceira edição de *Pueblo enfermo*, causou pouco impacto editorial na Bolívia. A fortuna crítica da terceira edição não foi registrada no diário pessoal de Alcides Arguedas. Sinal de que não foi tão expressiva a ponto de tomar as preocupações do autor ou, somado a isso, à ocorrência de críticas pejorativas que Arguedas preferiu não registrar. Afinal, o livro tornou-se uma espécie de cabeça de ponte para o reiterado ataque que Arguedas faria ao “socialismo militar” instituído na Bolívia após a derrota para o Paraguai. Seja como for, se podemos falar de alguma polarização existente entre o “antiarguedismo” e o “arguedismo”, acreditamos que ela passou a ter alguma relevância a partir da terceira edição de *Pueblo enfermo*.

A análise das redes intelectuais e contextuais de Alcides Arguedas permite conceber um mapa eidológico das comunidades argumentativas das quais Arguedas participou e daquelas outras que se apresentaram na periferia das ideias que nortearam seu trabalho. Ao longo dos anos, o diálogo profícuo com Gabriela Mistral, Miguel de Unamuno, Carlos Octavio Bunge, Rubén Darío, dentre outros, proporcionou a formação de um ambiente de circulação de ideias favorável a essa comunidade de debates. A tópica discursiva do diário pessoal de Arguedas, o tom melancólico que assinala sua obra é, sem dúvida, tributária das redes nas quais Arguedas se envolveu.

4. A melancolia no *Diário* de Alcides Arguedas.

Há uma longa tradição de estudos sobre a melancolia no Ocidente. Desde as primeiras formulações de Hipócrates e a teoria dos humores que temos conhecimento de pessoas de diversos campos do conhecimento vem se debruçando sobre esse assunto. A definição patológica da melancolia está associada também a uma definição cultural desde, pelo menos, a relação com a genialidade proposta por Aristóteles em seu famoso *Problema XXX*. A noção de pecado também esteve associada a esse humor durante a Idade Média e, a escola florentina neoplatônica revitalizaria a ideia de genialidade durante o Renascimento.

Klibanski, Panofsky e Saxl (2004) observaram a reafirmação do ideal clássico (em oposição ao teocentrismo medieval) pelos humanistas italianos. A recriação do “homem de gênio” afrontava as ideias da teologia da Idade Média. O teocentrismo condenava a melancolia tratando-a como pecado, a acedia. Os florentinos afirmavam que o gênio moderno estaria sob o signo do saturnismo. O deus Saturno era o governador do fígado e do baço e, portanto, o regente da bile negra, o humor matricial do temperamento melancólico. A reafirmação desse ideal também reinventa uma tradição ao resgatar obras sobre a melancolia de autores antigos.

A pauta intelectual do gênio moderno é diferente, segundo os membros do instituto Warburg, porque está relacionada à descoberta da falta de unidade trágica e heroica. O homem moderno, descoberto pelo neoplatonismo florentino, está marcado pela indefinição, pela dúvida e, muitas vezes, pelo desespero. Uma nova distinção intelectual do gênio melancólico, portanto, foi recriada por Marsílio Ficino, Picco della Mirandola e Lorenzo Valla. Herdeiros dessa tradição, como Robert Burton, Sigmund Freud ou Joaquim Manoel de Macêdo ressignificaram o conceito de acordo com as práticas hermenêuticas e as insurgências intelectuais do seu tempo. Tamanha diversidade de práticas de representação e redes intelectuais formadas em torno desses estudos dão a tônica da complexidade desses estudos.

A tinta da melancolia no *Diário* de Alcides Arguedas é evidente e impactante. Desde o primeiro registro é possível perceber a apresentação de um narrador marcado pelo sentimento melancólico. No entanto, os motivos dessa melancolia precisam ser observados com maior acuidade.

Não se pode negar que o sentimento existencial de Alcides Arguedas é tão inalcançável quanto o verdadeiro homem que ele foi. Todavia, se o estilo é o próprio homem, existe um escritor passível de ser interpretado. Não interessa especular se o Alcides Arguedas real era um indivíduo melancólico, mas é evidente que a intenção do autor, no seu diário pessoal, é apresentar uma marca de estilo reconhecida no selo da tristeza.

Svetlana Boym (2017) afirma que a nostalgia como sentimento histórico surge com o Romantismo do século XIX. É quando o passado conhecido torna-se patrimônio. O ritmo acelerado da Revolução Industrial atçou o desejo por temporalidades mais lentas que se encontrariam no passado histórico. Para Boym, “a nostalgia é um sentimento de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia” (BOYM. 2017. P. 159.). Por isso, nem sempre a nostalgia é retrospectiva. Ela também pode ser prospectiva no sentido de que as considerações sobre o futuro podem “assumir a responsabilidade por nossas fábulas nostálgicas” (BOYM. 2017. P. 154.). A nostalgia é, assim, uma revolta contra a ideia moderna de tempo. Um anseio por um tempo diferente que transparece como emoção histórica. Os sonhos abandonados no passado que podem ser realizados em um futuro virtual.

Há dois tipos principais de nostalgia, segundo os estudos de Svetlana Boym, que são a nostalgia restauradora e a nostalgia reflexiva. A primeira é tradicional, religiosa e nacionalista e, o segundo tipo, postergável e fugaz. “Enquanto a nostalgia

restauradora retoma e reconstrói uma terra natal com determinação paranoica, a nostalgia reflexiva teme o retorno com a mesma intensidade” (BOYM. 2017. P. 160). De acordo com Boym, os dois tipos de nostalgia estão separados apenas para efeito de análise porque, na verdade, permitem o envolvimento entre eles.

No diário pessoal de Alcides Arguedas, encontramos as potências restauradora e reflexiva da nostalgia como construção melancólica do passado e do futuro. O olhar nostálgico do autor do *Diário* dirige-se à história como possibilidade de invenção de tradições ao mesmo tempo em que desenvolve a criação de uma individualidade estética. Ao contrário de sugerir uma contradição, a restauração e a reflexão na obra de Arguedas, completa-se na relação entre a saudade e o pensamento crítico. Certamente, é essa a marca de estilo que Alcides Arguedas imprimiu ao *Diário*.

É importante assinalar que esse modo de elaboração do enredo do *Diário* não é aleatório e muito menos desprovido de erudição. Talvez não seja possível definir a filiação intelectual de Alcides Arguedas à longa tradição de estudos melancólicos no Ocidente, mas é correto afirmar que a presença dessa tradição em sua obra faz parte das redes textuais com as quais esteve envolvido. Além disso, entendemos que seu posicionamento político e a forma de presentificar o passado podem ser compreendidos na chave de leitura da construção da narrativa melancólica.

A pretensão de alcançar a profundidade do sentimento melancólico na obra de Alcides Arguedas é absurda. Mas é possível mapear elementos que corroboram a hipótese do imperativo melancólico como selo ou marca de seu diário pessoal. Quer dizer, a configuração melancólica no *Diário* de Arguedas obedece a determinadas intencionalidades a saber: 1) a ideia de associação à tradição de estudos que relacionam melancolia à genialidade; 2) ao pessimismo resultante do olhar arguediano – e de suas redes intelectuais e ou contextuais – sobre a identidade nacional e às raças na Bolívia e na América Latina; 3) o mal-estar na cultura e ou história no conjunto dos países latino-americanos.

A música parecia uma espécie de ferramenta que despertava o sentimento melancólico no autor do *Diário*. Uma dor que evidenciava o deslocamento e a própria solidão. Um estilo de narrativa que destacava a apreensão e angústia do autor do texto. No *Diário* de Alcides Arguedas encontramos algumas evidências que atestam isso.

Una acre tristeza me muerde el corazón. (...) En la tarde, una danza lenta y medida a los acordes llorones de los tangos argentinos que hablan de olvido, de la vida pasajera y de la muerte eterna e invencible... Y la tristeza sube, sube, ahogándome. (ARGUEDAS. Vol. IV. Couilly. 27.01.29. P. 217.)

Jean Starobinski evidencia o poder da música sobre o estado melancólico ao observar a ação do canto sobre os indivíduos de exceção. A tradução simbólica presente na música atua como um compensador da ausência de palavras na sentença musical. De modo que a música organiza uma espécie de “espaço limpo que, para a consciência do prisioneiro, é a promessa de uma abertura e, para a consciência errante, a conquista rítmica em um horizonte até então amorfo” (STAROBINSKI. 2005. P. 28.).

O que queremos dizer é que a opção estilística e intelectual de Alcides Arguedas toma forma na referência que o autor faz à tristeza provocada pela música. Outro registro contundente dessa opção por um estilo melancólico surgiria um ano e meio após o primeiro registro no *Diário*. Naquela página, Arguedas mostrou possuir conhecimento do tema da melancolia e apresentou sua filiação à narrativa do tipo pessimista.

Estas noches de luna llena en mi pueblo son luminosas, puras y cristalinas. Estamos en el peor del invierno y en el cielo no hay una sola nube empaldecidas al claror del astro de melancolia que con tanto esplendor luce estos cuatros meses en que el frio, a veces, hace reventar las piedras em el yerno (ARGUEDAS. Vol. I. La Paz. 06.06.1901. P. 43)

Pensamos, portanto, que a menção ao “astro da melancolia” assinala a presença da tradição desses estudos no horizonte intelectual de Alcides Arguedas. Quer dizer, a comunidade argumentativa na qual Arguedas estava inserido incluía as redes intelectuais e contextuais formadas em torno dos estudos sobre a melancolia.

O leitor deve observar que não afirmamos que Arguedas leu essa ou aquela obra sobre a melancolia. No entanto, as redes intelectuais e contextuais de Arguedas incluíam leitores de obras clássicas sobre o tema. As referências no *Diário* a Schopenhauer, Nietzsche, Max Nordau, Miguel de Unamuno, dentre outros, sugerem a existência dessas ideias no seu horizonte intelectual. Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, muitas obras de análise psicossocial, de visão melancólica, foram escritas com os olhos voltados para a América. Contudo, na avaliação da produção ou recriação de tradições no período em questão, precisamos considerar a diversidade de motivos. Não existe uma “escola” pessimista, mas redes de circulação de ideias mais ou menos próximas e compartilhadas por intelectuais de formação diversa.

Evitamos pensar em esquemas de racionalidade coletiva produtoras de qualquer espécie de homogeneidade. Não foi o cálculo racional de um movimento uniforme da intelectualidade que estimulou a produção de ensaios melancólicos na América. No entanto, de acordo com Hobsbawm, “as tradições inventadas tem funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não as pudessem adquirir” (2002. P. 315.). Isto significa dizer que a produção de ensaios de caráter melancólico na América Latina foi possível dentro de um contexto histórico específico das redes intelectuais produtoras de significados e de formas de presentificação do passado.

Em seu diário pessoal Alcides Arguedas lança mão das teorias raciais do século XIX para efetuar uma análise psicossocial do povo boliviano. Pode ser que ainda se encontre um caminho do meio no debate sobre se a análise racial de Arguedas é uma condenação moral (Mitre. 2003.) ou biológica (SOLDÁN. 2003.). No entanto, sua avaliação das populações bolivianas está embasada nas teorias raciais do século XIX presentes na comunidade argumentativa do autor. Mitre insiste no rompimento de Arguedas com o determinismo biológico em favor da análise fundada na percepção da historicidade das relações sociais na Bolívia. É certo, como já afirmou Antonio Mitre (2003. P. 131.), que acusar Arguedas de ser racista pode ser um adjetivo inadequado contra o autor pioneiro do indigenismo boliviano, mas não se pode negar a presença das ideias de autores como Le Bon e Gobineau no seu texto. De sua parte, Edmundo Páz Soldán (2003), observa que o discurso da degeneração racial já estava presente no contexto intelectual boliviano desde as obras de Nicómedes Antelo e Gabriel René Moreno. Para Soldán, a obra de Arguedas é também marcada pelo discurso racial relido na chave do regeneracionismo. “Toda a sua obra [...] pode ser lida como a narração linear da enfermidade e do fracasso da Bolívia em seu intento de constituir-se em uma nação moderna” (2003. P. 83.).

Seja como for, a releitura do positivismo, na adoção da metodologia histórica de Hippolyte Taine (meio ambiente, raça e momento histórico), por exemplo, e a filiação ao arielismo, possibilitaram a Arguedas constituir uma visão da história boliviana a

partir do diagnóstico da enfermidade nacional. O *Diário* de Arguedas não é um libelo racista, mas encontra no determinismo racial uma forma de dialogar com a cultura e a história da Bolívia. A decadência nacional, de acordo com Arguedas, estava relacionada com o fator geográfico, o fator histórico e com a psicologia racial do povo boliviano. De acordo com Alcides Arguedas,

con gentes mediocres y pobres no se pueden detener principios; es que con gentes sin ideales superiores, sin grandes aspiraciones, limitadas de talento y voluntad, no se crean instituciones libres; es que con mestizos y cholos no se practican instituciones hechas para pueblos de raza superior (ARGUEDAS. Vol. II Couilly. 21.12.1928. P. 137)

A análise das redes intelectuais e contextuais ajuda a deslindar o tema da permanência da ideia de modernização e identidade nacional como horizonte de expectativa no ensaísmo latino-americano do início do século XX. De fato, a perspectiva identitária e modernizadora esteve associada à influência de uma matriz europeia como ponto de partida genealógico para a constituição do Estado-nação na América Latina. Nação e identidade nacional são temas pensados a partir de uma história da civilização europeia como ideia reguladora de um estágio no qual a nação se desenvolveria. Autores como Rodó ou Arguedas, dentre outros, pensaram a nação como o lugar ocupado numa espécie de tábua evolutiva civilizacional nos moldes do desenvolvimento dos países da Europa central. Sob esse prisma, reflexões melancólicas relacionadas à constituição da nação boliviana ocupam a maior parte dos registros no diário pessoal de Alcides Arguedas.

Penosa condición la de Bolivia en el continente. La Argentina la desprecia, Chile la codicia, el Peru la odia, el Brasil la mira con indiferencia y con recelo el Paraguay. No cuenta por ningún lado ni con amigos ni con aliados. Su acción es ineficaz; secundario su rol. En estas condiciones su vida misma es pobre, menguada, incoherente. Si a esto se agrega lo mal dirigida que está por sus hombres de Estado, naturalmente se colige que su significación en el mundo no tenga nada de envidiable. En estos momentos el mundo agoniza. De miseria y de ambición. Por todos os lados surgen revueltas, descontento, ambiciones. Quienes no poseen nada o poseen poco, quieren entrar en posesión de los que tienen mucho. Pero allá nada de esto preocupa. Es la política con todos sus egoísmos y sus mezquindades la que embarga la atención de todos; la política sucia y sin ideales. (ARGUEDAS. Vol. II. New York. 26.09.1919. P. 65)

Arguedas fez o registro acima num momento muito tenso da história da Bolívia. Dois anos antes, em junho de 1917, o ex-presidente José Manuel Pando (1849-1917) foi assassinado. Pando contava com a devoção das massas, era o último dos caudilhos “bárbaros” e membro do então recente Partido Republicano. Segundo Herbert Klein, o Partido Republicano tinha composição idêntica à do Partido Liberal. Encontrava força nas mesmas classes, apoiava as demandas do baronato da mineração e “era tão racista e oligarca como seus oponentes” (KLEIN. 2008. P. 183.). Pando foi personagem de caráter discutível, de carisma ímpar e de popularidade quase absoluta. O fato é que a morte de Pando desencadeou um clima de turbulência política tão forte que, durante todo o governo do liberal Gutiérrez Guerra, não houve um momento sequer de calma.

Além disso, com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o processo de paz na Europa previa a restituição de territórios anexados antes do conflito. Isso gerou certa esperança de que a Bolívia viesse a recuperar as regiões litorâneas (Tacna e

Arica) perdidas na Guerra do Pacífico. No entanto, a Sociedade das Nações (1919-1946) parece não ter dado importância à solicitação boliviana.

A Bolívia chegou a enviar uma embaixada - da qual Arguedas fez parte - para representá-la nas negociações de paz em Versalhes, mas a Sociedade das Nações somente se interessou em pensar no caso europeu. Esses motivos concorriam para influenciar as observações de Arguedas a respeito da fragilidade política da Bolívia no cenário internacional. Durante a viagem de navio para a conferência de paz da Sociedade das Nações, no início de abril de 1919, Alcides Arguedas registrou sua descrença em qualquer iniciativa da Sociedade das Nações para solucionar a contenda boliviana por um porto no litoral ocupado pelo Chile após a Guerra do Pacífico.

El mundo en estos instantes tiene que fijar su atención en asuntos de extrema importancia para ocuparse de asuntos que para ese mismo mundo resultan de ningún valor como sería el de darle un puerto a la nación menos conocida y menos organizada del globo. Qué es Bolivia, qué representa Bolivia o el Perú o Chile frente a los gravísimos problemas sociales y que en estos momentos van envenenando la conciencia humana? ¿Qué vale un puerto ante el derecho de vida de pueblos milenariamente organizados, ricos en ciencia, artes, industrias, con bellas tradiciones y un gran pasado histórico y que en este momento están a punto de sucumbir ante la furia de las masas hambrientas y desesperadas? (ARGUEDAS. Vol. II. Alto Mar. 02.04.1919. P. 21)

A insegurança política que a Bolívia vivia desde o golpe de Estado de 1920, provocava os comentários amargos de Alcides Arguedas. Seu grande descontentamento estava associado à união de Bautista Saavedra com os militares. Além disso, para Arguedas, pesava muito a constituição de um governo onde as camadas populares (*cholos* e mestiços) pudessem ter seus representantes.

As angústias geradas pelo contexto histórico boliviano eram importantes, não restam dúvidas, mas o moralismo racista e conservador participava diretamente da construção dessa narrativa aterradora. No entanto, como vimos, a ambigüidade do discurso é parte importante na compreensão da ideologia da obra de Alcides Arguedas. Por que, então, também não seria importante na compreensão de sua vida? Acreditamos, embasados na leitura de Antonio Lorente Medina (1986), que a obra de Arguedas reflete a tensão dialética entre o narrador-autor e o personagem-poeta. O autor Alcides Arguedas e o personagem Alcides Arguedas não se separam, mas podem ser observados em suas especificidades. É a angústia gerada pela constituição racial do país e pelo evidente mal-estar civilizacional, no universo das ideias de Arguedas, que aproxima narrador e personagem.

Son pobres gentes, estrechas, vanidosas, ensimismadas. El mundo para ellas concluye en su parroquia. No tienen posibilidad ni fuerzas para ver más lejos. El predominio de estas gentes hace la insignificancia del país. Bolivia no tiene ninguna representación en el mundo y casi nadie se recuerda que existe. Pueden allí acaecer hechos de significación y permanecen ignorados, ocultos. Nunca se ve nadie en los periódicos de Europa y América. Nunca se sabe cuando se instaló el congreso, por ejemplo, ni que es lo que dijo en su mensaje el Presidente. Las gentes cultas y de significación que nos visitan por curiosidad, se van llevándose en el alma una tristísima impresión de mediocridad, de pobreza, de inconsistencia. (ARGUEDAS. Vol. II. New York. 18.09.1919. P. 64-65)

Naquele ano de 1919, quando escreveu o registro acima, Arguedas estava impressionado com sua participação na Conferência de Paz em Versalhes. Seu grande desencanto com os problemas nacionais estava associado à concepção eurocêntrica

de civilização. Na Conferência, chegou a cumprimentar os líderes mundiais da época (Georges Clemenceau, Woodrow Wilson, Lloyd George etc.) e disso pode ter derivado sua aversão aos problemas domésticos. Para Arguedas, em Versalhes foram discutidos os problemas que realmente importavam à humanidade. A “insignificância” da nacionalidade boliviana alimentava sua crítica melancólica.

Quando contrastamos as observações de Arguedas sobre a civilização boliviana com a estadunidense não é difícil entender os motivos orientadores de suas críticas. Nesse caso, Arguedas opunha-se a Rodó que, em *Ariel*, conclamava a juventude a reagir ao utilitarismo estadunidense e valorizar as tradições ibéricas. Ao contrário, Alcides Arguedas encontrava nos EUA uma espécie de modelo civilizacional. A admiração que o canal do Panamá despertou em Arguedas, por exemplo, transparece no diário pessoal. A simpatia pelo “gênio” estadunidense aplicado à construção do canal fica evidente no registro que reproduzimos abaixo.

Atravesamos el canal de Panamá, y algo quisiera decir de la impresión de estupor y consternación que produce; pero caíria en tremendo pozo de vulgaridades y anotar una sola reflexión: Hay gentes que abominan los yankees y su raza. Son gentes de los trópicos y hablan castellano y piensan en español. Viven como vivimos es decir, pobres, sucios, los gestos son impetuosos y rudas las maneras. Y se habla mucho del honor, pero se conoce poco la verguenza. Si el istmo hubiese quedado en su poder, todo estaría como estuvo hace cien años. (...) Yo no sé si los que maldicen de esta raza lo haga porque se crean, étnica y moralmente superiores, en cuyo caso habría que entender lo que constituye una superioridad; sino que estoy persuadido que con superioridad y todo no habrían hecho lo que hacen estos bárbaros. (...) No bien se llega a esta ciudad de Colón, se siente trajinos y brisas de mundo construyendo a la europea, es decir, supercivilizado. (ARGUEDAS. Vol. II. Colón. 27.02.1919. P. 11-12)

Reflexões como essa evidenciam as orientações ideológicas racialistas e conservadoras de Alcides Arguedas. Ao demonstrar seu nordomaníaco apreço pela civilização estadunidense, Arguedas deixa claro que seu projeto era direcionado, como vimos, pela justificativa civilizacional orientada pela base epistêmica do positismo spenceriano.

A ideia de progresso em Arguedas está associada ao desenvolvimento científico e tecnológico nos padrões e ditames do darwinismo social. A tensão gerada no encontro de diferentes processos civilizacionais aumentava a sensação de angústia e deslocamento. Refletir sobre a nação e o caráter nacional através de modelos exóticos às realidades da América Latina é uma das principais tópicos da melancolia nas ideias de Alcides Arguedas.

Se bem que nem tanto exótica assim é a ideia de Estado na América. Antonio Mitre recorda a herança da organização estatal das civilizações pré-colombianas. O modelo de Estado que se implantou na América do Sul no século XIX permanece até hoje. Não existe uma herança de secessão nos Estados sul americanos. A coesão em torno da ideia de um Estado como mediador das relações sociais demonstra a maturidade dessa forma de pensamento na América. O Estado-nação latino-americano, configurado no século XIX, de acordo com Mitre (2008. P.12.), é um “fenômeno que não só contrasta com a fragilidade de seus fundamentos internos, mas também com o que se observa na Europa e em outros continentes, onde processos separatistas e nacionalistas de variada índole obrigam a redesenhar periodicamente o mapa político”.

De qualquer modo, é plausível a possibilidade de observar a adesão política de Arguedas ao americanismo pela via diplomática. As leituras atuais da ação estadunidense no resto da América estão distantes de observar os fatos somente pelo viés da hipótese imperialista. Para além de ter significado somente prejuízo para pobres “plantadores de bananas”, muitos acordos de cooperação terminaram por fortalecer o desenvolvimento autônomo do Estado latino-americano. Antonio Mitre assinala a ação da Missão Kemmerer, dos EUA, entre 1923 e 1927, no sentido de modernizar as esferas econômicas, administrativas e financeiras em países como Peru, Chile, Equador, Colômbia e Bolívia. De acordo com Mitre (2008. P. 14.), a Missão Kemmerer colocou “em mãos do Estado boliviano as ferramentas necessárias para fiscalizar o setor exportador e se familiarizar com a complexa trama do mercado de minerais”.

Não há dúvida de que a participação estadunidense na organização da vida boliviana, nos anos 20, contaria com o assentimento de Alcides Arguedas. Todas as vezes que menciona a civilização estadunidense no *Diário*, salta aos olhos sua manifesta simpatia. A Missão Kemmerer que atuou na Bolívia a partir de 1923 tinha relações com a reprodução do sistema capitalista, mas o comportamento cooperativo entre o Estado boliviano e o estadunidense sugeria um horizonte mais estável e duradouro do que aquele que orienta o cálculo de agentes e grupos privados. Arguedas entendia, sem dúvida, a estratégia de desenvolvimento do capitalismo em esfera internacional representada pela missão estadunidense. Contudo, suas comparações levavam-no a ressaltar os problemas internos relacionados à questão racial.

La civilización tiene suyas aberraciones, y la yankee sus contrastes. (...) ¿Cómo será la lucha entre nosotros cuando el indio despierte de su letargo actual? Los americanos queman vivos a los negros, y este sistema de defensa habrá de aplicarse algún día en Bolivia, sin remedio, cuando gane en extensión la obra de los mestizos demagogos. (ARGUEDAS. Vol. II. New York. 09.10.1919. P. 69)

O futuro civilizacional da Bolívia, para Arguedas, não parecia muito promissor. Ao ler os comentários sobre o futuro das populações autóctones, vê-se bem que a tomada do governo estava longe da capacidade de previsão de Arguedas. Seis anos após sua morte talvez tivesse reavaliado sua opinião diante da Revolução Nacional de 1952 e a ascensão do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Se bem que, com o fim da Guerra do Chaco, a obra daqueles que Arguedas chamou de “mestiços demagogos” – Tristán Marof e Franz Tamayo, dentre outros – já era nutrição ideológica de grupos populares. A Guerra do Chaco desenvolveu a consciência de organização e o nacionalismo nos grupamentos e movimentos sociais bolivianos.

Não existem modelos ideais de nação. As nações se organizam em função dos seus grupos sociais e das relações dialéticas que os orientam. Alcides Arguedas só podia pensar a nação a partir de seu próprio esquema ideológico. Os movimentos políticos, sociais e culturais e o desenvolvimento “inferior” das nações americanas (com exceção aos EUA) eram interpretados pelos positivistas com base no trinômio história, raça e clima. A ideia de superioridade da raça branca era marcante entre os intelectuais latino-americanos.

Alcides Arguedas canalizou suas energias para a interpretação dos problemas da Bolívia. A narrativa do Diário demonstra empenho em produzir uma obra, nas palavras do autor, que fosse “útil” para seu país. Diagnosticar os males da Bolívia era o modo como apontava o caminho para a cura. O pressuposto da superioridade branca e europeia era uma sombra que pairava sobre suas interpretações. Ainda assim, a

sinceridade de sua intenção demonstrava que Arguedas era um patriota. Um amante da nação tão apaixonado que sofria a constante angústia da nostalgia. Para Arguedas, nunca existiu a nação boliviana e, em decorrência disso, resultava o sentimento nostálgico de estar deslocado aonde quer que estivesse.

No período entre as guerras mundiais, os registros de Arguedas evidenciam suas angústias com os males do mundo. Mais do que isso, esses registros expõem uma alma atormentada pela ideia da nação e da humanidade. Um verdadeiro mal-estar civilizacional traduzido em uma perspectiva histórica pessimista. De acordo com Alcides Arguedas,

me siento inquieto, triste, lleno de sombríos presentimientos. Personalmente mis cosas andan mal, económicas y otras. Como súbdito de un país desorganizado y en guerra, veo que la cosa anda por el mismo camino malo. (...) Donde volver los ojos que no contemplan cuadros de dolor y de angustia? (ARGUEDAS. Vol. VI. Couilly. 06.03.1933. P. 25)

Para qualquer tempo ou direção que voltasse os olhos, Arguedas via somente a imagem da desolação. A existência humana, sua obra de escritor e a nação boliviana sempre seriam motivos de angústia. A melancolia, então, foi o sinal mais evidente revelado em suas análises. As lições do positivismo ensinaram-no a pensar na necessidade de regenerar a nação, a identidade, a civilização e a história da Bolívia. As decorrências desse pensamento é que despertavam o sentimento melancólico em Alcides Arguedas.

3. Conclusão.

O conto *El inmortal*, de Jorge Luis Borges, é o primeiro texto do clássico *El Aleph* (1949). A temática do tempo, da imortalidade, da eternidade e da tradição fazem desse conto um dos melhores trabalhos do autor. A evocação da figura de Homero, um troglodita incompreensível, como uma espécie de esteio primordial da literatura, estabelece o vínculo com a tradição. Borges falaria disso dois anos depois na mencionada lição no *Colegio Libre de Estudios Superiores*, em Bahía Blanca. Aquilo que ainda surgiria como teoria literária, no conto *El inmortal* apareceu como manifestação estética. “Assim foram morrendo os dias e com os dias os anos, mas alguma coisa parecida à felicidade ocorreu uma manhã. Choveu, com poderosa lentidão” (BORGES. 1974. P. 539.). Talvez imaginar um mundo sem tempo e sem memória estabeleça exatamente a ambientação mítica da epifania literária no conto de Borges. A linguagem que evoca a figura do rapsodo grego também materializa o passado no presente do escritor argentino.

Se os antigos são uma invenção dos modernos, sua constituição como figuras de autoridade estabelece uma “transmissão geradora de sentido que aproxima o passado do presente. Tal associação, como sugeriu François Hartog (2003), é a mais famosa, antiga e óbvia. É como se a reativação do passado fizesse com que a idade adulta se realizasse nos sonhos da velha infância. “Como se o mais antigo, o arcaico e o mais moderno, o futuro, viessem quase a tocar-se” (HARTOG. 2003. P. 117.). É mister afirmar, no entanto, que essa é uma via de mão dupla. A relação entre antigos e modernos não é linear, mas dialética.

A melancolia, como vimos, é uma condição existencial que remete o acometido por ela ao jogo implacável do tempo. O surgimento de um indivíduo – no quadro do individualismo moderno - que pudesse contemplar um mundo fora do feudo natal, contribuía para aumentar o sentido de deslocamento e impotência frente à extensão do

universo. Foi a partir da chave de leitura melancólica que Alcides Arguedas buscou interpretar a questão das identidades e do Estado-nação na Bolívia no diário pessoal que redigiu entre 1900 e 1946. As redes intelectuais e contextuais que estabeleceu ao longo de todos esses anos fundamentaram e aprimoraram sua percepção analítica do desenvolvimento histórico boliviano. A forma como presentificou o passado derivou do conjunto de ideias construídas na relação com a história.

Enfim, o que quisemos demonstrar em nosso estudo é que existem redes intelectuais e contextuais compartilhadas num universo de circulação de ideias mais ou menos próximo envolvendo autores do presente e do passado. Tais comunidades argumentativas ou de debates permitiram a presentificação do passado na narrativa do diário pessoal de Alcides Arguedas. A tônica dessa narrativa foi dada pela concepção melancólica da história, da identidade e da nação boliviana.

O diário pessoal de Alcides Arguedas permite uma interface com a ideia de contemporaneidade da história a partir da própria experiência do autor. Explicamos, Arguedas evidentemente utilizou a história como ferramenta de interpretação do seu mundo e procurou presentificar o passado como linguagem na configuração do seu diário pessoal. A evocação do passado em uma “cultura de presença” produz sua materialidade. A relação com o tempo histórico não desautoriza a presentificação do passado. Somente através da narrativa torna-se possível sua apreensão, mas relido na contemporaneidade. Entender que o indivíduo está marcado de modo indelével pelo seu presente e que todas as suas análises estarão assinaladas por ele é uma ideia apreendida desse documento.

Observar as filiações teóricas em redes intelectuais e contextuais possibilita, dentre outras interpretações possíveis, a compreensão da cartografia eidológica da melancolia no *Diário* de Arguedas.

4. Bibliografia.

ALVARADO, Mariana. Rodó y su Ariel. El Ariel de Rodó. Cuyo: anuário de filosofia argentina e americana, Mendoza, n° 20, 2003, p. 155-173.

ARGUEDAS, Alcides. Diário. XIV vols. Colección Alcides Arguedas. (Archivo y biblioteca nacionales de Bolivia, Sucre). 1900-1946.

_____, _____. Pueblo enfermo. La Paz: Puerta del Sol, 1937.

ARMANI, Carlos Henrique. História intelectual e redes contextuais. Anos 90, Porto Alegre, Vol. 20, n° 37, julho, 2013, p. 137-150.

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. Intelligere: revista de história intelectual, vol. 1, n° 1, dezembro, 2015. Disponível em https://scholar.harvard.edu/files/armitage/files/portuguese_translation.pdf Acesso em 14.06.2020.

BORGES, Jorge Luis. Obras completas. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. História da historiografia, Ouro Preto, n° 23, Abril, 2017, p. 153-165. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236> Acesso em 23.07.2020.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Escritores latino-americanos e a tradição: Machado de Assis, Borges e Ricardo Piglia. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, vol. 1, julho-dezembro, 2009, p. 137-147. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/2193> Acesso em 12.05.2020.

DINIZ, Cláudio. O aprendiz de Dom Quixote: uma página sobre Miguel de Unamuno no diário íntimo de Alcides Arguedas. *Cadernos de pesquisa do CDHIS, Uberlândia*, vol. 27, n° 1, 2014, p. 231-235. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/29870> Acesso em 08.06.2020.

_____, _____. Confissões de Saturno: o diário melancólico de Alcides Arguedas. *Bilros, Fortaleza*, vol. 3, n° 4, janeiro-julho, 2015, p. 96-119. Disponível em <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1319> Acesso em 05.07.2020.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992.

FRANCOVICH, Guillermo. El pensamiento boliviano en el siglo XX. La Paz: Editorial los Amigos del Libro, 1985.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, n° 21, 1998. p. 121-127.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da historiografia, Ouro Preto*, n° 3, setembro, 2009, p. 10-22.

_____, _____. Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2010.

HARTOG, François. Os antigos, o passado e o presente. Brasília: UNB, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KLEIN, Herbert. Historia de Bolivia. La Paz: Librería Editorial G. U. M., 2008.

KLIBANSKY, Raymond; PANOFKY, Erwin; SAXL, Fritz. Saturno y la melancolia. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

MANSILLA, H. C. F. El Surgimiento de los intelectuales en Bolivia: Alcides Arguedas visto por Salvador Romero. *Temas sociales, La Paz, Universidad Mayor de San Andrés*, n° 34, 2013, p. 13-23. Disponível em <https://repositorio.umsa.bo/xmlui/bitstream/handle/123456789/16310/TEMAS%20SOCIALES%2034.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 18.05.2020.

MEDINA, Antonio Lorente. Alcides Arguedas y la “literatura nacional” boliviana. *Epos: revista de filología*, n° 2, 1986, p. 177-186. Disponível em www.dialnet.unirioja.es. Acessado em 20.07.2009.

MILLÁN, Juan Albarracín. Arguedas: la consciencia crítica de una época. La Paz: Réplica, 1979.

MITRE, Antonio. Alcides Arguedas e a consciência nacional. In: O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 123-137.

_____, _____. Estado, modernização e movimentos étnicos na América Latina. in: Coesão social na América Latina: bases para uma nova agenda democrática. São Paulo/Santiago: IFHC/CIERPLAN, 2008.

OTERO, Gustavo Adolfo. Arguedas. In: Figuras de la cultura boliviana. Tomo III. La Paz: Librería editorial juventud, 1992.

PASCUAL, Algunos debates intelectuales em torno a lo político y lo cultural: el Colegio Libre de Estudios Superiores en Bahía Blanca, Argentina (1940-1955). *Antítese*, v. 6, n° 11, janeiro-julho, 2013, p. 236-260. Disponível em <file:///C:/Users/claud/Downloads/11357-63563-1-PB.pdf> Acesso em 12.05.2020.

REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1996.

SOLDÁN, Edmundo Paz. Alcides Arguedas y la narrativa da nación enferma. La Paz: Plural, 2003.

STAROBINSKI, Jean. L'encre de la mélancolie. in: CLAIR, Jean (dir.). *Mélancolie: génie et folie en occident*. Paris: ADAGP, 2005.

_____, _____. *A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza*. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

VALDÉS, Eduardo DEVÉS. El pensamiento latinoamericano a comienzos del siglo XX: la reivindicación de la identidad. *Cuyo: anuario de filosofía argentina e americana*, Mendoza, 1997, n° 14, p. 11-75.

_____, _____. *Redes intelectuais en América latina: hacía una constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, 2007.

WASSERMAN, Cláudia. A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. Bauru: Edusc, 2007. Pp. 259-285.

ZÁRATE, Freddy. La visión chueca de Arguedas. Página Siete. Disponível em <https://www.paginasiete.bo/revmiradas/2017/8/27/vision-chueca-sobre-arguedas-149196.html#!> Acesso em 18.05.2020.

A FESTIVIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA EM VILA DO CONDE: UM ELEMENTO SIMBÓLICO E UNIFICADOR DA COMUNIDADE.

Cleudson Ricardo Paz Guimarães⁸³

Resumo: A Amazônia, por muitos anos, tornou-se foco de análises e pesquisas de muitos estudiosos. Sua história resulta de um processo de interação entre o homem, a natureza e a cultura. Nessa perspectiva, é importante perceber seu aspecto histórico permeado por motivos militares, políticos, econômicos e religiosos que resultaram no processo de colonização. Esse trabalho busca analisar a festividade de São João Batista em Vila do Conde, Barcarena, Pará, a partir de sua historicidade evangelizadora. Nesse sentido, considera-se como ponto de análise, a festividade como um elemento simbólico e unificador da comunidade, estabelecendo assim, uma mentalidade coletiva e unificadora entre seus participantes.

Palavras-chave: Missões Religiosas; Festejos; Simbologia.

Introdução

O presente trabalho pretende analisar a historicidade relacionada aos festejos de São João Batista em Vila do Conde, Barcarena, cidade situada às margens da Baía do Marajó no Estado Pará. Tais análises propõem edificar a compreensão histórica, religiosa e simbólica que permeia as práticas cotidianas e coletivas, relacionadas ao universo unificador dos sujeitos sociais ali inseridos. Para tanto, buscou-se, no contexto histórico das missões religiosas jesuíticas, a origem dos seus interesses e a multiplicidade de fatores essenciais responsáveis pela formação dos núcleos coloniais que fizeram parte da construção evangelizadora na Amazônia.

No que se refere aos aspectos históricos, foi necessário um estudo sobre a atuação da Companhia de Jesus no processo de evangelização do índio na Amazônia. Dessa forma, constatou-se a importância que as missões religiosas desempenharam na formação dos núcleos povoadores na região Norte, mais especificamente, a missão religiosa Gibirí, que, posteriormente, terá como ponto principal a missão dos Murtiguras ou Mortiguras.

No âmbito deste trabalho, considera-se importante examinar a construção ideológica da missão jesuítica na região amazônica, tendo como foco principal a fundação da Igreja dos Mortiguras, que passou a ser chamada de Igreja de São João Batista. Por meio disso, procura-se apresentar as vicissitudes que abrangeram o trabalho missionário na região, assim como a destituição dos mesmos pelo futuro ministro português Marquês de Pombal.

Sem dúvida, há vários autores que teceram considerações paralelas sobre o tema. Porém, no que diz respeito às relações simbólicas – esta entendida como uma manifestação mental e coletiva diante do sagrado –, buscou-se compreender a dimensão social e religiosa que a mesma desempenha na comunidade de Vila do Conde durante os festejos a São João Batista. O significado simbólico deste trabalho está na dinâmica social dos sujeitos que, por meio dos gestos de fé, abrangem coletivamente suas ações de pertencimento religioso. Nesse sentido, é importante

⁸³ Graduado em História (FAINTIPI), Pós-graduado em História do Brasil (UCAM), Pós-graduado em História da Cultura Afro-brasileira (UCAM), Graduado em Filosofia (SOBPEV), Pós-graduado em Ensino de Filosofia (INE), Professor de história SEDUC/Pa.

observar a minuciosidade de significados e hábitos desempenhados coletivamente, no intuito de compreender os laços de participação e comunhão entre os fiéis.

Essa atmosfera, através da qual o religioso atinge as propensões individuais, transformando-as em atividades mentais e de conjunto, é que fez-nos subsidiar as conexões com a antropologia. De igual difusão, foi preciso estabelecer pontos de interpretação social e coletiva dos sujeitos envolvidos na trama homem e sagrado, para que, no âmbito de suas ações, se pudesse perceber tais contribuições, rupturas e permanências.

Missões Religiosas na Amazônia: A Missão Religiosa Gibirí E Murtigura

A colonização portuguesa da região que, hoje, chama-se Amazônia brasileira foi inaugurada no início do século XVII. A estratégia da coroa portuguesa era, inicialmente, combater a invasão dos franceses, holandeses e ingleses no vale amazônico, tendo, como foco principal, a ampliação de sua jurisdição local. Com o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, “foram demarcadas as fronteiras do sul, do Oeste e do norte brasileiros, dos quais, as do norte e do oeste parcialmente dizem respeito à Amazônia” (VALENTE, 1998, p. 27). Assim, a coroa portuguesa amplia seu deslocamento para a Amazônia, possibilitando um avanço luso ao Norte.

Considerada uma região de “fronteira”, (colocações historiográficas sobre a Amazônia) a Amazônia colonial encontrava-se sobre forte interesse das nações europeias, o que, por sinal, levou Portugal a tomar medidas militares (como a implantação de diversas fortalezas), bem como a posterior introdução da Companhia de Jesus para o assentamento das missões religiosas na região. É claro que além dos motivos militares e religiosos, convém observar o interesse da coroa em tornar a região um local de significativo fator econômico e populacional.

Em 1652, em Portugal, uma comitiva da Companhia de Jesus organizada por nove padres, sob a liderança do Pe. Antônio Vieira, parte com destino ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, com o objetivo de “assentar as missões, edificando casas e igrejas nas Capitanias do Maranhão, Pará e Gurupá” (VIEIRA, 1652, p. 267-8, 270). Dessa maneira, a Companhia de Jesus conseguiu reunir a maior quantidade de terras e índios sobre os seus domínios na Amazônia.

Segundo Erneldo Schallenberg (1993), o “projeto missionário evangelizador sustentava-se em uma ‘originalidade que vinha de Deus’, que os homens só compreendiam após a sua conversão a uma maneira nova de entender a vida” (SCHALLENBERG, 1993, p. 44). Isso significar dizer que o processo de evangelização jesuítica defrontaria com a multiplicidade de costumes e hábitos indígenas, o que possibilita afirmar que a conversão do gentil servia para diluir um inventário dos “bons costumes” e novos valores contra o pecado e a nudez desses povos.

Apesar das dificuldades encontradas na conversão dos índios, os jesuítas ainda tinham que enfrentar constantemente os problemas relacionados à escravização do gentil por parte dos colonos, que tanto os utilizavam como mão de obra nas construções. Esse conflito entre a Companhia de Jesus e os colonos perdurou por muitos anos, pois apesar de a autoridade régia por meio da Carta de 1654 de D. João IV estabelecer a André Vidal de Negreiros o controle missionário nas aldeias, mesmo assim as leis continuavam sendo burladas pelos colonos.

É importante observar a dinâmica religiosa e jurídica construída pela Companhia de Jesus em tentar impor seu pretérito poder regional e espiritual nas missões religiosas sobre índios e colonos. Comumente a tais atitudes, o Pe. Vieira,

junto aos seus prelados, utilizava de seu poder para fundar igrejas, descer índios e fortalecer a fé católica no Estado.

Fazendo-se dessa colocação, percebe-se a releitura feita pelo Pe. Vieira sobre o Sermão da Epifania em 1662, no qual se excluía a América do processo de conversão cristã por esta não ter em seu bojo natural o direito à racionalidade, o que por sinal, invalidaria a conversão dos gentios no Novo Mundo. No entanto, é possível perceber a releitura de Vieira para inserir o índio no processo de racionalidade e, com isso, possibilitar a evangelização dos futuros súditos do rei e de Deus.

Mesmo considerando as dificuldades construídas com os colonos e índios (estes últimos não aceitavam a fé cristã), a Companhia de Jesus estabeleceu seus braços de poder religioso em longo prazo. Para Alonso e Chambouleyron (2010), a “atuação missionária na Amazônia ganhou contexto fundador da igreja cristã, pois cabia aos seus apóstolos a tarefa de espalhar a fé pelo mundo, única possibilidade de redenção”. (2010, p. 16). Assim sendo, a igreja tornou-se um instrumento de poder na conversão do gentil, bem como do processo colonizador na Amazônia.

Perante a atuação do Estado português na região, a igreja assume um papel múltiplo, diversificando sua ação para além dos ditames evangelizadores. É o que explica o pesquisador John Bury (2006) ao dizer:

Completando suas responsabilidades educacionais, os jesuítas assumiram ainda a formação dos candidatos ao sacerdócio. Como missionários e professores, a consequência lógica do duplo papel dos membros da Companhia de Jesus no Brasil, movidos pela necessidade, foi que acabaram sendo os mais empreendedores entre os primeiros construtores da Colônia (BURY, 2006, p. 63)

Nesse sentido, a Coroa dependia muito dos serviços desses homens devotados, aos quais também era confiada a educação dos filhos dos colonos. Assim, a educação evangelizadora jesuítica usou a conversão do gentil para torná-lo essencialmente importante ao desenvolvimento dos assentamentos religiosos, bem como dos filhos dos colonos que na América se encontravam.

Mas não apenas de religiosidade cristã viviam os índios nos aldeamentos. Em sua maioria, os gentios foram responsáveis pelo expressivo comércio das Drogas do Sertão na Província do Grão-Pará. Nessa perspectiva, Guzmán (2008) mostra que:

Nos aldeamentos jesuíticos, os mais diferentes grupos nativos eram reunidos para a conversão mais fácil. Na maioria dos casos, os diferentes grupos nativos eram deslocados e posteriormente concentrados num lugar preciso, diferente daquele onde antes habitavam, e aí eram fixados. Além disso, os jesuítas desenvolveram um expressivo comércio de exportação das “Drogas do Sertão” – cacau, salsaparrilha, pau-cravo, bálsamo de copaíba, baunilha, canela, anil, urucum, raízes aromáticas, sementes oleaginosas – obtidas por meio do extrativismo, com plena utilização da mão de obra indígena aldeada nas missões (GUZMÁN, 2008, p. 75-94).

A variabilidade das atividades exercidas pelos índios substancializava as necessidades financeiras dos jesuítas, pois estes precisavam não apenas catequizar os ameríndios, mas, dar-lhes atividades de ofício. De igual discussão, o Pe. Serafim Leite, em sua obra *Artes e Ofícios* (1953), relata a imprescindível diversidade de tarefas exercidas pelos mais variados sujeitos sociais que compunham as atividades locais. Assim, ele afirma:

Tem pedreiros Francisco Massus, preto e Manuel Garcia, preto, escravos pertencentes a Jaguarari como os quais, Estevão da dita fazenda apreenderam nestes anos Manuel preto, e Mathias Índio da Fazenda de Gibirié⁸⁴, Cayetano Índio forro da fazenda de Mamayacu. Ferreiros ensinados nestes anos Cazimiro e Sylvestre índios, Pero preto, e Lázaro seu filho forro pela [mais] da fazenda de Gibirié. Miguel preto e Ignácio escravos da fazenda de Jaguarari⁸⁵ (LEITE, 1953, pp. 25-26).

Nas colocações de Serafim Leite, é possível perceber a multiplicidade de sujeitos envolvidos nas mais diversas atividades produtivas. Dentro do processo colonizador da Amazônia, encontra-se a missão religiosa Gibirié ou Gibrié, relacionada hoje ao município de Barcarena, no Pará. Essa missão religiosa possui datas distintas quanto à sua fundação, mas em se tratando de aldeamentos, esta (Gibirié) não veio a ser a localidade de destaque quanto ao núcleo fundador e religioso na região.

Segundo Leite (1943), “em se tratando de aldeamento, sem dúvida, Mortigura (atual Vila do Conde), foi a primeira aldeia da Companhia no Grão-Pará”, constituída por doação do governador Inácio do Rego Barreto em 1653, por determinação do Rei de Portugal, em cujo local os jesuítas já tinham fundado uma capela e um colégio. Em 1655, o Pe. Matheus Delgado publicara a nova lei que manteria nas terras dos Mortiguras os assentamentos jesuítas. Meandro essa decisão, o Pe. Antônio Vieira tratou de tomar tal provimento, no qual, “para Mortigura, mandou o Padre Francisco da Veiga para fazer a Residência de S. João Batista em Mortigura” (BETTENDORFF, 1990, p. 89).

No ano de 1658, Manuel David Souto Maior propôs que Mortigura, então chamada de “arca de Noé”, por encontrar-se cheia de índios, não se destinasse somente aos serviços do Colégio e que fosse enquadrada no regime de repartição⁸⁶.

Dessa maneira, é importante salientar que o aldeamento responsável pela fundação da futura Igreja de São João Batista foi, respectivamente, a missão religiosa dos Mortiguras. Essa missão deu origem à igreja dos Mortiguras, mais tarde chamada de igreja de São João Batista. Para Borromeu, “o templo de São João Batista, assim como tantos outros do período jesuítico, foi erguido sobre as ondas do Marajó” (BORROMEU, 1946, p. 39-40). O mesmo detalha os aspectos da construção das igrejas da época, bem como a de S. João Batista:

Abre-se a entrada principal. O Altar-mór ocupa inteiramente o côro da igreja está vasado nos moldes do século VII, o século jesuítico do Rio Mar. As paredes são de caráter original, do estilo da igreja de Santo Alexandre em Belém, do colégio cremaense no Rio Danúbio ou da residência de Dillingem. O Tympanon do Altar é formado por painel, representando o antigo Collegium Murtigurense Societatis Jesu para os indígenas. As imagens antigas de Nosso Senhor Morto, do Bom Jesus, de São Miguel, de São João Batista, Santo Inácio de Loiola, de São Francisco Chavier, do santo que a maré trouxe mostram nas suas formas e puras o gosto e senso artísticos dos antigos

⁸⁴ GIBIRIÉ: Antiga Aldeia e Fazenda dos Jesuítas no interior do Pará, hoje chamada Barcarena Velha.

⁸⁵ JAGUARARI: Antiga Fazenda Jesuítica às Margens do Rio Mojú no Pará. Hoje apenas existem ruínas da antiga Igreja.

⁸⁶ Os aldeamentos missionários, chamados também de “aldeias de repartição”, tinham como principal objetivo concentrar índios, de diferentes nações, em um local de fácil acesso, onde pudessem ser “civilizados”, aprendendo os princípios da religião cristã e certos valores como obediência e disciplina. Posteriormente, eram alugados, distribuídos ou repartidos entre os colonos, os missionários e o Serviço Real da Coroa Portuguesa, para quem deviam, obrigatoriamente, trabalhar em troca de um pagamento, por um determinado período que poderia variar entre dois a seis meses, ao final do prazo, estes índios deveriam ser devolvidos à aldeia.

Padres Mestres da Companhia de Jesus, os protótipos dos Missionários de todos os séculos: os jesuítas (BORROMEU, 1946, p, 40).

O atual templo da Igreja de São João Batista (antiga capela de São João de Mortigura), que é a construção mais antiga do município de Barcarena e, provavelmente, uma das mais antigas do Estado, possui um altar em estilo Joanino, aparentemente do século XVII, que conforme o parecer técnico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1995), “é dos únicos do Pará e um dos poucos do Brasil; foi erguida no ano de 1720, em estilo neoclássico, o mesmo da igreja de Santo Alexandre, em Belém”.

Entretanto, em 1759, o rei português D. José I declarou os jesuítas como “notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores, ordenando que como tais sejam tidos, havidos e reputados” (MENDONÇA, 1960, p. 59). Mais tarde, em 1770, ainda em seu governo, as expectativas da Companhia de Jesus no Brasil começam a mudar. O rei D. José I nomeou para o cargo de administração portuguesa Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal. Este foi responsável por mudanças profundas na administração portuguesa, principalmente no que diz respeito à atuação jesuítica no Brasil e na Amazônia.

Essas mudanças tornam-se significativas a partir da forte interferência de Marquês de Pombal na educação. É preciso observar as políticas de atuação do Marquês contra a Companhia de Jesus, pois é nesse momento que as vilas ou antigas missões religiosas (já que muitas missões foram elevadas à categoria de vila), sofrerão as significativas mudanças. Embora muitos estudiosos tenham detalhado os trabalhos realizados por Marquês de Pombal, não é de se espantar suas tentativas de tentar nivelar Portugal às nações europeias. Para tanto, a expulsão da Companhia de Jesus foi um marco das ações perpetradas pela coroa portuguesa, assim como sua ação prática sobre a Amazônia. Tal situação levou a substituição dos inicianos por mandatários reais em diversas missões religiosas. Entre as missões afetadas pela ação administrativa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão de Marquês de Pombal), atual governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, encontra-se a secularização das aldeias, retirando destas os inicianos. Assim afirma:

Bulhões deu o governo de Mortigura ao Cônego paraense José Gonçalves em substituição ao jesuíta Aquiles Avogadri... Os jesuítas deixaram suas residências, sem levarem nada a não ser os Breviários, como lhes marcara o seu Superior, o que causou grande espanto a Mendonça e Bulhões (CAIERO, 1936, p. 433 ss).

Nessa perspectiva, as missões religiosas receberam todo um aparato administrativo interventor, pois os próprios nomes dados a elas foram substituídos pela Real Casa de Bragança. Essa interferência não foi diferente da missão religiosa dos Mortiguras, pois “por ordem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, as vilas do Estado trocaram os nomes indígenas por nomes da Real Casa de Bragança, a aldeia de Mortigura ou Murtigura passou a chamar-se Vila do Conde” (IPHAN, ANNAES, Tomo IV, 1906, p. 240).

Isto posto, a antiga missão religiosa dos Mortiguras passou a se chamar Vila do Conde, ordem essa expedida pelo governador da capitania do Grão-Pará e que foi mantida por todo o período colonial.

Essas iniciativas foram levadas a cabo pela coroa portuguesa a fim de que a Amazônia fosse colocada na engrenagem do capitalismo comercial luso. Tal situação permitiu que a Câmara de São Luís obtivesse autoridade para a concessão de

escravos negros para a região. A construção dessa teia de ligação entre a Amazônia e a África permitiu aos comerciantes locais os incentivos fiscais necessários ao engendramento da produção e ao intenso controle comercial regional.

De maneira simultânea, a coroa portuguesa introduziu o comércio negreiro na Amazônia por meio da Companhia de Comércio do Maranhão, que, inicialmente, sofreu uma sucessiva baixa de lucros, já que não conseguiu entregar “os 10 mil escravos africanos aos moradores” (BAENA, 1969, p. 111). É de se observar que as cartas régias tinham mais que intenções comerciais, pois a entrada de africanos na região Norte permitia desacelerar a exploração da mão de obra indígena, o que, por vezes, afrontava o interesse de muitos colonos.

Para solucionar o impasse com relação ao déficit comercial, a Metrópole entregava a responsabilidade e o monopólio do comércio de produtos e escravos à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão entre os períodos de 1755 e 1778. O historiador Luíz Felipe de Alencastro, argumenta em seu livro, *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*, que a “Metrópole arma, dessa vez com sucesso, uma grande operação destinada a alterar as variáveis econômicas e sociais da região para melhor enquadrá-la no sistema atlântico e no controle metropolitano” (ALENCASTRO, 2000, p. 142).

Sob essas condições régias os missionários foram expulsos do Brasil. Dessa maneira, percebe-se o quanto as missões religiosas contribuíram para o processo colonizador na Amazônia. Além disso, é possível entender que sua importância foi elementar no processo de construção social e local da nossa história, no qual a mesma esteve intimamente relacionada às intrigas e interesses econômicos impostos pela coroa portuguesa.

Os Festejos Cristãos

As festas ou festejos religiosos não são uma herança tipicamente cristã. Elas sempre existiram em diversas sociedades sob os mais variados aspectos. No entanto, não será feito aqui um dado histórico do surgimento dos festejos em geral, mas, antes, se buscará enfatizar alguns dos seus significados que contemplam os caracteres dessa pesquisa. É importante nesse momento, a exposição de algumas concepções religiosas que, bem antes do mundo cristão, já se perfaziam na realidade do homem.

Diante do universo e da multiplicidade de crenças, voltadas para os mais variados sentidos (religioso, econômico, militar etc.), origina-se no homem a necessidade de compreender o mundo a sua volta, inicialmente, a partir dos seus sentidos básicos. Essa ligação direta com a natureza e seus fenômenos possui para o homem uma latente necessidade de existência.

Na Grécia Antiga, essa relação com o sagrado encurtou as necessidades de sobrevivência e domínio dos feitos humanos sobre o mundo. Os gregos adoravam seus deuses por meio de festejos datados anualmente. Nesse sentido, a presença do mundo era vista dentro de uma variedade de deuses que recriava, em seu panteão, as necessidades da família, do homem e da sociedade como um todo.

Mesmo que os costumes pareçam ser os mesmos na temporalidade, a investidura religiosa torna-se credora do mundo e dos homens. Notadamente, “o homem dos primeiros tempos achava-se continuamente em presença da natureza; os costumes da vida civilizada ainda não haviam estabelecido uma separação entre a natureza e o homem” (COULANGES, 2000, p. 127). Dessa maneira, o homem se via diante de um mundo, cuja existência tinha ampla relação com os deuses e a natureza.

Em Portugal, a cristandade e seus feitos religiosos atingiram seus propósitos comumente eclesiais por meio das orações privadas e pessoais. Porém, não obstante essa prática religiosa, havia a concretude das liturgias, que visavam o culto público oficial. Essa tradição permeou por muito mais tempo entre os reinóis portugueses do que entre os que já se encontravam no Novo Mundo.

No Brasil, principalmente no período colonial, as práticas religiosas sempre se mostraram de maneira diversificada, apesar de a igreja católica lutar por uma doutrina única dos sacramentos cristãos. Para o sociólogo francês Émile Durkheim, no seu livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), as cerimônias e os rituais públicos eram uma maneira eficiente de controle social e hierarquização do poder religioso. Essa representatividade, eleva o poder divino entre os homens e sua hierarquia religiosa a conduzirem seus seguidores a padrões e ritmos sociais conforme as regras e tradições.

Em seu trabalho, *Cotidiano e Vivência Religiosa: Entre a Capela e o Calundu* (1997), o historiador Luiz Mott faz uma análise do cotidiano religioso dos fiéis e seus contrastes. O que nesse momento deve ser destacado são as práticas e gestos que conduzem o mundo profano e religioso desse período. Porém, o autor mostra que por trás da vida e da realidade eclesial, havia no intuito da igreja uma forma de manter o controle social por meio dos seus sacramentos.

O que realmente chama a atenção não é o fator controlador da ordem social, mas como os seus ditames ideológicos e religiosos foram se estruturando significativamente para um sincretismo à forma brasileira. Essa dimensionalidade do sagrado só é fortalecida na medida em que a tradição e as inovações se aperfeiçoam entre si. A tradição e a inovação são fortalecidas pelos laços de comunhão (palavra essa muito bem utilizada pelos religiosos). Essa autenticidade social e religiosa só é possível mediante o fato de “nas festas de santos haver uma forte distinção de funções entre os poderes eclesiásticos e a comunidade” (MAUÉS, 1995).

As festas religiosas no Brasil e, mais precisamente na Amazônia, sempre seguiram seus rituais de sagração. Apesar das constantes ressignificações, os festejos cristãos sempre estão associados a procissões de santos, desde os seus momentos rituais aos mais variados instrumentos de reprodução dos padrões vigentes. Embora essa padronização não deixe de sofrer a interferência sincrética, a estratégia religiosa busca, na sua sociabilidade, a proteção incondicional do divino.

Para se entender as festas de santos, é necessário observar a hierarquização tanto clerical quanto comunitária, (tal como citada anteriormente por Maués), pois entre os clérigos e os brincantes existe uma gama de participação que estabelecerá a permanência da tradição e da memória. Assim sendo, as festividades buscam produzir a identidade e a coesão entre os seus participantes.

De certo modo, as festividades podem ir mais longe e tendem a abranger, no meio urbano, por exemplo, as relações entre grupos de vizinhança, autoridades religiosas, agentes dos meios de comunicação, entre outros. Entretanto, os festejos cristãos podem atingir seus objetivos para além do mundo sagrado, embora em muitos momentos, as relações comunitárias relacionadas às festas alcancem sua importância econômica, e que, por sinal, tornam-se uma necessidade material de sustentabilidade, assim como a expressão dos valores comunitários. Sobre tais proposições, Del Priore (2000) afirma:

A festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às creanças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar

valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários (DEL PRIORE, 2000, p.10).

Mesmo com o pretexto de arrecadar fundos para o ato religioso, os folguedos tornam o festejo uma atividade coletiva, pois é a partir desse momento que o mesmo se dissolve em meio ao aglomerado social diverso. Essa participação popular nos festejos não é única, na medida em que a festividade atrai um número complexo de sujeitos sociais nos seus mais variados interesses.

Dentro do espaço festivo, pode-se encontrar, efetivamente, pessoas que visam participar de maneira direta e indireta da festividade. Nessa perspectiva, é importante visualizar as representações sociais que se desenvolvem entre os romeiros e os tradicionais fiéis do catolicismo, que acompanham a festividade conforme o dinamismo de sua fé. Entretanto, uma boa parte da população que não constitui os fidedignos da festividade participa de maneira indireta. Esse é o caso dos evangélicos, espíritas, turistas entre outros, que se aglutinam na festividade sob os mais variados interesses, assumindo um papel destacado na atribuição de significados múltiplos aos festejos.

Diante dessa partilha de totalidades e valores, não se pode deixar de lado o aspecto lúdico dos festejos. As procissões, os gestos de fé, as romarias entre outras atividades devotas, enriquecem os valores culturais e religiosos da festividade. Moradores e frequentadores aproveitam a festividade como podem, ao “som de ‘música de vários ritmos, pelas prováveis danças de pares (grupos de danças de festas juninas), e pelo consumo mais intenso de comidas típicas e bebidas alcoólicas” (MAUÉS, 1995).

Segundo o historiador e antropólogo Márcio Henrique Couto, em seu livro *O Círio de Nazaré: Patrimônio Cultural Brasileiro* (2016), “a religiosidade do romeiro tradicional é desprovida de sua historicidade, eis que capaz de emocionar, até de fazer chorar, mas vista como parte de um passado perdido no tempo, com o qual o romeiro turista não se identifica”(COUTO, p. 10). Essa experiência dividida e vivenciada na multidão entre devotos e turistas torna-se mais que inusitada, pois suas diferentes opiniões acerca do mesmo aspecto cultural representam a interioridade e exterioridade dos sujeitos envolvidos na mesma sociabilidade.

Por meio das expressões culturais manifestadas no seio das festividades, encontram-se suas representações marcadas por um sentimento que se perfaz na temporalidade. Esse perfazer é notório, único e tipicamente cultural (embora a dinâmica dessa cultura sofra interferências midiáticas).

Para o historiador Ronaldo Vainfas (2002), a religiosidade vivida na Colônia estava intimamente associada à devoção dos santos. Os santos católicos tornam-se intercessores e protetores dos homens ou da cidade. O autor enfatiza:

(...) profundamente ligada a estes “intercessores”, sobretudo os taumaturgos, mas também os mártires e pregadores que por sua ação “gloriosa” no mundo haviam recebido a canonização da Igreja em várias épocas. Objeto de devoção popular, patronos de cidades, vilas, grêmios, ofícios, regedores do dia a dia dos fiéis na ordenação do calendário, os santos adquiriam importância maior nesta época de que haviam tido na Idade Média (VAINFAS, 2002, p.37).

Essa proteção não se dá de maneira especificamente individual, pois sua concretude ideológica está para além de uma só pessoa. Embora se saiba que a fé do indivíduo seja notadamente a busca de uma relação com Deus, a coletividade e a associabilidade dos cultos se perfazem em meio a uma vastidão de fiéis que, juntos, enquadram seus momentos e crenças em direção ao reconhecimento divino.

É importante observar que, durante os festejos de santos, a comunidade cristã católica exerce um saber prático e peculiar que visa caracterizar não apenas as relevâncias religiosas, mas sua própria culinária, música, danças ou qualquer que seja sua expressão cultural. Nessa percepção, Carvalho (2007) mostra que:

As manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos comunicacionais. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos (CARVALHO, 2007, p. 64).

Entre os festejos cristãos, é notória a presença de amigos, parentes ou conhecidos que, juntos, exercem seus sentimentos contínuos diante da sacralidade do momento. Isso ajuda a entender que os participantes dos festejos acabam tornando-se contemporâneos não apenas de sua fé, mas do ato divino. Esse estar presente e momentâneo é significativo e parcimoniosamente efervescente, pois “seja qual for a complexidade de uma festa religiosa, trata-se sempre de um acontecimento sagrado que teve lugar *ab origine* e que é, ritualmente, tornado presente” (ELIADE, 1992, p. 47).

Nesse momento, percebe-se a necessidade das expressões culturais responsáveis pela permanência do homem na ritualização dos festejos. A ritualização faz parte de um processo de identificação local entre os devotos e os brincantes que tornam possível o desenrolar do mesmo. A peculiaridade dos festejos eleva-se na narrativa histórica e memorial da tradição, perfazendo-se no âmbito da fé por meio da oralidade contínua. Operando sob um referencial imanente e único, os devotos evocam seu esgar de fé como fundamento de seus valores culturais expressos em um só momento.

Essa partilha do lugar e do religioso é absorvida pelas comunidades ensejadas e estruturadas na responsabilidade comum à memória local. O fazer cotidiano lança o homem na possibilidade de reinventar o conteúdo significativo dos festejos. É o caso da interferência das instituições públicas que, por meio de seu apoio e (em alguns casos) seu patrocínio, tornam o festejo encabeçado na dinâmica folclórica.

Contudo, entre uma e outra perceptibilidade, no universo dos festejos, nada é tão devocional quanto a fé no santo padroeiro. A expressão emocional e coletiva estende-se para além das fronteiras metafísicas da religiosidade, pois sua prática devocional é tradição que transcende a articulação entre o homem e o sagrado.

O Sentido Simbólico da Festividade de São João Batista em Vila do Conde

O sentido simbólico de uma devoção possui um significado múltiplo quando atende a determinados interesses. No caso dessa pesquisa, é importante deixar claro o direcionamento a que importa o assunto (embora isso não esteja notabilizado em um único significado), pois o interesse primordial do trabalho está voltado a compreensão primordial e simbólica da religiosidade. A percepção desse imaginário (simbólico), é necessariamente importante para compreender os caminhos e o desvelamento do mundo espiritual ou religioso do ser humano.

Diante da realidade, o homem encontra na sua experiência empírica o fervor dos seus sentidos, de sua ação sobre o mundo. Como um ser religioso, o homem necessita saciar sua fala diante da natureza, esboçando sobre esta seu domínio. Tal proeza faz do mesmo a casa de sua própria representatividade, já que sua concretude se realiza através de uma propensão de orações, cultos e rituais. No tocante ao

imaginário e simbólico, Mircea Eliade (1996) mostra o quanto os dois sentidos possuem importância para a perpetuação da vida e da cultura entre os homens. O autor afirma:

O pensamento simbólico não é uma área exclusiva da criança, do poeta, do desequilibrado; ele é consubstancial ao ser humano, precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade – os mais profundos – que desafiam qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser. Por isso, o seu estudo nos permite conhecer o homem, o homem simplesmente (ELIADE, 1996, p.8-9).

Em outras palavras, entende-se que esse aprofundamento ocorre a partir da compreensão do universo mágico e religioso exercido na consubstanciação entre o mundo terreno e o divino. Para alguns pesquisadores, o exercício mental do homem em buscar compreender sua existência possibilitou ao mesmo as práticas rituais que concernem aos significados do ato divino. Isso porque “os rituais religiosos permitem aos adeptos nas diferentes tradições religiosas adentrar no mundo divino e pela fé trazê-lo à realidade humana” (GUILLOUSKI; COSTA, 2012, p. 91). A dimensão do sagrado oficializado pelo catolicismo tradicional permite ao homem agir conforme o seu entendimento de mundo, pois sua intencionalidade mescla-se com a experiência cotidiana, permitindo a este uma constante via de acesso às práticas litúrgicas.

Não há como adentrar nesse universo eventualmente coletivo e ritual, sem antes entender os precursores da dinâmica religiosa. É necessário compreender como as cerimônias rituais e simbólicas rememoram a práxis humana na constância do presente, onde o universo simbólico supera as dinâmicas sociais intercaladas na eminente atmosfera do sagrado, consolidando, assim, a tradição religiosa por meio de suas especificidades locais.

No âmbito do sagrado, mais precisamente na esfera dos festejos, os sujeitos sociais envolvem-se no imediato das crenças e estabelecem com o divino a busca de seus problemas. Há nesse instante, o momento de celebrar o encurtamento do homem com Deus, pois tais atitudes tornam-se elementos de ligação e fé diante dos constitutivos rituais.

É durante os festejos religiosos que a ritualização da fé se multiplica, permitindo às pessoas uma consonância de relações interligadas em um só momento. A junção desses rituais é transportada para os adeptos de uma maneira simbólica, na qual todos se organizam coletivamente. Para o pesquisador e folclorista Luís da Câmara Cascudo (1969), citado por Castro (2012, p. 117):

[...] as festas juninas brasileiras formam recriações de outras festividades europeias, mais especificamente portuguesas, tinham um caráter familiar e/ou eventualmente comunitário e eram envoltas de uma atmosfera ritualística permeada por aspectos religiosos e míticos. (CASTRO, 2012, p. 117).

Em todo caso, o condicionante histórico português fincou raízes na sociedade brasileira, permitindo sua herança festiva e religiosa.

Homenageado todos os anos na comunidade de Vila do Conde em Barcarena no Estado Pará, a festividade de São João Batista é considerada a maior festa cristã da cidade. Há anos, os festejos ao santo padroeiro vêm sendo motivo de fé e esperança de seus romeiros e organizadores. No contexto histórico e religioso, São João Batista seria aquele que anunciaria a chegada de Jesus Cristo como salvador dos homens na terra. Em volta aos estudos hagiográficos, São João Batista é representado com uma

cruz na mão direita e uma concha na mão esquerda (em muitas imagens um cordeiro). Ambos os fatores podem representar (conforme a hagiografia), a cruz como um anúncio à chegada de Jesus Cristo, assim como seu próprio martírio. Em outras imagens, São João Batista é representado com uma concha na mão esquerda ou um cordeiro, o que pressupõe, simbolicamente, o batismo de Jesus às margens do rio Jordão, bem como o anúncio de Cristo “Eis o Cordeiro de Deus, aquele que tira o pecado do mundo” (João 1, 29). É importante analisar a nuvem de símbolos que recobrem a imagem do santo padroeiro como anunciador da salvação do homem, pois em seus aspectos bíblicos “o Espírito Santo veio sobre Jesus em forma de pomba e do céu veio uma voz como de trovão: “este é meu Filho muito amado, em quem coloco toda a minha confiança!” (Lucas 3, 21-22).

A festividade de São João Batista em Vila do Conde foi oficializada em 1973, embora a categoria de município e pertencimento à Barcarena tenha ocorrido anos antes, em 1943, quando passa a ser chamada de Vila Murucupi. Isso possibilita analisar que a festividade já ocorria na comunidade de Vila do Conde, sendo apenas oficializada no ano de 1973.

Localizada em frente à praça da matriz em Vila do Conde, a igreja de São João Batista tem sido um centro de referência cultural e religiosa junto à festividade do santo padroeiro. Por anos, a comunidade de Vila do Conde tem realizado os festejos a São João Batista em volta de temas sociais que abrangem a realidade em seus mais variados aspectos. A relação análoga do fato tende a aproximar o ato religioso dos acontecimentos cotidianos, o que, por sinal, interliga a aproximação do sagrado com o dia a dia dos fiéis.

Diante desse consenso, organizadores, fiéis, participantes e comerciantes locais, em reunião, decidem conforme as constâncias sociais do mundo contemporâneo, o tema principal que conduzirá a festividade daquele ano. Um exemplo da escolha do tema para a festividade de 2018 foi a frase “A exemplo de São João Batista, possamos denunciar a violência” (FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, 2018).

Nesse momento, os organizadores preparam os cartazes e anúncios (que em muitos casos estão expressos em calendários anuais com a imagem do santo), e buscam nos patrocinadores locais, os prêmios que serão utilizados nos bingos durante o festejo. Embora a festividade atinja um aspecto econômico, é por meio dessa relação participativa dos comerciantes e patrocinadores que ocorre uma integração social e simbólica contundente, onde “eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1969, p. 13). Não se pretende aqui enfatizar as noções claras de relação de poder expressas nas concepções sociológicas do autor, mas, de enveredar os significados da participação de seus integrantes em volta da festividade. De certo modo, a intencionalidade do homem em participar ou não dos arranjos e festejos locais mostra o quanto sua decisão é importante para a subjetividade e interioridade deste diante da própria comunidade. Segundo Chevalier e Gheerbrant, “os homens, mesmo que de culturas diferentes, se relacionam e reconhecem seus laços de hospitalidade, suas dívidas ou sua amizade” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994, p. 22).

Pode-se entender esse sentido participativo a partir da relação estendida à comunidade religiosa, que no âmbito dos momentos festivos, se coadunam coletivamente em expressões de fé e esperança. Por esse ângulo, observa-se que os diversos grupos sociais podem estar dividindo o mesmo espaço local do festejo e, em muitos casos, atentam para uma variabilidade de ações que só podem ser explicados, mediante o contexto local da festa.

Para os moradores de Vila do Conde (mais precisamente os católicos), a festividade de São João Batista é um momento sublime, pois participar desta, assim como das missas e orações, consiste em compartilhar da realidade local e divina.

Comemorada na segunda semana do mês de junho de cada ano, a festividade de São João Batista, inicialmente, percorria a cidade a partir da própria igreja. Muito se discutiu quanto ao local de onde a romaria deveria iniciar, pois a comunidade tem crescido estruturalmente e, com isso, contribuído para o surgimento de novos bairros assim como de fiéis. Isso acabou permitindo uma diversificação de onde partiria a romaria, tais, como exemplo, sua saída do bairro Industrial.

É durante a romaria em homenagem ao santo padroeiro, que verifica-se a multiplicidade de manifestações de fé voltados para a intermediação dos homens com o sagrado. Diante disso, nota-se conjuntamente, os sinais sacramentais de uma multidão, onde os romeiros, expressão sua fé por meios litúrgicos de acompanhamento e cantos musicais. É possível observar, nesse instante, a hierarquia exercida durante a romaria a São João Batista. Em frente à imagem do santo padroeiro, encontram-se as lideranças católicas locais, padre, coordenadores e organizadores do evento, que juntos são seguidos por uma multidão de fiéis. Essa dimensão simbólica de pertencimento coletivo mostra o quanto “os homens, seguindo o dinamismo das imagens, captam significados que transcendem as realidades concretas” (SARTORE; TRIACCA, 1992, p. 1142).

Por conseguinte, identifica-se nas ações e na austeridade coletiva, a emergência da experiência religiosa propagada a partir de um conjunto simbólico e unificador que, diante do sinal cruz e das preces cantadas, permitem aos peregrinos de Vila do Conde recitar e explicitar a vida cristã. Nessa sequência, a ritualização da romaria é seguida de inúmeras paradas, nas quais os moradores recebem a mesma com atos de fé sacramentais (muitos fiéis aguardam a passagem do santo com uma mesa e toalha branca em frente de suas casas), como uma forma de referendar o santo padroeiro.

Após percorrer as principais ruas da cidade, a romaria se direciona de volta à igreja de São João Batista, onde o santo é retirado da multidão e colocado ao lado do altar central da igreja, dando início à missa que abrirá a órbita da festividade. Nessa lógica, o ritual de sagração e fé é contemplado com uma sequência de fogos e aplausos a São João Batista, consagrando, assim, o universo simbólico e unificador da comunidade. Para Sartore e Triacca (1992), “a atividade simbólico ritual tem função de expressão mais integral, de intensificação, de socialização, de apoio, de formação permanente”. (1992, p. 1143).

O sentido da festividade de São João Batista para a comunidade de Vila do Conde é ser um momento de intenso pertencimento social e religioso, haja vista que tal reflexão torna-se um encontro com Deus e consigo mesmo. Notar essa relação simbólica com o sagrado é, ao mesmo tempo, perceber a sua essência por meio dos rituais litúrgicos, que a partir de uma estrutura de representação dos ideais cristãos, permite-se congregar a exegese visível do cotidiano em comunhão com o sagrado. Esses rituais de fé são, para Vilhena:

As cerimônias elaboradas e reelaboradas pelas tradições religiosas para celebrar momentos importantes na vida dos adeptos – o casamento, a missa, o batismo, os festejos, entre outros. E desta forma a paróquia é um lugar privilegiado da vida em comunhão, não é um centro de burocracia. É o encontro daqueles que vivem a experiência da fé católica e não querem viver sozinhos e isolados, mas em comunidade (VILHENA, 2005, p. 21).

Durante o período dos festejos, uma multidão prestigia a festividade que ocorre durante uma semana. Várias congregações religiosas (Abaetetuba, Beja, Itupanema, São Francisco e Barcarena sede) participam do evento no intuito de reforçar a crença e a fé no padroeiro da comunidade.

Existem momentos profanos que são de grande importância para a complementariedade do festejo, pois se agregam no espaço local, estruturando as vicissitudes do próprio comércio. É o caso dos arraiais, que têm grande importância durante o período festivo, já que desempenham uma estratégia tanto comercial e quanto de agregação social. Para os fiéis, o arraial constitui um elemento de multiplicidade social constante, pois sua presença durante os festejos a São João Batista reúne tanto católicos quanto pessoas de várias outras religiões, assim como turistas que vêm prestigiar a homenagem ao santo padroeiro.

Essa configuração social presente no mesmo espaço adquire uma participação direta e indireta na festividade, já que muitas pessoas estão presentes por motivos diversos, como passear na praça central da cidade, desfrutar das comidas típicas (bolo de macaxeira, vatapá, tacacá, tapioca, churrasco), assistir as danças folclóricas locais (quadrilhas tradicionais de São João, grupos de carimbó etc.), assim como participar dos sorteios e bingos ofertados pela paróquia local.

Esse simbolismo de estar presente no ensejo social da credulidade é que chama a atenção pelo fato de causar uma junção de pessoas, fiéis e turistas que todos os anos estão presentes na festividade. A estrutura social formal e informal do festejo a São João Batista, constitui um laço de pertencimento que assume o compromisso de responsabilidade social entre a comunidade. Isso permite dizer que a festividade transmite aspectos culturais mantidos há décadas e que, no bojo de sua ocorrência, consegue simbolizar a relação homem, sagrado e comunidade. É nesse momento que se torna perceptível a relação simbólica de pertencimento e unidade social e religiosa, pois seus adeptos recorrem à liturgia e às tradições cristãs como elementos de renovação e aproximação com Deus. Diante dessa perspectiva, a festividade de São João Batista está voltada a “toda ação orientada para a consecução de um objetivo, para uma finalidade, assim também nas manifestações humanas” (VILHENA, 2005, p. 22).

A percepção desse discurso construtor da coletividade vem sendo a cada ano um amadurecimento experimental para a comunidade de Vila do Conde, para o qual a festa incute um ambiente de sociabilidade total. Sua expressão festiva atinge um patamar de intensa agremiação, já que sua estrutura acaba enveredando um modelo político local assim como simbólico. Nessa análise, Itani (2003) enfatiza que:

Ela constitui o momento e o espaço da celebração, da brincadeira, dos jogos, da música e da dança. Celebra a vida e a criação do mundo. Constitui espaço de produção dos discursos e dos significados e, por isso, também dessa criação na qual as comunidades partilham experiências coletivas (ITANI, 2003, p. 7-8).

A ordenação da festividade segue tradicionalmente preceitos religiosos arraigados na tradição, mas que, por muitos anos de sua celebração, tem tido uma resignificação no sentido de abordar as transformações e valores diante do mundo contemporâneo.

No mês de junho, a permanência da festividade de São João Batista em Vila do Conde, mantêm-se por uma semana em frente à própria igreja, que recebe o nome do santo padroeiro. No decorrer da mesma, o salão paroquial (que fica ao lado da igreja), funciona como espaço de divulgação, assim como na execução de bingos e venda de

comidas típicas. É no salão paroquial que parte das lideranças, organizadores e comunidade se encontram para celebrar a homenagem ao santo. No ditame dessa lógica, a paróquia possui uma atividade festiva e comercial, no qual as arrecadações ali contidas são investidas na reforma da igreja, bem como para outras necessidades paroquiais.

Durante a semana festiva, o mastro em homenagem ao santo padroeiro fica hasteado do início ao fim das comemorações. Permeados por um carisma cristão comunitário, muitos dos devotos elaboram simbolicamente o olhar para o santo com um ato de benzer-se, embora isso ocorra também ao passarem em frente a igreja. Para a tradição cristã, o mastro representa o poder do santo padroeiro para a comunidade, assim como a devoção dos fiéis para com o santo. Seu hasteamento fica em frente à igreja e é interligado por inúmeras bandeirinhas, que ornamentam o sentido festivo e lúdico.

A simbologia atribuída à festa está arraigada em valores cristãos bem como no itinerário comercial. Sua apropriação social converge para uma prática religiosa que, a cada ano, é comemorado de maneira intuitiva e imaginária. Nos últimos dias do festejo, os fiéis participam das penúltimas celebrações e atividades paroquiais que são redimensionados simbolicamente. Assim como no início das comemorações, é ofertada ao santo padroeiro uma chuva de fogos que é acompanhada por todos os devotos locais. Os rituais exercidos durante a festividade tornam-se expressão simbólica e unitária da comunidade, que vê nas cerimônias festivas uma continuidade cultural de gerações presentes no município. Em outras palavras, essa abrangência cultural vincula-se ao “poder de criar um corpo consistente de símbolos, práticas e ritos, valores, crenças e regras de conduta” (MONTES, 1998, p. 71).

É diante desse quadro social, religioso e simbólico, que os moradores da comunidade de Vila do Conde (mais precisamente os católicos) definem seu papel na execução religiosa do festejo a São João Batista. No campo divino, não compete apenas à permanência de ideias, mas às interseções entre a experiência humana e suas práticas cotidianas. Seus sistemas de crenças organizam-se em meio aos festejos no sentido de transpassar a realidade e alcançar a benção divina. Confere, assim, a própria religião e seus múltiplos sentidos que abarcam a vida, os gestos, os comportamentos e a fé, nos quais o universo religioso é representado de forma simbólica.

A festividade de São João Batista em Vila do Conde, Barcarena, por fim, mescla um vertiginoso e diversificado público de fiéis, que interagem simbolicamente com a comunidade, através de seus ritos e práticas litúrgicas cristãs. É um elemento de ordem funcional, onde o sentimento de pertencimento absorve seus participantes de maneira circunstancial direta e indireta.

Enfim, percebe-se o quanto as tradições de cunho cristão têm se mantido no decorrer da historicidade, enfatizando relações de representatividade, combinando doutrina à permanência da fé em nome de Deus. O universo festivo foi uma das formas com que esses rituais simbólicos interligam o mundo e a existência humana. Sobre o signo dos gestos, das mentalidades e ressignificações, o homem tem dado sentido a sua confiabilidade existencial.

Considerações

O trabalho desenvolvido sobre a festividade de São João Batista, Vila do Conde, em Barcarena, não teve a pretensão de esgotar a temática pesquisada, pois esta pode possibilitar novos estudos sobre o assunto, no intuito de se aprofundar a

história e a memória local do festejo. Nessa perspectiva, foi necessário abordar a historicidade colonizadora na Amazônia para, então, se entender e situar a importância das missões religiosas Gibirí e Mortigura.

A fundação da igreja de São João Batista em Vila do Conde, relaciona-se à gênese social e histórica que permitiu partir de um referencial teórico e analítico do assunto. A intenção de analisar os aspectos simbólicos de uma devoção cristã católica é mais que importante patrimonialmente, pois consiste em subsidiar as possibilidades distintas da fé.

A igreja de São João Batista é um patrimônio histórico nacional reconhecido e ensejado na realidade e cotidiano dos fiéis da comunidade. Traçar suas relevâncias cerimoniais, religiosas e litúrgicas é ao mesmo tempo, rememorar a cultura simbólica de um povo prostrada na reverência divina. Com efeito, buscou-se alcançar as especificidades dos diferentes comportamentos diante dos cerimoniais festivos.

Dar sentido a sua estrutura imaginária e coletiva foi um dos objetivos que levou a perceber as arestas e particularidades do fenômeno religioso. A tradição festiva em Vila do Conde é sempre um envoltório de identidade e pertencimento, esboçados nos momentos de sacralidade, cujo valor transcende a órbita material dos sujeitos envolvidos. A festividade de São João Batista é expressão que segue por minuciosidades reiteradas na fé, no amor e na cristandade local.

A comunidade se reúne para celebrar conjuntamente seus vínculos credores com o sagrado. Parte de uma emoção que, percebida *a priori*, singulariza a importância que o festejo possui simbolicamente. Nos domicílios da fé, a linguagem, a cultura, a sociabilidade atingem o triunfo das peculiaridades advindas da tradição, dando um ressignificado religioso e social para comunidade.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes**: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALONSO, J. R.R.; CHAMBOULEYRON, R. **T(r)ópicos de História**: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém: Editora Açai, 2010.
- BAENA, A. L. M. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BETTENDORFF, J. F. Chronica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 22, parte 1, 1909.
- BETTENDORFF, J. F. **Crônicas dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.
- BORROMEU, C. P. **Contribuição à história das Paróquias da Amazônia**. Niterói: Escola Industrial D. Bosco, 1946.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil: 1969.
- BURY, J. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.
- CAEIRO, P. J. **De Exilio Provinciarum Transmarinarum**: Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal. Rio de Janeiro: ABL, 1936.
- CÂMARA CASCUDO, L. **Folclore do Brasil**: pesquisas e notas. Lisboa: Fundo de Cultura, 1969.
- CASTRO, JRB. As manifestações culturais no contexto das festas juninas espetacularizadas da cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. In: BARTHE-

DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, p. 113-126.

CARVALHO, S. V. C. *Manifestações Culturais*. In: GADINI, S. L.; WOLTOWICZ, K. J. (Orgs.) **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

COULANGES, F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COUTO, M. H. **O Círio de Nazaré: Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belém: Editora Açáí, 2016.

DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1912.

ELIADE, M. **Imagens e símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO. 2018. Disponível em: <<http://www.fundacaonazare.com.br/novoportal>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

GUILOUSKI, B.; COSTA, D. R. D. **II JOINTH: Subjetivação Contemporânea e religiosidade**. 2012.

GUZMÁN, D. A. A Primeira Urbanização: Mamelucos, Índios e Europeus nas Cidades Pombalinas da Amazônia, 1751-1757. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, v. 18, n. 1, pp. 75-94, 2008.

IPHAN. INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Igreja de São João Batista de Vila do Conde**. Vol. I. Belém: 2005.

ITANI, A. **Festas e Calendários**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: t. III e t. IV. Rio de Janeiro: Livraria Portugal, 1943.

LEITE, S. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil – 1549-1760**. Rio de Janeiro: Broteria Livros de Portugal, 1953.

MAUÉS, R. H. **Padres, Pajés, Santos e Festas**: Catolicismo popular e controle eclesial. Belém: Cejud, 1995.

MENDONÇA, M. C. Lei da Expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios 3 de setembro de 1759. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marques de Pombal e o Brasil**. São Paulo: C.E.N., 1960.

MONTES, M. L. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTT, L. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARTORE, D.; TRIACCA, A. M. (orgs.). **Dicionário de liturgia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

SCHALLENBERG, E. Povos índios e identidade nacional: o projeto missionário jesuítico e a política integradora de Pombal. **Revista Biblos**, v. 5, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/320>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VAINFAS, R.; SOUZA, J. B. **Brasil todos os Santos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

VALENTE, J. **Jornal "O Liberal"**, 08/07/90.

VALENTE, J. **Jornal "O Liberal"**, 04/04/98.

VIEIRA, A. S. J. **Carta ao Pe. Francisco Gonsalvez, Provincial do Brasil, de 14 de novembro de 1652.** In: AZEVEDO (s/ d), p. 270-280.

VILHENA, M. A. **Ritos, expressões e propriedades.** São Paulo: Paulinas, 2005.

DEZESSEIS DE JULHO: UMA FESTA COMO DIFERENTES DISCURSOS NA CIDADE DE BORDA DA MATA, SUL DE MINAS GERAIS.

Cleyton Antônio da Costa⁸⁷

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo entender e problematizar os diferentes discursos da festa, que contém duas partes, uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo, e a outra à sua emancipação política administrativa, realizadas, na cidade de Borda da Mata no Sul de Minas Gerais, Brasil, no dia 16 de Julho. O estudo foi desenvolvido por meio da prática da História Oral, com cruzamento com outras fontes, que possibilitou dialogar com muitas memórias e outras histórias de diferentes gerações e significados do festejo, bem como as permanências e rupturas desta prática cultural, que é permeada de diferentes valores, sentimentos e tensões.

Palavras-chave: Cidade, Festa, Memória.

Introdução

Esse estudo tem como objetivo entender e problematizar os diferentes discursos da festa, que contém duas partes, uma dedicada à padroeira do município, Nossa Senhora do Carmo, e a outra à sua emancipação política administrativa, realizadas, na cidade de Borda da Mata no Sul de Minas Gerais, Brasil, no dia 16 de Julho, que constitui uma das práticas culturais mais esperada pelos sujeitos que residem e ou visitam a cidade. Metodologicamente trabalhamos com as narrativas orais, que possibilitam investigar as memórias dos sujeitos sociais, que participam das festas em seus diferentes âmbitos.

Borda da Mata, localizada neste território festivo, é um município que tem sua economia pautada na agricultura e na indústria têxtil, sendo a produção de pijamas na atualidade o grande foco que conduziu a atribuição à cidade do título de “Capital Nacional do Pijama”. Historicamente, a presença marcante espírito de religiosidade em sua população, sendo a maioria católica como a maioria das cidades do interior do Sul Mineiro esta apresenta marcante espírito de religiosidade em sua população, sendo a maioria católica.

O sul de Minas se consistiu um espaço permeado por diversos festejos, como religiosos, turísticos, políticos, gastronômicos e de diferentes práticas. Debruçar acerca de uma festa é possibilitar conhecer de um cenário repleto de valores, gestos e diferentes discursos.

Compreendemos que uma festa não se concretiza em um só ritmo ou padrão, mas de maneiras múltiplas, pois os seus participantes almejam festejar, interagir de acordo com os seus interesses, que podem ser devoção, o lazer, estar entre amigos e/ou família, momento de revigoração diante da rotina desgastante. Por se tratar de dois festejos diferentes, notamos que não há um motivo único para vivenciar estes eventos.

A festa é “uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, vista por vários estudiosos como momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras” (SOUZA, 2002, p. 59). A festa do dia 16 de julho em Borda da Mata possibilita à população um outro tempo. Tempo este regido pela alegria,

87 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa “Conhecimento, História e Língua” da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

devoção, sociabilidade, manipulação política, entre outras situações. É permitido afirmar que a festa possibilita um espaço de encontro e troca. É o período de uma intensa interação entre a comunidade consigo mesma e com os visitantes das cidades circunvizinhas que procuram as festas em Borda da Mata como opção de lazer e devoção.

O festejar constitui uma ação que perpassa o preparar para a mesma, o arrumar-se, escolher ou comprar a melhor roupa, organizar as tarefas de trabalho para poder ir à festa, estar com a família e/ou amigos, o consumir comidas e bebidas. Tais ações são realizadas somente no tempo/espaço das festas, tece-se um cenário que está além do que é pautado no dia a dia, é um tempo diferente, aguardado, celebrado. Desta maneira, vivenciado de múltiplas maneiras e possibilidades, engendrando diferentes experiências neste tempo festivo.

Trabalhamos com as memórias desses sujeitos sociais que são construídas socialmente e trazem à tona significados e interpretações variadas:

se consideramos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumento socialmente criados e compartilhados (PORTELLI, 1997, p. 16).

A memória é uma construção que, ao longo das experiências, significa e/ou ressignifica os acontecimentos passados diante do contexto em que é produzida. Ela se refere a uma pessoa, a que relata ou escreve suas percepções, porém esta elaboração se efetiva com a convergência de experiências compartilhadas socialmente. Os sentidos, significados, impressões se somam mediante a interação estabelecida no grupo, sociedade, família, no trabalho, em diferentes épocas.

Portanto, o passado vivido se mescla com as experiências recentes proporcionando a elaboração de olhares múltiplos. “Tal como apreender a ampliação do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam” (DELGADO, 2010, p. 38).

Imersos nessas memórias variadas é possível compreender, refletir as diferentes problematizações que atravessam a festa realizada no dia de 16 de Julho, e assim é visível que “a festa traz (ia) a possibilidade outra de viver a cidade [...] tomando posse de seus espaços” (PEREZ, 2002, pp. 48-49). Deparamo-nos com a preocupação de compreender este espaço que é a cidade, que se torna palco, anualmente, dos festejos.

Percorrendo esta inquietação em entender o que é a cidade defrontamos com Sennett afirmando que “nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser o centro de conflito” (1998, p. 58). Compreende-se que o espaço urbano se traduz na busca de interesses pessoais e coletivos, nas mais diferentes instâncias como a econômica, política, jurídica, religiosa, nisto se materializa como o centro dos conflitos. Regida pela convivência compulsória, também são engendradas negociações, relações que, do mesmo modo, serão tangidas pela tensão, pela luta de poderes, que se inscrevem no cenário citadino. Porém, da mesma forma que vemos o espaço urbano como este centro de conflitos, é também evidenciado o permear do encontro, da partilha de saberes, experiências e memórias, de forma mais intensa no período festivo.

A cidade é constituída como espaço vivido de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos, muitas vezes de forma conflituosa. Neste espaço vivências, valores, sentimentos, tensões, conflitos são manifestados e reafirmadas lembranças e esquecimentos. Pelo fato de a atuação dos grupos hegemônicos que trabalham na organização e manutenção da cidade, esta dinâmica do lembrar/esquecer, é materializada nos espaços urbanos em prol de um discurso pautado no ideário de progresso.

Diante da realização da festa, anualmente, compreendemos a formulação de diferentes dizeres, que são engendrados pelo poder público local, a igreja, o comércio, pelos visitantes. Assim deparamos não com um único discurso, mas sim com diferentes versões.

O lugar da festa

O espaço onde se realiza o festejo organizado pela Prefeitura Municipal de Borda da Mata é a Praça Antônio Megale, parte da Praça Nossa Senhora do Carmo e a Avenida Wilson Megale, sendo aí o local em que as barracas dos comerciantes, oriundos de outras localidades, se instalam.



Imagem 01 - Mapa do centro da cidade de Borda da Mata – Espaço Festivo⁸⁸

No mapa vemos em amarelo o espaço da Praça Nossa Senhora do Carmo, que se localiza em frente à Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo. O espaço traçado em verde é a Praça Antônio Megale e em azul Avenida Wilson Megale. O quadrado vermelho representa o local que ocupa o palco, montado pela comissão organizada pela Prefeitura Municipal. Aqui é representado o espaço físico em que ocorre o festejo de 16 de julho.

Em Borda da Mata, o espaço festivo é demarcado pelas praças centrais. Mas vemos que no período de festa, primeira quinzena de Julho, o lugar das praças assume outros sentidos, outros usos. Cotidianamente, é marcado como o lugar que abriga diversos serviços à população, como instituições presentes, bancos, delegacia, supermercados, lojas de roupas, bares, restaurantes, lojas de eletrodomésticos, prefeitura municipal e a Igreja Católica.

Diante de diversos usos, vários significados são construídos para este espaço que se formam pelas relações humanas estabelecidas. Ao refletir acerca do uso dos

⁸⁸ Mapa da cidade de Borda da Mata. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Borda+da+Mata+-+MG/@-22.2740113,-46.1659325,671m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94cbd707127f60eb:0x19aa7e69d13704bb!8m2!3d-22.269223!4d-46.1639159> Acesso em 18 de maio de 2019.

espaços urbanos Arantes Neto relaciona as questões que possibilitam a significação de determinados espaço na cidade.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam da categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento” (2000, p. 106).

As praças centrais que, no dia-a-dia, concentram opções de serviços, conforme citado, no período festivo materializam como um espaço simbólico para os bordamatenses. Ali é constituído o lugar da festa, em que lembranças e experiências são vivenciadas. Sobressai o mero uso corriqueiro pela função de abrigar o cenário festivo, que possibilita diferentes interações, como os shows, as barracas de comidas e bebidas e o comércio popular oferecido pelos barraqueiros. Deste modo, vemos o espaço central da cidade se transformar no lugar que é regido pelo lazer, encontro, devoção, diversão, quebra do cotidiano.

Não se constitui um mero acaso os festejos serem realizados nas praças centrais, mas sim o rememorar de outras vivências festivas, pelo fato, de que este evento é realizado há mais de noventa anos, mesmo com suas ressignificações ao longo do tempo, as praças centrais trazem sim um sentido marcante por ser o principal espaço coletivo da cidade de Borda da Mata.

O centro de Borda da Mata se modifica com a proximidade da festa. Isto corresponde, também, na mudança de como interagir com este espaço. Durante o ano o espaço atua como ponto de convergência de serviços e compras, mas no período festivo arquiteta-se como um espaço de lazer, diversão.

Juliano dos Santos, que prefere a “festa da rua” narrou a situação diante do grande número de pessoas na festa realizada na praça central.

Além da praça da cidade, o centro da cidade não ser muito grande. Montar o palco, montar o parque, tem as barracas de comida, ficar aquele aglomerado de gente. No show do Daniel mesmo, eu tava... eu e a moça que trabalhava comigo, a gente tava no show... a gente foi quase pisoteado no local, onde a gente tava. E além de tá muito apertado, colocaram freezer para vender bebida no meio da rua, tal. Então tinha gente que quase caiu dentro do freezer [risos]. Eu acho que a cidade não tem estrutura para este tipo de show, não no centro, não. Tem que ser num local fechado, local grande para ter este tipo de show.⁸⁹

A administração política do prefeito Benedito Cobra Filho, conhecido popularmente como Cobrinha, em seus quatro anos de governo, de 2005 a 2008, utilizou nos cartazes de divulgação da festa o slogan: “O maior evento do Sul de Minas em Praça Pública”. Ao difundir o evento, alguns problemas surgiram como menciona, acima, o interlocutor Juliano.

A primeira preocupação observada é a extensão da praça, segundo Juliano “não ser muito grande”. Essa dimensão abriga as estruturas que possibilitam a organização do cenário festivo. Com esses elementos, os moradores e visitantes compartilham o espaço da praça da cidade.

⁸⁹ Juliano dos Santos. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

Um das marcas da festa são os shows de cantores sertanejos e de outros gêneros musicais, que são custeados pela própria prefeitura. No caso, citado por Juliano, o show do cantor Daniel, que possui certo prestígio entre os apreciadores de música sertaneja, proporcionou grande movimentação na festa da cidade de 2008.

Conforme exposto na primeira página do Jornal Tribuna Popular, em seu número 153, “show do cantor Daniel atrai quase 20 mil pessoas em Borda da Mata”⁹⁰. Na intenção de expor uma imagem da festa como repleta de pontos positivos, deparamos com a fala acima do jovem bordamatenses que expressa suas vivências neste dia da festa, elencando pontos não divulgados na matéria elaborada pelo Jornal Tribuna Popular. Temos ciência de que a imprensa exerce um papel de propagador dos acontecimentos e de conhecimentos, mas essa função pode sofrer distorções mediante os interesses daqueles que a financiam.

A narrativa do jovem especifica o acontecimento do show que, segundo ele, atraiu um “aglomerado de gente”. Primeira questão apresentada se esbarra no show acontecer em praça pública, ou seja, não há nenhum controle para a quantidade de pessoas que assistiram ao show. Essa situação implica em um ambiente marcado pela insegurança, em que qualquer tumulto poderia provocar acidentes.

Diante do grande contingente de pessoas reunidas em um espaço, como a praça, torna-se vulnerável a atuação dos policiais militares e seguranças contratados pela Prefeitura, que sempre estão presentes nas festas, pois a concentração de pessoas favorece a realização de delitos e/ou brigas, visto que a venda de bebidas alcoólicas é feita sem nenhuma fiscalização.

Outro ponto é a presença de um freezer em plena praça pública com o objetivo de vendas de bebidas. Compreendemos que não há uma fiscalização efetiva no que tange à organização do espaço da festa. Isto é visto pela fala do narrador ao apontar que “colocaram freezer para vender bebida no meio da rua”. Em um contexto marcado pelo grande número de pessoas, a presença do freezer para a venda de bebidas produz um cenário favorável a acidentes. Entendemos que a prefeitura não trabalha para o bem estar e segurança dos moradores e visitantes que frequentam a festa. Todavia na fala do depoente subtende-se que a praça como espaço aberto é regido pela desordem e insegurança.

Ao afirmar que a festa “tem que ser num local fechado, local grande para ter este tipo de show”, o narrador evidencia a busca pela organização sustentada pela segurança e controle. E, também, os riscos a que todos que participam estão sujeitos no espaço aberto. Muitos assaltos a casas da população ocorrem neste período de festa, pelo fato de grande parte da população se dirigir à praça central e, assim, facilita a atuação de assaltantes. Da mesma maneira, ocorrem os roubos de carros, pois o número de veículos é superior ao de estacionamentos improvisados para o momento, ficando os carros estacionados nas ruas que circundam a praça da cidade gerando um facilitador para a ação de roubos e arrombamentos.

A festa ocupa a cidade: lugares em disputas

Ao relatar a relação dos shows e o espaço da praça, Regina Moreira, diretora do departamento municipal de Cultura e Esporte afirma:

Os shows, eles estão sendo cada ano melhores, né? Embora este ano achei que estava razoável e a cidade não comporta o número de pessoas que vem, porque o boca-a-boca é muito forte, né? “Vamo pra festa da Borda? É de

⁹⁰ *Jornal Tribuna Popular*, ano XII, nº 153, 31/07/2008, p.01.

graça, é show de graça” [...]. Na praça. O espaço se tornou pequeno. Primeiro porque a Prefeitura tem que fechá os canteiros com alambradinhos de ferro. O jardim, o jardim bonito que fico caro. A prefeitura tem muito carinho pela festa, mas as pessoas que vem não vem com a mesma convivência.⁹¹

O que atrai as pessoas, segundo Regina, são os shows contratados pela Prefeitura Municipal. Definindo-os como “cada ano melhores”, sua fala é pautada pelo fato de que isso se deve ao trabalho realizado pelo poder público municipal interessado em proporcionar um lazer de qualidade para seus munícipes e visitantes.

Um aspecto pertinente no diálogo de Regina é que o contingente de pessoas que se dirigem a Borda da Mata para assistirem aos shows é devido à circulação de informação. Essa circulação que é, popularmente, definida por “boca-a-boca”. Mas, também, é feita pela divulgação da programação da festa por meio de cartazes, que são confeccionados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. O atributo de maior peso se deve à gratuidade dos shows realizados na praça.

Assim, a disputa do espaço para assistir aos shows é travada com os alambrados colocados aos redores dos canteiros dos jardins, evitando a destruição das plantas que ornamentam o espaço público. A preocupação na conservação dos canteiros é porque o jardim da Praça Antônio Megale foi remodelado e segundo Regina “ficô caro”.

De acordo com Guarinello, a “festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais” (2001, p. 972). Aqui compreendemos que o fazer uma festa se estabelece em uma bagagem histórica, ou seja, um respaldo que sustente o porquê de propor e vivenciar um festejo.

E este festejar se estrutura num tempo e lugar definidos e especiais. Certo disto, o dia 16 de julho em Borda da Mata se configura no tempo carregado de significado, como celebrar a padroeira, comemorar o aniversário do município, constituindo um dia de reunir a família, encontrar amigos. E estas dinâmicas são vividas em lugar que é o centro da pequena cidade.

Mas o local festivo durante os anos de 1997 a 2000 foi remanejado para a Avenida João Olivo Megale.



Imagem 02 - Mapa da cidade: os diferentes lugares da festa⁹²

⁹¹ Regina Maria Moreira. Em Borda da Mata, 02 de novembro de 2013. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

⁹² Mapa da cidade: Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Borda+da+Mata++MG/@-22.2740113,-46.1659325,671m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94cbd707127f60eb:0x19aa7e69d13704bb!8m2!3d-22.269223!4d-46.1639159>

No mapa vemos o centro da cidade demarcado em verde, quanto a Avenida João Olivo Megale, apontada em vermelho, espaço em que se realizou a festa do aniversário da cidade organizada pela Prefeitura Municipal, pela administração de 1997-2000.

De acordo com o jovem Carlos Rafael houve insatisfação quando ocorreu a mudança de local do evento.

Olha, é uma questão complicada porque o seguinte quando tentaram mudar o lugar da festa, né? Quando fizeram ali a avenida [João Olivo Megale]. [...] a cidade, o pessoal reclama muito. [...] e...na época tinha um esgoto, tinha mau cheiro, reclamava que era frio, que era longe.⁹³

Ao referir acerca da mudança do local da festa, inicia sua fala no tempo presente, isto demonstra pertinência ao tratar dos problemas que envolvem a realização da festa. Esta “questão complicada” implica a articulação com as propostas pela comissão organizadora da prefeitura municipal e a população que vivencia o festejo. Sua narrativa é demarcada por diferentes temporalidades. Assim, entendemos que “a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas” (THOMSON, 1997, p. 57).

Carlos Rafael constrói sua memória alicerçada neste jogo que permeia diferente temporalidade. Reportando ao momento que “tentaram mudar o lugar da festa”, ele avalia que essa alteração de local não foi definitiva.

Mediante a mudança, a população que participou destes festejos respondeu com uma postura de resistência, pois a Avenida João Olivo Megale está localizada em uma posição geográfica mais baixa que o centro da cidade. Também foi formada a partir da cobertura de um pequeno riacho, que recebe o esgoto de parte do centro da cidade e do bairro Nossa Senhora Aparecida. Assim, diante do fragmento da entrevista de Carlos Rafael, a população que ia até o “novo” local da festa e se incomoda com o mau cheiro e do mesmo modo com o frio, pois a festa do aniversário é realizada na primeira quinzena de julho, período de intenso inverno, que é uma marca da região sul mineira.

Outro ponto é ressaltado pela questão que “era longe”. O dia 16 de julho é marcado pelos festejos, o religioso e do município, um contexto divergente e que, simultaneamente, se completavam. Com o deslocamento, a festa organizada pela Prefeitura Municipal, com sua estrutura, promovia uma quebra e o afastamento de duas peças que regiam os festejos. Muitas pessoas participam das celebrações religiosas e logo após se dirigem para a festa na praça. Com a mudança de lugar esta prática se rompe, estabelecendo a distância dos dois festejos, apontada por Carlos Rafael.

A insatisfação pelo local em que estava sendo realizada a festa se tornou um dos assuntos que circulavam pelas ruas de Borda da Mata. Conforme, vemos no editorial do Jornal Tribuna Popular de agosto de 1998, que enfatizou a questão do local em que a festa organizada pela Prefeitura se realizou.

A Festa da Cidade que já virou tradição e há muitos anos é realizado com barraqueiros de fora só prejudica os bordamatenses. Este ano que foi mudada de local, o que se via pelas ruas era o povo discutindo sobre ela. Falava de

Acesso em 18 de maio de 2019.

⁹³ Carlos Rafael de Freitas, Em Borda da Mata, 10 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antonio da Costa.

tudo. Que tinha matado a festa, outros até apelidaram o local de “sapolândia”, de “Shopping [sic] das Amoreiras”, alguns barraqueiros elogiavam e outros reclamavam, algumas pessoas gostaram de ver a praça limpa e assim se foram os dias da festa e dos comentários.⁹⁴

Em consonância aos estudos de Luca sobre a imprensa que enfatiza:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (2011, p.140).

Por meio destas orientações metodológicas ao analisar as páginas de um jornal, vemos que a “confecção” de uma notícia impressa perpassa diferentes questões, que são ligadas aos interesses de quem patrocina, de quem edita, ou seja, estabelece-se uma teia de interesses que se materializam nas páginas de um periódico.

Com perfil mais crítico e reflexivo, o editorial “‘Festa da Cidade’ não é festa da cidade”, traz à tona pontos que circulam a festa organizada pela Prefeitura Municipal. Um desses pontos é a presença dos barraqueiros, que são comerciantes oriundos, na sua maioria, de outras localidades, e ofertam vários produtos como roupas, calçados, brinquedos, utensílios de cozinhas e outras bugigangas, e que terão maior atenção logo à frente.

O cerne deste fragmento para nossa análise se concentra na seguinte parte: “Este ano que foi mudada de local, o que se via pelas ruas era o povo discutindo sobre ela. Falava de tudo”.

A cidade se configura como espaço dos conflitos e tensões. E a festa realizada no dia 16 de julho com o intuito de comemorar o aniversário da emancipação político-administrativa do município materializa um dos momentos mais aguardados, por proporcionar uma temporalidade diferenciada.

A festa introduz um parêntese nas vidas das pessoas: as preocupações e os problemas são esquecidos, as tarefas repetitivas dão lugar aos ritmos inéditos e frequentemente endiabrados. As estruturas rígidas da vida social apagam-se: as barreiras caem, a alegria é geral, todo mundo se fala (CLAVAL, 2004, p. 27).

A pequena imprensa bordamatense trouxe das ruas para suas páginas, as discussões acerca do novo local da festa. Um evento anual organizado em praça pública com duração de 7 a 10 dias promove, àqueles que moram no centro e proximidades, certo desconforto. O barulho, a música alta, o mau cheiro provenientes do ato de urinar nas ruas compõem elementos que provocam aversão por parte destes moradores durante o período festivo.

O centro da cidade se constituiu aos longos dos anos como o local da festa. Primeiramente, pela festa religiosa realizada ao redor da igreja matriz. Outro ponto, pela construção deste espaço festivo durante os anos de festa pelos moradores e visitantes. As experiências que perpassam as festas de 16 de julho se materializam no centro da cidade. Quebrar este cotidiano festivo demarcado pelo espaço da praça central traz outros modos de vivenciar a festa. Deste modo, não sendo realizada da mesma maneira, consideram que a festa foi morta, pois, realizada de uma maneira já

⁹⁴ *Jornal Tribuna Popular*, Ano II, nº 18, 15/08/1998, p.02.

cristalizada na vida dos bordamatenses ao ocorrer essa ruptura, surgem denominações jocosas sobre o novo local da festa.

Os apelidos citados como “Sapolândia”, “Shopping das Amoreiras” remontam a um humor regido pela ironia quanto à realização do evento na Avenida João Olivo Megale, esta localizada, em relação à praça central, numa área mais baixa, próxima a um riacho, local onde proliferam anfíbios. Ao denominar o espaço como “Shopping das Amoreiras” configura-se o local destinados aos comércios populares, que são as barracas e sua organização na avenida, juntamente, como a movimentação nos dias de festas para a obtenção de diferentes produtos com um custo bem abaixo.

Patrícia Pereira narra seu olhar ao novo local para a festa. “Uma vez lá foi na avenida, a festa foi um horror, um deserto. O pessoal não quis, era muito frio era muito mau cheiro, o pessoal, a festa aquele ano foi... contar nos dedos quem tava na rua. Quanto na praça lota, eu prefiro a praça”.⁹⁵

Sua fala registra a oposição quanto à festa na Avenida João Olivo Megale. Ao definir como “um horror, um deserto” sua narrativa é sustentada pelo fato de que “o pessoal não quis”. Sua crítica quanto ao local se configura de forma compartilhada com outros sujeitos, que também não aceitam o novo local.

As lembranças da jovem Patrícia reportam a uma cumplicidade que impregnou entre os bordamatenses que refere ao modo de festejar em Borda da Mata. Ai se concretiza um novo modo de uso de um espaço da cidade que, segundo as experiências apontadas, não é tido como o local propício para a festa. Portanto, a perspectiva de festa esbarra com os usos dos espaços da cidade. Pois:

a idéia da cidade é uma construção dos homens, não sendo apenas racional. Ela é a memória organizada e construção convencional. A mudança é a característica das cidades, mas toda mudança tem história e personagens, além de uma trama de desejos individuais e de projetos (RAMONEDA, 1994, p. 18).

Com essa perspectiva, notamos que a cidade é como uma construção que é resultado do esforço, tanto individual quanto coletivo, na concretização deste espaço. Porém este espaço, que é a cidade, percorre valores e sentimentos que são atribuídos mediante ao uso deste. Ao perceber a festa em Borda da Mata como um elemento que se movimenta, ou melhor, se desloca, vemos que os locais onde são realizados os eventos terão, desta forma, diferentes significados. Assim, deparamos com os festejos organizados pela administração municipal de 1997 a 2000.

Diante deste cenário de insatisfação em decorrência da mudança do local, as páginas do Jornal Tribuna Popular, em seu número 30, ano III, de agosto de 1999, oferecem o seguinte olhar:

Desde 1998 a Festa de aniversário da cidade vem acontecendo na Avenida João Olivo Megale. Com essa iniciativa, a administração tentou separar definitivamente as festas religiosas (dia de Nossa Senhora do Carmo) e social que sempre ocorreram em conjunto. Não é necessário dizer o quanto essa decisão favoreceu as celebrações em louvor à padroeira, uma vez que com as praças desocupadas é possível realizar procissões, carreatas, como aconteceu esse ano, e missas campais sem a interferência do som altíssimo do palco e daqueles que só estão interessados em passear e divertir⁹⁶.

⁹⁵ Patrícia Aparecida Pereira. Em Borda da Mata, 15 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

⁹⁶ *Jornal Tribuna Popular*, nº 30, ano III, 15 de agosto de 1999, p. 13.

Aqui é exposto o objetivo do poder público quanto a realização da “festa da cidade” em outro local. Seu ponto de partida é a separação da festa religiosa do evento municipal. Ao expor que “essa iniciativa, a administração tentou separar definitivamente as festas religiosas [...] e social que sempre ocorreram em conjunto” traz em si algumas controvérsias. Primeiramente, temos ciência de que da festa religiosa se desdobrou em festa “social” da prefeitura. No passado a igreja produzia sua festa social, com as quermesses, bingos, leilões e shows, mas com o intuito voltado para a aquisição de dinheiro para manter as suas atividades religiosas. Com a lei orgânica, desde 1991, legalmente, a festa da cidade é separada em sua organização e objetivos. Apontar que “sempre ocorreram em conjunto” é uma afirmação errônea.

Mediante a instalação do festejo municipal houve a elaboração de duas festas, divergentes, que são realizadas na mesma data.

A principal preocupação do governo municipal é o desmembramento da festa em vista da parte religiosa. Por meio desta decisão estabeleceu um espaço propício para as atividades religiosas fora do templo. Também, o desvinculamento se dá com o objetivo de evitar “interferência do som altíssimo do palco e daqueles que só estão interessados em passear entre as barracas e se divertir”.

Alterar o espaço festivo produziu uma ressignificação para o ato de festejar em Borda da Mata. Com o novo modo de viver a festa, vários olhares foram engendrados, uns de apoio, outros não. As experiências que permeiam o evento ligado ao aniversário da cidade partem da dinâmica evidenciada quanto ao local em que ele é realizado.

Buscamos evidenciar não uma interpretação ou compreensão que é descrita pelos jornais, pois que estão interligados ao poder público devido a interesses e influências, mas sim, outras versões que possibilitam compreender diferentes olhares para este festejo dentro do espaço urbano e com as problemáticas que desabrocham com as interações que acontecem dentro do cotidiano festivo.

Essas problemáticas partem das relações que são entrelaçadas entre sujeito social e festa, possibilitando uma gama de significados, pois estes emergem diante das experiências vivenciadas frente às interações estabelecidas. No que tange à experiência, trazemos a contribuição de Thompson, discutindo que:

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certo praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. elas experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (1981, p. 189).

A vivência com a festa possibilita esta experiência, com isto a produção de diferentes percepções ou considerações são produzidas pela inserção política dentro da comunidade. É por este prisma que o sujeito social molda sua significação diante de suas experiências. Os participantes da festa trazem si esta interação culminada pelos anos de vivência com o evento. E, do mesmo modo, ao local em que é realizado o evento municipal de 16 de julho.

Algumas conclusões

A prática da História Oral possibilitou conhecer e evidenciar experiências de sujeitos sociais que vivenciaram e vivenciam a Festa de 16 de Julho na cidade de Borda da Mata. Através desse método de estudo foi possível analisar as experiências

de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade, permitindo um percurso de conhecimento e possibilidades de valorização a grupos sociais até então invisíveis na documentação oficial escrita. Lidar com memórias é lidar com vidas que se forem mal utilizadas podem produzir feridas.

As falas dos narradores possibilitaram visualizar tal contexto conflituoso, onde (re)significações são evidenciadas ao longo dos anos. Compreendemos que as disputas pelo lugar da festa se materializaram ao longo do final da década de 90, possibilitando ressignificar a constituição de um território festivo específico, que proporciona a produção de valores e considerações ao elemento que compõe o evento, e é o lugar, que é o centro da cidade, é um destes elementos que oportunizam a valorização da tradição da festa em Borda da Mata.

Em suma, registra-se que uma festa realizada em praça pública conduz várias problemáticas. E neste sentido, acreditamos que a realização deste estudo não traz a versão final do registro histórico deste evento mais aguardado pela população da pequena cidade bordamatense. Porém foi um olhar que buscou apresentar algumas versões da festa, que não é algo cristalizado, imóvel, mas sim entendido como perpassado por um processo dinâmico sustentado pela construção constante de sentidos e significados produzidos por experiências sociais e compartilhados pelas muitas memórias que possibilitam a contemplação de outras histórias.

Referências

- ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- CLAVAL, Paul. A festa e a cidade. *Revista Cidades*. Vol. 1, nº 1, 2004, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral – memórias, tempo, identidades*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. 3ª. Ed., São Paulo: Contexto, 2011.
- PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervências coletivas. In: PASSOS, Mauro. *A festa na vida: significados e imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.
- RAMONEDA, Josép. Que es la ciudad? In: *Visiones Urbanas*. Europa, 1870-1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto. Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea, Sociedad Editorial Electra, 1994.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista*. História da Festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMSON, Alistar. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Revista Projeto História*, nº 15, abril, São Paulo: EDUC, 1997.

A CULTURA ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO (1763-1808)

Cristiane Fernandes Lopes Veiga⁹⁷

Ao analisarmos a cultura alimentar na cidade do Rio de Janeiro e seus sertões, entre os anos 1763 e 1810, observamos que ela se mostrava bastante diversificada. Os documentos nos indicam que, ao lado das grandes plantações para exportação, tais como a cana de açúcar ou o café, havia uma grande variedade de mercadorias disponíveis para a população e os navios que atracavam no porto da cidade.⁹⁸ Entre estes produtos destacam-se as frutas, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. É importante observar, também, que ao lado da agricultura a criação de animais tinha enorme destaque nas propriedades da capitania, fosse para o consumo ou para o trabalho na lavoura.

Todos estes artigos podiam ser comprados nas vendas espalhadas pela capitania do Rio de Janeiro. Muitas delas funcionavam no térreo dos sobrados ou em pequenas casas, localizadas nas cidades ou nos caminhos por onde passavam viajantes e negociantes. Algumas mercadorias eram encontrados nos tabuleiros das quitandeiras ou nas mãos dos escravos de ganho. Em determinados locais da cidade, como a Praia do Peixe, a população adquiria, além de pescados, vários gêneros alimentícios vindos pelo mar de outras regiões da Colônia ou de além-mar.

Certos produtos, que hoje são considerados mantimentos, eram encontrados nas prateleiras das boticas. Estes estabelecimentos vendiam tudo aquilo que era indicado para a cura dos doentes. Muitas mercadorias disponíveis nestas lojas, entretanto, atualmente podem ser facilmente compradas em mercados, tais como o anis e as nozes. Havia outras, no entanto, que poderíamos considerar como elementos característicos de uma poção mágica. Entre eles destacamos os dentes de javali ou os olhos de caranguejo. Estes exemplos nos sugerem que a fronteira entre o que era considerado alimento ou medicamento não estava, nem está ainda, bem definida.⁹⁹

As fontes escolhidas para serem analisadas neste trabalho fazem parte do conjunto documental utilizado durante nossa pesquisa para a obtenção do Doutorado em História pela Universidade de São Paulo. Nós estudamos os inventários pós morte e outras ações a eles relacionadas de casais e de viúvas que tinham herdeiros menores de 25 anos, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, entre 1763 e 1808.

Estas ações foram selecionadas porque elas continham a relação de todos os bens imóveis e semoventes do inventariado, mesmo que aparecessem sem valor no rol de bens.¹⁰⁰ A legislação em vigor¹⁰¹ exigia que tudo o que deveria ser repartido entre o

⁹⁷ Cristiane Fernandes Lopes Veiga tem graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo. É sócia-correspondente da Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Campinas e coordenadora do curso de História da FATEC-Votuporanga.

⁹⁸ Sampaio demonstra em seu estudo que a produção de alimentos durante os anos 1650-1750 concorria em importância com a agricultura de exportação na capitania do Rio de Janeiro. SAMPAIO. Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 133.

⁹⁹ Para uma discussão a respeito da História da Alimentação, ver MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes e CARNERO, Henrique. História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, janeiro-dezembro, 1997, p. 9-91.

¹⁰⁰ Ao contrário do que observou Jean-Louis Flandrin na França, encontramos na documentação informações sobre o inventariado, sua família e bens. Na parte das declarações do inventariante se procedia ao detalhamento de dívidas e dos bens do casal no momento da morte ou que já haviam sido vendidos antes. FLANDRIN, Jean-Louis. A alimentação camponesa na economia de subsistência. In:

cônjuge sobrevivente e os herdeiros precisaria estar descrito e avaliado por um avaliador indicado pela Câmara da cidade.¹⁰² Os avaliadores deveriam incluir tudo que pertencesse ao patrimônio do inventariado antes, durante ou depois de sua morte. Desta forma, nós pudemos analisar o que foi produzido, vendido ou comprado durante as ações estudadas.¹⁰³

A partir destes esclarecimentos, é importante destacar que entendemos que a alimentação e os alimentos são parte integrante de estruturas econômicas, sociais e culturais que permitem aos historiadores estudar as diversas sociedades do ponto de vista da cultura alimentar. Desta forma, propomos que o que é servido à mesa descortina a maneira como os indivíduos se relacionam entre si, o modo como se dá essa relação com o ambiente e com as estruturas de poder. A dieta dos povos permite aos pesquisadores comparar sistemas de produção, de estratificação social e de conhecimentos adquiridos, bem como analisar processos históricos complexos ao longo do tempo.¹⁰⁴

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, dividimos este texto em quatro partes. A primeira trata dos tipos de frutas que eram cultivados na cidade e em seus arredores. Em seguida, nós examinaremos quais mantimentos eram produzidos e estavam à disposição para o consumo ou venda nas propriedades agrícolas. Na terceira parte, analisaremos qual a importância da criação de animais para a dieta da população. Por fim, observaremos quais produtos estavam disponíveis para a população nas vendas e boticas da sede do vice-reino.

As frutas

A propriedade que Dona Maria de Sá Freitas¹⁰⁵ possuía no Catete era uma típica chácara. No edital de arrematação da propriedade, publicado após sua morte, descrevia o que havia ali: 455 laranjeiras, 19 grumixameiras, uma mangueira, 13 cajueiros, 5 pés de limeira, um cacauero, 5 romãzeiras, 1 pé de louro e um bananal.¹⁰⁶

FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, M. (ed.). *História da Alimentação*. 2a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 582.

¹⁰¹ A legislação que regulava as questões de família e de herança no período eram as Ordenações Filipinas. ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

¹⁰² A Câmara era o órgão responsável por designar os avaliadores e fazer o juramento deles. Cada freguesia deveria ter um avaliador do Juízo; caso não houvesse, seria indicado um de uma freguesia próxima para que pudesse cumprir a tarefa. O ideal era que cada bem fosse avaliado por um mestre de ofício. VEIGA, Cristiane Fernandes Lopes. *Vida após a morte: mulheres viúvas nas malhas do Império luso*. Rio de Janeiro (c. 1763-1808). 2017. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, p. 37.

¹⁰³ Sabemos que as ações de inventário são uma espécie de retrato dos envolvidos, restritas a um determinado período na vida do inventariado. Entretanto, em diversos casos, em função de contendas entre os herdeiros ou atraso na avaliação de bens fora da capitania, os processos demoravam anos. Com isso, davam-se detalhes de bens e negociações feitos antes, durante ou depois da abertura do inventário.

¹⁰⁴ Para uma discussão destes temas, ver GOODY, Jack. *Cooking, cuisine and class: a study in comparative Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982; MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power: the place of sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985.^[11]

¹⁰⁵ D. Maria de Sá Freitas era viúva do sargento-mor de ordenanças na Colônia do Sacramento João Borges de Freitas, quando contraiu matrimônio com o capitão Joaquim da Silva Lisboa, membro da nobreza da terra e vereador na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Inventário (Inv.). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). 1796. Proc. n° (Proc. n°) 7128, maço (mç.) 1. Inventariante (INV): Joaquina Joana Rosa da Silva Lisboa, falecida (FCD): Maria de Sá Freitas.

¹⁰⁶ Edital. ANRJ. 1798. Proc. n° 35, caixa (cx.) 5724. FCD: Maria de Sá Freitas.

Juntamente com estas árvores frutíferas existiam, também, 316 pés de café produzindo. Este era o retrato do que se podia encontrar em muitas propriedades desse tipo na cidade.

Algumas das frutas que aparecem com mais frequência na documentação estão descritas acima, são elas: a laranja, o limão, o caju, o ananás, a grumixama e as bananas. São recorrentes a goiaba, o cacau, a fruta do conde, o araçá, a jabuticaba o figo, a manga, a tangerina, o jambo, a jaca, a maçã, a uva e a romã. Mais raras eram o pêssego, o marmelo, o tamarindo, o coco e as uvas.

Sabemos que muitas destas frutas não eram nativas da colônia portuguesa. De acordo com Câmara Cascudo, a laranja, as limas, os limões, a romã, o figo, a jaca, o melão e a melancia foram trazidas pelos portugueses.¹⁰⁷ Já o abacaxi, a goiaba e o caju eram alimentos conhecidos do negro da terra, assim como a banana, a grumixama e o araçá. A fruta do conde veio da América Central. A manga chegou com os escravos africanos e o jambo veio da Ásia.

Hoje, algumas dessas frutas são raras na região que outrora fora dominada pela Mata Atlântica. Muitas árvores que faziam parte desse bioma desapareceram ou se tornaram raras após a ocupação da território em razão da colonização, da extração de madeira e do plantio de culturas para exportação. As frutas nativas desta vegetação são o principal exemplo desta perda. A grumixameira e o araçá, que aparecem com frequência na documentação, são desconhecidas da cultura alimentar do brasileiro moderno. Outras como o caju, o jambo e a jabuticaba, que tinham presença garantida nas chácaras da capitania, se tornaram regionais, concentrando-se em determinados locais e se tornando desconhecidas em outras.

O inventário do alferes José Eloi Xavier, em 1807, ilustra bem o que se costumava plantar nos arredores da cidade de São Sebastião.¹⁰⁸ De acordo com a descrição feita pelos avaliadores, havia nas chácaras e terrenos do casal do alferes em Mata-Porcos, os seguintes arvoredos: 334 laranjeiras, 35 cajueiros, 29 jambeiros, 11 araçazeiros, 7 limoeiros, 7 mangueiras, 6 grumixameiras, 3 parreiras, 1 romãzeira e 1 tamarineiro. Ainda constavam 8 pés de café e uma cerca de espinhos.¹⁰⁹ Os cafeeiros serviam, provavelmente, para o consumo devido a pequena quantidade plantada. Já a cerca de espinhos, formada geralmente por laranjeiras e limoeiros, tinha o objetivo tanto de separar o gado da casa principal e das plantações quanto fornecer frutos para consumo.

De acordo com o que vimos, podemos observar que as frutas produzidas na capitania ilustram a importância do Império português para a disseminação de espécies e saberes. O dendê é um bom exemplo da troca atlântica de produtos e saberes. O fruto do dendezeiro, uma palmeira cuja origem está na África, assumiu importante papel na dieta brasileira, sobretudo naquela ligada às regiões Norte do Brasil. Na capitania do Rio de Janeiro, no entanto, também encontramos uma plantação de 10 pés de coqueiros de dendê na chácara de Joaquim de Moura Brito, próxima ao Rio da Carioca, em 1798. Nessa chácara ainda havia as tradicionais plantações de frutas que vimos nos inventários e uma parreira de uvas.¹¹⁰

¹⁰⁷ CÂMARA CASCUDO, Luis da. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 241-3; p. 266

¹⁰⁸ Inv. ANRJ. 1807. Proc. nº 8740, mç. 458, galeria (gal.) B. INV: Caetana Benedita de Brito, FCD: José Eloi Xavier.

¹⁰⁹ As principais árvores usadas nas cercas de espinhos eram a laranjeira e os limoeiros. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 373-8.

¹¹⁰ Inv. ANRJ. 1798. Proc. nº 8381, mç. 433. INV: Joaquina Tomásia Mendes, falecido (FCD): Joaquim de Moura Brito.

No cotidiano das fazendas e das cidades percebemos, portanto, uma interpenetração constante de produtos e saberes que chegavam de navio ou por terra. De acordo com Câmara Cascudo:

Os portugueses foram agentes distribuidores de espécies alimentares com surpreendente eficiência. De suas mais longínquas possessões orientais e africanas traziam sementes, raízes, "mudas", bulbos, confiando-os à terra brasileira. A disseminação da mandioca, do milho, da batata e do amendoim brasileiros tiveram uma intensidade, rapidez e precisão incomparáveis.¹¹¹

Vejamos agora o que a população da capitania tinha à sua disposição para a alimentação do dia a dia de acordo com o que era produzido nas propriedades estudadas.

O regime alimentar

O cultivo de alimentos dividia espaço com as culturas de cana-de-açúcar, durante os finais do século XVIII, e no início do seguinte com o plantio de café, quando este produto começa a se destacar na economia. A lavoura para o abastecimento interno, destinada a livres e escravos, concentrava-se na produção de feijão, milho, arroz e mandioca. Neste item analisaremos o que era plantado para a alimentação da população.

Examinando a documentação, observamos que, nas propriedades onde havia cultivo de produtos de subsistência, existiam pequenas roças de cana e café, provavelmente utilizadas para consumo no domicílio. Assim, no inventário de Dona Ana Correa de Sá, falecida em 1791 e proprietária em Irajá, existia: um bananal, três árvores de espinhos, uma pequena plantação de arroz, uma vaca com bezerro, uma vitela e um garrote, nove cafeeiros, um pouco de cana cultivada e um pouco de cana soca plantada atrás da casa. Não há registro de plantio de mandioca, mas a falecida possuía um forno de cobre e uma roda de ralar mandioca - objetos importantes na fabricação de farinha.¹¹²

A farinha de mandioca era item fundamental na dieta do período. De acordo com o Relatório do Marquês do Lavradio, em 1778, a produção de farinha chegou a 289.185 alqueires, seguida pelo cultivo do milho com 64.422 alqueires, 50.481 alqueires de arroz e 48.565 de feijão.¹¹³

Em algumas ações aparecem descritas cozinhas que também serviam de casa de farinha ou casas de farinha que eram cômodos exclusivos para a fabricação do produto. Em 1789, Ana Joaquina, viúva do capitão Manoel José Fernandes, informava que fazia parte dos bens do casal, uma *casa que serve de cozinha e casa de farinha muito velha com quatro portas e uma janela coberta de sapé*.¹¹⁴ Já no inventário de Francisca Maria, seu genro e inventariante, Antonio Lourenço de Ávila, informava que ela possuía em Itaipu, um casa de fazer farinha, 2 senzalas, roças de mandioca, de feijão, de ananás, açafraão, algodoeiros e cafeeiros.¹¹⁵

¹¹¹ CÂMARA CASCUDO, op. cit., p. 239.

¹¹² Inv. ANRJ. 1791. Proc. nº 463, cx. 4016, gal. A. INV: Antonia Correa de Sá Lima, FCD: Ana Correa de Sá.

¹¹³ LAVRADIO, Marquês do. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 76, parte I, Rio de Janeiro, 1915, p. 285-360.

¹¹⁴ Inv. ANRJ. 1789. Proc. nº 9348, mç. 485. INV: Ana Joaquina, FCD: Manoel José Fernandes.

¹¹⁵ Inv. ANRJ. 1807. Proc. nº 6897, mç. 388. INV: Antonio Lourenço de Ávila, FCD: Maria Francisca.

O conhecimento para o manejo da mandioca foi herdado dos ameríndios.¹¹⁶ Ela serviu de alimento para livres e cativos, atravessou o Atlântico, acompanhando o tráfico, servindo de base para a manutenção de portugueses e africanos durante as longas viagens.¹¹⁷ A mandioca era um item fundamental na alimentação da população da colônia desde o século XVII, quando o governo português tentava obrigar os proprietários de terra a plantá-la como forma de prevenir a fome na colônia.¹¹⁸

Além da farinha, os produtores extraíam da mandioca o polvilho. De acordo com os documentos analisados, sabemos que este último podia ser encontrado na sede do vice-reino. Na venda da Praia do falecido Bernardo José de Andrade, primeiro marido de Luíza Rosa do Espírito Santo, havia polvilho juntamente com vários outros produtos do reino e da colônia para compra, tais como o queijo de Minas, o azeite e a cachaça.
119

As fontes pesquisadas nos mostram que, em 46% dos inventários onde foi possível identificar instrumentos para o beneficiamento da mandioca, havia pelo menos uma roda de ralar mandioca ou um forno de cobre.¹²⁰ Entretanto, não foi possível detectar em muitos desses casos se havia uma roça dessa raiz tuberosa capaz de fornecer a matéria-prima para a produção da farinha ou se era comprada de produtores próximos.

Obter a farinha, tendo ou não uma casa de farinha, implicava a posse de vários utensílios para trabalhar a massa da mandioca. Era o que tinha Ana de Muros em seu sítio na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu. Quando ela morreu, em 1808, com mais de setenta anos, havia em sua propriedade um forno de torrar farinha, uma roda de ralar mandioca, um cocho para descascar a raiz, uma prensa de espremer a massa, uma peneira de coar e um tipiti de enxugar a massa. A falecida ainda possuía muitas roças de mandioca, um bananal e vários pés de café.¹²¹

Juntamente com a mandioca, o feijão compunha a dieta de livres e escravos. Câmara Cascudo nos informa que a espécie *Phaseolus vulgaris* L. era comum no território e fazia parte da cultura alimentar dos índios brasileiros.¹²² Nos documentos, entretanto, fomos capazes de identificar apenas o feijão chamado de andu ou guandu (*Cajanus cajan*), cuja origem é africana e fazia parte da alimentação no Congo. Esta espécie foi, provavelmente, importada pelos portugueses durante o período do tráfico de escravos. A referência ao andu apareceu na descrição dos bens de uma das

¹¹⁶ VARNHAGEN, Francisco A. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemert Ed., 1854, p. 169-170.

¹¹⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 251-2.

¹¹⁸ Sobre a legislação referente à Provisão de 24 de abril de 1642, ao Alvará de 25 de fevereiro de 1688 e ao Alvará de 27 de fevereiro de 1701, ver LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford A. (et al.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. da Unesp/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 124. Várias vezes os agricultores questionaram a imposição da Coroa em se destinar escravos e terras para o cultivo da mandioca. Em 6 de novembro de 1702, os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro reclamavam ao governador da capitania pelo inconveniente da obrigatoriedade de plantar mandioca estipulada pelos alvarás anteriores. Apesar de se referirem à capitania da Bahia a princípio, essas leis se estenderam a todo o território da Colônia ao longo dos anos. Conselho Ultramarino. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). RJ. 1703. Caixa (Cx.) 13, documento nº (doc. nº) 2672.

¹¹⁹ Inv. ANRJ. 1806. Proc. nº sem numeração, mç. sem numeração. INV: Luíza Rosa do Espírito Santo, FCD: Bernardo José de Andrade.

¹²⁰ Entre os 233 processos pesquisados cujas informações puderam ser quantificadas, 86 demonstravam a existência de pelo menos uma roda de ralar mandioca, de um forno de cobre ou de ambos na propriedade.

¹²¹ Inv. ANRJ. 1808. Proc. nº 2239, cx. 867, gal. A. FCD: Ana de Muros.

¹²² CÂMARA CASCUDO, op. cit., p. 163.

propriedades de Dona Francisca Maria da Conceição. Na chácara do Barro Vermelho, os avaliadores descreveram uma plantação de guanduzeiros que valia 4\$000 (quatro mil réis).¹²³

De acordo com o que verificamos na documentação, as plantações de feijão, tanto para o consumo dos domicílios quanto para o comércio, estavam associadas a várias outras culturas na sede do vice-reino. Assim, quando Dona Maria dos Santos Ribeira se tornou inventariante e testamenteira do marido, em 1806, os avaliadores informaram que na propriedade em Itaguaí havia: 72 escravos, 16 alqueires de café seco, 2400 alqueires de arroz velho, 12 alqueires de feijão, mais de 100 vacas e bois, 32 bois de carro, 56 carneiros e 30 porcos. Também foram produzidos 150 alqueires de farinha, 200 alqueires de café que estavam para ser recolhidos no campo, assim como a mandioca do sítio. Ainda havia 2200 alqueires de arroz já colhido e mais 200 alqueires de arroz e 80 de milho aguardando a colheita. Entretanto, 12 alqueires de feijão, 150 de farinha e 50 de mandioca não foram avaliados porque serviram para o *pasto dos escravos*.¹²⁴

A presença do milho e do arroz, ao lado da mandioca e do feijão como ingredientes comuns da cultura alimentar da capitania, fica evidente na documentação. O milho podia ser utilizado na forma de farinha ou em grão. Sabemos disso porque no inventário de Manoel Luis Pinheiro, no qual Teresa de Jesus foi inventariante, em 1797, havia um pilão para macerar os grãos na propriedade do Engenho Velho. Nesta unidade produtiva identificamos o cultivo de hortaliças e “outras plantas” avaliadas em 12\$800 (doze mil e oitocentos réis). Esta foi a única vez que encontramos alusão a estes produtos na documentação, contudo não havia especificação quanto a quais tipos de hortaliças ou de plantas se fazia referência.¹²⁵

Como já vimos, o arroz era outro gênero mencionado com frequência. No entanto, não houve preocupação em se registrar a maneira como era cultivado nem qual era a espécie plantada. Nos inventários identificamos que havia *arrozais*, *arroz por colher*, *arroz velho*, *arroz branco*, *arroz socado que foi vendido* e uma *lavoura de arroz plantada na vargem*. Além da produção para o consumo próprio, a mercadoria também era comercializada. Em 1786, um ano após a morte de seu marido, D. Úrsula de Brito vendeu 40 sacos de arroz a 620 réis cada em Itaguaí.¹²⁶

Pelas informações que temos, o beneficiamento do cereal podia ser feito socando os grãos em pilões ou em engenhos de arroz. Na propriedade do casal de Ana da Silveira, inventariante e viúva de Domingos Antunes Ferreira, havia além de 9 pilões de socar arroz, uma roda de assoprar e dois engenhos de descascar arroz, mas não havia menção à uma roça de arroz.¹²⁷ Já no inventário de Ana Correa de Sá, além de um arrozal na vargem, os avaliadores descreveram um arrozal pequeno.¹²⁸

¹²³ Francisca Maria da Conceição se casou com o capitão Antonio dos Santos e, após sua morte, ela se tornou proprietária de mais de 50 imóveis na cidade do Rio de Janeiro. Dona Francisca e o marido, juntamente com sua irmã, Antonia Maria da Conceição, esposa do capitão Antonio Ribeiro de Avelar, comerciante de grosso trato do período, foram sócios no engenho Pau Grande, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes. Inv. ANRJ. 1799. Proc. nº 9054, cx. 4124. INV: Manoel dos Santos Portugal, FCD: Francisca Maria da Conceição, 1799. Inv. ANRJ. 1794. Proc. nº 9606, cx. 1135, gal. A. INV: Antonia Maria da Conceição, FCD: Antonio Ribeiro de Avelar.

¹²⁴ Inv. ANRJ. 1806. Proc. nº 8635, mç. 451. INV: Maria dos Santos Ribeira, FCD: José Teixeira, f. 109.

¹²⁵ Inv. ANRJ. 1797. Proc. nº 8940, cx. 1117. INV: Teresa de Jesus, FCD: Manoel Luiz Pinheiro, fs. 5v, 10.

¹²⁶ Inv. ANRJ. 1786. Proc. nº 450, mç. 2295, gal. A. INV: Úrsula de Brito, FCD: Jacinto Lobo Frazão.

¹²⁷ Inv. ANRJ. 1798. Proc. nº 9041, mç. 473, gal. B. INV: Ana da Silveira Bitencurt, FCD: Domingos Antunes Ferreira.

¹²⁸ Inv. ANRJ. INV: Antonia Correa de Sá Lima, FCD: Ana Correa de Sá, op. cit.

O que pudemos apurar, pela correspondência dos representantes da Coroa, é que lavouras de arroz já existiam na capitania do Rio de Janeiro desde antes do ano de 1750, quando o governador Gomes Freire de Andrade escreve às autoridades portuguesas para dar conta destes assuntos. No ano seguinte, Gomes Freire, em carta para Diogo de Mendonça Corte Real, registra que esperava regularizar as remessas do cereal nas próximas frotas, apesar da preguiça dos brasileiros.¹²⁹ Quanto às fábricas de arroz temos notícia de que, em 1753, um morador da cidade do Rio de Janeiro, Antonio Francisco Marques Guimarães, pediu uma licença para construir no Recôncavo da cidade um engenho de descascar arroz, cujo protagonismo, já no ano seguinte, passou a ser ameaçado por outros empreendimentos da mesma natureza.¹³⁰

O arroz, o milho e o feijão ocupavam lugar de destaque na dieta colonial atrás apenas da soberana farinha de mandioca. É necessário destacar que juntamente com estes víveres, a proteína animal, consumida através da carne de peixes, vacas, bois, porcos e carneiros, fazia parte da alimentação da população da capitania. O gado vacum, além de fornecer carne, ajudava no trabalho diário de engenhos e pequenas fazendas. Vejamos agora como, através das fontes históricas estudadas, podemos entender qual o papel desempenhado por estes animais na alimentação colonial.

Os animais: fonte de proteína e de lipídios

O consumo de proteína se dava através da pesca ou da criação de animais. A geografia da capitania, com seu litoral extenso e um interior mais plano, facilitava o desenvolvimento destas atividades.

As fontes não nos esclarecem quanto ao tipo de peixe que se comia na época. Entretanto, nós temos conhecimento de que a atividade pesqueira e o comércio de pescado eram bastante difundidos na capitania, pois eram comuns barcos, utensílios de pesca e escravos pescadores nos inventários. Em alguns casos, sabemos que a atividade pesqueira não era a principal atividade econômica da propriedade, como no caso do inventário da viúva Ana Maria de Jesus, mas exercia relevância considerável no cotidiano do domicílio.

Desde 1778, Ana Maria de Jesus aparece, no Relatório do Marquês de Lavradio, como dona de dois importantes engenhos na cidade: Sacopema (ou Sapopemba), na freguesia de Irajá, e Capoeiras, em Campo Grande. Em seu testamento, aberto no ano de 1795, por seu filho e testamentário, capitão João Pereira de Lemos Faria, ela explicava que, desde que seu marido faleceu, trabalhou e se empenhou, juntamente com ele, para sanar as dívidas das fábricas e deixa-las sem quaisquer débitos. No rol de bens, foram descritos entre os pertences do engenho Sacopema, além dos escravos e máquinas da fábrica, redes de pesca, redes de camarão, canoas e remos.¹³¹

Já em outros processos, pelas informações ou pelo testemunho dos envolvidos, sabemos que o sustento do domicílio ficava a cargo da pesca. É o caso do inventário de Manoel Rodrigues de Moraes, no qual se destaca que o falecido *vivia de ser pescador*. Entre os principais bens do casal estavam uma lancha, rede e vários escravos de pescaria.¹³² Em outro processo, Antonia do Nascimento, natural da

¹²⁹ AHU. RJ. 1750. Caixa 62, documento nº 14661; AHU. RJ. 1751. Caixa 64, documento nº 15135.

¹³⁰ AHU. RJ. 1753. Caixa 70, documento nº 16386; AHU. RJ. 1754. Caixa 76, documento nº 17642.

¹³¹ LAVRADIO, op. cit., p. 319 e 327; Inv. ANRJ.1795. Proc. nº 10, cx. 3636. INV: João Pereira de Lemos Faria, FCD: Ana Maria de Jesus.

¹³² Inv. ANRJ. 1807. Proc. nº 6493, mç. 368. INV: Ana Isabel Ferreira, FCD: Manoel Rodrigues de Moraes.

freguesia de São Gonçalo, iniciava em junho de 1801 o inventário de seu marido, Antonio da Costa Campos, falecido aos 14 de maio daquele ano. Nele, a viúva informava que morava na Rua do Rosário, mas tinha casa coberta de telhas no arraial de São Gonçalo, na localidade chamada Porto da Pedra. Dessa propriedade ela tirava o sustento da casa com a exploração do trabalho de escravos pescadores que *na quaresma próxima passada foi muito insignificante por falta de peixe*, relatou a viúva.¹³³

Os escravos pescadores apareciam qualificados como tal na documentação, o que não ocorria com os cativos que cuidavam da criação de gado.¹³⁴ Tal indistinção talvez se dê pelo fato de que estes últimos pudessem estar incluídos na categoria “escravos da roça”. Portanto, seriam empregados concomitantemente na lavoura e na criação de animais. As pesquisas têm demonstrado que a criação de gado se desenvolvia tanto em associação com a plantation de cana quanto isoladamente em fazendas dedicadas exclusivamente à pecuária para o comércio interno.¹³⁵

Nos inventários, algumas vezes os avaliadores diferenciaram o gado específico para o trabalho diário na propriedade do restante criado para o abate. A região de Campos dos Goytacazes, antes de ser uma das principais fabricantes de açúcar, a partir da segunda metade do século XVIII, era um território dedicado ao gado vacum e cavalari.

Autores como Couto Reys e Lamego salientam a presença simbiótica entre a criação de gado e o cultivo de cana de açúcar no norte da capitania do Rio de Janeiro.

De acordo com o que Couto Reys relata sobre economia da região, a lavoura e a pecuária se mantiveram complementares durante o último quarto do setecentos.¹³⁶ Alberto Lamego afirma que no início da colonização dos Campos de Goytacazes a principal finalidade da criação bovina era abastecer o Rio de Janeiro fosse com gado ou carne seca.¹³⁷

É possível pensar que, parte do gado vacum presente no rol de bens dos inventários pesquisados, destinem-se ao consumo da sede da capitania. Porém, várias pesquisas nos relatam também que muitos rebanhos e a carne seca vinham dos campos do sul da Colônia para abastecer a capital do vice-reino.¹³⁸ Em alguns casos analisados - como no inventário de Joaquim Gomes da Conceição, iniciado por sua viúva Clemência Maria da Silva, em 1807 -, a presença de uma vaca, um novilho e um bezerro sugere que estes animais serviriam tanto para o auxílio na lida diária quanto para a alimentação da família. Havia ainda três porcos grandes e dois pequenos, que

¹³³ Inv. ANRJ. 1801. Proc. nº 1591, cx. 1115, gal. A. INV: Antonia do Nascimento, FCD: Antonio da Costa Campos, fl. 21.

¹³⁴ Faria, no entanto, revela que havia a especialização de escravos classificados como escravos curraleiros em Campos dos Goytacazes. Estes cativos se encarregavam da administração dos currais de gado. FARIA, op. cit., p. 375-9.

¹³⁵ Sobre a pecuária, ver MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, janeiro-junho, 2001, p. 41-71; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abril-setembro, 1997, p. 119-156.

¹³⁶ Couto Reys, na sua descrição da economia de Campos dos Goytacazes, assinala a existência de vacas parideiras, bois de carro, novilhos e bezerros. COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reis (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

¹³⁷ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945, p. 76-7.

¹³⁸ Sobre o gado vindo do sul ver, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001; OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

também poderiam servir de fonte de proteína e de gordura para os 4 herdeiros menores do casal.¹³⁹

A maior ou menor necessidade de adquirir produtos de subsistência de outros fornecedores, incluindo animais para o consumo, dependia da capacidade de autossuficiência de cada unidade produtiva. Câmara Cascudo relata que, enquanto no Engenho de Sergipe do Conde, era preciso adquirir alimentos de fora, outras fazendas e engenhos possuíam *certa autonomia econômica no plano alimentar. Farinha, feijão, inhame, milho, batatas, saíam dos roçados. Carne de gado, semanal nas propriedades ricas, carne caprum e ovelhum nas menores.*¹⁴⁰

No inventário do alferes José Eloi Xavier, em São João Marcos, observamos que houve uma preocupação em se determinar a função desempenhada por uma parte do gado. Foram relacionados no rol de bens 50 bois de carro e 31 rezes de gado vacum, além de 72 carneiros e 30 porcos.¹⁴¹ Os caprinos serviam como fonte de proteínas obtida com a carne e o leite que forneciam. Já a criação de suínos fornecia, além da carne, o toucinho e a banha para a dieta diária.

Carneiros e porcos faziam parte da alimentação portuguesa que aportou na possessão lusa, mas não da ameríndia. Apesar de não haver nenhuma referência ao destino dado a esses animais - a venda ou o consumo na propriedade -, conhecemos pelos relatos dos viajantes que eles serviam para alimentar livres e escravos.

Leila Algranti destaca a importância dos testemunhos de estrangeiros que visitaram a Colônia durante a segunda metade do século XVIII para se conhecer a cultura alimentar e o abastecimento no período. Relatos de John Byron, Joseph Banks, John Barrow e Juan Francisco de Aguirre ilustram o que era costume comer na capital do vice-reino. De acordo com a historiadora, os alimentos que faziam parte da dieta diária do morador da cidade de São Sebastião eram a carne de porco, gado, peixe e aves; feijão, farinha de mandioca e, às vezes arroz, legumes e frutas. Entretanto, a compra e o consumo dependiam da disponibilidade da mercadoria e da classe social do consumidor.¹⁴²

Jean-Baptiste Debret descreve sua experiência com a alimentação das diferentes camadas da população durante sua estadia no Rio de Janeiro a partir de 1816. Os habitantes da sede da capitania mais abastados tinham mesa farta: caldos feitos com carnes diversas - a bovina entre elas-, camarões, vários legumes, verduras, arroz, farinha de mandioca escaldada e azeitonas. O tempero ficava a cargo de pimentas e cebolas. Para sobremesa tinham à disposição queijo de Minas ou de outra origem europeia, bolo de arroz, laranjas e “frutas da terra” (ananás, maracujá, pitangas melancias, jambos, jabuticabas, mangas, cajás, frutas do conde etc.). Para o jantar do artesão reservava-se uma porção de carne seca cozida com feijão e adicionava-se farinha. Aqueles com melhores condições comiam um pedaço de lombo de porco cozido em caldo com tomate, cebolas e pimenta, acompanhado por uma laranja. Indigentes e escravos de propriedades rurais recorriam à farinha de mandioca misturada a bananas e laranjas.¹⁴³

¹³⁹ Inv. ANRJ. 1803. Proc. nº 70, cx. 893, gal. A. INV: Clemência Maria da Silva, FCD: Joaquim Gomes da Conceição.

¹⁴⁰ CÂMARA CASCUDO, op. cit., p. 227.

¹⁴¹ Inv. ANRJ. Caetana Benedita de Brito e José Eloi Xavier, op. cit., f. 12v.

¹⁴² ALGRANTI, Leila M. Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagem. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, janeiro-abril, 2016, p. 25-31.

¹⁴³ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, p. 39-41.

Thomas Ewbank, outro viajante, relatou porém, que porcos e carneiros eram criados na capitania do Rio de Janeiro para o consumo. Anos depois da visita de Debret, ele contou que, em uma propriedade onde esteve em Macacu, todo o tempo e o trabalho dos escravos era dedicado à produção de cana. Exceto quando cuidavam do solo para o cultivo da mandioca, do café e do feijão e criavam porcos para alimentar a família e os escravos. Nessa mesma propriedade, o autor descreve que havia criação de carneiros da espécie Moçambique.¹⁴⁴

Outros alimentos se destacam por sua inexistência nas fontes pesquisadas. As grandes ausências nas ações de inventário são as galinhas, os perus e as batatas. As galinhas chegaram com os portugueses ao território no século XVI e passaram a ser servidas em refeições especiais.¹⁴⁵ Segundo Câmara Cascudo, a população recorria aos caldos feitos das galinha para restaurar a vitalidade dos doente ou após a concepção, quando havia necessidade de um alimento para recuperar o vigor das mulheres. Os perus, servidos no Natal, também não aparecem nos inventários.¹⁴⁶ Debret descreve o comércio de galinhas e de perus nas ruas do Rio de Janeiro, porém não identificamos na documentação a presença da criação destes animais ou do plantio de batatas para o consumo ou para a venda.

Outros produtos faziam parte da cultura alimentar dos habitantes da capitania, mas tinham origem em outras capitanias ou no além-mar e precisavam ser adquiridos nas vendas dispersas pelo território. Juntamente com os produtos locais, as mercadorias trazidas de fora estavam disponíveis para compra em estabelecimentos comerciais dedicados exclusivamente ao consumo de alimentos ou nas boticas. São estes lugares que analisaremos a partir de agora.

Vendas e boticas: território fluido

Nas vendas era possível comprar desde produtos cultivados nas capitanias da Colônia até mercadorias importadas dos diversos domínios do Império português. O açúcar para adoçar o café, a farinha para o caldo, o azeite de oliva e a banha para fazer a comida ou a cachaça para alegrar a festa. As vendas, sobretudo as maiores, localizadas nas principais regiões do comércio da capital do vice-reino, tinham uma grande variedade de itens para serem comprados por quem pudesse pagar.

O café, cultivado nas fazendas e chácaras do entorno da cidade ou de outras paragens, estava disponível em grãos ou moído. Na parte da venda que cabia ao falecido Bernardo José de Andrade, na rua dos Ourives, o avaliador relatava que havia café moído e em grãos, mas também 2 libras e $\frac{3}{4}$ de chocolate. Assim como um alqueire de erva-mate, erva-doce, açúcar mascavo, açúcar branco e mel à disposição dos clientes.

Ainda no mesmo local era possível comprar carne-seca, bacalhau, toucinho, azeite inferior ou destilado, milho, arroz, feijão, farinha, sal e azeitonas. Para o tempero havia vinagre, alho, cebola e pimenta da Índia.

¹⁴⁴ EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976, p. 273-4.

¹⁴⁵ De acordo com Pero Vaz de Caminha, os portugueses mostraram aos índios [...] *um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam por a mão; e depois a tomaram como que espantados. (...) Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora* (...). MINISTÉRIO DA CULTURA. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acessado em: 11 de novembro de 2019, p. 3.

¹⁴⁶ CÂMARA CASCUDO, op. cit. p. 214 e 234.

Na hora da sobremesa os mais variados acepipes podiam ser feitos com mel e polvilho, ou o freguês poderia comer queijo minas e banana verde. Entre as bebidas a escolha ficava entre a cachaça, a aguardente, o vinho ou a consertada – uma mistura de café, cachaça, açúcar, gengibre, canela e cravo. As vendas e armazéns eram locais onde se encontrava ainda cigarros, sabão para a higiene, papel para escrever ou velas para iluminar o ambiente.¹⁴⁷ Na venda da Praia, Bernardo José de Andrade vendia ainda cal, fumo, azeite doce, pão e linguiça.¹⁴⁸

No estabelecimento de João Vieira Borges, localizado na rua atrás do Hospício, os avaliadores enumeraram os vários tipos de vinho disponíveis. Havia 88 medidas de vinho da Figueira, 10 medidas de vinho inferior, 1 pipa de vinho do Porto atestado e um barril de vinho não especificado. Já no armazém da rua da Praia havia 120 medidas de vinho de Viana, 46 cocos para água, além das tradicionais bebidas da terra, a cachaça e a aguardente.¹⁴⁹

A cachaça e a aguardente de cana eram fabricadas na colônia. Estas beberagens eram obtidas como subprodutos do preparo do açúcar em processos de fermentação e destilação nas grandes propriedades ou em engenhocas exclusivamente dedicadas à sua produção. Porém ainda se podia encontrar nos estabelecimentos comerciais uma variação de aguardente classificada como aguardente do reino. Esta bebida, diferentemente da cachaça e da aguardente nacionais, era produzida a partir do sumo da uva. Na venda do capitão João Cardoso Francisco, comprava-se a aguardente e a aguardente do reino, além de peixe seco, carne seca, milho, feijão, manteiga e outros artigos.¹⁵⁰

A gama de produtos disponíveis nas vendas maiores denunciava tanto a integração do território colonial quanto o intercâmbio que havia entre a metrópole e suas conquistas.¹⁵¹ Fato que observamos pela variedade de mantimentos que entraram pelos portos e foram descritos no Almanaque da cidade do Rio de Janeiro de 1792. Segundo o registro das mercadorias que chegaram da barra de fora no ano de 1791 temos: vinhos, aguardente do reino e de cana, açúcar, arroz, farinha mandioca, feijão, milho, amendoim, carne seca, sebo e toucinho, peixe salgado, cocos de comer, farinha de trigo, azeite doce, vinagre, azeitonas, sardinhas, paios e chouriços, nozes, amêndoas, ameixas, biscoitos, bacalhau, canela, cominho, chá, passas, queijos sem especificação, queijos do Rio Grande, queijos ingleses, passas, canela da Índia, manteiga, presunto, aletria, chocolate, erva-doce, pimenta da Índia, cevadinha e sal.¹⁵²

Essa entrada de mercadorias se dava através do comércio marítimo atlântico e pela navegação de cabotagem.¹⁵³ Em 1791, chegaram à capital do vice-reino 49 embarcações dos portos de Lisboa, do Porto, da Figueira, da Ilha de São Miguel e de Pernambuco. Enquanto que de “outros portos de Portugal”, chegaram 576. Entre estes

¹⁴⁷ Inv. ANRJ. 1806. Proc. nº sem numeração, mç. sem numeração. INV: Luíza Rosa do Espírito Santo, FCD: Bernardo José de Andrade.

¹⁴⁸ OP. cit., p. 28v-29.

¹⁴⁹ Inv. ANRJ. 1806. Proc. nº 8630, mç. 451. INV: Ana Joaquina Rosa, FCD: João Vieira Borges.

¹⁵⁰ Inv. ANRJ. 1789. Proc. nº 9366, mç. 485. INV: Claudia Francisca do Espírito Santo, FCD: João Cardoso Franco.

¹⁵¹ Sobre o comércio e a entrada de embarcações e produtos na capital do vice-reino ver FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; SAMPAIO, op. cit.

¹⁵² NUNES, Antonio Duarte. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, janeiro-março, 1965, p. 211-212.

¹⁵³ Para uma discussão a respeito da navegação costeira no Brasil Colônia, ver RUSSELL-WOOD, John. Portos do Brasil colonial. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014, p. 125-176.

estão portos da África (Benguela e Angola) e de várias localidades da Colônia.¹⁵⁴ Havia ainda 9 embarcações inglesas e uma francesa que arribaram no porto do Rio de Janeiro no ano citado acima.

De acordo com o Almanaque de 1794, pouca coisa mudou quanto aos gêneros alimentícios e portos de onde vieram as mercadorias. Pelo relatado, entrou em 1793 nos portos da cidade, além do que já vimos antes, cebolas, mel, favas, castanhas, presuntos, presuntos da Índia e cravo. Os portos de onde foram embarcados eram os mesmos, adicionando-se os de Itaguaí, Itapemirim, Iguape e Ilha da Trindade.¹⁵⁵ Cinco anos depois, de acordo com o Almanaque da cidade, vemos que, afora os produtos presentes nos anos anteriores, arribaram na sede do vice-reino barcos com trigo do Rio Grande, melão e salpicões.¹⁵⁶

A dieta do período, portanto, poderia ser variada e composta de produtos de diversos lugares, para quem pudesse pagar. Porém, muitas mercadorias que hoje encontramos nos mercados comuns eram encontradas nas boticas. Já outras, pareciam compor fórmulas místicas.

Cabia ao boticário a arte da cura. No Brasil, o Regimento que determinava as obrigações do Físico-mor do Estado do Brasil, datado de 1745, obrigava esses profissionais a serem inspecionados e examinados pelos comissários do Físico-mor de três em três anos, a regularem os preços dos medicamentos e a qualidade dos mesmos.

Durante a primeira metade do século XVIII, a Coroa concedeu mercê a Miguel Rodrigues Batalha para exercer seu ofício como boticário das Armadas e fornecer medicamentos nas colônias do Sul.¹⁵⁷ Em 1771, quando morreu, os anos de serviços leais à Coroa contribuíram para que sua viúva recebesse, em meação, o valor líquido de 19:561\$726 (dezenove contos, quinhentos e sessenta e um mil e setecentos e vinte e seis réis). Constava dos bens da botica ervas, raízes, paus, frutos, sementes, flores, emplastos, tinturas, vegetais, etc. Tudo foi minuciosamente listado e avaliado. Havia, ainda: poejo, pimpinela, avenca; ameixas; mirra; sementes de urtiga, de arruda e de zimbro; flores de peras de Toledo, flores de Maio e de açafão; canela e óleo de canela; nozes; xaropes e emplastos; cristal mineral e esmeraldas; almíscar, dentes de javali e olhos de caranguejo; cremor tártaro; e sangue de dragão.¹⁵⁸

Várias dessas mercadorias citadas acima são usadas na gastronomia de diferentes épocas, inclusive atualmente. Este é o caso de algumas especiarias tais como o açafão de Castela, a canela de Macau, o cravo da Índia, assim como outros produtos como a menta e as nozes ou o cremor tártaro.

¹⁵⁴ Entre estes portos destacamos: Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Laguna, Lagoinha, Santos, Santa Catarina, Parati, Macaé, São Sebastião, Guaratuba, Gruparim, Itapacoróia, Bertioga, Caravelas, Paranaguá, Mangaratiba, Marambaia, Ubatuba e Cananeia. NUNES, op. cit., p. 210-211.

¹⁵⁵ NUNES, Antonio Duarte. Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, janeiro-março, 1965, p. 281-4.

¹⁵⁶ NUNES, Antonio Duarte. Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 267, abril-junho, 1965, p. 199-200.

¹⁵⁷ Em 1743, Miguel Rodrigues Batalha, como boticário aprovado e estabelecido no Rio de Janeiro, solicitava à Coroa a mercê para assumir o cargo de boticário das Armadas. Cinco anos depois, pelos bons serviços prestados, recebeu o ofício de boticário de Sua Majestade responsável por fornecer todos medicamentos necessários para os socorros da Colônia do Rio Grande de São Pedro e ilha de Santa Catarina. AHU. RJ. 1743. Cx. 51, doc. nº 12025; 1744. Cx. 52, doc. nº 12254; 1748. Cx. 59, doc. nº 13.938-13944.

¹⁵⁸ Inv. ANRJ. 1771. Proc. nº 9843, cx. 594. INV: Joana Vieira, FCD: Miguel Rodrigues Batalha.

A presença de ingredientes como dentes de javali, olhos de caranguejo, mirra, sândalo e pau santo na botica de Miguel Rodrigues Batalha nos remetem, no entanto, a compostos de cura que incorporavam elementos animais, vegetais e minerais aos remédios. A presença destas substâncias nas boticas pode ser explicada de duas maneiras. A primeira diz respeito ao fato de que a variedade destes itens nestes locais deve-se ao conhecimento médico do período.

Estudando o saber médico luso-brasileiro no século XVIII, Abreu destaca que as concepções de cura e das causas das doenças eram tributárias do pensamento de Hipócrates, Galeno e Avicenas que resultaram em dois caminhos paralelos, mas complementares: o saber médico hipocrático-galênico apropriado pelos jesuítas, e a teoria dos humores, posta em prática por médicos, cirurgiões e boticários. Os jesuítas se utilizaram desta teoria associando-a a preceitos teológicos que ligavam as doenças ao desequilíbrio dos humores do corpo provocado pelo pecado. Já os profissionais da cura, apesar de também acreditarem que a doença era consequência de desequilíbrios humorais, procuravam explicações fora dos preceitos religiosos. O que muitas vezes não os impedia de atribuir as doenças à magia.

Foi apenas durante o último quarto do século XVIII que se iniciou um processo de questionamento do saber médico praticado até então e se começou a introduzir conceitos de experimentos químicos e estudos anatômicos para se conhecer os mecanismos da doença e de sua cura.¹⁵⁹

Para se explicar a presença de itens considerados hoje como alimento nas boticas, devemos entender que, pelo princípio comum à época, a comida e as especiarias eram fonte de cura para o corpo, equilibrando os humores corporais: o sangue, a fleuma, a bile amarela e a negra. Por esse pensamento, a dietética unia o medicamento à gastronomia. Em contraponto à associação simplista que se faz entre cura e alimentos/especiarias, Flandrin destaca que não se deve esquecer que, uma das principais funções das especiarias, era melhorar o sabor dos alimentos à mesa.¹⁶⁰

Encontramos também nas boticas, artigos associados a odores benignos. A presença da mirra, do sândalo e de incensos justifica-se pela recorrente teoria dos miasmas. Por ela, os cheiros, especialmente os maus cheiros, transmitiam doenças. Assim, acreditava-se que determinadas moléstias eram provocadas pelo odor putrefato que exalava das águas paradas ou dos cadáveres em decomposição de cemitérios.¹⁶¹ Portanto, tornava-se necessário purificar o ar com outros cheiros, ou seja, aromas agradáveis serviam no processo de cura ou como prevenção à doença.

A partir destas considerações, conseguimos entender como substâncias tão diferentes quanto flores, minerais ou mantimentos podiam estar à disposição do boticário Antonio Pereira Ferreira para manipular medicamentos. Macela, amoníaco, cinábrio, antimônio, enxofre, hematita, óleo de amêndoas, óleo de alcaparras, óleo de cravo e lentilhas são alguns dos compostos que aparecem no rol de bens do falecido em sua botica. Por esta lista sabemos que com eles eram preparados diferentes remédios.¹⁶²

¹⁵⁹ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011, p. 85-120.

¹⁶⁰ FLANDRIN, Jean-Louis. Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI. In: _____ e MONTANARI, M. (ed.). op. cit., p. 495.

¹⁶¹ CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁶² Inv. ANRJ. 1798. Proc. nº 8384, mç. 434, gal. B. INV: Ana Maria do Bonsucesso, FCD: Antonio Pereira Ferreira.

Considerações finais

Compreender a alimentação de um período ultrapassa a simples ideia de entender o que estava à mesa para o consumo ou nos estabelecimentos comerciais para compra. A cultura alimentar de um povo é o resultado de um conjunto de processos socioeconômicos que refletem o papel das diversas camadas sociais que agem sobre um espaço específico. A cultura alimentar no Rio de Janeiro dos vice-reis descortina saberes e relações de poder que envolviam a participação de senhores, escravos, índios e portugueses. A mandioca e a farinha, que lhe era tributária, foram decisivas para a manutenção do Império português. Era um alimento democrático que podia ser acompanhado por carnes, feijões ou arroz. O milho e as frutas complementavam as refeições. Os produtos que não eram produzidos na capitania chegavam dos diversos domínios da Coroa, em um intercâmbio constante. A cultura alimentar do Rio de Janeiro é, portanto, a História de povos, de suas existências e resistências enquanto fruto de conhecimentos e experiências diversas e atemporais.

Fontes

Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Juízo de Órfãos e Ausentes (JOA); Juízo de Órfão e Ausentes da 1ª vara (JOA1) e Juízo de Fora (JF)
Edital. JF. 1798. Processo nº 35, cx. 5724. FCD: Maria de Sá Freitas.
Inventário. 1806. Processo sem numeração, maço sem numeração. INV: Luíza Rosa do Espírito Santo, FCD: Bernardo José de Andrade.
Inventário. JOA. 1771. Processo nº 9843, caixa 594. INV: Joana Vieira, FCD: Miguel Rodrigues Batalha.
Inventário. JOA. 1786. Processo nº 450, maço 2295, gal. A. INV: Úrsula de Brito, FCD: Jacinto Lobo Frazão.
Inventário. JOA. 1789. Processo nº 9348, maço 485. INV: Ana Joaquina, FCD: Manoel José Fernandes.
Inventário. JOA. 1789. Processo nº 9366, maço 485. INV: Claudia Francisca do Espírito Santo, FCD: João Cardoso Franco.
Inventário. JOA. 1794. Processo nº 9606, caixa 1135, gal. A. INV: Antonia Maria da Conceição, FCD: Antonio Ribeiro de Avelar.
Inventário. JOA. 1795. Processo nº 10, caixa 3636. INV: João Pereira de Lemos Faria, FCD: Ana Maria de Jesus.
Inventário. JOA. 1796. Processo nº 7128, maço 1. INV: Joaquina Joana Rosa da Silva Lisboa, FCD: Maria de Sá Freitas e Joaquim da Silva Lisboa.
Inventário. JOA. 1797. Processo nº 8940, caixa 1117. INV: Teresa de Jesus, FCD: Manoel Luiz Pinheiro.
Inventário. JOA. 1798. Processo nº 9041, maço 473, gal. B. INV: Ana da Silveira Bitencurt, FCD: Domingos Antunes Ferreira.
Inventário. JOA. 1798. Processo nº 8381, maço 433. INV: Joaquina Tomásia Mendes, FCD: Joaquim de Moura Brito.
Inventário. JOA. 1798. Processo nº 8384, maço 434, gal. B. INV: Ana Maria do Bonsucesso, FCD: Antonio Pereira Ferreira.
Inventário. JOA. 1799. Processo nº 9054, caixa 4124. INV: Manoel dos Santos Portugal, inventariada: Francisca Maria da Conceição, 1799.
Inventário. JOA. 1801. Processo nº 1591, caixa 1115, gal. A. INV: Antonia do Nascimento, FCD: Antonio da Costa Campos, fl. 21.

Inventário. JOA. 1803. Processo nº 70, caixa 893, gal. A. INV: Clemência Maria da Silva, FCD: Joaquim Gomes da Conceição.
Inventário. JOA. 1806. Processo nº 8635, maço 451. INV: Maria dos Santos Ribeira, FCD: José Teixeira.
Inventário. JOA. 1806. Processo nº 8630, maço 451. INV: Ana Joaquina Rosa, FCD: João Vieira Borges.
Inventário. JOA. 1807. Processo nº 6493, maço 368. INV: Ana Isabel Ferreira, FCD: Manoel Rodrigues de Moraes.
Inventário. JOA. 1807. Processo nº 8740, maço 458, galeria B. INV: Caetana Benedita de Brito, FCD: José Eloi Xavier.
Inventário. JOA. 1807. Processo nº 6897, maço 388. INV: Antonio Lourenço de Ávila, FCD: Maria Francisca.
Inventário. JOA. 1808. Processo nº 2239, caixa 867, gal. A. FCD: Ana de Muros.
Inventário. JOA1. 1791. Processo nº 463, caixa 4016, gal. A. INV: Antonia Correa de Sá Lima, FCD: Ana Correa de Sá.

Arquivo Histórico Ultramarino

Rio de Janeiro. 1703. Caixa 13, documento nº 2672.
Rio de Janeiro. 1743. Caixa 51, documento nº 12025.
Rio de Janeiro. 1744. Caixa 52, documento nº 12254.
Rio de Janeiro. 1748. Caixa 59, documentos nº 13.938-13944.
Rio de Janeiro. 1750. Caixa 62, documento nº 14661.
Rio de Janeiro. 1751. Caixa 64, documento nº 15135.
Rio de Janeiro. 1753. Caixa 70, documento nº 16386.
Rio de Janeiro. 1754. Caixa 76, documento nº 17642.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber medico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.
ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
ALGRANTI, Leila M. Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagem. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, janeiro-abril, 2016, p. 25-31.
BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.
CÂMARA CASCUDO, Luis da. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reis (1785)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835.
EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.
FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLANDRIN, Jean-Louis. A alimentação camponesa na economia de subsistência. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, M. (ed.). *História da Alimentação*. 2a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 580-610.

_____. Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, M. (ed.). *História da Alimentação*. 2a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998., p. 478-531.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GOODY, Jack. *Cooking, cuisine and class: a study in comparative Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LAVRADIO, Marquês do. Relações parciais apresentadas ao Marquês do Lavradio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 76, parte I, Rio de Janeiro, 1915, p. 285-360.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford A. (et al.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. da Unesp/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-134.

MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, janeiro-junho, 2001, p. 41-71.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes e CARNERO, Henrique. História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, janeiro-dezembro, 1997, p. 9-91.

MINISTÉRIO DA CULTURA. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acessado em: 11 de novembro de 2019.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power: the place of sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985.

NUNES, Antonio Duarte. Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1794. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, janeiro-março, 1965, p. 218-290.

_____. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 266, janeiro-março, 1965, p. 159-217.

_____. Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 267, abril-junho, 1965, p. 93-214.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RUSSELL-WOOD, John. Portos do Brasil colonial. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014, p. 125-176.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abril-setembro, 1997, p. 119-156.

VARNHAGEN, Francisco A. *Historia Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemert Ed., 1854.

VEIGA, Cristiane Fernandes Lopes. *Vida após a morte: mulheres viúvas nas malhas do Império Luso*. Rio de Janeiro (c. 1763-1808). 2017. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

IDENTIDADE E LUTA: O MOVIMENTO POR DIREITOS CIVIS, O RECONHECIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA (1955-1981)

Daiani da Silva Barbosa¹⁶³

Resumo: O Movimento por Direitos Civis representou uma ruptura no modo de vida americano erguido sobre o racismo. Este artigo analisará as diversas disputas ideológicas em torno do movimento negro nos Estados Unidos entre 1955 e 1981, período caracterizado pela ação não violenta, pelo nacionalismo negro e pela atuação política, social e cultural do Partido dos Panteras Negras, os quais contribuíram para a construção da identidade negra, demonstrando que o Movimento não foi coeso e que as divergências internas foram decisivas no desenrolar do conflito, além disso, tratar-se-á aqui do nascimento de um novo sistema de segregação racial.

Palavras-chave: Racismo; Segregação racial; Direitos Civis.

Introdução

De acordo com o historiador norte-americano John Hope Franklin, desde o momento em que os colonos se puseram a lutar pela independência no país, “o mundo da escravidão negra tornara-se profundamente entrincheirado e a ideia da inferioridade do negro ficara bem estabelecida”¹⁶⁴, criando-se, assim, uma separação baseada na raça, os “dois mundos raciais”, que definiriam a identidade americana até a atualidade. Tendo como justificativa a ideia de que o negro era inferior e, portanto, incapaz de atingir o nível civilizacional do homem branco, argumentava-se que a escravidão era natural para o negro em vista de sua suposta predisposição para o trabalho subalterno, de sua herança maldita e de “certos traços anatômicos dos africanos os faziam adequados à escravidão no Sul”¹⁶⁵, sendo assim, a adaptação ou assimilação, pensavam os sulistas, eram impossíveis.

No período imediatamente posterior à Guerra Civil, os negros experimentaram relativa liberdade por ocasião da intervenção federal no Sul. A Reconstrução trouxe uma Declaração de Direitos Civis e três emendas à Constituição, os quais permitiam a possibilidade de que os negros pudessem ser inseridos socialmente. A Agência dos Libertos trabalhou ativamente pela assimilação, no entanto, essa tentativa de o governo federal garantir a união através da destruição da dinâmica racial do Sul, fracassou. A doutrina dos “separados, mas iguais”, defendida no caso *Plessy v. Ferguson*, em 1896, venceu, institucionalizando a segregação e garantindo a permanência dos “dois mundos raciais”, com instituições e espaços públicos racializados.

A despeito das privações a que foram submetidos, ou até mesmo em decorrência delas, os negros criaram laços de solidariedade entre si capazes de mantê-los unidos diante das constantes investidas violentas do sistema racista estadunidense. Nos anos que se seguiram foram criadas diversas organizações negras que tinham como objetivo obter reconhecimento, proteção e ascensão social perante a sociedade que não tinha nenhum interesse em admiti-las. Ao longo do século XX, essas associações assumiram grande destaque na defesa dos direitos dos negros e na

¹⁶³ Graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: daianisilvabarbosa@gmail.com.

¹⁶⁴ FRANKLIN. Raça e História: Ensaios selecionados (1938-1988), p. 164.

¹⁶⁵ Ibid., p. 395.

afirmação de sua identidade e serviram de base para o grande movimento de libertação negra nos anos 60.

A Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP, em inglês) se tornou uma das principais frentes de luta integrada na busca por justiça nos tribunais, além disso, as universidades negras formaram um importante espaço de interação e amadurecimento de uma filosofia que seria utilizada nos movimentos estudantis mais tarde. O movimento nacionalista negro, por meio da Associação Universal Para o Progresso Negro (UNIA, em inglês), de Marcus Garvey contava com cada vez mais adeptos ao fim da Grande Guerra. Conforme defende Franklin, esse movimento indicava o “ressentimento com a dualidade racial”¹⁶⁶ que estava ainda mais evidente nesse período em vista da crescente violência que assolava a população negra. O renascimento da Ku Klux Klan e a atuação do Conselho de Cidadãos Brancos que, motivados por aversão pessoal e pelas leis segregacionistas assumiram a função de garantir a supremacia branca através da violência e da vigilância, representavam uma ameaça constante ao progresso negro. E, na medida em que o movimento negro avançava, os linchamentos se tornavam mais frequentes¹⁶⁷.

Isto posto, o objetivo deste artigo será o de analisar a forma como as diversas vertentes do Movimento por Direitos Civis interagem entre si e a importância que tiveram em forjar uma identidade negra de acordo com seus interesses, com suas causas. A presente análise compreende o período de meados dos anos 1950, quando começa o movimento não violento através do boicote de ônibus em Montgomery, Alabama, até 1981, primeiro ano de mandato do presidente Ronald Reagan, cuja gestão irá alterar drasticamente a imagem do negro na sociedade norte-americana, causando uma ruptura na tendência do movimento negro.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte consiste em uma análise comparativa entre o método de luta e demandas da ação direta e do nacionalismo negro, mostrando de que forma essas ideias foram manifestas no interior da comunidade e a quem elas influenciavam. A segunda, contará com as contribuições do Partido dos Panteras Negras para o movimento posterior à aprovação da lei de Direitos Civis e a forma como o *Black Power* influenciou a dinâmica norte-americana. O papel da polícia e justiça para conter o avanço do movimento negro, contribuindo, assim, para o nascimento do que Michelle Alexander (2017) chama de um novo sistema de castas raciais, o “novo Jim Crow¹⁶⁸”, o qual serviu para fortalecer a equivocada imagem do negro criminoso, compõe a terceira parte e a última, conclui aspectos tratados no artigo, demonstrando que houve pelos menos três tipos de manifestação identitária na comunidade negra: a do negro como ser humano e americano, portanto, digno de seus direitos, a do negro, ao mesmo tempo americano e africano, o afro-americano, e por último, a pejorativa imagem, sustentada pela mídia e pelo governo federal, do negro criminoso e marcado pela pobreza. Portanto, este artigo procura refletir sobre o impacto do Movimento pelos Direitos Civis na sociedade americana, mas, especificamente, na comunidade negra, e

¹⁶⁶ Ibid., p. 179.

¹⁶⁷ De acordo com Angela Davis (2016, p. 189), “O linchamento era uma contra insurgência sem disfarces, uma garantia de que o povo negro não conseguiria alcançar seus objetivos de cidadania e igualdade econômica.” A lei de linchamento foi promulgada em 1894 e permitia a punição de suspeitos de atos criminosos sem necessidade de julgamento.

¹⁶⁸ As leis Jim Crow decretavam a segregação racial no Sul dos Estados Unidos entre 1870 e 1965, tal analogia refere-se ao encarceramento em massa, que continua a segregar a população negra.

as disputas em torno das diversas demandas da população negra em torno do Movimento que definiram suas identidades e modos de lutar.

Análise comparativa: O Movimento por Direitos Civis e os *Black Muslims*¹⁶⁹

Quando o caso *Brown v. Board of Education of Topeka* declarou inconstitucional a segregação nas escolas públicas dos Estados Unidos no início dos anos 1950, representou um passo importante para a reivindicação de mais mudanças. Este julgamento teve forte impacto no pensamento de King durante seus primeiros anos de liderança. Segundo ele,

Para todos os homens de boa vontade, o dia 17 de maio de 1954 assinalou o celebrado fim da longa noite da segregação por lei. Numa linguagem inequívoca, a Corte afirmou que as instalações “separadas, mas iguais” são inerentemente desiguais e que segregar uma criança com base na raça é negar-lhe a igual proteção da lei. Essa decisão trouxe esperança a milhões de negros deserdados que antes só ousavam sonhar com a liberdade. Ela reforçou o senso de dignidade do negro e lhe deu mais determinação para alcançar a justiça. (KING, 2006, p. 135)

Não há consenso quanto ao início do Movimento por Direitos Civis, considerarei, portanto, o episódio em que Rosa Parks é presa ao recusar-se a ceder seu assento em um ônibus na cidade de Montgomery, Alabama, no fim de 1955, como o despertar do movimento não violento em massa. Por meio da ação direta, não violenta, este movimento estabeleceu uma condição em que os negros pudessem confrontar o sistema, defendendo causas a partir do que a própria Constituição Federal garantia ser direito de todo cidadão, isto é, a liberdade, igualdade e justiça, e que lhes era negado. O maior interesse do movimento foi exercer uma pressão ao governo para que este conclua o processo de democratização que, na opinião de King, estava demasiado lento, e despertar a nação para sua própria corrupção, dando a chance de regenerar-se. Portanto, a posição adotada por King e pelos adeptos do movimento não violento encontrava na história do país e da democracia a justificativa para a luta por direitos.

A religião exercia um papel fundamental no movimento não violento. As reuniões para planejamento e preliminares aos boicotes e protestos uniam as autoridades eclesiásticas e os demais fiéis em tornos de atos que não dissociavam a luta por direitos da devoção religiosa. As pregações e as canções preparavam o grupo para enfrentarem o mal da segregação, a injustiça nas ruas. Nesse sentido, Angela Randolph Paiva enfatiza que os valores religiosos foram fundamentais para desenvolver o pensamento dos negros coletivamente, afirmando que esse movimento só foi possível devido ao longo processo de ajuntamento comunitário que caracterizava os negros no começo do século, principalmente a partir da migração de uma grande parcela da população das zonas rurais para os centros urbanos sulistas que, aliás, eles próprios ajudaram a formar. Essas comunidades já consolidadas, principalmente nas igrejas, que desde muito cedo configuraram um espaço de relativa autonomia em relação à influência do branco, juntamente com a condição subalterna a que os negros foram submetidos e os princípios religiosos que defendiam viriam ser a base para o movimento não violento explodir no sul dos Estados Unidos como um movimento em massa. Segundo a autora, King desviou o foco econômico que recaía sobre o “problema do negro” e o tornou um problema moral para toda a nação, chamando

¹⁶⁹ Refere-se aos negros americanos que seguiam a religião muçulmana com algumas variações do Islã ortodoxo.

atenção para o fato de que uma nação que nega a justiça a algum cidadão é também injusta e corrupta. Para a autora,

O Movimento dos Direitos Civis foi gradualmente dando corpo a essa forma de protesto, tendo a esfera religiosa um papel fundamental ao arregimentar a comunidade negra para a ação política. E em nenhum momento os valores religiosos do evangelho social seriam impedimento para tal ação. Muito pelo contrário, era um evangelho que fornecia munição para a militância política, uma vez que seus líderes religiosos buscavam as condições de viver o significado verdadeiro de novos valores religiosos. (PAIVA, 2010, p. 134)

Nesse sentido, o evangelho social, tendo em vista sua articulação com a política, por apresentar uma nova forma de interpretação das escrituras sagradas englobando a vida religiosa com a ação social proporcionou um senso de valorização o ser humano implantando os princípios cristãos ao todo social do indivíduo, uma nova forma de entender que a religião não poderia ser vivida somente nos templos, mas, sobretudo, nas interações sociais. Sendo assim, tanto as pregações quanto os discursos de King estavam comprometidos com o despertar de uma consciência moral baseada no amor e na solidariedade entre todos, “além de ser uma apologia à América democrática com a defesa de seu credo liberal.”¹⁷⁰ desse modo, King legitimava seu discurso, obtendo, por meio de um apelo nacional, ganhos para a causa, sintetizada em uma instituição capaz de articular todo movimento negro político-cristão, a Conferência da Liderança Cristã do Sul (SCLC, em inglês). O movimento não violento era integracionista, portanto, o “objetivo não era derrotar nem humilhar o branco, mas ganhar sua amizade e compreensão”¹⁷¹ e participar ativamente do sonho americano, criar uma união baseada no amor, sendo assim, a não violência era necessária, segundo seus líderes, na medida em que enfatizava o desastre moral do racismo e para derrotá-lo era necessário também que a luta seja coletiva, unindo todos, brancos e negros, em uma só causa.

Na dianteira do Movimento por Direitos Civis juntamente com o SCLC também se encontravam outras organizações como o Comitê de Coordenação de Estudantes Não Violentos (SNCC, em inglês) e o Congresso de Igualdade Racial (CORE, em inglês), sendo esta última a pioneira no uso da não violência, as quais empreenderam diversos atos de desobediência civil no Sul, principalmente em estabelecimentos comerciais e transportes segregados, além disso, realizavam treinamentos de resistência a fim de que os ativistas estivessem preparados para as hostilidades que certamente enfrentariam. Como organizações integradas em suas origens e composta por jovens estudantes ansiosos por mudanças, buscavam a integração por meio de *sit-ins*, protestos e manifestações, através desses atos, reivindicavam para si liberdade, dignidade e respeito, mais do que simplesmente comida, bebida ou passeios¹⁷². Na medida em que o Movimento se desenvolvia, o SNCC já não possuía uma visão completamente integracionista como no início, afastando-se filosoficamente da não violência e assumindo uma postura mais radical, principalmente a partir da liderança de Stokely Carmichael¹⁷³, fato semelhante reformulou o CORE sob a liderança de James Farmer.

Em vista do crescimento do movimento estudantil, Martin Luther King reflete:

¹⁷⁰ Paiva. Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, p. 138.

¹⁷¹ KING. A Autobiografia de Martin Luther King, p. 170.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid., p. 374. Aqui, King questiona o motivo de Carmichael ter se afastado do movimento não violento, lamentando o fato da integração não estar sendo bem aceita pelo SNCC como antes.

Percebi que devemos continuar desafiando o sistema segregacionista, quer fosse nas escolas, nos parques públicos, nas igrejas, nas lanchonetes ou nas bibliotecas públicas. A segregação precisava ser eliminada de nossa sociedade. E os negros tinham de estar preparados para sofrer, sacrificar-se e até morrer para atingir seus objetivos. Não poderíamos descansar até concretizarmos os ideais de nossa democracia. (KING, 2014, p.169)

Os ativistas do movimento não violento viam a possibilidade de serem presos como uma oportunidade para “despertar as consciências adormecidas”¹⁷⁴ do homem branco, fundamentalmente como uma pressão às autoridades federais. Nesse sentido, ir para a cadeia era motivo de orgulho e uma chance de expor o mal da segregação nacionalmente. Para King, o movimento mais radical não era o ideal para as demandas da comunidade negra fossem supridas, o separatismo negro ou qualquer tendência imediatista ou com vistas a tomar o poder só prejudicaria o Movimento, dando motivos para que racistas justifiquem sua violência ao invés de se envergonharem dela. Defendia que “a não violência é poder, mas é o uso bom e correto do poder. Construtivamente, pode salvar tanto o homem branco quanto o negro”¹⁷⁵, no entanto, como atesta Angela, já citada anteriormente, ele não defendia uma atitude submissa nem resignada, mas uma luta, uma ação direta e consciente contra a injustiça.

Enquanto a luta não violenta predominava no Sul do país, o Movimento Muçulmano Negro se tornava ainda mais influente em Detroit, Chicago e Nova York. A Nação do Islã¹⁷⁶ crescia alcançando adeptos nas penitenciárias e nos guetos, sua filosofia distanciava-se do Islã ortodoxo seguindo os ensinamentos de Elijah Muhammad, considerado o último dos profetas designado para disseminar os ensinamentos de Alá aos negros. A doutrina da seita reforçava o nacionalismo negro e defendia que todos os negros dos Estados Unidos têm origem asiática, sendo os verdadeiros fundadores do mundo, que deveriam abandonar seus sobrenomes que, segundo eles, fora dado pelo “demônio branco”, representando uma marca da opressão sofrida no período escravista. Entendiam que o racismo era uma condição natural do branco, sendo impossível uma mudança em sua mentalidade, sendo assim, a segregação deveria ser mantida.

A organização era contrária à participação de seus adeptos em assuntos políticos, assumindo uma postura notadamente sectária, pois considerava que estes meios são ineficazes para melhorar a vida do negro e que somente quando a separação estivesse estabelecida é que os negros teriam liberdade, sendo assim, não havia sentido em participar do sistema político nem dos protestos a favor dos Direitos Civis. Através de uma ampla rede de colaboração, a Nação incentivava seus membros a possuírem seus próprios estabelecimentos comerciais e exigia o cumprimento de uma série de regras morais e dietéticas que, caso não fossem cumpridas, o culpado estaria sujeito à disciplina do Fruto do Islã, braço paramilitar da seita. Porém, mesmo assumindo uma postura rígida e radical, muitos jovens aderiam à NOI exprimindo grande devoção a Elijah.

O trabalho de Malcolm como ministro nacional e do Templo nº 7, no Harlem, incluía o recrutamento de jovens, mas, principalmente, assistência a Templos incipientes e palestras nos encontros semanais, além de comícios pelas ruas de Nova

¹⁷⁴ Ibid., p. 171.

¹⁷⁵ Ibid., p. 389.

¹⁷⁶ A Nação do Islã (NOI, em inglês) foi um grupo islâmico criado em 1930 por Wallace Fard Muhammad que tinha como objetivo conduzir o retorno dos negros à origem africana e islâmica, e fundar um país que reunisse tão somente a comunidade negra.

York e outros grandes centros, que se tornaram mais frequentes como medida para comunicar à comunidade a postura da Nação diante dos conflitos pela igualdade racial. Mesmo negando participação no Movimento ou em qualquer ato político, os muçulmanos, especialmente Malcolm, sentiam-se pressionados para apresentar respostas para o “problema do negro” nos Estados Unidos. Ao invés de apresentar uma solução comprometida com as demandas mais urgentes daquele período, o programa da NOI era baseado em narrativas cujo objetivo era enfatizar a figura do líder como exemplo e o Islã como o único caminho possível para a paz e liberdade.

No início dos anos 1960, por conta de sua aproximação com o Islã ortodoxo e as incongruências da NOI, reforçada pelos escândalos sexuais de Elijah e conspirações dentro da sede em Chicago, que o levaram a abandonar a seita, Malcolm X apresentava-se como um sujeito com um discurso político mais afinado e tolerante no que dizia respeito à participação dos brancos no Islã, principalmente após sua viagem à Meca, que o fez concluir definitivamente que a religião muçulmana não era tão sectária como Elijah afirmava. Suas declarações, tanto na mídia como nos ambientes acadêmicos se tornavam mais frequentes, sendo solicitado por diversas instituições e emissoras para debate com líderes dos Direitos Civis.

Malcolm não reconhecia os negros que residiam na América como americanos, mas como africanos retirados brutalmente de suas terras. Segundo ele, se o negro quisesse obter algum tipo de direito nos Estados Unidos, deveria lutar espelhando-se nas revoluções africanas. Nesse sentido, e em um claro ataque ao método de luta utilizado por King, Malcolm afirma que os africanos não conseguiram liberdade por intermédio de *sit-ins* ou cantando “*We Shall Overcome*”, mas através do Nacionalismo Negro¹⁷⁷, enfatiza que os negros não tem parte na América e que por isso deveriam aderir ao nacionalismo negro, deixando todo o discurso e abraçando a revolução de fato. Acusava Martin Luther King e outros líderes mais liberais de serem o “Uncle Tom”¹⁷⁸, um “negro profissional” que cede às reivindicações do homem branco, acreditava que o cristianismo era uma forma de manter os negros indefesos, afirmando que os líderes pregadores eram fantoches nas mãos dos brancos para influenciar as massas a aceitarem suas condições inferiores e não contestarem, esperando que a redenção viria após a morte, com uma vida de liberdade no céu, logo, quando era ministro da NOI, Malcolm X procurava defender veementemente essa posição na maioria de suas falas. Quando era convidado para entrevistas e debates, garantia que,

Nenhum homem preto são quer realmente a integração! Nenhum homem branco são quer realmente a integração! Nenhum homem preto são acredita realmente que o homem branco jamais concederá ao homem preto qualquer coisa além de uma integração simbólica. Nada disso! O Venerável Elijah Muhammad ensina que a única solução para o homem preto na América é a completa separação do homem branco!” (X, 1992, p. 236)

¹⁷⁷ “The ballot or the bullet” (“O voto ou a bala”), discurso proferido em abril de 1964, na Igreja Metodista Cory, em Cleveland.

¹⁷⁸ Referência ao personagem do livro “A Cabana do Pai Tomás” (“Uncle Tom's Cabin”), escrito por Harriet B. Stowe, publicado em 1852. Em sua autobiografia Malcolm X (1992, p. 234) explica que “O Pai Tomás de hoje não usa um lenço na cabeça. Esse moderno Pai Tomás do século XX muitas vezes usa uma cartola. É geralmente bem-vestido e educado. Frequentemente, é a própria imagem da cultura e refinamento. O Pai Tomás do século XX às vezes fala com sotaque de Yale ou Harvard. Às vezes é conhecido como Professor, Doutor, Juiz e Reverendo, até mesmo como Reverendo Doutor. Esse Pai Tomás do século XX é um negro profissional...e sua profissão é a de ser um negro para o homem branco.”

No entanto, o Malcolm que passou a atuar sem a responsabilidade de ministro da NOI, apresentava um discurso cada vez mais político, porém, continuava não acreditando que o método não violento traria resultados. Criticando a violência policial, incitava para que os negros se defendessem e não oferecessem a “outra face”, para que não se submetessem à violência dos brancos. Aprimorava-se no trabalho de estreitar os laços com as nações africanas recém-independentes, defendendo o Pan-Africanismo, a fim de transformar o Movimento por Direitos Civis em uma luta pelos Direitos Humanos, encaminhando às Nações Unidas denúncias do genocídio da população negra empreendido pelo Estado americano. Seu desejo era universalizar o Movimento, unir todos os negros em torno de um objetivo comum, longe das tendências imperialistas. Nesse sentido, afasta-se do separatismo da Nação e assumia uma postura, de certa forma, moderada, que atraía simpatizantes dentro da luta pelos Direitos Civis. Por meio da Organização de Unidade Afro-Americana (OAAU, em inglês) e da Mesquita Muçulmana, procurou atuar nas duas frentes, a política e a religiosa.

Sua abordagem direta e sincera quanto aos problemas que o negro urbano enfrentava cativava pessoas que admiravam sua imagem e eloquência, além da raiva que não conseguiam expressar tão claramente, para ele, o sonho americano nada mais era do que o pesadelo do homem negro. Conforme afirma Cornel West,

Malcolm X foi o profeta da ira negra sobretudo em razão de seu grande amor pelo povo negro. Esse amor não era abstrato nem efêmero; constituía um elo concreto com um povo degradado e desvalorizado, carente de conversão psíquica. Foi por esse motivo que a articulação da ira negra levada a cabo por Malcolm X não se dirigiu em primeiro lugar à América branca. Malcolm acreditava que se os negros sentissem o amor que motivava aquela ira, esse amor produziria neles uma conversão psíquica; eles se afirmariam como seres humanos, não mais enxergando seus corpos, mentes e almas seguindo a ótica dos brancos, e se julgariam capazes de assumir o controle de seu próprio destino. (WEST, 1994, p. 113)

Para o autor, Malcolm representava o negro “côncio de seus direitos”, aquele que se auto afirmava e compelia outros a fazerem o mesmo, instando-os a que tenham domínio sobre suas vidas, ele “materializou distintamente como negro a relação entre a autoafirmação, o desejo de liberdade, a ira contra a sociedade americana e a grande probabilidade de morte prematura.”¹⁷⁹ De acordo com ele, Malcolm estava claramente se opondo à afirmação de W.E.B. Du Bois de “dupla consciência”, a qual não permite que o negro se veja claramente pelo fato de sua consciência estar submetida ao olhar que o branco lançava sobre ele, Malcolm, pelo contrário, convida a todos os negros a se enxergarem como realmente são, despidos de estereótipos racistas criados para legitimar a dominação branca. A “conversão psíquica”, de que trata West, descreve o processo de transformação do negro, um processo de aceitação, de aquisição de consciência de quem se é ou deseja ser, ela “rejeita a escravidão dos negros, a ideologia e prática hegemônica dos brancos”¹⁸⁰. Esse processo subjetivo retira os negros da condição de vítimas e os coloca como senhores de si. Malcolm X os convida a olhar para dentro, a valorizar suas origens africanas, a substituir a imagem negativa por uma positiva, empoderada, e a descolonizar suas mentes, sendo este o passo último que definitivamente os libertará.

Além disso, sua filosofia era uma alternativa para quem não conseguia ver avanços significativos no movimento não violento e até mesmo ter esperança nas

¹⁷⁹ WEST. Questão de Raça, p. 114.

¹⁸⁰ Ibid., p. 118.

mudanças que a lei dos Direitos Civis poderia trazer. Os discursos de Malcolm representavam anseios por algo realmente revolucionário na vida dos negros americanos, uma mudança imediata, que não queria esperar a boa vontade do homem branco nem fazer acordos com ele. Além disso, sem medo, nomeava e identificava o que significava ser negro, ou seja, nada mais do que um cidadão de segunda classe, isto é, “um escravo do século XX”. Em “O voto ou a bala”¹⁸¹, explica que o Nacionalismo Negro, além de ser um movimento inspirado nas lutas pela independência na África e Ásia, é um programa de responsabilidade comunitária e autônoma em relação às outras instâncias de poder do país, uma filosofia de ajuda mútua e que não faz distinção religiosa. Malcolm desafia seus ouvintes a investirem em seus próprios estabelecimentos, controlarem seus negócios e apoiarem suas comunidades para que elas não se tornem guetos ou enriqueçam o homem branco que nem sequer mora na comunidade. Ao fazer isso, ele revitaliza o senso de pertencimento comunitário ao mesmo tempo em que propõe meios para que esta comunidade se desenvolva, crie seus próprios empregos e deixe de depender do governo. Nesse discurso, apresenta uma imagem pública mais política que religiosa, fato que, como dito anteriormente, demonstra sua mudança de postura em relação ao Movimento por Direitos Civis, mostrando certa tolerância e tenta encontrar um território comum quando diz: “vamos esquecer religião. Se nós trouxermos religião, nós vamos entrar numa discussão, e a melhor maneira de nos mantermos longe de discussões e diferenças, como eu já disse antes, é deixar a religião em casa, no armário. Mantenha-a entre você e seu Deus.” e procura se concentrar no fato de que todos são negros que sofrem as mesmas repressões, mas ao mesmo tempo, lança críticas ao movimento não violento e ao governo, enfatizando que existe uma frustração na comunidade negra, que não havia mais esperança no governo e que não podiam confiar nele e que por isso, se uma mudança não fosse possível pelo voto, eles teriam de apelar para as balas, era a “liberdade ou a morte”. Para ele, a não violência era uma forma de humilhação.

As atividades dos muçulmanos negros diferiam dos demais grupos em muitos aspectos, no entanto, essas divergências não impediam que houvesse algum tipo de identificação ou mesmo filiação das ideias radicais de Malcolm X com os grupos mais moderados e liberais, embora ele, muitas vezes, os desprezasse. Não havia um único ponto de vista entre os participantes do Movimento por Direitos Civis, nem mesmo sobre como a libertação se daria, e conseqüentemente não havia uma só organização que os representasse, sendo possível intersecção entre as diversas correntes de pensamento, sendo considerado o que melhor representava o indivíduo ou a coletividade de acordo com as circunstâncias. As diferenças no modo de conduzir o Movimento não impediam que em diversas ocasiões o SCLC, o SNCC, a NAACP e o CORE trabalhassem juntos, bem como o SNCC, o CORE, Malcolm e seus seguidores.

Tanto o método não violento quanto o radicalismo dos muçulmanos negros reverberam por muito tempo, contudo, percebe-se que as ideias de Malcolm X receberam mais aceitação posterior, pois cristalizavam o sentimento imediatista e encolerizado, característico do momento, ao mesmo tempo que trazia elementos que valorizavam a imagem e o orgulho do fato de ser afro-americano. Devido à sua origem e sua experiência urbana no Norte, suas demandas identificaram muitos dos problemas por que passavam a população pobre e, ao mesmo tempo, sua eloquente argumentação foi facilmente apreendida pelos negros universitários, justamente os

¹⁸¹ Ver nota 15.

grupos que se manifestariam posteriormente e seriam os novos responsáveis por canalizar a “ira negra”.

Intelectuais, artistas e atletas negros também ajudaram a compor o amplo campo de identificação. Suas responsabilidades repousavam na realidade de suas exceções, baseado no fato de que alguns deles se tornaram os primeiros em aparecer em lugares consagrados dos brancos e representavam o rompimento de uma barreira, mostrando que é possível ao negro superar as condições que os impediam de progredir. Eram exemplos, espelhos, e representavam a esperança de toda uma comunidade, no entanto, por mais privilegiados que fossem por ocupar espaços majoritariamente frequentados pelos brancos, como a mídia, quando voltavam aos espaços de vivência tinham de encarar a discriminação e a segregação como todos os outros negros. No auge do Movimento, muitos recusaram-se a se apresentar em lugares segregados, boicotes, manifestações e críticas embutidas em letras de música também eram frequentes. Ao mesmo tempo, era importante o posicionamento através da aparência física, exibir características da “cultura afro” era representar seu povo, sua origem e sua cultura. Naquele momento, uma posição política era importante, mas tinha um custo: a perda de popularidade. Era necessário criar uma imagem contrária aos estereótipos racistas comuns na indústria do entretenimento, mostrar como os negros eram de verdade. Tal perspectiva mudava a maneira como enxergavam a si próprios e libertavam suas mentes. Dentre os que exerceram grande influência para a construção da identidade negra e trabalharam ativamente estão: Nina Simone, Maya Angelou, Mahalia Jackson, Sam Cooke, Sidney Poitier, Cassius Clay (ou Muhammad Ali), Harry Belafonte, James Baldwin, entre outros.

O Partido dos Panteras Negras – a luta pelo “poder negro”

O Partido dos Panteras Negras para Autodefesa foi criado em 1966, em Oakland, na Califórnia, por Huey Newton e Bobby Seale como uma resposta ao tratamento da polícia para com os negros, especialmente daquela localidade. Segundo os líderes do Partido, a polícia local utilizava de meios violentos e coercivos para retirar a liberdade negros e violentá-los. Inicialmente, seus membros se dedicavam à autodefesa, explicando esse conceito, o líder, Huey P. Newton, afirma que a pantera foi a escolhida como símbolo por sua natureza, isto é, ela não ataca de imediato, mas sim se o agressor insistir, atitude também defendida por Malcolm X anos antes. De acordo com as seções 12.020 a 12.027 do Código Penal do Estado da Califórnia e com a segunda emenda à Constituição do país, era-lhes permitido portar armas em propriedade pública. Sendo assim, os Panteras se posicionavam nas ruas a fim de observar as ações da polícia e interferir, caso essas ações fossem consideradas abusivas. O sentido de vanguarda foi assumido pelo Partido no sentido de apresentar à sociedade um novo comportamento, demonstrar a identidade negra, a despeito de toda violência, tanto civil quanto militar, que sofriam. Era a necessidade de demonstrar o poder negro a partir de uma mudança de atitude e de um novo modo de pensar. Sobre o Partido, seu ministro da informação, Eldridge Cleaver afirma,

A ideologia do Partido dos Panteras Negras é a experiência histórica do povo negro e a sabedoria adquirida pelo povo negro em seus 400 anos de luta contra o sistema de opressão racista e exploração econômica na Babilônia,

interpretada pelo prisma da análise Maxista-Leninista de nosso Ministro da Defesa, Huey P. Newton.¹⁸² (CLEAVER, 1966, p. 11)

Com isso, Cleaver afirma a resistência negra durante e após a escravidão que proporcionaram a experiência e conhecimentos necessários para sua militância, desafiando as estruturas sociais tradicionais do que ele chama de Babilônia, a terra que, na Bíblia, representava a confusão e depravação. Na pauta do Partido, estava o chamado programa de dez pontos, publicado em um panfleto em 1966, que constituía em uma série de reivindicações que definia sua identidade e objetivos. O programa foi redigido por Cleaver e incluía: o desejo por liberdade, pelo pleno emprego, a exigência pelo pagamento, em dinheiro, do governo americano pela dívida por anos de escravidão e assassinato dos negros, moradia e educação de qualidade, isenção do serviço militar, o fim da brutalidade policial, o julgamento justo e imparcial, juntamente com a soltura de muitos negros que eram mantidos na prisão injustamente e a exigência de que eles sejam julgados por um júri pertencente à comunidade negra, por fim, consideram como objetivo político a realização de um plebiscito “supervisionado pelas Nações Unidas” com participação da comunidade negra a fim de manifestarem as suas aspirações quanto ao destino da nação, desatando os laços que mantêm os brancos unidos no controle do negro. E, com uma referência ao texto da Declaração da Independência, declara em nome do Partido:

Consideramos essas verdades evidentes, de que todos os homens são criados iguais; que eles são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis; entre eles estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir esses direitos, os governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torna destrutiva para esses fins, é direito do povo alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, fundamentando-se em tais princípios e organizando seus poderes de tal forma, como para eles, parece mais provável que afetem sua segurança e felicidade. A prudência, de fato, ditará que os governos estabelecidos há muito tempo não devem ser mudados por causas leves e transitórias; e, conseqüentemente, toda a experiência demonstrou que a humanidade está mais disposta a sofrer, enquanto os males são sofríveis, do que se endireitar abolindo as formas a que está acostumada. Mas, quando um longo grupo de abusos e insucessos, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, demonstra um desígnio para reduzi-los sob despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, rejeitar tal governo e fornecer novos guardas para seus segurança futura.¹⁸³ (CLEAVER, 1966, p. 16)

¹⁸² No original: “the ideology of the Black Panther Party is the historical experience of Black people and the wisdom gained by Black people in their 400 year long struggle against the system of racist oppression and economic exploitation in Babylon, interpreted through the prism of the Marxist-Leninist analysis by our Minister of Defense, Huey P. Newton.”

¹⁸³ No original: “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal; that they are endowed by their Creator with certain unalienable rights; that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness. That, to secure these rights, governments are instituted among men, deriving their just powers from the consent of the governed; that, whenever any form of government becomes destructive of these ends, it is the right of the people to alter or to abolish it, and to institute a new government, laying its foundation on such principles, and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their safety and happiness. Prudence, indeed, will dictate that governments long established should not be changed for light and transient causes; and, accordingly, all experience hath shown, that mankind are more disposed to suffer, while evils are sufferable, than to right themselves by abolishing the forms to which they are accustomed. But, when a long train of abuses and usurpations, pursuing invariably the same object, evinces a design to reduce them under absolute despotism, it is their right, it is their duty, to throw off such government, and to provide new guards for their future security.”

Dessa forma, era evidente o desejo do Partido de abolir as estruturas que os mantinham presos a um passado de injustiças, e, efetivamente, transformar o governo, colocando-o na forma que deveria ser desde a Independência, um meio, portanto, de “reescrever” a história dos Estados Unidos de modo que os negros estejam incluídos e façam parte das decisões políticas, sob a égide da frase “*all power to the people*”.

A mídia teve um papel fundamental para o reconhecimento do Partido como instituição onde os negros poderiam afirmar corajosamente suas aspirações bem como para o aumento da visão negativa que a comunidade branca mantinha sobre os negros. Em um sentido positivo, o Partido recebia mais seguidores, geralmente jovens de dezessete a vinte anos que gostariam de se tornar membros, fascinados seja pela imagem dos Panteras que poderiam ser identificados através de seus casacos de couro, corte de cabelo que evidenciava o movimento urbano “*Black is Beautiful*”, cuja finalidade era destacar a beleza negra em uma clara contestação dos padrões de beleza da época. Além disso, o Partido manifestava-se através de seu próprio jornal, o *Black Panther Party Newspaper*, um meio de comunicação oficial que, segundo eles, levaria a verdade sobre a realidade dos negros da comunidade, que vinham sendo, por anos, “mantidos enganados pelo governo e desinformados pelos meios de comunicação de massa”.¹⁸⁴ O Partido foi fundamental para a formação da imagem de um “novo negro”, nas ruas e nas universidades, ao apresenta-lo, essencialmente, como militante e autoconfiante. Contribuindo para o progresso político dos negros, registrando-os, como incentivo para o exercício do direito do voto, e na doação de itens alimentícios para pessoas carentes, os chamados programas de sobrevivência.

A despeito de sua popularidade, o Partido dos Panteras Negras não foram capazes de controlar as dissidências internas entre os líderes da organização, especialmente Cleaver e Newton. Além disso, relatórios do FBI punha os membros do movimento como ameaça à segurança nacional, no intuito de combater a ascensão da comunidade negra, bem como do comunismo, foram feitas diversas prisões dos membros e ataques contra a sede do Partido a partir do grupo de táticas e armas especiais. O declínio do Partido dos Panteras Negras nos anos 1980, foi inevitável por conta de inúmeros de conflitos, tanto internos quanto externos, que ruíram suas bases. No entanto, sua influência marcou profundamente a sociedade americana e continuou reverberando por muito tempo.

Encarceramento em massa: o novo sistema de castas raciais

Em vista do clima de revolta e insatisfação que cobria dos Estados Unidos, a maioria das organizações e alguns artistas foram alvo de investigações, tanto em âmbito local quanto nacional. O FBI e os Departamentos de Polícia locais agiam em conjunto a fim de conter as ações e a influência das organizações e líderes negros, fortalecendo animosidades, criando divisões e contratando informantes. O objetivo dessa atividade intensa dos órgãos de segurança do governo era desmantelar os grupos e acabar com a ameaça que eles representavam. De posse de informações privilegiadas, utilizavam informações cruzadas para promover divisões internas, desmoralizar os líderes, enfraquecendo o Movimento.

Tais ações de investigação nem sempre eram percebidas pelo investigado, porém, as acusações de violência policial, cujos atos eram bem visíveis, foi uma constante em todos os grupos negros ligados ou não aos Direitos Civis. Durante várias

¹⁸⁴ CLEAVER. On The Ideology Of The Black Panther Party, p. 17. No original: “kept duped by the government and kept misinformed by the mass media.”

manifestações ou simples reuniões as ações da polícia local compeliavam violentamente contra os manifestantes. Exemplo um tanto quanto emblemático desta situação foi a Campanha de Birmingham, na qual, além dos métodos costumeiros de repressão, utilizaram jatos d'água e cães na operação contra os manifestantes, fato, que, em vista do comportamento não violento dos mesmos, gerou uma grande comoção nacional. As inúmeras prisões e mortes de negros durante operações policiais nos guetos durante esses vinte anos chama atenção pela grande brutalidade contra a comunidade, demonstrando que este braço da ordem nacional e local exhibe um comportamento notadamente racista.

Esse comportamento violento foi reforçado pelos discursos midiáticos e campanhas do governo federal, que revelavam, por sua vez, o íntimo desejo da sociedade conservadora em manter os negros afastados, perpetuando uma imagem depreciativa do negro que vem desde os tempos de escravidão: a do negro perigoso, ameaçador e criminoso. Em seu livro intitulado *A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa*, Michelle Alexander trata do que chama de “um novo sistema de castas”, o encarceramento em massa, que segundo ela, faz parte do sistema racista que, de tempos em tempos, substitui um modo de repressão por outro, deixando claro o fato de que o racismo não terminou com Jim Crow, mas “evoluiu” de acordo com as circunstâncias, imprimindo na sociedade um novo método de repressão da comunidade negra sem uma evocação explicitamente racista, mas utilizando como estratégia o discurso de “lei e ordem” que vem sendo utilizado desde os anos 1950 pelos segregacionistas que procuravam interferir no Movimento por Direitos Civis, tratando os atos da luta não como uma manifestação política, mas criminosa.

As “patologias sociais” dos pobres, particularmente a criminalidade de rua, o uso de drogas ilícitas e a delinquência, foram redefinidas pelos conservadores como tendo sido causadas por políticas assistenciais excessivamente generosas. As fraudes a benefícios assistenciais dos negros e sua perigosa descendência surgiram pela primeira vez, no discurso político e nas imagens midiáticas. (ALEXANDER, 2017, p. 90)

Segundo a autora, este deslocamento provocou, sob um discurso de “combate à criminalidade”, uma postura ainda mais rígida em relação às sentenças criminais, colocando os negros encarcerados e os livres em uma condição perpétua como cidadãos de segunda classe, através da negação de assistência e igualdade social.

A campanha de Nixon nas eleições de 1968, cristalizou o discurso de “lei e ordem” para uma conotação racista de forma nunca antes vista. Sua postura reproduzia de forma estratégica, uma imagem negativa do Movimento por Direitos Civis e apelava para o sistema criminal como solução para resolver o “problema dos negros”, de forma a estimular os eleitores (brancos pobres e da classe trabalhadora), apoio para esta causa¹⁸⁵. A corrida presidencial de 1980 também revelou essa tendência, tendo a “Guerra às Drogas” como principal slogan. Dessa forma, Ronald Reagan, estava em conformidade com os “conservadores anteriores, que desenvolveram uma estratégia de explorar a hostilidade e o ressentimento raciais para obter ganhos políticos sem fazer referência à raça”¹⁸⁶ e, ao mesmo tempo, agir contra os ganhos que foram obtidos durante o Movimento por Direitos Civis. Por meio de apelos codificados racialmente, o presidente eleito envolveu a política nacional em uma missão contra as drogas, caracterizadas por ele como o maior desafio, o qual deveria ser combatido por meio de uma polícia violenta e uma “justiça criminal” austera. Considerando que a

¹⁸⁵ ALEXANDER. *A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa*, p. 92.

¹⁸⁶ *Ibid*, p. 94.

população negra pobre era a mais afetada, essa política deixou marcas sem precedentes nas comunidades negras, condenando milhares de homens ao encarceramento e mudando as auras de liberdade negra de forma radical. Ao não lançarem esforços para a redução da desigualdade do negro, ainda expressa na forma de segregação residencial, cultural e de saúde, o governo americano acabou por condená-los, literalmente. Prendia-se qualquer “negro suspeito” e quando este era levado ao tribunal, quase nunca recebia um julgamento justo, em uma insistente permanência do tratamento desumano para a comunidade negra.

Discorrendo sobre a importância que a ação coletiva pode exercer contra esse fato, Alexander afirma que

[...] a Lei de Direitos Civis de 1964 e a mudança cultural concomitante nunca teriam ocorrido sem o cultivo de uma consciência política crítica na comunidade afro-americana e o ativismo político abrangente que decorreu dela. Da mesma forma, a noção de que o novo Jim Crow pode ser desmantelado por meio da litigância tradicional e de estratégias de reforma política totalmente desconectadas de um movimento social maior parece fundamentalmente equivocada. (ALEXANDER, 2017, p. 53)

O pretexto de convocar uma “Guerra às Drogas” e criar uma esfera de preocupação nacional em torno do crack quando ainda não estava presente significativamente nos guetos¹⁸⁷, seguida do endurecimento das penas, é uma nova forma de opressão, mais sutil e abrangente, pois seu discurso vem disfarçado. Nesse sentido, a autora supõe que, assim como a comunidade negra trabalhou coletivamente para pôr fim ao Jim Crow, é preciso que haja também redes de solidariedade e resistência que conscientizem e ajudem a mudar esta realidade.

Considerações finais

Tendo em vista que a consciência racial não é algo que se encontre, mas é criada¹⁸⁸ o que se observa do tema aqui analisado é o caráter inventivo, a capacidade de o negro se reinventar em face de situações extremamente complexas. Para bell hooks (2019), é importante que se crie imagens, representações da negritude, a fim de desconstruir ideologias racistas, nesse sentido tanto o movimento não violento quanto os mais radicais construíram uma nova identidade para a comunidade negra, propondo um novo olhar, um olhar que valoriza suas características, suas origens, que confere humanidade.

Ao longo do artigo pode-se identificar três tipos de comportamentos identitários. O primeiro é o do negro plenamente americano, cuja consciência está enraizada na possibilidade de interação com todos seus concidadãos, sem que se considere a cor da pele. Ele anseia por participação, por ser ouvido e por isso ele protesta. O segundo tipo é o afro-americano. Ele grita, exige, é imediatista, se autodefende, entende que a mudança virá somente quando todos os negros se unirem. É mais africano que americano. No entanto, apesar de suas diferenças e conflitos, ambos desejavam liberdade, plenos direitos e trabalharam por uma imagem positiva do negro em todas as instâncias. Por último, temos uma imagem negativa, típica de uma sociedade racista: a do negro como criminoso. Vê-se que essa imagem persiste no imaginário americano a despeito de toda luta negra, ela é a prova cabal de que, para que o “novo sistema Jim

¹⁸⁷ Segundo a autora, o crack se tornou um problema somente em 1985, portanto, alguns anos após a campanha de Reagan de “Guerra às Drogas”.

¹⁸⁸ KING. A Autobiografia de Martin Luther King, p. 375.

Crow” tenha fim é necessário que todo o sistema mude, que todas as consciências sejam libertas.

A despeito das críticas de Malcolm X quanto à eficácia da não violência no movimento negro, fato é que a aprovação da Lei dos Direitos Civis em 1964 e do Voto, em 1965, significou um passo importante de reconhecimento da comunidade negra ao garantir, pelo menos oficialmente, a cidadania, resultado, em grande medida, das manifestações pacíficas. É possível perceber que o movimento negro sempre se renova ao longo da História, adquirindo características específicas de acordo com cada demanda e época, assumindo diversas formas de resistência, ainda assim, percebe-se que a trajetória de luta negra desde o início do século passado não deixou de inspirar o Movimento aqui analisado. O Movimento por Direitos Civis foi amplo e conseguiu reunir várias reivindicações e identidades, as quais revelaram uma comunidade que se faz unida pela sua própria diversidade.

Referências

- ALEXANDER, Michelle. A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa. Tradução de Pedro Davoglio. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARSON, Clayborne; SHEPARD, Kris (Orgs.). Um Apelo à Consciência: Os Melhores Discursos de Martin Luther King. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CLEAVER, Eldridge. On The Ideology Of The Black Panther Party, 1966. Disponível em <http://www.freedomarchives.org/Documents/Finder/Black%20Liberation%20Disk/Black%20Power!/SugarData/Books/Cleaver.S.pdf> . Acessado em: 14 de julho de 2020.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANKLIN, John Hope. Raça e história: Ensaio Selecionados (1938-1988). Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- hooks, bell. Olhares Negros: Raça e Representação. Tradução de Stephanie Borges. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.
- KING, Martin Luther. A autobiografia de Martin Luther King. Organizado por Clayborne Carson. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MARABLE, Manning. Malcolm X: Uma Vida de Reinvenções. Tradução de Berilo Vargas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PAIVA, Angela Randolpho. Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: SciELO - Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 99-146.
- The Black Panthers: Vanguard of the Revolution. Direção de Stanley Nelson. Estados Unidos: PBS, 2016, 114 min.
- X, Malcolm. Autobiografia de Malcolm X com a colaboração de Alex Haley. Tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. Malcolm X Speaks: Selected speeches and statements. Editado por George Breitman. 1ª ed. Nova York: Grove Press, 1990.
- WEST, Cornel. Questão de Raça. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A MÚSICA E SUA CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE SABERES E NO ENSINO DE HISTÓRIA

Deise Beatriz Soares Melo¹⁸⁹
Luiz Carlos Pires Melo Júnior¹⁹⁰

Resumo: A utilização de materiais alternativos em sala de aula é, sem dúvida, muito importante no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o papel do educador é fundamental na criação de ferramentas que possam auxiliar na didática aplicada aos alunos na educação básica nos dias de hoje. A obrigatoriedade do ensino de música na educação básica¹⁹¹, além de inserir o aluno no universo técnico, artístico, cultural e sensorial ao qual a música está relacionado, abre um leque de possibilidades para realização de atividades interdisciplinares. Através da música, podemos inclusive, trabalhar questões históricas, sociais, filosóficas e aspectos da língua portuguesa entre outros.

Palavras chave: história; música e interdisciplinaridade.

Introdução

Diariamente, os docentes buscam novas estratégias pedagógicas para enriquecer e facilitar o processo de ensino-aprendizagem, seja reinventando métodos já utilizados ou aplicando novas tecnologias para aproximar os conhecimentos e saberes científicos à realidade dos alunos. Neste sentido, as atividades interdisciplinares em geral são bem recebidas, pois a ligação entre os conteúdos gera curiosidade e interesse nos educandos e os professores têm a oportunidade de trocar saberes e informações que podem dinamizar e potencializar o ensino conforme explicam Azevedo e Andrade:

A interdisciplinaridade é o elo entre os profissionais do ensino, como forma de reciprocidade, de reflexão mútua, em substituição à concepção fragmentária do conhecimento, fazendo com que estes agentes do ensino tenham uma atitude diferenciada perante os obstáculos educacionais. (AZEVEDO e ANDRADE 2007, p. 259)

Os professores podem elaborar formas para relacionar conteúdos didáticos, abordar uma mesma temática sob aspectos distintos em sua disciplina, acrescentando novos conhecimentos sobre o assunto. A interdisciplinaridade também proporciona a troca de experiências entre os docentes, favorecendo a busca de soluções para os desafios que se apresentam no cotidiano escolar.

Neste intuito de mútua colaboração entre as áreas do conhecimento e os profissionais de ensino, o artigo apresenta duas sugestões de atividade interdisciplinar com a música “Zumbi”, do cantor e compositor Jorge Ben Jor. A canção traz como temática a escravidão no Brasil durante o período colonial, podendo ser trabalhada nos sétimos e oitavos anos do ensino fundamental nas aulas de História, bem como na

¹⁸⁹ Graduada em História Licenciatura - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduada em Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: Deisebeatriz19@hotmail.com.

¹⁹⁰ Graduando em Música Licenciatura – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

¹⁹¹ Lei nº 11.769 em 18 de agosto de 2008, que altera a LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas de educação básica.

disciplina de música relacionando-a aos conteúdos apropriados. As duas áreas convergem entre si, colaborando uma com outra sem comprometer suas particularidades, conforme explica Napolitano “Esta é uma das possibilidades de abordar a relação entre música e história (social, cultural e política), sem que uma fique reduzida à dinâmica da outra” (NAPOLITANO, 2002, p. 33).

Para a realização das atividades interdisciplinares apresentadas a seguir, tomaremos como norte a Semana da Consciência Negra¹⁹², a qual irá proporcionar a integração das disciplinas referidas anteriormente no decorrer dos dias que antecedem a comemoração. No primeiro momento, apresentaremos o passo a passo da atividade relacionada à disciplina de história e, logo após, trataremos da atividade proposta sob o aspecto do ensino musical. As tarefas serão organizadas previamente com os educandos e sua aplicação ocorrerá no dia 20 de novembro, data referente à morte de Zumbi dos Palmares.

1. Análise da Fonte Histórica

Para introduzir a música no contexto do aluno, o docente fará uma breve introdução sobre o processo de instituição do Dia da Consciência Negra e o que ele representa para comunidade afrodescendente.

A década de 1970 foi uma época de grande efervescência dos movimentos e organizações negras que lutavam por melhorias nas condições de vida dos afrodescendentes e contra discriminação racial. Tão grande foi a mobilização dos grupos negros organizados, que em 1978 foi estipulado que o dia 20 de novembro seria o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Tal acontecimento estabeleceu uma grande vitória para comunidade afro-brasileira. Neste contexto socio-histórico, político e cultural é que a canção “Zumbi” foi lançada.

A música, composta pelo artista negro Jorge Ben Jor, fez parte do álbum “A tábua de Esmeralda” de 1974. Ela se refere ao líder negro Zumbi dos Palmares, como é popularmente conhecido; a canção também trata das condições degradantes às quais eram submetidos os negros escravizados¹⁹³.

1.1 Logo após a introdução do tema, o docente irá distribuir folhas com a letra da canção, e proporcionar a reprodução do áudio para apreciação da turma. Tendo em vista o conhecimento prévio dos educandos sobre fonte histórica e os tipos de fontes

¹⁹² O Dia da Consciência foi instituído pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. É comemorado em 20 de novembro e faz alusão à morte de Zumbi dos Palmares líder da resistência negra durante o período colonial no Brasil. A Semana da Consciência Negra é realizada nos dias que antecedem esta data.

¹⁹³ Habilidades que podem ser trabalhadas nesta atividade: (EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.

(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos. (EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente. (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados. (EF08HI14) Discutir a noção de tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas. (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

existentes, os alunos serão instigados a realizar uma análise histórica da canção. De acordo com Abud, (2005, p. 310) “[...] no processo de aprendizagem as fontes se transformam em recursos didáticos, na medida em que são chamadas para responder perguntas e questionamentos adequados aos objetivos da história ensinada”.

1.2 A turma será dividida em grupos, cada qual ficará responsável em analisar uma estrofe da canção. A pesquisa musical usará como material de apoio textos complementares e mapas fornecidos pelo professor, bem como as informações expostas durante a apresentação do tema e os conhecimentos empíricos dos educandos.

A música “Zumbi” mostra um panorama geral da realidade e dos elementos que compuseram a escravidão no Brasil, mas ela também nos permite analisar algumas características específicas do cenário escravocrata sul-rio-grandense que o diferenciou do restante do País. Desse modo, um dos requisitos da análise da fonte histórica, será traçar um contraponto entre esses aspectos que diferenciaram a escravidão no Rio Grande do Sul das outras regiões do Brasil.

1.3 Na primeira estrofe da canção, Jorge Ben Jor faz referência a algumas regiões da África, de onde foram trazidos os negros para serem escravizados. Da África Ocidental: a região da Costa da Mina; da África Oriental: Quíloa e da África Central: as regiões de Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda e Rebolo. Quando os africanos chegavam ao Brasil, eles recebiam nomes cristãos e essas regiões eram inseridas aos seus nomes para identificar a etnia de cada escravo, como por exemplo: João da Mina significava que ele era da região da Costa da Mina.

No Rio Grande do Sul, o braço escravo ajudou na construção das primeiras vilas na lida das estâncias e, mais tarde, foi explorado no trabalho nas charqueadas. Segundo Noguéról et al (2007, p. 2), “[...] o trabalho escravo esteve presente em solo gaúcho, apesar da ausência de latifúndios escravistas à maneira das fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou dos engenhos de açúcar e fazendas de cana do litoral do Nordeste”.

Embora a presença escrava tenha sido ocultada muitas vezes na historiografia gaúcha, ela sempre foi significativa, basta observar o resultado do censo realizado em 1872 conforme evidencia Gutierrez (2006, p. 253): “a própria província do Rio Grande do Sul alcançava o percentual de 34,7% de trabalhadores servís”.

Certo trecho da música apresenta uma descrição dos leilões de escravos, muito comuns no período colonial. A mão de obra cativa era fundamental para manter o modo de produção escravista e a economia da colônia, constituindo o tráfico negreiro em um comércio muito rentável. Os negros eram capturados na África e depois trazidos de navio para Brasil, onde eram vendidos conforme as cotações do mercado. Homens, mulheres e crianças perdiam o status de seres humanos e tornavam-se um produto, um objeto, algo que seria comprado, usado e descartado quando não tivesse mais utilidade para o seu proprietário.

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul participou ativamente da economia escravista, principalmente no período de instituição das charqueadas. Em 1850, o tráfico negreiro foi suspenso, ocasionando, assim, um tráfico interno que beneficiou a região sul-rio-grandense, segundo explica Noguéról:

[...] com o rápido crescimento da cafeicultura no sudeste e, provavelmente com o aumento da participação do trabalho livre na produção sulina, os preços começaram a se distanciar: O Rio Grande do Sul tornou-se em exportador de escravos [...]. (NOGUERÓL, 2002, p. 554)

Já na penúltima estrofe da música, Jorge Ben Jor faz menção às fazendas de café no sudeste e os engenhos de açúcar no nordeste, onde o trabalho escravo era utilizado em larga escala. O cantor também relata na mesma estrofe o trabalho na colheita do algodão que se concentrou na região do Maranhão a partir da segunda metade do século XVIII. Em relação às atividades realizadas pelos escravos, cabe aqui fazer uma distinção sobre as características do trabalho escravo no Rio Grande do Sul.

A mão de obra cativa era utilizada, principalmente, nas estâncias que além da criação de gado também praticavam a agricultura e nas charqueadas onde a demanda de escravos era maior. Nas estâncias, os escravos trabalhavam diretamente com gado, andavam a cavalo e possuíam instrumentos empregados na lida campeira como facas, facões, laços e boleadeiras. Em outras partes do país, essa realidade apresentada nas terras gaúchas seria inconcebível pela periculosidade da situação, ou seja, um escravo que estivesse em tais condições era potencialmente um rebelde, um fujão ou até mesmo um assassino.

Obviamente que as fugas e as insurreições também aconteciam aqui no Rio Grande do Sul, e certamente o fato acima registrado ofereceria mais facilidade, entretanto, o número de fugas não era maior porque segundo explica Osório:

os escravos campeiros e domadores, na grande maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Este seu custo mais alto deveria implicar em estratégias por parte de seus senhores para mantê-los nas estâncias. (OSÓRIO, 2005, p. 11)

Para Osório, provavelmente os senhores ofereciam dinheiro, cavalos, cabeças de gado e alforria para manter esses escravos nas estâncias e garantir sua obediência. Outra singularidade da região Sul, é a questão das relações fronteiriças entre Brasil e Uruguai principalmente, tal como expõe Nogueról et al (2006, p. 7): “os estancieiros brasileiros e uruguayos conviviam com uma fronteira indefinida e porosa, o que levava uns e outros a possuírem, de ambos os lados da atual fronteira, propriedades rurais em que havia escravos trabalhando”. Apesar da instabilidade e das disputas constante na região, o andamento do sistema escravista na fronteira não sofreu grandes dificuldades.

O setor da economia gaúcha que mais acumulou cativos foi o da indústria do charque, que teve sua maior concentração nas margens do arroio Pelotas e no canal São Gonçalo. Maestri apresenta a seguinte proporção entre os moradores da cidade de Pelotas: “Em 1833, o município de Pelotas possuía 10873 habitantes. Entre, eles, 5623 eram cativos, 3911 livres, 1137 libertos e 180 índios” (MAESTRI, 1996, p.300-301). Claramente é possível observar que o número de escravos superava o número de homens brancos livres, essa disparidade de proporções gerava uma insegurança entre a população que temia uma revolta generalizada dos escravos.

O trabalho na indústria saladeiril era extremamente severo e degradante, pois como afirma Maestri (1996, p. 301), “os cativos trabalhavam dezesseis e mais horas, com apenas breves interrupções, embaladas pelo chicote do capataz e pequenas canecas de aguardente”. O período de safra nas charqueadas ocorria de outubro a maio, quando não estavam envolvidos com o abate do gado e na fabricação da carne salgada, os cativos produziam tijolos e telhas de barro nas olarias que faziam parte desses estabelecimentos.

Isto posto, finalmente a última parte da música faz uma exaltação ao grande líder negro Zumbi dos Palmares. Durante 15 anos, Zumbi comandou o Quilombo dos Palmares situado na Serra da Barriga, no Estado do Alagoas. Zumbi foi morto no dia 20 de novembro de 1695 e seu legado foi o da resistência e luta contra a escravidão no

período colonial. Nos dias atuais, ele inspira a luta dos afrodescendentes, contra o racismo, contra a desvalorização de sua cultura e religiosidade e por melhorias nas condições sociais, políticas e econômicas dos afro-brasileiros.

Os meios encontrados pelos cativos para alcançar a liberdade e resistir contra o sistema passam pela fuga, insurreições e, nos casos de maior desespero, crimes como assassinatos e o suicídio. Alguns escravos conquistavam sua liberdade através de negociações financeiras com seus senhores. A resistência através da fuga deu origem aos quilombos, que também foram bastante comuns no Rio Grande do Sul. Segundo demonstra Maestri (1996, p.297), “a primeira referência até agora conhecida a um quilombo no Rio Grande do Sul e à sua destruição é de 1813”. O quilombo ao qual se refere o teórico localizava-se no Sertão da Serra Geral próximo a Santa Cruz. Maestri enumera alguns quilombos e várias regiões gaúchas onde a existência dessas comunidades foi registrada: nas imediações de Rio Pardo no distrito do Couto o quilombo da Preta Vitória; na Serra dos Tapes o quilombo de Manoel Padeiro que abrigava fugitivos de Pelotas e Rio Grande.

Também existiram quilombos nos arredores de Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Porto Alegre os quilombos Ilha dos Marinheiros, Ilha Barba Negra e os da Estância de Gravataí. Ainda existe o registro dos quilombos do Camizão e do Taquari-Mirim. Durante o período da Revolução Farroupilha, as fugas de escravos se intensificaram, aumentando a incidência dos quilombos. Os habitantes das comunidades quilombolas viviam do cultivo de alguns gêneros de subsistência como milho, mandioca, feijão etc., da troca e da venda de produtos com as cidades vizinhas e também dos furtos que eles cometiam.

1.4 Concluída a análise da música, os grupos irão apresentar os resultados históricos da investigação, bem como suas impressões pessoais e compreensão da temática proposta. A interação entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico promovido através de fontes não convencionais ao cotidiano escolar como música, segundo aponta Abud (2005, p. 315) “[...] é auxiliar o aluno a construir o conhecimento histórico a partir de documentos diferenciados dos costumeiramente presentes nas aulas [...]”. O uso de tais fontes também é um estímulo para a formação de sujeitos mais críticos e reflexivos, pois se aproxima da realidade cotidiana a qual estão inseridos.

2. Conhecendo e experimentando os sons e os ritmos africanos

A tarefa de ensino musical será dividida em três etapas: a primeira introdutória, referente à influência africana na música brasileira; a segunda envolverá confecção e experimentação de instrumentos de matriz africana e por último um coral será organizado para interpretar a canção “Zumbi”, tema do presente estudo. Segundo Suzuki (1994), “todo o indivíduo é capaz de aprender música desde que o ambiente seja favorável e conspire para que isso aconteça, ou seja, a construção do saber deverá acontecer no ambiente familiar e escolar”.

2.1 A chegada dos primeiros negros na América portuguesa aconteceu ainda no início da colonização, no século. XVI. Além da contribuição étnica dos africanos para formação do povo brasileiro, muito de seus costumes foram assimilados em vários segmentos que compõem o que entendemos hoje como cultura brasileira. Dentre esses elementos, temos a música como aglutinador cultural, segundo nos informa Napolitano (2002, p. 33): “A música brasileira moderna é, em parte, o produto desta apropriação e desse encontro de classes e grupos socioculturais heterogêneos”. Essa mistura de características africana, indígena e portuguesa ocorrida durante a

colonização influenciou na formação de diversas manifestações da cultura popular que perduram até o presente como o samba, o maracatu, coco, o lundu, a lambada, o maxixe e o macule lê por exemplo¹⁹⁴.

Trazidos à força, longe de sua terra natal, separados de suas famílias, rebatizados, aculturados e proibidos de expressar seus costumes e crenças, os africanos precisaram se reinventar para suportar a nova realidade imposta e dar algum sentido a vida como relata Martin:

[...] foi necessário que eles inventassem meios para entender juntos sua condição e os ambientes físico e social nos quais teriam de viver: eles tiveram, portanto, de ultrapassar suas diferenças para reconstituir instrumentos para pensar, comunicar e agir em conjunto. Língua, religião e música foram algumas das áreas privilegiadas nas quais se exerceu sua vontade de criar para sobreviver. (MARTIN, 2009, p. 20)

A musicalidade africana é permeada de simbologia e faz parte de um conjunto artístico que envolve a dança e a religião para transmitir e celebrar as tradições. Os povos advindos da África invocavam e louvavam suas divindades, exaltavam os feitos de seus heróis e manifestavam seus sentimentos através da música e da dança. No cativeiro, entoavam contos conhecidos como “vissungos”¹⁹⁵, na tentativa de suavizar a dureza do trabalho, realidade essa mostrada por Rocha (2015, p. 7b): “Seja no trabalho nas minas ou no trabalho dos terreiros, nas brincadeiras ou no cortejo dos enterros, os negros escravizados preservavam sua cultura à revelia dos senhores, através da música”.

Outra forma de expressão musical dos escravos era o acalanto (música para embalar e adormecer crianças). Outrossim, a música africana também sofreu influências externas, como a europeia. Do mesmo modo que fizeram com o idioma e a religião dos colonizadores, os africanos e descendentes apropriaram-se de elementos da música europeia adaptando-a a sua cultura. Muitos senhores não permitiam aos cativos a liberdade para praticar seus costumes, desse modo, a adaptação das músicas e instrumentos era necessária para que a cultura desses povos pudesse se perpetuar.

No século XVII, durante as festas católicas, era comum negros saírem nas ruas com seus instrumentos trazidos da África ou fabricados aqui no Brasil. Alguns senhores passaram a organizar orquestras e bandas com os escravos, principalmente para ganhar dinheiro, pois eles empresariavam esses grupos. Organizações religiosas tal qual a dos jesuítas utilizavam o ensino de música como veículo de evangelização e socialização dos escravos. A música instrumental produzida pelos cativos era pejorativamente chamada de “música de senzala”; contudo não existem muitos registros documentais dessa tradição, conforme nos revela Napolitano.

¹⁹⁴ Habilidades que podem ser trabalhadas: (EF69AR16) Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética. (EF69AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais. (EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.

¹⁹⁵ A própria denominação *vissungo* corresponde ao substantivo *umbundo ovisungo*, plural de *ocisungo*, que significa ‘louvares’ e ocorre geralmente na expressão *imba ovisungo*, ‘cantar’, ‘louvar’, ‘exaltar’ (COSTRO, 2008, p. 76).

Mas a vida musical das ruas, senzalas e bairros populares era intensa, embora tenha deixado poucos registros impressos ou escritos. Seu legado é basicamente oral e preservado através das canções folclóricas, festas populares e danças dramáticas. (NAPOLITANO, 2002, p. 30)

No fim do século XVIII, na capitania de Minas Gerais, muitos afrodescendentes alcançaram destaque na música, graças ao ciclo do ouro que lhes proporcionava uma vida de conforto, possibilitando o aperfeiçoamento de suas técnicas e a criação de composições musicais. Ainda no mesmo século, um estilo musical com influência portuguesa cai no gosto da população e da corte portuguesa, a “modinha” criada por Domingos Caldas Barbosa, um mestiço que acrescentou um toque de lundu (gênero musical provavelmente trazido pelos escravos bantos)¹⁹⁶.

O Rio de Janeiro do século XIX foi palco para o surgimento de outro estilo musical, o xote brasileiro. A principal figura relacionada a esse gênero era o instrumentista, compositor e maestro Anacleto de Medeiros. Anacleto era filho de uma escrava liberta e ficou conhecido por criar e mastrar várias bandas, entre elas a Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro em plena atividade desde 1896¹⁹⁷.

Já o século XX foi marcado pela explosão do samba, que chegou ao Rio de Janeiro atrás dos negros vindos da Bahia, pois neste Estado as festas dos escravos eram chamadas de “samba”. Não tardou para que a ginga do estilo musical se espalhasse pelo país, como evidenciado por Napolitano:

A primeira geração do samba, João da Baiana, Donga e Pixinguinha, entre outros, tinha a marca do maxixe e do choro, e a partir das comunidades negras do centro do Rio, principalmente nos bairros da Saúde e da Cidade Nova, irradiou esta forma para toda a vida carioca e, posteriormente, para toda a vida musical brasileira. (NAPOLITANO, 2002, p. 34)

Inicialmente, as elites consideravam o samba como inferior e valorizavam os gêneros musicais vindos da Europa. Na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas, o samba foi reconhecido como autêntica música brasileira, se tornando popular em todas as camadas da sociedade. No decorrer dos anos, tal gênero passou por modificações, perdendo a influência da marcha e do maxixe e foi se reestruturando, até chegar à estrutura rítmica a qual conhecemos hoje.

Para os africanos, os instrumentos de percussão, ou seja, os responsáveis pelo ritmo são mais importantes que os instrumentos que executam a melodia. No período da escravidão, o tambor era um elemento de união e comunicação entre os cativos, pois servia para mandar mensagens. O tambor conhecido como “batá-cotô” era usado para incitar revoltas, mas teve de ser proibido, já que o som reproduzido por ele

¹⁹⁶ Enquanto a modinha possuía uma inclinação erudita, mais calma e com temas relacionados ao amor, o lundu apresentava um ritmo mais rápido e sensual, bem como letras com teor satírico e crítico.

¹⁹⁷ Tudo começou quando o Ten. Cel. Eugênio Rodrigues Jardim, que comandava interinamente o Corpo de Bombeiros, solicitou em 27 de outubro de 1896, ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alberto Torres, autorização para criar uma Banda de Música, atendendo a um antigo desejo de Oficiais e Praças da Corporação. O pedido dava existência efetiva a uma instituição musical cujo destino histórico iria ligar-se indelevelmente à vida cultural da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A resposta do ministro foi imediata. No dia 30 de outubro de 1896, a proposta era atendida, mas com a ressalva de não acarretar “ônus para os Cofres Públicos”. Na mesma presteza da correspondência oficial, o Maestro Anacleto Augusto de Medeiros foi convidado para organizar e dirigir o novo conjunto musical. Anacleto de Medeiros era compositor, professor e regente, formado em clarineta pelo conservatório Nacional de Música em 14 de dezembro de 1886, hoje Escola de Música da UFRJ. Disponível em: < <http://www.cbmerj.rj.gov.br/222-banda-musica> > Acesso em: 19 de junho de 2020.

denunciava as intenções dos escravos. O mesmo aconteceu com o “jongo” pequeno tambor de som estridente, que recebeu o apelido de fofoqueiro, uma vez que acusava o lugar onde os escravos se escondiam. Os tambores também eram utilizados para invocar as divindades, algo que acontece ainda hoje nas práticas religiosas. Por esses motivos, o tambor era e é o principal instrumento utilizado na música e na dança africana.

Outros instrumentos que estão presentes na música de origem africana são: atabaques, berimbau, agogô, carimbo, caxambu, ganzá, marimba, piano de cuia, roncador, triângulo, reco-reco, zabumba, matraca entre outros. Existem, ainda, alguns instrumentos que não são de origem africana, mas se incorporaram ao samba como por exemplo: o pandeiro, o tamborim e o cavaquinho.

A música tradicionalista do Rio Grande do Sul também possui segmentos que nasceram de ritmos africanos, como a milonga, por exemplo; “milonga” é uma expressão da linguagem quimbundo falada em Angola que significa “palavra, palavra tola ou insolente”. Durante o seu desenvolvimento, a milonga sofreu influência de outros ritmos como o Candomblé. Algumas danças tradicionalistas também foram inspiradas nos passos do macule lê e do lundu danças originalmente africanas. Esse cruzamento entre diversas culturas auxiliou na formação do tradicionalismo gaúcho, como é salientado por Strelow (2009, p. 15): “Costumes tradicionalistas e nativistas entrelaçam-se às culturas ítalo, teuto, afro, judaico-gaúchas, entre tantas outras que formam a teia cultural do estado”.

2.2 Encerrada a etapa introdutória sobre influência africana na música brasileira, no próximo estágio o educador irá apresentar aos estudantes alguns dos instrumentos relacionados anteriormente, como o atabaque (tipo de tambor), ganzá (espécie de chocalho) e a matraca (é feita com duas tábuas de madeira que soam pelo choque de uma com a outra), esses mesmos aparelhos serão confeccionados posteriormente.

Os alunos poderão observar a estética dos instrumentos, distinguir a sonoridade reproduzida por eles, refletir se o som é mais alto, mais baixo, agudo ou grave, suave ou estridente; esse exercício possui o objetivo de estimular a percepção musical dos educandos¹⁹⁸. Após o processo de familiarização, o passo seguinte será confeccionar esses artefatos utilizando materiais recicláveis.

- a) Atabaque: serão usados canos de PVC, garrafas pet, cola, fita adesiva, papel colorido e tempera para decorar.
- b) Ganzá: garrafas pet (500 ml) pedrinhas, grãos (feijão, arroz) e areia, rolos de papel Higiênico, fita adesiva,
- c) Matraca: o instrumento de percussão mais simples para ser confeccionado, basta um par de tabuas madeira que pode ter um formato cilíndrico ou retangular.

Depois de montados os instrumentos com ajuda do professor, é chegada a hora da experimentação dos sons produzidos por eles. O desenvolvimento da atividade será através de prática em conjunto. Segundo Paiva:

¹⁹⁸ (EF69AR20) Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais. (EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos. (EF69AR22) Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.

[...] a prática em conjunto, além de aproximar os alunos da realidade musical (principalmente tratando-se de instrumentos de percussão que normalmente estão inseridos em grupos, conjuntos, bandas ou orquestras), contribuiu muito para o processo de motivação dos alunos, possibilitando em ambos os contextos discussões e trocas de experiências com o professor e com os colegas de grupo [...] (PAIVA, 2004, p. 64).

Levaremos em consideração o nível de conhecimento musical da turma, desse modo o professor irá transmitir as noções básicas de ritmo, tempo, harmonia e andamento musical, bem como ensinar a forma correta de tocar os instrumentos para que mais tarde os alunos possam acompanhar a canção Zumbi.

2.3 A última etapa tem como propósito organizar um coral¹⁹⁹ nível amador uníssono que irá interpretar a música tema do presente estudo. Apesar de o canto estar presente em várias salas de aula na educação dos primeiros anos, existe uma grande carência dessa atividade para os jovens na faixa etária que envolve este artigo. Infelizmente, a obrigatoriedade do ensino de música ainda não foi totalmente absorvida em todas as escolas do país, sendo assim, muitas instituições ainda não possuem professores capacitados para lecionar essa disciplina, ficando, muitas vezes, a cargo de outros profissionais da escola ou de instrutores que não fazem parte do quadro de funcionários. Essa situação reforça ainda mais a importância da interdisciplinaridade. Com relação ao ensino específico de canto, faremos algumas abordagens simples e objetivas mensurando que a maioria dos alunos não possuem musicalização no ambiente escolar ou familiar. Trabalharemos apenas informalmente o canto com o propósito de interação com o tema desenvolvido pelo artigo. Em anexo, disponibilizamos a letra e a partitura cifrada, para que os educadores possam acompanhar e guiar os alunos com violão ou teclado na execução da canção Zumbi. “O principal meio de acesso a música é o uso da voz, o cantar está disponível a qualquer pessoa e presente durante toda a sua vida” (MATEIRO, ILARI, 2012, p. 68).

Considerações Finais

Conforme observado, a música representa um auxílio valioso no processo de desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo dos educandos, através da análise dos diferentes aspectos do conhecimento. A integração entre as duas áreas, música e história, convergem auxiliando na formação de novas competências e habilidades na aprendizagem. Seja para introduzir um conteúdo, explicar uma parte do mesmo ou como atividade de síntese, pode-se concluir que a música possui uma versatilidade capaz de englobar diversas áreas, como exemplificado nas atividades sugeridas, proporcionando aos alunos uma percepção mais ampla da contribuição africana em vários elementos da cultura brasileira e sul-rio-grandense. Levando em consideração o que foi apurado sobre o benefício da conexão entre as disciplinas, outras podem somar-se às atividades, enriquecendo ainda mais a experiência interdisciplinar dos estudantes.

Zumbi – Jorge Ben Jor

¹⁹⁹ (EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.

Angola Congo Benguela
Monjolo Cabinda Mina
Quíloa Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi

Eu quero ver

Eu quero ver

Eu quero ver

Angola Congo Benguela
Monjolo Cabinda Mina
Quíloa Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhido por mãos negras

Eu quero ver

Eu quero ver

Eu quero ver

Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega é Zumbi

ZUMBI

Jorge Ben Jor

Álbum "A Tábua de Esmeralda" 1974
Warner Chappell Music Inc

Transcrição: Deise Melo / Juninho Mello

Canto

An - go - la Con - go Ben - gue - la Mon - jo - lo Cabinda Mi - na Qui - lo - a Re - bo - lo

Aqui onde estão os ho - mens ê - ê - ê - ens Há um grande lei - lâ - ão Dizem que nele há uma princesa à ven -

da Que veio junto com seus súditos uh - uh Acorrenta - dos em carros de boi - oi Eu

quero vê ê ê Eu quero ver ê ê Eu quero ver ê ê Eu quero ver ê - ê - ê - ê - ê An -

go - la Con - go Ben - gue - la Mon - jo lo Cabinda Mi - na Qui - lo - a Re - bo - lo Aqui onde es -

tão os homens ê - ê - ê - ens Dum lado cana de - a çú - car Do outro lado cafe - za - a - a - al a - al

Ao centro³ senhores sentados Vendo a colheita do algodão³ branco Sendo co - lhido por mãos negras

Eu quero ver ê ê ê

ê Quando Zum - bi che gar O que vai a com - te - cer Zumbi é senhor das gue - rras É se -

nhor das demandas Quando Zumbi che - ga é Zum bi é quem manda Zumbi é senhor das gue - rras É se - nhor das deman -

das Quan do Zumbi che - ga é Zum bi é quem - man da

É quem manda

Referências

- ABUD, Katia Maria. *Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 309-317, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 19 de agosto de 2013.
- AZEVEDO, Maria. A. R.; ANDRADE, Maria. F. R. *O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar*. Educar, Curitiba, n. 30, Editora UFPR, 2007, p. 235-250.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CASTRO, Yeda. *A propósito o que dizem os vissungos*. In: Suplementos literários de Minas Gerais. Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais. *Contos afro-descendentes-vissungos*. Belo Horizonte, edição especial, outubro de 2008.
- GOULART, Michel. *25 Curiosidades sobre a escravidão*. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org>> Acessado em: 19 de agosto de 2013.
- GUTIERREZ, Ester J. B. “*Sítio charqueador pelotense*”. In: História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 231-251.
- MAESTRI, Mario. “*Pampa negro – quilombos no Rio Grande do Sul*”. In: REIS, João José;
- GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 139-153.
- MARTIN, Denis-Constant. *A Herança Musical da Escravidão*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/02.pdf>> Acessado em: 16 de junho de 2020.
- MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Org.) *Pedagogias Brasileiras em Educação Musical*. Curitiba: Inter Saberes, 2012. (Série Educação Musical).
- NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, 120p.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 539-564, 2002.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira et. al. *Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra fuga na fronteira com o Uruguai*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> Acessando em: 13 de agosto de 2013.
- OSÓRIO, Helen. *Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Anais. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 1-16.
- PAIVA, Rodrigo Gudin. *Percussão: uma abordagem integradora nos processos de ensino e aprendizagem desses instrumentos*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Música – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- ROCHA, Ivo Silvério da. *Pedindo licença para cantar*. In: Vissungos: cantos afrodescendentes em Minas Gerais 3ª ed. revista e ampliada. Belo Horizonte FALE/UFMG 2015.
- STRELOW, Aline. *Pampa e cultura: O hibridismo cultural no Rio Grande do Sul*. Revista elemento e comunicação e cultura. Sorocaba, v.1, n.2, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.comunicacaoecultura.unisco.br/elemento/v1_n2_o2.pdf>. Acesso em: 22 de junho 2020.
- SUZUKI, S. *Educação é amor*. 2.ed. Santa Maria: Palotti, 1994.

A CIÊNCIA E SEUS CARRASCOS: ENTRE ACUSAÇÕES E CONDENAÇÕES NO LIMAR DA MODERNIDADE.

Diego Pimentel de Souza Dutra²⁰⁰

Resumo: A falta de credibilidade por boa parte da população é uma constante enfrentada pelos homens e mulheres de ciência. Nos séculos XVI e XVII, o confronto travado entre setores conservadores da sociedade e personagens adeptos de uma nova concepção de saber foi bem acirrado, resultando na condenação de eruditos fundamentais no processo de nascimento da Ciência Moderna. O presente artigo visa discutir tais embates nas figuras de Nicolau Copérnico, Giordano Bruno e Galileu Galilei, demonstrando de que maneira a rejeição e o descrédito da Ciência, tão presente nos dias atuais, sempre foi um problema a ser encarado pela comunidade científica.

Palavras-chave: Ciência; *fake News*; Copérnico; Bruno; Galileu.

Introdução

Uma pesquisa “Wellcome Global Monitor 2018”, feita com 140 mil pessoas em 144 países, mostrou que 35% dos brasileiros desconfiam da ciência e que um em cada quatro acredita que a produção científica não contribui para o país. Quase metade dos brasileiros afirmou que “a ciência discorda da minha religião” e, desses, 75% disseram que “quando ciência e religião discordam, escolho a religião”. Apenas 13% dos brasileiros entrevistados declararam ter “muita confiança” na produção científica. As entrevistas foram feitas e compiladas pela empresa de pesquisa Gallup. Os resultados foram divulgados na quarta-feira (19) pela revista científica Science. (BORGES, 2019).

Em cenários como o da pandemia do coronavírus e crise na saúde pública, percebemos com mais visibilidade um crescente descrédito na ciência. Não raro, acusações e incredulidade tomam conta de boa parte da população. A razão para tamanha descrença vai além da falta de conhecimento, ainda que este aspecto corrobore enormemente para o processo em si. Ideologia política, fundamentalismo religioso, desconexão entre a comunidade científica e a sociedade, *fake news*, enfim, uma série de fatores que ajudam a explicar a significativa porcentagem de 35% dos brasileiros não acreditarem na ciência do seu país.

Aqueles que julgam ser este um problema do mundo contemporâneo e que as *fake news* são fenômenos recentes, a História mostra que não. Ao longo dos séculos, o conhecimento científico tem sofrido uma forte onda de ataques vinda de diferentes setores da sociedade. Neste artigo, propomos voltar aos séculos XVI e XVII, onde analisaremos os principais impasses vivenciados por homens que foram peças-chave para o nascimento da Ciência Moderna. Nicolau Copérnico, Giordano Bruno e Galileu Galilei, três personagens que enfrentaram problemas semelhantes: perseguições, falsas acusações e condenações por defenderem pensamentos que colidiam com os saberes hegemônicos de seu tempo.

Tentaremos desconstruir certos paradigmas historicamente consolidados que, no entanto, não apresentam fundamentos e critérios de veracidade, ainda que no senso comum sejam constantemente requisitados, como é o caso do histórico – e

²⁰⁰ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especializado em História Moderna e História da Ciência.

também falso – embate entre ciência e religião, como se este último campo fosse o responsável pelo atraso científico, com suas altas doses de intransigência. Logo, a escolha dos personagens e do recorte temporal não é aleatória. Período fortemente marcado pela intolerância, os séculos XVI e XVII passaram pelas Reformas, pelas guerras religiosas, pela forte atuação do Tribunal do Santo Ofício, pela censura, etc. E mesmo assim, interpretar o ataque que esses intelectuais sofreram como uma ofensiva da religião católica e protestante nos é insuficiente. Nossa intenção, portanto, é demonstrar como passado e presente estão conectados e que problemas já vivenciados podem voltar à tona, ou nunca deixar de existir, adquirindo apenas uma nova roupagem, por mais que os anos passem.

I) Copérnico e o falso prefácio de Osiander

[...] No meio de todos encontra-se o Sol. Ora quem haveria de colocar neste templo, belo entre os mais belos, um tal luzeiro em qualquer outro lugar melhor do que aquele donde ele pode alumiar todas as coisas ao mesmo tempo? Na verdade, não sem razão, foi ele chamado o farol do mundo por uns e por outros a sua mente, chegando alguns a chamar-lhe o seu Governador. [Hermes] Trimegisto apelidou-o de Deus visível e Sófocles em *Electra*, o vigia universal. Realmente o Sol está como que sentado num trono real, governando a sua família de astros, que giram à volta dele. (COPÉRNICO, 1996, p. 52 – 53).²⁰¹

O polonês Nicolau Copérnico (1473 – 1543), com o seu *De Revolutionibus Orbium Coelestium* (*As revoluções dos orbes celestes*), defendendo a existência de um sistema planetário heliocêntrico e não mais geocêntrico, como afirmava a tradição aristotélica e ptolomaica medieval, esteve associado à emergência de uma grande reviravolta no conhecimento científico ocidental. Sua obra despertou um intenso debate nas gerações intelectuais posteriores, iniciando uma verdadeira revolução nos campos da Astronomia e da Filosofia Natural, constituindo num dos caminhos que levaram à eclosão e consagração da Ciência Moderna. Não obstante, nem sua proeminente imagem esteve ausente das inverdades e dos ataques lançados pelas autoridades religiosas mais ortodoxas.

Antes do *De Revolutionibus*, Copérnico apresentou suas ideias acerca de um sistema planetário heliocêntrico num pequeno manuscrito de oito páginas, escrito por volta de 1510, intitulado *De Hypothesibus Motuum Coelestium a se Constitutis Commentariolus* ou simplesmente *Commentariolus*, como também é conhecido. Sem apresentar autoria, este trabalho teve uma circulação restrita, alcançando apenas os seus amigos mais íntimos. Somente a partir dos anos de 1520 é que suas ideias começaram a circular pelo continente europeu (SOARES, 1999, p. 136).

Uma década mais tarde, o nome de Copérnico, bem como sua defesa do heliocentrismo, já estava familiarizado no meio acadêmico. Muitos astrônomos não se mostravam satisfeitos com a publicação de pequenos tratados, aguardando, enfim, o lançamento de sua maior obra, resultado de anos de pesquisas e cálculos matemáticos. No entanto, extremamente receoso com a reação negativa, manteve seu texto longe da apreciação pública por um bom tempo.

A partir de 1539, os rumos começariam a mudar com a chegada do astrônomo, matemático e professor da Universidade de Wittenberg, Georg Joachim Rheticus (1514 – 1574). Este professor luterano foi ao encontro de Copérnico exclusivamente para conversar sobre suas ideias acerca do heliocentrismo. Ele não só foi muito bem

²⁰¹ Original de 1543.

recebido pelo matemático polonês, como este lhe confiou um manuscrito do *De Revolutionibus* para apreciação (SOARES, 1999, p. 139).

Rheticus ficou encantado com todo aquele material, autoproclamando-se, inclusive, “discípulo de Copérnico” (SOARES, 1999, p. 139). Porém, seu constante incentivo em publicar a obra era sempre respondido de maneira negativa. Sendo assim, teve a ideia de escrever um pequeno tratado no formato de carta endereçada ao seu amigo astrônomo e matemático, Johannes Schöner (1477 – 1547), apresentando as principais ideias do *De Revolutionibus*. A obra seria publicada sem autoria, com a intenção de averiguar a recepção do público. Chamada de *Narratio Prima*, o tratado correspondeu à primeira descrição técnica dos novos métodos astronômicos de Copérnico a um grupo de leitores mais amplo (SOARES, 1999, p. 140).

Como bem assinalou o historiador Daniel J. Boorstin, as vantagens da *Narratio Prima* eram enormes. Se a recepção fosse favorável, Copérnico poderia publicar o *De Revolutionibus* sem receios. Caso contrário, mediante o anonimato do ensaio, deixaria as coisas como estavam. Felizmente, a reação foi positiva e, em 1541, com as exigências de uma segunda edição da *Narratio Prima*, o temor de Copérnico desapareceu, dedicando-se, enfim, à revisão, para publicação, do manuscrito da sua grande obra (BOORSTIN, 1987, p. 277).

Para tanto, confiaste a Rheticus a tarefa de levar o seu livro à imprensa, encarregando-o de copiar o manuscrito original, autorizando, inclusive, a fazer pequenas alterações e correções. Todavia, em novembro de 1542, ao assumir o posto de professor na universidade alemã de Leipzig, Rheticus foi obrigado a viajar para aquela cidade, deixando por incompleto o trabalho de revisão e supervisão das etapas finais de impressão em Nuremberg. Tal tarefa foi passada, a contragosto de Copérnico, para o teólogo e também luterano Andreas Osiander (1498 – 1552), personagem que já tinha criado um desentendimento com o próprio astrônomo polonês em 1540.

Luterano por deveras ortodoxo, Osiander acreditava, assim como os demais precursores do Protestantismo, que o pensamento de Copérnico se chocava com a Revelação Divina, sendo esta a única fonte de verdade. Tentou, a todo custo, moldar as sugestões do astrônomo à imagem de suas próprias crenças. Propôs que a teoria heliocêntrica fosse publicada como uma espécie de “hipótese formal”, isto é, sem compromisso com o real, meramente com o objetivo de facilitar os cálculos astronômicos. Tal proposta, como era de se esperar, deixou Copérnico revoltado. Contudo, moribundo e longe do local da publicação, não tinha como intervir (BOORSTIN, 1987, p. 277).

Cabe aqui um esclarecimento sobre o conceito de *hipótese* associado ao sistema heliocêntrico copernicano. Diferentemente do sentido moderno que a palavra encerra (uma suposição, possibilidade ou chance de acontecer ou não), para o autor do *De Revolutionibus*, *hipótese* representava mais do que uma ideia experimental. Era, antes, “o princípio ou a proposição fundamental em que se assentava todo um sistema” (BOORSTIN, 1987, p. 279 – 280). Em outras palavras, acreditava estar descrevendo a realidade das coisas, as verdades de um universo essencialmente matemático. Daí o seu descontentamento com o teólogo luterano.

Os desentendimentos entre Copérnico e Osiander intensificavam-se cada vez mais e, em 1542, este insistiu em acrescentar um prefácio no *De Revolutionibus*, introduzindo todas as sugestões que tinha de início, ou seja, de que as principais ideias da obra não passavam de meras suposições e que não precisavam necessariamente ser verdadeiras. Como assinalam os historiadores Luiz Carlos Soares e Daniel Boorstin, Copérnico, já em idade avançada, ficou muito debilitado com todo esse jogo de forças. Não suportando a situação, sofreu uma forte hemorragia cerebral e ficou

totalmente paralítico. Neste momento, inescrupulosamente, Osiander introduziu um preâmbulo apócrifo, como se fosse do próprio Copérnico, pondo em prática tudo àquilo que forçosamente intencionava, argumentando, ademais, que aquelas hipóteses poderiam até estar em contradição com as Escrituras (BOORSTIN, 1987, p. 280; SOARES, 1999, p. 142 – 143), como podemos averiguar a seguir:

[...] Nem tão-pouco é necessário que estas hipóteses sejam verdadeiras nem até sequer verossímeis, mas bastará apenas que conduzam um cálculo conforme às observações... [...] Há ainda nesta ciência [*Astronomia*] outras afirmações não menos absurdas [...] No entanto é bem evidente que esta ciência ignora pura e simplesmente as causas dos movimentos aparentemente não uniformes. E se imagina algumas, pois certamente imagina muitas, não o faz de maneira nenhuma com o objetivo de persuadir alguém de que as coisas são assim, mas apenas para conseguir uma base correcta de cálculo. (COPÉRNICO, 1996, p. 01 – 02).²⁰²

Esse duro golpe e a verdadeira autoria do prefácio só foram descobertos por meio das investigações realizadas pelo astrônomo Johannes Kepler (1571 – 1630), que se tornou um dos maiores defensores do copernicanismo. Conquanto, isso só ocorreu anos após a morte de Copérnico que, para o próprio desgosto, chegou a ter em mãos uma cópia da obra ultrajada com a inserção daquelas falsas palavras.

Quanto à Igreja Católica, em 1533, o chanceler Johannes Albrecht von Widmanstadt (1506 – 1557), apresentou os principais fundamentos copernicanos ao Papa e aos demais membros eclesiásticos ali presente, sendo muito bem recebidos por eles, que não enxergaram grandes discordâncias ou ameaças aos dogmas do Catolicismo. Acrescenta-se ainda que Nicolau Schönberg (1472 – 1537), Cardeal de Cápua e figura importante da Cúria Romana, muito entusiasmado com as teorias de Copérnico, escreveu-lhe uma carta, a 1 de Novembro de 1536, solicitando que lhe enviasse as descobertas de seus estudos, abrindo-lhe a possibilidade de publicá-las com o patrocínio da Igreja.²⁰³

Logo, o temor que Copérnico apresentava em publicar a sua obra não se deu por fatores religiosos, visto que o mesmo dedicou o livro ao Papa Paulo III (1468 – 1549), que aceitou de bom grado. Católico, o astrônomo polonês não encontrou problemas com a Igreja. O receio vinha da sua postura sigilosa de um pitagórico, corrente filosófica a qual pertencia, acreditando que o conhecimento deveria ficar restrito a um pequeno grupo de eruditos. Caso esse saber fosse ao vulgo, de acordo com ele mesmo, poderia ser vulgarizado, distorcido:

[...] hesitei comigo durante muito tempo se havia de dar a lume os meus *Comentários* escritos para demonstração desse movimento, ou se seria preferível seguir o exemplo dos Pitagóricos e de alguns outros que procuravam confiar os mistérios da filosofia aos seus familiares, amigos e a ninguém mais, não por escrito mas de viva voz, tal como atesta a carta de Lísias a Hiparco. E quanto a mim, bem me parece que o fizeram não por qualquer espécie de má vontade em comunicar os seus ensinamentos, como alguns julgam, mas para que assuntos tão belos e investigados pelo estudo atuado de grandes homens não fossem desprezados por aqueles que, ou detestam gastar o seu belo tempo em outras letras que não sejam as lucrativas ou, mesmo quando sejam estimulados, pelas exortações e pelo exemplo de outros, para o estudo liberal

²⁰² Original de 1543.

²⁰³ Uma cópia deste documento se encontra no *De Revolutionibus*, com o título *Nicolau de Schönberg, Cardeal de Cápua, saúda Nicolau Copérnico* (COPÉRNICO, 1996, p. 03).

da filosofia, contudo, por causa da tacanhez da sua inteligência, vivem entre os filósofos como zângãos entre abelhas. (COPÉRNICO, 1996, p. 05 – 06).²⁰⁴

Se por um lado, ele não teve problemas com a Igreja, por outro, a reação foi muito forte no segmento protestante. Os primeiros líderes do Protestantismo – Martinho Lutero (1483 – 1546), Filipe Melanchthon (1497 – 1560) e João Calvino (1509 – 1564) – transmitiam uma forte mensagem anti-intelectual ao pensamento de Copérnico. Em carta datada de 4 de junho de 1539, Lutero taxou Copérnico de tolo, acusando-o de querer virar a Astronomia de pernas para o ar. Ancorando-se na passagem bíblica de Josué (Josué 10:12-14), onde este teria pedido a Deus que parasse o Sol por quase um dia inteiro, Lutero diz acreditar nas Escrituras, pois foi o Sol, e não a Terra, que teve seu movimento cessado pelo Criador. Alguns anos depois da publicação do *De Revolutionibus*, Philip Melanchthon, outra figura proeminente dos primórdios do Protestantismo, também engrossou o ataque contra o astrônomo, contrapondo as suas teorias com passagens das Sagradas Escrituras, citando dessa vez Eclesiastes 1,5: “Nasce o sol, e o sol se põe, e apressa-se e volta ao seu lugar de onde nasceu” (WEINBERG, 2015, p. 203; LUTHER, 1967, p. 358 – 359).

Nitidamente, os conflitos com o texto literal da Bíblia trariam problemas aos olhos do Protestantismo – e mais tarde ao Catolicismo, como no caso de Galileu – que substituíra a autoridade papal pela das Sagradas Escrituras. É bem verdade que, em termos astronômicos, a teoria copernicana apresentava certas incoerências para os eruditos de sua época, como a satelitização da Lua e o choque das esferas celestes ao se movimentarem no espaço. Para o filósofo Edwin Burt, a falta de instrumentos de observação que pudessem demonstrar a veracidade das novas ideias foi um fator de peso para a rejeição do heliocentrismo de imediato. Ainda não havia chegado o dia em que, com auxílio do telescópio, seria possível observar as manchas solares ou a superfície da Lua. Dessa maneira, o testemunho dos sentidos deveria bastar, e para os sentidos, a Terra era sólida e estável, enquanto que o céu, em contrapartida, era leve e móvel (BURTT, 1991, p. 29 – 30):

[...] mesmo na ausência de quaisquer escrúpulos religiosos contra a astronomia de Copérnico, os homens de bom senso de toda a Europa, especialmente os de mentalidade mais empírica, teriam considerado pelo menos imprudente aceitar os frutos prematuros de uma imaginação descontrolada, em detrimento das induções sólidas, construídas gradualmente através dos tempos, da experiência sensorial confirmada do homem. (BURTT, 1991, p. 30 – 31).

Sem embargo, o que pretendemos nesta exposição não foi mostrar os entraves científicos do pensamento de Copérnico. Tampouco, apresentar a religião como a vilã da história, pois se assim o fosse, a Igreja não teria incentivado a publicação do *De Revolutionibus*. Nossa intenção aqui foi evidenciar de que maneira a intolerância – e não a religiosidade – de alguns homens, na forma de falsas afirmações que negavam toda a veracidade da obra de uma vida inteira, colaborou para o desgaste físico e emocional de um dos maiores pensadores da modernidade e por muitos considerados o precursor da Ciência Moderna.

II) Bruno e os falsos depoimentos de Mocenigo

²⁰⁴ Original de 1543.

[...] Nele se encontram infinitos corpos semelhantes a este, não estando nenhum deles mais no centro do universo que o outro, porque o universo é infinito, portanto sem centro e sem margens, sendo tudo isso possível a cada um destes mundos, que nele se encontram, pela forma que já relatei, e particularmente quando temos demonstrado existir certos meios determinados e definidos que são os sóis, os fogos, ao redor dos quais se movimentam todos os planetas, as terras, as águas, tal como podemos ver, por exemplo, com o nosso, em torno do qual movimentam-se esses sete planetas errantes. (BRUNO, 1983, p. 56).²⁰⁵

No caso do italiano Giordano Bruno (1548 – 1600), a situação foi bem mais radical com a sua trágica morte na fogueira. Teólogo, filósofo e mago, Bruno deu um salto para além do copernicanismo. Defendia não só o sistema heliocêntrico, com os planetas girando ao redor do Sol, como também afirmou a existência de um universo infinito, sem limites de qualquer natureza, com uma pluralidade de mundos, cada qual com seu próprio sistema solar, num único espaço, preenchido apenas por uma substância etérea. Havemos de concordar que, para o século XVI, período em que a mente humana ainda se ancorava em pontos fixos e limitados no cosmos²⁰⁶, dar um passo desses é estar um tanto à frente de seu tempo. Bruno foi onde nem Copérnico ousara ir. Destruiu a esfera das estrelas fixas e ampliou o universo ao infinito.

Bruno não era astrônomo, logo não usava a lógica da Astronomia para estudar o universo. Chegou a tratar Copérnico com certo desdém por não apreciar a verdadeira essência de sua própria descoberta, compreendendo sua teoria “apenas” como um matemático, ao passo que ele percebera os significados religiosos e mágicos mais profundos (YATES, 1987, p. 179). Filósofo-mago (alcunha que muito lhe agradava), suas observações eram, portanto, destas naturezas. O desenvolvimento de uma concepção de universo infinito e vitalista foi fortemente influenciado pelo pensamento mágico-hermético, tão difundido na Renascença.

Em meados do século XV, já era possível perceber a explosão da magia pelo continente europeu. “Inaugurada” com a tradução do *Corpus Hermeticum* pelo filósofo florentino Marsílio Ficino (1433 – 1499), a filosofia mágico-hermética procurou estabelecer uma relação direta com misticismo, associação oriunda, principalmente, pela influência do Neoplatonismo de Plotino (205 – 270), surgido em início do século III. A tradição neoplatônica renascentista promoveu um forte impulso a saberes místicos, como a Alquimia, a Numerologia, a Cabala, a crença no poder dos talismãs, entre outros.

Na visão mágico-hermética, a Natureza era concebida como um organismo vivo, uma entidade possuidora de força e energia de caráter vital e físico. Um ser dotado de mistérios não revelados de imediato ao ser humano que, caso os conhecessem, passaria a ter domínio sobre o mundo natural. Esses segredos internos eram associados, no discurso neoplatônico, às *essências*, ou seja, aquilo que era necessariamente verdadeiro, escondidos pelas enganosas *aparências* dos fenômenos. O homem passava a ser o agente capaz não só de se utilizar dos elementos naturais, mas também de dominá-los, de deter poder sobre eles.

No que diz respeito à religião, por que o mago italiano despertou uma reação tão forte da Igreja Católica? Primeiramente, precisamos entender o contexto que Bruno viveu. Estamos na segunda metade do século XVI, período da Contrarreforma Católica.

²⁰⁵ Original de 1584.

²⁰⁶ No sistema heliocêntrico estipulado por Copérnico, o universo tinha o seu início e fim marcados pelo Sol e pela esfera celeste das estrelas fixas, respectivamente. Ambos ocupavam uma posição fixa e imóvel. O universo era, portanto, finito.

Após o surgimento do Protestantismo pelas mãos de Lutero, Calvino e os demais reformadores, o Catolicismo tentou recuperar os seus fiéis. Uma das posturas adotadas foi o endurecimento quanto aos assuntos de fé, chegando a criar uma lista de livros proibidos de serem lidos por serem considerados ofensivos ou, até mesmo, heréticos à Igreja. A essa rigidez, soma-se a investida liderada por católicos e protestantes contra a magia, tida como uma prática supersticiosa, demoníaca e pagã. Em suma, seja na Inglaterra elisabetana, ou até mesmo nas cidades italianas, a magia não era vista com bons olhos, ainda que o mago insistisse na bondade e piedade de seus atos.

Giordano Bruno deixou Pádua e foi para Veneza em março de 1592, a pedido de Giovanni Mocenigo (1409 – 1485), nobre de uma importante família veneziana, interessado em aprender a arte da memória. Residiu em sua casa e começou a ensinar-lhe, conforme haviam combinado. Irritado e decepcionado com os ensinamentos do filósofo-mago, e também influenciado por seu confessor, Mocenigo o delatou à Inquisição por suas ideias heréticas. Suspeitando de tudo, Bruno teria se preparado para deixar o local e retornar a Frankfurt. Todavia, foi impedido pelo veneziano, que o trancou num quarto de sua casa. De lá, foi transportado à prisão do Santo Ofício, onde, em 26 de maio de 1592, o encarceraram. Nesse dia, iniciou-se uma prisão de oito anos que terminou com a sua morte (YATES, 1987, p. 389 – 390).

O processo que a Igreja hoje utiliza não é o que utilizaram os apóstolos: eles convertiam o povo pela pregação e pelo exemplo de uma vida boa, mas, agora, aquele que não desejar ser católico deverá suportar castigos e dores, pois se usa a força e não o amor; o mundo não pode continuar assim, já que só há ignorância, e nenhuma religião é boa; a religião católica lhe agrada mais do que qualquer outra, mas também ela precisa de uma grande reforma; não é boa tal como está, mas logo o mundo verá uma reforma geral, pois não é possível que perdurem tais corrupções; ele espera grandes coisas do rei de Navarra, e pretende se apressar na publicação das suas obras para obter crédito desse modo, pois, quando chegar o tempo, ele quer ser o *capitano*, e não será pobre para sempre, visto que gozará dos tesouros dos outros. (YATES, 1987, p. 381).

Essas foram as palavras de Mocenigo, ao depor diante dos membros eclesiásticos, numa das suas delações à Inquisição de Veneza, incluindo-se nesse *hall* de acusações, a prática do charlatanismo e da magia negra. Evidentemente, Bruno negou tudo, admitindo serem depoimentos falsos. Defendeu-se, reconhecendo pequenos erros, enfatizando, no entanto, o caráter filosófico e não teológico de suas ideias. O julgamento em Veneza parecia seguir de maneira favorável ao filósofo. Entretanto, a Inquisição romana exigiu sua extradição e, em 27 de janeiro de 1593, Bruno entrou na prisão do Santo Ofício em Roma.

Perseguido pela Inquisição de longa data, Bruno sabia dos riscos que corria ao voltar para Veneza. De acordo com a historiadora Frances Yates, a razão do seu retorno “teria sido a esperança, semelhante à de tantos contemporâneos seus, de que a ascendência de Navarra na Europa acarretaria uma atitude mais liberal nos assuntos religiosos, e que tal atitude atingiria a Itália” (YATES, 1987, p. 377). Logo, o convite para se instalar em Veneza pode ter-lhe parecido uma indicação quase que messiânica de sua próxima missão. “Ele o fez por achar que dias melhores finalmente raiavam, e que a claridade deles estava prestes a iluminar a Itália” (YATES, 1987, p. 387). Bruno não se considerava um anticatólico. Como é mostrado no depoimento de Mocenigo, o Catolicismo lhe agradava mais do que qualquer outra religião, só que havia muita coisa a ser reparada. Necessitava de uma reforma, e o filósofo estava incumbido de assistir a esse processo. Oras, que melhor lugar para dar início à reforma que Roma, berço da

Igreja Católica e lar do Santíssimo Papa? Isso explica a sua insistência em querer falar diretamente com Clemente VIII em vários momentos de seu interrogatório.

Em 1599, o jesuíta italiano Roberto Bellarmino (1542 – 1621) apresentou oito proposições heréticas, retiradas das obras do filósofo italiano, exigindo-lhe que as abjurasse. No filme *Giordano Bruno*, de 1973, assim são citadas as afirmações:

- 1ª: Escreveu contra o Papa e a Igreja Católica;
- 2ª: Colocou em dúvida a virgindade de Maria;
- 3ª: Negou a Transsubstanciação da carne;
- 4ª: Afirmou que Cristo não era filho de Deus, mas um mago;
- 5ª: Afirmou a existência de mundos inúmeros e eternos e que a Terra gira em torno do Sol;
- 6ª: Disse crer na reencarnação e não no inferno;
- 7ª: Afirmou que até os demônios se salvarão;
- 8ª: Afirmou que a magia é lícita e que os apóstolos e os profetas eram magos.²⁰⁷

Bruno não abjurou, sustentando que jamais escrevera ou dissera algo herético, e que os inquisidores haviam interpretado mal toda a sua obra, selecionando trechos sem contextualizá-los. Sentenciado como um herege contumaz, foi entregue ao Estado para que a punição fosse cumprida, afinal a Igreja não permitia o derramamento de sangue! Queimaram-no vivo no Campo de' Fiori, em Roma, a 17 de fevereiro de 1600.

Algumas abordagens superficiais atribuem à execução de Bruno as suas posições filosóficas e, sobretudo, científicas. Nessa linha de raciocínio, a Igreja toma para si o papel de ceifadora do desenvolvimento científico com sua postura intransigente, no histórico embate entre Ciência *versus* Religião. Em uma realidade onde criticar um dogma conferia ao herege a pena máxima na fogueira, de modo algum negamos a intolerância desta instituição, porém, interpretar os fatos dessa maneira é raso e, conseqüentemente, inverídico. Vemos que, pela enumeração das oito proposições heréticas, apenas uma era “científica”, embora não comprovada (no que se refere à pluralidade de mundos). E mesmo assim, o ousado ponto de vista sobre os inumeráveis mundos e o movimento da Terra não teria sido o fator preponderante na sua condenação. Até porque, o Tribunal do Santo Ofício concedia pouca atenção às questões filosóficas e científicas durante os interrogatórios. O objetivo era os crimes de fé. Além disso, na época de Bruno, o copernicanismo nem era considerado um crime de heresia ainda. Ademais, corremos o risco de dizer que a religião só interferia em assuntos científicos quando o “cientista” colocava em xeque algum dogma religioso ou por alguma outra questão bem particular, como foi no caso de Galileu que analisaremos a seguir. É claro que no século XVI, a linha que separava religião, ciência e magia era tênue e movediça. Logo, a filosofia de Bruno também podia ser considerada a sua religião. Contudo, o que incitava a Inquisição era menos a sua impostura científica e mais a sua suposta missão religiosa.

Quanto à importância do saber mágico durante a Renascença, cabe ressaltar que essa discussão continua a ser bem debatida. Torna-se necessário perguntar até que ponto o misticismo teria contribuído para o desenvolvimento de uma ciência racional? A magia, bem como qualquer outra corrente de pensamento que tenha sido derrotada no processo de edificação da Ciência Moderna, é interpretada, em muitas das vezes, como um empecilho ao progresso do conhecimento científico, terminando

²⁰⁷ As proposições acima descritas constam no interrogatório do filósofo-mago, retratado em seu filme. Ver: GIORDANO Bruno. Direção de Giuliano Montaldo. Itália: Versátil Home Vídeo, 1973. 1 DVD (114 min.)

por cair no campo da superstição ou da prática demoníaca. Obviamente, isso não é verdade. O misticismo incorporado, sobretudo, pelo Neoplatonismo mágico-hermético, formava um conjunto coerente de explicações que dava conta da realidade física. A magia era uma forma válida de investigar a natureza. O homem, na passagem do medievo para a modernidade, deixava de ser um mero espectador das realizações de Deus, e se transformava no *ser operandi*, no agente que, ao se utilizar da magia, atraía para si as forças naturais e sobrenaturais para auxiliá-lo na compreensão do universo.

Em nossa concepção, seria injusto interpretar a magia de uma maneira depreciativa e prejudicial, no sentido de encará-la como um resquício inconsciente do ser humano em preencher lacunas que não podiam entender ou explicar. Pelo contrário, era, na verdade, uma das chaves para a resolução de inúmeros problemas, inclusive na esfera intelectual. Mesmo com a forte oposição religiosa, os magos, frequentemente, destacavam a bondade de suas intenções. Tomando o exemplo de Bruno, averiguamos que a magia contribuiu com doses de originalidade, criatividade e, principalmente, do não aprisionamento nas amarras que limitam o pensar e existir humano. Além disso, não podemos negar que ele tenha sido o primeiro a apresentar o esboço de uma nova cosmologia e de uma teoria de universo infinito, princípios estes muito avançados para a sua época, mas que se tornaram dominantes nos séculos seguintes. Infelizmente, não sobreviveu para prosseguir com seus ensinamentos.

III) Galileu e as falsas acusações dos jesuítas

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto. (GALILEI, 1983, p. 119).²⁰⁸

Dispensam-se comentários ao falar do matemático e astrônomo Galileu Galilei (1564 – 1642). Nascido na cidade italiana de Pisa, foi uma figura chave no processo de formação da Ciência Moderna com seus estudos sobre a mecânica dos corpos e de suas observações telescópicas. E pensar que nem mesmo ele escapou das falsas acusações e da intolerância religiosa de seu tempo.

Galileu pode ser considerado um divisor de águas em relação à Astronomia. Em 1609, ao inventar o telescópio – inicialmente batizado por ele de *perspicillum* – o saber astronômico sofreria uma grande mudança em seu *status quo*. Desenvolvido inicialmente nos Países Baixos em fins do século XVI, o instrumento de ampliação foi reproduzido e aperfeiçoado pelo astrônomo italiano que, fazendo o que ninguém ousara fazer, apontou-o para os céus e começou a observar os astros. A partir de então, a Astronomia mudou completamente de perspectiva, e de uma ciência puramente especulativa e matemática, se tornou também um saber prático e instrumental (SOARES, 1999, p. 187).

A invenção do telescópio foi um acontecimento tão grandioso que o Senado de Veneza concedeu uma generosa recompensa, repleta de honrarias, ao seu inventor. Tal fato despertou a ira de setores mais conservadores do ambiente acadêmico de Pádua, que não creditavam muita confiança no recém-criado objeto. Os peripatéticos

²⁰⁸ Original de 1623.

da primeira metade do século XVII argumentavam que os sentidos eram enganosos e que o instrumento ótico deturpava a realidade, como se o que se observasse não condissesse necessariamente com o real.

Todavia, nem mesmo a ira desse segmento mais conservador inibiu a grandiosidade do telescópio. A cada nova descoberta, como, por exemplo, a constatação de que Vênus apresentava fases parecidas com a da Lua, o que lhe fez afirmar que este planeta estava em órbita do Sol e não entre este e a Terra, como pensavam alguns astrônomos aristotélicos, o heliocentrismo ganhava mais força. É bem verdade que as observações de Galileu não confirmavam de imediato o sistema copernicano. Em determinadas situações, iam até contra, como no caso das manchas solares, que indicavam a existência de alterações na superfície do Sol e da sua rotação em torno de seu próprio eixo, o que invalidava a crença na imobilidade deste astro (SOARES, 1999, p. 188 – 189). Contudo, o antigo modelo ptolomaico tinha muito mais a perder que o recente copernicano, que receberia, no máximo, alguns ajustes e não a sua total anulação como ocorreu com o primeiro.

Em 1611, com seu nome e fama espalhados por toda a Europa, viajou a Roma para apresentar seu invento aos jesuítas do Colégio Romano. A reunião foi um sucesso e muitos padres ficaram entusiasmados. Nesse interim, Galileu também foi muito bem recebido na célebre *Accademia dei Lincei*, uma das mais importantes instituições científicas que reunia a elite da inteligência italiana. Fundada em 1603, a Academia tinha o duplo objetivo de constituir-se num centro de encontro e, conseqüentemente, incentivar o desenvolvimento científico. O matemático recebeu ainda a consagração de ter seu nome aprovado pelos demais acadêmicos, tornando-se também um *Lincei* (lince), isto é, “um homem de visão aguda e capaz de revelar as coisas que os olhos e mentes comuns não conseguem” (SOARES, 1999, p. 190 – 191), tal como os membros desta instituição assim se definiam.

Galileu foi um grande defensor do Copernicanismo e do Corpuscularismo. Após suas primeiras observações telescópicas, buscou relacionar essas duas correntes científicas. A Filosofia Corpuscularista se assemelhava ao Atomismo grego, cuja retomada pôde ser sentida, com mais força, no início do século XVII. Os primeiros atomistas acreditavam que a mobilidade da matéria dependia unicamente de si mesma, e todas as coisas podiam ser explicadas em função do encontro casual das partículas. No caso dos corpuscularistas, a diferença estava no fato de que os “átomos” (corpúsculos) poderiam ser divididos, ao passo que para os atomistas eram indivisíveis.

Em 1612, ano da publicação do *Discurso Sobre as Coisas que estão Sobre a Água e da História e Demonstrações Sobre as Manchas Solares*, ambos de autoria de Galileu, o dominicano Niccolo Lorini (1544 – 1617) denunciou o Copernicanismo ao Tribunal do Santo Ofício. Não demoraria muito – apenas três anos – para que as duas obras galilaicas também caíssem nas garras da Inquisição. Em 1616, o heliocentrismo copernicano se tornou uma doutrina herética, e todas as obras e autores que o defendiam, incluindo, obviamente, o próprio Copérnico, passaram a fazer parte do *Index*.

Foi então que o inquisidor Roberto Bellarmino, mesma figura encarregada do julgamento de Bruno, recomendou que Galileu abandonasse suas convicções acerca do pensamento copernicano. Entretanto, em resposta a uma querela acadêmica contra uma das mais prestigiadas autoridades do Colégio Romano da Companhia de Jesus na Itália, o padre, matemático, astrônomo e arquiteto Orazio Grassi (1583 – 1654), Galileu publicou, em 1623, o seu polêmico *Il Saggiatore (O Ensaíador)*, com patrocínio da *Accademia dei Lincei*, onde efetuou um desagravo em relação aos seus embates contra os peripatéticos, afirmando os princípios de uma ciência que articulava a

Astronomia Copernicana com a Filosofia Corpuscular, algo que ele já defendia, mas que somente naquele momento revelou publicamente, além de proclamar a matematização da Natureza (SOARES, 1999, p. 191 – 192).

Mesmo com a ampla repercussão do *Saggiatore*, o seu autor não chegou a ser atingido pela censura. Isso porque, poucos meses depois da publicação de seu livro, seu amigo florentino, o Cardeal Maffeo Barberini (1568 – 1644), fora eleito Papa Urbano VIII. Considerado um patrono das artes, o seu pontificado trouxe um clima mais tranquilo e de maior tolerância, freando um pouco os ânimos inquisitoriais dos setores mais conservadores da Igreja Católica.

Entretanto, uma grande reviravolta ocorreu no contexto político da Guerra dos 30 anos (1618 – 1648). Os partidários do endurecimento com os hereges e protestantes se tornaram maioria e Urbano VIII, acusado de compactuar com os infiéis, ficou isolado. Para não ser deposto, o papa teve de aceitar o direcionamento político de seus adversários, o que significou também a abolição daquele ambiente intelectual mais aberto.

Aproveitando-se desta situação, os inimigos jesuítas de Galileu, dentre eles o padre Orazio Grassi, o denunciaram à Inquisição. A acusação centrava-se na defesa da Filosofia Corpuscular. De fato, e como bem lembrou o historiador John Henry, caso o Atomismo fosse levado às últimas consequências, poderia trazer sérios problemas à ortodoxia cristã, já que, além de negar a participação de Deus na criação do mundo, uma vez que tudo era efeito da colisão acidental dos corpúsculos e não de uma vontade divina previamente definida, também reiterava o fato de não haver centro no universo, pois tanto a Terra quanto qualquer outro corpo celeste eram formados pela agregação fortuita das partículas num espaço vazio e infinito (HENRY, 1998, p. 82 – 83). Giordano Bruno seguiu, em parte, o pressuposto dos atomistas ao defender a pluralidade de mundos. É preciso esclarecer que o espaço de Bruno seria preenchido por uma substância etérea e não pelos átomos, até porque tal conceito não lhe era comum. Mesmo assim, nos chama a atenção em como, sendo um homem do século XVI, o seu espírito estava à frente de seu tempo.

Todavia, as ideias atomistas não foram retomadas em sua totalidade, pois nem todo adepto acreditava na ideia de um universo infinito, como Galileu, por exemplo. Essa é uma questão que discuto com frequência em apresentações e trabalhos publicados, apontando que o matemático e astrônomo italiano não era ingênuo e conhecia perfeitamente o terreno em que estava situado. Obviamente, assim como os demais corpuscularistas modernos, procurou adequar sua teoria ao Cristianismo, negando a existência de um universo infinito, preferindo, ao invés, o termo “indeterminado”, e insistindo que Deus havia dotado a matéria de um princípio interno de movimento no ato da Criação, assegurando um papel de destaque ao Criador (DUTRA, 2017, p. 245).

Em carta escrita, a 21 de Dezembro de 1613, ao seu discípulo, colaborador e também professor de Matemática na Universidade de Pisa, Benedetto Castelli (1578 – 1643), Galileu defendeu a Bíblia como ausente de erro e fonte de verdade. Seriam seus intérpretes que errariam, ao tomarem o sentido literal de um texto repleto de linguagem simbólica. Em seu entendimento:

[...] a Sagrada Escritura não pode nunca mentir ou errar, mas serem os seus decretos de absoluta e inviolável verdade. Só teria acrescentado que, se bem a Escritura não pode errar, não menos poderia às vezes errar algum dos seus intérpretes e expositores, de vários modos. Entre estes, um seria muitíssimo grave e frequente; quando quisesse deter-se sempre no puro significado das

palavras; porque, assim, pareceriam aí não apenas diversas contradições, mas graves heresias e mesmo blasfêmias. (GALILEI, 2009, p. 18 – 19).²⁰⁹

Além do mais, por se tratar de um conteúdo de ensinamento religioso e moral, não caberia à Bíblia as discussões em torno das ciências da natureza:

Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita necessariamente de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada no último lugar. [...] parece que, aquilo dos efeitos naturais que, ou a experiência sensível nos põe diante dos olhos ou as demonstrações necessárias concluem, não deva, por conta de nada, ser colocado em dúvida por passagem da Escritura que tivessem aparência distinta nas palavras, posto que nem todo dito da Escritura está atado a obrigações tão severas como todo efeito de Natureza. (GALILEI, 2009, p. 19 – 20).²¹⁰

Se Galileu, católico respeitado entre os membros da Igreja, incluindo o próprio Urbano VIII, nunca se posicionou contra o Catolicismo, há de se questionar o caráter religioso de sua acusação. Afinal, como pôde ser denunciado de heresia e crítica aos dogmas cristãos, se o mesmo defendia e conciliava o Cristianismo com sua postura científica? Logo, o que podemos averiguar é que, longe de representar uma disputa entre ciência e religião, essas falsas acusações envolviam uma trama de questões internas e pessoais muito específicas. A começar pelo seu posto de professor de Matemática na Universidade de Pádua.

Entre fins do século XVI e início do XVII, aqueles que ocupavam uma cadeira de Matemática nas universidades possuíam um prestígio menor quando comparados aos filósofos e teólogos. Por ser considerada uma arte mecânica, a disciplina conferia um estatuto epistemológico inferior, inclusive com um salário menor comparado aos demais mestres acadêmicos. Dessa maneira, a hierarquia entre as Artes Liberais subordinava a Matemática à Filosofia e à Teologia, “e os matemáticos não deviam, nem podiam, lidar com as dimensões físicas dos fenômenos naturais, as quais eram consideradas como pertencendo aos domínios dos filósofos” (BIAGIOLI, 2003, p. 06 – 08).

De acordo com Mário Biagioli, embora essa hierarquia disciplinar estivesse fortemente presente no cenário universitário, isso não era tão evidente na corte. Nela, a condição do indivíduo era determinada mais pela proximidade que detinha com o príncipe que pela disciplina, propriamente dita. Tal seria a razão de Galileu ter trocado a Universidade de Pádua pelo ambiente cortesão dos Médici, adquirindo o título de *Filósofo* da corte florentina. O seu intuito era justamente se livrar das amarras acadêmicas que hierarquizavam e inferiorizavam a Matemática em relação à Filosofia, podendo, a partir daquele momento, defender seus estudos sobre a matematização do universo com mais liberdade. É claro que, por não ser um ambiente necessariamente científico, foi preciso que o pensador italiano se utilizasse de toda uma linguagem específica para obter êxito na sua mudança junto ao príncipe. Sabiamente, adequou os seus estudos em Astronomia a um vocabulário cortesão, atribuindo a descoberta dos satélites de Júpiter à mitologia dinástica dos Médici, o que o fez obter ainda mais admiração e vantagens que a academia não lhe oferecia (BIAGIOLI, 2003, p. 07 – 09).

Se por um lado o seu talento lhe outorgou inúmeras honrarias e admirações, por outro, também despertou o ressentimento e a crítica de intelectuais, principalmente dos

²⁰⁹ Original de 1613.

²¹⁰ Original de 1613.

jesuítas ainda atrelados a um paradigma aristotélico de conhecimento. Lembremos que sua resposta ácida e satírica no *Saggiatore* se destinava a nada mais, nada menos que Orazio Grassi, membro representativo e de enorme influência do Colégio Romano. Sendo assim, sua denúncia de heresia diz mais respeito a um jogo de poder entre dois sistemas de mundo inconciliáveis que uma disputa entre ciência e religião.

Sabe-se que, se o processo fosse levado às últimas circunstâncias, Galileu seria condenado à morte pública na fogueira, da mesma forma que Bruno. Mas o papa, para salvar seu amigo das graves acusações, conseguiu transformar o processo numa autentica farsa. A partir de 1632, subtraiu a competência de jurisdição sobre o processo e entregou-a a uma comissão especial chefiada por seu sobrinho e também amigo do matemático italiano, o Cardeal Francesco Barberini (1597 – 1679), deslocando também o centro das acusações para o Copernicanismo, que na época não era considerado um crime de morte. Depois da farsa da abjuração da doutrina copernicana, que encerrou o processo, Galileu voltou para Florença, ficando numa prisão domiciliar e proibido de escrever ou falar publicamente sobre quaisquer assuntos científicos e filosóficos, o que nunca chegou a cumprir (SOARES, 1999, p. 193 – 194).

Conclusão

Chegamos ao término deste artigo. O que buscamos aqui foi discutir algumas interpretações equivocadas em torno do saber científico em períodos mais distantes na História, superando, portanto, anacronismos e estudos mais rasos. Igualmente, demonstramos como problemas atuais, como as notícias falsas, sempre estiveram presentes na vida dos mais importantes personagens relacionados à Ciência Moderna. Esperamos assim, ter contribuído para o debate sobre ciência e sociedade no limiar da modernidade. Temos noção da audaciosa proposta em discutir tantas questões relevantes em poucas páginas, mas acreditamos ter elucidado os principais pontos de nosso argumento, ainda que o espaço para análises tão profundas tenha sido curto.

Referências bibliográficas:

- BIAGIOLI, Mario. *Galileu, Cortesão: A Prática da Ciência na Cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003.
- BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. De como o homem procurou conhecer a si mesmo e ao mundo. Lisboa: Gradiva, 1987.
- BORGES, Helena. Um terço dos brasileiros desconfia da ciência. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/um-terco-dos-brasileiros-desconfia-da-ciencia-23754327>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.
- BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. Coleção Os pensadores. Trad. Helda Barraco, Nestor Deola e Aristides Lobo. São Paulo: Abril Cultural, 3ª ed., 1983.
- BURTT, Edwin A. *As Bases Metafísicas da Ciência Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- COPÉRNICO, Nicolau. *As revoluções dos orbes celestes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- DUTRA, Diego P. de Souza. Para uma história da ciência quinhentista: entre desafios e anacronismos. *Temporalidades – Revista de História*. Belo Horizonte, Edição 25, V. 9, N. 3, p. 243 – 257, set./dez., 2017.

GALILEI, Galileu; NASCIMENTO, Carlos Arthur R. do. (Org). *Ciência e Fé: Cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª ed, 2009.

GALILEI, Galileu. *O Ensaíador*. Coleção Os pensadores. Trad. Helda Barraco, Nestor Deola e Aristides Lobo. São Paulo: Abril Cultural, 3ª ed., 1983.

GIORDANO Bruno. Direção de Giuliano Montaldo. Itália: Versátil Home Vídeo, 1973. 1 DVD (114 min.).

HENRY, John. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LUTHER, Martin. *Luther's Works*. Vol 54. Table Talk, ed. Helmut T. Lehmann. Philadelphia: Fortress Press, 1967.

SOARES, Luiz Carlos. *Do Novo Mundo ao Universo Heliocêntrico: os Descobrimentos e a Revolução Copernicana*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

WEINBERG, Steven. *Para explicar o mundo: a descoberta da ciência moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

YATES, Frances A. *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.

NAS TRAMAS DA HISTÓRIA: OFICIAIS DO EXÉRCITO E A SUA TRAJETÓRIA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1900-1930)

Fabíola Peres de Souza²¹¹

Resumo: Ao longo da primeira república e, posteriormente, nos governos de Getúlio Vargas, o exército atuou diretamente na política do estado brasileiro, vide, o apoio de parte da Força ao golpe do Estado Novo e a deposição do governo varguista. Assim, com base no método prosopográfico apresentaremos um *corpus* documental constituído a partir dos dados de cem oficiais do exército, elencados em cinco tabelas, com base nessa amostra demonstraremos como no decorrer das suas trajetórias existe a formação de uma estrutura forjada no tensionamento entre agente e estrutura, bem como, num conjunto de conflitos experienciados pela república brasileira.

Palavras-chave: Brasil, exército, prosopografia

Concomitante a construção do estado brasileiro ocorreu a institucionalização do exército, ambos enfrentaram o mesmo desafio: a busca de um referencial ideológico e político para nortear o seu desenvolvimento. O Brasil buscou no positivismo, fundado por Auguste Comte, uma identidade, aliás, esses ideais foram utilizados em larga escala na América Latina. Conforme, José Murilo de Carvalho em: *A formação das almas* (1990) a concordância do exército com a filosofia positivista era surpreendente, pois os positivistas repudiavam a possibilidade de um governo sob o comando militar. O interesse pelo pensamento comtiano estava presente na Escola Militar:

Em 1850, Miguel Joaquim Pereira de Sá apresentou a tese intitulada “Dissertação sobre os princípios da estática” a qual vinha precedida de um pensamento de Comte. Este trabalho foi considerado por Teixeira Mendes como primeiro vestígio da influência positivista no Brasil. Em 1851, Joaquim Alexandre Manso Saião, apresentou a tese “Dissertação sobre os princípios fundamentais do equilíbrio dos corpos flutuantes” e em 1853, Manoel Maria Pinto Peixoto, apresentou a tese “Estudo do princípio do cálculo”. (LINS, 1967) (ANDRADE; PIVA, 2011, p 383-684)

Em 1872, Benjamin Constant passa a dar aula na Escola Militar, alicerçado na filosofia positivistas, o ensino era direcionado as letras, matemática e filosofia, ou seja, pouco se via do ensino militar. De acordo com, (CARVALHO, 1997, p.196): “O que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de direito e medicina. Dentro do próprio exército estes oficiais gostavam de ser chamados de doutores”. A Escola Militar da Praia Vermelha teve sua origem no período monárquico Carvalho (1997, p.195) “esta escola evoluíra da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de engenharia civil do ensino propriamente dito.” No íterim de 1904 até 1911 a Escola da Praia Vermelha esteve fechada devido a revoltas internas, assim os alunos foram transferidos à Escola de Guerra de Porto Alegre, somente em 1911 retomou as atividades no Rio de Janeiro, no Realengo (CARVALHO, 1997).

²¹¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas, bacharela em História (UFpel) e licencianda em História. E-mail: faloscabi@gmail.com

Benjamin Constant²¹² faleceu em 1891, ou seja, dois anos após a proclamação da república. Durante o governo provisório exerceu os cargos de Ministro da Guerra e chefe do Ministério da Educação Pública, Correios e Telégrafos (ANDRADE; PIVA, 2011). Entretanto, sua tolerância a rebeldia dos oficiais acarretou na sua substituição pelo general Floriano Peixoto.

Embora, oriundo da Guerra do Paraguai, Constant era respeitado pela oficialidade. Um dos primeiros cismas no interior da caserna foi o conflito entre os oficiais que combateram na Guerra do Paraguai, chamados pejorativamente de “tarimbeiros”, e a jovem oficialidade adepta ao positivismo e ansiosa por mudanças no exército. A modernização da Força e a sua legitimidade diante da sociedade era um ponto de tensão, assim como o Brasil procurava forjar uma identidade; o exército almejava a partir da contratação de missões estrangeiras aderir ao sistema adotado pelos oficiais de outros países, como: Alemanha, França e Estados Unidos.

Desprezado, o exército, buscava jovens em idade de alistamento, aliás, esse foi um dos maiores problemas, atrair um contingente significativo, pois fazer parte da Força causava repugnância aos indivíduos, o valor dos soldos eram baixos e os procedimentos para manter a hierarquia e a disciplina baseavam-se na violência ou no humor dos oficiais. Os castigos físicos foram mantidos até meados da década de 1920, embora abolidos o controle e cerceamento de liberdades foi verificado até a década de 1950.

D. Pedro I, aliado a oligarquia procurava enfraquecer a instituição por considerá-la um braço armado do poder central. A criação da Guarda Nacional se dera por intermédio da oligarquia agrária com o intuito de fazer frente à corporação, segundo Carvalho:

A Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país, ao passo que o exército não se ligava a esses grupos nem mesmo pela [...] oficialidade. Assim, marginalizada, a oficialidade do exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra estes grupos, representados principalmente pela elite política civil. (CARVALHO, 1997, p.192)

Em 1874²¹³, foi determinado o alistamento universal e o sorteio de vagas ociosas. Em 1908²¹⁴, o sorteio passa a vigorar e aos colégios secundários foi imposto o

²¹² [...] É importante reforçar que Constant não professava a Religião da Humanidade, nem seguia os preceitos morais de Auguste Comte, embora sua crença no Positivismo como doutrina ética fosse inabalável, como atestam os documentos descritos por Ivan Monteiro de Barros Lins (1904-1975) e João Camilo de Oliveira Torres (1915-1973) em estudos sobre o Positivismo. Quando, mais tarde, o Positivismo brasileiro passou a assumir suas feições mais religiosas que especulativas, Constant foi considerado quase dissidente, justamente por causa de sua renúncia em seguir os ensinamentos religiosos de Comte. (ANDRADE; PIVA; 2011, p.684)

²¹³ [...] certas disposições da lei fizeram, no entanto, que ela resultasse em completo fracasso. De um lado permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia de dinheiro ou apresentar substitutos, e introduzir isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio etc. De outro lado, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo subdelegado. O resultado foi continuar o serviço a pesar totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos [...]. (CARVALHO, 1997, p. 190)

²¹⁴ É como Ministro da Guerra de Afonso Pena que Hermes da Fonseca pode dedicar-se às reformas: nos seus relatórios de 1907 e 1908, aparecem desenvolvidas as remodelações da sua administração. Serviço militar obrigatório, armamentos e material, fábrica de pólvoras e cartucho, reorganização de corpos disseminados, criação de grandes unidades, reforma da administração, problemas da fronteira, sistema de promoções, renovação dos quadros, problemas do ensino [...] A tentativa de reintroduzir o

ensino militar, em 1916 o recrutamento era realizado entre as classes menos abastadas (CARVALHO, 1990). Em 1918 tornou-se obrigatório a apresentação da carteira de reservista pra quem fosse prestar seleção a um cargo público. Todavia, o recrutamento era realizado à Força entre as camadas mais pobres da população, analfabeta, mendicantes, prisioneiros, pessoas que buscavam no meio urbano condições para sobreviver acabavam ocupando as fileiras do exército.

Após a ascensão a presidência Deodoro da Fonseca aprovou a distribuição de títulos honorários a inúmeros membros do seu gabinete. Além disso, um quarto da Assembleia Constituinte era constituída por militares do exército, conforme , (MCCANN, 2004, p.48), “a assembleia Constituinte era um campo de batalha onde os que procuravam limitar o poder ditatorial do Executivo digladiavam-se com os chamados jacobinos (termo inspirado na Revolução Francesa), que queriam manter e aumentar esse poder”. Em 1891, a rivalidade e o cisma existente no interior da Força é evidenciado durante a eleição para a presidência, Deodoro da Fonseca eleito recebera 129 votos, em contrapartida Floriano Peixoto obteve 153 votos para ocupar a vice-presidência.

Floriano Peixoto chegou a encabeçar uma conspiração contrária a Deodoro da Fonseca. Por conseguinte, o lançamento da nova constituição buscava apaziguar os ânimos de alguns integrantes das Forças Armadas que nutriam certas desconfianças da sociedade civil e tinham no Marechal de ferro, a esperança de um líder com comportamento mais firme diante das incertezas do papel a ser assumido pelos militares na nova república: Assim, fora estabelecido em 1891:

O artigo 14 declarava que o Exército e a Marinha eram instituições nacionais permanentes, responsáveis por manter a lei e a ordem e por garantir a continuidade dos três poderes constitucionais (Executivo Legislativo e Judiciário). [...] O artigo também ordenava que as Forças Armadas fossem obedientes ao presidente, mas nos “limites da lei” [...]. (MCCANN, 2004, p.49).

Embora, empregada a expressão nos “limites da lei” a Constituição prescrevia disciplina rígida, obediência total e não permitia a manifestação política, os militares, principalmente, os oriundos da Guerra do Paraguai não admitiam tal imposição. O discurso do general Tibúrcio de Souza revela o tom de indignação:

A “podridão que vai por este pobre País e, portanto, a necessidade de ditadura militar para expurgá-la são conceitos de Floriano, com a “convicção de que os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo o sentimento político. [...] num discurso em 1911, o major Gomes de Castro denomina o Judiciário e o Legislativo “dois cadáveres em decomposição”. Ou declaram os militares não estarem “mais dispostos a suportar os descontos de seus vencimentos para que os deputados e senadores continuassem meter a mão na algibeira [...]”. (CARONE, 1997, p.360).

O governo Deodoro estabeleceu uma relação de conflito com o Congresso Nacional, acarretando no seu fechamento, Ademais, a emissão desenfreada de moeda-papel e a concessão de empréstimos a rodovias deficitárias, sem garantia alguma de retorno, e a liberação de crédito concomitante ao desperdício da reserva de ouro foram alguns dos problemas deixados ao seu sucessor(MACCANN, 2004). Legalmente, o posto de presidente não deveria ser assumido pelo vice-presidente, já

serviço militar obrigatório é uma questão bastante contraditória para a opinião pública. (CARONE, 1997, p.350)

que, a Constituição determinava conforme: “Art. 42 – Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á à nova eleição.” (BRASIL, 1891). De acordo com, McCann (2004, p.50) “em todos os Estados brasileiros os governos que preconizaram novas eleições foram derrubados por golpes locais, o que gerou um caleidoscópio de rostos, partidos e facções em luta pelos cargos de governador e deputado”. Um manifesto assinado por treze generais exigia a realização de novas eleições, entretanto Floriano Peixoto condenou os oficiais ao exílio em Tabatinga.

Segundo, Fausto (2001, p.143-144), Floriano Peixoto defendia o modelo de “um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo no exército e na mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada” república dos fazendeiros”, liberal e descentralizada.” Para manter-se no cargo Floriano Peixoto alinhou-se ao Partido República Paulista, por sua vez, o partido considerava essa uma alternativa razoável para manter o sistema republicano. A relação entre os dois primeiros presidentes militares e a sociedade civil são um presságio para o futuro da república, desencadeada a Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul, cujo conflito se dava com os presidentes dos estados alinhados a Deodoro e exonerados no atual governo, além de:

[...] A Revolução Federalista veio a se constituir numa reação ao controle do processo político local pelos republicanos seguidores de Júlio de Castilhos e de orientação positivista. Fundamentalmente esta reação partiu daqueles liberais que, em 1889, haviam sido derrubados do poder. (PESAVENTO, 1983, p.9).

Concomitante à Revolução Federalista era deflagrada a Revolta da Armada²¹⁵, compartilhando os mesmos desapontamentos, o almirante Custódio de Mello, uniu-se aos federalistas. A Marinha não admitia a truculência de um governo considerado ilegítimo e sentia-se preterida em relação ao exército, os federalistas aliaram-se aos revoltosos, pois haviam perdido o prestígio desfrutado no governo deodorista. A contribuição financeira dos financistas insatisfeitos com a política econômica auxiliou os amotinados com navios e munições, além disso a Grã Bretanha era simpática a causa dos insurgentes. Em vista disso, os Estados Unidos observavam o cenário e lançaram seus navios até o Rio de Janeiro, segundo Mccann (2004, p.58), “o favoritismo britânico pelos rebeldes empurrou os americanos para o lado de Floriano”. O desfecho da Revolta da Armada seria um acordo entre Floriano Peixoto e os oficiais rebelados, além da sua renúncia foi acordada a eleição de um civil à presidência.

O novo presidente, paulista, membro do Partido Republicano Paulista e representante da oligarquia; Prudente de Moraes iniciou o seu mandato suspendendo o aumento dos quadros do exército. Por consequência, o general Argôlo, Ministro da Guerra, lança um protesto no interior do Clube Militar, todavia sem êxito acaba demitido.

Em 1895, os alunos da Escola da Praia Vermelha ²¹⁶manifestavam nostalgia do governo anterior. Um dos professores era antiflorianista, o que contribuiu à insubordinação e protestos públicos dos estudantes, em média sessenta alunos foram expulsos da escola. Contudo, apesar das punições foram registradas novas revoltas em 1887 e 1904; para conter os ânimos, a Escola da Praia Vermelha ficou sem atividades por dois anos.

²¹⁵ Em 1893-1894 o Exército e parte da armada ancorada na baía do Rio de Janeiro engalfinharam-se em um frustrante conflito que acabou vinculado à guerra civil no sul [...] (MCCANN, 2004, p. 51)

²¹⁶ A Escola da Praia Vermelha retornou às atividades ainda no governo de Prudente de Moraes, mas em novo local Realengo.

O exército desacreditado, fragmentado, taticamente despreparado e desprovido economicamente teria de combater na Guerra de Canudos²¹⁷, Mccann (2004, p.63) ponderou que, “o nervosismo que dominou o clima político na década de 1890 permitiu que uma inofensiva colônia religiosa nos confins da Bahia fosse retratada como uma horda monarquista pronta para atacar.” A primeira intervenção comandada pelo tenente Manoel da Silva Pires, acompanhado de cem soldados invadiu um pequeno povoado, Uauá, atacado pelos sertanejos, perdeu na luta dez soldados. Não seria diferente com o major Febrônio de Brito do 9º Batalha de Infantaria, durante o deslocamento da tropa fora deixando os suprimentos pelos vilarejos que percorria, conseqüentemente, a tropa ficara sem alimentos.

O experiente coronel Antônio Moreira César combatente na Revolução Federalista equivocou-se ao acreditar que a tropa carregava uma bomba de poço artesiano, na verdade transportavam um macaco de levantar carga. Sem água, sem roupas adequadas, desconhecendo as peculiaridades do território e expostos a altas temperaturas o confronto com os sertanejos fora desastroso, Moreira César recebeu dois tiros e veio a óbito. Assumindo o posto, o coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo teve de lidar com a falta de suprimento e água (MCCANN, 2004). O enfrentamento final ocorreu com a união das três brigadas, organizadas pelos: generais de brigada, Artur Oscar de Andrade Guimarães, João da Silva Barbosa e Claudio de Amaral Savaget. Embora, vitorioso o exército:

[...] estava em frangalhos. Dos 20035 praças e 3082 oficiais, aproximadamente 8526 praças (42%) e 1016 oficiais (32%) haviam servido na campanha. Destes, 4193 foram feridos entre julho e outubro de 1897. O número exato de soldados mortos é desconhecido. Segundo o tenente Macedo Soares morreram 5 mil [...]. (MCCANN, 2004, p.99).

Após a Campanha de Canudos, o exército estava totalmente desarticulado e a responsabilidade de reorganizá-lo era do Ministro da Guerra e general Mallet, todavia a reforma da Força não era vista com bons olhos pela monarquia. A falta de respaldo acarretou em diversas quarteladas, entre elas, a revolta de 1904 e, posteriormente, a eclosão dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A missão de Mallet era:

[...] mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. Além disso, os quartéis e outras instalações do Exército precisavam ser remodelados, e as unidades careciam de armamento moderno [...] por mais razoáveis que fossem os projetos resultantes, as políticas monetárias restritivas do governo Campo Sales (1898-1902), formuladas em resposta à vultosa dívida externa brasileira, impossibilitaram a implementação imediata. Ainda assim, o “Projeto Mallet”, como ficou conhecido, forneceu a base intelectual para as iniciativas de reforma até a Primeira Guerra Mundial. (MCCANN, 2004, p.107).

²¹⁷ Canudos era um arraial de uma comunidade religiosa no sertão setentrional da Bahia. Sua população, que talvez tenha chegado a 30 mil pessoas, fixara-se ali atraída pela esperança de que Antônio Maciel, o Conselheiro, lhes daria uma vida melhor. A comunidade de Conselheiro vivia tão absorta em seu próprio mundo que é espantoso as autoridades brasileiras poderem tê-la considerado um perigo para a República [...]. (MCCANN, 2004, p.66)

Em 1904, o Brasil estava sob o comando do terceiro presidente de origem paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves. Desencadeada a Revolta da Vacina, em 1904, o governo precisou contornar a revolta da população, inclusive, alguns militares aderiram a sublevação. No mesmo ano, uma revolta no interior da caserna acarretou no fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha. Contudo, a Escola de Guerra de Porto Alegre permaneceu aberta.

O governo mineiro de Afonso Pena (1906 -1909) aliou-se a Hermes da Fonseca em busca da organização e modernização do exército, Hermes havia sido promovido na administração anterior a comandante do 4º Distrito Militar, entretanto Afonso Pena o nominara ao posto de Ministro da Guerra. Hermes da Fonseca retomou assuntos não resolvidos no exército, “como o que criara, em 1886, o Estado-Maior do Exército e a que, no mesmo ano, lançara a Confederação Brasileira de Tiro, entidade que visava proporcionar à juventude das camadas sociais mais prósperas uma formação militar mínima” (MORAES, 1991, p.86). Ademais, o ensino militar passou a ser obrigatório nas escolas secundárias.

Naquela década, a Alemanha era considerada a melhor alternativa para a realização de estágios dos jovens oficiais, o primeiro contato partiu do Barão do Rio Branco que promoveu a ida de alguns estagiários ao país, porém quem intermediou a presença da missão militar alemã no Brasil foi Hermes da Fonseca. Após a experiência esses jovens oficiais figuravam entre os opositores da política do café- com- leite:

[...] insatisfeitos começaram a interferir nos partidos políticos estaduais. Os partidos republicanos em vários estados haviam se dividido em facções antagônicas, cujos litigantes frequentemente tentavam atrair os militares locais para o seu lado. Mas quando eles intervinham, é claro, eram vistos como destruidores da esperada neutralidade política do Exército [...] (SKIDMORE, 1998, p. 146)

O treinamento dos oficiais melhorou com a ida de três turmas à Alemanha entre 1906 e 1910, A jovem oficialidade trouxe, além de táticas e estratégias, novos ideais para o interior da caserna:

[...] Os “jovens turcos”, como são denominados os oficiais de influência alemã, tentam dinamizar constantemente os quadros e disciplinas. Os artigos polêmicos da A Defesa Nacional traz dissabores constantes à comissão de redação; traduzem-se manuais alemães sobre ginástica, tática, regulamentos de tiro de artilharia de campanha; apresentam-se planos para escola de sargento, escola prática e de tiro de artilharia. [...] (CARONE, 1970, p. 347).

Os “jovens turcos” criaram no ano de 1913, a revista intitulada “A Defesa Nacional” segundo Moraes (1991, p.86), “em torno da qual iria se agrupar a primeira versão intelectual e politicamente consistente da direita militar no Brasil”. O mesmo autor destaca a sagacidade de um dos signatários da revista, Bertoldo Klinger, na perseguição a Coluna Prestes e na tentativa de derrotar a Aliança Liberal (1930).

Esses oficiais defendiam que cabia ao exército a defesa externa do país, todavia o exército poderia participar de questões ligadas a política nacional, ele poderia atuar como uma força organizadora e educativa da sociedade, até um estágio em que não fosse necessária a sua intervenção, seu objetivo era: “construir um Exército que correspondesse às “legítimas aspirações de desenvolvimento e progresso”, convictos de que “a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar ” . (MCCANN, 204, p.217).

Por sua vez, Olavo Bilac entendia que a função do exército era ensinar: patriotismo e ordem social. O serviço militar obrigatório seria capaz de transmitir as virtudes da classe média aos pobres e desvalidos. Por outro lado, Alberto Torres não julgava que o Exército pudesse ser um elemento de coesão para uma ideia de nação brasileira, além de criticar a institucionalização do serviço militar obrigatório “Torres preconizava que a oficialidade treinasse as tropas que os estados seriam obrigados a fornecer. O recrutamento seria voluntário, recorrendo-se ao alistamento compulsório apenas para preencher cargos” (MCCANN, 2004, p.223).

De acordo com, Mccann (2004, p. 140) “O entusiasmo nacionalista impulsionou o Congresso a aprovar uma nova lei de serviço militar obrigatório em 1908. Para fugir da vida de caserna, muitos civis recorriam ao expediente mais agradável de alistar-se nas chamadas linhas de tiro”. A Confederação de Tiro Brasileira foi criada, em 1896, no esforço de atrair os indivíduos pertencentes à classe média e alta para o serviço militar (CARVALHO, 1997). Embora, Hermes da Fonseca tenha contribuído com a remodelação da Força problemas como: escassez de membros, estrutura física insuficientes, falta de material bélico, despreparo dos comandantes, persistiriam por décadas.

A organização da missão alemã que, em tese, deveria ocorrer em 1909 não se concretizou, a França mantinha estreitas relações com a elite paulista que decidiu contratar uma missão militar francesa ²¹⁸com o objetivo de transformar a Força Pública de São Paulo em um pequeno exército a fim de proteger o estado de uma intervenção do governo federal (MCCANN, 2004).

Afonso Pena faleceu antes de completar o seu mandato, o carioca e vice-presidente Nilo Peçanha comandou o Brasil, no íterim de 1909 a 1910. Posicionou-se a favor da vinda de missões estrangeiras ao Brasil, enquanto isso França e Alemanha se digladiavam para adentrar o mercado brasileiro por meio da venda de material bélico ao exército. Por conseguinte, (MORAES, 1991) o próximo presidente, gaúcho, eleito em 1910, Hermes da Fonseca, bem relacionado, demonstrava diligência quando ocupou o posto de Ministro da Guerra. Todavia, Afonso Pena não aceitava a pretensão de Hermes. Além dele, paulistas e mineiros não eram favoráveis ao marechal que representava um cisma na liderança dos dois Estados.

Hermes da Fonseca empregou o seu cargo na promoção de inúmeros oficiais do exército, além de aprovar o acúmulo de cargos pelos seus pares “em 1912, sete senadores, seis deputados, três governadores e o prefeito do Distrito Federal eram oficiais da ativa, com patentes que iam de tenente-coronel a general-de-divisão”, (MCCANN, 2004, p.155). Nesse íterim, o marechal arcava com a prioridade que havia delegado ao exército alemão, no entanto os franceses eram ligados à parte da elite nacional o que oportunizara a competição com a Alemanha. O assunto se encerraria quando o Brasil ingressou na Primeira Guerra Mundial em oposição a Alemanha.

Ao defrontar-se com a competição desenfreada entre os Estados, com o desagrado dos mineiros e paulistas durante a sua administração, em 1913, os dois estados criaram um acordo para se revezar na presidência do país. Em 1912, seria desencadeada a Guerra do Contestado (1912-1916). O conflito apresentava um caráter

²¹⁸ “[...] com a contratação de uma Missão Militar composta por oficiais franceses em 1919, a qual ficaria encarregada de operar uma reestruturação geral na organização do comando militar em conjunto com uma reformulação no sistema de ensino. Com respeito aos aspectos organizacionais, os resultados mais visíveis traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição, buscando, assim, romper os vínculos historicamente estabelecidos e mantidos entre setores do oficialato e elites regionais [...]”.(SEIDL, 2010, p. 77-78).

religioso e de reivindicação social, Santa Catarina e Paraná disputavam uma região adjacente entre ambos:

[...] o movimento ai surgido em 1911 não tinha porém por objeto essa disputa. Nasceu reunindo seguidores de um “coronel” tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo na área. Entre elas, trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia e ficado desempregada no fim de seus contratos. (FAUSTO, 2001, p. 167)

A empresa de propriedade do norte americano Percival Farghar era responsável pela construção da estrada que conectaria o Rio Grande do Sul a São Paulo. Acerca do contexto exploratório, “conforme a ferrovia avançou, foi expropriando terrenos, deixando para trás brasileiros destituídos e procurando substituí-los por imigrantes europeus”, (MCCANN, 2004, p.173). Em 1912, em comemoração a derrubada da mata e início do plantio os habitantes do Contestado reuniram-se em Taquaruçu na festa do Bom Jesus, muitos tinham sido desapropriados das suas terras, permanecendo no local junto do monge José Maria que os conduzia nas orações (MCCANN, 2004). Mais uma vez, a memória de Canudos ascendera e acreditava-se que o monge havia proclamado uma monarquia. Enviada a Polícia Militar para findar o movimento, na primeira intervenção José Maria fora morto.

A Guerra do Contestado (1912-1916) atravessou os governos de Hermes da Fonseca e do mineiro, Venceslau Bras. Seu mandato iniciou nas primícias da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o Brasil defrontava-se com a superprodução de café e para atenuar a crise queimaria toneladas do produto, a oscilação de preços e as secas acarretariam na crise agrário-exportadora (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Em 1915, um grupo de sargentos insubordinados reivindicavam um novo plano de carreira e o aumento do valor do soldo, além disso planejavam instituir o Parlamentarismo e eleger como presidente o oficial Dantas Barreto (MORAES, 1991). Além disto, o Brasil entrou na guerra junto dos Estados Unidos na pretensão de ter reconhecimento mundial, guardadas as devidas proporções, “a onda econômica do pós-guerra ajudou o país a industrializar-se, ainda que desigualmente. [...] junto com a industrialização contínua veio o crescente descontentamento com a política interna [...]”. (SKIDMORE, 1998, p. 137).

Nos anos de 1917 e 1919 eclodiram as greves dos operários, a situação econômica do país era crítica, os trabalhadores do Rio de Janeiro e São Paulo se mobilizaram. O novo presidente Rodrigues Alves, paulista, faleceria antes de assumir. Delfim Moreira ocupou o cargo de presidente até a organização de um novo pleito, no dia primeiro de maio de 1919, a população foi às ruas: “só na capital de São Paulo ocorreram 64 greves, e mais catorze no interior. O primeiro de maio congregou de 50 mil a 60 mil participantes no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.337).

Epitácio Pessoa natural do estado da Paraíba tornara-se presidente da república, no exército, Caetano de Faria transmitiria o cargo para Alberto Cardoso de Aguiar, o comandante do Estado-Maior era um civil João Pandiá Calógera. A seleção de um civil para o posto foi exigência do presidente, esse fato não passaria despercebido, assim como a interferência negativa na análise do projeto submetido ao Senado para o aumento dos soldos militares.

Nesse íterim, a desaprovação da presença estrangeira no exército dividia a Força, a Alemanha não era uma opção desde que: “O Brasil, como os Estados Unidos foi arrancado da sua passividade pela decisão do alto comando alemão em 1917 de lançar-se à guerra submarina irrestrita no Atlântico”. (SKIDMORE, 1998, p. 139). O Brasil receberia a missão militar francesa.

A década de 1920 foi de movimentos em diversos setores da sociedade, entre eles, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e os movimentos tenentistas. Os “tenentismos” ainda suscitam divergências, pois pesquisadores como Maria Cecília Forjaz, em “Tenentismo e política” (1987), defende a tese de que o movimento produzido pela baixa oficialidade representava a classe média. Em contrapartida, Boris Fausto sustenta exatamente o contrário, ou seja, os tenentes estavam reivindicando em causa própria, tanto que, alega o autor os tenentes acabariam sozinhos na luta, pois a população pertencente a elite civil não os acompanhara, em tese, devido ao confronto armado. O estopim para o movimento em 1922, de acordo com Moraes:

[...] o único dos levantes “tenentistas”, em cujo desencadeamento pesou decisivamente a motivação corporativa (ofensa à dignidade do Exército por parte do candidato da “aliança do café”, Artur Bernardes, à sucessão de Epitácio Pessoa), foi o de 22. A divulgação, pelo Correio da Manhã da carta atribuída àquele candidato, na qual ele tratava o marechal Hermes da Fonseca de “sargentão sem compostura” e se referia aos jovens oficiais contestatários que apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha (cujo programa de reformas, embora tímido, bastara para lhe granjear simpatia da opinião democrática nos centros urbanos, aí incluído o Clube Militar) como uma “canalha” que “precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina” caiu como brasa na palha seca. [...]. (MORAES, 1991, p. 138)

O evento referido ficou conhecido como o episódio das cartas falsas, convocada reunião no Clube Militar, embora Artur Bernardes alegasse a falsidade das cartas, os militares continuaram defendendo a sua autenticidade, mesmo com a submissão do documento a grafologia. O conflito desencadearia a rivalidade costumeira entre a oligarquia e os oficiais do exército brasileiro. Meses após, dois indivíduos confessariam tal falsificação, todavia o Clube Militar era um reduto de reuniões e assembleias de promoção dos discursos contrários a elite. Para conter os ânimos Epitácio Pessoa mandou fechar o local. Esse foi o estopim para desencadear o levante dos 18 do Forte de Copacabana.

O enfrentamento entre a baixa oficialidade e a administração central teria sua origem no estado de Pernambuco, dois grupos pertencentes a oligarquia disputavam a governança estadual, os Rosa e Silva eram eleitores do candidato à presidência Nilo Peçanha, a outra família apoiava Artur Bernardes. Em meio ao caos, as tropas federais estavam na iminência de intervir para controlar a situação, porém o responsável pela ação seria o coronel e irmão de Epitácio Pessoa. Os integrantes e subordinados ao coronel, Jaime Pessoa eram partidários da família Rosa e Silva e conservavam uma posição simpática aos sindicatos e a grupos de esquerda (MORAES, 1991). Desse modo, o grupo solicita auxílio do Clube Militar que estava sob o comando do marechal Hermes da Fonseca que reagiu ao pedido, contatando Jaime Pessoa:

[...] um telegrama no qual advertia-o para que não atribuisse “ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano” e lembrava-lhe de que “as situações políticas passam o Exército fica” [...]. (MORAES, 1991, p. 141)

A resposta de Hermes da Fonseca não seria bem recebida e Artur Bernardes determinou a sua prisão e fechamento do Clube Militar, por seis meses. Em resposta, a baixa oficialidade tentou promover diversos levantes no interior dos quartéis, no Rio de Janeiro a sublevação ocorreu nos Fortes de Copacabana e do Vigia, Escola Militar do Realengo e 1º Batalhão de Engenharia. Os oficiais atingiram vários prédios do exército, inclusive, o Ministério da Guerra. Cercados, foram em direção a Avenida Atlântica no percurso encontraram as forças legalistas, faleceram os tenentes Mário Carpenter e Newton Prado, entre os feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

O levante de 1924 almejava ocupar São Paulo e ser estendido até a capital federal depondo o governo central, os paulistas dispuseram do apoio das tropas dos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Duas posições eram debatidas, uma pretendia uma ação de cunho nacional e a segunda defendia levantes organizados em vários quartéis. A primeira saiu vencedora, todavia era necessária uma liderança, preferencialmente, de um oficial de alta patente para garantir credibilidade ao grupo, o gaúcho Isidoro Dias Lopes, embora na reserva, apresentava as qualidades necessárias era general-de-brigada e lutou contra o governo florianista no posto de chefe do Estado-Maior (MCCANN, 2004). Os irmãos Távora buscavam membros para integrar os levantes nos quartéis dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul. No dia 5 de julho de 1924 o grupo colocaria o plano do movimento em prática:

[...] cinco tenentes, incluindo os capitães Joaquim e Juarez Távora e Newton Estillac Leal, tomaram o quartel do 4º Batalhão de Cavalaria na cidade de São Paulo, armaram oitenta soldados, juntaram-se ao major Miguel Costa e seus soldados da Força Pública e transformaram o quartel general de polícia no posto de comando revolucionário do general Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes tentaram tomar o palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual, mas não conseguiram. [...] (MCCANN, 2004, p. 348)

A coluna Prestes continuou o levante do sul do Brasil, em 1924, as guarnições de Santo Ângelo, São Luís, São Borja e Uruguaiana unindo-se as forças de Honório Lemes. Parte da tropa que havia escapado de São Paulo junta-se no sul do Brasil a Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, no montante, Prestes chegaria a Foz do Iguaçu com oitocentos homens e cinquenta mulheres (MCCANN, 2004). As tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon acompanharam o percurso da Coluna Prestes que adquiriu contornos de protestos contra a situação política vigente, Frank McCann acentua a indisposição dos soldados para combater o grupo, “como lembraria mais tarde o general Eurico Dutra, a atitude da maioria dos oficiais era: “Deixa que passe”. (MCCANN, 2004, p. 353).

No interior da caserna a instabilidade instaurava-se, São Paulo, curiosamente, dispensaria a missão militar francesa. Inaugurada, em 1920, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) pretendia estruturar e padronizar o ensino para todos os oficiais, inclusive, os mais experientes. Além disso, a vinda da missão francesa obrigara o exército a lançar, em 1926, sob a concepção de Tasso Fragoso, um treinamento de idiomas, já que os oficiais daquele país não falavam português, pouquíssimos o fizeram.

Washington Luís se considerava um paulista, assim em 1926, encarregava-se da presidência da república. O momento mais expressivo da administração foi a sua sucessão, de acordo com os moldes da República Velha, o próximo candidato a presidência deveria ser um mineiro, porém o atual estadista indicou o paulista Júlio Prestes ao cargo.

A onda antiliberalismo despontava a partir da Primeira Guerra Mundial, o Brasil conviveu com três governos baseado no liberalismo político, de teor individualista, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís (RANGEL, 2007). Nesse contexto, nasceu a Aliança Liberal constituída pelos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, indicando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa a vice-presidência.

O pleito eleitoral era fraudulento, quem o comandava era a elite civil de cada estado, sabendo disso, a oposição aliou-se a dezessete presidentes estaduais e lançou a candidatura de Júlio Prestes apoiado por Washington Luís. Assim, o eleito foi o representante dos cafeicultores, Júlio Prestes. A atmosfera conspiratória para impedir a posse era recorrente, entre os grupos, parte dos militares buscava uma solução pró Getúlio Vargas, entretanto um acontecimento alterou o contexto, o assassinato do candidato à vice-presidência pela Aliança Liberal, João Pessoa. O crime cometido pelo advogado João Dantas, fora qualificado como político, embora o caráter pessoal da ocorrência. Mas, o assassino estava vinculado a um coronel, José Pereira do município de Princesa, uma localidade que havia se autodeclarado independente da Paraíba, (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A Aliança Liberal soube aproveitar o fato e responsabilizaria Washington Luís. O cortejo fúnebre aconteceu na capital federal. Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se sob o comando do general Góis Monteiro, com apoio das Polícias Militares dos estados e dos membros da Aliança Liberal, assim a revolta civil e militar era deflagrada. Washington Luís resistiu, mas o sucesso da revolta levou à deposição e prisão de um mês no Forte de Copacabana. A junta provisória governativa, constituída pelos generais: Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante José Isaias de Noronha entregaram o poder a Getúlio Vargas, em 1930.

Apresentamos até o momento a estreita relação entre a República Velha e o exército, personagens atravessados por conflitos de diferentes naturezas, todavia unidos em busca de uma identidade. Percorremos os trinta anos de desorganização e embates, conflitos de toda ordem e demonstramos o quão presente está o exército em todas as esferas institucionais. Nesse recorte final, se o leitor ainda tiver fôlego, demonstraremos a partir da prosopografia definida, *grosso modo*, como o método responsável pela investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas (STONE, 2011) alguns percentuais referentes a trajetória de militares do exército que fizeram das suas carreiras uma extensão da própria história nacional.

Parte do conteúdo apresentado é originário de uma pesquisa que abrangeu a biografia coletiva de cem aspirantes a oficiais do exército ²¹⁹que iniciaram as suas

²¹⁹ Adyr Fiúza de Castro, Álvaro Fiúza de Castro, Albino Silva, André Trifino Correia, Anor Teixeira dos Santos, Antonio Bandeira, Amauri Krueel, Afonso Augusto Albuquerque Lima, Aurélio Lira Tavares, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Malan d'Angrogne, Alfredo Souto Malan, Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Antônio José de Lima Câmara, Antero de Matos Filho, Artur Duarte Candal Fonseca, Artur da Costa e Silva, Ariel Paca da Fonseca, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Antônio Carlos da Silva Murici, Álvaro Alves da Silva Braga, Benedito Olímpio da Silveira, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Carlos Luís Guedes, Cyro Guedes Etchegoyen, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Canrobert Pereira da Costa, Delso Mendes da Fonseca, Dirceu de Araújo Nogueira, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Ênio Gouveia dos Santos, Euler Bentes Monteiro, Euclides Hermes da Fonseca, Ednardo D'Ávila Melo, Ernesto Geisel, Estêvão Leitão de Carvalho, Estênio Caio de Albuquerque Lima, Emílio Garrastazu Médici, Francisco Ramos de Andrade Neves, Francisco Gil Castelo Branco, Geraldo Alvarenga Navarro, Gilberto Marinho, Gustavo Moraes Rego Reis, Gustavo Cordeiro de Farias, Gregório Porto da Fonseca, Hastínfilo de Moura, Heraldo Tavares Alves, Hugo Abreu, Hugo Panasco Alvim, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ismar de Góis Monteiro, Ivan Barros

carreiras nos anos de 1900; criamos um banco de dados constituído a partir do histórico de cada militar disponível no Dicionário histórico biográfico-brasileiro pós-1930. A consulta ao DHBB possibilitou a criação do *corpus* documental, bem como, a coleta, organização, sistematização e cruzamento dos dados a serem apresentados.

Desse modo, criamos cinco planilhas organizadas no Excel com os seguintes critérios: nome, ano de nascimento, estado de nascimento, cidade de nascimento, filiação, profissão dos pais, cônjuge, escola de formação, locais de moradia e data de falecimento. Na segunda planilha temos as seguintes entradas: ano de entrada na Força, arma, ascensão a patentes, ano e data de ascensão; na terceira ordenamos: cargos ocupados, data do exercício da função, local e subordinação. Além dessas, foram adicionadas outras duas planilhas para o aprofundamento desse estudo, contendo simpatizantes ou combatentes dos seguintes eventos: Tenentismo, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, Intentona Comunista de 1935, entre outros conflitos. Por fim, o levantamento de condecorações recebidas durante a carreira (cavaleiro, oficial, comendador, grande oficial e grã-cruz).

A partir da tabela organizada com base nos dados de cem oficiais é possível saber a data e quais foram os aspirantes que compartilharam o espaço da escola Militar da Praia Vermelha ²²⁰e, posterior mente, da Escola Militar do Realengo. O *corpus* documental é um exemplo de tipo ideal, ao ser estabelecido os diversos critérios a serem acrescentados (nome, filiação, data de nascimento, estado de nascimento, entre outros) idealizamos o preenchimento de todos os campos, entretanto, conforme a premissa básica do tipo ideal weberiano ao transpor o *corpus* documental para a realidade não foi possível completar todos os campos. Assim, do grupo de 68%, cursaram a Escola Militar do Realengo 91, 2% (62 aspirantes) e 8, 8% (6 aspirantes) frequentaram a Escola Militar da Praia Vermelha. Do total, do *corpus* não se obteve a origem da formação ou cursaram diferentes instituições 32% (32 aspirantes).

Tabela I: Aspirantes a oficial antes de 1900

Nome	Aspirante	Nome do Pai	Profissão pai	Ano de falecimento
Júlio Caetano Horta Barbosa	1897	José Caetano Horta Barbosa	Engenheiro	1965
Raimundo Rodrigues Barbosa	1890			1932
Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso	1884	Felicíssimo Espírito Santo Cardoso		1947
José Joaquim de Andrade	1896	Joaquim José de Andrade		1940
Alfredo Malan d'Angrogne	1890	João Pedro (Gian Pietro)	Professor	1932

Ribeiro, Ivan de Sousa Mendes, Jaime Portela de Melo, Jefferson Cardim de Alencar Osório, José Luiz Coelho Netto, João Bina Machado, José Bina Machado, João Batista Mascarenhas de Moraes, José Luis Arnaldo Calderari, Joaquim Abreu Fonseca, José Joaquim de Andrade, João Batista de Oliveira Figueiredo, João Alberto Lins de Barros, José Caetano de Faria, Jurandir de Bizarria Mamede, Júlio Caetano Horta Barbosa, Júlio Perouse Pontes, Landri Sales Gonçalves, Léo Guedes Etchegoyen, Leônidas Pires Gonçalves, Leopoldo Néri da Fonseca Júnior nasceu, Mário Jorge da Fonseca Hermes, Mário Davi Andraazza, Mário Poppe de Figueiredo, Newton Cruz, Nestor Souto de Oliveira, Nemo Canabarro Lucas, Nestor Sezefredo dos Passos, Nilo Caneppe Silva, Osvino Ferreira Alves, Octávio Costa, Odílio Denis, Odon Bezerra Cavalcanti, Olímpio Falconière da Cunha, Orlando Geisel, Osvaldo Cordeiro de Farias, Oscar Luís da Silva, Olvaldo Vila Belo e Silva, Pantaleão da Silva Pessoa, Raimundo Rodrigues Barbosa, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Rubens Bayma Denis, Salvador César Obino, Siseno Sarmiento, Tasso de Oliveira Tinoco.

²²⁰ Alfredo Malan d'Angrogne, Benedito Olímpio da Silveira, Estêvão Leitão de Carvalho, José Caetano de Faria, Júlio Caetano Horta Barbosa, Raimundo Rodrigues Barbosa.

Nome	Aspirante	Nome do Pai	Profissão pai	Ano de falecimento
Benedito Olímpio da Silveira	1893			1935
José Caetano de Faria	1868			1936
Estêvão Leitão de Carvalho	1898	Francisco Leitão de Carvalho		1970
Francisco Ramos de Andrade Neves	1889			1951
Gregório Porto da Fonseca	1896	Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo		
Nestor Sezefredo dos Passos	1888	José Filipe dos Passos		1941
Hastínfilo de Moura	1885	João Ribeiro de Moura		1956

O conjunto de informações exposto acima inclui os seis oficiais alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, todavia a tabela especifica os nomes dos indivíduos que estavam presentes na caserna até o ano de 1900, ou seja, 12 % do corpus. Observando o campo aspirante e data de falecimento aferimos o quão longeva é a atuação desses homens, mesmo conduzidos à reserva ser militar transcende os muros dos quartéis. Além disso, todos estavam na ativa durante o movimento tenentista, Revolução de 30 e Revolução Constitucionalista de 32. Desses posicionaram-se em favor da Revolução de 30: Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Alfredo Malan d'Angrogne e Hastínfilo de Moura. Os únicos a apoiarem a Revolução Constitucionalista de 32: José Joaquim de Andrade e Estêvão Leitão de Carvalho.

Um breve histórico a respeito da carreira de alguns desses oficiais retrata a tradição mantida no exército até os dias atuais, isto é, intervenção de cunho político. Júlio Caetano Horta Barbosa esteve entre o grupo de aquartelados que se rebelou contra a vacinação obrigatória, inclusive chegou a ser expulso da Força por esse motivo. José Joaquim de Andrade combateu os revoltosos do Contestado e os responsáveis pela deflagração da Revolta da Chibata, curiosamente, formou-se em medicina enquanto oficial do exército. Em contra partida, Alfredo Malan d' Angrogne fora punido por se rebelar contra o governo deodorista, oposto a ele Benedito Olímpio da Silveira recebeu advertência pela sua postura anti florianista. O general José Caetano de Faria presidiu o Clube Militar em 1908 e 1910, ainda recebeu a promoção de chefe do Estado-Maior com apoio do então presidente Hermes da Fonseca. Essa pequena amostra constituída por aspirantes a oficial antes da década de 1900 preanuncia a postura da Força no decorrer da formação da república e da institucionalização do exército.

Referente ao coletivo explorado participaram do movimento tenentista 15%: Amauri Kruehl, Afonso Albuquerque de Lima, Alfredo Augusto Ribeiro Jr. ,André Triffino Corrêa, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, João Alberto Lins de Barros, Jurandir Bizarria Mamede, Landri Sales Gonçalves, Leopoldo Néri da Fonseca, Mário Poppe Figueiredo, Nestor Sezefredo dos Passos, Odon Bezerra Cavalcanti, Olimpio Falconiére da Cunha, Osvaldo Cordeiro de Farias e Tasso de Oliveira Tinoco.

Dos oficiais de cada estado constatou-se que 31 % nasceram no Rio Grande do Sul e 27% no Rio de Janeiro. Das outras regiões 7 % no Paraná, 5% no Ceará, 3 % (São Paulo, Alagoas, Minas Gerais), 2 % (Paraíba e Pernambuco), por fim 1 % (Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas e Bahia). Do corpus 20% integravam a arma de Infantaria, 16 % a arma de Cavalaria, 18% a Artilharia e 19% a arma de engenharia.

É expressivo o número de oficiais de origem gaúcha e carioca no exército, dois pontos estratégicos, o Rio Grande do Sul como um estado de fronteira e o Rio de Janeiro Distrito Federal. Em entrevista concedida no livro “Ernesto Geisel” (1998), o general rememora a vida na Escola Militar do Realengo e comenta a presença dos paulistas no exército “os paulistas só começaram a ir para a Escola depois da Revolução de 32, quando sentiram que lhes faltava maior penetração no Exército” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1998).

Geisel afirma que a rede de relações se dava entre colegas da mesma turma, por exemplo, Amauri Krueel, Antero de Matos, Artur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Júlio Perouse Pontes tornaram-se aspirantes no mesmo ano, 1918. No ano de 1923, os aspirantes foram: Antônio Carlos da Silva Murici, Aurélio Lira Tavares, Carlos Luís Guedes, Jurandir de Bizarria Mamede, Orlando Geisel, Siseno Sarmento. Averiguando os pontos comuns entre essas duas turmas, inicialmente a participação política de nomes já conhecidos na historiografia, dos onze, nove participaram efetivamente da Revolução de 1930, não consta informações a respeito de Humberto Castelo Branco e Aurélio Lira Tavares.

Esse introito buscou descrever algumas das redes de relações interpessoais organizadas no interior do exército, o compartilhamento das mais diversas ideologias para a construção da Força, além de relatar parte do percurso da trajetória militar da jovem oficialidade. A República Velha serviu de cenário para o desenvolvimento do exército, aliás, ambos foram forjados com base na filosofia positivista, a concorrência entre os estados e a legitimação do estado brasileiro pode ser ilustrado pela experiência partilhada entre um governo descentralizado e um exército a procura de uma função. Um dever que ultrapassou a defesa externa ou interna do país, na verdade, o exército atuou como um personagem político e com poder de negociação, embora desprezado pelas altas camadas da sociedade não era possível ignorá-lo.

Considerações finais

A desvalorização do exército frente a sociedade civil e a dificuldade da Força em promover o recrutamento obrigatório evidencia o quão dificultoso foi o processo de institucionalização e de legitimação da Força, não só pelo poder público, mas pela população em geral. Dado que, o recrutamento militar era realizado, inicialmente, a força. Ser integrante do exército era um modo de castigo e não garantia credibilidade ou uma boa condição financeira aos engajados. Além disso, a normatização era baseada em um código de conduta obsoleto de origem portuguesa, quer dizer, já não era eficiente. A recorrência de castigos físicos era comum, a normatização se dava conforme a conduta do oficial responsável pela tropa. Os abusos são uma constante ao longo do histórico da Força. Embora, os oficiais recebessem melhores salários, reclamavam da falta de qualidade do efetivo, da indisposição dos soldados para seguir carreira, obviamente, há de se considerar o contexto já mencionado.

Os militares atuantes nas décadas iniciais de 1900 permaneceram na ativa durante todas as administrações até a década de 30, ou seja, testemunhos dos conflitos do período da República Velha e dos embates entre os estados que compunham a oligarquia do café com leite. Os movimentos tenentistas representam parte da insatisfação de alguns oficiais da Força com a situação política institucional daquele período, inclusive nomes que seriam referência no interior do exército apoiaram o movimento, por exemplo, Costa e Silva.

O *corpus* documental demonstrou que a maioria dos aspirantes a oficial eram dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, ou seja, criar laços e afinidades

com pessoas da mesma região propicia constituição de vínculos. Ademais, a idade dos ingressantes é variável o que possibilitava o encontro de jovens aspirantes com indivíduos de maior experiência e traquejo para manter-se na instituição, seguindo as regras da mesma, possivelmente existisse um compartilhamento entre memórias e a influência dos mais experientes sobre os mais jovens. Por exemplo, os conflitos em torno da luta contra os insurgentes do movimento do Contestado e Canudos, indica diferentes modos de proceder dos oficiais em campo.

Aferimos que o modo operante do exército rompe com um tipo ideal de exército centrado na hierarquia e na disciplina. A estrutura se manteve a partir de sucessivas disputas internas e de uma relação de barganha institucional com o governo federal. Ainda que, existissem grupos de oficiais preocupados em manter o exército longe da esfera política essa não era uma possibilidade, até mesmo para quem tinha aversão ao tema.

Referências

- ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto; PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. A Influência do Positivismo no Ensino Científico Brasileiro. In: Scientiarum Historia IV. Rio de Janeiro. 2011. p. 681-687.
- CARONE, Edgar. "A república Velha-instituições e classes sociais". São Paulo:Difel, 1970.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III, V.2 Sociedades e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997,
- CARVALHO, José Murilo. A formação das almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira República: Rio de Janeiro, 1987.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 31 maio 2017
- MCCANN, Frank D. Soldados da pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MORAES, João Quartim. A esquerda Militar no Brasil. São Paulo: Siciliano, 1991. v. 1.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. A Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- STONE, Lawrence. Prosopography: Daedalus, v. 100, n. 1, 1971.
- SEIDL Ernesto. A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a05.pdf> Acessado em: 25/06/2017
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- SKIDMORE, Thomas. Uma história do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RITOS DE FOGO: CRENÇAS E SIMPATIAS DOS MORADORES DE SALGADINHO-PB NAS FOGUEIRAS DAS FESTAS JUNINAS (1980-1990)

Ivo Fernandes de Sousa*

Resumo: O presente artigo visa analisar baseado na história cultural as práticas desenvolvidas pelos moradores do município de Salgadinho – PB, relacionadas às suas crenças ritualísticas realizadas nas fogueiras das festas juninas, sendo a de Santo Antônio, a de São João e a de São Pedro, pois acreditamos que essas são uma importante forma de demonstração de fé da população local e sua relação com sagrado. Salientando que essas práticas são desenvolvidas no catolicismo popular, e que esse é resultado da miscigenação cultural dos povos africanos, indígenas e europeus que estiveram presentes na formação da identidade nacional. Estamos falando de um município sertanejo e interiorano onde a Igreja Católica esteve muito ausente durante seu período de formação.

Palavras - chaves: Práticas, simpatias e fogueira.

Essa pesquisa nasceu por meio de duas experiências pessoais minha. A primeira é que sou interiorano do Sertão e cresci vendo essas manifestações de fé da cultura popular relacionadas às fogueiras, era incrível como o cotidiano das famílias se alterava nesse período, lembro que em uma das fogueiras, minha avó materna, Maria Tereza, que era crente convertida na Assembleia há vários anos, sempre ia com a bacia d'água próximo da fogueira para ver o reflexo do seu rosto na água da bacia junto da fogueira, prática que iremos explorar seu significado mais adiante e como essa prática tinha uma crença muito forte sendo que ela era executada por várias pessoas da comunidade local que depois em conversas eles costumavam comentar sobre esse tipo de rito e compartilhar o resultado de sua observação. E a segunda foi que em minha pesquisa para o mestrado na Universidade Federal de Campina Grande na parte dedicada às rezadeiras me deparei com o relato da senhora Efigenia Fernandes, que ao falar sobre a conhecida rezadeira da comunidade ela nos contou que:

Ela guardava muita cinza da fogueira de senhor São João ai, eu sei que ela pegava e amarrava uma trouxinha de cinza, *saquim* de cinza era um *panim*, ela pegava um *panim* e *butava* a cinza dentro, amarrava e ficava batendo na cruz e rezando, era rezando e batendo nas costa dele, nas costelas assim, ai pronto ele ficava bom.

Por meio dos dois fatos citados à cima pude perceber que essas práticas faziam parte de um conjunto, com outras manifestações de fé do povo sertanejo relacionadas às crenças nos santos vinculados as festas juninas e que fazem parte da cultura popular local que foram sendo passadas de uma geração para outra na comunidade local e que por meio delas podemos analisar esse modo de relação entre os dois mundos aqui presentes o material e o espiritual. Sendo assim é nesse mundo do sagrado sertanejo que essa pesquisa visa percorrer fazendo um levantamento da crença popular que esta enraizada na cultura local e que se manifesta apenas durante um período do ano o que torna esses ritos ainda mais raros e importante para pesquisa histórica, pois os mesmos fazem parte da mentalidade do povo sertanejo onde

* Mestrando em História pela UFCG, e pesquisador pelo CNPQ, <http://lattes.cnpq.br/2067839557975139>.
E-mail: Historivo@hotmail.com

percebemos que “a religião ainda conserva uma série de ritos, símbolos e significados que agem a partir da coletividade, mesmo sendo efetuados e alicerçados na individualidade do sujeito, assim prevalecendo a idéia de comunidade” (ALMEIDA, 2017, p. 121).

Para a construção de nossa recorremos aos relatos da senhora Inácia Dias que é rezadeira local, da senhora Maria Gorete professora aposentada, a senhora Rosemira Maria que é agricultora aposentada, a senhora Esmeraldina Nóbrega que também é agricultora aposentada, todas essas pessoas viram serem executadas essas simpatias e depois vieram a executar esses ritos aprendidos com as pessoas mais velhas da comunidade, escolhemos essas pessoas para mostrar que essas crenças eram praticadas por diversas pessoas desde a professora até agricultora. Todas as pessoas aqui mencionadas deram seus depoimentos e tem ciência de que eles serão usados nessa pesquisa, inclusive concordaram na divulgação de seus nomes.

O artigo encontra-se dividido nas seguintes partes, na introdução onde apresentamos ao leitor o interesse que despertou a pesquisa e a metodologia da mesma, no tópico as festas juninas e suas origens, apresentamos as origens desses festejos e como eles chegaram no Brasil e aqui foram adaptados para a realidade local, no tópico os santos festejados: exemplos de fé apontamos aqui os santos que são festejados nesse período e falamos um pouco sobre a vida de cada um, no tópico crenças e simpatias apontamos a divisão que podemos fazer por meio das práticas locais, no tópico crenças e simpatias coletivas e de formação de vínculo abordamos por meio dos relatos orais simpatias que eram feitas com finalidade do grupo comunitário, já no tópico crenças e simpatias individuais fazemos um levantamento das simpatias realizadas com a finalidade pessoal geralmente envolvendo a questão amorosa e na conclusão apresentamos o fechamento de nosso texto.

As festas juninas e suas origens

Os festejos juninos tem as suas origens em ritos pagãos do culto da fertilidade ocorridos no solstício de inverno, que foi de início combatido pela Igreja Católica e depois assimilado por ela, retirando desses os deuses pagãos e colocando os santos em seu lugar com o processo de colonização eles chegaram ao Brasil e nesse território se misturou com manifestações das outras culturas presentes, resultando nas festas populares para celebrar o trio de santos mais conhecidos dentro do catolicismo, que é Santo Antônio, São João, e São Pedro.

Ao analisarmos as manifestações populares nesse período podemos afirmar que as comemorações ocorrem em três esferas. Primeira na esfera estadual, como ocorre no Parque do povo em Campina Grande sendo que essa tem maior visibilidade até mesmo na produção acadêmica que aborda o tema, os trabalhos que encontramos em nossa pesquisa se detêm nessa esfera como exemplo o trabalho de Soraia Medeiros, *A Invenção do maior São João do mundo de Campina Grande nas páginas do jornal da Paraíba*, esse tipo de comemoração tem um forte apelo comercial e atrai pessoas não só de outros estados como de todo o mundo e perde cada vez mais o significado religioso por causa do apelo comercial.

A segunda esfera de comemoração é a municipal, onde muitas prefeituras passam a festejar nessas datas, onde essa festa conta com grande participação das escolas e grupos de dança locais que organizam apresentações de quadrilhas e quermesses, as ruas recebem uma decoração cheia de bandeirolas coloridas, balões, e imagens dos santos festejados, em Salgadinho anualmente é comemorado o São

João, já que no São Pedro é comum os moradores irem à Assunção que realiza anualmente sua festa dedicada a esse santo.

A terceira esfera de comemoração é a familiar, essa esfera não tem grande visibilidade, porém ela originou as outras, onde os camponeses que na “maioria não tinha instrução em termos acadêmicos, mas era de extrema sabedoria, sendo portadora de uma tradição valiosa e quase exclusivamente oral” (ESTÉS, 2018, p. 31). Reproduzem vários costumes vinculados à sua crença. Por isso nos detemos em pesquisar sobre um dos aspectos desse saber que é passado de geração para geração por meio da narrativa oral. Essa crença é vivenciada no lar, em família, e é o local de manifestação de muitas tradições populares relacionadas à devoção popular, tanto pessoal como coletiva a esses santos. A família se junta, fazem as fogueiras, se reúnem em volta dela contam histórias, fazem churrasco, consomem milho assado e manifestam suas crenças que podem ser percebidas por meio das simpatias.

Os santos festejados: exemplos de fé

As festas juninas são formadas por um conjunto de festas dedicadas a três santos do catolicismo. O primeiro a ser festejado nesse período é Santo Antonio no dia 13, esse santo tem uma forte influencia nos lares locais, por ser conhecido como santo casamenteiro. Em vida Antonio era natural de Lisboa, foi ordenado em Coimbra, ali ele conheceu a doutrina dos franciscanos onde passa a fazer parte dessa ordem onde conheceu pessoalmente São Francisco, Santo Antonio é considerado o protetor dos casamentos, sua devoção é forte no Brasil, segundo a crença popular é a imagem desse santo que é roubado durante o período de seca para que volte a chover em um local e outros ritos populares são feitos a esse santo com a finalidade afetiva crença forte no Brasil desde o período colonial, “Esses santo-antonios bonitinhos ficavam então o objeto de uma devoção intensa e, certos casos, de práticas de fetichismo sexual, recordadas pela tradição oral” (FREYRE, 2004, p. 141). E a crença nele sobreviveu ao tempo e chegou aos nossos dias, ainda hoje esse santo é bastante venerado.

O segundo é São João Batista esse é conhecido na história por ser primo mais velho de Jesus, segundo a narrativa bíblica ele cresceu no deserto se alimentando de gafanhoto e mel, também foi ele o responsável não só por anunciar a vinda de Cristo como também de batizar esse nas águas do rio Jordão. No catolicismo ele é representado por uma criança vestida com pele de animal e com um cordeiro nos braços, fato que fez com que esse santo fosse associado à prosperidade no campo esse santo vai estar presente na “magia agrícola” (MAUSS, 1974, p. 60). Através de ritos voltados para a plantação no campo. Ainda segundo a narrativa cristã ele foi preso e morreu degolado e sua cabeça foi apresentada no salão de festas de Herodes em uma bandeja, tornando-se um dos primeiros mártires do cristianismo.

Encerrando o calendário de santos festejados nesse período temos São Pedro, sua festa é feita no dia 28. Esse é outro santo junto com São João que foi testemunha ocular de Jesus, ele foi um dos 12 apóstolos escolhidos para difundir a mensagem do evangelho, era um pescador que teve uma vida espiritual conflitante, pois segundo a narrativa bíblica em um momento ele aparece dizendo que iria com Jesus até a morte em outro momento durante a prisão do mestre ele nega que o segue. Esse santo ganhou grande importância, pois foi ele, segundo a tradição católica o primeiro papa. Ainda segundo essa mesma tradição esse santo foi preso e morto crucificado de cabeça para baixo, de forma que a cruz invertida tornou-se seu símbolo.

Crenças e simpatias

As simpatias são manifestações da fé popular, que misturam elementos do catolicismo romano com ritos pagãos que eram e ainda são executados por moradores locais com diversas finalidades, percebemos assim que “alguns traços universais da religião camponesa dependem da situação e da prática do camponês” (BOURDIEU, 2007, p. 4), dentro dessas práticas locais percebemos ritos que, vão desde a previsão de como será as chuvas no próximo ano, até tentativas de adivinhar com quem a pessoa vai se casar. Percebemos aqui uma relação direta dessas práticas desenvolvidas pelos moradores locais e a preocupação com o futuro e a sobrevivência do grupo.

Para melhor entendermos essas práticas adotamos aqui uma divisão entre elas bem didática estabelecida pelo antropólogo Francisco Bethencourt, no livro *O imaginário da Magia: feitiçeiros, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. Onde o mesmo estabelece a divisão dessas práticas mágico-religiosa entre práticas coletivas e individuais.

Crenças e simpatias coletivas e de formação de vínculos

Abordaremos aqui as crenças e simpatias coletivas, que serão entendidas como práticas mágico-religiosas com a finalidade de prever o futuro comunitário e que foram realizadas no contexto de Salgadinho, e que demonstram a relação entre religiosidade e vida comunitária do povo sertanejo, que se valia dessas práticas para segundo eles saberem como seria o futuro, percebemos nessas práticas “Correlações entre magia e sobrevivência” (WISENBACH, 1997, p. 11), pois esses ritos estavam atrelados na crença popular local e expressavam um forte desejo de adivinhar ou influenciar o futuro, não só coletivo como também individual, frisamos aqui que “analisar o ritual é antes de mais nada examinar como significados, símbolos e metáforas são manipulados em um contexto e ação” (RABELLO, 1994, p. 48). E é em busca dessas ações simbólicas que nossa pesquisa visa recuperar.

A primeira forma de crença manifesta nessas festas estava no próprio ato de fazer a fogueira, o fogo elemento de culto pagão que foi ressignificado pela Igreja e segundo a crença se o morador não fizesse a fogueira o diabo vinha dançar em seu terreiro, como o fogo era usado desde a antiguidade para afastar os animais, logo o homem atribuiu a esse o poder de afastar também inimigos espirituais, com a expansão do catolicismo e a crença monoteísta esses inimigos deram lugar ao diabo. A fogueira deveria ser feita na véspera do dia do santo, pois caso a lenha não queimasse toda no outro dia deveria ser acessa novamente dessa forma ela seria um meio de proteção contra o diabo esse rito tem um forte caráter familiar de proteção.

Outra das práticas mágico-religiosa que encontramos nos relatos que colhemos era que esses ritos eram usados com a finalidade de previsão de como seria as chuvas no ano vindouro. Um dos santos festejados nesse período era São Pedro considerado um santo que manda a chuva, pois era segundo a crença o porteiro do céu, e a chuva, vinha quando esse abria as portas desse lugar, por isso será bastante comum serem realizadas simpatias com essa finalidade, sendo que essas não eram executadas apenas nos dias de celebração desse santo, mas podia ser de qualquer outro. A senhora Esmeraldina realiza anualmente uma com essa finalidade que é feita assim:

Com a garrafada d'água, para saber o inverno, você bota uma garrafa d'água por aqui (gesticulando metade), tampa bem tampadinha e cava um burraco, ai bota, se for seco a garrafa estoura, a garrafa seca, mais se for chuva (ano

chuvoso) a garrafa fica do mesmo jeito. É muito lindo um poder desse! Em cima do lugar que bota a garrafa faz a fogueira, você faça para ver se eu to mentindo meu pai fazia, estourou a garrafa não choveu, foi seca, a seca de setenta, foi.

Note que no depoimento dela percebemos duas coisas, a primeira que ela aprendeu essa simpatia com o seu pai, vemos a circularidade do saber que passava de geração para geração, de uma forma que esses ritos sobreviveram no tempo e que chegaram até os nossos dias, o segundo é o fato de afirmar que seu pai tinha feito uma vez essa simpatia e a garrafa estourou de forma que esse período profetizado na simpatia foi caracterizado por uma intensa seca o que confirmou a veracidade do rito, pois a seca de setenta foi um das piores enfrentadas pela população local.

A fogueira era também usada para selar relações em um rito bem diferenciado como podemos perceber pelo relato da senhora Esmeraldina, ela conta que as pessoas pegavam dois paus em chama da fogueira e colocava deitados no chão em forma de cruz, depois ficavam as duas pessoas uma de cada lado de mãos dadas pulando de um lado para o outro lado em que a outra pessoa estava e recitando a seguinte fórmula:

São João disse, São Pedro confirmou vamos ser *cumpade* que você vai ser meu amor que São João mandou. São João disse, São Pedro confirmou você vai ser meu marido que São João mandou, repete três vezes. São João dormiu, São Pedro confirmou vamos se casar que São João mandou. Só poder ser feita na fogueira de São João.

Percebemos que em um local que a Igreja era muito ausente essa era uma forma do povo sertanejo ter suas relações “oficializadas”, esse rito era usado para várias relações seja o apadrinhamento, compadrio, e até casamento. Foi trazido ao Brasil por escravos africanos que em seus rituais de casamentos costumavam pular sobre uma vassoura, isso simbolizava a nova vida dos noivos, devido à perseguição da Igreja Católica as práticas desenvolvidas por outras religiões e a associação da vassoura à bruxa, essa no contexto sertanejo deu lugar a tições em chama tirados da fogueira. Esse mesmo ritual era também era usado para o batizado que segundo a senhora Inácia Dias nesse caso devia ser feito assim:

Você pega três paus de lenha pegando fogo aqueles três, ai você faz uma cruz bota ela lá fora da fogueira, agora faz uma cruz assim que ela fique feita pegando fogo para esse lado e para esse (apontando com as mãos o lado esquerdo e direito) e fica apagada, ai você vai encruza ela com a mão direita um do lado e outro *douto* daquele lado que ta com o fogo, ao diz assim, primeiro você *envoca* o Espírito Santo em silêncio, ai você deixa ele ficar acessinho, o fogo acender você vai ver aquele *foguim* subindo, ai você vai e diz assim, o divino São João com o teu santo poder batizasse Jesus com a água do rio de Jordão e com o claro de fogo acendeis, ai pega um pau, ai vai e diz assim, São João disse e São Pedro confirmou que você fosse meu afilhado que Jesus Cristo mandou, ai diz assim, assim como Jesus Cristo se viu livre, sã e salvo de todas as suas santas chagas assim seja tu livre de todo mau que em tu chegar com a água do rio do Jordão que batizou São João e São João batizou São Pedro estais batizado em teu nome Jesus eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ai quando terminar a ultima palavra você vai e joga aquela água naquela criatura.

Notemos na oração ritualística uma característica forte na cultura popular de associar em suas rezas fatos da vida de Jesus que são narrados na bíblia como o batismo de Jesus e fatos inventados da vida dos santos como o batismo de Pedro por João no mesmo rio. Esse rito era muito influente na época, pois ainda hoje na

comunidade é comum ouvirmos pessoas que vivenciaram esse período se cumprimentando como comadre e compadre e também pessoas pedindo a benção aos seus padrinhos de fogueira. Como esse rito era mais privativo ele foi usado de forma secreta por parentes católicos para batizarem netos nascidos e crescidos em lares com pais evangélicos ou pessoas que escolheram não batizar seus filhos.

Crenças e simpatias individuais

Abordamos aqui as práticas mágicas individuais, que podemos defini-las como sendo os ritos realizados com a finalidade de saber o destino individual da pessoa que a realizava, embora esse destino possa envolver outras pessoas esse rito, tem sua motivação pessoal e alguns deles como veremos adiante tem uma forte ligação com a questão amorosa de quem está executando ele.

O futuro sempre despertou curiosidade do homem por isso ele criou ao longo dos anos várias formas de prevê-lo e até mesmo de influenciá-lo por meio de determinados ritos. No contexto sertanejo não era diferente esse povo desenvolveu várias práticas vinculadas aos santos celebrados nas festas juninas com o objetivo de prever seu futuro principalmente o amoroso, já que o primeiro santo celebrado nesse período é Santo Antonio conhecido como santo casamenteiro os jovens costumam fazer a fogueira desse santo na esperança de casar, porém essas simpatias podem ser feitas para qualquer um dos três festejados nesse período. Sendo essas práticas bem comuns como podemos perceber pelo relato que afirma que:

[...] a relação mais próxima entre os devotos e este santo se dá através das simpatias. A mais conhecida diz que deve colocar Santo Antonio de cabeça para baixo, dentro de um poço ou atrás da porta e fazer o pedido. Só tira de lá quando o pedido for atendido. (BELÉM, 2010, p. 26).

Concernente ao espaço de Salgadinho nos relatos que colhemos não há menção a esses ritos envolvendo a imagem, mas as práticas mágico-amorosas feitas a esse santo foi narrada no depoimento da senhora Esmeraldina, que ensina que para fazer um rito desse tipo que era usado para a pessoa descobrir com quem ia se casar, segundo ela a pessoa deve:

[...] colocar três nomes assim, e plantar o dente de alho, assim eu disse a Maria, ai se você plantar sem dizer a ninguém três dentes de alho, o dente de alho só nasce com aquela moça que você vai casar (o nome dela), afastado, mas próximo da fogueira, se faz assim um quadrado e bota o nome, eu botei só nasceu o nome de Delmiro, eu fiz muita experiência para Delmiro quando eu fiz ele tava até namorando outra moça.

Notemos aqui no depoimento dessa senhora o fato dela citar um acontecimento de sua vida para dar mais ênfase na eficácia dessa prática, pois Delmiro foi o seu marido. Já a senhora Rosemira nos relata outra prática bastante conhecida feita com a mesma finalidade, segundo ela: “enfia a faca no troco da bananeira e no outro dia, tira ela com o nome (letras iniciais) do homem”. A senhora Maria Gorete nos dar mais detalhes desse rito:

[...] a da bananeira é assim quando ta começando a tocar fogo na fogueira, ai a pessoa pega uma faca virgem, faca de mesa mesmo, não é nem dessa (mostrando uma faca pequena e saiu para pegar uma maior), eu um dia fiz mesmo viu. Mas o povo diz que pode ser qualquer faca, pode ser da de cortar (carne) também, pode ser dessa (pequena de cozinha), ou pode ser dessa aqui

(maior de cortar carne), sendo virgem, você nunca tendo cortado, ai quando toca fogo na fogueira, ai você pega a faca e vai no tronco da bananeira, chega lá no tronco e coloca a faca, ai quando é bem *cedim* você se levanta sem falar com ninguém, ai vai lá e tira a faca, ai quando tira a faca ta o nome da pessoa, diz que é com quem a pessoa vai casar, ai se a pessoa não tiver de casar nunca os mais velhos diziam que invés de vir o nome da pessoa é um caixão

Outra prática relatada pela senhora Rosemira era usada para saber quanto tempo faltava para o casamento, segundo ela “tira um cabelo da cabeça amarra na aliança e pendura no copo de água, as batidas que dar é os anos que passa para casar”. Perceba-se aqui a presença nesse rito da aliança sendo relacionada ao matrimônio.

Outra forma de simpatia amorosa era feita usando brasas acessas da fogueira, essa segundo a crença assim como a dos alhos era feita com a mesma finalidade, descobrir com quem ia se casar, ela era assim pegava as duas brasas mentalizando a pessoa que gostava e soltava dentro de uma bacia com água, segundo a crença se elas se juntassem era sinal que os dois iriam ficar juntos. Temos uma variação dessa simpatia quando se pegava uma vela e deixava os pingos caírem na água em uma bacia, segundo a crença a parafina se solidificava formando a letra inicial do nome da pessoa com quem ia se casar. Salientando que a bacia deveria ser colocada próxima à fogueira. Ainda usando a bacia branca com água próxima à fogueira temos um rito diferenciado executado com a finalidade de saber se vai estar vivo na próxima fogueira ou não, esse rito depois de encostar a bacia à fogueira, a pessoa deve tentar ver o reflexo de seu rosto na água, segundo a crença caso ele não veja é sinal de que não vai estar vivo na próxima fogueira.

Considerações Finais

O cotidiano do povo sertanejo é marcado pela mistura entre a magia e religião, e isso é resultado da forte miscigenação cultural que aconteceu nesse território, nessa pesquisa fizemos um levantamento de algumas dessas práticas que se manifestavam em um período especial da vida desse povo, as festas juninas. Simpatias amorosas ou com finalidade de prever como seriam as chuvas no próximo ano, a longevidade pessoal demonstram como essas práticas dentro da temporalidade estudada teve significado para esse povo de se relacionar com o sagrado.

Hoje essas práticas correm o risco de desaparecer, a geração mais jovem não tem interesse nesse tipo de prática por serem consideradas coisas de velhos, por isso essa pesquisa se torna importante, pois preserva parte do patrimônio imaterial de um povo que teve importância em uma época e marcou uma geração e isso é perceptível pelos depoimentos pela maneira como as pessoas reafirmaram suas crenças nessas práticas e alguns ainda praticam esses ritos na atualidade.

Bibliografia:

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no império Português*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes: *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELÉM, Vitor Curvelo Fontes: *Arraiá na Tela: a construção midiática das festas juninas em Sergipe*. Dissertação de mestrado em comunicação e semiótica. PUC: São Paulo, 2010.

BETHENCOURT, Francisco: *O imaginário da Magia: feitiças, curadores e adivinhos em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre: *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CERTEAU, Michel de: *A Cultura no Plural*. (Trad.) Enid Abreu. Campinas, São Paulo, Papirus; 2012.

CERTEAU, Michel de: *A Invenção do Cotidiano 1 Artes de fazer*; 22 ed. (Trad.) Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger: *A História Cultural Entre Práticas e Representações*; (Trad.) Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

ELIADE, Mircea: *O sagrado e o Profano*. Trad. de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTÉS, Clarissa Pinkola: *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias da arquétipo da mulher selvagem*. (trad.) Wladéa Barcellos. Rio de Janeiro, Rocco, 2018.

FREYRE, Gilberto; *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*: São Paulo: Global, 2004.

HALBWACHS, Maurice: *A Memória Coletiva*; Trad. de Beatriz Sidou; São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques: *História e Memória*; trad. de Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed, Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves, São Paulo: EPU, 1974.

MELLO, Soraia Medeiros de: *A Invenção do Maior São João do Mundo de Campina Grande nas Páginas do Jornal da Paraíba*. Monografia de graduação em jornalismo, Campina Grande: UEPB, 2017.

RABELO, Miriam Cristina M. Religião, ritual e cura. *In: Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. P. 47-56.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez, *Ritos de Magia e Sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese de doutorado em história social, USP, 1997.

Fontes orais

ALVES, Inácia Dias: ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

NÓBREGA, Esmeraldina de Souza: ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

OLIVEIRA, Maria Gorete Fernandes de: ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

SOUSA, Rosemira Maria de: ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

O TREM DE FERRO NO CEARÁ: MEMÓRIAS DE EX-FERROVIÁRIOS DA ANTIGA RFFSA

Jaciara Azevedo Rodrigues²²¹

Eu fui esse menino ferroviário correndo pelas encostas de meus dias floridos, atrás de um trem que passou em minha vida e fez comigo uma amizade sem fim. Passou, mas esqueceu de levar a suplicante voz de seu apito e deixou a sua imagem nos cafundós de mim mesmo. Por isso, eu vivo sempre voando nas asas de suas lembranças²²²

Resumo: O presente trabalho propõe evidenciar o conjunto de práticas socioculturais de trabalhadores da ferrovia cearense, para que assim se possa (re)conhecer suas ações socialmente, sobretudo tornar visíveis as lembranças do “tempo do trem”. A partir do método da História oral, buscar-se-á adentrar no mundo do trabalho desses indivíduos, debruçando-se na história cotidiana dessa coletividade. É fulcral esses sujeitos conquistarem uma possível visibilidade, uma vez que ao longo da construção da historiografia ferroviária aparecem em segundo plano. Dessa forma, afirma-se que são esses mesmos sujeitos que participaram efetivamente do desenvolvimento das cidades privilegiadas com os trilhos.

Palavras-chave: História. Trabalhadores ferroviários. Memória.

Introdução

Segundo Marc Bloch, um dos historiadores mais presentes na historiografia do século XX e um dos fundadores da primeira geração da escola dos Annales, que por sua vez introduz a abordagem de uma “Nova História”, nos diz que a História tem por objeto de estudo o homem, por isso é uma ciência que estuda o homem no seu espaço e sua ação no tempo²²³. Levando em consideração essa concepção, que à primeira vista parece explicitamente entendível, torna-se válido refletir acerca do estudo das vivências dos ferroviários cearenses no seu tempo de serviço prestado à antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)²²⁴, para que assim suas referidas histórias sejam compreendidas, buscando analisar o quão importantes foram para o funcionamento dos trilhos no sertão cearense. Desse modo, surgiram questionamentos a respeito dos resultados do estudo das memórias desses sujeitos, os quais são pertinentes para o referido contexto, tornando viável uma possível (des) construção do imaginário desse cotidiano ferroviário.

Nesse contexto, o objeto da História pautado no estudo de Marc Bloch não é o relato do passado tal como ocorreu, mas sim a análise do comportamento humano, ou seja, estudar História nos proporciona pôr ênfase ao estudo do homem e da mulher em algum período de tempo, tornando-se possível entender o presente desses indivíduos com base nos vestígios do passado. Levando para a interpretação do objetivo da

²²¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA . Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Fundação cearense de apoio à Pesquisa (FUNCAP). E-mail: jaciara.azevedo2011@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8837714116311265>

²²² XIMENES, Luís. *Paixão Ferroviária*. Fortaleza, Ed. Tribuna do Ceará, 1984 p.13

²²³ Bloch, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2001, pp. 51-68

²²⁴ A RFFSA foi criada mediante autorização da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, promovendo o devido controle do transporte ferroviário no Brasil, inclusive o estado cearense se inseria nessa organização administrativa. No Ceará, essa rede atendia as malhas da linha norte e sul, hoje alguns trechos estão desativados e outros funcionam apenas com o trem de carga.

presente pesquisa, que tem como ponto central a análise do percurso social desses trabalhadores, será possível analisar o passado para compreender o tempo vigente. Em conversa com algum deles, é perceptível o perfil saudosista dos tempos de ferrovia reafirmando eminentemente o orgulho da contribuição para o desenvolvimento ferroviário cearense.

O advento da ferrovia, considerado um dos maiores símbolos de inventividade humana e a vivência do “tempo do trem”, colaboram diretamente com o campo da história social em que envolve tanto a categoria trabalhadora da ferrovia como também a população que assistiu admiradamente efeitos desse símbolo de modernidade. O trem impulsionou a fundação da maioria dos municípios cearenses, possibilitando um desenvolvimento econômico significativo como também a vivência de novos ritmos sociais. Nessa acepção, pode-se dizer que a ferrovia engloba o estudo de uma coletividade. Para uma análise efetiva da memória local, leva-se em conta os contextos sociais colocando em pauta os acontecimentos e circunstâncias que moviam aquele determinado grupo e nos convidando a pensar a memória não somente atrelada ao indivíduo em particular, mas também refletir sobre a posição desse sujeito enquanto pertencente a uma dimensão social caracterizada pelas relações e sociabilidades dentro do ambiente de trabalho.

O que se busca aqui dizer é que toda essa coletividade participou de algum modo no funcionamento do trem no estado do Ceará. Nessa perspectiva, vários funcionários envolvidos na construção da ferrovia vieram com suas famílias visando povoar as cidades que eram contempladas com o assentamento dos trilhos, embora esses trabalhadores por vezes fossem deslocados para trabalharem nas imediações em cidades circunvizinhas. Através da prática laboriosa, a economia monetária cearense recebeu um maior impulsionamento resultante da mão-de-obra desses trabalhadores, os quais aparecem envolvidos desde a implantação da ferrovia até seu funcionamento efetivo exercendo o devido trabalho dentro do trem durante as viagens.

É notório que hoje em dia a ferrovia em sua grande parte foi desativada juntamente com os prédios de antigas estações, ou seja, algumas cidades tiveram seus trilhos arrancados devido a alegação do governo de que o trem era considerado uma tecnologia ultrapassada abrindo espaço para a indústria automobilística. Todavia, aonde estão esses trabalhadores hoje em dia que tanto contribuíram para que o trem cumprisse a função de interligar as regiões cearenses? Onde é possível encontrar suas memórias? Faz-se fundamental pensar que esse saudosismo pode ser refletido até mesmo dentro de suas casas, sobretudo naquele antigo álbum de família que há tempo não foi aberto.

Ademais, como esses trabalhadores são conhecedores de uma parte da história do lugar de seus trabalhos, estes podem estar na esquina de um bar trocando ideias sobre aquela época e compartilhando suas vivências do tempo de ferrovia. Assim, pode-se dizer que os mesmos anseiam por ter alguém para contar suas histórias, os escutando e mostrando total interesse no registro de suas narrativas. O perfil dessa constatação pode ser notado através do entusiasmo desses sujeitos entrevistados ao ver pesquisadores explorando seu tempo de experiência com a ferrovia, quiçá esses apontamentos preenchessem as lacunas para (des)construção de boa parte da historiografia ferroviária cearense, para que assim sua essência histórica não venha se perder.

Uma perspectiva social para os novos/velhos protagonistas

Conhecer os principais elementos que envolvem o estudo da história cotidiana de trabalhadores da antiga RFFSA que atuaram no Ceará se faz primordial, uma vez que:

A procura de novas perspectivas para a história abriu também um campo mais amplo para a interdisciplinaridade. Os estudos do cotidiano têm se mostrado um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas. (MATOS, 2002, p. 23)

Outrora, excluída da história dita oficial, a história do cotidiano passou a ser estudada a partir de uma problematização visando o registro das experiências de grupos comuns. Logo, os estudos que evoluem as práticas cotidianas:

Tiveram como preocupação abrir trilhas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais, criar possibilidades de articulação e inter-relação, recuperar diferentes verdades e sensações, promover a descentralização dos sujeitos históricos e a descoberta das “histórias de gente sem histórias”, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional. (MATOS, 2002, p. 24)

Segundo as abordagens da autora, em um determinado passado se pensou o rompimento de uma história tradicional a qual está interligada com as concepções do positivismo, proporcionando adentrar em um novo jeito de fazer história. São esses mesmos sujeitos esquecidos pela história há tempos que promovem uma história em movimento, levantando novos estudos com questionamentos e reflexões as quais englobam o cotidiano de trabalho, dando-lhes o devido reconhecimento de lugar de fala. Dessa forma, pensou-se o protagonismo de sujeitos subalternos esquecidos nos escritos oficiais. Com isso, a inserção dos trabalhadores no campo historiográfico parece ainda à priori, algo desafiador para historiadores da atualidade. Contudo, é importante trazer a história desses sujeitos à tona visando a produção da história tanto no parâmetro socioeconômico quanto cultural, pois a memória desses sujeitos está atrelada como suporte para construção das identidades, tornando-os protagonistas desse processo histórico.

Na história positivista existia uma única possibilidade de contar história, apenas através do viés documental. E, com o advento da escola dos Annales, mais especificamente em sua terceira fase, a história oral se inseriu como uma das possibilidades metodológicas de pesquisa histórica, podendo ser construída a partir do ponto de vista de quem viveu. Logo, o método oral abre esse leque de abordagens diferentes de se fazer História. Sabe-se que não há uma verdade propriamente dita e única. A História se refaz dia após dia a partir da leitura de mundo de cada indivíduo inserido numa determinada coletividade, apesar da inserção no mesmo espaço-temporal, pode-se surgir por parte desses indivíduos, versões distintas de histórias que irão surgir a partir da exploração desse campo social.

Na metade do século XX, muitos historiadores propõem o uso da história com origem nos relatos orais, desse modo, o objeto de estudo desse presente trabalho envolve a pluralidade de vozes para se chegar às histórias e memórias da ferrovia cearense. Como dito anteriormente, a função necessária da memória não é trazer exatamente o passado em sua totalidade, é sobretudo entender os resquícios no tempo presente e como interfere ainda no modo de ser desses trabalhadores. Dialogando com

Jim Sharpe (1992), o mesmo faz um estudo acerca dos sujeitos históricos vistos de baixo, aqueles que não tiveram espaço ao longo da historiografia oficial.

Jim Sharpe (1992), recebeu influências em seus estudos de uns dos percussores dessa nova forma de fazer história -o inglês Edward P. Thompson- em seu texto titulado *A história vista de baixo* contribui para que Jim Sharpe além de reafirmar a importância de dar espaço para as experiências no campo social, também identifica problemas inerentes à escrita da história desses sujeitos “ocultados” por muito tempo, colocando em evidência possíveis dificuldades que estão em volta da reconstrução do passado dessa minoria. No atual cenário, é imperativo a defesa da memória dos trabalhadores que ao longo da história foram sendo esquecidos. Sobre isso, Sharpe (1992, p. 42) afirma que: “A perspectiva de se escrever a história vista de baixo, resgatando as experiências passadas da massa da população, [...] é, portanto, uma perspectiva atraente. Mas, como sugerimos, a tentativa de estudar a história dessa maneira envolve muitas dificuldades”.

Ao longo do seu texto, Sharpe dialoga com Edward P. Thompson, tornando visível o quão complexo é trabalhar com esses grupos minoritários. O autor mapeia que uma das possíveis dificuldades é questionar que uma vez que essas histórias são escritas, qual será seu destino final, isto é, para onde devem ir. O autor ainda afirma que todos aqueles que se atrevem em escrever essa história vista de baixo, fazem uso de teor marxista e recebem influências da escola dos Annales. Em virtude disso, a história social pode contemplar esse estudo que Sharpe caracteriza como complexo em que as pessoas já estavam “acostumadas” com a história tradicional que colocava em destaque os grandes heróis da elite. Pensando sucintamente, é possível afirmar que essa história vista de baixo proporciona explorar o inexplorável.

Como Jim Sharpe (1992) analisa esse novo conceito de se construir a história, consequentemente utilizará de novos métodos e fontes em busca da análise da história dos grupos subalternos. Será essa história vista de baixo que dará lugar às fontes orais, uma vez que nesses relatos se concentram as vivências dos trabalhadores durante o tempo de serviço. Com isso, nota-se que esses trabalhadores não são detentores de grande prestígio financeiro, isso se dá em detrimento da sociedade verticalizada, fazendo com que os trabalhadores cada vez mais se vejam excluídos do meio social. Citando novamente Jim Sharpe (1992, p. 61) “a história vista de baixo é imperiosa no auxílio ao estabelecimento da identidade das classes trabalhadoras”. Ao contrário do que muitos podem pensar, esses trabalhadores possuem seu poder e autonomia concentrados na voz, no seu lugar de fala, assim, fazendo-se fulcral o registro de sua experiência de vida.

Os sujeitos vistos de baixo não aparecem na abordagem dos acontecimentos principais, culminando assim, numa história dita tradicional. Há de se pensar em inovações metodológicas que tratam dessa invisibilidade incorporado a um viés relevante para desenvolver esse estudo. Cada relato desses indivíduos nos concebe (re)significações de suas memórias. Ademais, criar relações com pessoas que viveram na época do trem é de grande valia e satisfação para quem escreve em virtude de conceber a oportunidade de conexão com as tantas histórias guardadas, fazendo um panorama dos vestígios simbólicos que ficaram nos “trilhos da saudade”.

Nesse contexto, a maioria dos memorialistas cearenses que viveram nessa época áurea, apropria-se de um determinado lirismo poético para tratar do trem e toda sua grandiosidade, eminentemente por acharem que relembando àquelas épocas com muita força, o trem volte tal qual como era há algum tempo atrás, quando essas máquinas operavam com passageiros. Dessa maneira, esses escritores são inspirados ao falar da sua ligação com a ferrovia, trazendo simbolismos românticos dos costumes

e objetos da época. Por exemplo, o sino tocando, o som do apito do trem e a reminiscência das inúmeras estações cearenses tumultuadas, onde nesse ambiente havia vendedores como também pessoas se despedindo, proporcionando reviver lembranças nesses lugarejos.

Os lugares da memória ferroviária cearense

Michel de Certeau em sua obra clássica: *A invenção do cotidiano* (2008), promove a discussão em volta do conceito de lugar e espaço. A partir desse estudo teórico, pode-se levar para o campo patrimonial da indústria ferroviária. Em primeira análise, o autor apresenta o lugar como forma de posição, assim

Um lugar é a ordem, (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 1992, p. 201)

Conforme o autor, para esse lugar, a priori, sem muita vida, tornar-se espaço, há necessidade de ocupação por parte dos sujeitos históricos, o que conseqüentemente ele denomina de *lugar de ocupação*. Com isso, esse lugar acaba incorporando o que Certeau chama de *espaço*, o qual será repleto de vivências e experiências históricas, e todo esse modo de viver trará memórias, assim, o indivíduo é dotado de pertencimento adquirindo uma identidade própria. Na abordagem que envolve as experiências pessoais quanto sociais praticadas nesses espaços, Certeau (1992, p. 202) afirma: “essa experiência é relação com o mundo; no sonho e na percepção”. Tendo em vista essas concepções, um espaço pode constituir-se lugar de memória, conceito trazido pelo historiador francês Pierre Nora, a partir do momento que recebe (res) significações por parte dos habitantes que passarão a interagir nesses locais. Pierre Nora nos fala:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. (1993, p. 21)

O autor introduziu esse novo termo *lugar de memória*, fazendo ligações diretas aos espaços repletos de práticas. Trazendo essa teoria para as devidas contribuições as quais memorialistas cearenses trazem para a historiografia ferroviária, pode-se considerar cada estação cearense um lugar de memória, onde estão guardadas tanto as lembranças dos trabalhadores quanto das pessoas que viajaram de trem, assim, esses espaços estão revestidos de aura simbólica e é isso que faz desse lugar um espaço de memória. De modo que Nora fala que a memória está imbricada no espaço, tornando-se lugar de mediação crítica. Infelizmente, na maioria dos municípios cearenses, os prédios das antigas estações encontram-se desgastados, logo, necessitando de um reparo por parte das autoridades governamentais. Essa situação agrava-se com o passar dos anos, visto que para uma possível revitalização, as prefeituras teriam de oferecer o apoio necessário.

Nessa perspectiva, cada estação pode ser considerada patrimônio público pela comunidade, tornando-se viável a inventariança de onde estão essas memórias, não necessariamente somente nas estações, mas também nos trens, proporcionando a

construção de uma nova narrativa incorporada nesses novos protagonistas da história de formar a impulsionar novas perspectivas de se pensar esse tempo. No tocante à consciência patrimonial, pode-se considerar a comunidade local como uma entidade que valida as devidas atribuições de um lugar de memória. Sabe-se que é preciso (re)conhecer esses lugares da memória ferroviária nas cidades cearenses privilegiadas com trilhos no seu trajeto. Tendo isso em vista, foram entrevistados sujeitos para se pensar a história desses espaços. A identificação desses pontos de memória não objetiva registrar uma história pronta e acabada, mas sim reunir outras versões visando lançar um olhar investigativo o qual possibilite identificar as devidas permanências no presente.

Dessa maneira, é importante fazer o conveniente elo entre esses tempos históricos, uma vez que o presente recebe constantemente influências do passado. Atualmente, devido a maioria dos trechos no Ceará funcionarem com o trem de carga, os trabalhadores ainda se fazem importantes para esse serviço, contudo, como a RFFSA foi privatizada e a gestão da ferrovia recebe domínio de outra empresa, teve como uma de suas ações diminuir o número de trabalhadores para mais da metade²²⁵. Em contrapartida, como já mencionado, cada estação pode ser atribuída como Lugar de memória e são nesses “lugares” que os admiradores da ferrovia podem evocar um passado não tão longínquo e que merece ser lembrado. A partir dessas práticas memoráveis será possível fornecer ao indivíduo o acesso à sua própria identidade, sentindo-se pertencido a uma sociedade que fez e ainda continua fazendo história.

Vale a pena levar em conta que essas simbologias irão se diferenciar de acordo com quem imerge em determinado espaço. Por exemplo, um ex-ferroviário ao entrar no museu ferroviário, despertará naquele espaço significações e impressões que se diferenciam das lembranças de uma pessoa a qual não trabalhou na ferrovia, todavia viajou muito de trem. Portanto, a memória precisa ser tratada como objeto da História, ou seja, é necessário interpretação minuciosa como todas as demais fontes históricas, visto que será por meio desta que se tornará possível acessar informações sobre um determinado passado. Essas memórias propõem questionar-se em relação ao presente, tornando-se importante pensar a estação nos municípios como centro de preservação da memória ferroviária, pois dessa forma, de acordo com Pierre Nora (1993), esse lugar de memória estabelecerá o seu objetivo funcional que é o de fazer lembrar.

A ferrovia na vida cotidiana: escrita e memória

A espera do trem que existia há algum tempo nas cidades interioranas, é diferente da forma como hoje se moldura nas estações de metrô. Cada sujeito vive apressado, o mundo exige isso do ser humano; uma viagem breve de uma estação para outra, muitas vezes nem olhares podem ser trocados. A multidão se envolve dentro de uma bolha de afazeres sociais em que cada um assume suas devidas responsabilidades teclando os seus aparelhos tecnológicos, esquecendo de “curtir, sentir a viagem” e deixando de apreciar a paisagem pela janela.

O trem de passageiros da antiga RFFSA cumpria esse papel bucólico na vida das pessoas que se propunham fazer determinada viagem, observando aquele verde da natureza e sentindo a vibração natural. Alguns entrevistados lembram desses

²²⁵ O entrevistado Sebastião Soares Sobrinho nos fala que trabalhou entre 1982-1998, no trecho de Cariré-CE-Nova Russas-CE, fazendo parte de uma equipe com aproximadamente 45 homens. Fazendo analogia à quantidade de profissionais atuantes nesse trecho atualmente, é notório que esse número caiu para mais da metade, juntamente com o salário dos trabalhadores ferroviários.

detalhes, utilizando-se de um intenso saudosismo que de acordo com alguns, insiste em não ir embora. Segue abaixo uma passagem que deu origem à obra: *Memórias de um menino beradeiro*, tendo como autoria um memorialista cearense que se declara amante do trem:

Olhando para essa estação, passa um filme de longa duração. Filme este, onde podemos sentir o cheiro do mato verde pela janela do trem quando vínhamos passar um feriado na terrinha. Por ela podemos ouvir o tilintar do abridor de garrafas ao passar um funcionário da RFFSA pelo corredor do trem oferecendo refrigerantes. Por ela podemos ouvir o trec-trec do perfurador de passagens pelo chefe do trem. Por ela podemos ouvir o seu Saldanha tocando o sino da estação após telegrafar e confirmar a saída. (LOPES FILHO, 2017, p. 127)

É evidente que essas recordações de tempos idos, fazem questão de marcar o presente dessas pessoas promovendo o sentimento de saudade e orgulho de terem feito parte desse tempo. Outro caso é do Padre Luís Ximenes, um admirador da ferrovia devido ter nascido e se criado perto da linha férrea em Camocim²²⁶ e ser filho de maquinista. O mesmo dispõe de várias obras escritas incorporadas nesse marco temporal. Em Santa Quitéria- última cidade cearense onde foi pároco, consta uma homenagem no centro. Trata-se da instalação de um vagão ferroviário onde dentro há objetos e documentos que remetem ao tempo de ferrovia no Ceará.

Dessa forma, o museu leva seu nome. Torna-se visível que toda essa homenagem se deu por conta do seu gosto pelos trens e ele deixa isso explícito em suas obras. Utilizando como exemplo um de seus livros: *Paixão Ferroviária*, o escritor apropria-se da poética: “outrora, eu vivia dentro do trem. Mas hoje, depois que a distância nos separou, é ele que vive dentro de mim. E muito embora a fuligem dos anos venha tentando encardir as minhas recordações, eu não me lembro de ter esquecido nenhuma”. (XIMENES, 1984, p. 54)

A partir da leitura dessa passagem, é exposto a visualização das várias histórias vivas e que aparecem nítidas na memória das pessoas. Da mesma forma que padre Ximenes utiliza-se das recordações de sua infância com o trem, existem outros memorialistas cearenses que exaltam a beleza e seu encantamento diante desse universo ardoroso. De forma hiperbólica, é possível imaginar um mar de vivências que merecem o registro e não só permanecem nas linhas das lembranças. Da maneira como há ligação da ferrovia com a população local, é perceptível que o ferroviário está inserido na lista de simpatizantes da ferrovia.

Muitos dos trabalhadores entrevistados alegaram que o tempo de serviço prestado à ferrovia foi o único trabalho de suas vidas. Logo, criaram uma relação estreita com seu local de trabalho, uma vez que foi nesse ambiente onde passavam a maior parte de seus dias. O senhor Mateus²²⁷, trabalhador de excelência dentro da RFFSA, conta de forma precisa o seu tempo de prestação de serviços a essa rede federal que de acordo com sua fala, totalizaram 29 anos, 4 meses e 20 dias. É observável que o mesmo retrata de forma exata, pois tem gravado de maneira precisa, alegando não esquecer tão facilmente. Ele também nos fala que só teve 26 dias de

²²⁶ Município cearense localizado na região norte do Ceará, após algum tempo de funcionamento do trem no trecho principal de Camocim-Sobral, em 1950, com a ligação de Sobral a Fortaleza pelo ramal de Itapipoca, o referido trecho será dado apenas como um ramal. Os trens de passageiros percorreram o referido ramal até 1997, fazendo com que anos depois a linha fosse desativada e seus trilhos arrancados devido razões econômicas maiores.

²²⁷ PAIVA, Mateus de Souza. 83 anos de idade. Operador de máquinas da antiga RFFSA aposentado. Morador da Rua São José, Reriutaba-CE. Entrevista realizada pela autora em: 27 fev. 2020

frequência na escola, e que a ferrovia trouxe muitas oportunidades que ao longo dos anos fazendo parte dessa equipe de trabalho e devido sua dedicação, pôde elevar seu cargo de acordo com seu longo tempo de experiência. Seu Sebastião também declara de forma imperiosa o seu trabalho retratando com lamentos a privatização da RFFSA:

Era um trabalho pesado, às vezes durante a noite também, quando ocorria algum acidente que o trem desencarrilhava, ninguém podia dormir. Eu era chamado em qualquer hora, debaixo de sol ou chuva, tinha de ir para reparar o dano. Desencarrilhar no sentido de quando as rodas saíam de cima do trilho, se tivesse algum defeito na linha, o trem caía, assim acabava quebrando os dormentes, e precisava substituir os trilhos, nivelando a linha também. Fiz parte de uma das últimas turmas contratadas pela RFFSA, no momento em que a empresa saiu, dispensou nós, e colocaram outro pessoal pra trabalhar, ganhando 1/4 do que a gente estava acostumado ganhar. No momento que privatizaram, ficou mais desvalorizado, a mão de obra diminuiu juntamente com o salário desses trabalhadores.²²⁸

Tendo em vista que essa relação intimista faz parte da identidade dos ferroviários, pode-se pensar esse local de trabalho marcado em suas vidas principalmente as oficinas de manutenção das máquinas, pois era onde lidavam com conserto e troca de peças, deixando sempre a máquina em satisfatório funcionamento. Como dito anteriormente, a análise desse perfil saudosista por parte dessas pessoas, só é possível através dos registros orais, os quais ao longo dos relatos, pode-se vislumbrar diversos fios tecidos de narrativas que são analíticos de contextualização, redesenhando o cenário desse tempo da ferrovia tanto por parte dos ferroviários, como também dos demais passageiros inseridos nos longos passeios de trens. Seu Hamilton, engenheiro aposentado e um dos chefes do museu ferroviário de Fortaleza, conta-nos a sua ligação desde criança com a ferrovia:

Eu fui “ferroviário” desde os 4 anos, por conta do meu pai, eu descobri muitos territórios do Ceará. O cargo dele permitia viajar de estação para estação, então eu me envolvi na ferrovia não depois de jovem, e sim, comecei acompanhando meu pai. Sempre gostei do trem. Eu, como ainda era menino, gostava de brincar naquelas grandes máquinas, eram viagens longas, mas gostava de ver as paisagens tudo bonitas, rios, florestas, pontes e as estações que o trem passava, então eu gravava tudo na memória. Eu tive essa vivência todinha de andar de trem com meu pai, ele me explicava tudinho, assim, todas as estações eu conhecia na palma da mão²²⁹

Todo esse cenário confere as possibilidades de enunciação por parte de grupos subalternos, visto que ter o espaço de fala significa proporcionar a tal pessoa o reconhecimento do seu discurso. Deve-se pensar que os trabalhadores não devem ser postos em animosidade, por isso colher seus relatos se faz essencial. Há um estreitamento de laços efetivos entre os ferroviários e a ferrovia, sobretudo será essa relação que marcará os resquícios de saudade que são notáveis nas falas desses indivíduos. A visita a uma dessas estações pode corroborar numa possível evocação do fazer a própria história a partir da reconstrução mnemônica.

²²⁸SOBRINHO, Sebastião Soares. 65 anos de idade. Conservador de via permanente da antiga RFFSA aposentado. Morador do centro de Reriutaba, CE. Entrevista concedida à autora, realizada em: 02 mar. 2020.

²²⁹JOSÉ, Hamilton Pereira. 79 anos de idade. Engenheiro da antiga RFFSA aposentado. Morador do centro de Fortaleza-CE, Entrevista concedida à autora, realizada em: 28 out. 2019.

Nessa perspectiva, são os valores que atribuímos aos prédios de estação que produzem essa tal reminiscência. Então, é importante ter a consciência de acautelamento desse universo imenso de bens ferroviários e isso não deve ser despertado somente nas autoridades governamentais, mas também a esfera pública deve se sentir como parte integrante desse movimento em prol da preservação. Pode-se dizer que a preservação e valorização ferroviária de alguns municípios estão associadas ao turismo e pouco ao planejamento da história urbana. Contudo, se a geração de hoje não conhece a significação que a ferrovia representou na cidade, como é possível chegar a uma dita valorização da história ferroviária?

Nesse sentido, alguns até chegaram a dizer que antigamente as autoridades de uma localidade eram o prefeito, o padre e o agente de estação. Levando essa ideia em análise, pode-se observar a figura emblemática de líder que a estação tinha, colocando em evidência a mesma equidade dos cargos que um prefeito ou até mesmo um líder religioso exercia. Tendo em vista a importância social que esse agente desempenhava nas cidades ferroviárias em relação aos demais trabalhadores. O apito inconfundível do trem, por algum tempo, foi considerado tão importante quanto o sino da igreja. Assim como hoje em dia a sociedade encontra passatempo através dos meios de entretenimentos tecnológicos, em épocas atrás o trem assumia essa gama de avanços, pois reuniam pessoas admiradas por minutos, “curiando”²³⁰ a passagem do trem.

Deve-se pensar o trem não só como transporte de pessoas, comidas e cargas, mas também é imprescindível considerar a função que este assumiu por algum tempo no transporte de informações, trazendo muitas correspondências, pois antes de outros meios de comunicação se difundirem, era o trem que cumpria esse papel tão bem. Nas cidades interioranas do Ceará, o trem por muito tempo assumiu essa predestinação para a época, tornando-se reflexivo que os efeitos da ferrovia estão trilhados rumo ao desenvolvimento das cidades por onde o trem passou.

No que tange a análise dos relatos, criou-se o espaço do não-dito. Isso significa dizer que o que não constava em livros que retratam a historiografia ferroviária, pode estar presente no diálogo com essas pessoas. Com isso, o registro de seu cotidiano torna o trabalhador o próprio eu- dono da narrativa histórica, caracterizando-se por um ser historicamente materializado, produtor do conhecimento sobre a época de seus serviços prestados à ferrovia cearense, proporcionando tornar escrito esse discurso. Outro detalhe eminente é pensar de forma analítica, tornando reflexiva a história do cotidiano que passará a ser enunciativa.

O desenvolvimento dessas narrativas se faz essencial para a produção do conhecimento no campo historiográfico, contribuindo para a compreensão da realidade a qual esses homens estavam inseridos. Em termos metodológicos da presente pesquisa, é importante considerar cada indivíduo/colaborador o qual foi entrevistado, não como um simples depoente, porém, aquele que se torna protagonista da sua história, uma vez que sua vivência é narrada mediante uma autoridade de saber.

Esses sujeitos poderiam estar inseridos em grandes produções televisivas trazendo o trem como um dos elementos de enredo. Entretanto, o que se pode observar é que no Brasil a produção cinematográfica que envolve o uso de trem de passageiros não tem tanta força, embora, de outro modo, se pensarmos na produção cinematográfica estrangeira, nota-se os variados filmes e séries dos quais os personagens fazem uso do trem como transporte ou muitas vezes o trem aparece como elemento principal do enredo da história.

²³⁰ O mesmo que: observar - brechar, ou, espionar o outro (fofoca).

Assim, é possível constatar uma maior valorização adotada em países estrangeiros, enquanto no Brasil, não haver tanta preocupação em utilizar um transporte de uso “antigo”. Portanto, pode-se consequentemente pensar, em virtude dessa produção não ser tão vasta e em atribuição ao descaso da ferrovia brasileira, que não há um olhar sensível de valorização desse meio de transporte no país, consequentemente, a produção audiovisual é escassa. Esse quadro se reflete através dos primeiros momentos que o Brasil sentiu os efeitos do uso ultrapassado do trem juntamente com a concorrência automobilística, passando a investir cada vez menos na indústria ferroviária.

O trem descarrilou: o tempo que não se apaga

A partir de 1930, as estradas de ferro começam sofrer concorrência no Brasil. O governo de Washington Luís, ao final da primeira república brasileira, adotou como lema: “Governar é abrir estradas”.²³¹ Isso significa dizer que outros meios de transportes iam aos poucos sendo implantados no Brasil, não como complementos das ferrovias, mas como concorrentes. Vale ressaltar que a extinção da rede ferroviária de passageiros foi se dando de forma lenta e gradual em um determinado período de tempo, quando em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek se teve essa desarticulação de forma mais eminente, uma vez que a maior proposta do governo de JK, centrava-se numa prometida modernização em detrimento da produção da indústria automobilística.

Essa crise crescente em meio a mudanças culminou na falta de investimentos da indústria ferroviária até não haver mais o crescimento da ferrovia, e quando o Ceará começou sentir esse impacto, alguns ramais foram desativados por conta de serem considerados antieconômicos para a época. A ideia da instalação da ferrovia, a priori, parecia alicerçada de maneira sólida possuindo alguns empreendedores que apostaram nessas valiosas máquinas para ver seu funcionamento, assim, não se esperava o desmonte que ocorreu.

Em uma das conversas com ex-ferroviários, é mostrada a alegação de que a decadência do trem de passageiros não se deu por falta de pessoas que viajassem, porque sempre em toda parada era visível uma quantidade considerável de pessoas. Pode-se dizer que a existência da ferrovia no estado cearense se deu de forma eminente por interesses econômicos, não sendo pensada como pôde influir na cultura da população. A dinâmica do trem na cidade envolveu muitos viajantes, como também ferroviários, hoje, já aposentados, carregando a saudade marcante que o tempo não apaga tão fácil.

Faz-se necessário problematizar o sentido de progresso e o impacto da então decadência do trem de ferro no Brasil. A chegada do trem trouxe um novo ritmo para as cidades, assim como a sua extinção gradual terá uma repercussão sobre a sociedade vigente. É possível visualizar como a instalação da ferrovia em pequenos lugares contribuiu eminentemente para tornar cidade um determinado local um ponto de encontro de práticas econômicas, culturais e sociais. Em contrapartida, é observável o impacto que a extinção dos trilhos causou, sobretudo em camadas da população mais pobre que dependiam daquele meio para se locomover frequentemente, seja por motivos de trabalhos ou outros.

²³¹ TOLEDO. Maria Vilhenac de; BRANCATELLI. Maria Odete; LOPES. Helena. *A riqueza nos trilhos: Histórias das ferrovias no Brasil*, São Paulo, moderna: 1998, p. 70

É importante se ater que ao longo da historiografia ferroviária brasileira, o capital estrangeiro só se manteve unicamente presente enquanto a ferrovia foi objeto de lucro, na medida em que não passou a ser mais alvo de investimentos, esse cenário socioeconômico se depreciava. Lima e Pereira (2007) descrevem o uso “ultrapassado” do trem no Ceará por conta dos investimentos em prol de uma dita modernização no setor de transportes:

Com o incremento da indústria automobilística, o Estado passou a investir nas rodovias, seguindo uma tendência das grandes potências. Por falta de recursos financeiros, as ferrovias brasileiras ficaram em segundo plano. Ramais foram extintos, construções entraram em decadência. [...] com trilhos inúteis suprimidos, ocorreu a implementação de outros recursos e o trem continuou a ser utilizado comercialmente, mas conjugado com os carros e caminhões, promovendo o desenvolvimento da economia nacional. (LIMA; PEREIRA, 2007, p. 147)

Como se torna nítido na abordagem dos autores, surgiram outros transportes alternativos para competir com o trem mundialmente. A partir do surgimento das rodovias, a concorrência no setor de transporte aumenta, e o trem passa então a transportar somente cargas, em contrapartida uma parte da população passou a usufruir com mais frequência os transportes automobilísticos. Mas e a classe mais baixa? Que necessitavam do trem, devido as passagens com preço mais acessível? Como a classe menos privilegiada vai reagir com a partida do trem, tendo em vista que não tinha condição de adquirir um transporte particular? Essas são questões pertinentes de serem refletidas. Chegando aos anos finais do funcionamento da rede ferroviária no Brasil, de acordo com Pereira e Lima (2007, p. 149): “Constatava-se a incapacidade de carrear investimentos e uma política danosa que gerava o descaso para com as linhas férreas, além de prejuízos exorbitantes para o Estado. Só a Malha Nordeste “presenteava” o Governo com um prejuízo de R\$ 50 milhões anuais”.

Como foi visto em conversa com os trabalhadores, é visível um entusiasmo ao falar do ofício de ter sido ferroviário, sobretudo toda a admiração que tem por detrás de suas falas que nos leva a embarcar nessa viagem e viajar no tempo com eles. O desenrolar dos tempos áureos se contradizem com o que sobrou da maior parte da ferrovia cearense: somente sucatas presentes nas oficinas, com promessa de revitalização dos vagões e que nunca mais estarão nos trilhos novamente. E como se caracteriza esse sucateamento? É a forma como muitas peças serão roubadas e a péssima administração das empresas que vão assumindo a direção da ferrovia, vindo tudo de modo a descarrilhar o andar da carruagem, no caso aqui do trem de ferro.

Durante a fala dos ferroviários, também ficou visível que os trabalhadores lembram exatamente do roteiro de horários das partidas e chegadas do trem em cada lugar. Eles têm tudo calculado com precisão. Tratando-se de contar suas experiências, a memória promove um leque de pontos de vistas plurais de um mesmo serviço, este por sua vez, será contado de forma diferente a depender da visão e dos espaços onde os vínculos sociais permeiam. Mais uma vez, é imprescindível se questionar como os trabalhadores estão inseridos historicamente nesse contexto, dando sentido a uma voz legítima, tentando dessa forma evocar um passado que corre o risco de ser esquecido, todavia o historiador tenta reformular, reconstruir e valorizar.

Considerações Finais

O interesse em estudar a ferrovia está imbricado desde cedo, por conta de curiosidades que envolvem tanto o imaginário moderno do trem nas cidades até a dedução onde era o ponto final daqueles trilhos. Esse tema por sua vez desperta interesse por parte de quem ler ou escuta algo relacionado, evocando admiração. As cidades cearenses são repletas de verdadeiros amantes do trem e foi isso que tentou-se mostrar nesse trabalho. A ferrovia cearense teve o papel de diminuir distâncias e melhorar as relações com outras localidades da região cearense, gerando o processo de significativas transformações tanto na paisagem local- cada vez mais urbana- quanto no perfil da vida cotidiana.

Para a maioria dos entrevistados com mais de duas décadas de trabalho, a ferrovia foi o único emprego de suas vidas, e ao longo de seu serviço se sentiram bastante assistidos pela RFFSA. A maioria dos trabalhadores entrevistados conta que antes da ferrovia os trabalhos concentravam-se na roça, e que a RFFSA trouxe uma melhor experiência de vida. Com base nisso, foi considerada uma oportunidade seminal estar com essas pessoas, e poder contribuir para o registro de suas histórias, evidenciando o perfil de saudade da época em que o trem transportava passageiros.

É preciso firmar uma tradição de estudos sobre essa classe trabalhadora ferroviária, oferecendo o aporte necessário para a escrita dessa nova História, sobretudo considerar a ferrovia como sendo objeto de reflexão e análise por parte dos pesquisadores, para que esse tempo não se apague e permaneça nos trilhos da saudade, fazendo-se fulcral refazer esse paradigma da história desses sujeitos, realçando as memórias de forma a pensar esses trabalhadores como protagonistas de suas narrativas. Como afirmou padre Ximenes (1984) na epígrafe desse trabalho, o trem partiu e deixou a imagem de saudade, fazendo-o voar nas asas das lembranças indelévels, permitindo a (re)construção das histórias de tempos idos.

Fontes Orais

Hamilton Pereira José, 79 anos de idade. Engenheiro da antiga RFFSA aposentado. Morador do centro de Fortaleza-CE. Entrevista realizada pela autora em 28 out. 2019.

Sebastião Soares Sobrinho, 65 anos de idade. Conservador de via permanente da antiga RFFSA aposentado. Morador do centro de Reriutaba-CE. Entrevista realizada pela autora em 02 mar. 2020.

Mateus de Souza Paiva, 83 anos de idade. Operador de máquinas da antiga RFFSA aposentado. Morador da Rua São José, Reriutaba-CE. Entrevista realizada pela autora em: 27 fev. 2020.

Bibliografia

BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2001, pp. 51-68

CERTEAU, Michel: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008

LIMA, Francisco de Assis de. PEREIRA, José Hamilton. *Estrada de ferro no Ceará*. Fortaleza: expressão Gráfica e editora LTDA. 2007.

LOPES FILHO, Luiz. *Memórias de um menino beradeiro*. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2017

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo; EDUSC, 2002

MENEZES, Francisco Antônio Cavalcanti de. *Memórias que o tempo não apaga: Parando em cada estação*. Fortaleza: Premium, 2015

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, São Paulo, n° 10, p. 07-28, 1993

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In *A Escrita da História: Novas Perspectivas/* Peter Burke (org.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992. (p39-p62)

TOLEDO. Maria Vilhenac de; BRANCATELLI. Maria Odete; LOPES. Helena. *A riqueza nos trilhos: Histórias das ferrovias no Brasil*, São Paulo, moderna: 1998.

XIMENES, Luís. *Paixão Ferroviária*. Fortaleza, Ed. Tribuna do Ceará, 1984

GOLPE CIVIL-MILITAR E O USO PÚBLICO DA HISTORIOGRAFIA: PEQUENO BALANÇO

Jonathan Soares de Souza²³²

Resumo: A produção historiográfica sobre o golpe civil militar de 1964 é extensa e variada. As versões variam de acordo com tendências, visões e posições teóricas e apresentar um pequeno balanço de algumas obras e autores considerados referências no assunto talvez nos permita enxergar a profusão dos debates sobre a ditadura mas também tentar enxergar um pouco os caminhos que foram tomados pela memória nacional ao fim de um período tão traumático. Observar isso é tentar observar também versões tão arraigadas que levam a uma interpretação enviesada do período e promovem manifestações tão contrárias à democracia e a memória.

Palavras Chave: Golpe civil-militar, Historiografia, Ensino de História.

Em 1964 uma conjuntura de fatores internos e externos, articulada em organizações conservadoras de direita com lugar de estratégias próprio e aliada ao capital financeiro internacional tomou o poder no Brasil através de um braço forte dessa conjuntura: os militares.

No 1 de abril, o Diário de Pernambuco, por exemplo, anunciava em manchete uma revolução vitoriosa que livraria o Brasil dos comunistas e do perigo político, econômico e ideológico representado pelos vermelhos.²³³ Nessas alturas a coluna movimentada pelo general Olympio Mourão Filho saída de Juiz de Fora em Minas Gerais ganhara adesão de outros batalhões e figurões das forças armadas (principalmente do exército) que na prática já se articulavam há bastante tempo. Não era ainda, segundo Marcos Napolitano o golpe da tomada do Estado, “quando muito foi sua senha” (NAPOLITANO, 2014. P. 43). Foi também mais que uma simples rebelião militar, durante as várias horas entre o dia 31 de março e 1 de abril de 1964 muita coisa se passou, muito mais que uma rebelião no quartéis cristalizada na memória acerca do golpe. (IDEM)

Um dos objetivos da auto intitulada revolução de 1964 era depor o presidente João Goulart no Brasil e instalar um governo que intervisse na crise econômica e política que nas mãos dos articuladores da “revolução” se transformou também em crise institucional. Amplos setores da sociedade civil saudaram e aplaudiram a “revolução” que ajudaram a estourar.

Mas, obviamente nada é tão simples assim, estamos tratando aqui de um golpe de estado. E para entendermos o que se desdobrou no Brasil a partir disso, afinal os resultados do golpe se fazem sentir até hoje, precisamos voltar à antes de 1964, ou mais, precisamos nos voltar para a memória e para a historiografia que trata das conjunturas que levam ao golpe, do governo e da figura do presidente João Goulart, e das versões consagradas ou não das análises sobre tudo isso, afinal elas se incrustam na memória gerando revisões e debates sejam para promover uma reparação da memória desses anos, seja para promover um simplista e torpe esquecimento.

Essas revisões e debates encarnadas em obras que apresentam as mais diversas versões de um prisma formam o conjunto de uma historiografia vasta que tem seus cânones e seus párias, todos, como já foi dito, se imbricando na memória sobre

²³² Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor de História da rede privada. E-mail: Soaresjonath@hotmail.com.

²³³ Diário de Pernambuco. 1 de abril de 1964. Ano 139. N 74.

os anos ditatoriais gerando, principalmente nos últimos anos, uma espécie de relativismo à brasileira que longe de ser um conjunto controverso de versões acaba por dificultar a questão da reparação da memória encampada por órgãos de direitos humanos e gera uma ideia acerca dos anos ditatoriais no Brasil que além de uniforme é conservadora.

É com espanto que ainda hoje assistimos jovens pregando e saudando o regime militar em manifestações recentes. Alguns deles agrupados em movimentos ditos “organizados”, nesse caso eles não deixam de ser o reflexo dessas visões controvertidas e relativistas difundidas em certa medida na grande imprensa.

Há também um relativismo que mistura memória afetiva e individual às tentativas de reparação dos fatos, digo isso, pois alguns textos têm ainda a pachorra de omitir o caráter doutrinário das propagandas do regime em detrimento de uma narrativa na qual a repressão só atingia setores de esquerdas, chamados terroristas, que mereciam sofrer a repressão. Na memória do cidadão comum, tão evocada por essas narrativas o período era de extrema civilidade, respeito, amor ao país e tranquilidade. Essas narrativas ultimamente estão ganhando ainda mais foco a partir do campo minado da internet, o que torna tudo ainda perigoso.

Para além dessas conjecturas iniciais, quero chamar atenção para a necessidade e importância de revermos essas interpretações acerca do golpe militar de 1964. Muita coisa perpassa essas interpretações, seja a questão do apoio e participação civil na trama de 64, seja a posição do presidente Goulart perante os acontecimentos, seja as memórias dos anos ditatoriais e ainda a questão de uma justiça de transição incompleta no Brasil principalmente se compararmos com outros processos do gênero na América Latina em países que também sofreram ditaduras na segunda metade do século XX.

Sobre toda essa questão envolvendo negacionismos e relativismos aparecem segundo Demian Bezerra de Melo “a grosso modo, três teses: 1) “esquerda e direita foram igualmente responsáveis; 2) na verdade, “havia dois golpes em curso” nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito.” (MELO, 2014. P.158). Trataremos aqui, no entanto, de interpretações consagradas, mas não necessariamente negacionistas ou relativistas, aliás nesse momento só chamamos atenção para a alta periculosidade delas que inclusive possuem “vozes no meio acadêmico para dar-lhes chancela “científica” (IDEM)²³⁴

A ideia de que tanto a direita quanto a esquerda foram responsáveis é levantada por Argelina Figueiredo em “*Democracia ou reformas?*” uma obra de ciência política já consagrada que encontrou eco também nos escritos de Jorge Ferreira que inclusive retrata a ação da direita como uma resposta ao radicalismo de esquerda em vigor.

A ideia de que havia dois golpes em curso tem seu pilar na série “*As ilusões armadas*” do jornalista Elio Gaspari que no primeiro livro da série, “*A ditadura envergonhada*” desenvolve a noção de que o “dispositivo” de Goulart era também extremamente articulado e pronto a dar um golpe à esquerda. Além disso apresenta um João Goulart vacilante diante dos acontecimentos, para o jornalista: “João Goulart, independentemente da classe em que estivesse, ele sempre seria um pacato vacilante” (GASPARI, 2002, P. 84).

²³⁴ Exemplo disso são os trabalhos de Marco Antônio Villa no livro *Jango: um perfil* e em matérias escritas pelo mesmo na Folha de São Paulo defendendo a noção de uma ditabranda, ou seja, negando todo terror da ditadura no Brasil nos anos anteriores a 1968 e posteriores a 1974. Além disso, sua “biografia” de João Goulart é na verdade uma coleção dos estereótipos atribuídos ao presidente deposto.

A noção de que a resistência à ditadura não passou de um mito, faz parte daquelas interpretações negacionistas que inclusive pregam a chamada ditabranda e buscam uma negociação do esquecimento. O famoso editorial da Folha de São Paulo de 17 de fevereiro de 2009 ²³⁵ é exemplo disso, chamar os anos ditatoriais de ditabranda é ignorar uma série de fatos e eventos que se sucederam no Brasil durante 21 anos e revela no mínimo um empobrecimento intelectual e conceitual (MELO, 2014) grave.

A construção da ideia de uma “ditabranda” passa também pela comparação com outros regimes de exceção que vigoraram na América Latina na segunda metade do século XX. Em alguns casos se recorre à um malabarismo teórico que busca comparar o número de vítimas em países como a Argentina e o Chile com os do Brasil. A comparação dos números oficiais, cerca de 475 vítimas fatais no Brasil e cerca de 30 mil na Argentina e 10 mil no Chile, além de ser uma comparação meramente formal, não diz nada sobre os meandros e mecanismos utilizados pela ditadura civil-militar brasileira durante os anos de repressão.

Um fator a se considerar é a aparência de legalidade que o regime buscou construir. Toda legislação implantada no Brasil durante a ditadura, os poderes praticamente ilimitados que foram concedidos às forças de segurança, a anuência ou colaboração de setores do judiciário nacional são as chaves para compreendermos que essa noção de “ditabranda” não se sustenta. Pois de acordo com Marcelo Torelly:

No Brasil houve mais cooperação entre as instituições e o regime, especialmente no sistema de Justiça. Enquanto nos países vizinhos os governos militares foram contestados pelo Poder Judiciário, obrigando as ditaduras a aposentar e a expulsar um grande número de membros da magistratura e do Ministério Público, a criar expedientes e tribunais de exceção, no Brasil, a Justiça mostrou-se muito mais disposta a aplicar a legalidade do regime. Mas, a escolha de diferentes meios repressivos não significa que a nossa ditadura não foi violenta. Número oficiais da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça apontam que mais de 40 mil brasileiros foram vítimas de atos de exceção e que a tortura foi praticada de maneira indiscriminada. (TORELLY, 2014. P.28)

A construção social dessa noção pela imprensa é um assunto que merece ser bem mais discutido e apontado, a revista Veja, a Folha de São Paulo e o jornal o Globo representam segundo Carla Luciana Silva uma interpretação pautada no “silêncio ou no apagamento de conflitos” (SILVA. 2014. P.189). Essa narrativa parece se acomodar na necessidade que os mais diversos atores e agentes da ditadura tem de manter sua impunidade e anonimato. Ajuda também a construir uma memória acerca da ditadura que retira do centro do debate toda a violência e horror do regime. Busca atenuar o que não tem atuenuantes.

É bem verdade, que apresentar uma narrativa do golpe e dos anos ditatoriais excede e muito o espaço dessas páginas. Logo, sob o risco de parecer reducionista, mas longe disso, apresentamos aqui um resumo da conjuntura que leva ao golpe militar tentando articular com as versões historiográficas²³⁶ da qual já falamos um pouco.

²³⁵ Folha de São Paulo. **Editorial: Limites a Chávez**. 17 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> . Acesso em: 01/07/2016.

²³⁶ Essa historiografia do golpe e da ditadura civil-militar não é exclusivamente escrita por historiadores, muitas das obras consagradas sobre o assunto são de cientistas políticos, sociólogos, profissionais da comunicação e jornalismo. No entanto, os historiadores obviamente têm um campo bem construído e um lugar de destaque nesse conjunto de obras em geral e nas obras que nos servimos para a escrita desse

Vamos, no entanto começar nossa volta, no ano de 1963 quando João Goulart assume o governo com livres poderes de presidente após um período de governo parlamentarista. Goulart por ocasião da renúncia de Jânio Quadros da presidência foi alvo de uma campanha que claramente buscava impedi-lo de assumir o governo. Os envolvidos nessa campanha são os mesmos que em 1964 encamparam o golpe e tomaram o poder. Eram membros das forças armadas e de grupos políticos conservadores, nos encontraremos com eles mais à frente.

O acordo feito então, ou a “saída” encontrada foi implantar um regime parlamentarista onde Goulart agiria praticamente de mãos amarradas. Era um arranjo que além de impedir o poder do presidente e qualquer possibilidade de reformas, dava uma gama de poderes maiores ao congresso.

Isso se alteraria logo, pois segundo Carla Aranha (2014, p. 35) o quadro não interessava nem ao próprio presidente, nem aos políticos interessados nas eleições previstas para o ano de 1965. Logo, um plebiscito em 1963 é marcado para que a população decida entre parlamentarismo e presidencialismo. Ao fim de todo processo o plebiscito deu “um não esmagador ao parlamentarismo”²³⁷. Segundo o Diário de Pernambuco “a diferença dada ao não foi impressionante”, sendo “1.608.804 contra e 216.415 a favor.

No entanto, os números não falam por si só. O governo presidencialista de João Goulart daí por diante seria alvo de uma trama integrada de desestabilização que foi além do político. A partir de 1963, a conspiração passa a agir contundentemente não só contra o governo de Goulart, mas também contra toda a efervescência política e cultural que o Brasil atravessava. Desse momento em diante a crise econômica no país seria transformada em crise política e em impasse institucional, a partir daí veríamos uma imprensa descarada, um setor empresarial cada vez mais interessado e subordinado ao capital estrangeiro e um olhar mais atento dos Estados Unidos da América sobre o país e uma radicalização dos discursos contra os ditos “comunistas”, “vermelhos”, “socialistas”.

Não podemos, no entanto, falar dessa conjuntura sem consideramos a questão da guerra fria e a participação dos Estados Unidos. A tensão mundial agravada e temida pelos EUA e pelos setores conservadores e de direita no Brasil a partir de 1959 com a revolução cubana atingiu o auge na década de 1960. A política intervencionista dos EUA, a aliança para o progresso²³⁸, os relatórios e as articulações do embaixador Lincoln Gordon e do secretário de estado Dean Rusk também são importantes na conjuntura golpista.

trabalho. Outros canais por onde circulam essas interpretações é a grande imprensa, onde principalmente a partir de 2004 a ditadura passa a ser encarada pelo “viés do esquecimento e da conciliação democrática”.

²³⁷ Diário de Pernambuco. 07 de janeiro de 1963. Ano. 138. N. 6.

²³⁸ Projeto executado pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960 que visava atuar nos países da América Latina com o objetivo de fazer frente a influência soviética e a uma pretensa ameaça comunista no continente tão alardeada pelos Estados Unidos. Diversos planos de ação foram executados na educação, saúde e assistência social financiados pelos EUA que batia na tecla do desenvolvimento econômico e social da América Latina para frear o avanço de ideias socialistas. Organizada através de diversos órgãos a Aliança pelo Progresso teve uma atuação além dos projetos que se propunha atuando também como agente político na conjuntura que levou ao golpe militar de 1964.

Historiograficamente falando o trabalho de Phyllis R. Parker ²³⁹ chama atenção para esse projeto e para as falhas nos trabalhos dos principais brasilianistas (Skidmore e Cia.) que não dão “a menor atenção à participação dos EUA no processo” (MELO, 2014. P.160). No entanto é no trabalho de René Armand Dreifuss que a participação dos EUA aparece com um significado mais amplo, afinal para o autor uruguaio a interferência ou participação dos EUA é parte integrante da trama ideológica da direita. Nesse caso lemos participação e não uma mera intervenção.

É impossível adentrarmos ainda que minimamente nisso que chamo de trama integrada de desmobilização (que ainda não é o golpe propriamente dito) sem evocarmos Armand René Dreifuss. A tese em ciência política defendida na Universidade de Glasgow, intitulada “1964, a conquista do estado”, vai além de apresentar os envolvidos na trama, é bem mais que teoria da conspiração.

O autor desenvolve a noção de um bloco de forças ideologicamente articulado no Brasil visando tomar o poder de Estado. É esse bloco de forças que atua com força total no início da década de 1960. Em outras palavras, Dreifuss deixa claro que a articulação não era exclusivamente militar, havia um grupo que situado ao redor de duas instituições o IPES e o IBAD²⁴⁰ funcionou como um partido no sentido gramsciano do termo. Foi um golpe de classe, mais que um simples golpe militar. O autor trata os institutos como um complexo. Um complexo que seria o núcleo ativo do golpe de classe que entre outras coisas visava uma política econômica de alta interferência do capital estrangeiro no Brasil.

Mas sobre os objetivos dessa “tecnoburocracia” da qual faziam parte empresários, banqueiros, políticos e militares da elite burguesa brasileira, Maria Victoria Benevides em resenha já clássica acrescenta que os

objetivos seriam, entre outros, restringir a organização das classes trabalhadoras; consolidar o crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente, com alto grau de concentração industrial integrado ao sistema bancário e promover o desenvolvimento de interesses multinacionais e associados na formação de um regime tecno empresarial, “protegido e apoiado pelas Forças Armadas. (BENEVIDES, 2003. P.256)

Era uma conjuntura empresarial-militar organizada em uma espécie de partido burguês que envolveu diversos setores das elites conservadoras brasileiras na já citada desestabilização do governo João Goulart e na criação e implantação do projeto que tomou o estado através dos militares em 1964.

Mais do que simplesmente tomar o Estado, essa articulação do empresariado brasileiro e estrangeiro, dos militares e todas as outras instituições envolvidas, se colocam, também no sentido gramsciano, como um bloco histórico, uma vez que “uma aliança social que forma a si mesma como um sujeito político nacional, reflete mais que a captura de um conjunto de instituições” (BOUCHER, 2015. P.317) Havia, portanto, frações de classe articuladas que buscavam fazer com que seus interesses, apresentados por eles como de “interesse geral”, passassem a exercer uma “liderança moral e política” (GRAMSCI, 1971. APUD. BOUCHER, 2015, P.317).

Tendo como instrumento o discurso anticomunista que gerou medo em setores civis de classe média temerosos de perder sua “situação social” confortável, essa articulação formou “uma cultura política anticomunista” que vai atuar intensamente

²³⁹ PARKER, R. Phyllis. *O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Civilização Brasileira, 1977.

²⁴⁰Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

contra o governo de João Goulart (ABREU, 2008.) visando sua desmobilização e apoiando o golpe mais à frente.

A obra de Dreifuss é a primeira a apontar o caráter civil dessa articulação que levou ao golpe, não obstante após suas conjecturas, a insistência no termo civil-militar tem sido muito maior. Dreifuss fala não só de articulação civil-militar, mas também em uma ordem empresarial-militar.

As interpretações, hoje já comuns com essa denominação de golpe e ditadura civil-militar, apontam mais para um apoio tácito da sociedade civil à conjuntura golpista e a ditadura do que um projeto de classe no sentido que aponta Dreifuss. Eu prefiro falar em apoio de setores que compunham um espectro civil que pairava sobre o governo Goulart. Esses setores não representavam a totalidade da sociedade brasileira, insistir num apoio civil quase unânime é além de mascarar a participação dos setores apontados por Dreifuss na conjuntura é também ignorar toda a efervescência e as articulações de esquerda antes do golpe, especialmente nos anos de 1963 e início de 1964.

No espectro civil articulado em um projeto de classe, podemos citar a participação das cadeias de comunicação como rádios e principalmente jornais, cujos, exemplos gritantes foram “A Folha de São Paulo” e o “Estado de São Paulo”, mas também outras instituições tradicionais como setores da Igreja Católica e da Igreja Presbiteriana e Universidades como a “Mackenzie”, líderes políticos como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros e o complexo IPES/IBAD. Para Dreifuss esses setores compõem a ordem “empresarial-militar”:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou na melhor das hipóteses de tecno-empresários. (DREIFUSS, 1980. P.417)

Uma das grandes contribuições da interpretação de Dreifuss é apontar com minúcia e grandiosa documentação essa “articulação de interesses do capital multinacional e associado” (MELO, 2014, P.160). Os militares aparecem como um braço dessa articulação, mas não foi gerida única e exclusivamente por eles, como é lembrado na memória cristalizada do golpe, aliais essa também é uma forma de isenção desses outros setores organizados nessa “ordem empresarial” (DREIFUSS, 1980) e de promover o esquecimento conveniente.

Mas a interpretação de Dreifuss também sobre críticas. Frequentemente se aponta a tendência do autor em considerar o complexo IPES/IBAD como onipotente. No entanto, isso não retira de forma nenhuma contribuição historiográfica imensa do autor para pensarmos o golpe, não obstante ainda se constituiu uma obra chave no conjunto que de obras sobre o tema.

Sigamos então.

A conjuntura política, cultural e econômica do pré-golpe é apontada também por Dênis de Moraes na obra: “*A esquerda e o golpe de 1964*”, nela o autor apresenta todo o ambiente das esquerdas do início dos anos 60, trazendo escritos sobre a situação dos movimentos sociais no campo, dos sindicatos, das organizações estudantis, dos partidos e dos movimentos culturais. Aqui podemos refutar a tese de que havia um golpe em curso em toda a esquerda, afinal toda a fragmentação dos diversos movimentos não nos permite observar isso. Havia setores mais moderados e outros

mais radicais e sobre esses radicais que os articuladores do golpe promoveram seu alarde para desestabilizar o governo Goulart, exercer uma ferrenha propaganda anti-esquerda e tomar o poder em 1964.

Essa fragmentação da esquerda visível na obra de Dênis de Moraes e em tantos outros trabalhos também vai de encontro a noção cristalizada de que o golpe militar foi necessário para “salvar” o Brasil de uma possível intervenção ou tomada de poder por parte da esquerda. Essa interpretação controvertida é evocada até hoje por muitos saudosistas e entusiastas da ideia de intervenção militar no país.

A obra de Dênis de Moraes, lançada antes do boom dos 50 anos do golpe em 2014, permite uma reavaliação histórica “na perspectiva dos vencidos de 1964” e se constitui numa interpretação questionadora das “visões que prevaleceram no discurso dos vencedores, impregnadas de anticomunismo e de mistificações como a da “Republica sindicalista” que Jango estaria a um passo de implantar no país”. (MORAES, 2011, P.11). É um bom contraponto a algumas das várias obras que apresentamos nesse pequeno balanço.

Diante de todas essas interpretações, nos posicionamos na direção daquela apresentada por René Armand, onde um projeto claramente classista, organizado em instituições civis com um braço militarizado toma o poder do Estado nas várias horas que transcorreram entre o dia 31 de março e 1 de abril de 1964.

Longe de apresentarmos aqui uma narrativa dos eventos que sucederam e do dia do golpe propriamente dito, o que fizemos aqui foi apresentar um apanhado de obras que exercem um papel que se posiciona de diferentes formas na memória da ditadura, seja ela acadêmica ou social.

São interpretações que geralmente defendem um lugar, seja de esquecimento, de conciliação, de negação ou de reparação. Bem mais que enchermos essas páginas iniciais com uma extensa descrição de fatos e eventos sobre o golpe militar, acredito que o combate pela reparação justa pela memória possa ir mais longe, principalmente historiograficamente.

Seria ainda perigoso, não apresentarmos algumas versões importantes da produção atual sobre o assunto que se dedicam a revisar o revisionismo e negar o negacionismo. São interpretações também consagradas e não menos comprometidas encabeçadas pelos escritos do historiador Carlos Fico, de Enrique Serra Padrós e de Renato Lemos.

Obras de grande circulação nos âmbitos acadêmicos ou não devem sempre ser revisitadas e revisadas, é importante revisarmos as obras a fim de apontarmos as versões perigosas que circulam, pois nem sempre figuras, eventos e fatos são tratados com a devida justiça.

Pequeno epílogo

Alguns anos depois da apresentação preliminar deste texto uma manifestação em particular chamou atenção de diversos historiadores e da maioria da população minimamente comprometida com a democracia e com seus processos. Em abril de 2020 a democracia parecia estar mais ameaçada do nunca quando grupos de saudosistas, jovens e empresários saem às ruas reivindicando um possível fechamento do congresso e o retorno do AI-5.

Vale a pena lembrar que com o Ato Institucional de número 5 baixado em dezembro de 1968, tem início no Brasil os chamados anos de chumbo. E muito embora a repressão e a brutalidade do regime já se fizessem sentir desde os primeiros anos da ditadura, com cassações, prisões e torturas, a partir de 1968, o poder dos presidentes

ditadores foi legitimado para fechar o congresso, cassar direitos políticos e intervir nos estados. O papel da censura também alçou voo na política, na imprensa e na cultura geral do país.

O governo tapava os olhos de uma grande parte da população para as violações aos direitos humanos e constitucionais chanceladas pelo AI-5. O texto, note-se, retirava direitos individuais básicos, como o habeas corpus. Contrariamente ao que se convencionou dizer, o advento do AI-5 foi uma série de medidas que já estavam sendo preparadas desde 1964 e não apenas como “um golpe dentro do golpe”. Eram medidas que já estavam sendo pensadas e em até certo ponto sendo tomadas sem que em 1968 isso se configurasse necessariamente como um outro golpe.

A draconiana lei de 1968 permitiu ao governo militar institucionalizar todo o discurso de combate ao inimigo interno e instaurou o terror no país. A repressão tornou-se feroz. Prisões baseadas na lei de segurança nacional onde o preso ficava incomunicável por alguns dias e seus direitos de defesa judicial eram suprimidos tornaram-se comuns. Tortura, prisões, violência institucionalizada foram palavras que se tornaram correntes a partir de 1968.

O AI-5, que como dito inaugura os anos de chumbo em 1968, na prática transformou em lei o atropelamento dos direitos civis que já vinham sendo feitos desde 1964. “Com ele o governo pode “cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, [...], proibir manifestações sobre assuntos políticos e suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional” (RIDENTI. Apud. MEIGUINS. 2005. p.68).

Diante de tudo isso, como ainda é possível que pessoas de idades variadas, em sua maioria de classe média ocupe as ruas 50 anos depois para reivindicar a volta de uma lei e de um regime cujos traumas deixados em nossa sociedade ainda se fazem sentir? Qual exercício de memória deixamos de fazer?

A lei de anistia assinada em 1979 talvez seja o início do novelo para desvendarmos ou tentarmos responder o mínimo que seja a essa pergunta. Sabemos que os processos de Anistia são cruciais nos períodos de transições e de saída de longos períodos traumáticos, mas apenas nesses momentos. Extremamente necessária naquele contexto do fim da ditadura e fruto de uma ampla discussão e participação social ainda que controlada, a Anistia aprovada no Brasil acabou se tornando um entrave, um obstáculo à memória do período. O sentido dado a ela ainda é evocado por aqueles que pretendem que nem de longe a lei seja revista. Não podemos ficar no esquecimento pelo esquecimento. Como coloca a filósofa Jeanne Marie Gagnebin em relação a instituição da Anistia:

Às vezes realmente necessária, não se pode pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica. [...] ela não pode ser um obstáculo à busca da “verdade do passado”, como se diz, aliais de maneira bastante ambígua. Ela somente pode criar condições artificiais, talvez necessárias, que tornam possível uma retomada mínima da existência em comum no conjunto da nação. Ela configura uma trégua, uma calmaria provisória [...], mas não é nenhuma solução, nenhuma reconciliação menos ainda um perdão. (GAGNEBIN, 2010. P. 180)

Nesse sentido a Anistia brasileira atrela impunidade a esquecimento. Vários são os argumentos utilizados por aqueles a quem não interessa nem que a lei seja revista nem que o passado seja depurado. A equivalência de forças entre os grupos de esquerda e o exército em face da profusão de pesquisas historiográficas recentes não

se sustenta mais bem como o argumento da não retroatividade da lei e do revanchismo.²⁴¹

Em 2014 ao entregar o relatório final, a Comissão Nacional da Verdade apontou o caráter de auto Anistia da lei e pediu a revisão da mesma, ancorada na recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os crimes cometidos pela ditadura por serem considerados internacionalmente como crimes contra a humanidade seriam incompatíveis com o direito brasileiro e com a ideia de Anistia.

No entanto esse debate na esfera institucional enfrentou e enfrenta problemas em sua transposição didática para a maioria das salas de aulas no país. Ainda encarado por muitos como um tema da história recente os conteúdos referentes à ditadura civil militar acabam ficando em segundo plano até mesmo pela disposição curricular.

Nos anos imediatamente após a ditadura como a lei de anistia parecia garantir um silenciamento plácido a sociedade e as lutas em termos de referenciais foram atravessadas por outras questões, o que talvez explique a não centralidade do tema nas salas de aulas do pós-ditaduras. Justiça seja feita, os resquícios ainda estavam lá, a culpa da memória defasada não é em absoluto dos professores.

As várias questões em aberto também dificultam o trabalho com o tema em sala de aula, muitos apontam que os conhecimentos sobre a ditadura ainda são inconclusivos, no entanto as pesquisas recentes (e as mais antigas) e todo material produzido no bojo dos 50 anos do golpe militar em 2014 e da entrega dos relatórios finais das comissões da verdade nacionais e estaduais hoje fornecem um material vasto para o tratamento do conteúdo em sala de aula.

No entanto, a sensação de diversos professores de história no momento é de desânimo. Tocar no tema da ditadura militar, especialmente no último ano tem sido sempre muito espinhoso, mas é justamente na escola que está a linha de frente desse combate historiográfico. Incorporar experiências, trazer memórias, provocar leituras e levantar imagens comprometidas com o direito dos povos à verdade e a memória é um trabalho árduo, mas que certamente rende frutos. Pois, segundo Alessandra Gasparoto e Henrique Serra Padrós

a grande contribuição que o docente escolar poder realizar é a criação de estratégias didáticas para o tratamento dessa temática na escola. Ninguém melhor do que ele para ter a sensibilidade do que pode ou não ser dito ou mostrado, aferir de que forma podem ser construídas pontes entre o conteúdo e seus alunos, gerar atração e reflexão sobre o que é proposto, potencializar espaços e metodologias interativas que extrapolem os materiais disponibilizados, estimulando uma produção textual autônoma e própria dos discentes. (GASPAROTTO e PADRÓS, 2010 p.197)

Indo ao encontro dos autores citados é importante concluir que além de compreender os caminhos tomados pela historiografia sobre o tema do golpe civil-militar e da ditadura em si é preciso adentrar pelos caminhos e opções históricas tomadas pelo Estado e pela sociedade brasileira nos anos imediatamente após o regime.

Transpor isso pra sala de aula com mais comprometimento, tempo, pesquisa e combatividade é urgente para num futuro próximo evitar mais manifestações como aquelas do fatídico dia 19 de abril de 2020.

²⁴¹ Para ampliar essa noção ver: SOUZA, Jonathan Soares de. A esperança equilibrista: a campanha pela anistia política (1978 - 1979) Dissertação (mestrado) – UFPE, Recife, 2018.

Referências

- ABREU, Alzira Alves. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**. IN. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- ARANHA, Carla. **Três anos de conspiração**. IN. 50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora Abril. 2014.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **64, UM GOLPE DE CLASSE? (Sobre um livro de René Dreifuss)**. Lua Nova. Nº 58. 2003.
- BOUCHER, Geoff. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes. 1981.
- FIGUEIREDO, Argelina. **“Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política (1961-1964)”**. Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPAROTTO, Alessandra e PADRÒS, Henrique Serra. **A ditadura civil-militar em sala de aula**. IN. BARROSO, Vera Lucia Maciel... [et al.] In. Ensino de história: desafios contemporâneos / EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010
- MEIGUINS, Alessandro. **AI-5 Licença Para Matar**. In. 50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora Abril. 2014.
- MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro. Consequência, 2014.
- MELO, Demian Bezerra de. **O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 1964**. Expressão popular: São Paulo, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. Contexto: São Paulo, 2014.
- PARKER, R. Phyllis. **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Civilização Brasileira, 1977.
- SILVA, Carla Luciana. **Imprensa e construção social da "Ditabranda"**. In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- TORELLY, Marcelo. **Direito versus democracia**. IN Revista de História da Biblioteca Nacional. N. 103. Ano 9. Abril de 2014

“O POVO EXIGE ANISTIA”: LINHAS GERAIS SOBRE A MOVIMENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DESDOBRAMENTOS DA LEI DE ANISTIA (1979)

Jonathan Soares de Souza²⁴²

De 1974 à 1979 o país passou por momentos determinantes que além de instituírem o dissenso da ditadura civil-militar instaurada em 1964, abriu caminhos para organizações civis e movimentos sociais em um processo com caráter de luta aberta ou não contra a ditadura e desembocaram no final da década de 1970 na campanha pela anistia política. Antes, porém é preciso tecer os passos dessa movimentação que além de plural foi “instituinte no marco da recuperação do espaço político” (GRECO, 2009.)²⁴³

A campanha pela Anistia começou a tomar corpo a partir de 1974, principalmente a partir dos desdobramentos da política ditatorial com os resultados das eleições daquele ano cujo resultado foi desfavorável ao governo, com a crise e declínio do chamado milagre econômico e com a proposta de distensão controlada do general Ernesto Geisel.

Com o resultado das eleições de 1974 e das eleições subsequentes, a oposição no âmbito da sociedade política, nesse caso nas assembleias legislativas começa também a ganhar novo fôlego, além disso, denúncias de crimes cometidos por agentes do governo começam a aparecer com mais frequência. Torturas, desaparecimentos e mortes vieram a ser de conhecimento do público. O caso do jornalista Vladimir Herzog é especialmente lembrado.²⁴⁴

25 de outubro de 1975. Vladimir Herzog se apresentou no destacamento do DOI-Codi²⁴⁵ em São Paulo, após ser autuado no dia anterior na Tv Cultura onde trabalhava. Tendo se comprometido a aparecer no dia seguinte para não ser detido, Vlado como era conhecido pelos amigos e colegas era filiado ao partido comunista participando de várias reuniões. O que aconteceu com o jornalista é relatado no livro “Dossiê Herzog – Prisão, Tortura e Morte”, de Fernando Pacheco Jordão.

Vlado negou que pertencesse ao PCB e Konder (Rodolfo Konder, amigo de Vladimir que também estava preso) e outro preso foram retirados para um corredor, de onde ouviram os gritos de Vlado e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. “Os gritos duraram até o fim da manhã. Os choques eram tão violentos que faziam Vlado urrar de dor”, diz Konder. “Mais ou menos uma hora depois, me levaram a outra sala onde pude retirar o capuz e ver o Vlado [...] estava com o capuz enfiado na cabeça, trêmulo, abatido, nervoso [...] fui obrigado a ajuda-lo a redigir uma confissão que dizia que ele tinha sido aliciado por mim para entrar no PCB e listava outras pessoas que integrariam o partido”. Konder foi levado e os gritos recomeçaram. Essa foi a última vez que Vlado foi visto e ouvido. (MIRANDA, 2005. p. 139-140)

²⁴² Mestre em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de Relações de poder, Sociedade e Ambiente. Atualmente é professor da rede privada. E-mail: Soaresjonath@hotmail.com.

²⁴³ O presente texto é uma versão resumida e revisada do trabalho intitulado “O povo exige anistia: movimentação, discussão e desdobramentos” apresentado no XI Encontro Estadual ANPUH-PE 2016

²⁴⁴ O caso Herzog é apresentado por boa parte da literatura especializada como um dos pontapés iniciais para a contestação mais aberta ao regime a partir de 1974. No entanto outros casos também são lembrados como o do operário Manuel Fiel Filho morto nas dependências do Doi-Codi, em condições semelhantes à de Herzog e menos de 80 dias depois.

²⁴⁵ Destacamento de Operação Internas – Comando Operacional de Informações do 2º Exército.

O laudo do DOI-Codi dava conta de que Vladimir Herzog tinha se suicidado na cela em que estava preso. A foto anexada ao laudo tornou-se icônica ao mostrar o absurdo de um assassinato e de um laudo forjado. “Herzog teria se amarrado pelo pescoço numa grade a 1,63 metro do chão. Sem espaço para que seu corpo pendesse, teria ficado com os pés no chão e as pernas curvadas [...] a tira de pano era a “cinta do macacão que o preso usava”. (IDEM)

Esse tipo de morte, que segundo Elio Gaspari (2004) eram possível, porém rara, acabaram virando “de praxe” em uma boa parte dos laudos emitidos. Antes do assassinato de Herzog, “dos 17 suicídios por enforcamento, oito não tiveram vão livre. Em dois os presos teriam morrido sentados” (GASPARI. Apud. MIRANDA, 2005. p.140)²⁴⁶

Herzog não era o primeiro a morrer nas câmaras de tortura da ditadura, no entanto sua morte gerou uma reação quase que imediata. Um ato religioso em memória do jornalista foi marcado para o dia 31 de outubro na Catedral da Sé oferecida pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, na época arcebispo de São Paulo.

O ato ecumênico acabou se tornando segundo Celso Miranda (2005), a primeira grande manifestação contra a ditadura após o AI-5. Um número em torno de 8.000 pessoas compareceu ao ato que contou com a presença de jornalistas, advogados, estudantes e membros da igreja católica entre eles o Arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Câmara. O aparato policial do governo acompanhou o ato com apreensão prontos para reagir em caso de manifestações mais efusivas, no entanto as pessoas foram chegando aos poucos evitando tumultos maiores.

A partir desse momento a brutalidade do regime seria, em certos termos, escancarada e começou a ser posta na parede. O episódio de Herzog “desnudou o fato de que a repressão não discriminava classes e foi importante para que os setores da classe média e da elite aderissem as forças de oposição ao regime” (DEL PORTO, 2009. p. 44). Além disso, o caso de Herzog posto como clássico na historiografia especializada deu mostras de que a brutalidade do regime não diferia suas vítimas.

Pouco menos de três meses após o assassinato de Vladimir Herzog, o operário Manuel Fiel Filho, foi morto em condições similares as de Herzog no DOI-Codi, acusado de distribuir um jornal comunista na fábrica onde era chefe de setor. A morte de Manuel Fiel Filho teve impactos grandiosos, dessa vez não só na sociedade civil, como também no seio da própria ditadura.

Era bem verdade que a política de distensão proposta pelo General Geisel começava a despontar, no entanto, práticas de violação de direitos humanos continuaram a ocorrer. Torturas, assassinatos, desaparecimentos ainda eram frequentes, principalmente em 1975 quando após a dissolução das guerrilhas armadas os agentes do governo se voltaram mais ainda para pessoas ligadas a partidos e

²⁴⁶ Com o objetivo de encobrir e disfarçar a verdadeira causa mortis de muitos presos políticos os órgãos de repressão lançavam mão de laudos e atestados falsos assinados por médicos legistas que conferiam “legalidade” à versão apresentada pelos militares. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade destaca inclusive que: “A operação para disfarçar a causa real da morte de militantes envolvia, além dos agentes de segurança, vários setores do serviço público, com destaque aos de medicina legal. São conhecidos inúmeros laudos com dados inverídicos e contraditórios, nos quais os legistas atestavam causa mortis incompatível com as lesões no corpo das vítimas, verificadas por testemunhas ou registradas em fotografias feitas para esses mesmos laudos. Em outros casos, também com o objetivo de dissimular execução ou morte sob tortura, o comunicado oficial do óbito chegava após muito tempo à família, que também vivenciava a angustiante dificuldade para obter o corpo do parente, muitas vezes entregue em caixão lacrado. Não raro, os funerais eram vigiados por policiais ou militares.” (BRASIL, 2014. P.443)

associações com militância completa ou moderada, foi esse o caso de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho.

As constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog- tiveram relevante peso, no sentido de desgastar a atuação do aparato repressivo, entre contingentes expressivos da sociedade. (FAGUNDES, 2014. p. 270)

Esses acontecimentos, junto com os desdobramentos econômicos do fim do milagre brasileiro, trazem consigo uma reação ao governo que começava a se organizar nessa segunda metade da década de 1970, essa organização da sociedade civil vai ganhar contornos ainda maiores nos anos que se seguiram.

A peculiaridade desse momento como ponto de inflexão na luta contra o regime militar foi que o repúdio ao regime militar não “era mais de cidadãos que isoladamente depositavam seus votos nas urnas, mas de sujeitos coletivos que lutavam por sua organização” (SADER apud. DEL PORTO, 2009. p. 46)

A partir desse momento o foro público seria palco de manifestações contra o regime, mesmo que essas manifestações fossem acompanhadas e registradas pelo aparato policial do governo. A sociedade civil que começava a se (re) organizar passou a partir de então se comunicar entre as diversas associações de luta contra o regime (independentemente de suas pautas e reivindicações havia essa comunicação) e a atuar paralelamente ao estado (NAPOLITANO, 1994)

Não devemos esquecer, no entanto, que apesar dessa ebulição que começava a surgir na sociedade civil, o aparato policial do governo acompanhava, registrava e agia como sempre fez desde 1964, inclusive os discursos repassados para a imprensa nas entrelinhas evidenciavam muito bem o léxico²⁴⁷ e os projetos da ditadura. Em 1974, por exemplo, no Recife, foram colocados à disposição do aparato policial do estado 550 homens com o intuito de combater “marginais” entre aspas.²⁴⁸ Termos como “ordenamento social” eram comuns nos discursos que eram proferidos pelos membros do governo, evidenciando um tipo de discurso oficial reproduzido pelos jornais da grande imprensa.²⁴⁹

Ainda em 1974, o presidente General Ernesto Geisel em discurso para representantes da ARENA deixa claro que apesar das manifestações que começavam a surgir o governo acompanharia de perto esse processo, afinal era uma abertura política dentro de seus termos, “gradual, lenta e segura”. Geisel disse na ocasião que:

O governo acolhe com interesse os debates e discussões sobre a problemática política brasileira [...] Não aceita, porém [...] nem poderia admitir jamais pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou de grupos

²⁴⁷ Por léxico, entendo palavras que eram recorrentes nas notícias dos jornais, nos boletins policiais, nas discussões parlamentares e em todos os âmbitos controlados pelo regime. Ordem, ordenamento social, subversão, combate, pureza eleitoral e terroristas foram algumas das palavras encontradas com certa frequência na documentação da pesquisa.

²⁴⁸ **PM coloca 550 homens para combater marginais.** Jornal do Comércio. 17 de agosto de 1974. P. 12. Caderno 1.

²⁴⁹ Atualmente procura-se situar melhor a ideia de grande imprensa em torno do termo “Mídia empresarial”, uma vez que seu aspecto mais importante não é ser grande e sim as suas ligações e conexões que quase sempre mantêm o monopólio da informação. No entanto, a denominação de grande imprensa era a empregada nos anos sobre os quais discorreremos inclusive para fazer uma diferenciação entre essas corporações de comunicação e a imprensa independente e de resistência chamada de imprensa alternativa.

[...] que pretendem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras e imprudentes no quadro político nacional. [...] Os órgãos de segurança continuarão atuantes [...] no combate perseverante, rigoroso, mas sem excessos condenáveis [...] sem violências inúteis.²⁵⁰

Mesmo dentro do sistema coercitivo de um governo que começava a “praticar” (ou fingia praticar) um certo consenso com alguns setores sociais, a sociedade que começava a se organizar, com o tempo passou também a exercer pressões em alguns setores do governo. Conforme os anos passavam as manifestações ficavam cada vez mais encorpadas apesar da vigilância do aparelho militar e seus atos arbitrários.

Ao mesmo tempo em que essas questões se desenrolavam no Brasil, internacionalmente a discussão pelos direitos humanos parecia avançar e a questão política andava lado a lado com essa discussão.

Em 1975 a ONU declarou o ano como o ano internacional dos direitos da mulher, esse é outro momento emblemático para a constituição das campanhas pela Anistia, pois é através dele que setores do movimento feminino envolvendo mães, irmãs, esposas e familiares de presos políticos, se organizaram para criar o Movimento Feminino pela Anistia sendo sua presidente a advogada Therezinha Zerbini.²⁵¹

A participação das mulheres foi crucial nesse momento onde as experiências de (re) organização da sociedade civil começam a tomar forma. Nesse sentido as experiências nesse novo espaço de foro público eram experiências que buscavam reconhecimento de direitos e/ou a ampliação deles como era o caso das mulheres. A articulação do movimento feminino entrando no debate político com a escolha da ONU para o ano de 1975 tinha como palavra de ordem a liberdade. A mulher, disse Therezinha Zerbini (1975) “em primeiro lugar deve ter sua libertação como cidadã”²⁵² e o momento de efervescência era bem propício.

O Movimento Feminino pela Anistia fundado em 1975 teve como documento inaugural o “Manifesto da Mulher Brasileira” e enveredou por um discurso onde a paz surgia como elemento chave para a união da nação e a anistia como elemento constituinte e principal dessa paz. O vocativo do manifesto de março de 1975 era para as mulheres, mães, esposas, filhas, avós, tias, parentes de presos políticos e exilados. Era um convite a atuar pela via pacífica e da boa imagem e mais que isso era um convite às mulheres para que assumissem a condição de sujeitos atuantes na sociedade civil.

Nós mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis, porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se

²⁵⁰ Geisel aceita o debate, mas não a contestação ao regime. Jornal do Comércio. 30 de agosto de 1974. P.1. Caderno 1.

²⁵¹ Therezinha Zerbini (1928-2015) era advogada e assistente social, casada com o Euryale de Jesus Zerbini que teve seus direitos cassados e encaminhado para reforma em 1964 pelo regime militar. Therezinha chegou inclusive a ser presa pelo regime em 1970 e mesmo após a promulgação da lei de anistia continuou militando politicamente em defesa das Diretas Já e no processo de refundação do PTB.

²⁵² “O ano de 1975 foi declarado pela ONU como “Ano Internacional da Mulher”. ZERBINE, Therezinha. Semente da Liberdade. São Paulo, Edição do Autor, 1979.

identifiquem com a ideia da necessidade de ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: *A UNIÃO DA NAÇÃO!*²⁵³

Estava formado o primeiro grande personagem da luta pela anistia política no Brasil da ditadura militar. “A partir desse momento, o tema da anistia política ganhava a cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores de oposição ao regime militar” (DEL PORTO, 2009. p. 47)

A partir daí o movimento cresceu. Já em agosto de 1975 o movimento reunia 12 mil assinaturas de mulheres e sua presidente começou a excursionar pelo país, dando entrevistas, mobilizando setores de políticos, outros advogados, padres e outros movimentos sociais. A luta pela anistia era objetivo principal, sempre com o discurso de mobilização através da paz e da união.

Havia uma clara preocupação com a imagem do movimento, que seria “um movimento encabeçado por mulheres, sem violência, que não tinham feito parte de movimentos armados [...] e que procurava orientar as militantes a usar qualquer espaço para a auto imagem da questão da anistia” (SOUZA, 2012. p. 30)

Nos anos que se seguiram Therezinha Zerbini, e outras militantes de igual importância empreenderam uma campanha nos meios de comunicação, em escolas, em tribunas, em assembleias, em qualquer espaço que lhes fosse dado. Maria Helena Grecco²⁵⁴ funda o segundo núcleo do movimento em Minas Gerais (o primeiro tinha sede em São Paulo) e Nildes Alencar²⁵⁵ do Ceará funda o primeiro núcleo no Nordeste em 1976.

Era um movimento cujo apelo se voltava para o senso maternal, sendo inclusive uma forma de passar pelas frestas e “espaços no discurso oficial” (DEL PORTO, 2009). A “estratégia discursiva” (LANDI, 1985) trazia a condição de mulher e de mãe (mesmo que algumas não fossem necessariamente mães de presos políticos) como pavimentadora do caminho para a paz e para a liberdade no país. Como disse Zerbini em uma conferência na câmara de vereadores de Londrina – PR em 1975 o movimento pela anistia “será a saída honrosa e digna para a pacificação do país [...] Ninguém no Brasil pode dizer que está vivendo em paz” (ZERBINI, 1979. p. 48)

Além disso, aproveitando a questão do ano internacional da mulher em 1975, Zerbini leva a discussão do movimento pela anistia para as esferas internacionais. A conferência da ONU que aconteceu na Cidade do México debateu temas como o papel da mulher na sociedade, igualdade, e paz mundial e aconteceu em dois âmbitos o governamental e um extraoficial sendo esse com participação de mulheres do mundo todo, mas que não tiveram acesso as discussões e resoluções governamentais. Zerbini, na tribuna extraoficial, discursou dando ainda mais visibilidade ao MFPA e sempre reafirmando a questão da paz e da liberdade como garantias fundamentais para o país. Junto a outras mulheres latino-americanas Therezinha Zerbini ressaltou a liberdade como questão fundamental no continente

²⁵³ Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o Movimento Feminino pela Anistia. (IDEM) *Grifos nosso.*

²⁵⁴ Ativista dos direitos humanos no Brasil, Maria Helena Grecco atuou em movimentos feministas e de esquerda sendo considerada um dos grandes nomes do ativismo brasileiro. Lutou pela violência contra as mulheres e contra o ser humano e foi representante do Brasil no Congresso pela Anistia do Brasil em Roma no ano de 1979.

²⁵⁵ Professora, cearense, irmã de Frei Tito de Alencar, frade cuja atuação no movimento estudantil, na organização do congresso da UNE em Ibiúna em 1968 e na guerrilha armada como transmissor de recados e abrigo para perseguidos, rendeu um verdadeiro calvário de torturas que o levaram ao suicídio no exílio em 1974. Nildes, sua irmã, passou a atuar politicamente depois do episódio e continuou atuando em favor da restituição da memória dos anos do regime militar.

O discurso de Zerbini foi noticiado na imprensa nacional e reproduzido por alguns dos jornais no Brasil muito timidamente, uma vez que com a censura atuando nos jornais o tema da anistia e da emancipação política não era encorajado e nem permitido.

Ainda sim ao voltar do México, Zerbini concede uma série de entrevistas para jornais e revistas. Boa parte dessas entrevistas, dos discursos proferidos por Zerbini ao longo de toda sua campanha desde 1975 e inúmeras notícias de jornais sobre o movimento estão reunidos no livro “Semente da liberdade” editado pela própria Therezinha Zerbini com o objetivo de ser “o registro puro e simples de 4 anos de um árduo trabalho de fé no povo brasileiro” (IDEM)

Ainda sobre o debate da anistia a nível internacional, em 1974, antes da conferência da ONU, o Papa Paulo VI pede a comunidade internacional que pense sobre anistia e liberdade em todo mundo. Não era de todo estranho que o Papa ao declarar 1975 como ano santo pedisse anistia para os prisioneiros do mundo, afinal além dos regimes de exceção na América Latina, existiam presos políticos e afetados pela guerra do Vietnã, por exemplo, além disso a igreja católica em várias partes do mundo, iniciava ou levava a cabo um trabalho voltado aos direitos do homem com a questão das pastorais e da Teologia da libertação.

No Brasil o envolvimento da igreja católica nos movimentos de luta contra a ditadura do fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi notável. “O pontífice insistiu junto aos governos do mundo para considerar a autorização de anistia generosa para todos os prisioneiros – inclusive os políticos-”²⁵⁶

Enquanto o MFPA continuava sua campanha por todo território nacional em 1978 entra em cena o outro grande personagem da luta pela anistia, o Comitê Brasileiro de Anistia – CBA. Fundado em 14 de fevereiro no Rio de Janeiro, o CBA surgiu também na emergência da luta pela anistia reunindo várias militantes do MFPA e setores estudantis, de parte da igreja católica, advogados, artistas e outros profissionais liberais “e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros”. Com o CBA “a reivindicação de anistia ampliava-se ainda mais” (DEL PORTO, 2009. p. 47)

Nas palavras de Iramaia Queiroz, uma das fundadoras do CBA no Rio de Janeiro, o comitê nasceu de uma não adequação ao Movimento Feminino pela Anistia tido como autoritário e foi se agigantando conforme o CBA- Rio agia:

Em maio de 1977, os estudantes da PUC formaram um comitê pela Anistia, mas esse comitê não foi avante. Procurei o Movimento Feminino pela Anistia, mas também não me ajustei, porque ele era dirigido pela dona Teresinha Zerbini, que era muito autoritária. Resolvi então formar o Comitê Brasileiro pela Anistia. Procurei amigos, advogados, professores, estudantes, toda espécie de gente, mulher, homem, tudo, e formamos o comitê, que foi lançado numa solenidade na ABI. Convidamos o general Peri Beviláqua para fazer uma palestra sobre a Anistia porque eu o conhecia, e ele era um homem justo. Ele fez a palestra, e foi tudo muito bom. Aí a campanha pela Anistia começou a tomar vulto. Porque nós, do comitê, não éramos fáceis, saíamos para as ruas. Fizemos aqueles plásticos com os dizeres Anistia ampla, geral e irrestrita e ficávamos nos cruzamentos dando para as pessoas botarem nos carros.²⁵⁷

²⁵⁶ **Papa pede anistia ao declarar 1975 como ano santo.** Jornal do Comércio. 24 de maio de 1974. Nº 119.

²⁵⁷ Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, cedido ao CPDOC/ALERJ, 2001.

A partir da criação do CBA, as manifestações pela anistia começaram a ganhar as ruas na forma de passeatas. Já a partir de 18 de abril, comemorado como o aniversário da anistia decretada em 1945, no fim do estado novo, as manifestações vão se tornando cada vez mais expressivas, dentro e fora do país²⁵⁸, e inúmeros núcleos do CBA vão sendo criados, sempre reunindo diversos sujeitos na luta.

O discurso do CBA era em sua essência diferente do MFPA, apesar da pauta pela anistia ser a mesma. O CBA reunia mais que familiares de presos e desaparecidos políticos tendo caráter plural. Os comitês que foram surgindo pelos estados brasileiros tinham autonomia em suas próprias pautas e possuíam um discurso menos preso à questão da pacificação e união do país. No exterior, comitês pela anistia também foram criados, haviam comitês em Paris, e em Lisboa. Os exilados políticos brasileiros no exterior participavam desses comitês.

As diferenças no programa de ação do MFPA e do CBA devem ser levadas em conta. Frequentemente apontado como autoritário e fechado o discurso do Movimento Feminino advinha essencialmente de uma avaliação do momento político do país, o modo de ação também. Acionar os apelos e construções em torno da maternidade, da pacificação e da delicadeza era uma forma de facilitar e articular o debate e as reivindicações no seio de um campo político tão adverso. O CBA, no entanto, cobrava do movimento feminino mais radicalidade no trato com a questão da anistia.

As manifestações eram diversas. O mote da reivindicação era “anistia ampla, geral e irrestrita”. A anistia almejada não beneficiaria apenas um grupo e sim todos os atingidos pelo regime da ditadura civil-militar. Passeatas iam se tornando cada vez mais frequentes principalmente em 1979.

Eventos aconteceram de forma expressiva entre agosto e dezembro de 1978, com destaque para o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia na Bahia em setembro, e o I e II Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo de 02 a 05 de novembro e na Bahia de 15 a 18 de novembro respectivamente.

Inicialmente a ideia apresentada pela direção nacional do MFPA era de fazer o primeiro congresso atrelado a duas datas, 8 de novembro, dia da Justiça e 10 de novembro, dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no entanto a proposta foi voto vencido, no encontro em Salvador ficou acordado que o congresso se realizaria em São Paulo nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro. Depois, internamente, o MFPA discutiu a necessidade de defesa da tese sobre a participação feminina na política, inclusive “demonstrando a especificidade da categoria feminino”²⁵⁹ o que denota que

Ainda assim o I Congresso pela Anistia se iniciou com ares de primeiro grande encontro organizado e convocado por diversas entidades encabeçadas pelo MFPA e pelo CBA que organizaram quatro dias de discussões, plenárias e mesas redondas que buscariam “aprovar encaminhamentos comuns” entre as entidades, “ajudar os diversos setores a se articularem na luta pela Anistia” e “congregar todos os que se posicionassem a favor da Anistia ampla, geral e irrestrita”²⁶⁰. E muito embora ao final do congresso vozes discordassem de algumas resoluções ou esperassem uma posição mais contundente em relação a luta e a pressão pela anistia, o I Congresso trouxe necessárias discussões e produziu importantes documentos em relação a forma de se posicionar institucionalmente pela Anistia no Brasil.

²⁵⁸ Internacionalmente, a luta pela anistia brasileira ganha corpo na França com o Comitê Brasil de Anistia pelo Brasil em Paris. Em Portugal com o Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil. Nos Estados Unidos e na Itália também aconteceram protestos e reuniões. (NUNES, 2012)

²⁵⁹ MFPA. Ofício Nº 54213. 18/09/1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

²⁶⁰ Regulamento interno do congresso. Novembro de 1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

Além dos CBA organizadores (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, e Pernambuco) e dos núcleos do MFPA (São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Sergipe) e do Comitê Paraense pela Anistia da Sociedade de Defesa pelos Direitos Humanos, outras entidades participaram como o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, o Comitê de Defesa de Direitos Humanos de Feira de Santana, e o Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos.

Os participantes foram divididos em categorias: “os movimentos pela Anistia, os atingidos, os inscritos individualmente, os inscritos por instituições sociais ou categorias profissionais e os convidados”. Essas categorias se dividiram em comissões de trabalho que deveriam discutir e apresentar moções que seriam contempladas na plenária de encerramento do congresso.²⁶¹

As primeiras comissões reuniram: “aposentados e familiares, familiares de banidos e exilados, familiares de presos-políticos e de ex presos políticos e instituições científicas e universitárias”, as segundas trouxeram “estudantes, advogados, médicos, jornalistas, operários e mulheres”²⁶²

No último dia foram trabalhadas as resoluções que os movimentos pela Anistia tomariam daí pra frente. Um manifesto reuniu praticamente todas as ideias e resoluções desse congresso que, como já disse, não foram tão bem aceitas por quem esperava resoluções mais contundentes.

O mérito desse primeiro congresso no entanto é enorme se considerarmos o trabalho conjunto dos CBAs e do MFPA, (que em alguns momentos pareciam manifestar interesses diferentes, senão discursos) e se considerarmos também o esforço em organizar um congresso pela Anistia em um regime ainda de exceção, mesmo com toda questão da abertura política em curso no país e da visibilidade do congresso. O alcance da luta pela Anistia, será ampliado após o primeiro congresso.

O documento final chamou atenção para a força da reação dos movimentos pela Anistia naquele momento e para o caráter plural do congresso. Ao fim e ao cabo as reivindicações eram muito maiores que a própria Anistia:

Hoje a nação reivindica, seus direitos [...] O povo exige anistia: liberdade para todos os presos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da legislação de exceção [...] As entidades presentes no Congresso Nacional pela Anistia assumiram o compromisso de transformação da luta pela anistia num amplo e estruturado movimento popular, entendendo que é da organização e da pressão popular que depende a conquista do: fim da legislação repressiva [...] a revogação da lei de segurança nacional [...] desmantelamento do aparelho de repressão política e fim da tortura [...] liberdade de organização e manifestação; ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA.”²⁶³

Além dos eventos as manifestações nas ruas eram outra estratégia de ação do CBA. Como dito, o ano de 1979 foi recheado de manifestações pela anistia, principalmente no segundo semestre do ano. Passeatas com cartazes pedindo anistia ampla geral e irrestrita, shows e comícios foram realizados. Temos exemplos notáveis

²⁶¹ Programação do I congresso. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA

²⁶² IDEM

²⁶³ **Boletim do 1º Congresso Nacional pela Anistia - Manifesto à Nação, distribuído no Congresso Nacional pela Anistia, de 5/11/1978.** São Paulo. Repositório digital. Arquivo público estadual de São Paulo.

de manifestações pela anistia através de boletins e informes de órgãos do aparelho policial do governo que acompanhava atentamente as manifestações.

No dia 18 de agosto de 1979, aconteceu, por exemplo, um show no Clube do time de futebol Corinthians, a noite onde teriam comparecido, segundo os órgãos da polícia 100.000 pessoas.²⁶⁴ Um show na Praça da Sé também foi organizado, contando com a presença da Sra. Therezinha Zerbini. Dessa vez a polícia civil foi quem produziu o relatório.²⁶⁵ No Rio de Janeiro, em 14 de agosto uma manifestação que fazia parte do calendário programado pelo CBA em todo país foi acompanhada de perto por órgãos da marinha e amplamente fotografada. (FAGUNDES, 2014).

As pressões levadas a cabo pelos movimentos de anistia, obviamente chegaram à discussão no seio do governo. Nesse meio tempo, o general João Baptista Figueiredo assume a presidência da república com o objetivo de assegurar a abertura política iniciada pelo general Geisel em sua fase final.

O Brasil que o general João Baptista Figueiredo assumiu em 15 de março de 1979 era bem diferente do existente apenas três meses antes, no final do ano anterior. Por um motivo simples: O AI-5 havia sido revogado em 1º de janeiro. Estava extinta a principal justificativa legal para todas as práticas autoritárias e abusivas da ditadura militar. O discurso de posse de Figueiredo foi animador: [...] “Reafirmo meu inabalável propósito de fazer deste país uma democracia” (PARRON, 2005. p.183)

Obviamente que a reorganização da sociedade civil que vinha em um ascenso desde notadamente 1974, fazia cada vez mais avanços, apesar do governo ainda agir (não mais como na década de 60) autoritariamente. O papel da sociedade civil se organizando e lutando, reafirmo, foi preponderante para o momento de abertura política do país. O governo via cada vez mais as suas contradições expostas e os movimentos sociais políticos ou não, iam readquirindo a linguagem dos direitos. Afinal: “O aguçamento das contradições internas nunca é mais intenso do que quando as massas populares mantêm sempre uma luta a distância dos aparelhos de Estado” (POULANTZAS, 1978. P. 68).

Em 27 de julho de 1979, o governo enviou para o congresso o projeto de lei para a anistia. A partir daí as manifestações aumentaram. Como colocado acima as manifestações mais expressivas ocorrem em agosto daquele ano, quando o projeto estava em tramitação no congresso. O projeto de anistia a ser votado não correspondia exatamente as expectativas dos movimentos pela anistia. O termo “crimes conexos” gerou controvérsias.

O projeto enviado previa anistia para pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados, para quem havia cometido crimes políticos ou conexos. Servidores públicos e militares afastados de suas funções públicas por qualquer um dos atos institucionais. Ora, o termo crimes conexo, não havia sido muito bem esclarecido no projeto.

Conexo é uma palavra que em seu sentido literal, adquire caráter de dependência ou similaridade com algo, no entanto o projeto não esclareceu a que ou quem esses crimes estariam conexos. Logo, os membros do estado que cometeram crimes de arbítrio durante os anos estabelecidos pelo projeto (1961 à 1979) também estariam anistiados, mas como anistiar sujeitos que quando cometeram crimes a

²⁶⁴ Informe do DEOPS sobre o show pela anistia, realizado no S.C. Corinthians Paulista. São Paulo. Repositório digital. Arquivo público estadual de São Paulo.

²⁶⁵ Relatório sobre concentração e show pela Anistia, realizado na Praça da Sé, cidade de São Paulo, SP. Repositório digital. Arquivo público estadual de São Paulo.

serviço da ditadura como matar, sequestrar, torturar e orquestrar desaparecimentos, o faziam em nome do Estado, não eram presos políticos e seus crimes não mantinham nenhuma conectividade com os crimes praticados por aqueles que lutavam contra um Estado repressor que deveria garantir direitos fundamentais e ao contrário os violava?

Os opositores do regime cometeram crimes que a lei diz que, depois de algum tempo, não podem ser punidos. Mas se trata de crimes praticados contra o Estado repressor. Ideologicamente, eles não têm nada a ver com os crimes praticados pelos agentes do Estado.” (BICUDO _____) ²⁶⁶

Outro termo no projeto gerou discussão, era a nomenclatura de “terroristas”, para quem realizou crime de assalto, sequestro e atentado pessoal em lutas relacionadas contra o aparelho repressivo do Estado ditatorial. Essas pessoas não seriam anistiadas. A lei ao mesmo tempo em que estabelecia crimes conexos entrava em contradição ao não anistiar esse grupo. Percebiam que não há conexão mesmo na lei.

O debate ao longo dos próximos meses seguiu acirrado, tanto no seio dos movimentos com as já citadas passeatas, as manifestações, os shows e as greves de fome engendradas por presos políticos em todo país e no congresso e nas assembleias legislativas. As pressões dos movimentos pela anistia aumentaram, as opiniões públicas divergiram quanto ao projeto de anistia parcial proposto pelo governo.²⁶⁷

Com a proximidade do dia da votação pela Lei de Anistia, as tensões e as discussões políticas aumentaram, tendo em vista as diferentes propostas de projeto e opiniões da sociedade acerca desse assunto [...] quando o projeto de Anistia foi votado no Congresso Nacional [...] a sessão foi tumultuada e acompanhada por membros dos comitês de Anistia e por recrutas das Forças Armadas.” (SOARES, 2012. p. 75-76)

Em 23 de agosto de 1979, o congresso nacional aprovou o projeto nos termos do substitutivo da Arena. Uma votação apertada, da Anistia plena contra a Anistia restrita, a proposta do MDB votada primeiro obteve 194 votos a favor e 209 contra, a proposta aprovada por sua vez venceu por apenas cinco votos, 206 a favor e 201 contra.¹⁷⁸ O jornalista Carlos Azevedo, na época trabalhando no Jornal Movimento conta um pouco do clima no congresso e da votação do projeto da lei de Anistia:

A sessão oficial no Congresso teve início no dia 21 de agosto, mas só terminaria na tarde do dia 22. No primeiro dia, mais de mil manifestantes, que ocupavam a rampa do Congresso, foram dispersados por bombas de gás lacrimogêneo. No dia 22, durante toda a manhã a galeria foi tomada por cerca de 800 recrutas da polícia da Aeronáutica e agentes do SNI à paisana. Era essa a disposição democrática do regime. Somente depois de muita insistência dos deputados emedebistas, os recrutas foram retirados, abrindo espaço para os manifestantes, que lotaram as galerias na parte da tarde e obrigaram o governo a encarar de frente o “bicho da democracia”. Carregando faixas e

²⁶⁶ Entrevista de Hélio Pereira Bicudo à Ana Tavares. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=199&sid=5>. Acesso em: 05/08/2015.

²⁶⁷ Para ampliar todas essas noções ver: SOUZA, Jonathan Soares de. A esperança equilibrista: a campanha pela anistia política (1978 - 1979) Dissertação (mestrado) – UFPE, Recife, 2018 e SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 350 - 383. jan./abr. 2016.

cartazes, vaiaram maciçamente os arenistas ligados à repressão, como o ex-delegado Cantídio Sampaio – que, em troca, fazia gestos obscenos para a multidão. O coronel Erasmo Dias teve que aguentar calado, enquanto pronunciava seu voto, o coro que gritava “assassino, terrorista”. Após longas horas de debate, o substitutivo do MDB foi a plenário, sendo rejeitado por apenas 15 votos, 209 contra e 194 a favor. Acabou sendo aprovado o substitutivo do relator arenista, o deputado Ernani Satyro, que ampliava o prazo de concessão da Anistia até 15 de agosto de 1979 e estendia os direitos aos dependentes de Anistiados falecidos. A votação foi apertada. O projeto venceu, apesar da enorme pressão das galerias e da multidão que se reunia nas principais capitais (7 mil manifestantes no Rio, 7 mil em São Paulo), por magros 5 votos: 206 votos a 201 (AZEVEDO, 2011, P. 191).

Promulgada em 28 de agosto, a Lei de Anistia saiu restrita, parcial, excluindo os chamados “terroristas” e concedendo perdão aos “chamados” torturadores devido a sua interpretação enviesada. (FICO, 2010). A volta dos funcionários públicos atingidos pela lei a seus cargos ainda dependia do governo, da administração responsável pelos cargos e o anistiado deveria requerer oficialmente a volta.

No entanto a Anistia de 79 permitiu a volta de grandes nomes políticos do exílio, entre eles os pernambucanos Miguel Arraes, Gregório Bezerra e Francisco Julião. Além disso, apesar da aprovação da lei nos moldes do governo, as mobilizações em torno da anistia nortearam uma experiência da sociedade civil em torno não só da oposição à ditadura, mas também a retomada da linguagem dos direitos e uma nova noção de cidadania uma vez que “os “Movimentos de Anistia” ampliavam o debate sobre o processo de “abertura” político-institucional” (DEL PORTO, 2009. p. 44).²⁶⁸

Os movimentos pela anistia marcam uma retomada do foro público como espaço de luta pela sociedade civil, e que nas suas estratégias discursivas foi além dos aspectos legais que os envolvia. (IDEM)

Referências

AZEVEDO, Carlos. Jornal Movimento, uma reportagem. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

BICUDO, Hélio Pereira. **"Luta contra tortura prossegue na OEA"**. Entrevista à Ana Tavares. Disponível em:

<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=199&sid=5>.

Acesso em: 05/08/2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Revista Perseu. Nº 3, Ano 3, 2009. P 45-72.

_____. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2002, p. 83.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **As Mobilizações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita na Visão da Repressão Política**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, Nº 1, p. 268-279, jan./jun. 2014.

²⁶⁸ Sobre toda a movimentação pela anistia política, os movimentos e os caminhos e consequências tomados gerados pela lei ver: SOUZA, Jonathan Soares de. A esperança equilibrada: a campanha pela anistia política (1978- 1979) Dissertação (mestrado) – UFPE, Recife, 2018.

- FICO, Carlos. **A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores**. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília*, Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010.
- GRECO, Heloísa Amélia. **Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. Instituído: a luta pela anistia ampla geral e irrestrita**. In. SILVA, Kaíke R. K. da (org). *A Luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- LANDI, O. **El Discurso sobre lo posible (la democracia y el realismo político)**. Buenos Aires. Cedes, 1985.
- MIRANDA, Celso. **Mataram o Vlado**. In. *50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Abril. 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **"Nós que amávamos tanto a democracia": protesto de rua contra o regime militar na Grande São Paulo**. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1994.
- PARRON, Tamis. **Anistiados no Poder**. In. *50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Abril. 2014.
- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Thiago Nunes. **"CAMPANHAS POLÍTICAS E REPRESSÃO POLICIAL": as pichações na cidade do Recife (1979-1985)**". Dissertação de Mestrado. UFPE. 2012.
- SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)**. Dissertação de Mestrado. UECE. 2012.
- ZERBINE, Therezinha. **Semente da Liberdade**. São Paulo, Edição do Autor, 1979.

OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA EM HISTÓRIA REGIONAL

Leandro do Carmo Quintão²⁶⁹

Resumo: O presente capítulo tem por objetivo investigar as interpretações acerca do sistema político da Primeira República, especialmente no que tange às modalidades de classificações criadas pelos historiadores que se propuseram a esse fim. A partir desse olhar, realizamos um balanço historiográfico, à luz dessa análise, sobre as principais obras que versam sobre o assunto, com o objetivo de apontar suas limitações analíticas. A hipótese defendida se refere à possibilidade de vinculação das formas de relações de poder, estabelecidas nesse período, com a dominação carismática. Desse modo, utilizaremos como referencial teórico os conceitos weberianos de “dominação” e “carisma”.

Palavras-chave: República Velha. Dominação. Carisma. Oligarquia. História Regional.

Introdução

A Primeira República tem sido objeto de investigação em diversos campos da pesquisa histórica. Não por acaso, um rico balanço historiográfico já nos foi apresentado acerca das diversas contribuições intelectuais feitas, tendo por delimitação esse recorte temporal²⁷⁰. Dentro dessa lista de autores e estudos, é possível identificarmos alguns paradigmas, isto é, modelos interpretativos que foram se consolidando, através da sua assimilação e reprodução, de maneira inquestionável, por uma grande parte dos estudiosos. Isso ocorre tanto por meio da assimilação direta, mediante convencimento, quanto pela reprodução desses modelos interpretativos.

No presente artigo, referimo-nos especificamente a um modelo presente no campo da História Política. Precisamente, a análise específica sobre as oligarquias na Primeira República, ao modo como elas vêm sendo abordadas no que tange às definições e, sobretudo, às classificações. Propomo-nos a conhecer quais foram as principais vertentes interpretativas que deram conta dessa análise, bem como a identificar suas falhas e limitações. Ademais, apontamos uma alternativa interpretativa que relativiza as demais, sem, contudo, desconstruí-las ou suplantá-las, mas que seja suficientemente capaz de se desviar dos problemas nelas identificados.

Para tanto, realizamos um diálogo com a teoria social, especificamente com as contribuições weberianas. Graças à sua sociologia da dominação, encontramos subsídios para compreendermos as relações políticas intestinas às oligarquias para além de esquematismos genéricos norteadores, enxergando-as pelo viés sociológico, o que, de fato, não constitui aqui primazia. Não obstante, que precisa ainda ser mais bem explorada à luz da nova história política. Esperamos, neste capítulo, contribuir de algum modo.

Definindo as oligarquias na Primeira República

²⁶⁹ Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

²⁷⁰ Sobre isso, ver os balanços historiográficos realizados por Angela Gomes e Marieta Ferreira (1989); Marieta Ferreira e Surama Pinto (2017).

Antes, contudo, precisamos adentrar no termo “oligarquia”, o qual tem um percurso considerável na construção de seu conceito.²⁷¹ Na Grécia Antiga, por exemplo, com Aristóteles, foi dado a ele juízo de valor negativo, forma de governo degenerativa e contraposta à “aristocracia”. Com o advento da Teoria das Elites, com Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e especialmente Robert Michels, ganhou uma axiologia neutra, pois, particularmente, este último, com sua “lei férrea da oligarquia”, diagnosticou a presença inevitável desse fenômeno em sistemas democráticos, mediante uma minoria de governantes, seja nos partidos de massas, seja nos Estados.²⁷² Após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento dos interesses dos cientistas sociais em estudar a organização sociopolítica do “Terceiro Mundo”, a palavra contraiu novamente conotação negativa, dessa vez em contraposição ao termo “democracia”.

Em se tratando da história brasileira, é praticamente um “sinônimo” de elites regionais que controlam a política do espaço em que atuam. O “sinônimo” é ressaltado quando se aprofunda a historiografia sobre a Primeira República. Em diversos autores, encontramos referência direta a esse termo, o que, na maioria das vezes, não tem se traduzido em conceituações satisfatórias, seja devido à simplicidade da definição empregada, seja por causa da abordagem incompleta e confusa. Cláudio Couto utiliza alguns exemplos para mostrar a vaguidão conceitual que se fez em torno desse termo. Um deles é aquele que o associa a “[...] grupos políticos tradicionais que dominam determinadas regiões, inclusive por intermédio do governo” (COUTO, 2010, p. 3-4). Ao final de seu artigo, o autor demonstra como essa imprecisão pode acarretar contradições analíticas²⁷³, criando também simplória e incompleta associação com setores tradicionais.

Ao embrenhar-se na historiografia brasileira, percebe-se que esse desinteresse no estabelecimento de um conceito mais consistente se repete em muitas obras, não só nas mais antigas, mas também nas recentes. Edgard Carone, por exemplo, utiliza-se da clássica definição “governo de poucas pessoas”, acrescentando outra, exclusivamente para o fenômeno recorrente da Primeira República: “[...] o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal”, sendo o oligarca nada mais que “um coronel como outro qualquer” (CARONE, 1975, p. 269). A essa proposição, Pedro Fonseca (1989) fez críticas consistentes: acusou-a de ser imprecisa por estabelecer uma identidade única entre as oligarquias e as classes agrárias, em contraposição à burguesa. Essa observação foi reproduzida por sua orientanda, Ana Luiz Backes, que, entretanto, apresenta uma definição genérica, sem se atentar para a contribuição dada por Fonseca, conforme veremos adiante, para o desenvolvimento desse conceito no contexto da Primeira República. Em seu trabalho, esse termo “[...] é usado com o sentido de grupo que detém o monopólio do sistema político” (BACKES, 2004, p. 9-10).

Entre outros autores que pouco se preocupam em estabelecer uma discussão mais profunda sobre esse conceito, situam-se Maria Isaura de Queiroz, Eul-Soo Pang,

²⁷¹A respeito da historicização mais minuciosa desse conceito, cf. Bobbio (2004).

²⁷²Segundo Michels (s.d., p. 246 e p. 248), a existência de chefes “[...] é fenômeno inerente a todas as formas da vida social. [...] Sabemos agora que a lei da necessidade histórica da oligarquia funda-se em primeiro lugar numa série de fatos oferecidos pela experiência.” Portanto, a constituição de “[...] oligarquias dentro das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e, conseqüentemente, uma tendência à qual fatalmente sucumbe toda organização, seja ela socialista ou mesmo anarquista.”

²⁷³ Couto (2010) utiliza como exemplo a análise que dois teóricos sociais, Luiz Hernández Navarro e Demétrio Magnoli, realizam sobre a América Latina. Enquanto o primeiro chama de “democracia oligárquica” a oposição ao governo de Hugo Chávez na Venezuela, o segundo, criticando regimes que seguem essa linha, utiliza o mesmo conceito para os regimes similares aos criticados por Navarro.

Maria Efigênia de Resende, Boris Fausto e Linda Lewin.²⁷⁴ Todos nem sequer dedicam um parágrafo para trabalhar o desenvolvimento do termo, à exceção de Eul-Soo Pang (1979). Esse brasilianista estabelece uma longa nota de rodapé apresentando sortidas definições sobre “oligarquia”, para concluir pela inexistência de uma definição exata. Chama atenção a definição que apreende de Gaetano Mosca, embora não se proponha a adotá-la. Todavia, é possível identificar alguns estudiosos um pouco mais preocupados com essa questão. Dentre eles, destacam-se Manoel Arraes Filho (2000) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (1989).

Manoel Arraes Filho (2000) é um dos que se preocupam com essa questão e, embora dialogue com o contexto político dos primeiros anos republicanos, seu estudo objetiva investigar o caráter oligárquico presente nas elites políticas piauienses, do final do século XX. Dessa forma, por uma construção sistemática, dialogando com grandes autores, como Robert Michels, acaba chegando a duas conotações para definir o termo: como um grupo político minoritário que ocupa o poder legislativo local e como dominação política de poucas famílias, algumas delas ligadas por laços sanguíneos. Acreditamos na possibilidade de essa definição, em boa parte, dar conta de explicar a realidade espacial que estuda, mas podemos notar que ela vai muito pouco além do que propôs Edgard Carone.

O economista Pedro Fonseca, por sua vez, ao defender o caráter burguês e oligárquico da Aliança Liberal, na campanha eleitoral de 1930, estabelece um conceito mais satisfatório. Para ele, “oligarquia” deve ser entendida como

[...] uma *situação de poder* em que são estabelecidas regras ou normas, legais ou por tradição, que permitem a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se no poder, ou só abri-lo a outros grupos com seu expresso consentimento. Se o grupo dirigente não conseguir monopolizar o poder, ou tiver que compartilhá-lo com outros devido à força destes, sua situação oligárquica tende a esvaziar-se. Daí usá-lo para caracterizar o *sistema político* da República Velha, especialmente após Campos Salles, quando não só o “controle do voto”, mas principalmente a linha de conduta do reconhecimento dos eleitos, e portanto dos detentores do poder, passou a ser definido pelo princípio de “reconhecer somente os diplomas dos candidatos eleitos pelas situações no poder naquele momento dos respectivos Estados”. [...] As “oligarquias” em si *não são classes sociais*, embora geralmente representem e defendam os interesses de alguma(s) dela(s) (FONSECA, 1989, p. 142).

Essa interpretação peca quando entende que o “sistema oligárquico” emergiu especialmente após o governo de Campos Salles (1898-1902). Sem dúvida, o pacto criado por esse presidente foi um divisor de águas para o fenômeno, consolidando-o, ou melhor, institucionalizando-o, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (2006). A Política dos Governadores de fato trouxe um reordenamento aos diversos arranjos oligárquicos, estabelecendo o elo até então institucionalmente ausente entre as elites regionais e o governo central.²⁷⁵ No entanto, discordamos ao defendermos que o

²⁷⁴Queiroz (2006, p. 174) define oligarquia como uma “elite controladora do poder econômico, político e social no país”. Resende (2006, p. 91), por sua vez, como “um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”; Fausto (2002b), como governo de poucas pessoas ligadas a uma classe ou família, dentro de um reduzido grupo, presente em cada um dos Estados; e Lewin (1993), que, mesmo desenvolvendo um pouco melhor a questão, se comparado aos autores referidos, limita-se a reproduzir a definição de Carone, ressaltando o caráter familiar, haja vista o estudo sobre parentela na Paraíba que se propõe a fazer.

²⁷⁵Há um debate na historiografia a respeito do papel estabilizador do mecanismo político criado por Campos Salles. Renato Lessa (1999, p. 24) defende essa hipótese, tratando esse modelo criado como “gênese da ordem política brasileira”, de virtude estabilizadora. Já Cláudia Viscardi (2001) discorda

sistema oligárquico que deu novos contornos ao panorama político da Primeira República e o conseguinte acesso obtido pelas oligarquias, desde então, ao controle direto das máquinas estaduais, tenha emergido juntamente com o regime, em 1889.

Um pouco mais satisfatória é a definição empregada por João Edson Fanaia (2010), o qual relaciona o termo com outro de fundamental importância em nosso estudo – elites políticas –, pois compreende oligarquia como sendo membros dessa elite, com poderes tanto para agir nas mais diferentes regiões que compreendem um Estado quanto para mobilizar uma gama de coronéis. Tomando por referência as tipologias oligárquicas desenvolvidas por Edgard Carone (1972), Fanaia entende que a liderança pode ser centralizada ou dividida entre os membros.

Por outro lado, para atender as demandas da presente tese, algumas lacunas não são devidamente preenchidas pelas definições anteriormente expostas. Desse modo, certas considerações fundamentais ainda são pertinentes, encontradas satisfatoriamente no estudo de Cláudio Couto (2010). Embora se refira à possibilidade da aplicação do conceito às diversas organizações, conforme fez Michels (s/d), Couto nos oferece algumas pistas – não discutidas ou mesmo identificadas de forma clara nos autores anteriores – que podem auxiliar na elucidação de determinadas relações políticas estabelecidas em âmbito oligárquico. Trata-se de alguns princípios ou características comuns às diversas formas de oligarquias, mas que podem ser adotados como referência quando se estuda o mandonismo na Primeira República.

O primeiro deles se refere ao caráter “ilegítimo” das oligarquias perante aqueles que não pertencem ao seletivo grupo. Isso ocorre na medida em que as regras que gerem a oligarquia, aceitas pelos integrantes do grupo ou apaniguados – meios escusos de manipulação das eleições, eliminação política da oposição ou mesmo o uso de violência para garantir determinado objetivo –, “não são abertamente assumidas como válidas perante os membros da coletividade” (COUTO, 2010, p. 10). A necessidade da vitória respaldada nas urnas pelas oligarquias, a despeito de todos os meios fraudulentos que se praticavam para alcançar tal fim, serve de exemplo de manipulação oligárquica. Era imprescindível passar pelo crivo legal das eleições, para que o grupo politicamente dominante legitimasse sua vitória, ou seja, seu domínio, por intermédio do resultado do pleito.

O pleito eleitoral se traduz em uma das condições para a emergência/manutenção de oligarquias. Isso ocorre pela criação ou mudança das regras existentes. O exemplo a seguir perfaz o cotidiano eleitoral da Primeira República: “[...] se as regras eleitorais num dado regime tornam praticamente impossível à oposição se tornar vitoriosa, mesmo que alguém alegue haver eleições nas quais a oposição pode concorrer, não se pode falar seriamente em democracia. É de oligarquia que se trata” (COUTO, 2010, p. 11).

O segundo princípio diz respeito à relação das oligarquias, principalmente do oligarca, com as regras formais em vigor. Ela é capaz de gerar duas situações: a primeira, chamada de “ilusionismo semântico”, no qual as regras estipuladas pelas oligarquias são “defendidas retoricamente como se fossem de outra natureza

dessa visão, alegando que tal padrão não regulava o que entende como “principal elemento disfuncional do regime republicano, qual seja, o fundamento da sua própria renovação”: as eleições presidenciais. Acreditamos, apesar da necessidade de uma investigação mais minuciosa, que esse modelo tenha trazido pequena estabilidade à política em nível federal e às oligarquias estaduais, o que ajuda a justificar as dificuldades obtidas pelas oposições nos pleitos eleitorais. Contudo, essa estabilidade não apresenta a dimensão proposta por Lessa, levando-se em consideração a incapacidade de regular as sucessões presidenciais, configuradas por instáveis alianças, elas, sim, em boa parte responsáveis pela estabilidade do modelo político vigente (VISCARDI, 2001).

(democráticas, meritocráticas etc.)²⁷⁶; a segunda, chamada de “usurpação de autoridade”, em que o oligarca se utiliza da autoridade adquirida de forma legítima para alterar as regras formais, a fim de favorecer seu grupo, ou mantém as antigas regras formais (não oligárquicas), de modo a ignorá-las ou para se aproveitar de suas lacunas. Couto afirma que, nesses casos, prevalecem as regras informais oligárquicas aplicadas pelo grupo dominante politicamente, mesmo naquelas situações em que as regras formais não foram burladas. Nesse caso, temos o exemplo das assinaturas ou atas falsificadas nos pleitos eleitorais, consideradas, por sua vez, práticas legítimas.

O terceiro diz respeito à situação dos atores ou grupos políticos supostamente injustiçados. Eles recorrem às instituições permeadas por membros da oligarquia dominante para serem ressarcidos de seus supostos prejuízos. Não por acaso tenha sido tão comum, na Primeira República, a prática de diversos deputados, mormente àqueles vinculados aos partidos de oposição, recorrerem das decisões a eles desfavoráveis estabelecidas sobre o resultado das eleições: esforço inútil devido à presença quase sempre maciça do grupo situacionista (e vitorioso) do seu Estado naquela casa parlamentar para lhe vetar os anseios. Esse insucesso frente às instituições “dominadas” contribui para explicar porque muitos pleitos terminavam em lutas armadas. No plano local, observamos diversos casos em que policiais e até mesmo delegados possuem fortes vínculos com os coronéis, respaldando os desmandos desses chefes locais ao passo que inviabilizam o efetivo cumprimento da lei, anseio dos injustiçados. Segundo Couto (2010, p. 13), isso pode gerar uma “[...] situação kafkiana, na qual é punido quem requer o respeito às regras legítimas da coletividade em questão”.

Por fim, o quarto princípio identifica o papel que o oligarca realiza perante seu grupo, a ponto de defini-lo como tal. Ele não é exclusivamente aquele que responde pela formação de uma oligarquia, mas também aquele que herda esse *status quo* e não objetiva modificá-lo, concorrendo para sua manutenção. Com essa afirmação, Couto (2010, p. 14) pretende rebater a hipótese estruturalista de que, nessas condições, a liderança é algo estrutural, interpretando as estruturas oligárquicas como “[...] um atributo não apenas estrutural das organizações oligárquicas, mas também pessoal – dos oligarcas”. Enquadram-se nesse rol praticamente todos os “herdeiros políticos” regionais atuantes na Primeira República, coadunados e beneficiados pela estrutura vigente deixada por seus respectivos antecessores.

Baseando-se nessas características, Cláudio Couto propõe um conceito o qual consideramos mais plausível:

Oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização (COUTO, 2010, p. 14).

Por ser uma definição também “genérica”, quer dizer, aplicável a qualquer organização controlada por um grupo restrito de pessoas, é possível relativizar alguns

²⁷⁶Um exemplo claro seria a “teoria da presunção”, estipulada por Campos Salles ao conformar o pacto político com os governadores. Ela servia para beneficiar as oligarquias que já se encontravam no comando das máquinas estaduais, pois se baseava no reconhecimento “automático” de candidatos situacionistas que proclamavam vitória no pleito eleitoral, em detrimento daqueles pertencentes aos quadros oposicionistas (LESSA, 1999).

pontos, sem com isso desconstruir o conceito. Referimo-nos à ação insubordinada aos princípios de “legitimidade”. Como não se trata de um regime autocrático ou despótico, podemos considerar que a ação do oligarca pode ocorrer de forma subordinada aos princípios “legítimos”, isto é, obedecendo às regras formais – mesmo que se aproveitando de lacunas – para lograr um fim. O cumprimento das eleições, a impossibilidade de permanecer em um cargo por mais de um mandato, especialmente os do Poder Executivo, devido à impossibilidade de reeleição, como ocorreu no período que estudamos, constituem grandes exemplos de obediência a uma legitimidade construída.

Produz-se, assim, uma dicotomia – cumprimento das regras formais/aproveitamento das lacunas para estabelecer regras oligárquicas –, a qual é responsável pelo que Cláudio Couto entende como imposição de um funcionamento esquizofrênico da organização por parte do oligarca: esse exige o cumprimento dessas normas estabelecidas dentro do grupo – as regras oligárquicas –, ao passo que “retoricamente reivindica que o regime é não oligárquico” (COUTO, 2010, p. 14). O autor, contudo, se esquece de afirmar que essa retórica pode vir acompanhada do cumprimento de algumas regras formais, isto é, construídas fora do grupo, as quais são incapazes de desestruturar o fenômeno.

As oligarquias na visão tradicional

Há pelo menos duas tendências interpretativas acerca da história política da Primeira República que são aceitas e reproduzidas por muitos historiadores e cientistas sociais. A primeira delas diz respeito à ideia de que, após 1889, se configurou no cenário político brasileiro uma hierarquização das oligarquias dominantes nos estados. Portanto, um federalismo desigual, em que três estados – e suas respectivas oligarquias – se destacaram como os principais protagonistas, formando um tipo de “triumvirato”²⁷⁷: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De fato, as classificações não são completamente idênticas²⁷⁸, porém chegam a um consenso sobre a crença de que há uma clivagem que separa as oligarquias estaduais. Havia as mais fracas politicamente, coadjuvantes no cenário nacional, oriundas de estados de menor expressividade econômica e conseqüentemente política, tendo como contrapartida as mais fortes, pertencentes aos três estados acima mencionados.

A rigor, não se pode negar a existência de uma discrepância entre as oligarquias, no que concerne à força e capacidade de disputa na arena política nacional. Contudo, algumas interpretações, as quais têm como base essa clivagem, estabeleceram generalizações responsáveis por distorcer e comprometer em parte uma análise mais detalhada dos grupos dominantes que controlavam as máquinas estaduais. Renato Perissinotto (1994), por exemplo, fala na existência de uma polarização entre estados agroexportadores (São Paulo e Minas Gerais) de um lado e os demais, encabeçados pelo Rio Grande do Sul. Renato Lessa (1999, p. 151) segue nessa mesma direção, ao chamar esse último grupo de “economias decadentes, sem vínculo com o mercado nacional.”

Outros problemas resultam daí. Primeiramente, o fato de uma atenção muito especial ter sido dada a esses três estados, pela historiografia, trouxe como consequência o pequeno volume de obras que se referem às demais partes da

²⁷⁷“Triunvirato” de estados foi o nome aplicado a São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, considerados pela historiografia tradicional os principais protagonistas da federação. Cf. TOPIK, 1987 e VISCARDI, 2001.

²⁷⁸Sobre as distintas classificações, ver Iglésias (2006), Neves (2006) e Viscardi (2006).

federação e a atuação de suas oligarquias. Afora Pernambuco e Bahia, tratados como objeto, respectivamente, nas obras de Eul-Soo Pang (1979) e Robert Levine (1980), pouco foi produzido até a década de 1990, comprometendo um conhecimento mais aprofundado da dinâmica político-oligárquica que marcou o regime republicano nas primeiras décadas.²⁷⁹

A segunda tendência interpretativa diz respeito às formas como as oligarquias estaduais foram classificadas. Conforme veremos, ela está, em parte, atrelada à primeira. Utilizando-se de variados critérios, três estudiosos propuseram modelos categorizadores: Silvio Romero (1910), Edgar Carone (1972) e Eul-Soo Pang (1979). Esses modelos, sobretudo o de Carone, ressoaram sobre os demais historiadores e cientistas sociais que investigaram a história política daquele período.

Silvio Romero foi o primeiro intelectual a deixar registrada uma tipologia de oligarquias na Primeira República. Essa análise se trata de uma leitura acerca de um fenômeno que a ele era contemporâneo, as oligarquias, sobre as quais despejou as mais ferozes críticas, considerando-as responsáveis pelo desvirtuamento do projeto republicano ideal, que defendera até 1889. Para ele, elas se tratavam de um “monstruoso parasita [...] [e] fecundo manancial de nossas desgraças” (ROMERO, 1910, p. 403), opinião reforçada pela descrença na capacidade dos políticos, delas integrantes e, portanto, corrompidos pelos mais diversos vícios.

Em uma de suas conferências, intitulada “As oligarchias e sua classificação”, realizada em maio de 1908, ele apresenta quatro modalidades distintas; “oikoarquia”, “grupismo semi-familista e amigueiro”, “subserviência matreira como meio de sucessão no poder” e “castilhismo positivóide”.

Basicamente, o primeiro tipo diz respeito às oligarquias fundadas a partir de famílias. Os Acióli, do Ceará, constituem o exemplo escolhido. Já o segundo, refere-se a um grupo de famílias e aliados entrelaçados por rede de alianças. A fim ilustrativo, são mencionados exemplos em vários estados, conotando uma prática comum.²⁸⁰

O terceiro tipo, por sua vez, é pautado por dois determinismos. O primeiro, porque se trata dos casos em que há uma contínua relação de traidores e traídos, passando os segundos inevitavelmente a ocupar os postos dos primeiros. Isto é, pela subserviência matreira, chega-se ao poder pela traição, modo com o qual dele será derrubado. O segundo determinismo mescla espaço com raça, na definição da modalidade oligárquica. Dessa forma, apenas em alguns estados, quais sejam Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás, isso ocorreu, porque “tem reinado preferentemente nas terras onde o mestiçamento dessa origem [africana] é mais intenso no paiz” (ROMERO, 1910, p. 415). A mestiçagem, para Romero, em especial com a raça “inferior” africana, era algo negativo, responsável pela degeneração e instabilidade política e moral dos brasileiros (ALMEIDA, 2008). A vinculação entre raça negra e traição era igualmente forte para ele, pois, como vimos, entendia-a como um tipo inferior.

Por fim, o quarto tipo, exclusivo ao grupo oligárquico que controlava o Rio Grande do Sul, do qual nutria particular desprezo. O “castilhismo positivóide” engloba o

²⁷⁹ Conforme veremos, duas autoras chamam a atenção para esse fato: Linda Lewin (1993) e Marieta de Moraes Ferreira (1989). Outra crítica que deve ser levada é a de Claudia Maria Ribeiro Viscardi (2001). Para Viscardi, o protagonismo dos estados enquanto atores políticos tornou insignificante o papel político do Exército, especialmente na década de 20, enquanto agente desestabilizador. Além disso, transformou o Estado nacional em mero instrumento das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo.

²⁸⁰ Maranhão (com os “Beneditos Leites”), Piauí (com os “Pires Ferreiras” e os “Anísios de Abreu”), Pernambuco (com os “Rosas e Silvas”), São Paulo (com os “Glicérios”, alusão a Francisco Glicério; com os “Rodrigues Alves”), Minas Gerais (com os “Penna”, referência à família de Afonso Pena).

grupo de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, esse último tratado como um dos maiores algozes da situação negativa na qual o Brasil havia mergulhado. Ele criou esse nome por considerar aquela oligarquia doutrinada pela teoria positivista, da qual se tornou ferrenho crítico (SANTOS, 2008).

De modo geral, podemos afirmar que Silvio Romero não apresenta critérios uniformes para criar suas tipificações, preocupando-se em realizar apenas uma conexão com alguns exemplos verídicos, ou seja, com grupos dominantes regionais. Além de estar envolvido pelo “calor dos acontecimentos”, aproveitando-se inclusive do estudo para realizar críticas e ataques políticos, faltava a ele ferramenta teórica capaz de lhe dar subsídios para uma análise mais minuciosa e descomprometida.

Edgard Carone (1972), ao estabelecer um segundo modelo interpretativo acerca da tipologia das oligarquias, identifica as limitações de Silvio Romero. Essa foi a maior justificativa para que também se aventurasse por esse caminho. Critica-o por ter se limitado a fatores subjetivos e conceitos ambíguos. De fato, elas fazem algum sentido: a separação entre a primeira e segunda categorias se dá por um critério frágil, pois ambas se referem ao domínio familiar; a quarta é entendida como critério ideológico. Curiosamente, nada é dito sobre o terceiro tipo. Todavia, faltou a Carone o conhecimento mais aprofundado dos valores e teorias que balizavam Romero àquele momento.

Como alternativa à categorização de Romero, Carone apresenta apenas duas modalidades de oligarquias: de um lado, aquelas em que os partidos políticos são mais bem estruturados, detentores de mecanismos amortecedores de possíveis conflitos, a Comissão Central, a qual garante longevidade e força a essas organizações políticas; do outro, aquelas em que os partidos políticos são frágeis, cujo controle é quase absoluto de famílias ou de grupos específicos (CARONE, 1972).

Há, portanto, uma clivagem que separa as modalidades de oligarquias, e essa diferenciação é compatível com tendência historiográfica que destoa as oligarquias protagonistas daquelas coadjuvantes no cenário político nacional. Assim sendo, a primeira de suas tipologias se refere aos estados “mais adiantados, cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos” (CARONE, 1975, p. 273), especificamente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; enquanto a outra, aos menos ricos, os demais. Valeu-se, assim, do critério da riqueza e do protagonismo político na federação, constituindo uma “geografia das modalidades”.

Essa proposição parece ter sido aceita sem relevantes questionamentos, em concomitância com aquela que hierarquiza o protagonismo das unidades federativas e suas respectivas oligarquias²⁸¹, possivelmente porque ela concorre para justificar a força política de organizações como o PRP, PRM e PRR. Ao mesmo tempo, identifica a força política de algumas famílias, protagonistas a nível regional em diversos estados, logicamente excetuando os três principais.

Carone, entretanto, revela excessivo peso das questões geoeconômicas como forma de legitimar o protagonismo de determinadas oligarquias estaduais, paulista, mineira e gaúcha. Como agravante, ao enquadrar no outro extremo todas as oligarquias estaduais supostamente coadjuvantes, não escapa a simplórias generalizações, enxergando com pouca clareza especificidades locais. Pode se pensar até mesmo em uma contribuição indireta disso no desinteresse pelo estudo dessas regiões “periféricas”, coadjuvantes. Sua visão regionalista é de certo modo passível da

²⁸¹Diversos autores reproduzem essa interpretação: Boris Fausto (2002), Joseph Love (2000), Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1981), Maria do Carmo Campello de Souza (2001), Maria Efigênia Lage de Resende (2006), Renato Lessa (1999).

crítica similar a que Ana Luiza Backes realiza sobre Joseph Love. Segundo a cientista política,

A ênfase no regionalismo faz com que o autor subestime elementos essenciais para a compreensão do período, especialmente a influência do positivismo e de outras correntes modernizadoras. Quanto ao Norte e Nordeste, a análise ignora os elementos positivistas, que em vários estados conquistaram representação nacional, na Constituinte e nas legislaturas subsequentes, e chegaram mesmo a exercer o governo de alguns estados (Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Pará). [...] Quanto aos grandes estados, embora Love veja um funcionamento mais horizontal da política, tende também ali a subestimar a importância de questões políticas ou ideológicas: a grande questão a polarizar a política é sempre o federalismo (BACKES, 2004, p. 15).

Além de excessivo peso nas questões econômica e do protagonismo político, a análise de Carone é genérica a ponto de impossibilitar uma visão mais apurada das modalidades e dos projetos que as oligarquias possuíam. O historiador adota um cunho determinista que se reproduz do mesmo modo com a “geografia do coronelismo”. Reaparece, então, a dicotomia analítica: regiões mais prósperas economicamente em que a força do partido imperava sobre o uso da violência, em paralelo ao inverso, composto por regiões menos prósperas onde ocorria o oposto. A esse respeito, os estudos de Joseph Love (2006) e John Wirth (2006) acerca das realidades políticas internas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais desconstróem a generalização de Carone, relativizando a possível “estabilidade” entre os coronéis e sua deferência perante o partido político.

Finalmente, o esquematismo proposto por Carone não dá conta de desvendar os contornos da dominação oligárquica em seu caráter intestino, isto é, de que forma ela ocorria internamente, tanto no quadro de força institucionalizada do partido quanto no de poder familiar ou personalista. Seu esquema rígido e formado por classificações paralelas não só nos impossibilita enxergar o peso da força familiar e personalista em organizações partidárias bem estruturadas como carece de ferramentas teóricas que propicie uma análise para além de fatores eminentemente políticos e econômicos, nos moldes daquele realizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (2006), proposta da qual se aproxima Eul-Soo Pang (1979).

O brasilianista Eul-Soo Pang foi o terceiro a arquitetar uma tipologia das oligarquias. Trata-se de um capítulo da análise que faz do coronelismo na Bahia durante a Primeira República. *A priori*, ele não aponta para a ruptura com as categorizações de Edgar Carone, pelo menos não a contesta diretamente, nos moldes em que aquele fez em relação a Silvio Romero. No entanto, de imediato, Pang apresenta uma nova classificação, distinta, com quatro categorias em vez de duas: oligarquias “familiocrática”, “tribal”, “colegiada” e “personalista”.

A primeira modalidade, definida como “oligarquia familiocrática”, tem esfera de atuação diferente das demais: o município. Trata-se de caso em que uma única família ou um clã controla politicamente esse distrito administrativo. A segunda é chamada de “oligarquia tribal” por se tratar de um ajuntamento de famílias e clãs, com poder restrito ao âmbito local ou abrangendo maiores proporções geográficas. Vale ressaltar que Pang não demonstra interesse em criar delimitações espaciais unicamente compatíveis com os estados. Além disso, ele foge dos determinismos geoeconômicos ancorados nas unidades federativas, criado por Carone, embora não destoe desse último por completo. Para Pang, “esse tipo de organização existiu nos estados do Norte e do Centro-Oeste e nas regiões interestaduais dominadas por um único partido, [tendo

como exemplo] os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (PANG, 1979, p. 41-42).

A “oligarquia colegiada” apresenta amplitude estadual. Ela se refere a uma mescla entre as oligarquias tribal e/ou familiar e setores econômicos urbanos, e até mesmo profissionais liberais. Essa classificação se aproxima daquela estabelecida por Carone a respeito dos estados mais prósperos economicamente. Os exemplos citados são o PRP e o PRM, ficando curiosamente de fora o PRR. Novamente, porém, rompe com o determinismo de seu antecessor afirmando que essas oligarquias “começaram a aparecer somente depois de 1910, nos estados do norte” (PANG, 1979, p. 44). Além disso, não trabalha com categorias paralelas, como Carone, pois identificava nesse tipo não só a presença como também a liderança de famílias e clãs.

A última das tipologias, a “oligarquia personalista”, talvez seja a maior contribuição de Pang. Através dela, ele dialoga com a interpretação sociológica, fazendo emprego do conceito de “carisma” na concepção weberiana do termo. É ela a base do poder estabelecido pelo líder oligárquico, que conforma a oligarquia a partir dessa forma de dominação. Trata-se de uma glorificação ao líder, ao seu carisma pessoal, elo que mantém unidos os conglomerados de famílias e clãs. A rigor, Pang não foi o primeiro autor a correlacionar esse conceito ao contexto de mandonismo político da Primeira República. Maria Isaura Pereira de Queiroz (2006) foi a primeira a criar essa ponte, indicando subsídios que denotam um poder do mandão local, extravasando o campo do político.

De forma geral, é possível detectarmos um avanço na análise do brasilianista, embora poucos autores tenham se aventurado a reproduzi-la. O fato de sua análise criar categorizações que se tangenciam, de fugir do determinismo geoeconômico proposto por Carone e de propor uma classificação vista pelo viés sociológico provam isso. Na leitura que faz de Queiroz, Pang percebe o papel que a representação simbólica do coronel/oligarca possui sobre um determinado grupo: desconstrói a regra geral sustentada na tese de que o mandonismo, particularmente o coronelismo, não se estruturava somente sobre força política e coercitiva do chefe local. Todavia, ele esbarrou em novo esquematismo, quando afirma, por exemplo, que a oligarquia personalista pode evoluir para um ou outro tipo. Além disso, não estabeleceu uma interseção convincente entre sua inovação teórica e os demais tipos de categorias criadas. Isto é, manteve, de certo modo, o poder personalista, enquanto categoria, “isolado” das oligarquias em que, supostamente, imperam as famílias e os partidos políticos.

A despeito das ricas contribuições desses três autores, apresentamos uma proposição que não pretende ignorar o que foi produzido, mas captar o que achamos relevante, dialogando também com contribuições de outros autores.

A alternativa interpretativa pela dimensão sociológica

Conforme dissemos, Maria Isaura Pereira de Queiroz foi a precursora da análise sociológica do mandonismo local, particularmente do coronelismo, embora suas limitações temporais definidas para esse fenômeno tenham equivocadamente extrapolado a Primeira República, como bem constatou Carvalho (1998). A autora dialoga com a teoria social em caráter até então inovador, desvendando as especificidades do mandonismo local, sem se prender à questão político-partidária. Assim, ela se aproxima de Weber ao empregar o termo “carisma” como uma das modalidades de relação entre o coronel e seus subjugados. Não bastasse sua primazia, ela não se prende unicamente ao conceito weberiano para a análise, pois não

retirou o peso da parentela e da fortuna do coronel nesse processo. As qualidades pessoais do mandatário, entre elas o carisma, serviam como reforço àqueles pré-requisitos, portanto não poderiam ser desconsideradas. Assim,

[...] do pequeno chefe político ao grande chefe nacional [o oligarca], apresentavam os coronéis, em graus diferentes, essa virtude indefinível que Max Weber denominou “carisma” – conjunto de dotes pessoais que impõe um indivíduo aos outros, fazendo com que estes lhe obedeam, tornando suas ordens indiscutíveis justamente porque emanam dele. O carisma era, segundo Max Weber, a virtude dos caudilhos; todo coronel, pequeno ou grande, era um caudilheite ou um caudilho (QUEIROZ, 2006, p. 198).

Não é proposição nesse artigo entrarmos no mérito da comparação entre “caudilho” e “coronel”, mas acreditamos que algumas semelhanças existem, bem como a aplicabilidade do conceito em ambos os fenômenos. Queiroz demonstra essa possibilidade não só pelo seu estudo, mas pelos diversos estudiosos da Primeira República que com ela e Weber dialogaram. De fato, encontramos também outros que não se preocuparam em uma análise mais profunda, empregando o termo de forma genérica. Cabe-nos conhecer alguns deles, ou melhor, suas respectivas obras.

Eul-Soo Pang (1979), conforme vimos anteriormente, foi o segundo autor a relacionar formas de dominação sociológica, principalmente a carismática, com as estruturas de poder oligárquico da Primeira República, definindo-a como base para uma das modalidades oligárquicas. Posteriormente, Maria Auxiliadora Ferraz de Sá (1974)²⁸² se baseou em Queiroz e em Pang, especialmente na primeira, para afirmar que a estreita vinculação entre liderança econômica e carismática são os requisitos necessários para originar o coronel político.

Em história regional, temos os exemplos de Loiva Otero Felix (1987) e Mariza Eliane Simon dos Santos (1998), que tratam da existência de dominação carismática no Rio Grande do Sul. Sobretudo Santos, conquanto Felix se prende ao termo de forma conceitualmente descompromissada. Santos investiga a liderança carismática de Honório Lemes, dialogando com o conceito Weberiano. Também, sob abordagem regional, André Heráclio do Rêgo (2008), em obra que analisa o estreito vínculo entre coronelismo e parentela, dialoga com a dimensão simbólica do poder coronelístico nos estados de Pernambuco e Paraíba. Seu trabalho não gira em torno exclusivamente da dominação carismática, mas aponta as lacunas ainda deixadas pela historiografia e inova ao inserir as teorias de Pierre Bourdieu no debate.

Um estudo que concorre para preencher essa lacuna é o realizado por Luís Carlos Mendes Santiago (2013). Nele, o autor investiga o coronelismo em uma região limítrofe entre Minas Gerais e Bahia, estruturado pela dominação carismática. Além de estabelecer uma ponte entre mandonismo local e formas não racionais de dominação, como fez Queiroz, Santiago identifica indícios de carisma nas diversas relações componentes do cotidiano do chefe local: relações familiares, de compadrio, troca de favores, devoção religiosa dos coronéis, escrita e grandiloquência nos discursos, e a invulnerabilidade perante conflitos armados. Santiago quebra os modelos analíticos rígidos trazendo a dominação carismática para o cotidiano, apresentando-a de forma menos complexa, ao flexibilizar o estereótipo criado por Weber, a partir do tipo puro de dominação, fenômeno ilustrado pelo profeta e seus dotes mágicos. Portanto, seu

²⁸² Maria Auxiliadora Ferraz de Sá vem em seguida a Pang porque a sua publicação ocorreu em 1974, três anos após Pang ter realizado seu estudo sobre o coronelismo na Bahia, o qual ganhou sua primeira versão em português somente em 1979.

estudo também vai além da dominação política estruturada pela riqueza, poder familiar e força coercitiva do coronel.

Tendo em vista essas contribuições, é necessário demonstrar de que forma é possível fazermos uso do conceito de dominação carismática e sua aplicabilidade ao estudo da história regional na Primeira República. Embora tenhamos apresentado alguns trabalhos que se aproximam da teoria weberiana, ainda são poucos os que aceitam fugir dos esquematismos e generalizações propostas pelos grandes historiadores e cientistas sociais, preferindo aceitar que o termo é inadequado para analisar esse recorte temporal. Desse modo, propomos o estreitamento do diálogo com as contribuições de Weber, especialmente aquela referente à “sociologia da dominação”, e sua viabilidade no estudo da história política regional.

Antes, contudo, é preciso voltar ao(s) conceito(s) formulado(s) por Weber, sobretudo sobre a “dominação carismática”. Esse se refere a uma das três modalidades de dominação pura estabelecidas por Weber, a única não racional.²⁸³ Para melhor compreensão, achamos por bem desmembrar o termo: “dominação” e “carisma”. A dominação, para Weber (1999, p. 191), é uma relação hierarquizada a qual ocorre quando a vontade do “dominador” é obedecida por outras pessoas, os dominados, que realizam as ações “como se [eles] tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”). Ela é carismática quando é “irracional”, quando a obediência não se dá sob regras ou leis, mas apenas pelo apreço ao líder e seus dons, ou seja, seu carisma. Assim sendo, essa relação só perdura enquanto o carisma do líder subsistir, o que exige dele a tarefa de constantemente provar seus dons a seu séquito (seguidores, dominados) (WEBER, 1997).

O tipo mais puro é a relação do profeta com seus apóstolos, em que o primeiro condiciona seu poder carismático a dons extracotidianos. Parece, a princípio, haver uma imediata incompatibilidade em se encontrar casos compatíveis ao longo da história da Primeira República, sobretudo se excetuarmos os movimentos messiânicos. Destarte, se não fossem observados os exemplos acima, seria pertinente a indagação sobre a real viabilidade de se estudar as relações de dominação dentro de oligarquias ou do fenômeno coronelista. No entanto, se eles servem de exemplo, a começar, como vimos, pela ponte estabelecida por Queiroz (2006), podemos encontrar diretamente em Weber subsídios suficientes para estabelecermos esse elo, fugindo das generalizações e determinismos anteriormente mencionados.

Pelo menos três aspectos marcam profundamente a dominação carismática, os quais de alguma forma podem contribuir para a compreensão das relações políticas estabelecidas nas elites políticas da Primeira República. O primeiro aspecto diz respeito à fraqueza dessa dominação, tendo em vista a necessidade do líder de sempre precisar provar seus dons, profecias, a viabilidade e veracidade de suas ideias, entre outras características a ele vinculadas e capazes de suscitar ou manter a crença e admiração de seus seguidores. Um governante ou chefe político, portador de algum carisma, que se vê derrotado nas urnas ou que enfrente grandes dificuldades para realizar as promessas políticas, colocando em prática suas ideias – seja por meio de crises ou conflitos armados, quadro típico do cotidiano político brasileiro – pode ser interpretado como um bom exemplo.

O segundo aspecto tem a ver com a incapacidade de se desvincular essa dominação com o mundo material. Tendo em vista que a forma pura é praticamente

²⁸³As duas outras formas de dominação estabelecidas por Weber (1997), em tipo puro, são racionais: a “Dominação Legal” ou “Burocrática” (tipo mais puro), estruturada sobre um estatuto, ou seja, uma regra estatuída; e a “Dominação Tradicional” ou “Patriarcal” (tipo mais puro), ancorada na crença de tradições e poderes senhoriais há muito tempo existentes.

inatingível, ela pode estar presente nos mais diversos ramos, inclusive na economia. Weber (1999) menciona o exemplo de Henry Villard, o qual constitui em torno de si um séquito econômico, a ponto de conseguir deles significativa quantidade de recursos financeiros, por meio de empréstimo sem garantias. Com esse exemplo, Weber nos deixa claro que não há restrição temporal, contextual ou espacial para o surgimento do líder carismático.

O último tem a ver com a morfologia da autoridade carismática. Para Weber, ela

[...] não significa de modo algum uma situação amorfa com falta de estrutura, sendo, ao contrário, uma forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma. Os ajudantes pessoais, que formam também dentro do grupo um tipo específico de aristocracia carismática, constituem um grupo limitado de partidários, reunido segundo o princípio do discipulado e da fidelidade de séquito e selecionado também segundo a qualificação carismática pessoal. (WEBER, 1999, p. 332)

Weber entende que a dominação carismática é configurada por mecanismos que, além de tudo, a reforçam. Logo, podemos não só identificar maior quantidade de situações em que se enquadram essas características, indo, por conseguinte, muito além de um exemplo peculiar de um profeta falando perante um grupo de seguidores. Significa também o processo de “rotinização” desse carisma, atuando para fundamentar os direitos adquiridos pelo portador do dom nos primórdios de sua liderança. Este, e principalmente seu poder “mágico”, estão expostos às condições de vida cotidiana, como a dependência de meios materiais para a subsistência, transformando muitos dos sequazes – especialmente os mais próximos do líder – em “privilegiados por direitos especiais”, comensais, e depois, entre tantos exemplos, em funcionários de partido (WEBER, 1999, p. 332). Nessa possível morfologia, podemos encontrar indícios condizentes com as características dos partidos políticos, como um exemplo de forma “estrutural social”, termo empregado por Weber. Acerca dessa hipótese, ele nos oferece nova pista:

A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas. [...] Próprio do Ocidente é, entretanto, [...] a figura do livre “demagogo”. [...] Em nossos dias, esse tipo se apresenta sob o aspecto do “chefe de um partido parlamentar”; continua a só ser encontrado no Ocidente, que é o âmbito dos Estados constitucionais (WEBER, 1968, p. 58-59).

Fica explícita a pertinência no aparecimento do líder carismático em nichos de dominação legal-burocrática, como originalmente seriam os partidos políticos. Weber, de fato, não foge a um determinismo espacial ao chamar esse fenômeno de “próprio do ocidente”, mas vislumbra a possibilidade de que os interesses cotidianos invadam a relação de dominação carismática, embora façam desvanecer o carisma genuíno, de tipo puro, não implicando, por outro lado, no seu fim. Desse modo, trazendo para a análise das relações de poder e dominação dentro de uma oligarquia ou de um partido, ao longo da Primeira República, e a possibilidade de se configurarem pelo viés carismático, o teórico social não deixa dúvida a respeito dessa possível vinculação entre ambos:

Mas, mesmo dentro de formações tão rigorosamente burocráticas como são os partidos norte-americanos, costuma desenvolver-se em tempos de forte excitação, conforme mostrou a última campanha presidencial, o tipo carismático de chefia. Quando existe um “herói” carismático, ele tenta romper a

dominação dos técnicos do partido mediante a imposição de formas plebiscitárias de designação e eventualmente por meio da transformação de toda a maquinaria de nomeação. Tal elevação do carisma, obviamente, encontra cada vez mais a resistência do aparato dos políticos profissionais, que domina em tempos normais, particularmente a dos bosses, que organizam a direção e as finanças, e que mantém em movimento o funcionamento do partido, sendo os candidatos as criaturas dele, pois não apenas os interesses materiais dos caçadores de cargos dependem da escolha dos candidatos dos partidos (WEBER, 1999, p. 341).

O exemplo utilizado foi o da democracia norte-americana no momento em que escreveu (segunda década do século XX), a qual entende possuir partidos consolidados e altamente burocratizados, dominação legal (burocrática), logo racional. Esse quadro político partidário se destoa daquele vivido pelo Brasil na Primeira República, em que os partidos políticos eram em sua maioria – conforme registra a historiografia tradicional – regionalizados, instáveis, efêmeros e esvaziados de ideologias, não avançando, portanto, além do pragmatismo político, controlados pelas oligarquias estaduais.²⁸⁴ Assim, pela lógica, quanto menos institucionalizados os partidos, maior a suscetibilidade da emergência do líder carismático. De acordo com o autor,

Cabe admitir que para as chances que o carisma tem na luta contra a burocracia de um partido não pode ser sem importância o caráter geral deste partido. Conforme se trate de um simples partido de caçadores de cargos, sem "convicção", isto é, que formula seu programa *ad hoc*, segundo as chances de cada luta eleitoral, ou sobretudo de um partido puramente estamental, de notáveis ou de uma classe, ou de um partido que conserva em mais alto grau o caráter de um partido "ideal", com "programa" ou "ideologia" – contrastes que naturalmente sempre são relativos, o carisma tem chances maiores ou menores. As maiores, em certos aspectos, ao preponderar o primeiro caráter mencionado, que facilita a personalidades impressionantes a conquista dos partidos necessários, *ceteris paribus*, muito mais do que o faz a organização de notáveis pequeno-burguesa dos partidos alemães, principalmente dos liberais, com seus "programas" e "ideologias" inabaláveis, cuja adaptação às possibilidades de demagogia em cada momento sempre pode representar uma catástrofe (WEBER, 1999, p. 341).

Assim sendo, a leitura atenta de Weber torna possível identificarmos a existência de lideranças carismáticas inseridas nos partidos políticos, variando conforme o grau de institucionalização desses, isto é, de acordo com cada realidade e contexto sociopolíticos. Indo além, torna pertinente a hipótese da existência desses líderes em organizações políticas na Primeira República brasileira, tanto a nível local, com o coronel, quanto a nível regional/estadual com o oligarca.

Comprovando essa viabilidade, voltamos à questão das tipologias de oligarquias na Primeira República. Resta-nos averiguar de que maneira elas se coadunam com as categorias de dominação carismática, e como concorrem para subsidiar as pesquisas em história política regional cujo recorte temporal seja esse período.

Referente ao primeiro ponto, Linda Lewin nos oferece algumas informações cruciais. Por exemplo, quando justifica a relevância da pesquisa acerca das famílias e sua interação com a política no Brasil. Para tanto, ela flexibiliza as classificações oligárquicas, especialmente aquela proposta por Carone. Utiliza-se de exemplos

²⁸⁴ A versão tradicional – e ainda a mais aceita – a respeito dos partidos políticos na Primeira República pode ser encontrada em Edgard Carone (1975), Raimundo Faoro (2000), Rodrigo Patto Sá Motta (1999) e Surama Conde Sá Pinto (2001).

fornecidos pelo próprio historiador a fim de identificar o peso de famílias na rotina política das diversas unidades federativas. Primeiramente, aproxima os poderes familiar e personalista, identificando tanto famílias com nuances de personalismo quanto oligarquias personalistas de base familiar (LEWIN, 1993).

Essa aproximação não rompe por completo com a clivagem estabelecida por Carone, mas flexibiliza suas generalizações. O distanciamento, contudo, se acentua quando analisa os estados dominados por máquinas partidárias fortes, o dito “triumvirato”. Lewin defende que, na maioria dessas regiões, as famílias atuaram na política, tal qual nas economicamente mais pobres, sem perder de vista o peso menor que exerceram frente a partidos políticos mais consistentes, como foi o PRP, PRM e PRR, mas atribuindo a elas um papel mais significativo do que a tradicional historiografia. Nenhum dos três pode ser considerado isento desse fenômeno, o que não significa que neles tenha ocorrido em escala semelhante entre si e aos demais estados.

Como sugere a literatura acadêmica, todas as oligarquias estaduais dependeram em alguma medida de grupos e redes de base familiar. Todavia, um grupo de estados demonstrou claramente uma dependência primordial dos vínculos familiares em sua organização política. Ceará, Amazonas, Alagoas e Paraíba ilustraram melhor esta categoria de oligarquia de base familiar. Outro grupo, no qual os exemplos mais importantes foram Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e, com reservas, Minas Gerais, pode ser caracterizado como de oligarquias personalísticas, embora os laços pessoais se relacionassem intimamente com vínculos de parentesco. São Paulo foi diferente, em virtude do surgimento nesse estado de uma organização partidária verdadeira – ainda que imatura. Finalmente, o Rio Grande do Sul foi um caso singular, pelo impressionante grau de burocratização em sua estrutura organizacional (LEWIN, 1993, p. 28).

Relativizando a afirmação de Lewin, nem mesmo São Paulo e Rio Grande do Sul podem ser enquadrados como “diferentes”. Houve casos na elite política paulista de disputas familiares e cisões personalistas, como a de 1901, envolvendo, entre outros, Prudente de Moraes (LOVE, 2006). Quanto ao Rio Grande do Sul, a hipótese de um centralismo sustentado pelo alto grau de burocratização partidária é passível de questionamento, como o realizado por Loiva Félix (1987). Ela desconstrói a classificação de “coronel burocrata” dada aos mandões gaúchos, e identifica o poder carismático de alguns líderes como o do próprio Júlio de Castilhos e dos coronéis, oriundos dos caudilhos. Portanto, é concebível a existência de poder pessoal também nesses estados, sem com isso desconsiderar a enorme força partidária que ambos possuíam.

Pelo que foi exposto até aqui, e tendo em vista os limites desse artigo, podemos identificar de forma sucinta três problemas os quais merecem especial atenção dos pesquisadores que seguirem por essa seara, bem como possíveis alternativas que deem conta de responder a essas demandas ou pelo menos contornar essas questões.

O primeiro dos problemas se refere à ressonância da tendência historiográfica que considera um forte vínculo entre as hierarquias política e econômica dos estados, e a tipologia de oligarquias assentada na clivagem entre principais “atores” da federação – as oligarquias dos estados mais ricos – e os coadjuvantes – as oligarquias dos menos ricos. A classificação estabelecida por Edgard Carone (1972) e assimilada por uma gama de historiadores e cientistas sociais é, sem dúvida, o maior exemplo. Ela levou, ao longo das últimas décadas, a uma atenção dos especialistas apenas aos três estados protagonistas na federação. Em contrapartida, conforme constatou Lewin,

[...] o foco convencional, dirigido ao triunvirato de estados que dominavam a política da República Velha [...], embora apropriado, obscurece uma realidade histórica básica: dezessete outras oligarquias estaduais eram também atores na política federal. Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais foram sempre obrigados a debater com eles ao nível nacional, onde a política se centrava na mobilização de blocos votantes no Congresso. (LEWIN, 1993, p. 28)

A historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1989) é outra importante referência a chamar a atenção para esse problema²⁸⁵, demanda que só começou a ser atendida nas duas últimas décadas. Coube ao uso da História Regional sanar essa questão, o que a torna caminho indicado para conhecer as dinâmicas e vicissitudes políticas definidas em um delimitado espaço regional²⁸⁶, esquecido pela tradicional historiografia.

Claudia Maria Ribeiro Viscardi (1994) nos informa algumas maneiras de como a história política pode auxiliar no estudo da história regional. Para ela, o historiador deve primeiramente

“[...] se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder a seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo, entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetos de pesquisa” (VISCARDI, 1994, p. 96).

Desse modo, o estudo de uma oligarquia regional passa pela apreensão que esse grupo tem acerca da região onde atuam – ou pelo menos deveriam atuar. Evidentemente que não se pode descolar a realidade local do contexto em que ela se insere, constituindo esse um dos problemas identificados por Viscardi nesse campo historiográfico. No entanto, acreditamos que pela história regional é possível preencher algumas tendências equivocadas, como aquela que protagoniza e prioriza o estudo de determinadas regiões para o entendimento do todo.

O segundo dos problemas tem a ver com a insistência em se desconsiderar a dimensão sociológica das relações político-oligárquicas na Primeira República. O caráter personalista de boa parte dos líderes políticos nacionais, regionais ou mesmo locais tem sido pouco explorado, embora com isso não defendamos um viés interpretativo exclusivamente personalista. Além da teoria weberiana, a qual foi exposta e defendida como proposta de ferramenta teórica, também pela leitura de Bourdieu (2009) é possível captar a dimensão simbólica do poder político em diversos atores, tanto coronéis quanto oligarcas, sendo o estudo de Rêgo (2008) um exemplo. Os conceitos de “poder simbólico” e “capital político”, oferecidos por esse teórico social, constituem uma alternativa válida.

O terceiro e último problema tem a ver com as generalizações e determinismos geoeconômicos estabelecidos nas categorizações das oligarquias. Essa tendência cria categorias paralelas, genéricas, impedindo análises mais apuradas. Exemplo nítido é a

²⁸⁵ De acordo com Ferreira (1989, p. 13), pelo menos até o início da década de 1990, “[...] o comportamento dos estados que se situaram à margem do eixo de poder dominante na República Velha é ainda pouco conhecido. [Consequentemente] [...] esses estados tiveram sua problemática interna ignorada ou interpretada a partir de inferências oriundas dos modelos construídos para a análise dos estados dominantes, o que dificulta a recuperação de sua dinâmica própria”.

²⁸⁶ De acordo com Viscardi (1994, p. 95-96), “[...] espaço regional consiste em uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente. É formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados por seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses.”

incapacidade de enxergar a força de famílias ou do poder personalista em oligarquias cujos partidos políticos são interpretados como devidamente estruturados. Assim, determinadas famílias e personagens perdem a capacidade de serem enxergadas enquanto agentes relevantes nas disputas e relações políticas intrapartidárias ou mesmo fora dessas agremiações. Além da importância do uso de referenciais da teoria social, é necessário evitar que os esquematismos – criadores das clivagens que diferenciam os grupos políticos regionais da Primeira República – impeçam não só o menor interesse pelo contexto político de regiões ditas coadjuvantes no cenário político nacional, como a capacidade de empregar os referenciais acima mencionados de modo que não se restrinja a uma ou outras das categorias, como fez Pang (1979). O brasileiro dedicou uma categoria específica para estabelecer a ponte com a teoria social, critério do qual discordamos.

Considerações finais

É lugar comum que a historiografia acerca da política na Primeira República está repleta de obras que servem como referência analítica de valor. Sobretudo as que foram no presente estudo analisadas. Logo, o que realizamos não se tratou da tentativa de minorar as contribuições oferecidas, mas tentar identificar determinados esquematismos e generalizações que têm passado de modo despercebido em muitas análises que tratam daquele recorte temporal.

Nosso propósito foi realizar um pequeno balanço historiográfico para demonstrarmos a viabilidade da realização de pesquisas acerca da história política daquele período, utilizando como campo a história regional em interface com a história política. Acreditamos ter comprovado quão importante são – aos estudiosos que se enveredarem por esse caminho – os subsídios oferecidos pela teoria social, em especial a weberiana, enquanto ferramenta teórica analítica. Obviamente que há diversos autores capazes de oferecer contribuições de similar relevância, como Bourdieu, entre outros. Cabe ao historiador ou cientista social identificar aquele que melhor lhe dá condições de preencher as lacunas existentes.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Desilusão Republicana* – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.
- BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Salles*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: 1. Instituições e classes sociais*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.
- _____. Oligarquias: definição e bibliografia. *Revista de Administração de empresas*. Rio de Janeiro: Jan/mar, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: um problema institucional das organizações. In: 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência

Política (ABCP), 2010, Recife, PE: Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15.ed. São Paulo: Globo, 2000. v.2

FAUSTO, Boris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. v.V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

_____; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, vol.23, n.3, set./Dez. 2017, p.422-442.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História, n.13).

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOVE, Joseph. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2.ed. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 1999.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia

(1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

_____. *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. *Dos velhos aos novos coronéis – um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

SANTOS, Samuel Martins dos. *Paradoxo da Primeira República no Brasil: entre a ordem jurídica e a identidade nacional*. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *O mandonismo mágico do sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais – 1856 – 1931*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História/ PPGH, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: DIAS, Manuel Nunes; MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Corpo e Alma do Brasil).

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLII, p. 95-109, 2006.

_____. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de História, Juiz de Fora*, v. 3, n.1, p. 84-97, 1994.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1997.

WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil Republicano*, vol.8: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

MATERIAL DIDÁTICO & IDEOLOGIA

SIEBURGER, Enio Souza²⁸⁷

BORGES, Letícia Oliveira²⁸⁸

LESTON JÚNIOR, Odilon²⁸⁹

Resumo: O uso de materiais didáticos pelos regimes de viés autoritário, para fins de disseminação de suas ideologias e manutenção do poder, durante o Séc XX tornou-se uma constante. O que os regimes: Vargas, Mussolini, Hitler, Salazar, Franco e Perón podem ter em comum? Quais as estratégias foram utilizadas fazendo da escola seu local de exercício de poder? Como arremataram os profissionais da educação entre outros para seus intentos? Isto é o que o presente trabalho pretende percorrer buscando ampliar o conhecimento em história da educação, usando como referencial teórico a Teoria de Aparelhos Ideológicos de estado de Althusser.

Palavras-chave: Escola. Estado. Ideologia. Material Didático.

1 introdução

O surgimento de um polêmico projeto de lei²⁹⁰, no Brasil, e sua aprovação por algumas Câmaras Legislativas municipais, têm causado apaixonados debates em ambos os lados (prós e contrários) a seu mérito. Basicamente, o mesmo alega estarem os educadores utilizando-se da sala de aula, para fins de doutrinação política ideológica (marxista e de gênero), e que, as crianças indefesas estariam sujeitas a uma verdadeira lavagem cerebral, por ações de “militantes travestidos de professores”. Entre suas várias proposições, estão vários artigos e aconselhamentos como, por exemplo: um modelo de notificação extrajudicial em tom ameaçador, para ser remetido aos professores “flagrados” em pleno doutrinamento ideológico e moral aos estudantes. Ao mesmo tempo em que o movimento prega uma neutralidade e isenção de posicionamento a não “perseguição” dos estudantes por parte dos professores em relação às suas convicções, e defende a fixação em salas de aula de um cartaz com os “deveres do professor”.

Discordando da neutralidade pedagógica postulada pelo projeto em questão, que atribui a práxis doutrinária ideológica às correntes de viés socialista, buscou-se comprovar com este trabalho, não tratar-se de ideia nova nem tampouco exclusiva dos educadores simpatizantes com o pensamento de esquerda. Para encontrar exemplos onde efetivamente possam ter ocorrido tais práticas, principalmente a distribuição de materiais didáticos escolares para fins doutrinários, estendeu-se esta busca a outros

²⁸⁷ Graduado no Curso de Lic. em História pela Universidade Federal de Pelotas RS – UFPel (2010), Possui Esp. em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Educar Brasil – Portal Faculdades (2012) e Esp. em Orientação Educacional pelo Instituto Educar Brasil – Faculdades D. Bosco (2015). Graduação em Pedagogia 2ª Lic. pela UNINTER (2018). Acadêmico do Curso de Geografia 2ª Lic. pela UNINTER.

²⁸⁸ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História PPGH da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2017). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande (2014) e graduação em Teologia pela Faculdade Batista Pioneira (2008), com aperfeiçoamento de créditos regulamentados pelo Mec (2014). Atualmente cursando especialização no Centro Universitário Educacional – Uninter em Formação Docente para EAD. Contato: leti.oliveira.borges@gmail.com

²⁸⁹ Graduado em Lic. História pela Universidade Federal de Pelotas (2010), Mestre em Política Social na Universidade Católica de Pelotas (2013) e doutorado em Educação na Universidade Federal de Pelotas (2019).

²⁹⁰ Projeto Escola Sem Partido. Disponível on-line em: www.escolasempartido.org

regimes similares ao varguista da época. Foram analisados os regimes de Perón (Argentina); Salazar (Portugal); Franco (Espanha); Mussolini (Itália) e Hitler (Alemanha).

Partiu-se da hipótese de que tais regimes poderiam utilizar-se destas práticas doutrinárias, tendo em vista alguns aspectos de semelhança entre si, principalmente a centralização do poder existente e a presença marcante de seus líderes políticos, exercendo forte influência nos rumos de suas respectivas nações.

Dos materiais examinados, artigos científicos basicamente, em conjunto com imagens digitalizadas, não foram encontrados trabalhos que fizessem semelhante comparação englobando os todos os casos arrolados. Houve no máximo a comparação do regime de Vargas à outro: Vargas e Perón, Vargas e Mussolini, etc., justificando-se, portanto, a relevância deste trabalho.

O que subjaz às políticas públicas de educação e a intencionalidade de alguns grupos de pressão da atualidade, motivaram a existência deste trabalho.

Pretendeu-se investigar o mérito dos atuais discursos de viés maniqueísta, que tomam novo folego recriando ideias na atualidade cujos resultados são conhecidos ao longo da presente pesquisa. Faz-se, portanto, necessário alertar ao pedagogo escolar, para não estar alienado com foco apenas no instrumental não percebendo outros fatores inerentes e não menos importantes que permeiam o fazer pedagógico.

2 Metodologia

Na construção deste trabalho, deu-se o início a escolha do tema, o interesse e a delimitação do problema a ser pesquisado. Após, fez-se um estudo bibliográfico no qual contempla as concepções sobre o uso dos materiais didáticos em um contexto de doutrinação ideológica na educação infantil essencialmente.

A partir desse estudo, encontraram-se ideias relevantes dos autores quanto ao tema, permitindo um olhar reflexivo, bem como uma contribuição para a formação do pedagogo. Ressalta-se que o presente trabalho se direciona a pensar sobre a atuação do pedagogo em tempos atuais em meio ao ressurgimento de discursos densos, que põem em cheque a liberdade de expressão inerente aos regimes democráticos.

Quanto à natureza ou abordagem do problema deste trabalho, deu-se através de aspecto qualitativo.

Em relação aos objetivos deste trabalho, deu-se a partir do aspecto exploratório que, de acordo com Gil (2008, p.27) diz:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias (*sic*), tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Partindo-se de uma situação atual, buscou-se referências históricas para desconstruir o atual discurso que postula uma educação neutra e isenta de carga ideológica nas escolas. O alegar dos autores do projeto como defesa da religião, da família, (e dos bons costumes?) nos remete ao fato de que tais ideais constituem em si ideologias. De posse de uma teoria que entende a escola como instrumento de dominação do Estado, bastou, portanto, buscar provas documentais que corroborassem a hipótese.

Mediante a busca e análise de revisão bibliográfica de artigos relacionados ao tema obtidos na maioria das vezes pela internet, concomitantemente, realizou-se a busca de materiais didáticos digitalizados que correspondessem a hipótese inicial: vários regimes semelhantes usariam recursos similares para fins de doutrinação nas escolas. Os resultados desta busca confirmaram a suspeita inicial, localizado via internet, em vários sítios eletrônicos e blogs de vários países, obtivemos junto à estes os materiais em questão, parte deles, anexados no final desta pesquisa.

3 O Estado e a educação, uma pequena reflexão sobre aparelho ideológico.

Para fins do presente trabalho, buscou-se respaldo teórico no campo das chamadas Teorias Críticas da Educação, mais especificamente, a Teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser e a Teoria da Violência Simbólica de Bourdieu e Passeron. Conforme Gadotti (2003), Saviani (2013), a visão crítica surge na segunda metade do Sec. XX, com reflexos no mundo todo, sendo resultado do movimento de maio de 1968, ocorrido na França. A denominação Teoria Crítico-Reprodutivista é dada por Saviani (1999), em virtude da impossibilidade de se transformar os condicionantes sociais mediante a cultura sendo, portanto, a educação exercida na escola uma mera reprodução da sociedade em que está inserida; pautada, portanto, nos valores das classes dominantes:

Assim, ver uma simples sobrevivência do “culto aristocrático do valor” na ideologia carismática do “dom” e do virtuosismo que pode ser encontrada em tão alto grau na França, tanto entre os estudantes quanto entre os professores, é não perceber que em sua forma escolar essa ideologia (com as práticas que ela mantém ou convoca) constitui uma das maneiras possíveis – sem dúvida a mais ajustada a uma forma histórica da exigência de reprodução e de legitimação da estrutura das relações de classe. (BOURDIEU & PASSERON, 1992 pp. 198-199)

Isto ocasiona conforme Saviani (2013) uma Violência Simbólica (BOURDIEU & PASSERON, 1992) pois, as sociedades são estruturadas com base numa relação de forças entre grupos ou classes havendo uma dissimulação dentro do sistema educacional que mascara através da cultura as relações de dominação material.

Esta reprodução de valores e manutenção da ordem vigente em favor de uma aristocracia encontra na escola como já foi dito, seu ambiente ideal, representando esta, os interesses do Estado enquanto Aparelho Ideológico na visão de Althusser. É o que nos dá a base teórica para o presente trabalho.

Para Althusser (s/d) o Estado conta para fazer valer sua vontade, com dois grupos ou aparelhos: no primeiro deles, meio da força realiza a coação, ditos Aparelhos Repressores do Estado (ARE): exército, polícia, judiciário, etc.; no segundo grupo, e o que interessa mais especificamente, estão contidas várias instituições, que representariam os interesses do Estado, atuando mediante a Ideologia e reprodução: família, Igreja, escola, sindicatos, imprensa, etc.

A escola surge nos interesses da classe burguesa, no afã de libertar-se da ordem social existente no Antigo Regime. Uma vez óbito o intuito, esta mesma classe, de revolucionária, transformar-se-ia em conservadora para fins de manter o poder. Como a escola mantém um contato diário e por bastante tempo, é natural conforme Althusser, que houvesse substituído a Igreja como meio de inculcação principal dos valores vigentes, atuando, portanto, como braço ou Aparelho Ideológico, reproduzindo pela ação pedagógica, os interesses do Estado (ou das classes que influenciam sobre este).

Existe ainda a Teoria da Escola Dualista de Baudelot & Establet (1971) que prescreve a existência de dois tipos escola dentro do sistema educacional francês apesar de sua aparência unitária: uma dedicada ao proletariado, para fins de inserção direta no mercado de trabalho e outra para fins de atender as necessidades da burguesia e seu acesso aos melhores patamares.

Desta maneira, este trabalho com base nas teorias, mencionadas, entende a escola e o sistema educacional estando à serviço de interesses que subsistentes à sua existência, ou seja, o Estado, e às classes que sobre ele exercem poder e influência. Atua, portanto, utilizando-se de estratégias que realizam a inculcação de sua ideologia, mediante não raras vezes de materiais didáticos por ele distribuído/autorizado, que contém mensagens, por meio de imagens, textos, que reforçam sua intencionalidade perante um público conforme Deiró, no qual:

As crianças, submetidas à maciça inculcação dessa ideologia, não irão apenas aprende-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnada por ela e tudo isso se passa em uma idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar, ou não, qualquer ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos e visão de mundo determinados, totalmente pela ideologia que domina. (DEIRÓ, 2005, p. 19),

Para Foucault (2009, apud. BORGES, 2014), a escola enquanto instituição, local para cultura e práticas educativas, irá (re)produzir discursos e sentidos, em especial por meio de livros didáticos, incorporados ao modo de ver o mundo dos alunos. Assim, sendo a escola disciplinadora, estaria formando corpos dóceis (BORGES, 2014, p.4). Entendemos, para fins deste trabalho, materiais didáticos, como cartilhas de alfabetização, livros de leitura, cartazes, mapas e demais impressos distribuídos ou autorizados pelo Estado, e utilizados nas escolas para fins que ultrapassam a inserção dos alunos no mundo cultural, pois trazem em si mensagens a serem assimiladas, conforme Piaget²⁹¹, pelas crianças a eles sujeitos.

Assim sendo:

As cartilhas escolares, por boas que sejam, do ponto de vista metodológico, ou sociológico, não podem escapar, porém a uma espécie de “pecado original”, enquanto são instrumentos através do qual se vão “depositando s palavras do educador, como também seus textos nos alfabetizando, E, por limitar-lhes o poder de expressão, de criatividade, são instrumentos domesticadores (ALVARENGA, 2009, p.109).

Diante do exposto, concordamos com a impossibilidade da neutralidade na educação advogada por alguns movimentos políticos contemporâneos no Brasil. As escolas integram um sistema educativo tutelado por instituições onde o Estado é a instância máxima e possui o poder sobre: quem aprende o quê, como e quando.

Até o momento, não foi mencionado um terceiro e não menos importante elemento no processo educativo: o professor. Nos casos que passaremos a analisar observou-se ser recorrente a coação, mediante esta categoria, para fins de garantir a fidelização junto ao processo educativo/ideológico vigente nos regimes analisados. Não poucas vezes houve, resistência por parte destes, quer por caráter filosófico ou ideologia política, o que, desencadeou medidas coercitivas sobre os docentes.

Assim sendo, passaremos a relatar os casos pesquisados: Brasil (durante Era Vargas, Estado Novo 1937-1945), Argentina (Primeiros Mandatos de J.D. Perón),

²⁹¹ Vide Piaget, processo de assimilação/acomodação.

Portugal (Estado Novo Salazar), Espanha (Sob o domínio de Franco), Itália (Fascismo de B. Mussolini) e Alemanha (Nazismo de Hitler).

3.1 O Brasil de Vargas durante o Estado Novo (1937-1945)

Vargas chega ao poder enquanto líder provisório durante o movimento armado de 1930, no Brasil, o qual depõe a velha oligarquia representada pelo setor agropastoril do sudeste brasileiro. Seus governos são marcados por fases distintas e um constante acirramento na sua forma de conduzir, não sem enfrentar forte oposição política, chegando a implantar um regime autoritário em 1937 denominado Estado Novo, objeto este de nossa análise. Esta denominação, bem como parte da Carta Magna imposta neste período encontra inspiração no regime português à época, com a mesma denominação.

Marcado por uma centralização de poder, e ideário de caráter nacionalista, Vargas se notabiliza por um atrelamento da classe trabalhadora a seu governo, por intermédio do Ministério do Trabalho o qual intermedia as negociações com o executivo. O cenário político mundial no período entre-guerras apresenta a disputa de três tendências políticas em franca disputa para um novo ordenamento mundial, onde Vargas, possui forte identificação com os regimes nacionalistas de tendência totalitária e fascista, tendo no socialismo um inimigo em comum com estes governos.

Vargas não poupou esforços para promover as ideias de seu regime investindo pesado em propaganda (lição aprendida com os regimes totalitários europeus), conforme Capelato (1996, p. 328):

Em qualquer sistema político, a propaganda é estratégia para o exercício do poder, mas nos de pretensão totalitária, ela adquire uma força muito maior porque o estado, graças a censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conjunto das mensagens. A propaganda se torna onipresente, visando assegurar ao poder, o domínio sobre os corações e mentes.

Para Costa et.al., (2017), as escolas começam, a partir do séc. XIX, a exercer disciplina e socialização do pensamento para legitimar o ideário político, assim sendo, constituíam-se como instituições formadoras da infância. (COSTA et.al., 2017, p. 262). Dessa forma, no governo Vargas, conforme os mesmos autores, é dada tanta importância à educação para fins de ajustamento social da criança. Em um projeto nacionalista que via o Brasil como “país do futuro”, as crianças têm papel fundamental, pois estas constituiriam a Nação do amanhã, sendo esta associação: educação/criança, estratégica na construção da nação brasileira, conforme, a ideologia varguista. (COSTA & SCHIMTZ & REMEDI, 2017, p. 262).

Desta maneira Vargas distribui às escolas, entre outras estratégias adotadas (curriculares²⁹², por exemplo), as Cartilhas: Getúlio Vargas para Crianças e Getúlio Vargas, o Amigo das Crianças, foram objeto presente nas escolas contribuindo consolidar o projeto ideológico de Getúlio através da promoção de sua imagem impondo sentimentos oficiais de amor a pátria e culto ao chefe:

A história da pátria, seria guardiã das referências sobre, nação, identidade e poder, sendo um instrumento para a exaltação política e para a propaganda. Os livros didáticos e os livros de leitura para o primário bem como as cartilhas, glorificam a

²⁹² Ginástica e Canto Orfeônico.

nação, por meio dos fatos da história e dos grandes heróis, dentre os quais o próprio Getúlio Vargas (VAZ, 2006, p. 41).

Para fins de lograr êxito a opinião pública, sindicatos de trabalhadores, e imprensa viram-se vigiados de perto e calados em caso de necessidade mediante censura e o pesado investimento em propaganda estatal:

Enquanto isso, escolas e bibliotecas eram inundadas com folhetos e cartilhas verde-amarelas, em que sobressaíam as mensagens ufanistas. Biografias edulcoradas do presidente da república, a maioria destinada ao público infante-juvenil, eram produzidas em série. Concursos para a escolha de cartazes cívicos também se tornaram rotineiros. Apenas nos dois primeiros anos do Estado Novo, entre 1937 e 1939, o serviço de divulgação do governo imprimiria e distribuiria 90 mil retratos, cartões-postais e pôsteres de Getúlio, além de um total de 45 livros doutrinários, com tiragens que variavam entre 10 mil a 75 mil exemplares cada (NETO, 2013, p.326).

Mesmo, havendo mudado radicalmente de posição, emprestando o apoio brasileiro aos Aliados na 2ª Guerra Mundial, ao final do conflito Getúlio vê-se obrigado por força das circunstâncias, a retirar-se da vida pública, não sem antes, reforçar sempre que possível seu discurso voltado à classe trabalhadora, assim termina o Estado Novo, no Brasil.

3.2 Argentina, O Justicialismo de J D Perón (1946-1955)

De acordo com Rodriguez (1996, p. 36), o então Coronel Juan Domingo Perón, era membro de um grupo pertencente a uma loja maçônica militar (GOU), Grupo de Oficiais Unidos, nacionalistas e simpatizantes do nazi-fascismo, conforme Mello & Freitas (2006, p. 4). Estes tomam o poder na Argentina mediante golpe em 1943. Perón se faz popular ocupando um cargo de Secretário do Trabalho e Previsão aproximando-se cada vez mais da classe trabalhadora. Em virtude disto, e por pressão de opositores conservadores dentro do próprio círculo militar é afastado e preso em 1945. Em virtude de mobilização popular é libertado e aclamado pelas massas em 17 de outubro do mesmo ano, na *Plaza de Mayo* em *Buenos Ayres* diante de enorme plateia, que exigiam seu imediato retorno. Esta data tornar-se-á um símbolo para o peronismo assim como a presença atuante de sua esposa Eva Duarte, que irão conduzir inevitavelmente Perón à Presidência da República.

Perón terá uma atuação de viés nacionalista, aliada a setores militares, eclesiásticos e burguesia agro-industrial argentina. Sua política será semelhante a do caso Vargas, atuando com poder centralizado, intervindo diretamente na economia e substituindo importações.

Em referência ao aparelho escolar, conforme Rodriguez (1996, pp.65-66), Perón encontrará resistências por parte de alguns docentes, com formação laica e liberal, haja vista que uma das medidas peronistas foi introduzir o Ensino Religioso em caráter obrigatório (para fins de angariar o apoio da Igreja à causa Peronista). Para tanto além de cursos voltados para os professores, irá ser difundida uma nova ideologia peronista mediante meios escritos para uso nas escolas tanto por professores como por alunos. Conforme o mesmo autor, é criado o Ministério de Assuntos Técnicos para um planejamento orgânico e racional, para utilização entre outros do aparelho escolar para implantação da ideologia peronista. Assim, os professores tornavam-se peças-chave junto aos materiais didáticos distribuídos para persuasão nas crianças e jovens (RODRIGUES, 1996, p. 82).

No livro de leitura inicial, Eva e Perón se impõem como personagens principais, revelando, de que forma se constituiu, nesse país, o mito do líder. O retrato emoldurado

de Eva, na página de abertura, com seu nome inscrito abaixo revela que o primeiro contato da criança com as primeiras letras já trabalha no sentido da incorporação do mito. Nas páginas seguintes do nome de Eva se repete, seguido de sua imagem rodeada por crianças ou de seu rosto desenhado no interior de um coração vermelho. Tais imagens atestam a composição de um quadro de forte conteúdo afetivo reforçado por frases tipo: “Eva amo a mamá” e “Eva me ama”. Seguem-se dizeres como: Perón nos dió y nos dará mucho más”, cercado de imagens de objetos (telefones, trens, fogão, avião, edifícios) (CAPELATO, 1996, p.341).

O Ministério da Educação lança em 1951, uma campanha da autobiografia de Eva Perón: *La Razón de mi vida*, como texto de leitura obrigatória. (MELLO & FREITAS, 2006, p. 9). A partir de 1951 (RODRIGUEZ, 1996, p. 228) aparecerão textos com conteúdos abertamente peronistas, num amplo processo de politização do sistema educativo, como a biografia de J.D. Peron, escrita por Enrique Pavón. Aos professores cabia a função de “formar a alma dos argentinos”, pois tinham a missão de auxiliar na implantação da Nova Doutrina Nacional, para formarem os homens do futuro, argentinos obedientes, capazes de amar e servir a Pátria. (RODRIGUEZ, 1996).

A vinculação do Peronismo junto ao apoio da Igreja Católica, (RODRIGUEZ, 1996, p. 258) para fins de garantir uma sociedade conservadora, ordeira, também obedecia a lógica de se transformar o peronismo em uma espécie de “Religião Política”, através da implantação da doutrina ideológica com formação moral e educação religiosa se transferia à igreja a formação moral dos cidadãos. Observa-se aqui, o uso conforme Althusser da Igreja enquanto Aparelho Ideológico do Estado.

Durante seu segundo mandato, após o término da 2ª Guerra Mundial e reconstrução europeia, a economia sul americana sofrerá uma desaceleração não sem reflexos nos demais países gerando contingências e abrindo espaço para a oposição ao regime peronista (militares nacionalistas) ganhar novo fôlego e por fim forçar sua renúncia mediante levante militar e bombardeio da população civil na mesma *Plaza de Mayo* onde Perón havia sido aclamado pela população. Este levante militar é conhecido por Revolução Libertadora (1955) levando Perón ao exílio por dezoito anos.

3.3 Portugal e o estado novo de Salazar (1933-1974)

A crise econômica surgida depois da Primeira Guerra Mundial, terá peso enorme no conseqüente desencanto pelos regimes de democracia liberal, dando vez a outras tendências de matriz pautadas pelo autoritarismo. Portugal não é exceção e sofre um golpe chefiado pelo Gen. Gomes da Costa em 1926. Dois anos após, Oliveira Salazar ocupa o cargo de Ministro das finanças portuguesas:

Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista (OLIVEIRA MARQUES, apud. SCHIAVON, 2007, p. 38).

Dado seu êxito em equilibrar o orçamento e da estabilização da moeda, sua condução como primeiro mandatário da república torna-se consequência natural, assim, durante seu governo será então implantado um regime com características semelhantes aos europeus caracterizados por: anticomunismo, centralismo econômico-político, autoritarismo, controle ideológico, sobretudo exercido no ambiente escolar.

Para Guinote (apud, COELHO, 2015, p. 29) o Estado Novo português caracteriza uma fase negra na educação, havendo verdadeiro retrocesso e desqualificação no ensino primário, tendo este seu período reduzido para 3 anos. E aviltamento dos docentes vistos como meros executores dóceis e acríticos de um projeto que postulava doutrinação e apaziguamento social.

O Estado Novo, ao inculcar valores como obediência, respeito pela autoridade, submissão e espírito de conformismo estava a tentar fabricar cidadãos ordeiros, subservientes e não apenas conformados com o regime, como também defensores deste (COELHO, 2015, p. 34).

Desta forma, Salazar não descuidou de manter controle rígido sobre o sistema de ensino, pois sabia de seu potencial político enquanto mecanismo de forjar a personalidade das crianças, ensinando o básico possível: ler, escrever e contar, podendo-se afirmar que tratava de promover um verdadeiro analfabetismo funcional institucionalizado.

Para Maria Filomena Monica (1973, p. 481), a escola estaria desempenhando uma transmissão de traços não cognitivos de personalidade, ao formar características pessoais e na seleção dos indivíduos para acesso a graus mais elevados de ensino, interferindo no sucesso econômico destes. Tais características passariam pela aceitação da autoridade, disciplina, interiorização das normas de trabalho, que contribuiriam em última instância para a aceitação do sistema social existente.

Na construção destes cidadãos ordeiros e subservientes teriam papel preponderante os professores, igualmente tutelados já no início de suas carreiras, mediante juramento de fidelidade ao regime, e pela estreita vigilância de inspetores que fiscalizavam a execução do processo educativo.

Outra estratégia de controle da educação deu-se por meio da adoção de materiais didáticos distribuídos às escolas:

Percebe-se pelo que temos visto a apresentar, que os manuais teriam forçosamente, que ser controlados. Textos criados especificamente para o efeito, mensagens bem delineadas, valores bem referenciados, veja-se a este propósito, o conjunto de cartazes designado de “Lição de Salazar”, os conteúdos curriculares para as novas escolas, de outubro de 1928 (COELHO, 2015, p. 32).

Conforme Monica (1973, p. 487), os currículos anteriores ao regime não tratavam de dois temas indispensáveis: Imperialismo e Religião, que passam a integrar os programas, havendo a obrigatoriedade de se colocar um crucifixo acima da cadeira do professor e a prática da oração antes do começo das aulas, “pedindo a Deus saúde para o “Chefe” Salazar ou, agradecendo o pão de cada dia. (COELHO, 2015, p. 26)

Já sobre o imperialismo tão simbólico à cultura e tradição portuguesa como um convite às glórias do passado, surge conforme Arendt (1998), do colonialismo graças à discrepância entre o sistema de Estados Nacionais e o desenvolvimento econômico de fins do séc. XX, ocorrendo então, uma política de expansão sobre outras nações, quando a classe detentora da produção capitalista rejeita as fronteiras nacionais como obstáculos à economia. (p. 156).

O regime do Estado novo português terá a durabilidade de 41 anos, tendo término com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

3.4 Espanha e o Franquismo (1938-1975)

Após tentativa malograda de golpe de estado na Espanha contra a Segunda República, por um grupo de nacionalistas espanhóis, irá desencadear num conflito conhecido como Guerra Civil Espanhola, ocorrendo entre 1936-1938. Com apoio externo e militar, inclusive os nacionalistas vencerão a contenda inaugurando um novo regime, tendo o Gen. Francisco Franco como seu líder supremo.

O franquismo é uma variação dos regimes fascistas surgidos no contexto do período entre-guerras²⁹³ na Europa, e entre suas características principais, teremos um pensamento: anti-liberal, anti-socialista, conservador, e cristão com centralização de poder marcado pela tutela do Estado sobre os meios de comunicação e o sistema educacional, este merecendo atenção especial para fins do trabalho aqui proposto.

[...] os representantes do regime, em diferentes áreas, mas sobretudo na educacional, apoiaram oficialmente a "cruzada" dos católicos na reconstrução de uma sociedade cristã a partir, sobretudo da escola. As crianças em idade escolar foram um dos alvos privilegiados dos educadores que se empenharam em produzir mensagens apropriadas para atingir as mentes infantis, ainda imaturas do ponto de vista emocional e intelectual. O objetivo era formar futuros cidadãos tementes e obedientes a Deus à Pátria e ao Chefe de Governo (CAPELATO, 2009. p.120).

Cecilia Mate (2006) atenta para uma das primeiras medidas adotada pelo novo regime que demonstra a preocupação de Franco com a importância da escola como aparelho ideológico e do quadro docente enquanto peça-chave para promover a ideologia que viria a ser imposta:

Mas talvez, o mais importante para o problema aqui apresentado é o tema da depuração de professores no franquismo tratado por alguns autores e citado por vários. Trata-se de um expurgo docente que se aplicou no início do período franquista, aos professores do ensino primário, secundário e médio acompanhado de perseguição a diretores e professores. A demissão de grande contingente de professores foi uma das primeiras medidas adotadas pelo regime de Franco (MATE, 2006, p. 6484)

Conforme Canales Serrano & Gomez Rodriguez (apud. TELLEZ, 2016, p. 445) este número giraria em torno de 1405 professores entre os anos de 1937 e 1943, para fins de instaurar uma política nacional-católica em detrimento de uma liberal-burguesa.

No que tange aos materiais didáticos impressos oficialmente, sabe-se da utilização deles contendo forte viés nacionalista, cristão e anticomunista, inicialmente impressos diretamente pelo governo, e logo após mediante censura o que levanta a possibilidade de adesão de alguns editores ao regime justificando seus interesses pecuniários.

Com referência ao teor dos livros distribuídos, Capelato (2009), nos fornece um panorama:

Produziram-se inúmeros livros escolares infantis orientados por forte sentido patriótico e religioso. Os autores tinham como objetivo moldar as consciências mirins com base nos pressupostos básicos da mentalidade que dava

²⁹³ I e II Guerras Mundiais, especificamente.

sustentação ao regime: autoridade, hierarquia, ordem, obediência, temor e devoção a Deus e ao Chefe Francisco Franco (CAPELATO, 2009, p. 117).

Segundo a mesma autora, estes livros teriam sido destinados a um público infantil, durante a fase inicial do governo franquista, para fins de formar as consciências dos futuros patriotas embasadas nos valores impostos pelo novo regime.

Conforme Mate (2006), de 57 manuais examinados em sua pesquisa, houve 34 trazendo alusões diretas a Franco, sendo 13 deles usando sua imagem pessoal. A autora ainda extrai um trecho escrito de um deles fazendo alusão ao “caudilho”²⁹⁴:

*Un caudillo
Franco, Franco, Franco!
Era el grito de angustia de la España oprimida
Franco, Franco, Franco!
Es la explosión triunfal de la alegría y la esperanza de la España que renace.
Pero...quién és Franco?
Franco és un soldado (...)
Franco és un positivo valor nacional (...)
Franco és un gran estratega (...)
Franco és un organizador (...)
Franco és un austero (...)
Franco és un sencillo (...)
Franco és (...)
Franco és un ejemplar padre de família (...)
Franco és un católico práctico (...)
Franco és um Caudillo de España (...)
Viva Franco!
(MATE, 2009, pp, 6489-6490).*

Diante do exposto, podemos observar que de forma similar aos casos anteriores, o franquismo não fugiu à regra.

Franco exerceu seu poder até próximo de sua morte no ano de 1975, em que pese o fato deste ter restaurado a monarquia em 1973, restituindo o trono ao Rei Juan Carlos I, e continuando como Chefe de Governo desde então.

3.5 Itália sob domínio do fascismo de Benito Mussolini (1922-1943)

O Fascismo encabeçado por Benito Mussolini, é um movimento ideológico, de viés ultranacionalista, que chega ao poder na Itália no contexto da violenta crise política e econômica surgida na década de 20, especificamente depois da I Guerra Mundial, dado o colapso do sistema liberal democrata em encontrar soluções imediatas para a crise ali surgida.

A palavra fascismo deriva da palavra *fascio* que significa feixe (de lenhas), e traz em si a ideia simbólica de união: um feixe é resistente devido ao seu conjunto, em detrimento de uma única vara ser frágil, daí a ideia de corporativismo implícita em sua simbologia.

Um regime fascista se caracteriza conforme o Dicionário de Política de Norberto Bobbio:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos

²⁹⁴ Sinônimo de líder.

valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (BOBBIO, 1998,p.466).

A estratégia de dominação do regime tem início a partir das reformas no sistema educacional italiano pelo filósofo Giovanni Gentile, abrangendo todo o sistema. Conforme Horta (2008) essa reforma apresenta um paradoxo, pois, ao mesmo tempo defendia uma liberdade pedagógica para os educadores, por outro lado, havia uma vigilância junto ao poder central do que estava sendo pedagogicamente repassado aos alunos, sobretudo na criação de cargos de inspeção²⁹⁵ escolhidos entre os docentes pelo Ministro da Educação:

O *preside* deveria velar pelo bom andamento didático, educativo, administrativo de sua escola; cumprir e fazer cumprir as disposições das leis e regulamentos e as ordens das autoridades superiores e enviar cada ano ao Ministério, um relatório sobre o andamento didático e disciplinar da sua escola. (Art.10-12). O colégio de professores, responsável pela orientação geral didática e disciplinar do estabelecimento, pela escolha dos livros de texto e pela determinação dos programas, era dirigido pelo *preside*. Este, por razões graves poderia deixar de executar as deliberações do colégio comunicando esta decisão ao *provveditore*, para que este decidisse de forma definitiva (Art. 27-36). O professor, responsável pela orientação didática de seus alunos dependia do *preside* e deveria seguir as suas prescrições. (HORTA, 2008, p. 195)

Ainda conforme o autor, *presidi* e professores eram considerados funcionários públicos, aos quais era exigido um juramento de fidelidade ao regime fascista, havendo inclusive conforme Paulo (apud SANTOS, 2014, p. 176), o afastamento daqueles docentes contrários ao regime.

O regime, além da reforma curricular, também adotou a estratégia de controlar os livros didáticos no tocante a seus conteúdos. Os livros de leitura de primeiro e segundo anos, publicados pelo governo e distribuídos às escolas contendo forte cunho ideológico, estavam sendo remetidos até mesmo para o exterior conforme Luchese (2013, p. 7) para as escolas italianas, uma vez que o regime buscava vincular o “ser italiano” com os símbolos fascistas, mesmo e especialmente os “italianos do exterior”.

Santos (2014, p. 189) ainda menciona outro livro que seria adotado pelas escolas primárias italianas, *Il Grande Nocchiero* (o grande timoneiro), tratando-se de uma obra em três partes dedicada a contar a história de Mussolini promovendo sua imagem, e realizando um verdadeiro culto ao chefe, que é uma das características deste tipo de regime.

Mesmo com forte campanha para a fascistização do ensino tanto na Itália, como nas comunidades de origem italianas localizadas no exterior, o desfecho do conflito mundial leva à fuga e a morte de Benito Mussolini, pondo fim ao regime.

²⁹⁵ *Preside*, e Diretor Didático, especificamente, conforme HORTA, 2008, p. 193.

3.6 Alemanha nazista de Hitler (1933-1945)

De modo semelhante aos outros casos apontados, o Terceiro *Reich* (império) alemão, surge no mesmo contexto de ascensão dos regimes totalitários no entre guerras. Seu principal representante, A. Hitler depois de uma tentativa malograda de tentativa de golpe de estado, irá cumprir pena de reclusão onde escreve um livro denominado *Mein Kampf*, contendo as bases de sua doutrina política:

Assim a questão do sangue e da raça “a chave da história do mundo” , a chave também da civilização humana. Contra a interpretação materialista da história pelo antagonismo de classes, invenção “judaica” ergue Hitler a verdade idealista “ariana” , a visão ou iluminação racista. Proclama esta lei da natureza , mais antiga do que qualquer interpretação da história., lei que promulga a desigualdade das raças, que exige que as espécies superiores suplantem as inferiores, e que reservou à raça ariana o papel de civilizar o mundo e de dominá-lo. A violação desta lei primeira e sagrada, tal é – e não a cisão da sociedade em classes – o verdadeiro pecado original da humanidade (CHEVALIER, 1973,p.399).

Para Hannah Arendt (1998), o racismo alemão remonta origens anteriores, especificamente na derrota das forças prussianas ante as tropas de Napoleão Bonaparte, tendo sido atribuído pela autora à patriotas prussianos e ao romantismo enquanto movimento político.

Fato é que o regime do nacional socialismo para forjar sua ideologia, precisaria fazê-lo a partir principalmente através da escola, onde às crianças e jovens conforme Vicente & Witt (2018, p.72) “foram submetidas a um programa dogmático que não lhes apresentou opção alternativa segura de escolha”.

A atenção voltada para o uso de uma escola enquanto aparelho ideológico que difundisse os postulados nazistas reside principalmente no fato de que:

Hitler possuía plena consciência da dificuldade de transformar os alemães adultos em nazistas convictos mas “a juventude, em compensação, pareceu-lhe um eldorado a ser conquistado a qualquer preço, (...) portanto, todo cuidado deveria ser transferido para os jovens de nascimento , que desde a mais tenra idade, seriam submetidos a uma educação que os moldariam em conformidade com o idealizado por Hitler (BRANDT & MIALHE, 2013, p. 3).

Neste contexto, foram produzidas diversas cartilhas destinadas ao público escolar, podemos mencionar um livro de leitura de Julius Streicher, ilustrado por Elvira Bauer: (*Trau Keinen Fuchs auf Grüner Heid und Keinen Jud auf Seinen Eid*, 1937) (Sem tradução precisa para o português: Não confie no juramento de uma raposa verde judia). Ou ainda o livro de M. Schimidt e H. Morgenroth dedicado às crianças tendo na capa a sua imagem junto das crianças: *Kinder was wißt ihr von füher?* (Crianças, vocês conhecem o *füher* [líder]?). Onde a primeira obra faz uma pregação anti-semita, e a segunda obra procura contar uma biografia resumida de Hitler direcionada ao público infantil. Existem várias outras cartilhas e cartazes encaminhados às escolas de da mesma forma propagavam o anti-semitismo, haja vista, que a Alemanha nazista houve por bem incluir a disciplina de ciências raciais justamente para utilizar-se da biologia para uma suposta diferenciação e categorização dos fenótipos humanos:

Emil Jörhs e Julius Schwab publicaram à época, diversas cartilhas destinadas à juventude alemã. Dentre elas, destaca-se a *Rassenhygienischen Fibel* (Cartilha da Higiene Racial), onde as sentenças relativas à pureza racial eram evidenciadas de forma natural e espontânea. Dessa forma, todas as crianças, independente da idade eram submetidas à rigorosa instrução em torno dos aspectos considerados essenciais para a sua formação, como a “importância da origem de seus antepassados, da higiene racial e a caracterização dos povos, a influência nórdica e as opções genéticas, a seleção natural e sua antítese e ainda sobre a significação da campanha popular de natalidade (BLEUEL 1972, apud. BRANDT & MIALHE, 2013, p. 14).

O fim do Terceiro *Reich*, ocorre próximo ao fim do conflito mundial, com o suicídio de Hitler e sua esposa Eva Braun em um *bunker*²⁹⁶, havendo posteriormente, a invasão e divisão do território alemão e o posterior julgamento das principais lideranças nazistas remanescentes em Nuremberg. Deixando atrás de si um saldo de aproximadamente 6 milhões de vítimas nos campos de extermínio administrados pelos nazistas.

3.7 Escola.com partido

No atual panorama do Brasil, estando próximo ao pleito eleitoral, em meio à crise econômica e política vê-se surgir discursos salvacionistas no transcurso das campanhas. Some-se a isto, movimentos pela moralização em meio a crise das correntes políticas associadas ao socialismo, sendo estas acusadas como sendo corresponsáveis pelo atual panorama do país. Justamente tais acusações nos remeteram historicamente a análise deste trabalho, onde, o mundo no pós-guerra assistiu o surgimento de regimes fascistas com discurso salvacionista similar. O legado de tais regimes e disputa pelo poder nos deixaram de herança o nazi-fascismo. A constante pregação de neutralidade na educação ou uma educação despida de ideologia nos remete a pensar na atuação do pedagogo escolar e o que se imagina ser o adequado. Não ser ingênuo, mediante tais discursos.

Freire (2013), já alertava que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, nos alertando de que “a ideologia tem que ver justamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar opacizar a realidade ao mesmo tempo que nos torna míopes. (FREIRE, 2013, p. 122-123).

O mesmo autor adverte (2011) para o fato dos “grandes debates” e “seminários revolucionários” permanecerem apenas dentro da escola, estando, esta cada vez mais alienada das decisões políticas impossibilitando, portanto, uma educação libertadora.

Assim como as crianças não possuem autonomia, as escolas também estão sujeitas às determinações externas oriundas das políticas públicas de educação que muitas vezes obedecem a um ideário político/econômico (atualmente neoliberal) não raras vezes prejudicando o trabalho do pedagogo escolar, pois tais determinações sem levar em conta realidades e especificidades regionais impõem um modelo ao qual, todos devem seguir²⁹⁷ (CORDIOLI, 2011).

Se nos exemplos dados as escolas serviram anteriormente como fortalecimento da imagem do Estado, agora os Estados estão igualmente, atrelados a políticas

²⁹⁶ Bunker: abrigo fortificado, antibombas.

²⁹⁷ Nos referimos ao aumento da jornada escolar para 800 hs ou 200 dias letivos, que causa desgates tanto em professores como em estudantes; a existência não raras vezes de alunos em número superior ao máximo recomendado; o desrespeito do 1/3 de hora para planejamento das atividades, alvo de ação judicial por parte dos governos que utilizam artifícios judiciais para obrigarem os professores a trabalhar em sala de aula extrapolando a LDB, para dar alguns exemplos.

normativas de entidades internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) que regulam os gastos ao mesmo tempo que estabelecem as diretrizes em última instância.

O pedagogo escolar a priori, deve atuar como articulador do ensino/aprendizagem, mediando o processo educativo, entretanto, este profissional também se vê muitas vezes tolhido em sua autonomia uma vez que as mantenedoras ao baixarem algumas portarias/instruções acabam por tomar decisões monocráticas desconsiderando as realidades das escolas para quem muitas vezes representam apenas números²⁹⁸.

No passado, havia uma constante vigilância do Estado sobre os profissionais da educação, especialmente os professores, havendo expurgos ou exigência de juramento solene de obediência aos regimes. Atualmente existe a tendência a manterem sob vigilância os mesmos profissionais até mesmo em seus direitos constitucionais de greve - não raras vezes sendo exigido pelas secretarias da educação, que os diretores repassem os nomes dos profissionais que eventualmente optaram por exercer tais direitos.

Em meio a tudo isso, a figura do pedagogo escolar, que entre suas inúmeras funções orientadora, supervisora, gestora curricular, ainda não pode deixar de considerar os efeitos de tais políticas sobre a saúde dos profissionais de educação²⁹⁹. É óbvio que muitas vezes o Estado é negligente neste aspecto, e mediante o adoecimento dos professores, muitas vezes por esgotamento, na outra ponta da reta temos os alunos que acabam prejudicados com a ausência, ou por uma educação que não corresponde aos ideais pedagógicos necessários, até mesmo em função dos profissionais atuarem, simultaneamente em várias instituições.

As funções do pedagogo ao longo do tempo também sofreram alterações. No passado, o mesmo atuava mais como um fiscal (presidi, na Itália), após o processo de redemocratização no Brasil, este profissional torna-se um articulador ou colaborador isento de grau hierárquico de poder, para atuar junto à comunidade escolar como um todo.

Por fim, deve-se considerar-se que a LDB, já determina em seus artigos iniciais que a finalidade da educação, é preparação para o trabalho e exercício da cidadania, obviamente para tal, faz-se mister formar um cidadão crítico, consciente de seu papel na sociedade, pois o educar-se vem a ser apropriar-se dos conhecimentos existentes para transformar-se a si próprio e intervir no mundo em que se vive tornando-o melhor.

4 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foi constatada a existência de materiais didáticos contendo semelhantes características que enalteciam os regimes, quase todos enaltecendo a figura do Chefe de Estado, direcionado ao público escolar infantil.

Nos países da Europa foi comum um apelo de teor imperialista e um chamamento a um retorno às glórias do passado, dado o momento do pós-guerra e a situação delicada em que a maioria deles se encontrava.

Os casos analisados constituem-se em regimes que possuem certas aproximações, entretanto, não se tratam de regimes idênticos, pois cada qual, obedece a seu tempo e especificidades locais, mesmo havendo pontos semelhantes e até

²⁹⁸ Referência aqui no caso do RS, às turmas das escolas que no ato da matrícula já vem pré-determinadas pela secretaria regional da educação, ou em alguns casos a nomeação do diretor (em cargo de confiança) em detrimento de um processo democrático de escolha.

²⁹⁹ Síndrome de Burnout, por exemplo.

mesmo interesses em comum entre alguns deles, como relações diplomáticas estreitas conforme os textos apontaram.

A estratégia de controlar os professores resistentes ou obter juramento formal de fidelidade foi comum em praticamente todos os regimes analisados. Em alguns casos havendo a demissão de grande quantidade dos professores resistentes às ideologias impostas. Todos os casos analisados apresentaram materiais didáticos oriundos do governo ou por ele aprovados mediante censura prévia que tinha caráter doutrinário

Além das convicções ideológicas muitas adesões aos regimes ocorreram em função de interesses particulares uma vez que os governos, bancavam financeiramente algumas editoras que estivessem conforme as diretrizes estabelecidas.

Boa parte dos regimes encontrou apoio na Igreja para sustentação de seus respectivos regimes e na manutenção de uma sociedade ordeira, conservadora. Todos os regimes percebiam a importância da escola enquanto local para disseminar sua ideologia, o que comprova a aplicação prática da Teoria de Althusser da escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado.

Fica comprovado também que em que pese as atuais denúncias de doutrinação, elas não são especificamente uma por assim dizer estratégia nova e tampouco exclusividade de regimes alinhados ideologicamente com o viés socialista/comunista haja vista que todos os regimes aqui analisados, ao contrário utilizaram deste estratagema e eram ideologicamente incompatíveis com o entendimento do materialismo histórico e sua luta de classes.

Referências

ALMEIDA FILHO, O.J. Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. in: **Revista Saberes Interdisciplinares**. v.1, n.1, São João del Rei MG, 2008. Disponível on-line em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/index.htm>. Acesso em: 08/06/2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação**. Lisboa. PRESENÇA, s.d.

ALVARENGA, M.V.M., **Puedo, Ou Não Posso: prós e contras do método cubano de alfabetização na América Latina e Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO, 2009. Disponível on-line em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_d4896f8e8be2a5904167b059a5e00694>. Acesso em: 26/07/18.

ARENDETT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo, CIA DAS LETRAS, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 1ª ed. Brasília DF, UNB, 1998.

BRANDT, C. A.; MIALHE, J.L. A educação na Alemanha nazista e seu papel na modulação de ideias e comportamentos. **Hist. educ. anu.**, Ciudad autonoma de Buenos Aires, v. 14, n. 2, dic. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231392772013000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 25/07/18.

BORGES, V.R. Livro de Leitura Escolar Primário e a Constituição de Sujeitos Históricos. in: **Anais da SILEP**. v .3, nº 1. pp. 1-10. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilep/wp-content/uploads/2014/11835.pdf>>. Acesso em: 10/07/2018.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª ed. Rio de Janeiro. FRANCISCO ALVES, 1992.

_____. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis. VOZES, 1999.

CÁ, L.O. Leitura comparativa de campanha de alfabetização cubana com a de alfabetização da Guiné-Bissau. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 38-54, dez. 2008. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/606>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

CAPELATO, M.H. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117-143, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24/07/2018.

_____. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. in: **Revista Brasileira de História**. v.16, n. 31 e 32. São Paulo. USP, 1996, pp.328-352.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As Grandes Obras Políticas: De Maquiavel A Nossos Dias**. 3ª ed. Rio de Janeiro, AGIR, 1973.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19/07/2018.

COELHO, J.M.S. O ensino primário no Estado Novo português. in. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. v.8, n. 22, São Paulo, PUC. fev/mai, 2015, pp. 20-37. Disponível on-line em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/5504>>. Acesso em 24/07/2018.

CORDIOLLI, Marcos. **Sistemas de Ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba, IBPEX, 2011.

COSTA, M.A.S. & SCHIMITZ, Z.I. & REMEDI, J.M.R. Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado Novo (1937 – 1945). in. **Revista Educação Unisinos**. v. 21, n.2. 2017. Disponível on-line em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.212.14>>. Acesso em: 22/07/2018.

DEIRÓ, M.L.C. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 13 ed. São Paulo, CENTAURO, 2005.

FARIA, A.L.G. **Ideologia no livro didático**. 17 ed. São Paulo. CORTEZ, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 36ª ed. Petrópolis RJ, 2009.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 2013.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8ª ed. São Paulo. ÁTICA, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. p. 27. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

LUCHESE, T.A. Difundindo ideias fascistas através de manuais didáticos: os italianos no exterior e suas escolas (1922-1938). In.:XXVII Simpósio Nacional de História. **Anais**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-18. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364222612_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2013.pdf>. Acesso em: 25/07/2018.

MATE, C.H. Elementos para um estudo comparativo entre governos autoritários de Espanha e Brasil (1937-1945) e seus efeitos nos livros didáticos. **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2006, p. 6484–6494. Disponível on-line em:

<www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/586CeciliaHannaMate.pdf>. Acesso em: 24/07/18.

MÓNICA, M.F. Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. in: **Análise Social**, Vol. X, 1973 (n.º 39). Disponível on-line em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223893193S7zFS6ak5Ee77TD7.pdf>>.

Acesso em: 24/07/2018.

MORTATTI, M. R.L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. in. **Cadernos Cedes**. ano XX, nº 52, novembro, 2000, pp. 41-54.

MELLO, L.M.B. & FREITAS, N.S.S. O Governo populista de Perón e seus mecanismos de controle social. In: **Revista Ameríndia**. v.1, n.1, UFC, pp. 14-28, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/issue/view/188/showToc>>. Acesso em: 23/07/2018.

NETO, Lira. **Getúlio 1930-1945: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. 1ª ed. São Paulo. CIA DAS LETRAS, 2013.

RODRIGUEZ, J.A.C. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. **Estudos Avançados**., São Paulo , v. 25, n. 72, p. 45-54, Aug. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/07/18.

RODRIGUEZ, M.V. **O papel da Escola no Estado Peronista**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1996.

SANTOS, A.V., Escritos sob os regimes políticos de Vargas e Mussolini: para uma fascistização da infância? in. **Revista Brasileira Historia da Educação**. v. 14, n.1 (34) .,jan/abr. Maringá-PR UEM., 2014, pp. 165-193. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38868>>. Acesso em 25/07/18.

SAVIANI, Demerval. Epistemologia e teorias da educação no Brasil. in: **Pro-Posições**. v.18. n. 1 (52), jan/abr. 2007.

_____. **Escola e Democracia: Polêmicas do Nosso Tempo**. 32 ed. Campinas. AUTORES ASSOCIADOS, 1999.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 11ª ed. Campinas. AUTORES ASSOCIADOS, 2013.

SCHIAVON, C.G. **Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre RS, PUC, 2007.

VAZ, A.C.. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

VICENTE, G.A. & WITT, M.A.. A Educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação das crianças e jovens. **Conhecimento Online**. v.1, Novo Hamburgo FEEVALE, jan/jun.2018, pp. 1-10. Disponível em: <<http://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/viewFile/1179/2087>>. Acesso em: 26/07/18.

Anexos

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL³⁰⁰

Ao Sr. Fulano de Tal
Endereço(profissional)
CEP
Prezado Professor,

³⁰⁰ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-armadas-familias-contra-a-doutrinacao-nas-escolas>>. Acesso em: 28/07/18.

1. Na condição de pai de um dos seus alunos, dirijo-me a Vossa Senhoria para comunicar-lhe formalmente, em caráter premonitório, algumas de minhas apreensões e exigências relativamente à educação do meu filho. Faça-o de forma anônima para que ele não venha a sofrer nenhum tipo de represália.
2. Como sabe Vossa Senhoria, muitos professores se aproveitam da função docente e da audiência cativa dos alunos, para promover suas próprias concepções, opiniões e preferências políticas e ideológicas. Segundo pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Sensus, 80% dos professores reconhecem que seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”.
3. Utilizando como desculpa o argumento da inexistência da neutralidade na ciência, esses professores sentem-se desobrigados, profissional e eticamente, de fazer qualquer esforço para conhecer o outro lado de questões controversas existentes no campo da sua disciplina; e, como resultado, acabam aprisionando seus inexperientes alunos nas mesmas gaiolas ideológicas em que foram encerrados por seus professores.
4. A pretexto de incentivar o exercício da cidadania por parte dos estudantes, não são poucos os seus colegas de magistério que abusam da sua autoridade e ascendência sobre eles para incitá-los a participar de campanhas salariais (“em defesa da educação”), greves, passeatas, invasões e manifestações, transformando-os em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses corporativos ou políticos.
5. Há, ainda, os professores que, instigados pela burocracia do MEC e das secretarias de educação, se intrometem ilegalmente na formação moral dos alunos, com o alegado objetivo de combater o preconceito, a discriminação, a homofobia, a AIDS etc.
6. Esses abusos, infelizmente, vêm ocorrendo em todo o país, tanto nas escolas públicas, como nas particulares, sejam leigas ou confessionais, e não há razão para supor que não possam estar ocorrendo também em nossa escola.
7. Além de covardes e antiéticas, as condutas descritas constituem atos ilícitos, na medida em que violam a liberdade de consciência e de crença dos estudantes; contrariam os princípios constitucionais do pluralismo de ideias e da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; e ofendem o art. 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.
8. A propósito, a Lei 4.898/65 considera crime de abuso de autoridade “qualquer atentado à liberdade de consciência e de crença”. Assim, o professor que se aproveita da presença obrigatória dos alunos para tentar impingir-lhes suas próprias ideias ou preferências ideológicas, políticas, religiosas ou morais pode ser processado e condenado a até 6 meses de detenção, além de perder o cargo e ficar impedido de exercer qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.
9. Junto com a liberdade e o cargo ou emprego, esses abusadores de crianças e adolescentes podem perder ainda o seu patrimônio, caso os pais dos seus alunos – que são muitos – decidam processá-los por danos morais. De acordo com o art. 206, § 3º, do Código Civil, eles têm até três anos para tomar essa decisão.
10. A Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, facilita bastante o ajuizamento dessas ações. Dependendo do valor da causa, os pais sequer precisam estar representados por advogado: basta redigir uma petição demonstrando ao juiz a ocorrência do dano – que resulta, no caso, da mera violação à liberdade de consciência e de crença do estudante e/ou da usurpação do direito assegurado aos pais pelo art. 12, item 4, da CADH – e pedir a condenação dos réus (o professor e/ou a escola) a repará-lo mediante o pagamento de determinada soma em dinheiro. E é de graça.
11. Por desconhecerem a Constituição Federal, muitos professores imaginam que o exercício da atividade docente está acobertado pela liberdade de expressão. Nada mais equivocado. Liberdade de expressão significa o direito de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É evidente que, se os professores desfrutassem desse direito em sala de aula, eles sequer poderiam ser obrigados (como são) a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. A simples existência dessa obrigação já demonstra que o exercício da atividade docente é incompatível com a liberdade de expressão. Mas há mais: se o professor pudesse dizer em suas aulas qualquer coisa sobre qualquer assunto, a liberdade de consciência e de crença dos alunos – cuja presença em sala de aula é obrigatória – seria letra morta. Por essa razão, o que a Constituição assegura ao professor é a liberdade de ensinar, não a liberdade de expressão.
12. Não existe na legislação brasileira nenhuma lei válida que permita aos professores usar suas aulas para tentar “fazer a cabeça” dos alunos a respeito de questões políticas ou ideológicas, religiosas ou morais.

13. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, o princípio constitucional da laicidade do Estado não só não autoriza, como impede que o sistema de ensino seja usado para depreciar, de forma direta ou indireta, os valores e os sentimentos morais associados a determinada tradição religiosa, por mais que eles se choquem com as convicções dos governantes ou dos professores. É que as religiões, como se sabe, têm a sua moralidade, e se o Estado deve ser neutro em relação a todas as religiões – como exige o princípio da laicidade –, ele não pode usar a sua máquina (funcionários, equipamentos, instalações etc.) para promover valores, comportamentos e atitudes que sejam hostis à moralidade dessa ou daquela religião. Por isso, com muito mais razão, não podem os professores se aproveitar dos seus cargos para tentar inculcar nos alunos os seus próprios valores morais, sejam eles quais forem.

14. Isto se aplica de modo especial ao campo da sexualidade humana, onde praticamente tudo é objeto de regulação estrita por parte da moral. Tome-se, por exemplo, a relação de temas cuja abordagem é sugerida ilegalmente pelo MEC, no caderno de orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais: masturbação, homossexualidade, hermafroditismo, transexualismo, aborto, prostituição, erotismo, pornografia, desempenho sexual, disfunções sexuais, parafilias, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e questões de gênero. Ora, é praticamente impossível a um professor discorrer sobre esses assuntos em sala de aula, sem acabar afrontando, de uma só vez, o princípio da laicidade do Estado, a liberdade de consciência e de crença dos alunos e o direito dos seus pais a que eles recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

15. Nesse domínio, ademais, a linha que separa a ciência da moral, além de não ser muito nítida, pode variar de indivíduo para indivíduo, conforme o estágio de amadurecimento, a sensibilidade e a formação de cada um. Portanto, até mesmo para fazer uma abordagem estritamente científica, o professor deverá atuar com o máximo de cuidado, sob pena de desrespeitar o direito dos estudantes e o de seus pais.

16. É certo que Vossa Senhoria encontrará, em documentos e diretrizes curriculares do MEC e da secretaria de educação, fundamento para introduzir esses temas em suas aulas. Asseguro-lhe, no entanto, que nada disso tem valor diante do princípio constitucional da laicidade do Estado, da liberdade de consciência e de crença dos alunos e do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (CADH, art. 12, item 4), de modo que Vossa Senhoria não está obrigado a seguir essas determinações ou recomendações, em razão da sua manifesta ilegalidade.

17. Embora alguns pais não se importem que os professores dos seus filhos lhes transmitam seus próprios valores morais – pois, no fundo, não se importam com seus filhos –, quero adverti-lo formalmente de que este não é o meu caso.

18. Sirvo-me, pois, da presente para NOTIFICÁ-LO a abster-se de praticar, no exercício de suas funções, pessoalmente ou por intermédio de material didático ou paradidático cuja utilização seja imposta aos estudantes, as condutas abaixo, **sob pena de responder judicialmente pelos danos que vier a causar:**

- a) abusar da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- b) favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- c) fazer propaganda político-partidária em sala de aula;
- d) sob qualquer pretexto, incitar os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- e) manipular o conteúdo da sua disciplina, selecionando, omitindo, exagerando, minimizando ou distorcendo informações, com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa ou corrente política ou ideológica;
- f) sob qualquer pretexto, veicular conteúdos ou realizar atividades que possam violar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
- g) sob qualquer pretexto, imiscuir-se, direta ou indiretamente, no processo de amadurecimento sexual dos alunos;
- h) adotar, promover, aplicar ou, de qualquer forma, submeter os alunos aos postulados da teoria ou ideologia de gênero;
- i) utilizar qualquer técnica de manipulação psicológica com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa.

19. Cabe, ainda, a Vossa Senhoria, impedir que os direitos dos alunos e seus pais sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

20. Insisto em que as condutas referidas no item 18 são ilícitas, seja em face da Constituição Federal – princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, *caput*; 19, I; 34, VII, 'a'; e 37, *caput*); liberdade de consciência e de crença (art. 5º, VI e VIII); liberdade de ensinar (que

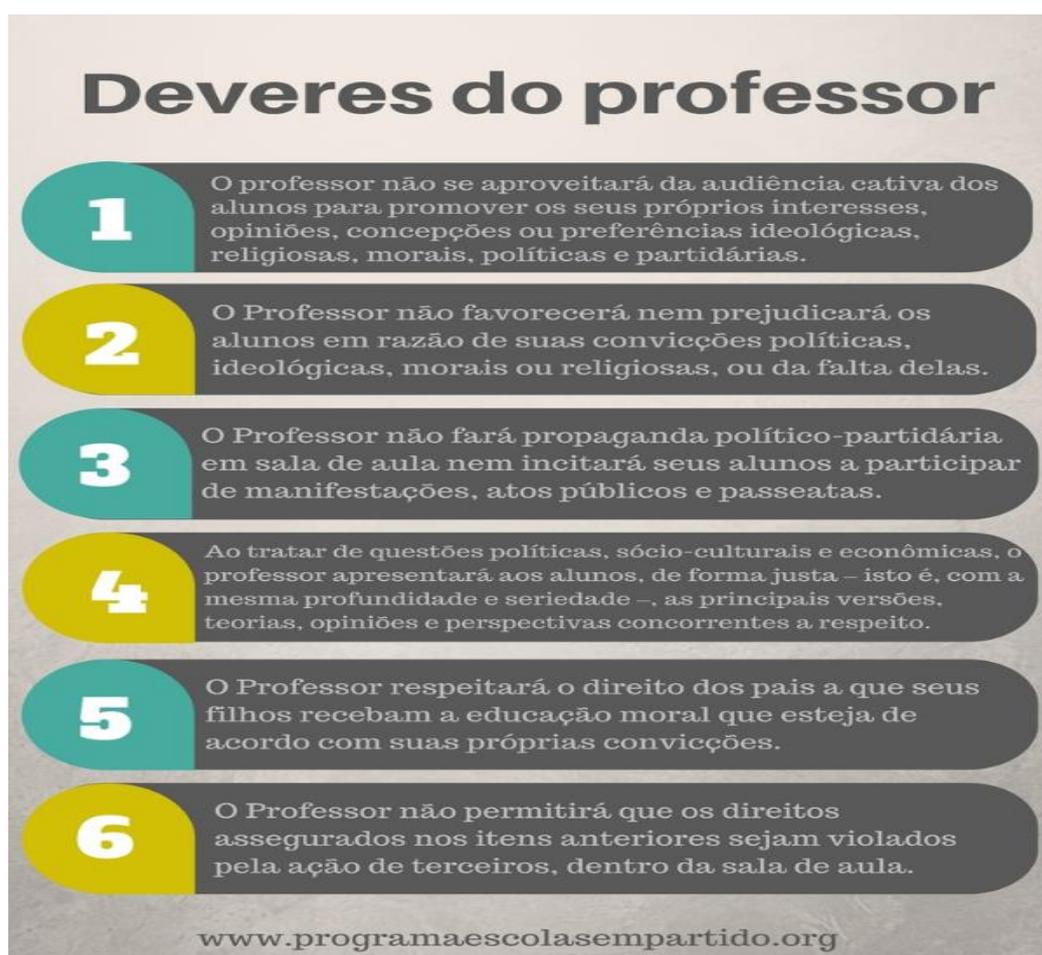
não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (art. 206, II); pluralismo de ideias (art. 206, III), dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III) e direito à intimidade (CF, art. 5º, X) –, seja em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 12, 4) e do ECA (arts. 15, 17 e 22, par. único).

21. Informo que meu filho tem ciência da presente notificação e está orientado a reportar-me de forma detalhada as possíveis transgressões ao seu direito à intimidade, à sua liberdade de consciência e de crença e ao meu direito a que ele receba a educação religiosa e moral que esteja de acordo com minhas convicções. *

22. Uma cópia desta notificação está sendo encaminhada à direção do (nome da instituição de ensino), que responderá solidariamente pela reparação dos danos que Vossa Senhoria porventura vier a causar, no exercício de suas funções. **

Local e data.

Figura 1 - Deveres do professor na escola sem partido



FONTE: Disponível em: <<http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinao-nas-escolas>>. Acesso em: 28/07/18.

Figura 4 – Cartilha A Juventude no Estado Novo



*"Crianças!
Aprendendo, no lar e nas
escolas, o culto da Pátria,
trareis para a vida prá-
tica todas as probabili-
dades de êxito.
Se o amor constrói e,
amando o Brasil, forço-
samente o conduzireis aos
mais altos destinos entre
as Nações, realizando os
desejos de engrandecimen-
to aninhados em cada
coração brasileiro."*

FONTE: Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/vargas-fortalecimento-estado-novo.html>> Acesso em: 03/08/18.

Argentina

Figura 5 – Livro de Leitura Evita

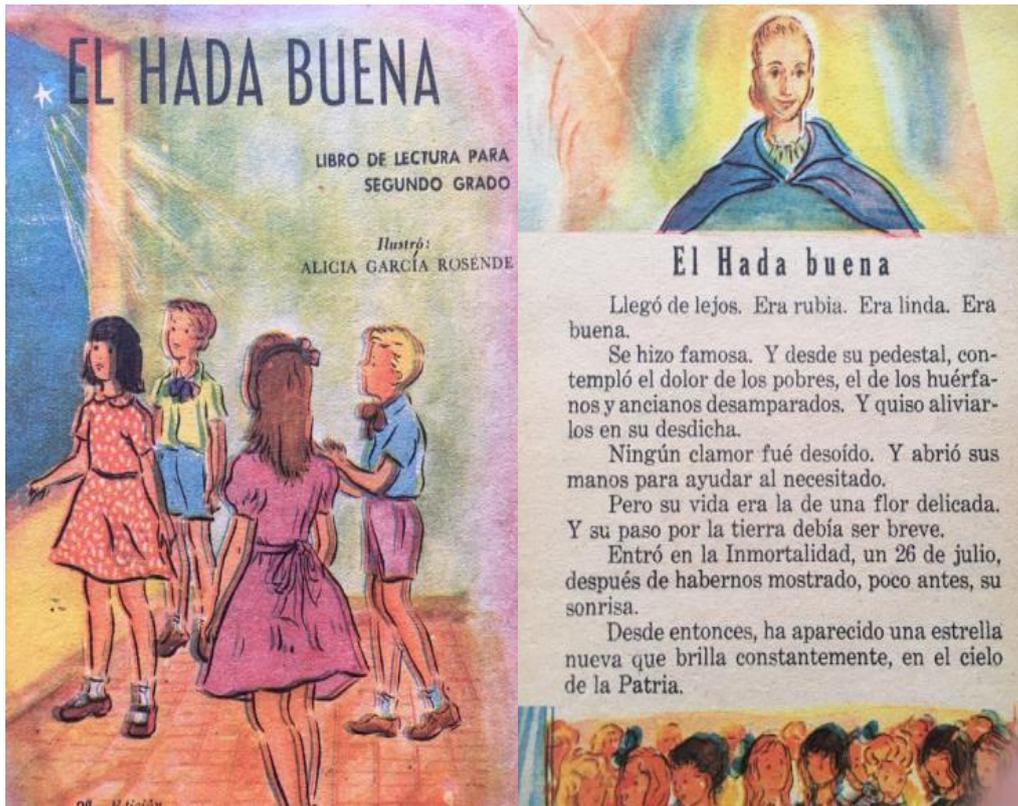


Figura 6 – Livro Infantil ALELI



FONTE (figura 5 e 6): Disponível em: <<http://www.cadena365.com/index.php/estos-libros-de-texto-se-utilizaban-obligatoriamente-en-las-escuelas-publicas-hace-65-anos/>> Acesso em: 28/07/18.

Figura 7 – Livro El Hada Buena



El Hada buena

Llegó de lejos. Era rubia. Era linda. Era buena.

Se hizo famosa. Y desde su pedestal, contempló el dolor de los pobres, el de los huérfanos y ancianos desamparados. Y quiso aliviarlos en su desdicha.

Ningún clamor fué desoído. Y abrió sus manos para ayudar al necesitado.

Pero su vida era la de una flor delicada. Y su paso por la tierra debía ser breve.

Entró en la Inmortalidad, un 26 de julio, después de habernos mostrado, poco antes, su sonrisa.

Desde entonces, ha aparecido una estrella nueva que brilla constantemente, en el cielo de la Patria.



La Razón de Mi Vida

Las tres hermanitas están contentísimas. Han comprado ya su libro de lectura.

Alicia, que está en quinto grado, muestra orgullosa el suyo. Es "La Razón de mi Vida".

Susana y Beatriz lo miran y lo hojean con cuidado. Ya lo conocen, porque lo veían a diario, en un lugar de preferencia, en la librería.

Se regocijan viendo sus hermosas láminas. En ellas se luce, por su elegancia y belleza, su joven autora, la señora Eva Perón.

En algunas, aparece su esposo, también. Él sonrío de satisfacción, porque se siente feliz.

La compañera pobre

Se llamaba Emma. No conocía a su mamá. Su padre no podía trabajar. ¡Qué distinta era de las demás niñas que tenían cuidado maternal!

Siempre llegaba tarde. La maestra la disculpaba, considerando que debía cuidar a su padre.

Pero un día se supo la verdadera causa. Sus zapatos rotos la demoraban, porque le ofrecían dificultad para caminar.

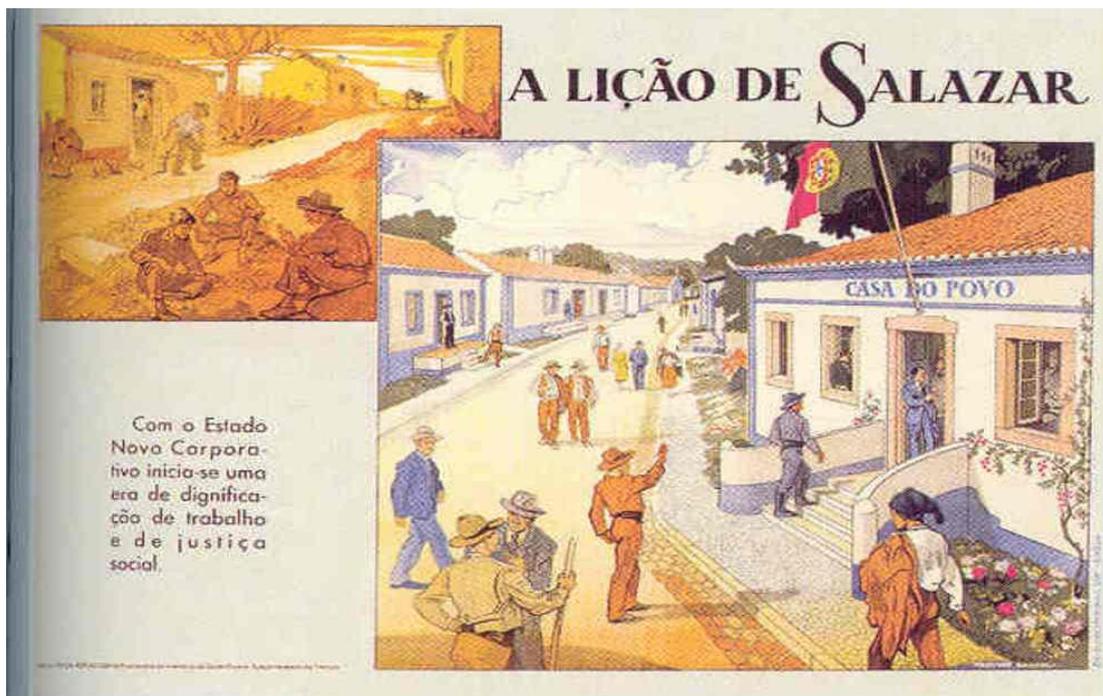
—¡Pobre Emma! — dijeron sus compañeritas y con disimulo le trajeron ropas y zapatos.

Mas un día llegó a su domicilio una visitadora de la Fundación Eva Perón y buscó una solución a la tristeza de ese hogar.

Llevaron al papá a un policlínico para su curación y mandaron a la mamá...

Cartilhas de Portugal

Figura 8 – Coleção de Gravuras: A Lição de Salazar



FONTE: Disponível em: <<http://coresdahistoria.blogspot.com/2011/03/estado-novo-propaganda.html>>
Acesso em: 01/08/18.

Figura 9 – Livro de Leitura da Primeira Classe



FONTE: Disponível em: <<http://coresdahistoria.blogspot.com/2011/03/estado-novo-propaganda.html>>
Acesso em: 28/07/18.

Espanha

Figura 10 – Cartilha El Parvulito

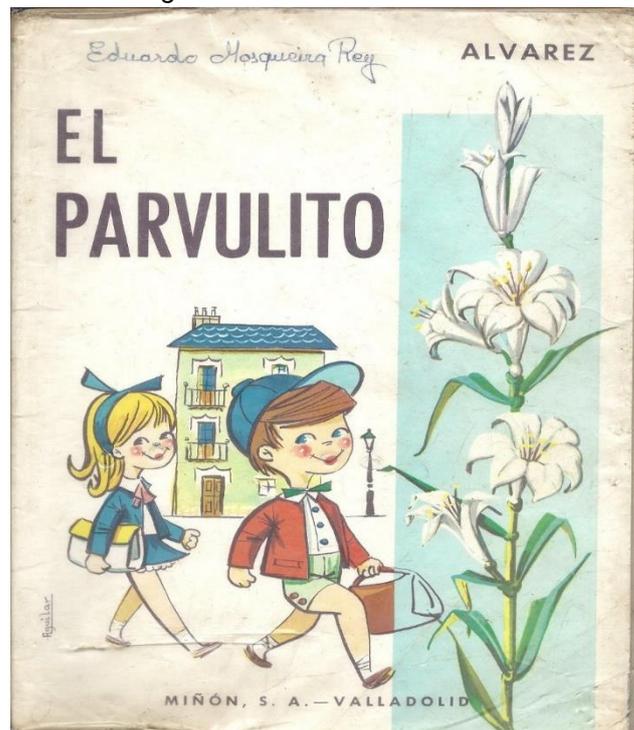


Figura 11 – Cartilha El Parvulito

INDICE		Página
Dios Creador	4	
La escuela	6	
La casa y la familia	8	
Lámina de muebles y viviendas	10	
Adán y Eva	12	
Vida de los primeros hombres	14	
La Naturaleza	16	
El pueblo	18	
Montañas, valles y ríos	20	
Productos de mi pueblo	22	
Láminas de producciones	24	
Los tres reinos de la Naturaleza	26	
Noé y sus descendientes	28	
Los romanos.—Viriato	30	
Sólidos, líquidos y gaseosos	32	
Los meteoros	34	
El pueblo de Dios	36	
Los árabes.—El Cid	38	
San Fernando	40	
Los minerales	42	
Nace el Salvador	44	
Los puntos cardinales	46	
Los vegetales	48	
Láminas de vegetales	50	
A mi mamá	52	
Flores, frutos y semillas	54	
Láminas de flores y frutos	56	
Los Reyes Católicos	58	
Enseñanzas y milagros de Jesús	60	
La provincia	62	
Descubrimiento de América	64	
La Comunión	66	
El mentiroso	68	
Vertebrados	70	
Láminas de animales	72	
Invertebrados	74	
El Imperio	76	

— 126 —

	Página
España	78
Mapas de España	80
Justo y Pástor	82
Ríos y montes	84
Producciones de España	86
Láminas de productos españoles	88
Jesús condenado a muerte	90
Las abejas	92
El Siglo de Oro	94
Los hormigas	96
Resurrección y Ascensión	98
La Tierra	100
Guerra de la Independencia	102
El cuerpo humano	104
La Confesión	106
Ramón y Cajal	108
Los alimentos	110
Digestión, circulación y respiración	112
Sol, Luna y estrellas	114
Los sentidos corporales	116
El Alzamiento Nacional	118
El Cristianismo	120
Luz y calor	122
Franco y José Antonio	124

SUGERENCIAS Y EJERCICIOS

LIBRO DEL MAESTRO DE "EL PARVULITO"

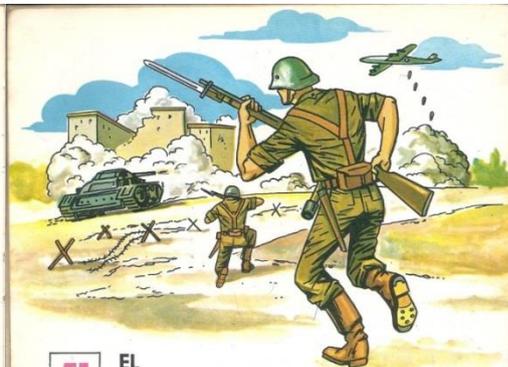
- Este libro contiene:
- 1.º— Sugerencias e indicaciones para el más fácil desarrollo e interpretación de cada una de las lecciones de "El Parvulito"
 - 2.º— Gran número de nuevas actividades.
 - 3.º— Una colección de refranes ilustrados, poesías y canciones infantiles.
 - 4.º— Trece láminas de dibujos y trabajos manuales.



54 FRANCO Y JOSE ANTONIO

El excelentísimo Sr. D. Francisco Franco Bahamonde fue General a los 33 años y por su patriotismo e inteligencia es ahora el Jefe del Estado Español.

José Antonio Primo de Rivera fue un gran patriota que fundó la Falange. Por defender a España, sus enemigos le fusilaron en la cárcel de Alicante.



51 EL ALZAMIENTO NACIONAL

Hace varios años España estaba mal gobernada: todos los días había tiros por las calles y se quemaban las iglesias.

Para acabar con todo esto, el general Franco se sublevó con el ejército y después de tres años de guerra logró vencer a los enemigos de nuestra patria.

Los españoles nombraron a Franco Jefe o Caudillo y desde el año 1936 gobierna a España.

FONTE (figuras 10 e 11): Disponível em: <<https://emosqueira.com/2011/04/07/educacion-para-la-ciudadania-en-tiempos-del-franquismo/>>. Acesso em: 28/07/18.

Cartilhas da Itália

Figura 12 – Il Libro per la Prima classe / Il Libro de Il Classe



FONTE: Disponível em: <<http://malomil.blogspot.com/2013/05/as-criancas-na-propaganda-fascista.html>>
Acesso em: 29/07/18.

Cartilhas da Alemanha

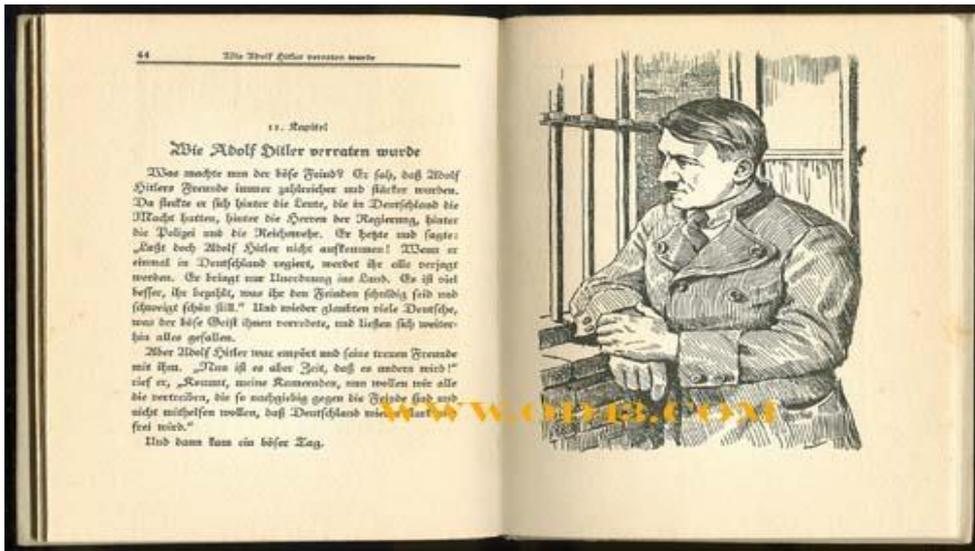
Figura 13 – Livro Kinder was wisst ihr vom Führer?



Figura 14 – Livro Kinder, was wisst ihr vom Führer



Figura 15 – Livro Kinder, was wisst ihr vom Führer



FONTE (figuras 13 a 15): Disponível em: <http://www.od43.com/Kinder_Fuehrer_PT.html> Acesso em: 28/07/18.

Figura 16 – Livro Trau keinen fuchs auf grüne Heid und keinen jud auf seinen Eid



FONTE: Disponível em: <<http://www.the-savoisien.com/wawa-conspi/viewtopic.php?id=1992>> Acesso em: 29/07/18.

UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO VAQUEIRO E DA FÉ CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRAS NO ESTADO DO PIAUÍ

Ana Ligia T. C. C. Lima³⁰¹

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo sobre as influências do vaqueiro e dos festejos da padroeira na formação do município de Barras no Estado do Piauí e tem como objetivo geral fazer uma análise da construção da sociedade barrense, a partir de aspectos históricos relevantes do povoamento do Piauí, invariavelmente realizado através da inserção do gado como vetor da expansão econômica, social e cultural que culminou com o surgimento das fazendas e currais, onde Barras se organiza enquanto povoação.

Palavras Chave: Vaqueiro. Festejos. Cultura. Gado.

Introdução

Este trabalho aborda um estudo sobre a influência do vaqueiro e da fé católica na formação dos municípios e tem como objetivo geral fazer uma análise da construção da sociedade barrense. A pesquisa se constrói a partir de aspectos históricos proeminentes do processo de colonização do Piauí, constantemente realizado através da inserção do gado como vetor da expansão econômica, social e cultural que iniciou com o surgimento das fazendas e currais, e avançou enquanto povoação.

Nesse estudo busca-se também compreender como surge à profissão do vaqueiro na região Nordeste e na cultura piauiense. Compete, entretanto, dentro do objetivo geral, adotado, como fio condutor deste trabalho, abordar a profissão do vaqueiro no âmbito cultural e sua relevância para o município, dos primórdios de sua rica e festejada história aos dias atuais. Como elemento de destaque na ocupação e desenvolvimento da cidade de Barras, pretende-se abordar a presença do vaqueiro nos festejos de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do povo barrense, cuja imagem é associada à procura de uma rês perdida, onde um vaqueiro anônimo teria encontrado a relíquia talhada em madeira, dentro de uma moita de tucunzeiro³⁰².

Conta à lenda que um vaqueiro, a procura de uma rês desgarrada encontrou uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição talhada em madeira, dentro de uma moita de tucum, localizada onde hoje está erguida a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Barras. O vaqueiro levou o fato ao conhecimento de seu senhorio, rico fazendeiro, filho da província da Bahia, dono de vasta gleba de terra – Coronel Miguel Carvalho Aguiar – que, como obstinado católico, deu início a construção de uma capela, com a finalidade de homenagear a imagem da santa, encontrada pelo vaqueiro, isto no ano de 1749. Entretanto, o rico coronel faleceu antes do término da edificação da capela. Com a morte do Coronel Miguel Carvalho Aguiar¹⁴, o sobrinho e herdeiro Manoel da Cunha Aguiar, sob orientação do Frei Manoel da Penha e do Padre Gabriel Malagrida, deu continuidade a construção da capela, com ajuda de alguns fiéis. (FILHO 2007 p.35)³⁰³.

³⁰¹ Graduada em Lic. Plena em História pela UESPI, Pós-graduação (Especialização em andamento) em História do Brasil com Docência em E. Superior pela MULTIPLA, mestranda em Arqueologia biênio 2020/2021 pela UFPI, membro do Conselho Mun. de Cultura de Barras PI.

³⁰² Pequena Palmeira espinhosa, cuja as folhasse obtêm uma fibra comprida e forte, semelhante a lã, muito comum na região.

³⁰³ 1 REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007. 246 p. 35.

Para consolidar uma real relação, do vaqueiro com a fundação do município de Barras, é importante colocar em posição de destaque, o encontro da imagem da santa citada na narrativa de Antenor Rego, a criação de um cenário lúdico inferido no imaginário popular local, ideal para a criação do mito do vaqueiro em busca do gado perdido e daí surge a capela que dá origem aos festejos da padroeira, atraindo assim populares que iniciam o processo de ocupação no entorno da edificação do templo religioso.

A capela tornou-se a base para a formação do núcleo de povoamento, a partir da Fazenda Buritinho. Naquela época já existiam algumas casas de telha e várias de palha. Sempre em torno das atividades religiosas ocorreu o início do processo de urbanização. As primeiras famílias que chegaram as terras que hoje constituem o município de Barras foram oriundas de Pernambuco e da Bahia. Aqui chegaram para fazer morada os: Aguiar, os Cunha, os Rabelos, os Correia, os Rodrigues, os Melos, os Castelo Branco, os Carvalho de Almeida, entre outras.

Ao introduzir inferência histórica à pesquisa pretende-se reafirmar que a prática da criação de gado confunde -se com a formação e estruturação da sociedade barrense nos campos político, econômico e cultural. A cidade de Barras, como grande parte das vilas e povoados da época, nasce de um encontro emblemático entre um vaqueiro e a imagem de uma santa, no entorno de uma fazenda, com água e terras suficientes e capazes de suprir as necessidades dos rebanhos, propiciando dessa maneira expansão econômica com a engorda e a facilidade de transporte do gado ,e o comércio da carne, do couro e de outros derivados, para os principais centros consumidores do país e até mesmo exportando para a Europa.

Para alcançar os objetivos da pesquisa o estudo é constituído metodologicamente de uma pesquisa bibliográfica onde se recorreu a obras de autores referentes a temática. Nesse sentido, foi importante o embasamento teórico de autores como Rego Filho (2007), Chaves (2013), Abreu (1988), Cunha (1993), Furtado (1963) entre outros. Também uma breve pesquisa junto a Igreja Católica, Paroquia de Nossa Senhora da Conceição pois tradicionalmente o vaqueiro tem destaque nas festas da padroeira do município de Barras, tendo um dia de sua novena dedicado exclusivamente para esta figura. Este trabalho visa contribuir para um melhor entendimento acerca da formação do município de Barras que tem como três pilares fundamentais: a fé católica, o rio e a figura do vaqueiro através da pecuária. Deste modo, o trabalho desenvolvido tem a intenção de ressaltar a importância social que o vaqueiro possui na formação deste município e também nas festividades da padroeira.

O recorte temporal da pesquisa aborda todo o período histórico do século XVII, início da povoação das terras do Piauí, com a instalação dos primeiros currais e fazendas, aos dias atuais, destacando a fundação de Barras e o vaqueiro como sendo personagem marcante na cultura, religião e símbolo da organização social barrense.

Em relação a abordagem que se faz da história local, são mencionados casos relevantes da participação do vaqueiro na formação da sociedade piauiense em geral, em especial na fundação de Barras, na participação das lutas, vitórias e compromissos com atividades de cunho cultural e econômica, além de ações que definem o seu fazer profissional, com um olhar crítico sobre a realidade no entorno da qual o simbologia do vaqueiro surge, como um ser forte e destemido.

A discussão e as abordagens, inseridas no processo de pesquisa, têm origem no quadro qualitativo, vez que a mesma é materializada na abordagem direta da pesquisa com os meios onde são colhidas as informações, ou seja, a matéria é extraída de referências bibliográficas e comparadas com as realidades da zona rural e urbanas de Barras, através do olhar cotidiano. Em se tratando da abordagem dada aos fatos

históricos, cabe ainda frisar que o contexto citado se espria do povoamento das terras piauienses e perpassam as datas limites de 1749 e 1804, quando Barras começa ser desbravada e povoada, principiando seu caminho como núcleo social ligado aos coronéis e vaqueiros.

Com tudo isso é importante frisar que a análise documental e de outras matérias pesquisadas ajudaram no desenvolvimento deste trabalho. Para que os caminhos teóricos fossem encontrados, diante da metodologia proposta, as consultas de campo em conversas informais, colhidas no ambiente local foram carro-chefe ao entendimento dos fatos atribuídos à importante participação do vaqueiro no desenvolvimento da história da cidade de Barras PI. Ao colocar todas essas passagens históricas na pesquisa, pretende-se reafirmar que a prática da criação de gado se confunde com a própria formação da sociedade piauiense em sua multiplicidade de aspectos.

A cidade de Barras PI, como a maioria irrefutável das vilas do período de colonização semeadas em todo o território piauiense, nasce de um processo emblemático, erguendo-se no entorno de uma fazenda com curral, aguadas e terras capazes de suportar os inúmeros rebanhos, propiciando a engorda e a facilidade de transporte da carne, couro e outros derivados para os principais centros consumidores. Para justificar a relação, do vaqueiro com o surgimento de Barras, é importante salientar a descoberta da imagem de Nossa Senhora da Conceição, dentro de uma moita de tucunzeiro, quando o mesmo campeava uma vaca perdida, cenário ideal para a construção do mito e o levante da capela que, mais tarde, irá motivar os festejos da padroeira, que também será elevada à condição de herdeira direta de todas as terras no entorno da casa grande, num raio de uma légua.

O processo de povoamento do sertão e as fazendas de gado

O cotidiano do vaqueiro, personagem principal do nosso trabalho, vive no espaço tradicionalmente conhecido como “sertão”. Segundo Pimentel³⁰⁴, o Sertão é abordado sempre com uma ideia de lugar afastado, distante, terra sem lei, local sem recursos, sempre colocado em contraposição ao litoral e à cidade, por visto em oposição à noção de civilidade, o sertão foi sendo assim imaginado e construído, a partir de 1500 até meados de 1930, por boa parte do imaginário popular e pensamento coletivo. O povoamento dos antigos sertões brasileiros durante o período Colonial teve como principal fator econômico, a expansão açucareira que foi responsável pela implantação e desenvolvimento da pecuária de subsistência e teve papel importante no fornecimento de alimentos, força motriz e meio de transporte para a sobrevivência dos engenhos de cana de açúcar.

Entretanto, essas economias, pecuária e a açucareira possuíam características e dinâmicas diferentes, deste modo a criação do gado teve de se deslocar das proximidades litorâneas onde se localizavam os engenhos e abrir caminhos para o interior dos sertões, visto que esta atividade era contrária aos interesses dos senhores de engenho e, por conseguinte, da coroa portuguesa, que por uma carta régia coibia a criação do gado a dez léguas da costa. Segundo Capistrano de Abreu:

O gado vacuum dispensava proximidade da praia, pois as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportavam das maiores distâncias e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana,

³⁰⁴ PIMENTEL, Sidney Valadares. O chão é o limite: A festa de Peão de Boiadeiro e a domesticação do Sertão. Editora UFG. Goiás, 1997,

quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar. Pedia pessoal diminuto, sem traqueamento especial, considerando alta valia num país de população rala. Quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício. Fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os números barreiros dos sertões (ABREU, 1988, p.130)³⁰⁵.

A pecuária acabou sendo favorecida por este deslocamento devido a extensão de terras disponíveis e condições para a criação de gado. Essas terras eram conseguidas facilmente, bastava um pedido informal expressando o desejo de ocupação por parte dos posseiros para que a doação das terras acontecesse se formando imensas fazendas de gado. No entanto, a concessão de terras era muito superior à capacidade de exploração. Segundo Mott:

[...] deve-se não somente à cobiça dos fazendeiros, desejosos de possuírem grandes glebas, mas também à necessidade inerente à dinâmica da pecuária extensiva que requer áreas de bom tamanho, dado o baixo nível técnico da exploração e a rarefação das pastagens nos períodos de estiagem (MOTT, 1985 p.140)³⁰⁶.

Mesmo tendo se constituído no período colonial como uma atividade secundária e inicialmente inferior a produção açucareira e a mineração, a pecuária ganhou cada vez mais espaço no cenário social e econômico do Brasil, segundo advoga Sérgio Buarque de Holanda: “A pecuária constituiu, além da mineração, é óbvio a única atividade econômica rendosa para os sertões, pois o gado a si próprio se transportava”³⁰⁷. A disponibilidade de mão de obra para o trabalho nas fazendas não enfrentou muitas dificuldades. Era um ramo muito atrativo, sobretudo para aqueles que possuíam poucos recursos, pois o homem que aceitava trabalhar nas fazendas de gado recebia uma cria em quatro nascidas, podendo iniciar a sua própria criação e assim subir socialmente.

Além do trabalho no engenho de açúcar, para suprir as necessidades mais básicas da vida cotidiana da população, o gado surge servindo como fonte de renda no comércio local, como ressalta Celso Furtado:

O couro substitui quase todas as matérias-primas evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente. Esse atrofamento da economia monetária se acentua na medida em que aumentam as distâncias do litoral, pois dado o custo do transporte do gado, em condições de estancamento do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais. Os couros passaram a ser a única fonte de renda monetária destes últimos criadores (FURTADO, 1963 p,133)³⁰⁸.

Tentando um melhor entendimento dessa abordagem foi preciso mostrar a realidade vivenciada pelo Estado, antes mesmo da chegada dos colonos, e alguns

³⁰⁵ ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 130

³⁰⁶ MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina, 1985.[projeto Petrônio Portela], p. 140

³⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, A. Época Colonial. 2º Volume. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960, p. 128.

³⁰⁸ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 133.

motivos que levaram homens a abdicarem de suas origens e se aventurar por terras desconhecidas, até então, do sertão piauiense. Importante frisar, que quase nada se sabe sobre o Piauí, antecedente ao século XVII, a não ser que em suas terras viviam tribos indígenas que não conheciam os hábitos e os costumes dos colonos, e que isso gerou conflitos de grandes proporções, muitas dessas terras eram copiosas em águas e solos férteis com pastagens propícias à criação extensiva de gado sem muitas intempéries climáticas e a vegetação formada muitas vezes pela caatinga. E é na região norte do Piauí, onde se encontram as terras de Barras, caso deste estudo Chaves, relata:

Para a parte norte confina estas com a costa do mar, correndo do Ceará para o Maranhão, para a qual tem dois caminhos, abertos ambos no ano de 95, um vai ao Maranhão e o outro à Serra da Guapaba, à qual tem ido moradores, e em companhia de alguns vieram os Padres da Companhia de Jesus, que nela assistem, fazer missão a esta povoação em o mês de dezembro próximo passado de 96, e se recolheram à serra em janeiro de 97... O documento é datado de 2 de março de 1697(CHAVES, 2013 p.125)³⁰⁹.

O combate aos nativos, pela Casa da Torre, iniciado em 1674, culminou com o massacre e expulsão dos mesmos, na região do São Francisco, nos limites do sul do território piauiense. A Carta Régia de 1701 é outro fator que influenciou categoricamente na expansão da pecuária em direção ao Piauí, pois por este instrumento a coroa portuguesa determinou que os criadores retirassem os seus rebanhos, no prazo de um mês, para o interior, observando a distância de dez léguas. Essa vontade da metrópole surge como proteção à expansão da economia açucareira, em Pernambuco, e termina influenciando toda a região e entorno que conforme Celso Furtado “teria de acarretar consequências para as demais regiões”³¹⁰.

Os detalhes inseridos , nesta pesquisa servem para reforçar a tese da expansão bovina em direção aos Sertões de Dentro, como era chamado o incógnito Piauí da época, tendo como resultado a descoberta de áreas mais aprazíveis que possibilitou que alguns fazendeiros com escravos e vaqueiros, construíssem ali seus currais e fazendas, células embrionárias de muitas cidades, em especial Barras que surgiu dentro desse contexto histórico, econômico, cultural e social.

A política que guiou, naquele período, o uso dos sertões pelos rebanhos de gado e instalação das fazendas é a mesma que vem assegurar o controle dessas terras por parte de ricos proprietários, agora denominados de sesmeiros, pelos governos provinciais, sob o comando da Coroa Portuguesa. Esses domínios territoriais passam então para o poder de uns poucos latifundiários que dispunham dos recursos, não para o desenvolvimento social, agrícola ou quaisquer outras atividades produtivas, mas para serem transformados em pastagens utilizadas para alimentação dos imensos rebanhos. Com essas modificações surgem os coronéis e o regime político que marca esse sistema na transição entre o Brasil Colonial e o Império. Abordando esse assunto, ainda muito atual e em amplo debate no Piauí, conseqüentemente em Barras, onde o processo de ocupação não se deu de forma diferente, Barbosa Lima Sobrinho, estudioso e pesquisador renomado da história da colonização nas terras do Piauí, lembra que:

³⁰⁹ CHAVES, Monsenhor. Obra Completa, Teresina. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. 2013, p. 125

³¹⁰ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, [1959] 2003, p.60

Quando se fizer a história territorial do País, sobretudo na região nordestina, há de se verificar: 1) que os domínios reivindicados pelos potentados são muito mais extensos que as necessidades dadas: 2) que foi insignificante a proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra. Na história do devassamento do Piauí, esses fatos se patentearam de maneira mais precisa do que em qualquer outro episódio da conquista de nosso território. A concessão de sesmarias beneficiava a potentados baianos, nenhum dos quais pensaria em transferir as suas residências para essas paragens quase bravias. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Galo, Arcediogo Domingos de Oliveira Lima, Catarina Fogaça, Pedro Vieira de Lima, Manuel Ferreira, Manuel de Oliveira Porto não teriam, por certo, nenhuma ideia de morar ou trabalhar nos descobertos do Piauí, como não a teria aquele Garcia d'Ávila Pereira, que em 1684, com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias nas margens do Gurguéia e do Parnaíba(SOBRINHO,1972 p.141)³¹¹.

O elemento vaqueiro, desde o princípio do processo de colonização vai ser trabalhado por pesquisadores e estudiosos do assunto como figura singular para o desenvolvimento de um modo geral, do Piauí, e buscando o espaço mais específico desta pesquisa, o município de Barras, observamos que sua atuação dentro do processo transformador do sertão, enquanto agente cuidador de gado e guardador do espaço físico das fazendas, que se reflete na construção da cidadania do povo barrense, através do fortalecimento econômico e cultural.

Um breve histórico do município de Barras

Barras está localizada no centro de seis barras de rios e riachos, o que deu origem ao seu topônimo. Segundo Fonseca Neto “No nordeste brasileiro um dos significados da palavra BARRA diz ser ela a confluência de um rio e riacho. Barras é o seu plural. E é exatamente o que exprime o sugestivo polinômio BARRAS”³¹². Barras localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Longá e é banhada também pelo Rio Marataoã, além de vários riachos. Boa parte da cidade está na margem esquerda do Marataoã.

Em se tratando de Barras, a fazenda Buritizinho estava situada em zona privilegiada coberta por matas de cocais, muitos buritizais, carnaubais, cerrado e uma pequena quantidade de caatinga, características da transição entre a Amazônia. Conforme estes relatos o fundador da cidade, coronel Miguel Carvalho de Aguiar, baiano de nascimento, saiu da região das barrancas do São Francisco e se arrisca na travessia do sertão, para instalar a sede do seu domínio territorial no vale do Longá, mas especificamente onde este rio encontra-se com o Marataoan, uma área rica de pastagens e solos férteis.

. A história se mistura com a lenda no momento em que um vaqueiro anônimo encontra a imagem entalhada de Nossa Senhora da Conceição nos arredores da Fazenda Buritizinho e a oferece a seu senhor, um rico fazendeiro, possuidor daquelas terras, baiano Miguel de Carvalho Aguiar, católico por devoção fervorosa decide que esta santa se tornará a padroeira daquele lugar e manda construir em homenagem à santa, uma capela, dentro da fazenda no local onde a imagem foi encontrada. Deste modo se dá a importante contribuição do vaqueiro na construção da base religiosa da sociedade barrense. A imagem encontrada, e a capela construída, vão orientar o desenvolvimento urbano de Barras, inclusive as feitorias rurais. Mais tarde, após o

³¹¹ SOBRINHO. Barbosa Lima. Devassamento do Piauí. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972, p. 141

³¹² FONSECA NETO, Antônio. In: Municípios Turísticos Piauienses – Barras. Teresina: Sebrae, 1996. p. 1719.

falecimento do coronel Miguel Aguiar, as terras e quase tudo que há em cima destas no tocante aos animais, passam para o domínio da Santa, Antenor Rego Filho nos revela que:

Borges Leal assumiu a administração do patrimônio da Santa, em virtude do falecimento de Manoel da Cunha Carvalho, A pintura das portas foi contratada por Borges Leal por cinquenta mil réis. Estava, pois, concluída, em 1806, a capela, iniciando-se, assim, o povoamento. A fazenda Buritizinho dava lugar à “POVOAÇÃO DAS BARRAS”(FILHO, 2007 p.35)³¹³.

Neste caminho, beirando o mítico, e povoando o imaginário popular, a localização da cidade e o seu crescimento a partir da fundação da capela, se deram de certo modo, pela influência do vaqueiro, pois a evolução de todo esse processo de urbanização e de todas as coisas que se sucederam à fundação, aconteceram por empenho do vaqueiro, na trabalho incansável para aumentar as riquezas do município, seja nos cuidados com os rebanhos, a produção dos derivados dessas criações e sua procura para comercialização com os principais centros consumidores dos produtos. Foram surgindo pequenos sítios e fazendas menores, tocadas geralmente por vaqueiros que constituíam família e retiravam a parte que lhe cabia como pagamento pelo cuidado da criação, crescendo e contribuindo para diminuir o tamanho dos latifúndios dos grandes proprietários de terras, contribuindo para o aumento populacional, fazendo surgir novas fazendas, diversidade e rotatividade das atividades produtivas, econômicas e sociais.

Aos poucos, a povoação ganha características de Vila. Antenor Rego Filho em sua obra Barras Histórias e Saudades aborda um ofício do Presidente da Província do Piauí, de setembro de 1826, onde requer ao Governo Imperial que se fundasse uma Freguesia no local, como também o povoado ali existente fosse elevado à categoria de Vila:

A povoação das Barras é formoseada pela natureza com um rio abundante de peixes, que vai lançar suas águas no caudaloso Parnahíba, com grandes matas que compreendem várias feitorias de algodão, mandioca, e outras gêneros, suas madeiras em maior parte são cedros e outros paus de construção além de belos edifícios e boa igreja que fazem digna de melhor sorte. Esta povoação, dista de Campo Maior 16 léguas, porém o seu distrito por essa parte excede a 30, que dificultam aos fazendeiros procurarem os recursos necessários onde existem as autoridades. (FILHO,2007p.36)³¹⁴

Dentro do ofício registrado pelo historiador, muitas das novas atividades que vão surgindo para complemento de vida, têm no vaqueiro sua inspiração, dado o dinamismo cultural que envolve sua imagem e pelas condições de vida desse sertanejo a partir desse momento histórico. Fé e devoção são elementos essenciais nesse processo formador da identidade local e cultural do povo barrense, pondo a religiosidade como a base que ampara esse começo de unidade, despontada na tradição anual dos festejos da padroeira e outras práticas típicas da região, aprofundadas na simbologia do vaqueiro, enquanto homem simples e defensor da vivência do campo como um espaço plural e gerador de oportunidades. Ao observar a presença do vaqueiro na formação da sociedade barrense, e partindo do objetivo geral deste trabalho, pode-se concluir, que desde o princípio do processo de desbravamento e colonização, sua participação foi fundamental na transformação social, sempre lembrado dos atos religiosos como um agente de atração popular, guardião da

³¹³ REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007, p. 35

³¹⁴ REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007, p. 36

verdadeira identidade da cultura do povo, humilde e trabalhador como é o trabalhador do campo.

Pode-se afirmar que o vaqueiro é um profissional a serviço do fortalecimento da cultura e da economia local. Este trabalho remete à figura do vaqueiro, na posição de um homem que busca preservar a tradição sertaneja secularmente vinculada ao projeto expansionista do gado em todo território do Piauí, sendo de suma importância para o surgimento em especial de Barras, campo desta pesquisa mas também de outros municípios, enquanto povoação, freguesia, vila e cidade, um lugar encravado em uma região de transição no norte piauiense, banhada por rios e riachos, que busca se fortalecer e preservar cotidianamente os aspectos cultural, social, econômico e político dessa gente.

Compreender a importância do vaqueiro, como profissional e agente cultural, no cenário da formação e desenvolvimento do município de Barras, como um dos objetivos específicos da pesquisa, requer mergulhar na histórica façanha do desbravamento e povoamento do território piauiense, como esclarece a historiadora Claudete Dias “O vaqueiro não era um trabalhador comum e o “status” de vaqueiro atraía todos, a maior felicidade consistia em merecer algum dia o título de vaqueiro”³¹⁵

Deste modo é edificado o processo de profissionalização do vaqueiro barrense na formação do município. Além disso é preciso definir que tipo de relação havia entre o vaqueiro e o fazendeiro, quase sempre movida pela cultura da paz, respaldada no princípio da cordialidade e da confiança. Nesse espaço histórico, os valores propagados são os da honestidade e fidelidade de um para com o outro, a quebra da palavra dada, invariavelmente levava à discórdia. O vaqueiro, normalmente assumia o papel de administrador, usando desse direito para comandar as tarefas, sendo o responsável por cuidar dos animais e de todos os homens envolvidos nas tarefas diárias com as terras.

Ainda é valioso ressaltar que não existia um senso jurídico, como hoje que regula as relações trabalhistas, entre patão e empregado, pois o trabalho do vaqueiro não era pago com dinheiro, mas como percentual de crias nascidas vivas no rebanho sob seus cuidados, e com acordos formalizados e confiados na palavra dada. Por isso é que nessas negociatas, a palavra tinha um valor muito grande, enquanto o inverso, como já foi dito, representava um conflito de valores morais, às vezes, políticos e sociais que fazia estremecer e ultrapassar as relações de amizade e laços criados.

O vaqueiro nos festejos da padroeira da cidade

Merece atenção especial, neste trabalho, o modo como a figura do vaqueiro influenciou e continua influenciando a religiosidade do povo barrense. O mito da imagem da padroeira encontrada entre espinhos em uma moita de tucunzeiro atravessa já quase dois séculos e continua a desafiar a própria história que o envolve. Ano após ano, as pessoas são embrulhadas por esse clima de fé, auxiliadas pela lenda na qual o vaqueiro aparece para o povo com a imagem da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, a quem é dada o domínio material, espiritual e temporal sobre todas as coisas desta região. O trecho do testamento do coronel Miguel de Carvalho Aguiar, escrito ainda em vida nas páginas da obra Antenor Rego Filho é o relato que vem a confirmar essa parte da história de Barras:

³¹⁵ DIAS. Claudete Maria Miranda. Balaios e Bem-Te-Vis: A Guerrilha Sertaneja 2ª edição, Teresina: Instituto Dom Barreto, p. 77

“... e mais lhe deixou pelo amor de DEUS ESTE MEU SITIO DA CONCEIÇÃO DAS BARRAS, com todas os seus gados vacuns e cavalaes que nele se acharem de meu ferro e sinal com todas e mais gado e miúdos, carneiros, cabras, porcos e tudo o mais, como também a metade das peças de prata, casa e mais trastes...”(FILHO,2007 p.47)³¹⁶

Todas estas terras e coisas que nela existiam são deixadas em patrimônio à Santa em testemunho da grande devoção do coronel pela padroeira, consagrada a partir da construção da igreja onde foi guardado o relicário sagrado. A manifestação religiosa dos Festejos no formato cultural que ainda hoje, em parte, é preservado não seria possível sem a ilustre presença do vaqueiro que é um dos personagens centrais dessa festa. Dentre os eventos da programação anual dos festejos alusivos à Padroeira de Barras, Nossa Senhora da Conceição, período que vai do dia 28 de novembro à 8 de dezembro, a missa dos vaqueiros, celebrada na manhã do dia 6, é um dos pontos de maior encontro de fé, da tradição católica enraizadas no local e adotadas por essa gente.

Essa celebração da missa do vaqueiro tem origem dúbia, mas é pensamento recorrente, diante da falta de documentos, que a mesma nasceu da necessidade de se homenagear a capacidade desse trabalhador responsável pela ascensão econômica local na lida com a boiada e os fazeres na fazenda. Antes mesmo de o sol raiar, populares no geral, homens, mulheres, crianças e adolescentes, aos poucos invadem as praças e ruas da cidade, alguns vestem gibões, mocó (botas), peitoral e chapéus e em alguns casos alforges de couro customizados. Dentre os fiéis é possível distinguir aqueles que trabalham duro sob o sol escaldante do sertão. A procissão tem início e o andor é seguido por uma multidão que entoia hinos em louvor a padroeira, enquanto os vaqueiros acompanham majestosos e solenes em suas montarias, trotando no asfalto ou no paralelepípedo gasto, até o largo da Igreja, onde acontece o ato litúrgico dentro da Matriz.

Sobre os Festejos da Padroeira Antenor Rego Filho diz que:

As cinco horas da tarde é dado início ao cortejo. O mastro vai à frente, seguido pelo andor que carrega a imagem de Nossa Senhora da Conceição, acompanhada por enorme multidão. A banda segue tocando músicas sacras, a multidão cantando e rezando(...) O mastro chega à matriz por volta de dezoito horas, sendo recebido por verdadeiras chuvas de fogos de artifícios e foguetes.(FILHO,2027 p.230)³¹⁷

O mito da imagem vai se resguardar na realidade histórica e cultural do vaqueiro sempre presente na vida do município, embora seja preciso dizer que nos festejos sua presença esteja mais associada a uma representação mais simbólica, já que a maioria dos presentes aparecem ao evento apenas na qualidade de guardiões da tradição popular, de uma época distante da verdadeira profissão de campear rebanhos nos campos. Portanto, é legítimo destacar que a presença do vaqueiro ao longo dos anos, nos festejos alusivos á Nossa Senhora da Conceição, culmina com um ato, onde vaqueiros e curiosos se misturam em meio à celebração, formando uma multidão unida apenas pelo ato da fé, no saudosismo do ressurgimento e fortalecimento da profissão quase desaparecida em meio à evolução urbana.

Conclusão

³¹⁶ REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007, p 47

³¹⁷ REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007, p 230

Este trabalho permitiu trazer uma análise da presença do vaqueiro na construção da sociedade barrense, a partir do estudo do processo de ocupação do território piauiense ocorrida a partir do século XVII. Nesse período houve uma intensa campanha pela posse da terra, conflito este envolvendo índios e conquistadores portugueses, que procuravam novas áreas para implantar e expandir a pecuária, já que o governo português no Brasil, visando proteger a rudimentar indústria açucareira no litoral de Pernambuco e Bahia, determina que os rebanhos sejam retirados das regiões produtoras de açúcar e levadas para o interior, a uma distância de dez léguas.

Inicia assim o processo de ocupação do Piauí pela atividade agropecuária, bem como as relações sociais, cultural e econômica, dentre as quais o vaqueiro se destaca e é visto quase como um herói pela luta árdua na lida com os rebanhos que correm os sertões do Piauí em todas as direções, contribuindo para a formação de vilas e cidades nos lugares com boa cobertura de água e pastagens férteis para servirem de alimentação aos animais. Nesse contexto, tem origem a fazenda Buritizinho, célula embrionária da cidade de Barras, povoada a partir da chegada do coronel baiano Miguel Carvalho de Aguiar, à região do Vale do Longá. Percebe-se a partir daí que ao encontrar a imagem de uma Santa nos arredores da Fazenda, um vaqueiro anônimo passa a ter uma importância fundamental sobre as pessoas do lugar através de uma lenda que, ao longo dos anos, irá se transformar no ideário religioso de forte apelo sobre a sociedade barrense, com ressonância nos dias atuais.

Deste modo conclui-se que, a história do vaqueiro que encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição, em um primeiro momento, nos mostra também a necessidade de entender o ordenamento da profissão dessa figura popular, presente em todos os cantos do Nordeste, nesse cenário específico da formação do município barrense. O desfecho desse entendimento nos permite avaliar que nas propriedades de Barras, em sua grande maioria, a profissão de vaqueiro, mesmo sem a cobertura legal de hoje, tinha muitos atrativos, pois se tratava de uma classe trabalhadora com um certo privilégio social. Como ocorria em todo território dominado pela pecuária, permitia-se ao vaqueiro ter participação direta no fruto da produção do gado, vez que a cada quatro animais nascidos com vida, um era dado a ele pelo fazendeiro. Nas bibliografias consultadas para a realização deste estudo, constatou-se que essa partilha, ou seja, a divisão dos animais nascidas com pleno vigor físico, se tratava de uma fórmula primitiva de participação nos lucros da produção.

Destaca que é dado ao vaqueiro, enquanto administrador do rebanho sob seus cuidados, nas ocasiões dos partilhamentos, quase sempre recebia um brinde especial pelo trabalho realizado. Sendo normalmente presenteado com uma rês já velha, mas em bom estado, para que a mesma servisse de alimento para si e seus familiares. A somatória de todas essas coisas descortinadas no cotidiano do vaqueiro barrense deixa transparecer que sua profissão é um tema relevante da discussão sobre sua participação na formação da identidade cultural do povo local. Compreender e assimilar essa importância significa, irremediavelmente, mergulhar na história da evolução social dos barrenses desde o povoamento aos dias atuais.

Cabe destacar nas reflexões elencadas que a presença do vaqueiro nos festejos de Nossa Senhora da Conceição, acontece entre altos e baixos, já que o dia 06 de dezembro, data da procissão e missa em homenagem a esse trabalhador, tem a participação dos não vaqueiros que, a cada ano, engrossa o rosário de fiéis no evento tido como tradicional. Observa-se, ao longo da pesquisa, que há pontos negativos na compreensão da problemática levantada, dentre estes o fato de que o vaqueiro, aos poucos, vem perdendo sua importância dentro da cadeia produtiva da pecuária local.

Esse quadro negativo na economia local se agrava com a saída dos filhos e herdeiros dos proprietários de terras, para estudar em outros centros, muitas vezes não voltando mais às origens, deixando sem opção de continuidade o laço familiar dos coronéis que, sem domínio da tecnologia perdem muitos dos seus espólios e domínios políticos.

Referências

- ABREU. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. ED. Da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro. Briguiet, 1930.
- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CASCUDO. Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 11ª ed. São Paulo. Global, 2002.
- CASCUDO. Luís da Câmara. Vaqueiro e Cantadores. (1939). Rio de Janeiro: Ediouro. 2000.
- CHAVES, Monsenhor. Obra Completa, Teresina. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. 2013. 639 p.
- CUNHA. Euclides da. Os Sertões. 12ª edição, p – 118-119. Editoria Francisco Alves, 1993.
- DIAS. Claudete Maria Miranda. Balaios e Bem-Te-Vis: A Guerrilha Sertaneja 2ª edição, Teresina: Instituto Dom Barreto. 285 p.
- FONSECA NETO, Antônio. In: Municípios Turísticos Piauienses – Barras. Teresina: Sebrae, 1996. p. 17-19.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 133.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, A. Época Colonial. 2º Volume. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960, p. 128.
- REGO FILHO. Antenor. Barras, Histórias e Saudades. EDUFPI, 2007.
- GAMEIRO. Alvina. Chico Vaqueiro do meu Piauí. Ed. Henriqueta Galeno. Fortaleza – Ceará, 1971.
- MOTT. Luiz R. B. Piauí Colonial: população econômica e sociedade. Teresina 1985. (Projeto Petrônio Portela).
- PIMENTEL, Sidney Valadares. O chão é o limite: A festa de Peão de Boiadeiro e a domesticação do Sertão. Editora UFG. Goiás, 1997.
- SANTANA. R.N Monteiro (org). Apontamentos para a História Cultural do Piauí. FUNDAPI. Teresina. 2003. 486 p.
- SOBRINHO. Barbosa Lima. Devassamento do Piauí. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972

TÚMULOS, ESPAÇOS DE TOPOFILIA E TRANSCENDÊNCIA

Marcia Regina de Oliveira Lupion³¹⁸

As manifestações de transcendência assim como a prática de significar locais como sagrados remontam aos primórdios da vida humana como registrado em inscrições gráficas presentes em cavernas ocupadas pelos *Homo erectus*. O que nos leva a compreender essas manifestações como companheiras da história humana desde que se tem registro dela conforme demonstrou Mircea Eliade (1978, p. 34), para quem a presença de pinturas em locais de difícil acesso, como grutas inabitáveis, representam uma intencionalidade indiscutível quanto à significação desses locais como santuários.

Mais do que um simples local de enterramentos, os cemitérios têm uma historicidade própria cuja relação com os vivos é íntima e sagrada, sendo os túmulos, ainda que não façam parte de um equipamento cemiterial, locais nos quais é guardado esse mesmo sentido de sacralidade, quer estejam localizados em cavernas, florestas, contíguo a igrejas ou em seu interior, ou ainda sob a administração pública.

Cemitérios e túmulos, portanto, remetem a emoções diversas e ensejam formas distintas de rememorar o ente falecido assim como de estabelecer relações diversas com a morte. Para Le Breton (1999, p. 137), existem lugares apropriados que autorizam determinadas emoções, sendo cemitérios e tumbas locais com maneiras específicas de manifestações que, considerados em sua estética, permitem ser compreendidos como espaços de transcendências e Topofilia.

Etimologicamente a palavra transcender remete a atravessar, ultrapassar, transpor (HOUAISS, 2020), e, no caso que aqui interessa, algo que ultrapassa a realidade sensível. Nessa perspectiva, é possível considerar que os seres humanos têm buscado ao longo de suas experiências no mundo diferentes formas de manter relações ou experienciar o sagrado, seja por meio de imagens, locais naturais ou artificiais, gestos, danças, meditações, audições ou promoções de determinados sons, orações, objetos, enfim, a partir de suportes diversos inscritos ou não na materialidade e nas expressões corporais físicas ou sensíveis.

O que se constata com essa permanência é que ao desenvolverem a capacidade de dar sentido ao visível e ao não visível, os seres humanos deram origem a maneiras diversas de vivenciar sua relação com o natural e com o sobrenatural, sendo a transcendência uma dessas manifestações cujo significado reside em ser o elo entre o tangível e o intangível.

Considerando esse elo, neste artigo discute-se o túmulo como um espaço de transcendência no qual, em rituais particulares e ao mesmo tempo de identificação e comunicação entre determinados grupos, os visitantes cemiteriais buscam entrar em contato com o ente querido do qual foram separados pela morte do corpo, mas não do afeto vivido.

O túmulo, enquanto espaço de transcendência, assume ainda o sentido de ser um local topofílico, que suscita gestuais específicos, e de recepção de objetos cujo objetivo é ultrapassar os limites do vivido e, ao menos por alguns instantes, retomar a ligação com o ausente falecido por meio do acesso possibilitado exatamente por

³¹⁸ Marcia Regina de Oliveira Lupion. Doutoranda em História, Cultura e Política com ênfase em História, Cultura e Narrativas. Trabalhos desenvolvidos nas áreas de História Oral, História das Sensibilidades e História das Religiões e religiosidade, Micro-história e História Regional e de Cidades. Atuações na Rede pública de ensino fundamental, médio e superior e faculdades privadas.

gestos, orações e objetos de conhecimento mútuo, que são essenciais nesse processo de reencontro no túmulo-limiar. Para que a comunicação se efetive, é necessário que ambas as partes reconheçam a simbologia presente tanto nos objetos quanto nas orações ou gestuais.

Submetido à corrente historiográfica que tem na cultura seu campo de investigação, discute-se os túmulos como espaços de Topofilia e transcendência presentes nas manifestações ocorridas nesses locais. Ou seja, um local que se tornou objeto de afeto entre a pessoa e lugar e, portanto, um espaço de transcendência onde se acredita que possa ocorrer a comunicação com os inumados.

A discussão parte da percepção acerca das sensibilidades apresentadas pelos visitantes do túmulo de Bernardo Cnudde, padre conhecido por promover curas e exorcismos na cidade de Maringá, no Paraná, e como estes operam sua relação no pós-morte com aquele que foi seu conhecido e com o qual puderam contar em momentos de alegria e de aflição. O trabalho de campo realizado nas dependências do cemitério municipal foi essencial para observação das formas de agir dos visitantes que, posteriormente, foram analisadas segundo pressupostos antropológicos e históricos acerca dos gestuais humanos e suas simbologias.

O elo representado pelo túmulo foi verificado quando em trabalho de campo realizado junto ao jazigo do padre, observou-se a forma como os vivos se manifestavam diante da sepultura. Uma vez junto ao túmulo, o que se viu foram pessoas adultas, sós ou em coletividade, na faixa etária dos cinquenta anos ou mais, em posturas gestuais de contrição como as mãos sobre o peito, a cabeça baixa e até ajoelhadas.

Figura 1: O toque.



Fonte: LUPION, 2018.

O toque das mãos na foto que orna a sepultura e no próprio coração acompanhado de orações silenciosas é uma das manifestações que se repete à exaustão entre os visitantes. Somam-se a esse gestual orações e um número expressivo de objetos que são colocados sobre o túmulo e na lápide, configurando-se numa cultura material religiosa investida de léxico cuja compreensão é comum entre visitantes e defunto.

Outra manifestação que ocorre frequentemente são orações realizadas pelo grupo carismático adotado pelo padre quando este ainda era pároco de uma das igrejas católicas de Maringá. Desde sua morte em 20 de novembro do ano 2000, o grupo costuma realizar, nessa data, orações junto ao jazigo homenageando o padre, dois outros casais e um segundo pároco, todos pertencentes à comunidade.

No dia de finados esse mesmo grupo é responsável pela liturgia da missa que acontece nas dependências cemiteriais, quando relíquias, ou seja, objetos pertencentes aos falecidos são levados para o altar durante a apresentação dos dons, um dos momentos da homília das celebrações católicas. Nessa ocasião, é conduzida até o altar uma estola pertencente ao monsenhor e, por vezes, pessoas que acreditam ter recebido milagres de cura de suas mãos são as responsáveis pelo traslado do objeto.

Além desses três momentos de intensa demonstração pública de afetos, foi possível observar em dias não comemorativos a presença de pessoas em oração junto ao túmulo. Indagadas sobre os motivos da visita, a maioria admite estar em busca de algum tipo de graça ou estar agradecendo por perdidos concedidos pelo padre. É comum se referirem a ele como “um homem muito bom”, “alguém que sabia ouvir” e “que não fazia distinção entre as pessoas”. Muitos gostam de lembrar sua escolha em ser enterrado no cemitério municipal para poder “estar junto ao seu bom e amado povo”, frase que, segundo muitos, o padre costumava repetir com frequência.

Não foram apenas as manifestações ocorridas junto ao túmulo do padre que instigaram a pesquisa, e sim, sua própria biografia marcada pelo atendimento massivo e pelos relatos de cura exaustivamente citados mesmo quando ele ainda estava vivo. A partir dessa pesquisa de maior vulto é que seu túmulo passou a ser investigado considerando as manifestações dispensadas e um possível caráter de transcendência. Condição esta que, somada às emoções presentes nessas ocasiões, permitiu refletir acerca do sentido topofílico dos túmulos quando as afetividades se tornam visíveis, quer seja pelos presentes deixados no local, quer seja pelos olhares saudosos ou pelos relatos informais daqueles que conviveram com o padre.

O Padre Bernardo

O padre Bernardo Abel Alphonse Cnudde (1939-2000) viveu na cidade de Maringá por trinta e um anos e, ao longo de sua atuação na diocese, foi construindo sua biografia a partir de sua particular prática religiosa voltada para o atendimento ao público de forma individual ou coletiva.

Francês de nascimento e brasileiro por opção, monsenhor Bernardo chegou ao Brasil em 1966 e a diocese maringense em 1967, onde permaneceu por alguns meses antes de assumir uma paróquia numa das cidades da região. Nesse local, sua permanência foi curta e, em 1969 assumiu a paróquia do Divino Espírito Santo, em Maringá, onde permaneceu até o dia de sua morte em 20 de novembro do ano 2000.

Contrariando o lugar comum, em vida o padre pediu aos conhecidos e ao seu arcebispo, Dom Jaime Luiz Coelho (1919-2013), que quando morto, sua inumação ocorresse no cemitério público municipal. Tal pedido contrariou a prática corrente de

que os religiosos e religiosas católicos sejam sepultados no cemitério particular do Centro de Espiritualidade Rainha da Paz, cuja responsabilidade cabe às irmãs missionárias da Congregação do Santo Nome de Maria (CENTRO..., 2019).

Dom Jaime Luiz Coelho lembrou detalhes em vídeo gravado dias após o falecimento do monsenhor do momento em que ele teria feito o pedido em relação ao local em que gostaria de ser enterrado:

Ele [Pe. Bernardo] dizia: “nós tínhamos aqui [em França] o costume de enterrar os sacerdotes nas igrejas matrizes”. Mas, [responde Dom Jaime], há um cânone no direito canônico que diz que não se pode enterrar a não ser os bispos [nas criptas das catedrais]. Então ele disse: “já que não posso ser enterrado na minha igreja matriz, quero ser enterrado no cemitério municipal. Ficar no meio do povo”. E todos pudemos ver a consagração do seu sepultamento (HISTÓRIA..., 2001(?)).

Esse pedido foi problematizado inferindo-se que o padre buscou uma forma de escapar do controle da instituição a qual pertencia e ainda facilitar o acesso daqueles que o conheciam ao seu túmulo, pois ao longo da pesquisa observou-se que o padre sabia qual seu papel junto à comunidade local e internacional e procurou uma forma de manter esse contato. Ressalta-se, porém, que o cemitério do Centro de Espiritualidades é aberto ao público em geral, mas desconhecido da grande maioria da população maringense, sendo este outro elemento que pode ter contribuído para o pedido do monsenhor.

É fato, porém, que os relatos de cura e recepção de graças por meio de suas mãos e orações parecem ser inesgotáveis. Em conversas informais ocorridas junto ao túmulo, a maior parte dos visitantes afirma conhecer alguém ou ter recebido uma graça ou uma cura pelas mãos do monsenhor. Artigos por vezes ocupando meia página de jornais locais registram o fato que podia ocorrer tanto durante celebrações eucarísticas quanto em horários agendados na secretaria da paróquia ou nas próprias residências daqueles que o procuravam. Afinal, segundo os memorialistas, o monsenhor não fazia distinção quer seja de pessoas, credos, horários ou locais para seus atendimentos.

Figura 2: Fiéis dizem alcançar graças em missa.



Fonte: ACERVO DA CÚRIA..., 2017.

Contribui ainda para a lista de práticas do padre o fato de executar exorcismos quando solicitado. Das dezoito entrevistas realizadas, duas citam casos verídicos de casos de exorcismo sendo que um dos entrevistados costumava participar das sessões juntamente com o padre. Cinco entrevistados dizem ter conhecimento de que ele realizava esse tipo de atendimento, mas desconhecem casos específicos ou pessoas submetidas ao ritual.

Traço também interessante desse personagem da história da Igreja Católica na diocese, é que o padre se utilizava de todos os conhecimentos possíveis para atender aos que o procuravam em meio a sofrimentos físicos, emocionais ou financeiros. Foi possível mapear o alcance de suas buscas por conhecimentos em centros espíritas locais e junto a pessoas ligadas à Umbanda, tudo feito sempre de forma discreta e com o objetivo de atender ao seu “bom e amado povo”.

Relatam alguns praticantes do espiritismo que o monsenhor era médium e que por esse motivo sabia identificar pessoas que vivenciavam experiências consideradas sobrenaturais e para as quais ele não sentia pudor em recomendar, ainda que discretamente, que buscassem o centro espírita para ter um atendimento adequado.

Interessante ainda é que dentre seus pares, ele era reconhecido por ter conhecimentos em parapsicologia e que por isso se envolvia com atendimentos ligados a questões de doença e mesmo com os citados exorcismos. Contudo, o máximo que costumam informar acerca da peculiar prática do monsenhor é que a ele foram creditadas curas sobretudo a crianças, e que sua vida sacerdotal foi dedicada, até a exaustão, a atender a uma imensa população cada vez mais desejosa de receber seu atendimento e que não respeitava sua privacidade ou descanso.

Em homília durante a missa de corpo presente, o arcebispo, na ocasião Dom Murilo Ramos Krieger, lembrou que:

O que foram os 61 anos de vida desse nosso irmão e amigo? Todas as lembranças sobre Bernardo formariam um mosaico... Alguns ressaltariam a capacidade acolhedora. Outros, seu dom em dizer uma palavra de ânimo, esperança aos tristes e prostrados; Mães trariam depoimentos do carinho e mil histórias de cura que obtiveram através da benção e da oração de monsenhor Bernardo. Outros recordariam, especialmente os padres, as refeições que Bernardo preparava. O monsenhor foi uma expressão da benção do Pai citada por Paulo que nos escolheu para sermos santos e irrepreensíveis diante de seus olhos. Fomos escolhidos para santos, exemplo de vida. Santo é quem tem Deus como centro de sua vida; quem orienta os seus passos pelos ensinamentos daquele que o enviou – Jesus Cristo, seu filho amado. O pai nos adotou como filhos para fazer resplandecer sua maravilhosa graça, graça que nos foi concedida por ele, o bem-amado. A vida de Bernardo foi uma graça, um dom de Deus... ficam seu testemunho, seu sorriso de menino grande, sua informalidade que a todos atraía... Bernardo revelou a graça de Deus aos humildes (HISTÓRIA..., 2001 (?)).

Investigações documentais, entretanto, informam que o padre se formou na congregação francesa de Saint Jacques e que esta, desde fins do século XIX, mantinha um seminário no Haiti (SOCIETÉ..., 2020), país de referência para a religião Vodou. Com base nessa informação, infere-se que os egressos do seminário de Saint Jacques, comumente denominados de sacerdotes de São Tiago, fossem instruídos no conhecimento acerca da religião Vodou que naquele momento era severamente combatida pelo catolicismo no Haiti. Formado em 1966, o padre Bernardo tinha como sua primeira escolha atuar naquele país, mas, por motivos não explicitados, resolveu vir para o Brasil, país que recebera um seminário de sua congregação no ano de 1960.

Para Dom Jaime Luiz Coelho, a vinda do padre para o Brasil e sua desistência de atuar no país da América Central deveu-se ao seu convite pessoal feito durante a segunda reunião do Vaticano II, em 25 de novembro de 1964 quando o cura esteve em Saint Jacques e lá conheceu o então seminarista Bernardo (HISTÓRIA..., 2001(?)). Essa é uma hipótese plausível, mas existe ainda uma outra situação que pode ter contribuído para o estabelecimento do jovem padre em terras brasileiras que foi a perseguição que Papa Doc, ou François Duvalier (1907-1971), presidente do Haiti durante os anos 1960, empreendeu aos bispos católicos no mesmo período.

Na década de 1960, sob o regime de F. Duvalier, muitos missionários haitianos foram expulsos. Os padres de Saint-Jacques serão alvos privilegiados. O futuro do grupo e seminaristas de São Tiago torna inevitável a busca de novos campos de apostolado, de preferência na América Latina. A escolha será no Brasil. Em 30 de novembro de 1961, os padres Y. Guéguen, J. Daniel, E. Callec e Y. Pouliquen se encontraram no Rio de Janeiro. O grupo fundador se estabelecerá no estado do Paraná em plena expansão e desprovido de padres (SOCIÉTÉ..., 2020).

Ou seja, condições políticas adversas ou um convite afetivo parecem ter contribuído para que o jovem padre optasse por vir trabalhar no Brasil. E aqui chegou, recém ordenado, no ano de 1966, com poucos conhecimentos sobre língua e a cultura. A primeira ele aprendeu de forma bastante precária, segundo seus conhecidos e, quanto à segunda, seus contatos se iniciaram assim que pisou em terras brasileiras e tomou a iniciativa de conhecer terreiros de Umbanda, Quimbanda e Candomblé quando ainda se encontrava na sede do seminário no Rio de Janeiro. Para alguns, os contatos do padre com outras religiões somente se alargaram ao longo do tempo, sempre de forma discreta, mas constante.

Informam ainda, os que conheceram o padre na intimidade que ele não era de falar muito em seus atendimentos, embora fosse um ótimo ouvinte, conselheiro, benzedor e orador eficiente. E foi assim, sendo disponível, solícito e preocupado, curador e benzedor, além de exorcista, que ao morrer, seu túmulo passou a ser objeto de visitas constantes e gestuais referentes, não somente no dia de finados, mas em dias comuns como se constatou durante o trabalho de campo em dias e horários diversos.

Túmulos, espaços de Topofilia e de transcendência

Para pensar os túmulos enquanto espaços de Topofilia e de transcendência foi necessário dialogar com diversos autores, correntes historiográficas e pensadores de áreas afins como a antropologia e a geografia. O geógrafo Yi-Fu Tuan cooperou com o debate ao inserir o conceito de Topofilia ao elo que as pessoas estabelecem entre locais ou ambientes físicos (TUAN, 1980, p. 05) para a compreensão da vivência dos indivíduos com espaços de convívio, sejam eles sagrados ou não.

Em sua análise, Tuan (1980, p. 168) considera que “em geral, os lugares sagrados são locais de hierofania”. Santuários ou tumbas lembram locais onde nasceram ou morreram líderes carismáticos dotados de atributos divinos que adquirem status de santidade, segundo o geógrafo. Na China, por exemplo, não só o túmulo do líder carismático adquire a aura de santuário como também o espaço circundante e tudo nele contido.

Nesse sentido, os cemitérios resultam em ser não somente simples locais onde são agrupadas sepulturas ou reservatórios de corpos (ARIÉS, 2000, p. 54), mas

monumentos, espaços sagrados que guardam a memória e a história dos inumados. Os túmulos, como monumentos, podem perpetuar recordações individuais dos familiares ou coletivas dos falecidos. Realizar a crítica de um túmulo, portanto, pressupõe a consideração de que tais espaços são documentos cuja historicidade pode ser verificada, visto que guardam em sua história o fato de serem “produto da sociedade que os fabricou, segundo relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p. 545).

As manifestações de afetividade ocorridas nos cemitérios transformam o espaço tumular, elemento material que guarda os restos mortais do ente falecido, num umbral ou local de entrada, quase como um limiar que permite a comunicação entre vivos e mortos. A relação gerada pelo elo decorrente do espaço-afeto é o elemento sensível que permitiu pensar o túmulo de Bernardo como um espaço topofílico e capaz de suscitar momentos de transcendência naqueles que o visitam.

O que permite pensar os túmulos também como objetos de estudo da história sensível, uma vez que são locais que ensejam emoções e sentimentos que marcam memórias individuais e coletivas cujas significações particulares ou comunitárias representam as experiências humanas como

(...) uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade (PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10).

O estudo histórico das emoções acompanha as recentes análises acerca do próprio corpo. O corpo, por sua vez, teria se definido como objeto histórico já no final do século XIX, quando se inicia também um processo ligado ao desenvolvimento e expansão da alma sensível e das sensações, cabendo ao século XX, teoricamente, a invenção do corpo quando a dor passa a ser vista como uma perturbação do sistema sensitivo e como uma construção social, psicocultural e uma experiência subjetiva (CORBIN, 2011, p. 7).

Dessa tríplice construção resultam as emoções geradas pela dor, quer seja do corpo físico ou da alma vivente e que, no caso dos falecimentos, podem ser rememoradas quando na presença dos túmulos e cuja representação pode ser vista por meio dos gestuais realizados perante o túmulo do monsenhor. Esse conjunto de gestuais foi compreendido considerando-se os conceitos de *táticas* e *estratégias* de Michel de Certeau (2014) e de *orientações culturais* de David Le Breton (1999). Por meio desses conceitos, é possível realizar uma discussão na qual as ações dos visitantes são compreendidas como a forma que os indivíduos se relacionam com o sagrado e com as instituições.

Se por um lado o conceito de *tática* denuncia que existe uma rede de vigilância que objetiva disciplinar os grupos sociais por meio de *estratégias*, por outro há os consumidores dessas estratégias disciplinares que nem sempre se adequam às imposições. Essa não adequação foi denominada por Certeau como *táticas* e descrita como procedimentos minúsculos, cotidianos, constantemente atualizados sempre em busca de possibilidades de ganho por parte dos consumidores (Certeau, 2014, p. 40).

Os gestos praticados por aqueles que se dirigem ao túmulo do padre foram inseridos na categoria de *táticas*, pois representam momentos em que o público

consumidor forja seu querer frente às instituições como a própria Igreja Católica, que nunca se pronunciou publicamente acerca de Bernardo e do fato de ser a ele creditadas curas para além do universo infantil.

Outro elemento que permite visualizar a resistência dos visitantes em atender às limitações quanto às demonstrações de afeto junto ao jazido é o fato de haver uma placa sobre o túmulo proibindo a queima de velas sobre a lápide. Diante da proibição, os visitantes costumam fazer suas reverências com velas, queimando-as ao redor de todo o túmulo inclusive entre a lápide e o próprio túmulo.

Figura 3: Manifestações dos vivos no túmulo do Padre Bernardo Cnudde.



Fonte: Montagem elaborada pela autora, 2018.

No entanto, não há nenhuma advertência por parte do poder público cemiterial sobre a ornamentação dos túmulos com outros objetos, de forma que grassam sobre a lápide diversos tipos de vasos naturais, artificiais, moedas, rosários, bilhetes e até uma imagem de Nossa Senhora Aparecida com aproximadamente vinte centímetros.

Essa imagem fez, durante alguns dias, parte da decoração tumular do padre, foi vista pela primeira vez em 18 de outubro de 2018, e no dia 02 de novembro do mesmo ano já não se encontrava mais no local. A equipe do cemitério não se manifestou a respeito da retirada do objeto, mas, como nesse período houve uma remodelagem geral no equipamento cemiterial devido aos constantes surtos de dengue na cidade, não só o túmulo do padre como outros jazigos foram despídos da maior parte dos objetos que os ornamentavam.

Certeau ainda contribui para a narrativa quando aborda a questão do homem e suas formas de crer pensando especificamente a oração enquanto produtora de um espaço sagrado e de um gestual específico e comunicador. Segundo o autor, a “oración organiza tales espacios com los gestos que dan sus dimensiones a un lugar y una ‘orientación’ religiosa al hombre” (CERTEAU, 2006, p. 33) e dentro desses espaços os gestos que acompanham as orações servem como linguagens ou como orientadores que comunicam o sentimento de pertença ou de distinção a um determinado grupo.

Essa abordagem certonianiana colaborou para a compreensão dos gestos realizados pelos visitantes do túmulo, como orações da catequese católica, genuflexões etc., como ações que buscavam retomar o elo com o padre uma vez que o conjunto de gestuais utilizados era de conhecimento comum entre as partes.

Le Breton amplia esse olhar quando afirma que o rol de gestuais ou determinadas posturas utilizados durante a fala cumprem a função de simbolizar e significar o que está sendo dito:

Las mímicas, los gestos, las posturas, lá distancia con el outro, lá manera de tocarlo o evitarlo al hablarle, las miradas, son las materias de un language escrito en el espacio y el tempo, y remiten a un ordem de significaciones. [...] Aunque la palabra calle, los movimientos del rostro y el cuerpo se mantienen y testimonian significaciones inherentes al cara a cara o a lá situación (LE BRETON, 1999, p. 39).

Além dos elementos significativos em relação à linguagem dos gestos, a simbologia corporal é também capaz de traduzir o parentesco singular existente entre pessoas de um mesmo grupo e, nesse sentido, os gestos representam orientações culturais e sociais de determinados indivíduos em determinados espaços e temporalidades.

Antropologicamente, os gestos são analisados como “una figura de lá acción, no um simple acompañamiento decorativo del habla” (LE BRETON, 1999, p. 38). No caso das manifestações tumulares, essas encontram-se autorizadas pelo próprio espaço que permite que determinadas emoções e gestuais possam acontecer. A historicidade da morte tem demonstrado que a cultura afetiva é mutável e que, na atualidade, os sentimentos perante a perda de pessoas queridas demandam posturas sociais marcadas pela contrição e pelo zelo perante as celebrações (LE BRETON, 1999, p. 120). De forma que a morte está submetida a significados culturais que orientam a tonalidade tantos dos funerais quanto da dor e do sofrimento (LE BRETON, 1999, p. 123).

Além disso, a forma como os indivíduos se relacionam com o falecido também interfere na dor e no sofrimento vivenciados quando pessoas próximas sentem mais intensamente a perda do ente querido. Ou seja, o significado da morte, seu sentido e as emoções geradas estão submetidas às relações interpessoais de forma que “su repercusión individual y social es impuesta por la evaluación del sujeto y el grupo y la investidura afetiva de que era objeto el falecido” (LE BRETON, 1999, p. 123).

O número de visitantes do túmulo, que chega a 140 pessoas em horários de pico no dia de finados, revela a intensidade da investidura afetiva que a comunidade daqueles que conheceram o padre dispensam nessas ocasiões. Geralmente na casa dos cinquenta anos, quando interpelados, os visitantes mencionam casos pessoais ou de conhecidos que foram objetos da recepção de graças pelas mãos do pároco. Alguns, inclusive, creditam a ele a recepção de graças mesmo após sua morte.

Grassam nos relatos casos em que o padre, mesmo cansado após ter trabalhado o dia todo, quer seja em atividades eclesiais, quer seja em atendimentos ao público, ainda atendia na sacristia da igreja até altas horas da noite. Outros contam que o padre fora até suas casas para realizar exorcismos. Mas o relato mais constante é o de que ele era um santo por se dedicar intensamente ao atendimento daqueles que o procuravam em suas aflições.

Entre seus pares, o padre é lembrado de três formas. A primeira se refere à habilidade em cozinhar. Tendo feito cursos de gastronomia na França, o padre trouxe para o Brasil o seu gosto pela culinária juntamente com um faqueiro especialmente

produzido para chefes de cozinha. Em sua casa constam, inclusive, duas áreas gourmet com dimensões diferentes. Numa delas, a mais íntima, é possível receber até quinze pessoas, foi equipada com churrasqueira e fogão elétricos, algo raro para os anos 1990 quando a casa foi construída. Na área maior, localizada no térreo do sobrado, é possível receber até meia centena de pessoas sentadas no amplo salão equipado também com uma churrasqueira a lenha ou carvão, pia e armários.

A segunda forma como o padre costuma ser lembrado é por sua paixão pela pescaria, quando se retirava de suas atividades para descansar e se preparar para sua jornada de trabalho e atendimento. Nessas ocasiões, costumava estar acompanhado por paroquianos com os quais convivia na intimidade ou mesmo de padres que, como ele, apreciavam a pesca. Não contente em apenas pescar, o padre ainda preparava os peixes no melhor estilo francês, contam enquanto riem das memórias.

Num terceiro momento, como citado anteriormente, os pares ainda lembram do monsenhor da mesma forma como seus ex-paroquianos e simpatizantes, ou seja, quanto à sua intensa atividade de atendimento. Mas não mencionam que fizesse curas ou milagres, apenas atestam que se costuma atribuir a ele essas capacidades.

Assim compreendido, o rol de gestuais são considerados como representativos dos códigos culturais e das temporalidades em que estão inseridos e, nesse sentido, a conclusão de Le Breton pode ser comparada a de Michel de Certeau quanto ao fato de que as orações e gestos contritos como genuflexões por exemplo, passam a ser uma forma de linguagem compreendida tanto pelos vivos quanto pelo falecido, pois ambos vivenciaram os mesmos códigos da religiosidade católica com os quais geralmente podem ser identificados os gestuais.

Conclui-se, portanto, que a forma como os visitantes do túmulo se comportam considerando o gestual e objetos-presentes deixados sobre e ao redor do jazigo, são consideradas tanto táticas de comunicação quanto demarcação de seus próprios domínios perante a instituição católica ou das normas da administração pública responsável pelo cemitério. Sabedores de que para a Igreja Católica local o padre é somente mais um dentre tantos outros, seus admiradores encontraram formas de reverenciar aquele que teria sido muito mais do que um padre submetido incondicionalmente às normas do catolicismo.

Diante do exposto é que as ações realizadas pelos visitantes do túmulo do monsenhor Bernardo foram concebidas como espaços de comunicação nos quais os vivos se reencontram com o morto que já não é mais falecido e sim vivente de outra dimensão cujo encontro torna-se possível por meio do conjunto composto por objetos, orações e simbologia corporal realizados quando frente ao que agora pode ser chamado de túmulo topofílico, ou seja, um portal em que o acesso se dá por meio da linguagem compartilhada entre as partes.

Local de afetos, as táticas criadas pelos vivos para manterem contato com seu ente querido não somente no sentido de recordá-lo, mas de evocar seus poderes de cura e interseção por graças quando sentem a necessidade desse expediente, é que permite pensar em túmulos como espaços de Topofilia e transcendência.

Referências

FONTES

Acervo da Cúria Metropolitana de Maringá, 2017.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda, 2000.

CENTRO DE ESPIRITUALIDADE RAINHA DA PAZ. Disponível em: <http://pbmm.com.br/cerp>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CERTEAU, Michel de. El hombre em oración, “esse árbol de gestos”. In: _____. *La debilidad de creer*. Buenos Aires: Katz, 2006. p. 33-44.

_____. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. vol. 1.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Org.). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. 4. ed. Tradução: João Batista Kreuch, Jaime Clasen; revisão da tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 3.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da idade da pedra aos mistérios dos Elêusis*. vol 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HISTÓRIA de Monsenhor Bernardo Abel Alfonse Cnudde. Maringá, Pr: Produção Independente, 2001 (?). 1 DVD (121 min.). Port., color.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Disponível em: <https://chrome.google.com/webstore/detail/dicion%C3%A1rio-houaiss-corpor/hammcnepmfbkccbhccepkkgffeimkalab?authuser=1> . Acesso em: 18 mai. 2020.

LE BRETON, David. Cuerpo e comunicación. In: _____. *Las paciones ordinárias: antropología de las emociones*. Buenos Aires: Edicione Nueva visión, 1999. p. 37-102.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LUPION, Marcia Regina de Oliveira. *O toque*. 2018. 1 fotografia digital, color., 2.53 MB (no original), arquivo JPG, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SOCIÉTÉ DES PRÊTRES DE SAINT-JACQUES. < <http://www.missionnaires-st-jacques.org/vocations/vocations-bresil/>> Acesso em 25 mai. 2020.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: MEMES COMO RECURSOS DIDÁTICOS

Marcos Vinícius Constança de Oliveira³¹⁹

Resumo: Segundo uma visão da pedagogia freiriana, o estudante não é uma página em branco a ser preenchida com o conhecimento do professor, tampouco o segundo tem o dever de transmitir informações. Assim, partindo do conhecimento de base do educando, o educador tem o papel de mediador na construção dos saberes. A proposta deste trabalho consiste na utilização de memes como recursos para o desenvolvimento de aulas mais atrativas, que auxiliem o professor e o aluno na construção do saber histórico. Partindo dessa perspectiva, no que diz respeito ao ensino de História, utilizar a tecnologia e seus conteúdos como recursos.

Palavras-chave: Ensino, História, meme, recurso didático.

A informação no século XXI

A chegada do século XXI trouxe consigo avanços tecnológicos significativos para a vida do ser humano, destacando-se, principalmente, a área da comunicação. Com o avanço nas produções de tecnologia, tornou-se possível a conexão entre pessoas dos mais afastados pontos do mundo. No que diz respeito à História contemporânea, temos na internet a maior fonte de pesquisa, sendo um ambiente de armazenamento de dados e nos possibilitando o acesso aos mais variados assuntos no momento em que surgem.

Dentro deste cenário, temos um fator importante na disseminação e análise das informações, que é a utilização da linguagem visual. Ao longo de toda a história, as imagens foram uma fonte de comunicação, retratando o cotidiano, a época e costumes de determinada civilização, por exemplo. Atualmente, temos uma maneira de utilizarmos as imagens para retratar nosso dia-a-dia e levar informações fazendo uso do humor. Essas imagens são conhecidas como memes e elas se difundem na sociedade com muita facilidade, uma vez que, a internet age como seu ponto de divulgação.

Temos então a utilização destas já em diversas frentes, como nas redes sociais, nos meios de telecomunicação e em jornais. Entretanto, cabe a discussão sobre professores fazerem o uso desse meio como recurso didático.

Desse modo, aqui será tratada a relevância dessa forma de comunicação atual no meio educacional, como um recurso didático e também como uma representação de uma nova linguagem. Sendo assim, acabam por ser ferramentas que facilitam o acesso de muitas pessoas às informações, simplificando, muitas vezes, temas complexos, com humor.

É importante ressaltar que quando um meme é produzido, dentro de sua estrutura, cabe a liberdade de criação, podendo ser representada até mesmo em sua linguagem escrita, pois em poucos momentos, se leva em conta sua forma padrão – este é um dos recursos capazes de democratizar a informação.

A tecnologia na construção de uma educação democrática

³¹⁹ Licenciado em História pela Universidade de Sorocaba (UNISO); professor de educação básica na rede pública do estado de São Paulo.

Observado por Paulo Freire (1996), o fenômeno da tecnologia tem um grande potencial na construção da curiosidade e, por consequência, na autonomia sobre o processo de construção do saber do estudante. Tal fenômeno também foi observado por Hylío Laganá e Fabrício do Nascimento (2016), onde apontam que, quando o uso de imagens foi introduzido no convívio dos estudantes, o resultado foi quase que imediato, atraindo-os e fazendo com que sua curiosidade fosse estimulada.

No contexto atual, imagens e tecnologia fazem parte do cotidiano dos jovens, ainda que não da totalidade – a parcela desfavorecida da sociedade não conta com o acesso amplo em suas casas e, em muitos casos, nem mesmo nas escolas. O desafio agora é outro, pois somente imagens não os atraem da mesma forma como no início da utilização das tecnologias em ambiente escolar. A utilização de memes é uma forma de inovar em algo que já estava, aos poucos, se tornando rotineiro e desinteressante para boa parte dos estudantes.

Como afirmado por Michele Martins Lopes (2019), em seu estudo sobre a propagação dos memes, “Hoje em dia faz-se útil estudar a propagação de um meme devido a sua importância nas mídias sociais e também a sua influência na sociedade, de um modo geral.” (LOPES, 2019, p. 6). Esse efeito causado nas mídias sociais pode e deve ser utilizado pelos docentes como um meio de alcançar os estudantes.

Quando pensamos no caso da disciplina de História, temos que nos lembrar que há, nos dias atuais, um desligamento dos jovens em relação ao passado público, como se estivessem inseridos em um presente contínuo, como observado por Hobsbawm (1995), o qual deve ser desconstruído continuamente no espaço escolar. Para que isso se torne possível, é necessário levar aos discentes a noção da relação deles com o passado, com o local e com o contexto no qual estão inseridos, para que se entendam como sujeitos na construção do saber escolar e, também, o não escolar. Nesse momento é que se encontra a dificuldade de muitos educadores, pois como apontado por Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009), há um ódio dos jovens para com a História. Mas na verdade este ódio se dá à maneira como esta é trabalhada. E é aqui que os memes podem ser o diferencial, uma vez que utilizam-se de linguagens informais e do humor, temas antes considerados complexos podem ser dinamizados e transformados em algo atrativo, que está no cotidiano dos jovens.

A educação é, em si mesma, crítica. O papel de aprender parte da percepção de que não sabemos. Assim temos a base do processo educativo ao qual o ser humano está destinado, uma vez que é capaz de entender-se como inacabado (FREIRE, 1996), sobre essa questão, Marcos Francisco Martins aponta que “[...] o ser humano não nasce pronto; nasce, ao contrário, inacabado, inconcluso, muito embora traga como herança ‘acabamentos’ dados pelas práxis da humanidade em períodos anteriores.” (MARTINS, 2019, p. 151).

Por isso, a prática educacional crítica consiste no reconhecimento da inconclusão do ser humano, sendo papel de todos os agentes da prática do ensino-aprendizagem, trabalhar essa questão e incentivar, principalmente os estudantes, na construção do saber crítico e na prática cidadã, que se faz transformadora.

O docente, tem então, de ser democrático em sua prática educacional e, para isso é necessário reforçar a criticidade do educando, sua curiosidade epistemológica, seguindo preceitos de rigorosidade metódica, para assim exercitar a prática cidadã do discente. Nesse cenário, temos a ideia de que o educador age na construção de saberes e que estes não podem apenas ser transferidos aos educandos (FREIRE, 1996). Assim, ambos se entendem e atuam como sujeitos na construção deste saber (idem).

O saber crítico está sempre em movimento, adaptando-se ao momento no qual os agentes de sua construção se encontram. Entretanto, não podemos nos esquecer que a escola está situada em uma sociedade e, por isso, no que diz respeito à educação, temos que ter consciência que “Há interesses econômicos e políticos que se projetam também sobre ela” (BRANDÃO, 2013), e que em toda sociedade há uma hierarquia que conta com uma hegemonia política e econômica, na qual entende-se que “[...] toda relação de hegemonia implica relações educativas.” (MARTINS, p. 153), na qual tais relações devem ser críticas. No caso do século XXI, no contexto neoliberal em que estamos inseridos, podemos ver muitas atitudes que visam treinar os jovens para um ambiente competidor. Contudo, é necessário repensar as formas de combater essa lógica dentro do meio educacional.

A utilização de novos recursos, como é o caso dos memes, é uma forma de mostrar-se atuante além do ensino mecanicista e repetidor (FREIRE, 1996). É capaz de pensar criticamente aquele que não se prende à memorização, mas sim na interpretação do que lhe é dado – tanto educador quanto educando –, tornando possível uma prática educativa formadora e transformadora dos saberes, na qual os sujeitos envolvidos se utilizam da curiosidade, para partir em busca da rigurosidade metódica, reconstruindo o saber ensinado (idem).

A historicidade do meme

É bastante recorrente a professores do ensino básico, quando trabalhando o tema sobre fontes históricas, na tentativa de ser didáticos e diretos, afirmarem que as fontes são todos os vestígios produzidos pelos seres humanos ao longo do tempo. Seguindo a mesma linha de raciocínio, nos cabe a reflexão acerca da historicidade presente em um meme, se é possível utilizá-lo como uma fonte histórica e qual seu papel na construção do saber histórico.

Nesse pensamento, temos de levar em conta o papel social dos memes. Embora pareçam apenas uma forma de fazer piadas sobre os mais variados temas, eles são capazes de ir muito além, fazendo com que assuntos, que muitas vezes não são compreendidos pela maioria, tornem-se de mais fácil acesso. Isso se deve ao seu caráter informal e dinâmico, que faz com que o acesso à informação seja dinamizado. Entretanto, é necessário entender que eles não servem como produto final no que diz respeito à construção do conhecimento, mas sim como um facilitador, um incentivador, que faz com que as pessoas possam se sentir confortáveis a se aprofundar nos assuntos que mais interessem, principalmente os estudantes, como é o foco aqui trabalhado.

No âmbito escolar, o meme pode partir do mesmo pressuposto, fazendo com que o aluno se sinta mais confortável com assuntos que até aquele momento lhe causavam desconforto. No que diz respeito ao ensino de História, temos uma poderosa ferramenta, que pode se utilizar de quadros históricos e outros meios, acompanhados de um texto informal, com o objetivo de levar informação e humor.

Pensando a respeito da memória social presente no cotidiano do aluno e à visão freiriana de que é necessário fazer com que o discente se sinta reconhecido, parte do processo, como se os temas até aquele momento estanhos, lhes fosse apresentado de um modo que faz parte do seu dia a dia, caminhando com seu conhecimento prévio. Desse modo, podemos entender que o meme pode carregar em si uma certa historicidade didática, quando este poderá ser visto como um documento – no futuro – que foi utilizado no processo de construção do saber histórico e social dos jovens.

Constitucionalmente, há uma busca pela construção de uma memória plural e, para tanto, entende-se o patrimônio cultural de maneira mais abrangente, rompendo com a visão tradicional e elitista, valorizando a presença de elementos de outros grupos étnicos na formação social brasileira (ORÍ, 2006). Podemos então observar que a historicidade presente nos memes tem um papel cultural e social, democratizando uma informação, levando ao aluno a identificação com o que está sendo estudado, exercitando sua historicidade.

A formação cidadã a partir dos memes

Segundo a análise realizada por Manuel Gonçalves Barbosa (2015), a educação se encontra em uma situação ambígua no contexto neoliberal, que conta com um discurso voltado para a autonomia, o qual não é bem articulado e que promove a ideia de competição constante entre os estudantes, ou seja, cria concorrentes, que não se entendem como parte de um processo de construção social que parte do preceito de colaboração. Diferente do que Freire (1996) defende em seus estudos, em que o papel da educação é contrário a esse discurso, onde ela desenvolve no discente a sua curiosidade epistemológica e uma visão crítica do mundo, partindo da inclusão, que leva em conta os saberes prévios do estudante.

A partir dessa perspectiva, o discurso mecanicista e neoliberal empregado na educação deve ser combatido e, com participação de todos os agentes, substituído por uma prática educativa acolhedora, que seja capaz de fazer com que todos sejam sujeitos ativos de sua própria história e do seu próprio saber. Reconhecendo que o ser humano é inconcluso, é importante ter consciência dos saberes adquiridos em suas experiências empíricas, nas quais se molda como atuante na formação e transformação da sociedade, exercendo sua cidadania.

Temos então a seguinte relação da educação com a cidadania, sendo que a estas são indissociáveis e atuam em conjunto no processo da formação humana, segundo Marcos Francisco Martins, “[...] a educação refere-se à autoprodução do gênero humano, que resulta ser entendida como processo de formação humana, que é imanente ao desenvolvimento histórico, sendo a cidadania dela inseparável.” (MARTINS, 2019, p. 150).

Entretanto, quando pensamos na ideia de cidadania, na formação cidadã, estamos habituados a relacionar a escola como principal local de aprendizado e formação. Sobre isso, cabe a reflexão acerca dos locais de aprendizado e como o meme participa nessa construção social. Pois sabe-se que somente se entende como cidadão aquele que se identifica com o espaço e o grupo que está inserido, contudo esse vínculo pode parecer distante quando a escola entra com sua abordagem tradicional, agindo, segundo a perspectiva de Louis Althusser (2010), como um aparelho ideológico do Estado. O meme entra então, como o articulador.

As novas gerações que já estão inseridas na era tecnológica não se identificam da mesma forma com os espaços geográficos que os cercam, mas sim com o espaço virtual na qual passam a maioria de seu tempo. Sendo assim, passam a ter mais familiaridade com linguagens digitais, conteúdos, dinâmicas. O professor deve entender que essa é uma nova realidade e que se adaptar a ela é extremamente necessário para cumprir com sua função formadora, utilizando-se de recursos que até então não eram imaginados em ambientes escolares.

Os memes são a marca dessa nova geração, sendo extremamente vantajosos quando não temidos. A partir deles é possível contextualizar conteúdos escolares com recursos tecnológicos, tornando possível a relação com os espaços geográficos em

que os alunos estão inseridos, utilizando de informações presentes em seu contexto, gerando assim a ideia de pertencimento, que posteriormente poderá ser entendida como cidadania, pois aquele que se identifica, tende a ser também aquele que luta pelo objeto de sua identificação. Nesse caso, podemos ter um componente curricular, uma localidade, um grupo social, entre outras opções com as quais os jovens podem se sentir pertencentes.

Os locais de aprendizado: O meme na educação escolar e não escolar

Erroneamente, a população geral tende a relacionar o aprendizado ao ambiente escolar, como se este fosse o único caminho para a prática educacional e da construção do saber. Sobretudo, temos de levar em consideração que, desde o momento do nascimento, uma pessoa não só é capaz, como aprende constantemente. Nas mais diferentes regiões do mundo, em diferentes sociedades e culturas, temos modelos de educação não escolar acontecendo a todo momento (BRANDÃO, 2013), podendo ser observado que não se tem apenas um modelo voltado para a prática educacional. Por isso, os memes podem ser considerados parte de um processo de educação que está além do modelo escolar e do espaço físico da escola. Dessa forma, eles podem ser recursos interessantes na construção do saber individual e coletivo.

É preciso desconstruir e reconstruir toda essa noção acerca da educação e de como as pessoas participam do processo de ensino-aprendizagem. Sobre isso, Carlos Rodrigues Brandão apontou que,

“[...] em qualquer lugar e a qualquer tempo [...] a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível, a não ser nos lugares onde pendura alguma placa na porta com o seu nome.” (BRANDÃO, 2013, p. 16)

Reconhecendo a existência e a importância da educação não escolar, que está presente na vida dos discentes desde que são inseridos em um grupo social, é possível trabalhar todo o conhecimento empírico que eles carregam para trabalhar a construção do saber crítico e construtivo, que se faz transformador da realidade. A relevância dos aprendizados que são trazidos antes da convivência escolar se evidenciam na compreensão de que “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.” (BRANDÃO, 2013, p. 9). Somente partindo desse pressuposto é que se pode trabalhar a pedagogia freiriana, na qual o educando é posto como protagonista na construção do seu saber e o educador age como facilitador (FREIRE, 1996), auxiliando em todo esse processo.

O meme está presente em vários âmbitos da vida dos jovens, ajudando em sua construção de visão de mundo, de seu conhecimento enquanto pessoa e de seu lugar no mundo, assim como as músicas, os filmes, todos os conteúdos que os discentes consomem além do ambiente escolar. Ele já age como um objeto de construção do conhecimento, um recurso no processo educacional, mesmo antes de ser utilizado em sala de aula.

O meme em sala de aula

Com base nos tópicos acima apresentados, não cabe uma conclusão, mas sim uma reflexão que visa dar espaço para que tal proposta seja cada vez mais discutida,

uma vez que a educação deve ser libertadora, não apenas um meio de reprodução de informações e, para tanto, aproximar todas as práticas educativas do cotidiano do educando é de extrema importância. Nesse momento que o meme se torna extremamente relevante e capaz de democratizar o ensino.

Não somente por meio de apresentações em projetores – coisa que muitas escolas acabam não tendo acesso –, mas a ideia de meme, a construção coletiva, a contextualização a partir de algo que os estudantes tem contato na internet, são formas de utilizar dessa nova ferramenta que se apresenta nos dias atuais. Não podendo ser considerado o objeto fim na construção do saber científico, ele pode agir como recurso na transformação da curiosidade ingênua na curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996).

Algumas ideias sobre como utilizar os memes e em quais momentos a utilização pode ser aproveitada pelo docente:

- No início da aula, como introdução ao assunto a ser trabalhado. O professor pode se utilizar do meme como uma ferramenta introdutório, para não gerar tensão nos estudantes, dando início a um assunto complexo com humor e contextualizando o que está sendo apresentado. Aqui encontra-se uma oportunidade de descontração, na qual a curiosidade dos discentes começa a ser estimulada por se identificarem com o material apresentado;
- No decorrer da aula, como uma descontração na tentativa de quebrar o ritmo. A vivência em sala de aula faz com que seja perceptível a dificuldade em ter a atenção dos alunos por mais do que apenas alguns minutos. Para isso, o meme posto no decorrer da aula pode quebrar um andamento monótono de um momento explicativo, colocando um espaço para comentários e humor na aula. Muitas vezes os assuntos mais complexos tendem a fazer o foco dos alunos se perder rapidamente;
- Ao fim da aula, como meio de retomar pontos importantes. Após a elucidação do tema, da explicação e da discussão na construção do saber individual e coletivo, usar um meme como forma de retomar as ideias apresentadas pode ser de grande valia, uma vez que todos provavelmente estarão mais cansados do que no momento inicial da aula, então ele torna o ambiente mais leve, contando com o humor para a revisão da aula;
- Na avaliação, como forma de contextualização. Aqui cabem duas propostas aos professores. Além de colocar em seu momento avaliativo o meme pronto para análise do estudante ou sua contextualização com alguma outra fonte histórica; cabe também a ideia de utilizar o tema central como proposta para os discentes criarem um meme, para fazerem uso de seu saber adquirido em um ambiente não escolar e trazê-lo para esse novo espaço de construção de um saber científico.

As propostas acima não esgotam as possibilidades do uso do meme nas aulas de História, assim como em todas as disciplinas em que o docente se sinta instigado a inovar. Na verdade, são apenas um ponto de partida, podendo ser utilizadas como uma forma de sondagem para a reação do grupo para com a novidade trazida pelo docente. Cabe somente aquele que optar pela utilização dos memes, a capacidade de inovar no uso de um recurso que está à disposição de todos, uma vez que, nas redes sociais é comum encontrar pessoas e até mesmo grupos que se dedicam à criação de memes

com viés históricos, fazendo com que haja um enorme acervo a ser explorado para enriquecimento do ensino de História.

Levando em conta o que foi observado, conclui-se que o meme pode ser utilizado como recurso didático-pedagógico na prática educacional, trabalhando na construção do saber de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, respeitando, reconhecendo e dando valor aos saberes trazidos pelos discentes em sua experiência, utilizando deste que está inserido em seu cotidiano. Tem-se então uma prática na qual são utilizados os aspectos da educação escolar e a não escolar, na formação de um ser que se sabe parte do mundo no qual está inserido, estimulando sua curiosidade, levando rigor ao seu aprendizado e construindo a ideia de cidadania na qual estes que se encontram no papel de educandos, posteriormente assumam o papel de educadores, mas não necessariamente professores profissionais, mas sim capazes de agir na transformação da realidade a qual estão inseridos, utilizando de sua visão crítica e todos seus saberes que foram, ao longo de sua vida, construídos em colaboração, entendendo-se como sujeito ativo na História.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- BARBOSA, Manuel Gonçalves. **Educação e ambiguidades da autonomização**: para uma pedagogia crítica da promoção do indivíduo autônomo. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 995-1008, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000400995&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/07/2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 63ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.
- LAGANÁ, Hylío; NASCIMENTO, Fabrício. **Utilizando Linguagens Imagéticas na Comunicação Professor-estudantes**. In: Souza, M. H. A. de O; GIL, M. S. C. A. (Org.). **Diversificando caminhos da formação de professores UFSCar**: algumas contribuições. 1ed. São Carlos: Compacta, 2016, v. 1.
- LOPES, Michele Martins. **Dinâmica da propagação de memes via sistemas com memória**. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Estatística Aplicada e Biometria) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1327> > Acesso em: 02/06/2020.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Todos educam para a cidadania**. Cadernos de pesquisa, v. 26, p. 149-166, 2019.
- ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de história**. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.
- TORRES, Ton. **O fenômeno dos memes**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 68, n. 3, p. 60-61, Set. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28/05/2020.

CONCEITUANDO O GOLPE: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O GOVERNO MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Paula Eloise Santos³²⁰

Introdução

O cenário político brasileiro dos anos iniciais da década de 1960 encontrava-se caótico. Inserido na conjuntura internacional da Guerra Fria, enfrentava uma intensa crise político-social, agravada pela desigualdade de classes. A inesperada renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, em 1961, ocasionou uma disputa pelo poder entre os grupos conservadores dominantes, que temiam a posse e a ascensão do vice-presidente João Goulart. Naquele momento, Jango encontrava-se em viagem na China para acordos diplomáticos, o que acabou fomentando entre os setores empresariais e industriais brasileiros, o medo de um programa de governo alinhado aos interesses do comunismo internacional. Enquanto isso, grupos de militares se manifestavam fervorosamente contra a posse de Jango por considerá-lo um político sem força para resistir às pressões feitas pelos grupos de esquerda que, conseqüentemente, fazia com que suas políticas sociais gerassem uma interpretação de ameaça comunista ao país, especialmente por apoiar e favorecer aos interesses trabalhistas (FICO, 2004, p. 9).

Até 1964 o país enfrentou momentos controversos em sua constituição, representando sua fragilidade e anunciando os capítulos autoritários que viriam a se formar. O programa político e as estratégias de reformas sociais feitas por João Goulart abrangeram às promessas de Reformas de Base, inclusive a “reforma agrária, tão requerida pelos grupos mais desfavorecidos naquele momento” (SKIDMORE, 1975, n.p). Reivindicações como estas colocavam em risco os interesses de latifundiários e das elites militares. Por conta disso, as classes mais baixas pressionavam as autoridades através de manifestações e comícios para que aprovassem as reformas, ao mesmo tempo em que os militares e grupos políticos se articulavam para impedir as ações de Jango, que foram interpretadas como um avanço do socialismo no Brasil (FERNANDES, 2006, n.p). Diante desse cenário, a realização de um Comício da Central, onde o presidente João Goulart anunciou ao público os decretos sobre as reformas agitou as massas, causando um frenesi entre os reacionários conservadores. Como defende Carlos Fico, as propostas de Jango não eram revolucionárias, no sentido comunista, mas os militares faziam questão de divulgar que as ações janguistas levariam o país ao comunismo, assustando a classe média que, “sem entender muito bem o que era o comunismo, tinha medo de perder seus imóveis e pequenos negócios” (FICO, 2004, p. 13).

O sindicalismo evidenciou as reivindicações por terras e deixou nítido os conflitos entre classes, que se encontravam ainda mais atenuados no período populista, já que os trabalhadores viam na política sua força para lutar contra as imposições da elite, ao mesmo tempo em que esta almejava um governo forte, que atendessem aos seus interesses e desse um fim àquela instabilidade. Em contrapartida, Marcos Napolitano defende que, apesar das boas intenções, o governo de João Goulart não foi significativo, pois “serviu apenas para a direita autoritária justificar seu golpismo e reiterar a necessidade do controle social dos trabalhadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 15).

³²⁰ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Avançado de Coronel Vivida – PR e pesquisadora voluntária de Iniciação Científica. E-mail: paulaeloise.elo@gmail.com

A deposição de Jango deveria ser estratégica e contar com amplo apoio da caserna, no entanto o general Mourão Filho, no dia 31 de março de 1964, na chamada *Operação Popeye*, ordenou que as tropas da 4ª Divisão de Infantaria, comandadas por ele, em Juiz de Fora, antecipassem a rebelião militar e marchassem em direção a capital, sem um amplo plano de ação para o golpe e sem esperar pela resposta dos demais comandos militares. É importante destacar que Goulart não reagiu, temendo uma guerra civil e por isso se exilou no Uruguai, deixando o governo. Dessa forma, em 15 de abril, o Congresso Nacional declarou vaga a cadeira presidencial e proclamou, após uma coligação com os militares, o general Castelo Branco como Presidente da República (FICO, 2014, p. 68-71).

Vale ressaltar que, naquele contexto, defendia-se a ideia de que a tomada de poder pelos militares era uma ação revolucionária. Como a censura se tornou uma arma do novo governo, somente mais tarde convencionou-se definir o movimento dos militares como um Golpe de Estado, articulado entre a elite civil e o alto comando militar. Ao tratar este evento histórico, surgiu uma dualidade interpretativa, dividindo entre os pesquisadores, as análises e terminações conceituais que definiriam o golpe e o regime – posteriormente instaurado – como sendo militar ou civil-militar. Mas a partir de que momento surgiram novas interpretações sobre esse período? Foi totalizante o apoio e a participação da sociedade civil no golpe e no regime? Quais as problemáticas em definir esse acontecimento como civil-militar? E somente militar? De que maneira os pesquisadores abordam a terminação conceitual em suas obras?

Considerando que o historiador é responsável pela construção da memória sobre o passado através de um caráter reflexivo diante dos acontecimentos e que, conseqüentemente, se torna agente ao organizar e selecionar os fatos, investigando o lugar de produção do saber histórico, as práticas que o disciplinam e a construção das narrativas que o registram e divulgam (CERTEAU, 2011, n.p), aplicam-se sobre a narrativa histórica termos e conceitos próprios que visam explicar e resumir os contextos, os eventos e as conjunturas complexas (OLIVEIRA, 2007, n.p) que, eventualmente, demandam análises e considerações.

No que tange à sociedade brasileira durante o governo dos militares no Brasil, que se estende desde o golpe de 1964 até o fim do regime em 1985, observamos as complexas relações estabelecidas entre os civis e militares, inseridas numa conjuntura política influenciada pela bipolaridade ideológica da Guerra Fria. Definir historicamente que o governo militar foi iniciado e regido apenas por militares é limitar a perspectiva do protagonismo apenas ao Exército como os únicos agentes de ação. Da mesma maneira, ao pensar o regime como um governo civil-militar, enquadra-se a historiografia dentro de uma interpretação que divide o protagonismo com determinadas esferas sociais, afirmando que a participação desses grupos não foi meramente passiva e, sim, ativa na gestão do Estado. Portanto, como defende Koselleck, é preciso ter em mente que a definição de um conceito não é dada apenas por uma terminologia descritiva, mas por toda uma forma de abstrair o conhecimento para além da linguística (KOSELLECK, 1992, n.p).

Para compreender como os pesquisadores chegaram às suas concepções teóricas na produção textual, baseamo-nos na abordagem analítica da Nova História Militar, tendo em vista a formulação da historiografia militar em um olhar multifacetado de eventos (CASTRO, 2004, posição 308). Além disso, mesmo que de forma não fundamentada em seu aporte metodológico, consideramos a Análise de Discurso para pensar como o enunciado é visto a partir das condições de produção que o geram (CARDOSO, 1997, n.p), relacionando o texto ao contexto em que foi produzido, identificando como a conceituação feita pelos pesquisadores e os métodos de

produção utilizados estão entrelaçados ao seu contexto, influenciando assim, na maneira com que o autor concebe a história, a forma com que ele a aborda e a maneira que compreende seus eventos na produção de terminologias.

Interpretações do governo militar

Insatisfeitos com as políticas reformistas de João Goulart, amedrontados por uma suposta ameaça comunista, influenciados pelas medidas políticas estadunidenses e apoiados pela Operação *Brother Sam*³²¹, a sociedade brasileira vivenciou um golpe de Estado nos idos de março de 1964, um evento carregado de complexidade. Dividindo o protagonismo com os militares, a classe empresarial brasileira apoiou e participou do golpe, compartilhando dos mesmos interesses que a classe militar. A classe média também se posicionava contrária a agenda reformista do governo de Jango, como ilustra a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por um grupo de mulheres paulistas católicas, que se estendeu pelo território nacional, inclusive em comemoração à vitória dos golpistas (FICO, 2014, p. 60). A imprensa fez questão de amparar os golpistas com a “opinião pública” através de inúmeros discursos anticomunistas e reacionários, reforçados pelas entidades religiosas e civis, como a Igreja Católica, através da CNBB³²², e a Ordem dos Advogados do Brasil (BRASIL, 2014, p. 314).

Além disso, os materiais de propaganda contra Goulart eram produzidos pelas organizações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e fortemente divulgados nos setores sociais antirreformistas e anticomunistas. Essas organizações eram financiadas pela CIA por atenderem aos interesses estadunidenses na luta contra o comunismo, articulando as esferas da alta sociedade no agenciamento do golpe (NAPOLITANO, 2014, p. 48). Políticos influentes e o próprio Congresso Nacional participaram do processo golpista, dado a autorização de movimentação das tropas militares concedida pelo governador mineiro udenista Magalhães Pinto e, conseqüentemente, a decretação de vacância do cargo presidencial anunciada pelo Congresso (FICO, 2017, p. 34).

Instaurado o regime, os militares tomaram posse do Executivo, fecharam e manipularam o Congresso Nacional, cassaram deputados eleitos, controlaram o Judiciário, outorgaram uma nova Constituição, controlaram a polícia política e as instituições de censura, utilizaram-se dos partidos políticos MDB e Arena, administrando a tomada de decisões, agindo como representantes dos interesses das classes empresariais (FILHO, 2014, p. 95). A exemplo da ocupação das pastas estratégicas do Planejamento e da Fazenda por membros civis do IPES, que conduziram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e a reformulação da legislação trabalhista, favorecendo os interesses burgueses em detrimento aos trabalhadores (BRASIL, 2014, p. 323). Diante desse cenário, qual conceituação terminológica é mais adequada para se referir ao golpe e ao regime posteriormente instaurado?

Pesquisadores da década de 1980 já atentavam para a participação da classe empresarial no golpe e sua atuação durante o regime, como fez o cientista político René Dreifuss em sua tese de doutoramento *1964: a conquista do Estado*. Dreifuss direcionou sua análise para uma interpretação classista onde os grandes empresários

³²¹ A Operação *Brother Sam* foi a parte militar de um plano estadunidense que visava a desestabilização do governo de Jango, iniciado em 1962, relacionado com os militares brasileiros. Ver em: FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

³²² Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

e os tecno-empresários foram os responsáveis pelo projeto de classe esculpido no golpe e na ditadura, sendo eles os agentes civis desse evento histórico, constatando sua classe de origem (DREIFUSS, 2008). Tendo em vista a complexidade das relações políticas e sociais estabelecidas no pós-golpe, cumpre questionar: quem foram os civis apoiadores e participantes? Quais eram seus interesses? Quais foram seus papéis durante o regime? Até que ponto possuíam autonomia? Problematizando assim, o conceito de civil empregado pelos pesquisadores ao notar que não foi um evento de ação totalizante, seja por parte militar ou civil.

Como aponta Joffily, os 40 anos do golpe trouxeram debates acalorados no meio acadêmico quanto a participação da sociedade civil no golpe e no decorrer do regime, continuado nos 50 anos, levantando a questão sobre a denominação conceitual correta para tratar o evento histórico, dividindo as interpretações dos pesquisadores. Proposto por Reis Filho nos anos 2000, a discussão voltou à tona proporcionando uma nova linha de investigação, além de revisões bibliográficas acerca da conceituação terminológica utilizada (JOFFILY, 2018, p. 225).

Defendendo a denominação civil-militar tanto para o golpe quanto para o regime, Aarão Reis sustenta que a denominação “ditadura militar” foi utilizada pelos opositores ao regime com o intuito de enfraquecer as ações dos representantes civis, posição que gerou inúmeros debates (FICO, 2017, p. 32). Em uma palestra realizada na VI Semana Acadêmica de História da Universidade Federal Fluminense, Reis Filho defendeu que o regime foi apoiado por várias esferas da sociedade brasileira, argumentando que quem dirigiu o país nesse período conturbado foram empresários, capitalistas, militares, lideranças políticas, empresariais e religiosos, elevando o capitalismo no Brasil (FILHO, 2006, n.p).

O historiador defende seu argumento afirmando ser uma tentativa de chamar a atenção para sua ideia de que a ditadura foi uma construção social e histórica da sociedade – culpabilizando a população brasileira e retirando o caráter autoritário do regime, governado por militares. Filho, em uma entrevista, enfatiza que

Quem opta por esta expressão [civil-militar] quer avaliar melhor e mais profundamente o que houve neste país, evitando o canto de sereia dos “bodes expiatórios”. Não se nega o protagonismo – óbvio – dos milicos, mas eles não governaram solitariamente o país. Quanto a mim, ultimamente, tenho preferido o termo simples de “ditadura”. Liderada por milicos mas com ampla e decisiva participação civil (FILHO, entrevista, 29/03/2014).

O autor salienta que referir-se apenas como ditadura militar não passa de um exercício de memória mantido por interesses, hábitos e preguiça intelectual (FILHO, 2012, n.p).

Historiadores como Demian Bezerra de Melo, Renato Lemos e Caio Navarro de Toledo contestam a argumentação de Reis Filho, acusando-o de revisionismo. Melo é enfático em suas críticas afirmando que

[...] melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de insurreição contra-revolucionárias [sic] das classes dominantes (MELO, 2012, p. 53).

O autor argumenta que apenas uma parte da sociedade apoiou a ditadura em detrimento à outra parte, analisando pelo viés da luta de classes, e afirma que, ao se distanciar dessa dinâmica, reproduz-se a visão corporativa dos militares abrindo

espaço para o revisionismo. Além disso, chama a atenção para o fato de que os historiadores precisam se atentar às abordagens analíticas no que se refere à participação das Forças Armadas no processo político brasileiro, “evitando compartilhar das ideologias próprias desta instituição de Estado” (MELO, 2012, p. 44), tal como dividir a sociedade entre grupos civis e grupos militares. O pesquisador afirma que:

[...] o argumento “civil-militar” da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como “grande novidade”, ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura (MELO, 2012, p. 44).

Melo reitera que as novas abordagens historiográficas não descrevem a natureza dos elementos civis que protagonizaram o golpe, deslocando-se das proposições da análise de Dreifuss e cercando-se de revisionismos. Como mencionado anteriormente, Dreifuss afirma que:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 2008, p. 417).

O historiador brasileiro defende sua argumentação afirmando que, ao não apontar a classe pertencente ao civil na definição terminológica, as novas abordagens reafirmam os argumentos utilizados pelos golpistas, no qual “a intervenção militar se fez por ‘exigência do povo brasileiro’” (MELO, 2014, p. 168). Como respaldo, o autor demonstra dados de que o governo de João Goulart possuía apoio da maior parte da sociedade, consentindo com a afirmação de Moniz Bandeira de que o golpe de Estado foi estimulado e sustentado pelos empresários e proprietários de terra, contrários à Reforma Agrária proposta por Jango, encontrando-se desamparado pela maioria da opinião pública (MELO, 2014, p. 170).

Apoiando-se no aporte teórico gramsciano, mais especificamente no conceito de sociedade civil, Melo defende que os nexos causais do regime se dão a partir do fato de que “uma parte da sociedade brasileira apoiou uma ditadura feita contra outra parte da sociedade” (MELO, 2012, p. 46), ressaltando que o regime “conseguiu um consenso passivo entre alguns setores importantes das classes sociais brasileiras, mas nunca um consenso ativo” (MELO, 2014, p. 172). Na mesma linha de pensamento, Lemos afirma que :

O apoio civil ao golpe e à ditadura – há muito reconhecido por analistas minimamente sérios – é uma informação muito utilizada por segmentos militares para legitimá-los – ao golpe e à ditadura. Para se distinguir dos intelectuais orgânicos do regime, cabe qualificar esse “apoio”, enfatizando que não se tratou de um golpe ou uma ditadura “apoiados” por civis, mas de uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares – contra outra – que, igualmente, envolvia civis e militares (LEMOS, 2012, n.p).

O historiador denota que a análise de Reis leva a uma mistificação da história por ignorar os pertencimentos de classe e categorias sociais, importantes para compreender a complexidade do regime, diluindo na “categoria civil o conteúdo classista do golpe e da ditadura” (LEMOS, 2012, n.p).

Armando Boito Jr, em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp, compartilha das análises terminológicas de Melo, Toledo e Lemos, afirmando que o uso do termo “ditadura civil-militar” não passa de um modismo acadêmico. O pesquisador reconhece a participação dos civis como a base social do golpe, mas não a sua direção, como bem defende:

Ademais, o termo civil é vago, não tem no caso, nenhum valor conceitual. O apoio ao golpe na sociedade não reuniu, ao contrário do que pode sugerir o termo “ditadura civil-militar”, o conjunto dos “civis” e nem a maioria deles. A maioria dos “civis” era contra o golpe, foi vítima dele. Quando escrevemos ditadura militar, estamos nos referindo à instituição militar. [...] Já quando escrevemos civil, estamos nos referindo ao conjunto da sociedade, e esta estava profundamente dividida diante do golpe (BOITO JR apud FILHO, 2014, n.p).

Além disso, afirma que a utilização do conceito civil-militar causa confusão, sendo mais adequado referir-se ao acontecimento como uma “ditadura da grande burguesia e do imperialismo” (BOITO JR. apud FILHO, 2014, n.p).

O pesquisador Caio Navarro de Toledo afirma que a conceituação civil-militar foi bem recebida pelos conservadores, contribuindo para as justificativas ideológicas do “movimento político-militar de 1964” (TOLEDO, 2004, p. 34), endossando uma visão conservadora e reacionária sobre esse acontecimento histórico. Toledo defende seu argumento afirmando que:

Enquanto setores militares, por ocasião dos 40 anos do golpe, recuam e reconhecem a derrota ideológica que sofreram, os autores progressistas cedem terreno ao reintroduzirem, pela porta dos fundos, teses e significações que os setores conservadores forjaram para justificar o golpe e o regime militar (TOLEDO, 2004, p. 45).

O autor salienta que a terminologia “civil-militar” racionaliza as argumentações dos ideólogos de direita que defendem o uso do termo “Revolução de 1964” – o que é indefensável –, abrindo espaço para afirmar que a tomada de poder pelos militares foi um contragolpe impelido pela sociedade civil, afirmando ser “inaceitável que intelectuais progressistas ou de esquerda deem seu aval a evidentes falsificações da história” (TOLEDO, 2004, p. 45).

Em contrapartida, vários pesquisadores defendem o uso do conceito “civil-militar” apenas referente ao golpe, mantendo a denominação do regime como “militar”. Como afirma Dolhnikoff, é preciso analisar os critérios utilizados para caracterizar o evento, esclarecendo as ações tomadas pela elite civil e pelos militares³²³.

O historiador Marcos Napolitano defende que o golpe foi o resultado de uma polarização que concebia ideais diferentes de reformas sociais e processos de modernização para o Brasil.

Desde 1947, boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo “cristão e ocidental” liderado pelos Estados Unidos contra a suposta “expansão soviética”. [...] Os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados ao bloco capitalista liderado pelos EUA deveriam, primordialmente, cuidar da defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada” (NAPOLITANO, 2014, p. 12).

³²³ O golpe para além das imagens. **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 218, p. 18-41, abr. 2014.

Isso se explica porque o Brasil vivia sobre os efeitos do populismo de herança varguista, manifestado no governo de João Goulart que, além de pertencer ao mesmo partido de Vargas, trouxe à tona os problemas sociais daquele contexto.

Dessa forma, evidenciou a necessidade de uma reforma agrária que, na visão dos conservadores, representava uma ameaça ao país, já que no cenário internacional, a bipolaridade entre a União Soviética e os Estados Unidos criou um efeito nesses grupos, que os fez enxergar o comunismo em todas as práticas sociais, impulsionando o movimento reacionário (NAPOLITANO, 2014, p. 49).

Diante disso, os militares atuantes no cenário político em defesa da moral conservadora, encontraram justificativa para dar o golpe de Estado, como aborda Napolitano:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango (NAPOLITANO, 2014, p. 12).

Portanto, o golpe seria uma intervenção momentânea que se prolongou e criou uma condição social de censura e repressão que foi além dos interesses da classe média burguesa, estabelecendo um Estado militarizado e policial que colocou medo na população. Instaurada a ditadura Napolitano defende que esse regime político não foi civil-militar, apesar do contato com sócios e beneficiários de amplos setores sociais, pois os militares sempre estiveram presentes no centro decisório do poder. Na definição do autor,

[...] em nenhum momento o regime militar é visto como isolado da sociedade brasileira, mantendo-se no poder apenas pela força e pela coerção. Trata-se de um regime complexo, aparentemente contraditório em suas políticas, que mobilizou vários tipos e graus de tutela autoritária sobre o corpo político e social, articulando um grande aparato legal-burocrático para institucionalizar-se, aliado à violência policial-militar mais direta (NAPOLITANO, 2014, p. 13).

Em outras palavras Napolitano afirma que o golpe foi civil-militar, mas que a permanência dos militares teria sido um “golpe dentro do golpe”. Nesse caso, o grupo castelista, pertencente a *Sorbonne*, dentro do comando militar, defendia a institucionalidade democrática e, portanto, a reparação do sistema político brasileiro como reabertura dos poderes aos civis. Entretanto, o grupo da *Linha Dura* via nos movimentos sociais um crescimento da oposição e defendia a permanência de um regime de governo militarizado. O “golpe” acontece quando Castelo Branco morre e a intenção da *Sorbonne* em devolver o poder aos civis é rompida pela indicação do general Arthur Costa e Silva à presidência, representante da *Linha Dura* e radicalista (NAPOLITANO, 2014, p. 72).

Tal situação entre a instituição militar e a ascensão da direita radical, abertamente repressiva e intolerante com a oposição, desagradou a classe média e as instituições que apoiaram o golpe de 1964, como a igreja católica³²⁴, fazendo com que os conservadores não mais apoiassem aquele Estado autoritário.

³²⁴ A Igreja católica foi um dos eixos conservadores na legitimação do golpe, em 1964, mas após os escândalos de repressão e violência generalizada, a igreja católica fez oposição aberta à ditadura, chegando a sofrer com a censura. Ver em: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014. p. 218.

Napolitano explica que o governo militar precisava manter o equilíbrio entre o consenso golpista e a unidade militar, além de permitir a liberdade de expressão para os cidadãos que não apoiaram ao golpe, demonstrando o caráter liberal do regime até dezembro de 1968, quando se instaurou o AI-5 (NAPOLITANO, 2014, p. 71). Após esse acontecimento, o pesquisador afirma que o regime se endureceu, consolidando-se de fato como uma ditadura até o ano de 1972.

Seguindo essa acepção, Carlos Fico defende que o golpe não pressupôs o regime que viria a seguir, atentando à participação dos agentes históricos na configuração da natureza dos eventos (FICO, 2014, p. 7)

[...] Nesse sentido é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando (FICO, 2014, p. 9).

Fico enfatiza que, apesar da preparação golpista civil-militar, a realização do golpe em si se deu sob papel dos militares, desde a movimentação das tropas até o início do regime, em detrimento das lideranças golpistas civis. O autor ressalta que

[...] como demonstrou Dreifuss, importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais (FICO, 2004, p. 52).

Cumprir destacar o fortalecimento do caráter militar no período dos Anos de Chumbo, principalmente após 1968, que ficou marcado pela repressão, pela violência e pela censura, rompendo com as relações entre os civis e os militares, que só se estabeleceriam novamente a partir da metade dos anos 1980.

Determinar uma terminação conceitual para esse evento histórico metamorfoseia-se em pisar em minas já que os agentes não são totalizantes, como mencionado anteriormente, considerando as distinções de classes e a composição da sociedade civil. A definição do regime como sendo civil-militar, defendido por vários pesquisadores, vale-se de cuidados para ser aplicada, a fim de evitar desentendimentos e confusões por parte da sociedade brasileira. Pressupondo que o uso da terminação civil-militar referente ao golpe advenha das devidas explicações e contextualizações, não se faz problemático. Aliás, incita reflexões acerca desse evento histórico. É importante ter em mente que a dicotomia entre civil e militar é mais complexa do que se pensa, já que haviam militares de baixo escalão contrários ao golpe e ao regime, assim como haviam civis das classes média e populares a favor, portanto, definir o regime em si como civil-militar demanda problematizações e considerações detalhadas.

Considerações Finais

A análise não buscou perceber a disputa de campo pela narrativa histórica sobre o período do governo dos militares, já que os campos são formados por agentes que podem ser indivíduos, instituições, ideias, as quais constroem espaços de poder e os fazem existir pelas relações que ali se estabelecem. Ou seja, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, n.p). Assim, para que o campo teórico das conceituações históricas sobre o governo militar possa existir, seria necessário que se definissem “objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo” reivindicando os conceitos de maneira que “impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas” (BOURDIEU, 1983, n.p).

O que fica evidente é que, longe de ser apenas uma disputa de campo teórico, definir e conceituar a situação política e social do Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, é um desafio que exige uma compreensão dos fenômenos sociais e culturais que permearam a vida política dos brasileiros, afinal a consolidação de uma determinada interpretação pode estabelecer um paradigma implicante na vida política contemporânea. Isso porque a disputa pela memória é constantemente revisada por indivíduos, grupos e instituições que encontram um privilégio na retórica em defesa ou contra os acontecimentos do período em questão. O que não pode ser desconsiderado, entretanto, é a ausência de crimes cometidos contra a dignidade humana, aos direitos humanos e a constituição republicana, que ao longo da história do Brasil, sofreu várias rupturas e abriu espaço para o autoritarismo.

Porém, como se trata de uma análise historiográfica, percebe-se divergências entre os pesquisadores pois as interpretações dos fatos abarcam datas, momentos e conceitos a serem considerados nas definições. A ditadura e a repressão são evidências que não podem ser apagadas ou esquecidas e que, independente dos conceitos e dos termos usados, devem estar dentro das novas concepções historiográficas. Algumas das proposições foi considerar a participação integral ou parcial dos grupos civis no processo histórico, mesmo sem a efetiva participação política. A relativização da terminologia civil-militar agrega uma anistia pública aos partícipes civis, que já demonstrado historicamente, tiveram amplo apoio nas práticas autoritárias do regime.

Portanto, se faz necessário continuar esse debate que está longe de ser esgotado e demonstra ser muito mais necessário do que a princípio tinha em mente, na eminência de ampliar a discussão conceitual, e englobar elementos do imaginário social que afronta às discussões acadêmicas. Embora muito pouco refletida, a imagem histórica que o brasileiro, na maioria dos casos, têm sobre o regime militar, é uma nostalgia econômica e a falsa sensação de um otimismo social, quando, na realidade, se trata de um esquecimento seletivo e - embora perigosa tal afirmação - intencional, para legitimar seus espaços de experiências e projetar um novo horizonte de expectativas.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Karin Elizabeth R. As relações entre a historiografia linguística e a linguística textual. **Revista ECOS**, Mato Grosso: UNEMAT Editora, v. 1, n. 1, jan., p. 37-53, 2004
- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, v. 24, p. 114-134, 2010
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, v. 2

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011

CODATO, Adriano. Militares, sistema decisório e Estado ditatorial no Brasil: apontamento sobre o governo Geisel. **Premissas,** Campinas – SP, v. 17/18, p. 111-137, 1998

DEZOPI, L. M. R. A ditadura militar no Brasil sob o olhar de Marcos Napolitano. **Revista Urutágua,** n. 31, p. 146-148, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo Livros, 2006

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil:** 1964-1985. Editora Saraiva, 2004

_____. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004

_____. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento,** v. 9, n. 20, p. 5-74, jan/abr 2017

FILHO, Daniel A. Reis; **Ditadura Militar e a revolução socialista no Brasil.** In: VI Semana Acadêmica de História: América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GR0r35BDzJfZ2g60vshM2k31ql2z8RWL/view>. Acesso em: 07/07/2019

_____. **A ditadura civil-militar.** O Globo, março de 2012. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 25/06/2019

_____. MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

_____. Entrevista concedida a Juliana Bublitz. Porto Alegre – RS, 29 mar 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html>. Acesso em: 13/07/2019

FILHO, Manuel Alves. Os civis vestiram a farda? **Jornal da UNICAMP,** Campinas, 31 mar/4 abr 2014. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_592_paginacor_11_web.pdf. Acesso em: 10/12/2018

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento,** v. 10, n. 23, p. 204-251, jan/mar 2018

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos,** v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992

LEMOS, Renato Luís. A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. **Prosa & Verso**, 2012. Disponível em: http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/imagens/textos/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf. Acesso em: 25/04/2019

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, n. 27, ano XVIII, p. 39-53, 2012

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, año 2, p. 209-217, 2011

_____. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014

O golpe para além das imagens. **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 218, p. 18-41, 2014. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2014/04/016-045_Golpe64_2181.pdf. Acesso em: 20/01/2019

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Como escrever a História? **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 309-312, 2007

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009

SKIDMORE, Thomas. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 27-48, 2004

GÊNERO, DIVERSIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO.

Ramon do Rosário Coelho³²⁵

Resumo: O objetivo geral foi analisar o ensino da história frente às relações de relações de gênero e diversidade no ensino médio. O contato direto com as bibliografias sobre o assunto que despertaram o interesse de aprofunda-se nesta temática. Percebe - se que o ensino de história pode implementar conteúdos que auxiliem o educando no entendimento da diversidade existente na sociedade, permitindo o conhecimento das estruturas e os contextos históricos que fomentou o silenciamento de discussões, comportamentos e corpos que reverberaram em uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa.

Palavras-chave: Ensino de História. Gênero, Diversidade. Ensino Médio

1. Introdução

O ensino da história apresenta-se como uma disciplina capaz de mediar interpretações, reinterpretções e entendimentos sobre um processo histórico questionando sobre as estruturas normativas que regem a sociedade e os sujeitos que interferem nas relações de gênero e diversidade. Neste contexto, o espaço da disciplina de história passa a ganhar um significado que vai para além do ocorrido entre homens e mulheres e como os mesmos responderam ao isso, mas sim em relação com “os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos” (SCOTT, 1994, p. 19).

Partindo dessa reflexão, a história representa um mecanismo curricular e pedagógico que permite a introdução das análises acerca das relações de gênero e da diversidade pautada em ações históricas, possibilitando os debates aprofundados das identidades e subjetividades de homens e mulheres como um processo de multiplicidade, complexo e heterogêneo.

As significações descritas acima foram possibilitadas ao longo do curso de graduação em História, no qual oportunizou o contato com diversas bibliografias, discussões e debates que envolvem gênero, diversidade, conteúdos de história e o ensino médio. Desta forma, no decorrer do curso o interesse pelo tema surgiu após a participação em seminários acadêmicos envolvendo a temática e o contato direto com as bibliografias sobre o assunto que despertaram o interesse de aprofunda-se nesta temática.

Neste contexto, emergiu a questão norteadora do estudo: qual a importância do ensino da história frente às relações de gênero e diversidade no ensino médio? Tal indagação orientou o percurso percorrido para a elaboração e escrita deste artigo, dando suporte para a pesquisa bibliográfica. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar o ensino da história frente às relações de gênero e diversidade no ensino médio.

A relevância deste estudo se dar pela importância do debate que envolve o ensino da história e suas implicações na construção de um espaço escolar e pedagógico que conduza os sujeitos a entender as relações construídas no passado e

³²⁵ Gestor, Professor, Graduado em licenciatura plena em história pela UNESA, E-mail para contato: r.coelho1@hotmail.com

reinterprete e busque a reconstrução de novas estruturas sociais e históricas no presente. Ainda almeja com seus resultados servir de instrumento de sensibilização para educadores de história sobre a representatividade que as discussões de gênero e diversidade na escola auxiliam na formação de uma sociedade mais tolerante e humana. Assim, vale lembrar, que o estudo possui importância social e acadêmica, principalmente para subsidiar futuros estudos para área da história.

2. Metodologia

O caminho teórico-metodológico escolhido para realização desse artigo contemplou a abordagem qualitativa tendo como método a revisão da literatura. Este método oferece ao pesquisador subsídios de familiarização com artigos e livros que, por eles, possam reconhecer autores, ideias e discursões anteriormente estudadas. Neste sentido, a revisão de literatura consiste é um processo que procura, analisar e descrever de um corpo do conhecimento que possibilite responder uma pergunta específica. Portanto “Literatura cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, teses e dissertações e outros tipos” (MINAYO, 1994, p. 14).

O processo de coleta de dados do estudo foi realizado no período entre Março e Abril de 2019, configurando-se um momento de reflexão, estudo e articulação entre teoria e prática. Logo após buscou-se sistematizar os dados por meio de fichamentos, resumos, enumerações de citações, e observações de cunho pessoais necessárias para o desenvolvimento do artigo. A literatura levantada e selecionada para este estudo tem como base de dados Google acadêmico, da biblioteca virtual da Universidade Estácio de Sá da Estácio.

A seguir foi feita a leitura detalhada dos artigos e impressos propostos como bibliográfica. A leitura cuidadosa e de cunho científico, buscou reconhecer e entender dados e informações que tenham relevância com a temática, relacionando aspectos e conhecimentos que foram articulados na proposta de debater e apresentar caminhos interpretativos para este realidade.

Utilizado os seguintes descritores em todas as bases de pesquisa: ensino de história, gênero, diversidade, ensino médio. Em vista disso, a revisão de literatura permitiu conhecer e debater conceitos que venham a elucidar e responder o problema de pesquisa e reafirmar o objetivo do trabalho. Trabalhar com conceitos e apresentá-los como dados caracteriza o desafio de fazer uma pesquisa que eleve à temática e destaque os principais embates presente em seu interior.

3. Revisão bibliográfica

3.1 Gênero e diversidade: Conceitos e debates

Os estudos e debates sobre Gênero se confundem com o início dos movimentos feministas, ganhando no Brasil, mais destaque a partir do final de década de 60. Mais tarde, nas décadas 1980 e 1990, os estudos sobre gênero se estabelece como categoria de análise e representa um espaço de debates que passa a incorporar, além das questões que envolvem a mulher, as discussões e demandas relacionadas homossexualidade, a transexualidade e transexuais (MEYER 2004). Sobre este contexto histórico e suas características aponta – se que

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido (PINSKY,2009, p. 19)

Ainda, refletindo sobre o contexto histórico, é necessário ressaltar que, na última década o aumento das investigações no campo acadêmico trouxe a categoria gênero temas e fontes mais ampliadas como o cotidiano, à família, à sexualidade, às diferenças e ao trabalho. Essa ampliação significou uma maior abrangência nas pesquisas, oportunizando ressignificações e possibilidades de entendimento, por parte da sociedade brasileira sobre assunto. Ao trazer este cenário é possível visualizar como a ressignificação do conceito de gênero esteve atrelado as mudanças sociais e acadêmicas, que implementaram novas formas de interpretação da realidade, novos espaços, sujeitos e acesso a direitos (LOURO, 2003).

Diante disso, podem-se destacar diversos conceitos atuais de gênero que auxiliem no entendimento sobre esta categoria de análise e facilite a compreensão ao longo deste artigo. Desta forma, entende-se como gênero uma categoria social que possibilita requerer e diferenciar papéis exercidos por homens e mulheres e, logo, o uso da palavra gênero "coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade" (SCOTT, 1995, p. 7).

Sendo assim, é possível delinear que o conceito de gênero perpassa a distinção do dimorfismo sexual da espécie humana e a configuração maniqueísta de masculino e feminino que convivem nas diversas culturas a existência de dois sexos na natureza. Observa-se que “este raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura” (HEILBORN, 1994, p.1)

Assim, o conceito de gênero abre espaço para desconstrução da disparidade binária entre os sexos, buscando criar caminhos que abram a possibilidade de entendimento e inclusão de variadas formas de “masculinidades” e “feminilidades” existente na vida humana e frequentemente indicadas como um comportamento desviado do padrão na qual foi pré – estabelecido como “normal” pela sociedade. Neste contexto, “Masculinidade e feminilidade passariam a ser encaradas como posições de sujeitos, não necessariamente restritas a machos e fêmeas biológicos” (SCOTT, 1995, p. 89).

Sendo assim, trata-se de um conceito que rompe com um pensamento de gênero como apenas características sexuais e biológicas, nas quais se diferenciam homem e mulher, mas diferenças que se expressam em seu comportamento, ações e personalidade. É preciso evidenciar que o gênero não se configura em uma ideologia, mas, sobretudo, um instrumento para analisar as relações humanas e sociais existentes, portanto, viabiliza um mecanismo de leituras dessas relações. Sendo assim, este instrumento representa a oportunidade de desconstruir o Cristianismo patriarcalizado responsável histórico pela legitimação de aspectos como homofobia, machismo, preconceitos e misoginia (LOURO, 2008).

Já a diversidade da conta de entendermos as inúmeras diferenças entre os sujeitos, além da valorização dos seres humanos como únicos. Desta forma, trata-se de conceituar a diversidade como “as diferentes condições étnicas e culturais, as

desigualdades sócioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais” (MINELLA; CABRAL, 2009, p. 55).

De fato, como indica Minella; Cabral, (2009), os conceitos e debates que envolvem a diversidade, nos dias atuais, é grande importância para formação de uma sociedade mais tolerante e menos discriminatória, haja vista que, que o reconhecimento e valorização da diversidade humana seja em todos os aspectos oferece mecanismos que podem formar um pensamento coletivo de respeito às diferenças.

Para Moehlecke (2009) conceito de diversidade requer a consciência, aceitação e confirmação das diversas culturas e etnias. Ademais, a autora argumenta que a diversidade articula ao mesmo tempo a valorização das diferenças humanas e a crença de que o respeito a diversidade pode gerar uma universo de tolerância que se expresse na vida social, trazendo assim novas formas de entendimento do outro e das coisas. Frente a isso, a diversidade apresenta-se como uma categoria de análise importante na fomentação de sujeitos que possam vir a interferir de forma significativa na vida em sociedade, a fim de denotar um novo olhar sobre as relações, as instituições e sobre os sujeitos.

Corroborando com o conceito de diversidade:

Ao mesmo tempo em que pode indicar a percepção quase que óbvia da própria variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade, traz em si um conjunto múltiplo e complexo de significados. Já no campo das ciências sociais, o termo é utilizado, em geral, para descrever a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea. Apreendida em sua dimensão cultural, a diversidade é associada aos novos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados em torno da defesa das chamadas políticas de diferença (MOEHLECKE, 2009, p. 87).

É necessário apontar que a diversidade também se articula com o direito ao reconhecimento na esfera pública e nas políticas. Desse modo, esta categoria de análise aparece nos debates tanto no âmbito escola, no ambiente do mercado de trabalho, na construção das novas estruturas familiares entre outros espaços e instituições, ganhado espaço cada vez maior como mecanismo essencial socializador (MINELLA; CABRAL, 2009).

Esta característica transforma a diversidade como categoria que auxilia no rompimento da lógica social de homogeneidade das pessoas e dos contextos, sendo ainda importante da quebra de barreiras, no que diz respeito, a ideia universal de conhecimento e de cultura dominante. Ao valorizar a diversidade acaba-se valorizando o princípio da diferença que se tem como proposta o questionamento sobre a neutralidade e a dignidade ao reiterar que identidade particular de um “indivíduo ou grupo é ignorada, distorcida e forçada a se conformar a uma cultura dominante hegemônica que não a sua, atribuindo-lhe uma cidadania de segunda classe” (MOEHLECKE, 2009, p. 17).

Portanto, em uma sociedade cada vez mais plural, em todos os aspectos, como a brasileira, a categoria diversidade e gênero se apresenta como questões que permitem o melhor entendimento sobre o cenário atual, dando subsídios que denote a importância da tolerância e do respeito às diferenças e agregando conhecimento sobre os papéis sociais, sobre o direito de existir e de participar e/ ou organizar-se dentro da sociedade.

3.2 Escola, Gênero e diversidade.

Na atualidade, a escola é um espaço social e educativa que permite implementar um processo educativo que perpassas aspectos, epistemológicos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Esta caracteriza denota a escola um papel significativo na formação do sujeito, transformam-se em uma ferramenta essencial na construção da vida social. Diante disso, a escola reflete as diversas facetas sociais, sendo um cenário privilegiado para a visualização de questões que permeia a sociedade como a diversidade e os aspectos que envolvem o gênero (JUNQUEIRA, 2010).

Vale ressaltar ainda que a escola é um ambiente repleto de situações, conflitos e contrastes que perpassam dimensões sócio-políticas, econômicas, culturais e de gênero. Diante disso, a escola é um palco para denotação das diferenças dos sujeitos e suas relações com o outro, ambiente e concepção de sociedade. Sendo assim, é inevitável que questões de gênero e sexualidade sejam sentidas neste espaço (JUNQUEIRA, 2010).

Historicamente, a escola silenciou discursos e calou-se para as diversidades existentes em seu espaço. Por meio de uma subordinação a valores cristãos – ocidentais, eurocêntricos e capitalista, a mesma implementou um modelo excludente e patriarcal que legitimou socialmente diversos aspectos que ferem a tolerância com as diferenças, assumindo um posicionamento claro de opressor discriminatório (SILVA, 1999).

Entretanto, mais incisivamente, desde a década de 1990, mais especificamente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Base – LDB em 1996, a escola vem passando para o processo de abertura a discussões que envolvem gênero e diversidade. Conforme Ramos; Adão; Barros (2003, p. 26), “houve uma abertura gradual da educação para a discussão das relações de gênero no âmbito das políticas públicas”. Isto é, de forma gradual o espaço para discussão sobre estes temas vem ganhando espaço na implementação de diretrizes, ações pedagógica e docentes.

De acordo com a LDB a construção do processo educativo deve abranger a formação do sujeito que se desenvolve no seio dos movimentos sociais e no meio cultural, além disso, de associar – se do mesmo modo á prática social. Este documento ressalta o ensino e demanda condições para viabilização da liberdade de aprendizagem, de ensino e de manifestação cultural, contribuído e fortalecendo o pluralismo de ideias e de perspectivas pedagógicas conforme aponta as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica brasileira – LDB

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996, p. 09).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s também trazem caminhos para discussão sobre gênero e diversidade na escola, dando legitimidade a inserção dos debates sobre gênero na aula de história.

(...) por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente

vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. Por mais que aponte as questões sociais e as atitudes frente à realidade propostas nos PCN's, os temas transversais trazem as discussões do universo (BRASIL, 2008 p. 26).

Já as determinações do Conselho Nacional de Educação - CNE para o Ensino Médio se assemelham com as propostas definidas pela LDB, visto isso corroborando com esta perspectiva;

No inciso XV do Artigo 16,14 destaca-se: XV - valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (BRASIL, 2012, Seção 1, p. 20).

Neste sentido, um ambiente escolar que valorize a diversidade e entenda o gênero como oportunidade de reconhecer sujeitos e inclui-los em um espaço coletivo, torna-se fundamental para a construção social futura que esteja pautada na tolerância e no respeito às diferenças. Assim, a escola seria o mecanismo viabilizador de entendimento dessas questões, sendo a porta de entrada para sujeito para mudanças sobre o papel do patriarcado, das normas generalizantes sobre a cultura, corpos ou comportamento e das questões heteronormativas vigentes.

Não se pode perder de vista que a escola historicamente reproduz o sistema heteroformativo, machista, excludente, sexista, dando legitimidade a esses tipos de prática social. Pensar em uma escola que rompa com estas questões, ou seja, na qual as questões que envolvem diversidade e gênero, interfere no seio estruturas e formativo da escola, dando-lhe uma nova cara, uma nova forma de entender os sujeitos, seus corpos, habilidades, relações com o mundo em que vive (FERREIRA, 2011,)

Frente a isso, tendo em conta que a escola é uma espaço de formação e reflexão, ela torna-se uma ambiente primordial para implementar ações, conhecimentos e discussões sobre gênero e diversidade, vislumbrando construir uma cultura da tolerância. Portanto, partindo da escola, pode-se analisar que a vida social deve permitir que a diversidade fosse denotada e a o gênero seja uma categoria de liberdade e formação humana. Neste contexto, a escola, por meio dos educadores possui o grande desafio de trazer em seus conteúdos questões que abordam gênero e diversidade, trazendo para sala de aula debates que possam auxiliar os educando a entenderem sobre essas categorias de análises e suas reverberações nos sujeitos e no meio social.

Visto isso, os educadores são uma peça primordial em dar destaque e relevância às questões de gênero e diversidade na escola, fomentando conhecimentos que possam vir a fomentar o resgate da identidade do indivíduo e a subsidiar a sua existência como gênero livre e diverso. Desse modo, os educadores desempenham a função de viabilizar uma educação para diversidade. Logo, o contexto escolar, que viabilize a educação para diversidade promove os direitos humanos e cidadania,

repelem práticas discriminatórias, que discute caminhos para os padrões heteronormativos, que debata, de forma holística, estigmas, as consequências do patriarcado, do machismo, da misoginia entre outros aspectos que permeiam a sociedade brasileira (FERREIRA, 2011).

3.3 Gênero, diversidade e o ensino de história no ensino médio.

O ensino de história no ensino médio é uma peça fundamental na fomentação de sujeitos críticos e reflexivos, que possam ter a capacidades de entender as experiências sociais como um processo dinâmico e múltiplo, sujeito as relações de poder sobre o gênero, diversidade e inclusão. A disciplina possibilita expectativas de aprendizagem, que media o desenvolvimento de mecanismo de leituras do mundo na qual vivem “de se orientar no tempo, considerando as relações sociais no presente a partir da compreensão do passado e de construção de perspectivas em relação ao futuro” (BITTENCOURT, 2009, p. 96).

Sendo assim, a mediação do ensino de história no ensino médio que discuta as relações de gênero e diversidade, busca conduzir ao entendimento no mesmo como um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e modificado em diferentes momentos e sujeitos ao longo do tempo. Esta postura diante desse conteúdo renova o papel da história na educação básica, sendo uma ferramenta para reelaborar saberes e conhecimentos sobre os sujeitos que formam a sociedade atual (KARNAL, 2010).

Nesta maneira, os aspectos que envolvem o gênero a diversidade representam um dos desafios no ensino de história na atualidade, isso dado que, as implicações legislativas, assim como das manifestações sociais e culturais caracterizam-se como elementos históricos que constituem as desigualdades sociais, falta de acesso aos direitos, entretanto ainda é preciso trilhar um caminho problematizador nas relações de gênero e diversidade. Nesta acepção, gênero e diversidade dentro do ensino de história torna-se um conteúdo de histórico, cultural e político, que expressa relações de poder, possibilitando ainda discutir categorias, como raça, classe ou etnia (Zarbato, 2015).

Desta forma, é possível visualizar que problematização das questões de gênero e diversidade no ensino de história do ensino médio colabora e fortalece no processo de questionamento sobre as “naturalizações do que a sociedade impõe para comportamentos “femininos” e “masculinos”. Visando aprofundar as questões das desconstruções culturais sobre a questão de gênero na escola” (COSTA; RODRIGUES; PASSOS, 2011, p. 20).

Com esse princípio problematizador, propiciado pela disciplina de história, acerca das relações de gênero e diversidade media-se implicações investigativas sobre o passado e interpretações e reinterpretções sobre o presente dessas categorias de análises sociais, desvelando as contribuições os mesmos gerenciam para a formação de um indivíduo que respeite as diferenças e preze pela existência do outro. A ampliação do conhecimento sobre “diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados” (LOURO, 2008, p. 70).

Não se pode negar a relevância de problematizar de gênero e diversidade na aula de História do ensino médio, podem trazer experiências aos jovens e adolescentes. Tais experiências podem perpassar subjetividades, concepções, grupos culturais, espaços e representações sociais, possibilitando o rompimento, superação ou debate sobre os “discursos homofóbicos, segregacionistas, preconceituosos sobre as

pessoas, suas escolhas e as diferenças sociais e culturais” (COSTA; RODRIGUES; PASSOS, 2011, p. 40).

Neste sentido, por meio das aulas de história é possível que o educador, em um olhar histórico, denote aos alunos a invisibilidade histórica da mulher e das minorias sexuais e gênero ao longo do tempo dando enfoque, de como esta questão perpetuou comportamentos que, na sociedade atual. Neste sentido, a fundamentação sobre as diferenças sexuais, a representação de gênero e das:

“explicações sobre a invisibilidade das mulheres e diversidades se faz necessária não só como tema a ser abordado na aula de história, mas também como parte fundamental da concepção de mundo que os sujeitos apreendem sobre gênero” (SILVA, 2007, p. 69).

Desse modo, historicizar gênero e a diversidade perpassa a busca por enfatizar significados de âmbito variável e contraditórios conferidos a diferença sexual, de gênero e aos processos de ordem política nas quais esses significados foram construídos. A instabilidade e a flexibilidade que as categorias “mulher” e “homem” e a maneira que “essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento, esse seria o encaminhamento das abordagens históricas” (SCOTT, 1994, p. 18).

É necessário salientar que dispositivos legais como Parâmetros Curriculares Nacionais de história preveem a obrigatoriedade de inserção de temas como gênero e diversidade como transversais, permitindo na prática abertura para aulas que contenham abordagem sobre este conteúdo, seus sujeitos, espaços e histórias. Entretanto, as relações de gênero, diversidade e ensino de história no ensino médio na qual se pretende neste estudo, vislumbrar ultrapassar esta temática como apenas transversal, tornando um conteúdo aprofundando dentro da disciplina, realizando articulação conteúdos curriculares da mesma enfatizando “as diferentes possibilidades de ver o mundo, compreendo o diferente em sua singularidade, sua subjetividades, escolhas e não como exótico e estranho” (GANDELMAN, 2008, p. 79).

Portanto, pelas aulas da disciplina de história é possível problematizar as relações de gênero e diversidade, desconstruindo estereótipos, fundamentando novas formas de refletir as novas relações sociais na sociedade atual, e “que inserem nas mentes e corpos das pessoas, das sexualidades, significados para suas trajetórias, num processo histórico de reformulação de conceitos e pré-conceitos” (MINELLA, 2009, p. 22).

Desta forma, o ensino da história pode tecer diálogos entre espaço-tempo da história e suas agentes, trazendo a tona contribuições e silenciamentos das relações de gênero e diversidade ao longo da história. Assim, as discursões sobre as diferentes formas dos sujeitos de se encontrarem e serem no mundo podem ser implementadas com os educandos, produzindo assim, conhecimentos que conduzam os mesmos a fomentar uma nova ótica sobre estas questões e realidade (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2008).

Diante disso, uma postura mais dialética sobre o ensino de história e o conteúdo de gênero e diversidade no ensino médio, fortalece o processo de rompimento com o processo histórico legitimador das concepções acerca das “normatizações e padrões de comportamento entre homens e mulheres, carrega ainda, na sociedade, diferentes estigmas para aqueles que não se enquadram no modelo patriarcal” (COSTA; RODRIGUES; PASSOS, 2011, p. 13). Seria, neste caso, o ensino de história e demarcação de um espaço pedagógico e didático a serviço do conhecimento para o

respeito à diversidade humana em todas as suas esferas e dimensões e no fortalecimento das novas maneiras de entender o gênero.

Portanto, a mediação de conteúdos que abordem gênero e diversidade no ensino de história nesta etapa do ensino é uma oportunidade de fortalecer o processo de tolerância e respeito ao diferente, trazendo ao processo educativo elementos de entendimento sobre os processos históricos que atingiram e reverberarão consequências e padrões em sujeitos, discursos e estruturas sociais, auxiliando na formação de uma sociedade que valorize a diversidade e combata os preconceitos e discriminações.

3. Considerações finais

A escrita desse artigo é fruto das reverberações trazidas pelo estudo aprofundado sobre as categorias gênero e diversidade e o ensino de história no ensino médio. Assim, este artigo possibilitou dar visibilidade às questões que envolvem a implementação de uma ação pedagógica em história que estabeleça pontes e viabilização de conteúdos com tais categorias nesta etapa da educação Básica, vislumbrando fomentar um espaço formativo dentro da disciplina voltado para a formação de um sujeito reflexivo, que respeite as diferenças e tolerante.

Foi possível perceber que o ensino de história pode implementar conteúdos que auxiliem o educando o entendimento da diversidade existente na sociedade, permitindo o mesmo a conhecer as estruturas e o contextos históricos que fomentou o silenciamento de discussões, comportamentos e corpos que reverberaram em uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa.

Visto isso, o ensino de história frente as questões de gênero e diversidade é um mediador de conhecimento, educação e tolerância que disponibiliza aos educandos a formação de novos olhares sobre o papel e do lugar das mulheres, dos LGBTTTQI+, das pessoas com deficiência entre outras minorias, buscando conduzir os educandos a uma postura mais dialética sobre esses sujeitos e sobre a sociedade. Ao final, ainda é preciso ressaltar que a escrita do artigo disponibilizou aprendizados de cunho pessoal e acadêmicos, trazendo conhecimentos mais aprofundados sobre o assunto, e despertando motivações para escritas futuras.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução n. 2, 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 jan. 2012c.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2008. . Acesso em: 21 Jun. 2019.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva. **Gênero e diversidades na gestão educacional**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. 128 p.
- FERREIRA, Eduarda. **Questões de gênero e orientação sexual em espaço escolar**.
- SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 43-65, 2011.

GANDELMAN, L. M. **Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas**. RJ: Rocco, 2008.

HEILBORN, M. L. "De que gênero estamos falando? In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do Currículo**, v.2, n.2, p.208-230, set./mar. 2010.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v.57, n.1, p.8-13, jan/fev, 2004.

MINELLA, Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana. **Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p.197-218, nov. 2002

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Revista Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Louro. "Currículo, gênero e sexualidade. O 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'". In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189.

SILVA, Cristiani Bereta da. **O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de História**. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 1, p. 219-246, jan./jul. 2007.

SILVA, Cristiani Bereta da; SILVA, Cintia Tuler. Formação docente em gênero e diversidade na escola. In: MINELLA, Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana. **Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 93-122.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCOTT, Joan W. Prefácio um gênero e política da história. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.p.49-65

“MULHERES PODEM TRABALHAR AQUI?”: AS LIMITAÇÕES SOCIAIS IMPOSTAS AO FEMININO NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI

Raquel da Silva Guedes³²⁶

Fábio Ronaldo da Silva³²⁷

Alexandre Cesar Oliveira Torres³²⁸

Resumo: O artigo apresenta uma análise sobre a participação das mulheres na Ciência e Tecnologia. Atualmente, no Brasil, o setor da C&T obtém em atuação 10 a 20% de mulheres a depender do setor específico. Isso ocorre porque uma formação discursiva e cultural, apoiada no patriarcalismo, dividiu as profissões por gênero, ocasionando no afastamento de mulheres de determinados setores científicos. A partir de relatos orais de professoras da área de Engenharia da Universidade Federal de Campina Grande (PB) analisamos como ocorre a resistência ao feminino, a formação/prática discursiva que limita a atuação de mulheres e as dificuldades enfrentadas por elas na C&T.

Palavras-chave: Formação discursiva; Gênero; Ciência e Tecnologia.

A Ciência e Tecnologia (C&T) é um espaço de pesquisa e extensão de larga exploração desde o advento do capitalismo. A área é responsável diretamente pelo crescimento científico humano, social, tecnológico e espacial do mundo, por isso, exige uma demanda de profissionais comprometidos em tempo integral em busca de diversos aprimoramentos. O fato é que, exatamente por essa definição, a C&T é reconhecida como uma área de grande concorrência interna e externa, onde no primeiro há uma competição profissional, enquanto o segundo é resultante em uma corrida por espaço e conhecimento entre os continentes.

A Ciência é um conjunto de conhecimentos empíricos, teóricos e práticos sobre a natureza, produzido por uma comunidade mundial de pesquisadores fazendo uso de métodos sistematizados e validados dentro dessa comunidade, que dá ênfase à observação, explicação e predição de fenômenos reais do mundo por meio de exploração e experimentação. Dada a natureza dual da ciência como um conhecimento objetivo e como uma construção humana, a historiografia da ciência usa métodos históricos tanto da história intelectual como da história social. Arelada a Tecnologia, a Ciência produz meios de aprimoramento e evolução sobre a natureza.

A história da C&T é entrecortada pela diferença de gênero em seu campo profissional. Tal fator foi delimitado por uma permanência discursiva cultural de que a área era apropriada para os homens, uma vez que, é considerada um espaço de atuação que exige frieza, intelecto, disponibilidade temporal e conhecimento em exatas. Durante o crescimento da C&T no século XIX, o feminino ainda estava preso as

³²⁶ Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Integrante do Projeto Memória e História da Ciência e Tecnologia em Campina Grande; Atua na área de gênero na Ciência e Tecnologia. Email: raquel.silva.guedes@gmail.com

³²⁷ Doutor em História na área de Cultura e Memória, graduado comunicação social e vice-coordenador do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia com ênfase nas temáticas de mídia e gênero. E-mail: fabiocg@gmail.com

³²⁸ Jornalista formado pela Universidade Estadual da Paraíba com pesquisa na área de estratégias da comunicação e educação ambiental. E-mail: alexandccs@gmail.com

formações discursivas patriarcais e embora as mulheres tentassem romper esse bloqueio e seguir carreira na C&T, o preconceito e a não aceitação social eram fortes. No Brasil, assim como no mundo, observamos a preponderância da formação discursiva cultural que coloca a C&T como uma área masculina, de forma que, dados quantitativos referentes a pesquisas e extensão dos órgãos nacionais autorizados a chefiar e organizar essa área demonstram que a participação feminina no setor foi de 10% entre os anos de 1950 a 1980, quando então passou a crescer em pequena escala, aumentando de 2 a 3% a cada década, de forma que em 2017, a participação feminina na C&T chega até 30% dependendo da subárea de atuação³²⁹.

Histórias de silenciamentos, perseguições, dificuldades e não aceitação tem marcado a trajetória feminina dentro da C&T. Até a década de 1980 eram justificadas pelo patriarcalismo. Na geração 2000, mediante os avanços nos estudos de gênero e do feminismo, estão sendo demonstrados como um preconceito velado e silencioso, por isso difícil de ser combatido, entendido e/ou estudado, uma vez que as próprias mulheres atuantes na área não se sentem à vontade em falar sobre o assunto. No Brasil, os baixos números de formandas nos cursos de engenharias, em comparação ao número de homens, denunciam tal realidade, já no estado da Paraíba, local onde foram coletadas as entrevistas usadas nessa pesquisa, a disparidade entre graduandos, e profissionais do gênero feminino e masculino na C&T são ainda mais alarmantes.

A história da mulher na C&T é entrecortada por inúmeras manifestações de perseguições, preconceitos e oposições (SADENBERG, 1994). Nas últimas décadas do século XX e no século XXI, as mulheres assumiram o espaço público no intuito de modificar as noções de liberdade ao feminino e conquistar direitos que garantissem a segurança e a vivência social. A luta de tais sujeitos tem levado a sociedade a repensar seus valores e a logística de suas instituições, porém, tal fator não indica que a limitação feminina ao espaço público tenha deixado de existir, principalmente no espaço que nos dispomos a pesquisar.

Corriqueiramente, o início do enfrentamento parte dentro da própria família, uma vez que, o espaço doméstico guarda de duas a três gerações e tal divergência de idade, demonstra também uma diferença cultural e de pensamentos. Percebemos esse fator em entrevistas com duas mulheres, ambas são professoras em instituições públicas de ensino superior do estado da Paraíba, a primeira é formada em Ciências da Computação e a segunda uma geóloga que atua nos cursos de Engenharia de Minas e Engenharia Civil. Ambas, aqui retratadas por pseudônimos para preservação da identidade, relataram em entrevistas como foi a escolha do curso superior e como se deu a aceitação no espaço familiar. Percebemos de imediato que o cuidado familiar para com o feminino traz a ideia de que a mulher não pode enfrentar o mundo independentemente "longe de casa", é necessário mantê-las por perto em segurança e de alguma forma isso inibe sonhos e altera decisões, como fala Rafaela Duarte no seguinte trecho:

Eu queria cursar Arquitetura, meus pais disseram que, meu pai especificadamente disse, que não ia deixar uma filha mulher com 17 anos morar sozinha em João Pessoa, porque aqui não tinha arquitetura. Aí eu vi um livrinho da folha de São Paulo que a: 'arquitetura é coisa do passado, o negócio agora é computação'. Computação gráfica, eu digo 'opa!' Tem computação em Campina Grande, vou fazer computação e assim fiz. Não sabia nem pra que servia esse curso. (DUARTE. 2016, p.3).

³²⁹ Dados disponíveis em: <https://sengece.org.br/numero-de-engenheiras-no-mercado-brasileiro-cresce-42/>. Acesso em 14 de junho de 2020.

É perceptível que o desejo da entrevistada era cursar Arquitetura, mas como o pai não deu permissão, ela precisou redirecionar a escolha do curso, fazendo, inclusive, de uma maneira aleatória, o que significa que não conseguiu interpor sua decisão e desejo diante da família. Uma situação semelhante foi enfrentada por Bárbara Nunes, nele podemos perceber a resistência da mãe ao possível afastamento familiar da filha devido a atuação profissional, dessa vez não houve imposição e, portanto, a colaboradora consegue cursar Geologia:

Meu pai foi indiferente, não achou nem ruim e nem bom, ele concordava com o que eu decidisse. Minha mãe ficou mais preocupada, ela preferia que eu tivesse escolhido outro curso, principalmente pela área de atuação, normalmente exige que a pessoa viaje, então pelo que ela ouvia falar e pelas pesquisas que ela fez com as condições que se tinha para fazer na época, ela dizia 'Bárbara quando você terminar o curso, você vai ter que trabalhar na Angola, você vai ter que ir para a África'. Então o medo dela foi esse, foi de eu ter que ir para longe da família e de fato grande parte das pessoas que ainda terminam esse curso vão para longe, os empregos são distantes, então teve essa resistência. (NUNES, 2017, p.5).

Por isso, houve dificuldades na inserção, adaptação e nas condições de trabalho para as mulheres que seguiram carreira profissional nas engenharias, na Ciência da Computação e nas demais graduações voltadas às exatas. Citeli (2000) afirma que a negação da participação feminina nas ciências tem sido historicamente constitutiva de uma peculiar definição de ciência como indiscutivelmente objetiva, universal e masculina, o que serve para diferenciar masculino de feminino e ciência de não ciência, cabendo a mulher os conhecimentos não científicos. Assim, tratar sobre esse tema é lidar diretamente com uma formação cultural forte que ultrapassou fronteiras de países e permitiu que o espaço de trabalho dentro da C&T fosse monopolizado, provocando uma formação masculina na área e resultando em uma desigualdade de gênero que reflete até hoje na baixa participação feminina na área e nas dificuldades de atuação de mulheres no setor.

De acordo com Fourez (1995), a ciência é um modo específico de conhecimento adotado pelo mundo ocidental moderno, uma ideologia de um saber universal iniciado na ideia de entender e controlar o meio ambiente. Já da perspectiva sociológica, a ciência moderna é uma instituição, uma profissão com uma comunidade de participantes, locais de atuação e linguagem específicas, obtendo hierarquia e relações de poder.

Carvalho (2010) enfatiza que a ciência moderna, desde a origem no século XVI têm uma história construída majoritariamente por homens e por atributo e valores culturalmente ditos masculinos, como a neutralidade, objetividade e racionalidade, de modo que, no imaginário popular, o cientista é um homem genial, excêntrico e frio, uma imagem distante das mulheres.

Os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³³⁰ mostram que em 2010 o total de mulheres pesquisadoras em todas as áreas de pesquisa e extensão era de 47%, porém a participação feminina na grande área da Engenharia e Ciências da Computação foi de cerca de 15%. Nesse caso, dos 13.006 pesquisadores, 9.671 (74,35%) são homens e 3.299 (25,36%) mulheres, sendo considerado o espaço de pesquisa brasileira de maior predominância masculina (CABRAL, 2010, p.03).

³³⁰ Saber mais em: <http://cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia1>

Moreira; Velho (2010) informam que foram apenas nos últimos anos que houve expressivo crescimento das mulheres nas atividades de C&T, analisa-se que as possíveis causas sejam políticas de incentivo e conscientização, além dos novos debates sobre gênero, que visam desarticular a determinação de lugares, o que ainda não é considerado solução para as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo feminino para atuar na área. Entende-se que foi devido a uma formação cultural que as mulheres foram afastadas dessa área, pode-se complementar tal raciocínio, alegando que foram as repercussões de discursos que ocasionaram a dificuldade de procura e atuação feminina na C&T, nesse ponto precisamos entender a importância da propagação de um discurso, como ele determina espaços e pode ser excludente.

Essa formação cultural foi vista na resistência familiar as escolhas profissionais feita pelas filhas, mas também são marcantes nos discursos constantes que as mulheres escutam e que desencorajam de alguma forma a escolha, a permanência, a atuação feminina na C&T. Nesse ponto, Bárbara expôs os comentários que teve que lidar durante suas escolhas, uma delas foi na opção de viver uma experiência estágio na Amazônia, a mesma coloca que oscilava entre a desistência e o desafio:

O meu estágio foi acampado na floresta amazônica, o primeiro acampamento era maior, tinha em média de duzentos homens e eu mais uma outra menina e foi uma experiência boa, então eu tive certeza que queria. Inclusive meus colegas que eram formados como geólogos e eu era técnica costumavam dizer “se fosse minha filha eu não deixava”, “minha esposa não trabalharia aqui”, mas por eu ser muito nova eu achei tudo muito empolgante, foi uma aventura que eu gostei e a escolha foi por achar beleza nessa profissão e também quando você é novo, você se sente desafiado quando as pessoas dizem “não é pra mulher”, “é um curso fácil de entrar, mas é difícil de sair”, que era o que o pessoal dizia muito no meu caso com a Geologia. E eu acho que de tanto o pessoal desacreditar você se sente mais desafiada, com mais vontade, mais força. Assim, eu fiquei desacreditada em vários momentos, no fim do curso chegavam colegas mais próximos e diziam “olhe não é pra você”, “você é muito delicada, muito cheia de frescura para fazer esse curso”. O meu professor já chegou para mim, na véspera de eu assinar contrato para estagiar na Amazônia e disse “tem certeza? Você pode desistir a qualquer momento”. Então era meio que para me poupar com medo de eu não ser resistente o suficiente para algumas atividades físicas, mas acho que o fato das pessoas desacreditarem serviu como uma motivação. (NUNES, 2017, p.4).

Bárbara indica que nessa fase de vida era muito nova e possivelmente enxergava tais comentários com cuidado, porém, sabe-se que essa ação a escolha dela vem de um pensamento cultural que coloca a mulher como frágil e por isso, incapaz de atuar em certas áreas. Hoje ela avalia que encarava tudo como desafio, possivelmente também pela idade e por não saber a profundidade do que acarretava tais comentários, mas ainda assim, por vezes, caía em amplo desestímulo ocasionados por essas formações discursivas.

Para Foucault (2014), o discurso está em todo conjunto de formas que comunica um conteúdo, qualquer que seja a linguagem à qual pertençam, uma vez que, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo. Um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima, ou seja, embora tal discurso não esteja comprometido com uma verdade absoluta e universal. Nesse quesito, nossa colaboradora Rafaela aparenta ter ciência sobre como foi limitada em alguns aspectos devido a tais discursos:

Hoje que eu tenho mais maturidade eu sei que é um discurso que se você escuta muitas vezes pode lhe trazer insegurança sim. Mas na época eu não achei que isso poderia acontecer, eu não me sentia bem as vezes quando ia assistir aula e eu era a única mulher, por exemplo. Por alguma razão eu não me sentia bem e sempre achei que realmente os professores tratavam as mulheres com um pouco mais de delicadeza, também não é tão mais delicadeza não, mas, por exemplo, questão de palavrão, as vezes um professor quando tem uma turma cheia de homem ele vai falar palavrões e quando tem uma mulher as vezes ele se contém pra não falar por causa daquela mulher. É, de vez em quando eu escutava um comentário “quando Rafaela vai o professor fica mais, ou quando fulana vai, quando as meninas estão na sala de aula o professor fica mais tranquilo, assim, a aula fica mais leve”. Faz sentido pra mim, porque eu acho que o homem ainda hoje acha que não pode falar palavrão, como se a gente não soubesse o que é palavrão, né? A gente não sabe nenhum palavrão. (DUARTE, 2016, p.6).

Percebe-se que durante os episódios ambas as entrevistadas não tinham noção de como aquele ambiente e aquelas situações afetavam de alguma forma o comportamento feminino e as possíveis decisões que viessem a tomar/realizar, apenas na maturidade conseguiram rememorar os episódios com mais solidez, o que comprova que a naturalidade dos discursos e da formação cultural a que estavam inseridas não as faziam perceber. Trata-se de uma contribuição de tradições que vai mantendo a permanência dos discursos e dificultando uma desconstrução de tal realidade.

Foi esse jogo de articulações orais, discursivas e as tradições culturais que dividiram os lugares públicos por gênero, a tríade é o responsável direto pela presença da mulher na C&T ser considerada atípica e por isso transgressora. Foucault (2012) entende a transgressão como um ato relativo ao limite, que ultrapassa as linhas do imaginável. Assim, a constante relação de “dominação de espaço” e “transgressão” ao longo da história criaram as relações de poder, tratando-se de um combate onde o sujeito através da resistência enfrenta as forças que atuam nele mesmo e as provenientes de outros sujeitos.

Essas relações de poder e de resistência podem vir de maneira direta ou sutil. Percebemos essas relações em situações cotidianas descritas pelas depoentes, algumas delas notadas pelas mesmas. O ato de transgredir é visto no fragmento de Bárbara quando a mesma diz que era conhecida por ser “a mulher do facão”, mostrando que adquiriu respeito no seu meio quando tomou atitudes ditas masculinas, mas que ainda assim os homens, de alguma forma não se sentiam a vontade para trabalhar com mulheres por achar que feminilidade atrapalharia na execução prática do serviço:

Então, o curso, alguns homens não se sentem à vontade para trabalhar com mulheres porque de fato o curso exige um esforço físico e alguns acham que a gente vai atrapalhar o trabalho, mas de modo geral acho que eles já estão aprendendo que não é bem assim. E eu acho que assim, geralmente a gente tem que fazer um esforço a mais, eu nunca perdi uma seleção na época de graduação para um menino, que por ser mulher eu perdi isso, se eu perdesse era por tirar uma nota menor na hora da prova, mas por ser mulher não. Um professor até brincou uma vez, disse “há, ainda bem que você foi a selecionada”, porque eu tinha a fama no campus que era eu que ia na frente com o facão, que eu não tinha medo de bicho e ele dizia” é bom que eu selecionei uma segurança para ir junto comigo”. (NUNES, 2017, p.8).

A relação de poder exercida ao feminino de maneira sutil foi percebida nas descrições de Rafaela quando rememora as decisões tomadas pelo departamento em

que trabalha sem ser consultada. Ela coloca que muitas vezes sente que é ouvida só por educação e que suas opiniões não são levadas em consideração ainda que sejam importantes, comparando a situação a regra de uma brincadeira infantil onde a criança que tem menos força física ou intelectual ao participar de uma atividade com outras mais velhas e experientes não é considerada como uma participante ativa, seus pontos e atos não são contados na brincadeira, a criança está ali por uma formalidade inclusiva:

Enfim, tem umas questões dessas que eu me chateio muito, é porque são coisas tão sutis que você vai percebendo, as vezes uma mulher dá uma opinião e todo mundo se cala pra ouvir mas depois começa outro assunto, como se nada foi falado entendeu? Mas as vezes não, as vezes uma ou outra, uma vez ou outra a gente é ouvida no departamento. E assim, ao mesmo tempo que eu acho que a gente as vezes é colocada num lugar que a gente não gostaria, que talvez um homem não fosse colocado, ao mesmo tempo eu sinto como se a gente fosse café com leite entendeu? É tão difícil explicar. (DUARTE, 2016, p.12).

Sobre essa atuação e relação com os colegas de trabalho, Bárbara expõe que percebe comentário sutis e evidentes a sua participação como profissional e que esses são feitos também as alunas como uma forma de discriminação a participação feminina nas engenharias. O relato é feito de forma sutil, mas os dados são alarmantes e preocupantes por se tratar de uma forma de exercer poder e exclusão:

Agora assim, eu percebo no curso e as alunas conversam comigo, alguns professores, especialmente os mais antigos, têm alguma resistência. No nosso departamento são três mulheres, são dezesseis professores, sendo três mulheres e treze homens. Alguns ou falam abertamente e outros falam pelo cantos e chega ao seu ouvido, falam que não se sentem à vontade de trabalhar com mulher ou uma aluna que disse que determinado professor falou que o curso não era para mulheres, que não deveríamos estar aqui. E eu percebo que dois ou três estão sempre tentando atrapalhar, eu e outra professora comentamos essa reunião foi só direcionada para a gente, você percebeu que esses conselhos foram direcionados para a gente porque somos mulheres. Mas os que demonstram abertamente são a minoria. (NUNES, 2017, p.12).

Ainda nessa problemática, outro ponto em análise nos estudos científicos e pelas colaboradoras é a não visibilidade da memória dos feitos femininos na C&T em destaque no país, isso dificultou a atuação das mulheres profissionalmente. Além disso, o estranhamento à mulher no setor foi uma constante responsável por muitas desistências femininas nas graduações de ciências exatas ou mesmo influenciou na opção de curso superior pela área de humanas. Sobre esse aspecto, Rafaela traz uma análise muito consistente ao relatar que na sua área profissional os grandes nomes que produzem sucesso e ganham fala na atualidade são de homens, um fator que influencia na admiração dos alunos, na construção de sonhos discentes e que a ausência dos exemplos femininos tem dificuldade na sua atuação:

É a questão dos 10% que vão fazer a diferença nesse aspecto. Mas pra um menino, imagine, todos os grandes ídolos deles são homens. É claro que ele vai ter mais segurança em aprender com um homem porque o homem foi feito pra brilhar nessa área, é muito homem que brilha nessa área, a gente não, mulher não tem. Porque vocês não são da área, os ídolos de computação são os donos do Google, dois homens. O dono do Facebook, um homem. O dono da Amazon é um homem são raríssimas as mulheres que são os ídolos da gente, não existe ídolo hoje desse nível, existe do passado... Ada aquela

mulher que escreveu a linguagem ADA, aí existe na academia uma mulher que foi co-fundadora do Coursera, que um curso...uma plataforma de ensino a distância que tá muito difundido hoje em dia, mas como o cara do Facebook? Como o Mark Zuckerberg não tem ninguém, como os donos da Google não tem ninguém entendeu? Como aquele da Microsoft, esqueci o nome... Bill Gates. Não tem. Cadê a mulher fazendo isso? Então, a sensação que talvez a gente tenha é que só os homens são capazes de chegar lá né?. (DUARTE. 2016, p.15).

Sobre esse aspecto, a mesma ainda relata que a falta de exemplos famosos femininos ou da divulgação desses exemplos causa diretamente uma dúvida sobre a capacidade da atuação feminina na área e que alguns alunos já chegaram a comentar com a mesma sobre a reação de insegurança que tinham ao saber que teriam uma professora mulher para ministrar determinada disciplina no curso de Ciências da Computação:

“Quando você chegou pra dar essa disciplina de programação, uma mulher e jovem, eu fiquei arrasado porque eu sabia que eu não ia aprender nada”, ele disse pra mim isso e essa é a mentalidade de muitos dos meninos que vem, porque quem são os ídolos desses meninos? Quem são os ídolos de computação? (DUARTE. 2016, p.14).

Assim posto, percebe-se que gênero e discurso se complementam e são base para o entendimento de nossa temática. Tratam-se de assuntos que nos levam a entender a construção do corpo, do feminino e masculino, dos lugares sociais, da formação de discursos e determinadas práticas. Quando analisamos a história das mulheres na C&T, percebemos uma exclusão que foi baseada em uma formação discursiva, bem como, é possível analisar as tentativas de conquistas de tal lugar como uma transgressão que acarretou estranhamento. Assim, percebe-se um jogo de afirmação entre o espaço imposto e o espaço de atuação e deslocamento da mulher.

A produção de um discurso surge como uma necessidade social de defesa, apoio ou imposição de algo. São as construções discursivas que montam, mantêm e/ou modificam uma ideologia. Toda forma de possível exclusão, preconceito e formação educacional surge a partir da produção de um discurso construído para assegurar uma ideologia, como diz Foucault (2014):

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p.8-9).

A partir disso, pensemos que historicamente, devido a condições socioculturais, discursos propagaram um pensamento que estabeleceu lugares sociais femininos e masculinos. De forma que, o feminino foi excluído da participação de algumas áreas, assim, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (Idem, 2014, p.10).

Sob o viés cultural, a limitação da liberdade feminina foi possível através do modelo de família patriarcal (RAGO, 1997). Sob tal aspecto, a mulher estava confinada a viver o espaço do lar e os desejos de um tutor, ela não poderia sair às ruas. O espaço de vivência durante a vida estava na casa, algumas saíam apenas nos fins de semana acompanhadas de tutores para ir à igreja, a primeira infância era dedicada às

prendas domésticas, a adolescência à preparação do casamento, e então como mulher seria a boa esposa e boa mãe (CAVALCANTI, 2000). Tal fator também foi exposto por Rafaela:

Eu acho que a sociedade da gente ela é feita culturalmente, isso não é porque a mulher é diferente do homem, mas ela é feita culturalmente pra você acreditar que o homem é muito bom em cálculo, que o homem é muito bom em engenharias, que o homem é muito bom em tecnologias né? Tipo, enquanto um menino de três anos ganham iPad as meninas ainda ganham Barbies, aí o menino logo cedo, ele acha que sabe usar a tecnologia muito bem e a mulher cresce achando que não sabe. A gente nessa parte de tecnologia, eu acho que a gente cresce de forma muito insegura, a gente, eu pelo menos sempre me senti insegura com tecnologia. O professor fala de teoria, a teoria eu sou capaz de entender, agora tecnologia parece que é mais difícil sabe? Parece que os meninos...Aí você fica achando, mas isso é cultura. (DUARTE. 2016, p. 13).

A fala é muito significativa, pois nas avaliações quantitativas feitas pela Pró-Reitoria de Ensino das universidades públicas foi constatado que um dos fatores para a desistência em massa dos alunos são as dificuldades enfrentadas nas disciplinas iniciais dos cursos de graduação que são justamente as de cálculo. Culturalmente sabemos que não há um incentivo desde a primeira infância a certas ciências e em certos gêneros, o que dificulta a adaptação com tais disciplinas, pois o processo cognoscente infantil não foi estimulado em casa em atividades e brincadeiras que inteirassem o reconhecimento da criança com todas as bases científicas.

“É muito difícil matar uma realidade”, disse Virgínia Woolf (2012, p.13) ao comentar como a mulher foi elaborada dependente e submissa, bem como, esse pensamento impregnou culturalmente na mente da humanidade. Ana Colling (2014) menciona em estudos que a maneira androcêntrica de identificar a humanidade e fazer das mulheres seres menores é um feito antigo que remonta a cultura grega, pois as mesmas foram excluídas do mundo do conhecimento e da civilização. Desse modo, as mulheres foram reconhecidas como o Outro e assim, foi criada uma dualidade que não partiu da diferença de gênero, mas sim das divergentes características entre o universo masculino e feminino que acabaram criando a relação do “Eu” e do “Outro”. Cria-se, dessa maneira, uma relação de alteridade a partir da diferenciação, que é, portanto, responsável por (re) construir/(re)produzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável, (in)visível e previsível.

Essa separação cultural dos lugares femininos e masculinos foi possível devido a essa progressão histórica-discursiva. Não tendo força de dominação, o contradiscurso feminino foi ignorado por algum tempo, dificultando a inserção das mulheres nas áreas científicas, essa que foi defendida como um espaço para homens por envolver um ofício dito rigoroso, difícil e ariscado, logo, ambiente impróprio para o mulheril. Dessa forma, houve uma disputa entre feminino e masculino com o intuito de quebrar verdades hegemônicas repercutidas culturalmente pelas velas discursivas.

Tal disputa é percebida na resistência e em como todos os dias as mulheres são agredidas de forma verbal, sutil ou direta nas posições de trabalho. O contradiscurso é feito como uma resistência e pode ser observado na excessiva forma que as mulheres tem e precisam demonstrar sua capacidade, como afirma Rafaela:

Eu tenho muita dificuldade de lidar porque a sensação que eu tenho é que eu preciso o tempo todo provar que eu sou capaz e ao mesmo tempo quando você prova que você é capaz, eu acho... A sensação que eu tenho é de que eles tomam decisões que envolvem, por exemplo, a minha vida, que eu só

posso falar por mim, que talvez eles não tomassem a mesma decisão pra um homem entendeu? (DUARTE, 2016, p.12).

Percebe-se então que o discurso, a verdade e o poder estavam ligados a interesses pessoais ou de pequenos grupos em exercício de poder, com intenções de manter um domínio sobre algo e/ou alguém. Assim, com o passar dos anos, um discurso de propriedade era levantado como uma teoria e por isso precisava ser propagado e até comprovado cientificamente. Como mostra Foucault (2014), a vontade de verdade apoia-se sobre um suporte institucional e é ao mesmo tempo reforçada em práticas, sendo responsável por ultrapassar décadas.

Foi nesse jogo de interesse que foram montados Sociedades de Discursos³³¹ em prol de veicular uma intencionalidade. Os sujeitos de saber produzem um discurso que é reconhecido como verdade, são esses, então, os indivíduos de poder, pois o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos (FOUCAULT, 2014). É necessário compreender como determinadas verdades são instituídas em campos de saber e se fazem cristalizadas com o tempo (JÚNIOR, 2007), tal compreensão se faz através dos discursos que disseram que as mulheres se mostravam incapazes de serem boas pesquisadoras e que as diferenças biológicas explicariam o reduzido sucesso de mulheres na ciência, dificultando assim, o acesso e a atuação profissional feminina na C&T.

Essas Sociedades de Discursos podem ser vistas nas relações cotidianas nos espaços públicos e privados, como percebemos até agora nos relatos, mas são ainda mais evidente quando analisamos dados quantitativos, sobre eles Rafaela lembra pontualmente: “Eu já cheguei a dar aula pra turmas de 60 alunos que não tinha nem dez mulheres lá dentro. Aqui em computação.” (Duarte, 2016, p.9). De maneira mais minuciosa pode ser visto no assédio moral dentro do trabalho, sobre ele Bárbara alega que passou a ser vigiada pelo seu departamento quando passou pelo processo de divórcio, de alguma forma o estado civil sendo modificado para solteira incomodou os colegas:

Depois que eu me divorciei, eu já encontrei mais dificuldades. Como casada não, como divorciada sim. Eu passei a ter uma maior vigilância, se eu estou todos os dias aqui ou não, o fato de eu estar divorciada, eles tem medo de eu não criar raiz aqui e abandone. Então eu passei a ser mais vigiada mesmo, de eles estarem indo na minha sala para saber se eu estou. Eu cheguei a me reunir com a outra professora que é casada e alguém comentou “se ela se divorciar também vai ser um problema” e eu digo, olhe o tratamento que vocês dão a mim, tem que dar a todos os professores mais jovens. Até então eu ainda não tinha feito os três anos ainda de probatório, eu disse do mesmo jeito que vocês me vigiam, tem fulano de tal que é novo e vocês tem que estarem atentos com todo mundo. Se vocês só prestam atenção a mim e a Paula, isso está caracterizando um preconceito e não é só comigo por ser nova não, se existe uma preocupação com falta ela tem que ser com todos os professores jovens e antigos. Então já teve essa situação, mas foi engraçado por ser mais quando eu estava divorciada do que no casamento. (NUNES, 2017, p.14).

Percebe-se que o respeito da mulher ainda é imposto pelo casamento, pois nele é vivenciado a figura masculina e acredita-se que essa figura vá manter a mulher sob vigilância ou ligada a regras da casa e em certo controle. Por algum motivo, o status de

³³¹ A Sociedade de Discurso para Foucault tem como função conservar ou produzir discursos de acordo com as regras estabelecidas pela formação do discurso.

solteira incomodou o departamento que Bárbara trabalha, ao mesmo tempo que o estado civil de casada ajudou Rafaela a diminuir o assédio no seu setor:

Eu acho que eles estão me respeitando mais no sentido que eu vou dizer agora... No início quando eu cheguei solteira eu era bem mais magra, eu era muito mais jovem, tinha 30 anos quando eu entrei aqui no departamento, eu recebi tanta cantada que vocês não fazem ideia, ao ponto de as vezes eu precisar, assim, vestir outra roupa, dizer “não, essa roupa aqui que eu sempre usava, vou usar mais não, porque mostra as costas e eu não vou querer mostrar nada não”. Aqui nessa universidade nem tanto, foram poucas as situações que eu passei de uma cantada em sala de aula, mas eu ensinei em uma faculdade particular e eu pedi demissão porque eu não estava me sentindo bem com o assédio dos alunos. Pedi demissão de um lugar, isso é uma coisa muito grave. O coordenador de lá me apoiou, disse que eu podia punir, mas é o tipo de coisa que é muito difícil você... Eu vou punir um aluno porque ele fica me ligando? Me chamando pra ir no cinema? Me cercando no Google Talk? Querendo sair? Ou quando eu chego na universidade quer me acompanhar até meu carro? Eu vou punir como esse aluno? (DUARTE. 2016, p.17).

As situações de assédio costumam ser tão incisivas e rotineiras que podem chegar uma linha extrema, a falta de limites e do não entendimento de tais pessoas sobre o que é e o que pode acarretar o assédio acabou por fazer a entrevistada tomar a decisão extrema de pedir demissão por atitudes cotidianas e incisivas que incomodavam a profissional. Para mudar essa realidade é necessário trabalhar na desconstrução cultural, discursiva e de costumes, para que possamos barrar essas atitudes.

Ana Colling (2014) defende a pluralidade de interpretações a partir da desconstrução, para ela, Derrida (1993)³³² desenvolveu esse conceito sugerindo que a leitura desconstrutiva de um texto subverte o que é aparentemente significativo, ao descobrir nele contradições e conflitos. Para ele, a diferença dos sexos não pertence à ordem do visível e definível, mas do legível, da interpretação. Já para Foucault (1999) existem relações de poder, o poder não é um objeto, mas uma maquinaria que se dissemina por toda uma estrutura social, possuindo uma riqueza estratégica para gerir a vida dos homens, com a intenção de disciplinar os corpos, de maneira que a não atuação dentro de uma lógica discursiva seja vista como transgressão, pois não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja irreversível.

Assim, pensar na atuação feminina no setor é lidar com um estranhamento que é justificado pela transgressão. Sob essa visão, uma mulher exercendo profissões tidas até então como masculinas, foi apontado como uma transgressão à regra. Para Sardinha (2010), a transgressão é a decisão como ato de passar além, de ir mais longe do que se crê possível e, por tal ato, prosseguir com as discontinuidades ou as decisões.

Já Foucault (2012) acredita que a transgressão é um acontecimento do ser que ocorre nos limites do mesmo em momentos nos quais esses limites são simultaneamente violados, revelados e abolidos. Sob esse aspecto ao participarem de espaços de produção e reprodução da C&T, as mulheres cometeram uma transgressão

³³² O interesse de Derrida se encontra em especial em uma oposição: a escrita e o discurso. Sua abordagem crítica da desconstrução mostra que esse dualismo não se encontra de forma balanceada, suas relações são sempre classificadas hierarquicamente. *A desconstrução refere-se a todas as técnicas e estratégias usadas por Derrida para desestabilizar, abrir e deslocar textos que são explicitamente ou invisivelmente idealistas.*

às leis de comportamento vistas como naturais pelos costumes de épocas e gerações. Defender as mulheres em tais condições era cometer uma transgressão deliberada, ou seja, falar de algo que está fadado a não ser comentado por ser “proibido”.

Pensemos então se é e como é possível desconstruir os discursos e as relações de poder a que as mulheres na C&T estão submetidas para que discursos como os demonstrados por Bárbara não sejam mais ditos de maneira impune ou veiculados nos espaços de trabalho de forma natural, uma vez que, a mesma relatou que ao conseguir seu primeiro emprego ouviu insinuações ligados a sexualidade de seus colegas:

Eu ouvi uma vez algo assim, logo que eu me formei eu consegui de imediato um cargo, já consegui trabalho em uma empresa, aí quando eu voltei da minha primeira prova fui lá na universidade resolver algumas coisas e encontrei os colegas da turma que não estavam empregados e eles disseram: “claro, quem é que não te contrataria, uma mulher, se for eu e você concorrer a vaga, o pessoal vai conseguir contratar você. Acho que fui a única vez que escutei um comentário de um colega. (NUNES, 2017, p.16).

É necessário analisar que comentários, atuações, agressões e assédios como esses ainda estão sendo enfrentados no século XXI nos espaços profissionais da C&T e são os responsáveis diretos pelo não crescimento da participação feminina no setor e o não interesse delas em enveredar nessa área de atuação profissional. A presença feminina em determinadas áreas ainda é dificultada por uma formação cultural rústica e patriarcal, o estranhamento e a não aceitação dos alunos e profissionais homens as mulheres no setor é demarcado por tal construção, permitindo que as relações de poder sejam exercidas nesses locais de maneira afrontosa, desrespeitosa e inaceitável. Por fim, o processo de resistência dessas mulheres para se manter no setor é a indicação de uma necessidade de mudança no setor e demonstra uma briga por espaço que muitas vezes oscila entre a persistência e a exaustão.

O olhar de estranhamento ou de recusa vem se modificando e políticas de incentivo aos profissionais têm ajudado para a desconstrução discursiva dessa realidade, porém, tal melhoria só é possível graças ao rompimento do limite imposto, do saber monopolizado e do poder exercido em alguns ramos profissionais, trata-se de um avanço feminino no setor. Foucault (2012) afirma que a importância da transgressão está em se abrir para um mundo cintilante, sempre afirmando um mundo sem sombras e sem a intromissão do não, logo, parte desse movimento a importância da atuação feminina na área de nossa pesquisa. É preciso solapar esses espaços de poder para que a resistência cotidiana das mulheres na área seja substituída por condições de atuação e trabalho para melhor desenvolver a C&T.

Fontes

DUARTE, Rafaela. Rafaela Duarte: depoimento [abril 2016]. Entrevistadores: Raquel Guedes, Rafael Porto. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2016. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande.

NUNES, Bárbara. Bárbara Nunes: depoimento [novembro 2017]. Entrevistadores: Raquel Guedes, Rafael Porto. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2017. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande.

Referências bibliográficas

- CABRAL, Carla Giovana. *Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado*. Cadernos Pagu (27), Campinas-SP, Núcleo de estudos Gênero-Pagu/Unicamp 2010.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, Educação e Ciência. In: *Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Charliton, José dos natos Machado, Idalina Maria Freitas Lima Santiago, Maria Lúcia da Silva Nunes (organizadores) – Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- CAVALCANTI, Silêde Leila. *Mulheres Modernas Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000
- CITELI, Maria Teresa. *Mulheres nas ciências; mapeando campos de estudos*. Cadernos Pagu (15), Campinas-SP, Núcleo de estudos Gênero-Pagu/Unicamp 2000.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino na história*. Editora UFGD, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. “Prefácio à Transgressão”. In *Ditos e Escritos*, v.III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 14 ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- _____. “Estratégia, Poder-Saber”. In *Ditos e Escritos*, v. IV. 3 ed Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. “Poder-Saber”. In *Ditos e Escritos*, v. IV. 3 ed Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUREZ, Gérard. *A Construção das ciências: introdução a Filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- JÚNIOR, Durval Munis de Albuquerque. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.
- MOREIRA, Maria Lígia; VELHO, Lea. *Pós-graduação do Instituto Nacional de pesquisas Espaciais numa perspectiva de gênero*. Cadernos Pagu (35), Campinas-SP, Núcleo de estudos Gênero-Pagu/Unicamp 2010.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. 3ed, São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- SADENBERG, Cecília M B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro, BINGEMER, Maria Clara L, *Mulher e Relações de Gênero*, São Paulo: Edições Loyola: 1994.
- SARDINHA, Diogo. *Michel Foucault's two critical ontologies: from transgression to ethics*. Trans/Form/Ação, (Marília); v.33, n.2, p.177-182, 2010.

DO QUE SE TRATA DE COMO O IDEAL DA CAVALARIA FOI SUBVERTIDO POR DOM QUIXOTE

Sidinei de Araujo Lemes³³³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a obra *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* (primeira parte) de Miguel de Cervantes - publicada pela primeira vez em 1605 - verificando como o protagonista, um cavaleiro, subverte o ideal de cavalaria proposto por Ramon Llull em *O Livro da Ordem de Cavalaria* (2010).

Palavras-chave: cavalaria; Dom Quixote; Ramon Llull; Miguel de Cervantes.

Introdução

A obra *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha* (2016) de autoria de Miguel de Cervantes - publicada pela primeira vez em 1605 - traz um protagonista que, devido ao excesso de leitura de livros de cavalaria, perdeu o juízo e decidiu se fazer cavaleiro andante (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v.1, p. 60). A obra cervantina fez grande sucesso em seu período, sendo considerada hoje o primeiro romance moderno e o segundo livro mais reimpresso no mundo, ficando atrás apenas da Bíblia Sagrada. A narrativa cervantina tem características da literatura cavaleiresca, estilo literário de grande sucesso na Espanha daquele tempo e forte marca cultural tanto na Europa como um todo, quanto na Espanha do Século de Ouro³³⁴. Com a evolução da imprensa, a difusão da literatura de cavalaria foi enorme e a obra alcançou desde o mais nobre até o menos abastado da sociedade; tanto o homem quanto a mulher; tanto o letrado quanto o analfabeto. Esse estilo literário foi muito traduzido na Espanha e vendido em grande quantidade entre o seu povo. A leitura podia ser feita tanto individualmente – quando o homem fosse se recolher em um momento de distração - e/ou coletivamente, com um indivíduo letrado lendo em voz alta para uma roda de amigos ou convidados. Por vezes, haviam entre esses convidados pessoas analfabetas. No momento dessas leituras, lhes era possível ter contato com a literatura cavaleiresca.

Os livros de cavalaria medieval que traziam em seu cerne a história de um herói ideal (representando o homem que defendia seu reino e sua fé acima de desejos próprios), trouxe consigo o ideal de cavaleiro que encanta as pessoas até os dias atuais (na literatura, no cinema e na televisão) e nos apresenta um mundo de sonhos e fantasia. Afinal, o cavaleiro nos fala “*de un mundo de valor, de honor, de fidelidad, de desinterés y de cortesía del que se han hecho eco tanto la literatura como posteriormente el cine*” (VIAL, 2008, p.19).

Estes homens cavaleirescos representavam um exemplo a ser seguido. Protegiam a Igreja e os desvalidos com tanto empenho que faziam fama e fortuna durante a vida. Conquanto, esse personagem da literatura cavaleiresca pouco ou nada se assemelham com os cavaleiros do período medieval que as histórias procuravam retratar.

Os cavaleiros do medievo tinham sua conduta reprovada pela Igreja, pois agiam de forma que em nada se compara com os protagonistas dos livros de cavalaria lidos

³³³ Sidinei de Araújo Lemes é mestrando em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL tendo como objeto de pesquisa os aspectos culturais presentes na obra cervantina. É especializado em História Social e graduado em História pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada.

³³⁴ Consideramos o Século de Ouro o período que compreende o intervalo entre o final do século XV e os anos 80 do século XVII.

por Dom Quixote e publicados na Espanha durante o Século de Ouro. Uma vez que estavam sempre envolvidos em pilhagens, saques, estupros e em vários outros “pecados do mundo”, suas ações eram reprovadas pelos religiosos. Os torneios, onde iam para demonstrar destreza para serem adorados pelos que lhes assistiam, são declarados pela Igreja apenas exibições de glória que, muitas vezes, provocavam a morte (ZIERER; MESSIAS, 2013, p.130).

A cavalaria e Ramon Llull

Esses cavaleiros rompiam com a idealização de que a cavalaria deveria servir a um bem comum: defendendo a pátria, a igreja e o povo - como se via nas obras de literatura cavaleiresca lida por muitos espanhóis e criticadas na obra cervantina. Por isso, Ramon Llull (1232-1316) compôs a obra *O Livro da Ordem de Cavalaria* (2010), compêndio com a finalidade de orientar como um cavaleiro deveria agir quando desejava entrar ou entrava para tal ordem. Para Llull, o cavaleiro deveria seguir um código de conduta que o levava a ser um homem digno no exercício de tão nobre missão. O autor maiorquino traz em sua obra regras que devem ser respeitadas por aqueles que querem adentrar a Ordem da Cavalaria. O livro está dividido em sete partes: 1. *Do começo de cavalaria*; 2. *Do ofício da cavalaria*; 3. *Do exame que convém que seja feito ao escudeiro com vontade de entrar na ordem de cavalaria*; 4. *Da maneira a qual deve ser armado o cavaleiro*; 5. *Do que significa as armas do cavaleiro*; 6. *Dos costumes que pertencem ao cavaleiro*; e por fim, 7. *Da honra que convém ser feito cavaleiro*.

Partindo da premissa dos ensinamentos de Llull em *O livro da Ordem de Cavalaria* (2010) pretendemos analisar como Dom Quixote, o Cavaleiro da Triste Figura, pode ter subvertido o ideal da cavalaria ao longo da narrativa cervantina. Segundo Pierre Vial em sua obra *La Caballería del Honor* (2008), a formação da cavalaria perpassa o processo de formação do feudalismo na Idade Média devido à necessidade dos senhores feudais de defenderem suas terras de ataques de inimigos. Pois, muitas vezes, por não possuírem um exército de cavaleiros, esses senhores tinham que pagar tributos para não terem suas terras saqueadas, queimadas e seu povo violentado. O crescimento da nobreza, que começa a controlar até mesmo a Igreja neste período, faz com que a cavalaria passe a ser algo próprio desta nobreza, desprezando os outros tipos de guerreiros:

(...) la Caballería se cierra sobre sí misma porque la aristocracia quiere reservar para sus hijos el prestigio caballeresco. La Caballería aparece desde este momento como la comunidad de los guerreros nobles en oposición con una infantería sin fe y, en todo caso, sin honor. (VIAL, 2008, p.43)

A cavalaria passa, então, a ser algo restrito a um estamento dentro do estrato social do medievo. Mesmo com uma sociedade hierarquizada, percebemos a importância da figura do cavaleiro para a sociedade do período; afinal, estes estavam em contato com todas as ordens, respeitando e cumprindo os discursos dos clérigos. Por meio de sua função social - a de guerrear - controlavam rebeliões camponesas, evitavam invasões de outros povos e buscavam estabelecer a tão desejada paz, harmonia e estabilidade para o feudalismo. Assim, percebemos que a cavalaria é muito importante para a sociedade feudal, principalmente, por defendê-la com as armas. Em uma comunidade hierarquizada, na qual a ordem era dada de cima para baixo, aqueles que mais possuem mandam e os demais devem obedecer. O sistema de sociedade feudal era constituído por três ordens, *oratores* (Igreja), *bellatores* (cavalaria) e

laboratores (camponeses). Essa estrutura composta por uma tríade social formava um triângulo que servia de base à comunidade medieval: “(...) sendo o ápice voltado para o céu ocupado pelos oradores, enquanto a base é virada para a terra e destinada para os bellatores e laboratores” (ZIERER; MESSIAS, 2013, p.129). A Igreja apontava que para o funcionamento pleno da sociedade, cada grupo deveria cumprir suas obrigações de maneira a depender uns dos outros; formando um trio uno como o próprio Deus que era um: no Pai, no Filho e no Espírito Santo.

Com o passar o do tempo, a cavalaria começa a violar os princípios que deveria proteger e praticar o que deveria proibir: não mais se submete à Igreja; rouba, faz pilhagem, estupra e pratica vários outros pecados mundanos na visão da Igreja. A partir deste momento, surge Ramon Llull - um intelectual do seu tempo que vivenciou tanto a arte de guerrear (ele foi cavaleiro) como a de propagar os desígnios de Deus (após receber o chamado de Cristo). Abandonou, então, a cavalaria para dedicar-se à conversão de infiéis através de seus escritos e pregações, tendo como objetivo central ensinar os ideais de como ser um bom cristão e o caminho a ser seguido para chegar ao céu. A obra intitulada *Vita Coetania (Vida Coetânia)* é sua autobiografia, que foi ditada por ele aos monges cartuxos de Vauvert. Nesta obra nos é revelado os principais fatos da vida de Llull, como seu processo de conversão à religião cristã, o aprendizado de outras línguas com a finalidade de converter outros povos e, também, a explicação da produção e difusão de suas obras - que contém uma lição de moral e de boa conduta para os homens terem bom comportamento na sociedade.

Ramon Llull nasceu entre os anos de 1232 e 1235 na cidade de Maiorca, região que era habitada por cristãos, judeus e muçulmanos e que havia sofrido o processo de expansão do reino catalão-aragonês. O próprio pai de Llull participou da conquista de Maiorca e recebeu terras do rei Jaime I devido aos seus serviços. Com a posse das terras, ascendeu-se socialmente, o que possibilitou a Ramon Llull ter uma educação voltada para as armas. Com isso, praticou o ofício da cavalaria e foi nomeado administrador da Casa Real do futuro rei Jaime II. Casou-se com Blanca Picany, com quem teve dois filhos: Domingos e Madalena. O autor maiorquino recebeu uma visão de Jesus Cristo e decidiu abandonar a vida “mundana” e colocar a vida ao serviço de Deus. Seu processo de conversão foi acompanhado de três objetivos: “(...) 1. Dedicar sua vida ao serviço de Deus, convertendo os infiéis ao catolicismo, 2. Criar escolas onde se estudasse a língua dos infiéis e 3. Preparar-se para o martírio.” (COSTA, 1997, p.235)

Apesar de não ter acesso à universidade, sempre teve sede de conhecimento. Estudou árabe com um escravo (que depois tentou matá-lo), filosofia e teologia. Viveu sempre como um missionário laico. Chegou a cogitar adentrar uma ordem mendicante franciscana ou dominicana, mas nunca ingressou. Segundo Ricardo da Costa (1997) Ramon Llull foi um pensador leigo que teria sido “franciscanizado” posteriormente pela iconografia. Llull viveu mais de oitenta anos, sendo uma figura complexa e multifacetada. Faleceu, provavelmente, no início de 1316. Ele foi um escritor fecundo, produzindo mais de trezentas obras: dentre elas poesias, misticismo, filosofia e teologia.

O Livro da Ordem de Cavalaria: um manual para o bom cavaleiro

A obra *O Livro da Ordem de Cavalaria* (2010), provavelmente tenha sido publicada entre os anos de 1279 e 1283 como um “manual” de como o cavaleiro deveria agir para que a Ordem de Cavalaria pudesse tanto voltar a ser honrada quanto a prestar seu serviço a Deus. Para isso, como dissemos acima, o livro foi dividido em

sete partes precedidas de um prólogo no qual ocorre um diálogo entre um escudeiro que desejava se tornar cavaleiro e um cavaleiro ermitão que havia mantido a ordem e a honra da cavalaria por toda sua vida. O velho cavaleiro presenteia o escudeiro com um livro afim de que este o leve até o rei - que o vai sagrar cavaleiro - para passar seus ensinamentos a todos os que desejassem fazer parte de tal honrada ordem. Primeiramente, devemos salientar que Ramon Llull, como um homem a serviço de Deus, remete sua obra à *“glória e benção de Deus”* tanto no início quanto no encerramento de seu compêndio. E como, para ele, o mundo foi corrompido, *“surgiu erro e turvamento no povo de Deus, que foi criado para que Deus fosse amado, conhecido e honrado, servido e temido pelo homem”* (LLULL, 2010, v.1, n.p). Como um homem de fé, segundo Llull, o cavaleiro deveria:

(...) pacificar a los hombres, mantener y defender el cristianismo y vencer a los infieles. La caballería debería estar al servicio de la fe cristiana. Por tanto, el caballero debería imbuirse de los más nobles ideales, pues ésta era una misión divina, y sólo los puros de corazón deberían tener acceso a ella. Siendo así, la caballería debería escoger sus combatientes entre los nobles. (COSTA, 2001, p. 27)

Além de ser escolhido como o melhor entre os nobres, o cavaleiro deveria estar apto a pagar por suas armas e possuir a mais nobres das bestas, o cavalo. Pois, bem como o nobre é superior frente aos outros homens, assim também o é o cavaleiro. Assim, o cavalo o deixava acima dos demais, para que pudesse ser visto de baixo. Para o autor maiorquino, como o mundo estava corrompido, era preciso restituí-lo e levá-lo de volta aos rumos de devoção ao Senhor. A função do cavaleiro seria a de trazer paz para um mundo caótico; e ele o fazia através do temor. Pois, o cavaleiro deveria ser temido pelos que praticavam o mal e amado por aqueles que ele defendia. Desta forma, estaria praticando a *“verdade e a justiça”*. Para que pudesse exercer a justiça, o cavaleiro deveria possuir sete virtudes que o destacasse dentre os demais membros da sociedade, sendo elas: 1. Amabilidade, 2. Sabedoria, 3. Lealdade, 4. Força, 5. Nobre ânimo, 6. Melhor instrução e 7. Melhores costumes. Possuindo estas virtudes, segundo o clérigo catalão, o aspirante poderia ser um verdadeiro cavaleiro.

A concepção luliana, no que concerne ao aspirante a cavaleiro, é de que era preciso ser rico. Afinal, o pretendente deveria possuir todo o armamento necessário ao seu ofício: espada, lança, elmo, escudo, cota de malha, calças de ferro, esporas, gorjeira, maça e escudo; além de possuir um cavalo e todas as guarnições para a proteção do animal. Ademais, na festa da sagração do cavaleiro o nobre que conduziria a sagração (que já deveria ser obrigatoriamente um cavaleiro) teria como dever presentear os convidados e o cavaleiro também. Assim, mesmo entre os nobres, o ideal da cavalaria de Llull restringe-se a uns poucos homens. Pois, para o autor, a Igreja deveria cercar a cavalaria com seus ideais de maneira a afastá-los dos pecados mundanos. Isso fica evidente quando afirma que a maior amizade possível é entre os clérigos e cavaleiros: *“(...) os mais próximos dos ofícios que deveria existir nesse mundo são o ofício de clérigo e ofício de cavaleiro; e, por isso, a maior amizade que deveria existir neste mundo deveria ser entre clérigo e cavaleiro.”* (LLULL, 2010, v.2, n.p)

O autor se remete, ainda, ao fato de que, antes da sagração, o cavaleiro deveria confessar, comungar e participar da missa. Cerimônia na qual o clérigo deveria lembrá-lo (durante o sermão) dos quatorze artigos, dos dez mandamentos e dos sete sacramentos da Igreja. Sobre o significado cristão de cada arma do cavaleiro, Llull faz uma explanação que pode ser dividida em dois aspectos: ofensivo e defensivo. Cabe

destacar no aspecto ofensivo: a espada representando a cruz e a lança a verdade. Enquanto ao que se refere ao aspecto defensivo, temos: o Elmo como a vergonha, a cota de malha representando o castelo e o escudo representando o ofício do cavaleiro.

As sete virtudes citadas acima são, para o autor, uma espécie de escudo de proteção contra os sete pecados capitais. O autor descreve com frequência essa dicotomia durante sua obra, apresentando tanto as qualidades que o sujeito deve possuir para sagrar-se cavaleiro quanto os vícios que deve evitar. Llull finaliza o texto discorrendo sobre a honra que deve ser feita ao ofício da cavalaria e, conseqüentemente, ao cavaleiro que representa esse ideal de proteção para a Igreja e para a Sociedade.

Dom Quixote e a subversão de ideal de cavalaria de Ramon Llull

Como vimos até aqui, Ramon Llull produziu um compêndio com características que o aspirante ao ingresso à cavalaria deve possuir. Agora, pretendemos verificar em quais pontos o protagonista de Miguel de Cervantes, Dom Quixote, subverte esse ideal cavaleiresco criado por Llull.

O romance de Cervantes começa apresentando o protagonista da narrativa, Dom Quixote; que virá a adotar esse nome pelo desejo de se tornar cavaleiro. Já neste momento, podemos encontrar um primeiro item que faz com que Dom Quixote subverta o ideal de cavalaria de Llull: o personagem cervantino é *“um fidalgo desses de lança em armeiro, adarga antiga, rocim magro e cão bom caçador* (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v.1 p. 57). Sendo fidalgo, ele contradiz um dos pontos do compêndio do estudioso maiorquino:

Tão alta e nobre é a ordem do cavaleiro que não bastou à ordem que o homem fizesse das mais nobres pessoas; nem que o homem lhe doasse as bestas mais nobres nem as mais honradas armas, antes conveio ao homem que fizessem senhores das gentes aqueles homens que são da ordem da cavalaria (LLULL, 2010, v.1, n.p.)

Assim sendo, Dom Quixote encontra-se fora do estrato social recomendado, pois para Llull,

(...) o cavaleiro tinha que ser de origem nobre. Segundo Ricardo da Costa forma-se um corpo de elite que carrega em seu seio características que os diferenciam dos demais estamentos, equipado com seus armamentos de ataque e defesa. Além disso, o ofício e as normas de cavalaria devem ser ensinados e transmitidos de pai para filho, pois “[...] quem deseja ser cavaleiro que tenha mestre que seja cavaleiro” (Llull, 2000: 19). Percebemos que Llull exalta a importância da linhagem, pois somente alguém proveniente da nobreza pode se tornar um cavaleiro (ZIERER; MESSIAS, 2013, p.137).

Dom Quixote não tem uma linhagem cavaleiresca, portanto, não poderia ser elevado ao grau por ele desejado. Ainda no primeiro capítulo do livro, Dom Quixote vai preparar suas armas para sair em busca de aventuras. Sua armadura é dos bisavós, portanto, de aproximadamente dois séculos anteriores, o que fere outra concepção luliana que pede que o pretendente à ordem cavaleiresca tenha bens para adquirir e manter sua armadura e armas. Outro fator levantado por Llull, que já é contrariado por Dom Quixote nesta primeiras linhas do romance, é quanto aos afazeres do cavaleiro:

Cavalgar, justar, lançar a tábola, andar com armas, torneios, fazer távolas redondas, esgrimir, caçar cervos, ursos, javalis, leões, e outras coisas

semelhantes a estas que são ofício do cavaleiro; pois por todas essas coisas se acostumam os cavaleiros feitos de armas a manter a ordem da cavalaria. Ora, menosprezar o costume e a usança disso pelo qual o cavaleiro é o mais preparado de seu ofício é menosprezar a ordem da cavalaria, (LLULL, 2010, v. 2, n.p)

Pois, o personagem cervantino “(...) se dava a ler livros de cavalaria com tanto empenho e gosto que esqueceu quase por completo o exercício da caça e até de administrar sua fazenda” (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 57-58). Até aqui, analisando somente no primeiro capítulo, Dom Quixote já conseguiu subverter o ofício da cavalaria, conforme o idealizado por Lull, em três importantes pontos da obra *O livro da Ordem de Cavalaria*.

Agora, adentraremos num dos principais pontos no qual podemos verificar a subversão quixotesca dos ideais lulianos para a ordem de cavalaria: a sagração do cavaleiro. No terceiro capítulo da obra de Cervantes - *Onde se conta a curiosa maneira como Dom Quixote foi armado cavaleiro* (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 75-82) - verificamos que em nada é respeitado os preceitos de Lull. A sagração deve começar com a vela das armas pelo cavaleiro dentro de uma igreja no dia anterior à sua sagração. Segundo Cacho Blecua,

históricamente, las primitivas ceremonias de investidura se revistieron pronto de tintes religiosos, muy perceptibles en la vela de armas en la Iglesia. Esta fase inicial de la ceremonia requería de su espacio "sagrado", un lugar idóneo en el que el iniciado se alejaba de los demás, con el objetivo de prepararse para recibir el "sacramento" de la investidura. (CACHO BLECUA, 2004, p.31)

A vela pelas armas é o ato do cavaleiro de se vestir com a armadura e suas armas, ir à uma igreja e ficar a noite toda em pé e em oração, pedindo para que Deus o perdoe pelos seus pecados e o conduza a agir com os princípios que está prestes a receber. Entretanto, Dom Quixote não faz o velar das armas em uma capela - pois ele está em uma estalagem que acredita ser um castelo -, e o estalajadeiro, percebendo sua loucura, diz que a capela foi destruída para que outra fosse construída no lugar e que ele poderia, portanto, velar as armas onde quer que fosse. Neste caso, fora o pátio da estalagem (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 76). Quem conduz a sagração de Dom Quixote, em seguida, é o próprio estalajadeiro com um livro de fazer contas da palha e da cevada, acompanhado de duas prostitutas que, para o Cavaleiro da Triste Figura, são duas nobres senhoras (ibidem, p. 76-81). “Deus faça vossa mercê mui venturoso cavaleiro e lhe dê ventura nas lides” (ibidem, p. 81), diz uma das prostitutas em sua investidura.

Outro fator em sua sagração que fere os ensinamentos lulianos é a idade. Dom Quixote beirava os cinquenta anos (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 57). Para Lull, não convém aos aspirantes a cavalaria ser muito jovem ou de idade avançada, uma vez que,

assim como no meio está a medida da virtude e seu contrário está nos dois extremos, que são vício, assim a cavalaria está na idade que convém ao cavaleiro, porque se não o fosse, seguir-se-ia que contrariedade haveria entre o meio e a cavalaria, e se houvesse, virtude e cavalaria seriam contrárias. E se o são, tu escudeiro, que demasiadamente demoras e tardas a ser cavaleiro, porque desejas entrar na ordem de cavalaria? (LLULL, 2010, v.3, n.p.)

Portanto, como o protagonista se encontra próximo aos cinquenta anos, ele já estaria numa idade avançada para suportar os requisitos para entrar na ordem da

cavalaria. O que, mais uma vez, subverte os conceitos ensinados por Ramon Llull. E o mesmo fator aqui empregado para o protagonista cervantino se aplica ao seu escudeiro.

Para nosso próximo exemplo, usaremos uma aventura do Cavaleiro da Triste Figura que se inicia logo após sua segunda saída. Com essa narrativa, notamos que nosso cavaleiro rompe novamente com os desígnios de Llull - agora referente a linhagem (ausente no caso do nosso protagonista) (LLULL, 2010, v.3, n.p.) daqueles que queiram se fazer cavaleiro e/ou escudeiro - ao convidar para seu escudeiro Sancho Pança:

Neste tempo chamou D. Quixote um lavrador seu vizinho, homem de bem (se é que esse título se pode dar a quem é pobre), mas com pouco sal na moleira. Enfim, tantas lhe disse, tanto porfiou e lhe prometeu, que o pobre vilão determinou de sair com ele e lhe servir como escudeiro. Disse-lhe D. Quixote, entre outras coisas, que podia ir com ele de bom grado, pois alguma vez podia acontecer-lhe uma aventura que lhe ganhasse, do pé para mão, alguma ínsula e o deixasse governador dela. Com essas promessas e outras que tais, Sancho Pança, que assim se chamava o lavrador, deixou mulher e filhos e se assentou como escudeiro do seu vizinho. (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p.117)

Este se apresenta como um outro fator que subverte a ordem de cavalaria luliana. Pois, Sancho Pança, um homem fora do estrato social designado à nobreza se faz escudeiro de Dom Quixote. Para que isso ocorra, lhe é prometido uma ínsula na qual poderá ser governador. Ele sonha em deixar a pobreza de lado, o que, segundo Llull, não seria compatível com os desejos dos aspirantes a escudeiros:

Deveis saber por qual intenção o escudeiro tem vontade de ser cavaleiro; porque se quer a cavalaria para ser rico ou para senhorear ou para ser honrado, sem fazer honra à cavalaria nem honra aos honrados que a cavalaria da honorificência e honra, amando a cavalaria ama sua desonra, pela qual desonra és indigno que pela cavalaria haja riqueza, nem bem-estar bem honorificência (LLULL, 2010, v.3, n.p.).

Sabemos que Sancho só saiu ao lado de seu mestre devido a promessa de poder governar a prometida ínsula. O que só se realizará em forma de troça de outros personagens no segundo volume da obra cervantina. Ao aceitar Sancho como seu escudeiro ciente de seu desejo de enriquecer e poder governar uma ínsula, vemos, novamente, a subversão da ordem de cavalaria por parte do Cavaleiro da Triste Figura. Ainda sobre Sancho Pança, sabemos de sua condição física avantajada. O que contraria as sugestões de Llull de que o homem para se fazer escudeiro não poderia ser nem aleijado nem gordo (LLULL, 2010, v. 3 n.p.). O escudeiro cervantino ainda rompe com outros ideais por ser preguiçoso, glutão – o que não é conveniente com a ordem da cavalaria (ibidem, v.3, n.p) - e iletrado (ibidem, v.1, n.p)

Quando Dom Quixote se encontra com um grupo de galeotes presos por infringir a lei do rei e os liberta (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 289-303), volta a subverter a ordem da cavalaria em alguns aspectos dos ensinamentos de Ramon Llull, pois age contra uma determinação real. Ao fazer isso, ele quebra o princípio de hierarquização - item detalhado e apontado pelo autor maiorquino como um aspecto do bom cavaleiro (LLULL, 2010, v.2, n.p.). Outro aspecto rompido aqui por Dom Quixote em relação a Ordem da Cavalaria, é que ele liberta infratores da lei. O que, conseqüentemente, vai contra o que Llull aconselha “Traidores, ladrões, salteadores devem estar sob o encalço dos cavaleiros, porque assim como o machado é feito para

destruir árvores, assim o cavaleiro tem seu ofício para destruir homens maus” (ibidem, n.p)

Para finalizar os exemplos das subversões de Dom Quixote para com a Ordem de cavalaria idealizada nas palavras de Llull, notemos que:

Cavalaria e ardor não se convêm sem sabedoria e sentido, porque se o fizessem loucura e ignorância seriam convenientes à ordem da cavalaria; e se isso assim, sabedoria e sentido, que são contrários à loucura e ignorância, seriam contrários à ordem, e isso é impossível, pela qual impossibilidade é significado a ti, cavaleiro que tens amor à ordem da cavalaria, que assim como cavaleiro, por nobreza de coragem, te faz haver ardor e te faz menosprezar os perigos, para que a cavalaria possa honrar; assim, à ordem da cavalaria que se faça amar a sabedoria e sentido, e que busquem honrar a ordem de cavalaria contra o desordenamento e o falecimento que existem naqueles que cuidam seguir a honra da cavalaria pela loucura e pela língua de entendimento (LLULL, 2010, v. 2, n.p.).

Podemos perceber, assim, que mais uma vez o Cavaleiro da Triste figura irá romper com os desígnios luliano. O que vemos acontecer tanto no primeiro capítulo - no qual o narrador diz que por perder o juízo ele se faz cavaleiro - como quando, em sua loucura, aceita ser enganado por seus amigos (padre, barbeiro, Sancho) para que seja levado de volta para casa após as aventuras em Serra Morena (CERVANTES SAAVEDRA, 2016, v. 1, p. 671-684). Assim, deixando-se ser enganado, Dom Quixote não demonstra fazer uso da sabedoria e do sentido que é próprio do cavaleiro que diz ser.

Como afirma Cacho Blecua (2010):

Desde una óptica externa, no desde la suya, don Quijote protagoniza una ceremonia de “institución” invertida mediante la que queda señalado y separado de los demás precisamente por lo que no es y no podrá ser: caballero. (CACHO BLECUA, 2010, p.130)

Como podemos comprovar, as ações de Dom Quixote - que desejava ardentemente ser cavaleiro - o faz se afastar da ordem de cavalaria se o compararmos ao prisma do compêndio remetido por Llull. A partir de *O Livro da Ordem de Cavalaria*, que nos aponta os requisitos próprios para se ingressar dentro da ordem da cavalaria, percebemos, portanto, que o Cavaleiro da Triste Figura subverteu os princípios cavaleirescos em pontos de suma importância para os ensinamentos lulianos.

Referências

Fontes

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. Tradução de Sergio Molina: gravuras de Gustavo Doré. 7ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

LLULL, Ramon. *O livro da Ordem de Cavalaria*. Tradução de Ricardo da Costa (2010). Disponível em < <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria-c1274-1276>> . Acesso em 15 de set. de 2019.

Obras Teóricas

CACHO BLECUA, Juan Manuel. El mundo caballeresco en el Quijote. In: *Destiempos. Revista de Curiosidad Cultural*, nº23, 2010, p. 104- 148. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/239583> >. Acesso em 18 de out. de 2019

_____. La iniciación caballeresca de Don Quijote. In: *Philologia Hispalensis*, nº18/2, 2004, p. 21-48. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.12795/PH.2004.v18.i02.02> >. Acesso em 15 de dez. de 2019.

CABAÑAS, José Miguel. *Breve historia de Cervantes*. Madrid: Edição digital; Flecós, 2016. Web: docer.com.ar 14/mar/2019. Disponível em: <<https://docer.com.ar/doc/s0s0x>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

COSTA RICARDO. A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem de Cavalaria (1275), de Ramon Llull. In: FIDORA, A. y HIGUERA, J. G. *""Ramón Llull, caballero de la fe""*. *Cuadernos de Anuario Filosófico*. Serie de Filosofía Española, nº 17 (2001), p. 13-40. Disponível em: < <http://dadun.unav.edu/handle/10171/9664> > Acesso em 02 de jan. de 2020.

_____. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Libro del Orden de Caballería. In: *Revista Mediaevalia. Textos e estudos 11-12* (1997), p. 231-252. Disponível em: < <https://ojs.letras.up.pt/index.php/mediaevalia/article/view/897/866> >. Acesso em 02 de jan. de 2020

VIAL, Pierre. *La Caballería del Honor*. Valencia: Ediciones Identidad, 2008.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca Trindade. O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramon Llull. In: *Revista Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval*. 2013, nº2, p.128-154. Disponível em : < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4748468> > . Acesso em 23 de nov. de 2019.

CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES NA GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)

Marcos Vinícios Luft³³⁵

Conflitos de jurisdição entre autoridades e discussões sobre as competências dos agentes do Estado. Poderíamos estar falando do tempo presente em que este autor escreve. Porém, o tema deste texto são esses conflitos em um período bem mais recuado: o da Guerra da Cisplatina. Enfocaremos aqui na contraposição entre dois grupos: os militares, que estavam na linha de combate, e as autoridades civis, com destaque para os funcionários ligados às administrações municipais, em especial as judiciárias.

A Guerra da Cisplatina foi o último capítulo de uma luta que durava mais de um século pela soberania sobre a margem norte do Rio da Prata. Iniciou-se em abril de 1825, com o desembarque do grupo denominado de “Trinta e Três Orientales” no território da então Província Cisplatina, com o objetivo de libertar a região também denominada de Banda Oriental do controle do Império do Brasil. Rapidamente a rebelião se espalha pelo atual território uruguaio, controlando quase a sua totalidade ainda em 1825, com exceção de Montevideú e Colônia do Sacramento. A declaração de independência, em 25 de agosto de 1825, e a posterior anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata, acaba levando a uma guerra regional, entre as Províncias Unidas e o Império do Brasil. Após mais de três anos de guerra, assina-se a paz – com intermédio da Grã-Bretanha - em agosto de 1828, com a criação de um Estado-tampão: o Estado Oriental do Uruguai.

Contudo, esta guerra não foi travada entre nações plenamente consolidadas após os movimentos independentistas das décadas de 1810 e 1820. Trabalhos recentes apontam que nem sempre a vontade estatal era a que imperava nos novos corpos políticos. Essas obras apontam especialmente para grupos de particulares, que influíam nas decisões que os novos Estados tomavam.

Fabrizio Prado aponta que a Guerra da Cisplatina foi o ressurgimento de tensões entre interesses e projetos de soberania distintos, que diferiam quanto às alianças regionais e à inserção regional no mercado atlântico. Os comerciantes de Montevideú apoiavam o lado brasileiro, por conta de sua ligação com as redes mercantis centralizadas no Rio de Janeiro; Montevideú era o principal entreposto do tráfico de escravos na Bacia Platina. Unidos a estes estavam os latifundiários sul-rio-grandenses, favorecidos pelas constantes arriadas de gado rumo às charqueadas e pelas concessões de terras no território cisplatino. Ambos eram unidos pela garantia de defesa da propriedade, ameaçada pelo projeto de redistribuição de terras da década de 1810 liderado por José Artigas. Já os latifundiários da campanha da Banda Oriental tinham estreitas ligações com Buenos Aires e as províncias do Litoral argentino (Corrientes, Entre Rios, Santa Fé), e eram prejudicados pelas restrições comerciais com essas regiões impostas pela dominação brasileira, além de serem prejudicados com as arriadas de gado. (PRADO, 2010)

Já João Paulo Pimenta demonstra, por meio do estudo de periódicos da região, o quanto o período das independências redefiniu conceitos como Estado, nação e território. Segundo o autor, nesse período a nação se sobrepõe como principal

³³⁵ Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Veranópolis. Contato: marcos.luft@veranopolis.ifrs.edu.br

identidade, já sem o caráter de Antigo Regime, mas convive com as identidades provinciais, materializadas nos Cabildos. Na argumentação do autor, como não houve uma redefinição definitiva da equação Estado-nação-território, ainda não existem Estados nacionais, o que permite a emergência de conflitos entre centros (ou regiões que se pretendiam constituir enquanto tal) e periferias (na ótica dos possíveis centros) (PIMENTA, 2006).

Somando-se a isso, é um período de reordenações dentro dos próprios Estados, com a redefinição das atribuições das autoridades municipais (Cabildos, nas Províncias Unidas, e Câmaras, no Brasil), com a implantação de novas autoridades, boa parte delas estranhas às tradições jurídico-administrativas ibéricas, tais como os juizes de paz. Também havia o confronto entre diversos projetos políticos. Tanto Províncias Unidas como o Brasil caracterizavam-se por serem Estados unitários, mas não sem contestações: no Brasil, as resistências ao poder de Dom Pedro I durante o processo de independência (Bahia, Pará, Cisplatina) e a Confederação do Equador, movimentos que se acentuarão após a abdicação do imperador, em 1831; nas Províncias Unidas, a situação se agravou durante a guerra, chegando à tomada do poder pelos federais (*federales*) em agosto de 1827, dentro de um contexto de decisões consideradas equivocadas sobre a condução da guerra.

Somando-se a todo esse contexto político, vem a guerra. Ambos os lados apostavam no sucesso militar como forma de consolidar os projetos políticos unitários, associando a ideia de nação à de Estado (PIMENTA, 2010, p.236). Não havia naquele momento a noção contemporânea de “esforço de guerra”, em que todos os recursos de uma sociedade e todas as atitudes dos funcionários estatais deveriam estar a serviço das necessidades das tropas. Com isso, emergia uma série de conflitos, pois a execução das leis não parava mesmo em um contexto belicoso. Em que tipos de conflitos se envolveram os militares? Quais as autoridades civis que se envolviam nessas querelas? Os conflitos se restringiam à oposição militares x civis? Havia um “espírito militar” entre os oficiais?

Para tentar responder a esses questionamentos utilizaremos a seguinte documentação: para o Rio Grande do Sul, as correspondências do Fundo Autoridades Militares, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; para a Banda Oriental, as correspondências militares guardadas pelo Archivo General de la Nación, em Montevideú.³³⁶

Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul era uma capitania (depois, província) militarizada. Desde os conflitos com os espanhóis pela posse do território, havia emergido um grupo de estancieiros-militares, intermediários entre a Coroa e a população local, que arregimentavam pessoas e empregavam seus serviços na defesa e/ou ampliação da área sob controle português (depois, brasileiro). Em troca de seus serviços, a Coroa concedia benesses, como terras, títulos honoríficos e patentes militares. Por sua vez, os estancieiros-militares tinham relações de reciprocidade desigual com seus subordinados: dispunham, em tempos de paz, de recursos variados, como terras, dinheiro ou trabalhos, que deveriam ser pagos de alguma forma. Uma dessas formas de retribuição era a capacidade guerreira dos indivíduos. Por sua vez, os estancieiros-militares deveriam recompensar o sacrifício dos soldados com seu sustento durante o

³³⁶ Doravante utilizaremos as seguintes siglas nas notas de rodapé: AHRs [Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul], AM [Fundo Autoridades Militares] e AGN [Archivo General de la Nación].

conflito e com presas de guerra, como cabeças de gado e objetos dos soldados mortos. (COMISSOLI, 2011). Assim, em linhas gerais, era a organização das tropas sul-rio-grandenses que lutaram na Guerra da Cisplatina, e seguiu sendo até a Guerra do Paraguai. Porém, mesmo com sua preeminência social, os militares não escapam de conflitos com as autoridades civis.

Em 29 de julho de 1825, o tenente Félix José Bernardes foi preso pelo juiz de fora de Porto Alegre, Candido Ladislau Japi Assu³³⁷, pelo crime de travessia. O juiz de fora era um cargo de grande relevância local, mesmo que se constituísse apenas como primeira instância do Poder Judiciário, pois também presidia a Câmara do município. O magistrado mandara prender o oficial, segundo sua versão, tendo a certeza de que este era tenente de Ordenanças, a terceira linha das tropas e que cuidava do patrulhamento interno em casos de extrema necessidade. Ele tinha essa patente; contudo, era no Regimento de Cavalaria Miliciana, a segunda linha das tropas e que estava prestes a entrar em combate. Certificado do equívoco, que atribuíra a seu escrivão, enviou um ofício ao comandante da guarnição de Porto Alegre, Francisco Vicente Brusco, mas já era tarde: o caso tinha chegado aos ouvidos do presidente da província. Este escrevera ao juiz que os militares, como grupo, se sentiram ofendidos com o procedimento. Tentando contornar a situação, o homem das leis escrevia ao comandante que

Hoje recebi um ofício do Exmo. Sr. Presidente, no qual me dizia que V.S. e o Corpo Militar desta Cidade se acharam ofendidos com o meu procedimento. Não me é possível explicar-lhe o sentimento que tenho por haver acontecido aquele engano, muito principalmente por que sou muito escrupuloso da jurisdição alheia, e rogo a V.S. queira ter a bondade de expor este mesmo aos Srs. Militares, alegando que não foi minha intenção ofendê-los e perturbar o sossego público.³³⁸

O comandante interino do regimento ao qual estava vinculado o preso, coronel Francisco Antônio Olinto de Carvalho, compartilhava a indignação dos seus camaradas. Escrevendo ao presidente, reclamava que o tenente ainda não tinha sido enviado à prisão militar, que seria o local correto de sua detenção (por conta do foro militar), mas continuava na Casa da Câmara, juntamente com os presos comuns. É de se supor que os militares envolvidos nesse caso interpretavam essa atitude como um rebaixamento do status social da categoria em geral. O posicionamento do comandante interino era de que, conforme o Alvará de 21 de outubro de 1763, ainda em vigor, um militar só poderia ser preso por uma autoridade civil em caso de flagrante delito, o que não era o caso, pois o tenente Felix fora incriminado após um processo.³³⁹

³³⁷ Candido Ladislau Japi Assu estudou Direito em Coimbra, e foi um fervoroso defensor da independência brasileira em Portugal, o que lhe custou um desterro interno. Ele assumira o juizado de fora de Porto Alegre no dia 15 de junho de 1825, permanecendo até o dia 1º de março de 1828. Em seguida, foi nomeado ouvidor da comarca de São Paulo, e durante o exercício do cargo, foi acusado do assassinato do jornalista Libero Badaró, um dos fatores de revolta da oposição ao imperador e que culminou com a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. COMISSOLI, 2011, p. 113-115 e 349.

³³⁸ Observação: as citações, tanto em português como em espanhol, tiveram as suas grafias atualizadas. Carta do juiz de fora de Porto Alegre [Candido Ladislau Japi Assu] ao comandante da guarnição de Porto Alegre [Francisco Vicente Brusco], Porto Alegre, 29.7.1825. AHRS, AM, caixa 97, doc. 278-3. Grifo meu.

³³⁹ Carta de Francisco Antonio Olinto de Carvalho [comandante interino do regimento 20] ao presidente da província [José Feliciano Fernandes Pinheiro], Porto Alegre, 29.7.1828. AHRS, AM, caixa 97, doc. 278-4

Resumindo, nesse caso, duas coisas incomodavam os militares: primeiro, a equiparação de um tenente com os criminosos comuns; e em segundo lugar, a tentativa de exercício de jurisdição por parte de um magistrado sobre os militares. Estes defendiam o seu foro privilegiado, o qual, segundo Kraay, contribuía para a falta de respeito dos oficiais para com a justiça civil, mas também para a emergência de uma identidade corporativa (KRAAY, 2011, p.68). Nesse caso, os militares de Porto Alegre tentam fazer se ver como membros de um corpo social, com defendiam certa autonomia e autogoverno.

No mesmo dia em que o comandante interino escrevera a ele, o presidente da província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que era bacharel em direito, reconhecia o excesso do juiz de fora e exigia uma retratação. Porém, respondendo ao presidente, o juiz de fora mudou de tom, e passou a atacar o tenente e a corporação militar, escrevendo o seguinte: “Igualmente nunca me passou pela lembrança que um oficial de 2ª linha não soubesse os seus privilégios e se deixasse prender por um meu oficial. Exmo. Sr., o Ilmo. Coronel Comandante e seu Corpo não tem razão de queixa”.³⁴⁰ Além disso, lembrava que o tenente não estava em ativo serviço militar, mas sim cometendo o crime de atravessar gêneros essenciais, dessa forma, não poderia ser enquadrado pelo Alvará de 1763.

O crime supostamente praticado pelo oficial ficou em segundo plano. A questão de fundo era sobre quem deveria ter o poder para prendê-lo e julgá-lo, num momento em que a delimitação das competências de cada cargo, processo típico de racionalização administrativa do Estado Moderno, vinha ocorrendo no Brasil (SLEMIAN, 2009). Em nenhum momento a troca de correspondência entre os envolvidos demonstra que os militares tinham a intenção de soltá-lo e deixar o suposto crime impune, embora o pudessem, pelas necessidades da guerra. O seu objetivo neste caso era a liberdade do tenente e que o processo não ficasse sob a alçada do magistrado. Tudo se desenrolou no mesmo dia, e o oficial foi solto.

Porém, ao que a correspondência indica, o juiz de fora não se desculpou, conforme havia pedido o presidente provincial. Indignados com a demora da retratação, os oficiais do regimento resolveram levar a questão adiante. Primeiramente, por meio de um abaixo-assinado ao seu coronel comandante, no qual afirmavam que ficaram comovidos com a prisão de um dos seus e expunham sua versão do acontecido. O que se passara era que o tenente Bernardes, preparando-se para ir à campanha ou para comparecer à festividade do dia 12 de outubro, data do natalício do imperador, fora vender 90 alqueires de farinha na cidade, fruto de seu trabalho como lavrador. Nesse momento foi que o juiz de fora o prendera, sem qualquer motivo aparente. O abaixo assinado também dizia que

É todavia conveniente, quanto necessário, reflexionar que dele se depreende que a firmeza, dignidade e pundonor militar de V.S. e do Ilmo. Sr. Coronel Comandante da Guarnição em punirem pelos Foros da nossa classe, hajam marchado par a par com a obstinação e pertinácia do Juiz de Fora em alegar ignorância do corpo a que o oficial pertencia.³⁴¹

³⁴⁰ Carta do juiz de fora de Porto Alegre [Candido Ladislau Japi Assu] ao presidente da província [José Feliciano Fernandes Pinheiro], Porto Alegre, 29.7. 1825. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 168, fl. 574.

³⁴¹ Abaixo-assinado de oficiais do 20º Regimento de Cavalaria Miliciana ao seu comandante interino [Francisco Antonio Olinto de Carvalho], Porto Alegre, 9.8.1825. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 168, fl. 588-590. Grifo meu.

Percebe-se, aqui, que os oficiais do regimento buscavam a efetivação do foro militar para esse caso, elogiando as atitudes do comandante do regimento e o da guarnição da capital, e criticavam o juiz de fora por prender sem conhecimento, tanto do posto do militar quanto do suposto crime do tenente. Esse movimento provavelmente convenceu o comandante a enviar uma carta ao ministro da Guerra, na qual relatava simplificada a questão. Dizia ele que exigira do magistrado “da parte dos meus oficiais e da minha, uma satisfação airosa, mas completa, que desultraja o ofendido decoro da Classe, a que tenho a honra de pertencer”.³⁴² Após pronunciamento do presidente da província, o juiz de fora Japi Assu sofreu uma advertência.

A punição do juiz de fora, embora branda pelo que era previsto na lei (que era a demissão), deve ter servido de consolo aos militares. Através desse episódio, os oficiais reforçaram, naquele momento, o seu espírito de grupo, ao buscar o desagravo de um dos seus, mostrando seu poder dentro do âmbito local, ao mesmo tempo em que expunham a figura do magistrado perante a cidade e às autoridades.

Conflitos entre os juizes de fora e autoridades militares também ocorreram em outras regiões, como na região das Missões, subordinada administrativamente a Rio Pardo, em torno do fornecimento de homens para demandas cotidianas. Para o final da guerra, aparece um novo ator nesses conflitos: os juizes de paz.

Instituído por lei de 15 de outubro de 1827, a criação dessa figura era parte de uma tentativa de modernização da justiça com o objetivo de eliminar as reminiscências da época colonial, dentro do grande contexto de transformações que ocorreu nos primeiros quinze anos de vida independente, nos quais se buscou a conformação de um arranjo político-constitucional para a viabilização administrativa do Império. Também tinha por objetivo promover uma maior eficácia administrativa, chegando ao nível das localidades, o que, supostamente, fortaleceria o sistema constitucional em construção. A principal função dos juizes de paz era a conciliação entre as partes litigantes. Porém, havia outras, como prevenir delitos e julgar causas com valor de até 16 mil réis, evitar ajuntamentos, entre outros (CODA, 2012). No período da guerra, o novo ator da justiça imperial, por vezes, entrou em conflito com as autoridades militares.

Em setembro de 1828, já em período de finalização da guerra,³⁴³ chegara aos ouvidos do comandante da fronteira do Rio Pardo, Visconde de Castro, os supostos abusos que o juiz de paz de Encruzilhada cometia. Nas palavras do militar, a situação chegara num ponto crítico, pois

chegando a sua audácia até ao ponto de ir ao corpo da guarda militar no dia 4 deste mês, e soltar presos destinados ao serviço da campanha, tendo a ousadia de se apresentar à testa da mesma guarda com homens armados, mandando-os avançar a ela, tirando os presos e levando para sua casa a chave da prisão, de maneira que se não fosse a grande prudência que houve no encarregado, haveria terríveis efeitos. [...] levo ao conhecimento de V. Exa. este acontecimento, esperando que V. Exa., em desafronta da mesma lei e em abono da brilhante carreira militar, haja por bem expedir as suas ordens para

³⁴² Carta de Francisco Vicente Brusco [comandante da guarnição de Porto Alegre] ao Secretário de Estado dos Negócios da Guerra [Barão de Lajes], Porto Alegre, 2.9.1825. Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 168, fl. 568.

³⁴³ Importante mencionar que, embora a convenção preliminar de paz fosse assinada a 27 de agosto de 1828, no Rio de Janeiro, a notícia dela demorou semanas para chegar ao teatro da guerra. Além disso, mesmo após a assinatura do tratado, as forças de Rivera seguiam ocupando as Missões. A guerra, na prática, não estava terminada.

se proceder a devassa, sobre este fato (que se faz odioso a todos quantos o viram praticar) ou dar as suas acertadas providencias, a fim de não ficar impune este agressor, e servir de emenda aos vindouros.³⁴⁴

O que passara, na versão dos militares envolvidos, era que o juiz de paz fora tirar um preso que estava ali em nome do comandante da fronteira, e que provavelmente seria enviado para o exército. Auxiliaram-no nessa diligência uma escolta de homens que estavam presos, mas que ele havia libertado no dia anterior. Para o encarregado do distrito, a situação estava favorável à anarquia. Mas o pior era que os indivíduos que o juiz de paz soltara eram propícios para serem praças de primeira linha. Ele excedera os limites de suas competências, por que, embora tivesse o direito de ter uma escolta para fazer cumprir suas ordens, não poderia retirar os presos, que já estavam sob foro militar, estando em nome do comandante da fronteira, e provavelmente esperando para serem remetidos a Rio Pardo ou Porto Alegre, onde sentariam praça.

O comandante da fronteira, então, se encarregou de reclamar ao presidente uma enérgica punição ao encarregado da justiça. Note-se que o desagravo não era em nome do comandante do distrito ou dos habitantes da localidade; ela era extensiva a todos os militares, pois a ofensa era à carreira das armas, e poderia servir de exemplo, desmoralizando o seu serviço. O Visconde de Castro considerava os reclamantes, embora subordinados à sua autoridade, como companheiros de armas, integrantes do mesmo grupo social, e por isso, também sumamente ofendidos com o procedimento do juiz.

Outra fonte de reclamação constante era sobre as nomeações que os juizes de paz faziam de oficiais e outros empregados. Para os militares, muitas vezes os encarregados da justiça nomeavam pessoas que estariam em condições de estarem servindo nas tropas, e que somente usavam esses empregos para não sentarem praça. Esse tipo de reclamação não ocorreu somente nesse momento. Um fato que pode ajudar a elucidar a natureza desses conflitos, é que o cargo de juiz de paz era eletivo. O magistrado poderia utilizar-se da nomeação de oficiais para liberar alguns de seus familiares, parentes ou aproximados do recrutamento. O que também pode ter ocorrido é que magistrados e militares pertenciam a diferentes facções locais, as quais buscavam controlar o máximo de cargos de poder e prestígio nas povoações. O fato de haver um militar de um grupo e um representante da lei de outro pode ter gerado atritos que iam além da aparente oposição entre civis e militares, com o ocupante de um cargo buscando prejudicar o grupo rival representado em outro posto. Esses talvez tenham sido o prelúdio dos inúmeros conflitos que ocorreram entre juizes de paz e comandantes da Guarda Nacional durante todo o período regencial, no qual a autoridade dos primeiros foi elevada a seu máximo, chegando a comandar o processo de recrutamento militar (FLORY, 1986, p.143-151).

Creemos que nos casos apresentados os comandantes militares tentavam impor o “direito da guerra”. Esse direito, conforme Dores Costa, era um direito estranho, o qual se baseia pela legitimidade de recorrer a um exercício de uma autoridade quase ilimitada de disposição dos homens, no intuito de salvar a pátria e a imposição de uma amplíssima jurisdição. (DORES COSTA, 2010, p.21-22) Creemos que essa ideia, apresentada pelo autor para Portugal no século XVIII, pode ser utilizada para uma região não-europeia, em outro período temporal, pois a situação do conflito era tão

³⁴⁴ Carta do Visconde de Castro [comandante da fronteira do Rio Pardo] ao presidente da província [Salvador José Maciel], Rio Pardo, 11.9.1828. AHRS, AM, caixa 111. Grifo meu.

crítica que gerava situações semelhantes às que este historiador estudou: qualquer obstáculo à mobilização de homens era contestada pelos comandantes militares, que tentavam fazer valer junto ao presidente da província essa forma de direito. Não era o momento mais adequado para as contestações aos militares, mesmo que as autoridades civis estivessem corretas em seus procedimentos.

Devemos também tomar nota de um conflito em fluxo inverso: o civil questionando e reclamando do militar. Esse conflito ocorreu no ano de 1826, entre o presidente da província, José Egídio Gordilho de Barbuda, e o governador das armas, Francisco Paula Massena Rosado. O cargo de governador de armas foi criado em 1821, pelas Cortes de Lisboa, e mantido pelo Império recém-nascido, mas permaneceu sem uma atribuição clara das suas funções e a quem era subordinado, o que gerava, por exemplo, pedidos à Assembleia Geral de quais eram as suas prerrogativas.

O presidente da província não concordou com várias das ordens do governador das armas, como a retirada das cavalcadas da região de fronteira e a reunião de pretos e pardos livres, inclusive com a libertação de alguns escravos por parte dos fazendeiros, para formar um corpo provisório. Durante o ano, o presidente irá acusar o governador das armas de fazer marchar unidades que deveriam somente cuidar da segurança interna, de reunir pretos e pardos livres, de promover insubordinações contra o governo provincial com o pretexto de pagamento de soldos e rações, até mesmo houve divergências na nomeação de comandantes para determinadas localidades, como em Cachoeira, onde cada uma das partes nomeou um oficial diferente.

Rosado, apesar de ter participado das campanhas contra Artigas, tinha pouco conhecimento de como funcionava a guerra no pampa. A entrega do governo das armas a indivíduos de fora da província a partir da nomeação de Rosado, os quais não tinham ligações com as milícias nem com os estancieiros, e sem conhecimentos sobre a “arte da guerra” no sul do Brasil, irritou profundamente a elite local, que sentiu a falta de segurança da população e de suas propriedades. (MIRANDA, 2006, p.209) Ao final de 1826, os dois foram substituídos, o que, certamente, era uma expressão da insatisfação do governo central com a condução da guerra.

Esses conflitos não eram exclusividade do Rio Grande do Sul, existindo em outras províncias na mesma época (SLEMIAN, 2009, p.224). Contudo, nesse caso, o problema era mais grave, pois o contexto era de guerra, e essas disputas ou falta de competências definidas traziam problemas para a condução das questões militares da província, como na discussão sobre a melhor localização para o acampamento das tropas, na qual os dois tinham posições divergentes. Podemos dizer que esses choques foram um exemplo dos conflitos dos primeiros anos de vida independente do Brasil, nos quais se desenvolveu a criação de um arranjo político-institucional para a viabilização do funcionamento administrativo do Império. Provavelmente Rosado não agisse de má fé, mas certamente não tinha uma noção bem nítida das atribuições do seu cargo. Ou seja, um típico conflito de um período de organização do Estado, que foi agravado pela situação de guerra.

Banda Oriental

Com o rápido avanço do movimento iniciado pelos “Trinta e Três Orientales”, os habitantes da Banda Oriental, que até então deviam obediência às autoridades nomeadas pelos brasileiros, passaram a se reportar aos novos agentes políticos e militares que aparecem com a guerra. Os Cabildos, entidades herdadas da dominação espanhola e mantidos sob o domínio luso-brasileiro, que exerciam as funções de

administração, polícia e justiça em um determinado território, não tiveram substanciais alterações em sua composição, apenas se pronunciando a favor dos rebeldes. Houve também a formação dos departamentos, que mesclavam atribuições administrativas e militares.³⁴⁵ Com o passar dos meses, os Cabildos depositaram parte de sua soberania no governador Juan Antônio Lavalleja e nos deputados da Sala de Legisladores, que declarará a independência da Banda Oriental e o pedido de anexação às Províncias Unidas, contribuindo para a construção de uma esfera provincial de poder; contudo, mantinham suas atribuições ao nível local. É isto que permite a estes corpos emergirem na defesa dos habitantes das localidades da província contra os supostos arbítrios das autoridades militares.

Nos começos de 1826, José Culero, *alcalde* ordinário de San Juan Bautista, cargo responsável pela aplicação da justiça no território sob o controle do Cabildo, além de ser presidente da instituição, recebera uma denúncia do arbítrio de um oficial miliciano do departamento de Colonia, e por isso escrevia a Lavalleja. O tom de sua carta é a seguinte:

El alcalde de San Juan Bautista, lleno de mayor sentimiento, y en cumplimiento de sus deberes, denuncia ante V.E. un procedimiento arbitrario y violento que acaba de cometer en esta villa el alférez de milicias de este departamento, Don [ilegible] Carvallo, con el vecino y maestro de postas Marino Cesa [...] arrancar a fuerza un joven de 16 años de la casa de su madre viuda la que tiene un hijo en el ejército. El oficial Carvallo me mandó el pase o licencia y por ella vi que pertenecía a la división del Sr. Tte. Cel. Don Manuel Oribe y que excedía las ordenes de dicho jefe, pues la orden prevenía solamente que pasaba a la aprehensión de desertores". Todo lo expuesto, Excmo. Sr., es una tropelía al empleo que ejerzo, un ataque a la seguridad individual y una infracción a las órdenes del Superior Gobierno.³⁴⁶

O cumprimento dos deveres de que fala o *alcalde* provavelmente significava restabelecer a justiça e a sua própria reputação como autoridade, que poderia estar abalada na localidade por não conseguir proteger seus habitantes das arbitrariedades dos militares. O alferes miliciano teria excedido as ordens de seu comandante, que seriam somente de captura de desertores.

O que deve ter escandalizado o presidente do Cabildo era quem era afetado pelo recrutamento: além do próprio jovem, sua mãe, que era viúva e provavelmente necessitava do auxílio do rapaz para garantir a subsistência da família, o que era acentuado pelo fato de um irmão desse moço, que poderia auxiliá-lo nessa tarefa, já ter sido recrutado. Ou seja, o recrutamento nesse caso, como em muitos outros, assumia o caráter desagregador de famílias. A defesa desse jovem por parte do *alcalde* pode ter se pautado pelo comportamento social daquele que foi alvo da arbitrariedade do alferes ser aceito pelos seus concidadãos, ou pela existência de um perfil social de quem deveria servir no exército, no qual o jovem não se encaixava. Talvez por isso o *funcionário* escrevera que o procedimento do militar era uma afronta às ordens do governo. Não podemos deixar de supor que a família dessa mãe viúva fizesse parte

³⁴⁵ Os departamentos dos tempos da Guerra da Cisplatina são o embrião da atual organização político-administrativa uruguaia. Em 1825, foram constituídos nove departamentos. Atualmente, são dezenove departamentos.

³⁴⁶ Carta de José Culero [alcalde ordinário de San Juan Bautista] a Juan Antonio Lavalleja [governador da Província Oriental], San Juan Bautista, 28.1.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 2, doc. 119.

das redes pessoais de Culero, embora não tenhamos como comprovar pelo documento, e também não temos o desfecho final desse caso. O que nos interessa mostrar aqui é a intervenção do Cabildo e das autoridades civis em defesa dos habitantes das localidades contra os procedimentos dos militares.

San Juan Bautista não foi a única localidade na qual emergiram conflitos entre empregados civis e militares por conta do recrutamento. O comandante militar de Canelones, Mateo Quiroga, em fevereiro de 1826 solicitava aos membros do Cabildo local que em vinte e quatro horas confeccionassem uma lista com todos os homens, com exceção dos empregados públicos, entre 16 e 60 anos. O objetivo era o recrutamento para as milícias do departamento; além disso, solicitava-se aos empregados da instituição que fixassem editais pelas localidades sob sua jurisdição, com o intuito de avisar que a partir daquele momento estavam todos alistados para o serviço naquele corpo, “sin distinción de personas”.³⁴⁷ No entanto, o comandante só obteve resposta passados dois dias, com a contestação de que o tempo não era suficiente. Ao mesmo tempo, o Cabildo envia correspondência a Lavalleja concordando com o procedimento de alistamento, mas criticando o procedimento do comandante, pois colocava as funções do órgão em dúvida. No entanto, a razão foi dada ao militar, pois o governo ordenara a formação imediata das milícias no departamento. Contudo, mesmo com a vitória do militar, a corporação não se entregou na contenda. Assim, enviaram uma carta ao comandante do sítio de Montevideu, Manuel Oribe, queixando-se dos seus procedimentos no departamento:

Los alcaldes de esta corporación han notado que cuando Ud. Necesita de hacer comparecer algún vecino o impartir sus órdenes con tendencia a los jueces territoriales o comisionados de este departamento, se dirige al comandante militar Don Mateo Quiroga, él que sin intervención ni dar cuenta a ninguno de los juzgados las pone en ejecución cuando aquellos corresponden al fuero común, y estos a esta representación ocasionando demoras en el cumplimiento de aquellas, por no guardar los trámites establecidos, como acaba de suceder con las impartidas por el comandante Don Mateo Quiroga a los jueces territoriales respecto a la recolección de caballadas, que extrañando estos no recibirlas por la representación de que dependen lo han consultado si deben dar cumplimiento a ella.³⁴⁸

O que a corporação reclamava era que os militares, especialmente o comandante do departamento, faziam tudo à revelia dos funcionários da instituição, sem lhes pedir auxílio, quando inclusive as leis e ordens decretavam a necessidade de colaboração dos funcionários da justiça, no intuito de evitar arbítrios. O documento refere-se a uma reunião de cavalhadas; contudo, os ecos da querela anterior ainda podiam ser sentidos, pois a suposta falta de colaboração dos cabildantes no auxílio ao cumprimento do que os militares necessitavam pode ter levado Quiroga a ir diretamente aos juizes territoriais, autoridades responsáveis pelas várias jurisdições sob responsabilidade do Cabildo. Com isso, evitava-se o contato com o *alcalde*, fazendo com que não se seguisse o trâmite oficial, da ordem ser enviada da maior para a menor autoridade. Isso fez com que os civis questionassem a validade das resoluções do militar. A instituição sentira que a sua autoridade fora abalada pelo procedimento, além de ser desrespeitado em casos em que valeria o foro comum.

³⁴⁷ Carta de Mateo Quiroga [comandante militar de Canelones] ao juiz de Canelones [não identificado], 1.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, Carpeta 3, doc. 24.

³⁴⁸ Carta do Cabildo de Canelones a Manuel Oribe [comandante do sítio de Montevideu], Canelones, 18.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 4, doc. 41.

Dessa forma, os empregados de menor escalão não saberiam a quem obedecer: se aos militares, que sempre argumentavam as urgentes necessidades da guerra, ou se aos seus superiores no Cabildo, o que geraria uma confusão institucional.

Era justamente aos imperativos da guerra que Oribe se referiria na resposta ao protesto anterior. Nas suas palavras, escrevia que

siempre que las circunstancias se han imputado a tomar una medida designada con el carácter que apunta esa Ilustre Corporación es porque la ha creído exenta de la injerencia del Ayuntamiento, por su tendencia privilegiada y de exclusiva expedición por el Jefe de las Armas; la reserva que exigen sus operaciones para asegurar el éxito de ellas, apartando la nociva publicidad que las perjudicaría; la celeridad con que deben cumplirse las medidas que dicta, análogas todas a la gloria de sus armas que le ha confiado la Provincia y a la seguridad de las propiedades del vecindario, junto con la puntual y exacta noticia que en consecuencia transmite al Excmo. Gobierno relevan a esta comandancia de observar los tramites enunciados por ese Ayuntamiento sin creer de necesidad (en todo aquello que no fuese puramente civil) el sujetar al comandante militar de esa villa a obrar de acuerdo con ese Cabildo en los casos indicados.³⁴⁹

Oribe se refere claramente, nesse documento, à questão da introdução de um “direito da guerra”, como concebido por Dores Costa. Por conta das necessidades da guerra, não tinha necessidade de avisar ao Cabildo de suas operações militares, o que prejudicaria a execução dos planos por conta da publicidade dos atos, à exceção de assuntos civis. Isso, obviamente, se referia tanto ao recrutamento quanto à reunião dos cavalos dos moradores do departamento. O mesmo Oribe escreveria ao governador Lavallega sobre este acontecimento, afirmando que “parece que esta Corporación [Cabildo] quisiera introducirse en los asuntos militares, que por una parte exigen a veces la más austera reserva, y por otra que se expidan sin el más pequeño instante de retardo”.³⁵⁰

Ao mesmo tempo em que trazia à cena esse “direito” estranho, questionava a autoridade total do Cabildo sobre os habitantes de sua jurisdição. Isso refletia mudanças nas concepções políticas: aparecia a emergência de um espaço provincial, nesse período já incorporado a um corpo político mais amplo, as Províncias Unidas, que teria necessidades mais importantes que as da coletividade local, o que se acentuava numa situação de guerra. Mesmo que o governo da província desse razão aos comandantes militares, a documentação sugere que o Cabildo seguiu não colaborando com os militares, pois alguns meses depois o novo comandante do departamento, Simón del Pino, se referiria à falta de ajuda dos juízes territoriais na formação das milícias, o que lhe obrigava a fazer tudo sem a intermediação dos empregados públicos, pois “para las urgencias de la guerra no hay espera ninguna”.³⁵¹ Podemos supor, portanto, que além de protestar contra uma suposta intromissão dos militares em suas atribuições, os cabildantes poderiam estar defendendo os habitantes de sua jurisdição dos atos que julgavam arbitrários por parte dos militares.

Um local onde esses conflitos foram particularmente intensos foi o departamento de Maldonado. Essa região já havia sido palco de conflitos semelhantes

³⁴⁹ Carta de Manuel Oribe [comandante do sítio de Montevideú] ao Cabildo de Canelones, Manga, 18.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, Carpeta 4, doc. 42. Grifo meu.

³⁵⁰ Carta de Manuel Oribe [comandante do sítio de Montevideú] a Juan Antonio Lavallega [governador da Província Oriental], Manga, 20.2.1826. AGN, Particulares, Caja 352, carpeta 4, doc. 48

³⁵¹ Carta de Simón del Pino [comandante militar de Canelones] ao Cabildo de Canelones, Manga, 15.7.1826. AGN, Particulares, Caja 353, carpeta 4, doc. 31.

na época artiguista: por ser uma região de contato com o Rio Grande do Sul, naquele momento os militares eram encarregados de combater o contrabando e defender a fronteira; já os membros do Cabildo, representantes das elites locais, estavam ligados às redes comerciais que se utilizavam desse expediente. Os motivos dos confrontos eram os mais variados possíveis: doações de terras feitas por comandantes militares, sem conhecimento das autoridades civis; abusos das tropas; intervenção dos militares na eleição dos membros do Cabildo; exigências de cumprimento de disposições para a defesa da província (recrutamento, fornecimento de gado, carretas, prisão de inimigos da causa). Mas um ponto em especial aumentava os atritos: a satisfação das necessidades das tropas enquanto estavam na localidade. Se isso afetasse o controle local dos recursos que o Cabildo exercia, o choque entre militares e civis estava formado: por um lado, as tropas eram necessárias para garantir posições e a sobrevivência da política artiguista; por outro, se temia seus atos por medo de “excessos” (FREGA, ISLAS, 1997). Com o surgimento de mais uma guerra, as tensões entre autoridades civis e militares estavam de volta à região.

Um assunto em especial exasperou a tensão entre o Cabildo e os oficiais do departamento, sobretudo seu comandante, o coronel Leonardo Olivera: o recrutamento. Já em setembro de 1825, a corporação enviava uma representação ao comandante geral de armas se queixando do recrutamento na sua jurisdição.

Las repetidas órdenes que tengo del Excmo. Sr. General me ponen en el compromiso de comunicar a V.S. la oposición que hace este Cabildo en la unión de hombres útiles para las armas, cuartando mis facultades y obligándome a licenciar los que he tomado con tan importante objeto. V.S. se servirá en contestación que clase de hombres son los que deben quedar exentos del servicio, si en estos entrarán los mozos de tiendas o pulperías, hijos de viudas o si debo hacer esta unión sin distinción de personas.³⁵²

O cabildante se refere, na correspondência, às normas de recrutamento. Estas, em teoria, isentavam do serviço, ao menos na primeira linha, os homens que contribuía produtivamente para a província. Contudo, os critérios eram bastante vagos e ao arbítrio dos recrutadores, e isso era que o autor da carta justamente questionava. Outro aspecto que podemos supor dessa correspondência é que os homens úteis eram encaminhados para as milícias; contudo, estas estavam constantemente em serviço e fora de seu departamento, participando em diversas batalhas durante a guerra, o que multiplicava o impacto do recrutamento nas localidades. Entravam em choque duas concepções: uma referente ao bem geral da província, na qual todos deveriam se reunir, sem privilégios a determinadas pessoas; outra que pregava que havia categorias que deveriam ser protegidos do serviço militar, por motivos produtivos ou mesmo por piedade. Importante também é notar que o suplicante, membro do Cabildo, se mostrava como um defensor da instituição, pois os militares vinham fazendo a reunião de homens sem conhecimento das autoridades civis. Os cidadãos, na ótica dele, eram submetidos à jurisdição civil até o momento em que entrassem nas tropas; com isso, os militares desrespeitavam a sua autoridade, o que o obrigava a licenciar os que conseguisse salvar desse “arbítrio”. Foro militar, só depois de recrutado. Não temos a resposta dada pelo comandante geral de armas à solicitação de Agustín Pires. Esse foi só o primeiro dos conflitos que viriam.

³⁵² Carta de Agustín Pires a Pablo Zufriátegui [comandante geral de armas], Maldonado, 12.9.1825. AGN, Particulares, Caja 350, Carpeta 3, doc. 20.

No começo de 1826, o comandante do departamento, Leonardo Olivera, famoso partidário de Artigas, que serviu na dominação luso-brasileira e que foi arrastado para a causa dos patriotas junto com Fructuoso Rivera, estava de volta à Maldonado, depois das batalhas dos meses anteriores, nas quais tivera importante participação. Chegando à sua terra, entrou em choque com o Cabildo por conta de um recrutamento para aumentar as forças que combatiam os brasileiros na fronteira. Para fazer o procedimento, argumentava que necessitava de discricção, convocando todos os homens úteis capazes de servir, para dali retirar os “vagabundos”, desertores e outros alvos preferenciais do recrutamento. No entanto, um dos grupos convocados eram os empregados do comércio. Estes, certamente temerosos de serem enviados para as tropas, enviaram queixas ao Cabildo, o que pode se inferir como um reflexo das opiniões predominantes sobre as categorias sociais que deveriam ser contempladas com uma passagem pelo serviço militar, no qual seguramente não se consideravam integrados. A partir daí, uma cadeia de comunicação foi estabelecida, com o Cabildo reclamando ao comandante da cidade, o qual repassou a queixa ao comandante Olivera. Além de recrutar quem não deveria, ainda era feito sem o conhecimento da corporação.

A resposta de Olivera foi enfática: que o Cabildo, em especial seu *alcalde*, Don José Machado, só procedia dessa maneira para proteger seus empregados, que estavam nos serviços do comércio, estâncias e matadouros, mas também outros que por conta das relações de família não eram enviados para as tropas. A afirmação do comandante sugere que as redes de proteção funcionavam para proteger pessoas do alistamento. Além disso, homens influentes na localidade e até mesmo os juizes territoriais protegiam os desertores que eram alvos da ação do comandante. A situação certamente era mais grave com Machado, que além de proteger os seus, através de sua posição na instituição, que lhe dava um importante poder, poderia atender às solicitações de outros membros da instituição, que tinham suas próprias redes de relações. Ativando a proteção contra o recrutamento, seus protegidos teriam que pagar de alguma maneira, especialmente com trabalho, deferência e gratidão. Esse lamento de Olivera justificava a sua conduta secreta, que lhe permitiu capturar, a despeito de toda a oposição, alguns recrutas, incluindo desertores.

Essa situação evidencia mais claramente as tensões em Maldonado durante a guerra entre o comandante do departamento e o Cabildo. Este buscava salvaguardar suas atribuições, defender os homens das “arbitrariedades” dos militares. Já Olivera buscava recrutar o máximo possível de homens no intuito de garantir os contingentes necessários para se fazer a guerra, sendo isso mais importante para ele do que o respeito que a instituição esperava para com as suas atribuições. O coronel tentava impor o “direito da guerra”; para o Cabildo, contudo, a situação de guerra não mudava suas funções, e estas deveriam ser respeitadas pelo comandante militar.

Entre os anos de 1826 e 1828, há uma série de reorganizações político-administrativas na Província Oriental, em decorrência dos projetos políticos dominantes nas Províncias Unidas do Rio da Prata, sobretudo em Buenos Aires. Em outubro de 1826, os Cabildos são dissolvidos, e para substituí-los foram criadas novas autoridades, com a separação das funções policiais das judiciais, pois ambas eram exercidas por funcionários da antiga corporação. Essas novas autoridades eram nomeadas pelo governo provincial, o que, somado à dissolução dos Cabildos, causou desgostos nas localidades, que tinham uma tradição de autogoverno, diminuindo a participação das elites locais nos assuntos políticos das comunidades. Em muitas ocasiões, habitantes de Buenos Aires são nomeados para os cargos. Em julho de 1827

ocorre um golpe em Buenos Aires, que leva a corrente federal ao poder. Isso incentiva Lavalleja a dar um golpe na Província Oriental, fechar o Legislativo provincial e decretar, em dezembro de 1827, a criação de Conselhos de Administração Departamentais, que deveriam velar pelas necessidades do departamento e propor ao governo provincial as melhorias necessárias. Além disso, reorganiza os cargos criados em 1826, reduzindo o seu número, criando a figura de um *alcalde* para questões judiciais, a nível de departamento, e um juiz para cada distrito. No entanto, a guerra seguia e em Maldonado, os conflitos também.

Em fins de maio de 1828, o Conselho de Administração do departamento fora informado de que Juan de la Rosa, morador da localidade de Pan de Azúcar, fora preso por militares. Segundo os integrantes da administração, tudo havia sido feito sem o conhecimento das autoridades de justiça, ou seja, de forma ilegal.³⁵³ No mesmo dia, o comandante interino respondeu à queixa. Afirmava que o motivo da prisão era que esse homem havia sido delatado como participante de uma reunião onde se fez um brinde que feriu a honra e o respeito do coronel Olivera. E que como não havia ninguém do Conselho na cidade, não fizera os procedimentos tal como o solicitavam.³⁵⁴ O comandante do departamento, então, escreve ao governador Lavalleja relatando a situação. Quem traz o relato do que passou é José Brito del Pino, em seu diário de guerra. Afirma este que

el coronel Leonardo Olivera se queja de la Junta de Administración de Justicia porque le reclamaba a un ciudadano llamado Juan de la Rosa, que él había hecho prender, por motivos que para ello había. Que la Junta insistía en que no era atribución de los jefes militares aprehender los ciudadanos, que esto pertenecía a ella; y que él juzgaba que estando el país todo en armas correspondía al jefe militar en cada Departamento proceder con los ciudadanos según las circunstancias y según el procedimiento de ellos, mucho más si tendían a eximirse del servicio con pretextos a debilitar o cruzar las medidas que tuviere por conveniente tomar. En fin, pedía castigo para la Junta.³⁵⁵

Pode-se perceber, pelo relato que o ajudante del Pino nos traz, que a essência dos conflitos que ocorriam em Maldonado não se alterou, a despeito de todas as mudanças na estrutura administrativa das localidades. As autoridades civis continuavam defendendo suas prerrogativas, de que somente eles poderiam prender e que os cidadãos, fora das tropas, deviam sujeição apenas às autoridades civis. Já o comandante militar defendia uma atribuição ampla para os homens das armas, por conta da situação pela qual vivia a província, buscando ampliar sua jurisdição, ainda mais em pessoas que atrapalhavam o serviço, como Olivera argumentava que era o caso do tal La Rosa.

A resposta de Lavalleja foi clara e direta, e também é relatada no diário de del Pino. Segundo o ajudante, o governador pedira a Olivera que se reconciliasse imediatamente com o Conselho de Administração, pois as competências das duas partes haviam sido bem delimitadas por decretos anteriores e que, por isso, era

³⁵³ Carta do Conselho de Administração do Departamento de Maldonado a Joaquín Machado [comandante interino do departamento], Maldonado, 28.5.1828. AGN, Particulares, Caja 356, Carpeta 5, doc. 49

³⁵⁴ Resposta de Joaquín Machado ao Conselho de Administração, Maldonado, 28.5.1828. AGN, Particulares, Caja 356, Carpeta 5, doc. 51.

³⁵⁵ BRITO DEL PINO, Jose. *Diario de la guerra del Brasil*. Montevideu, 1956, p.348. (relato de 4.6.1828). Grifo meu.

inadmissível que ele se equivocasse tanto, e fazia um apelo, em nome da mesma pátria em guerra que o coronel utilizava em seu discurso:

que cesase en ese vergonzoso choque, que además de ridiculizar las instituciones del país alarga y alimenta las esperanzas de los enemigos, que desean vernos despedazar los unos a los otros; que la Patria para salvarse necesitaba de la unión y buena inteligencia entre todos los administradores y los administrados; que si esto faltaba, en vano serian sacrificios personales y aislados; y quedarían los hechos en las anteriores campañas, en medio de toda clase de privaciones, peligros, etc.³⁵⁶

O mesmo discurso foi empregado por Lavalleja na comunicação dirigida ao Conselho de Administração sobre esse tema: pregava a reconciliação deste com Olivera, e que o momento era de concentrar forças no esforço de guerra. Contudo, após o término desta, o coronel seria julgado e responsabilizado pelos tribunais competentes, pois já não era a primeira vez que um fato desses ocorria no departamento.³⁵⁷ Pode-se dizer, portanto, que foi uma vitória parcial das autoridades civis, que fizeram valer suas prerrogativas frente aos militares locais. Não foi um triunfo completo pois a pátria estava em perigo, então o momento não era de confrontos por questões vistas como secundárias, fazendo valer em parte o “direito da guerra”. Mesmo com o apaziguamento dos ânimos, ao que tudo indica, os conflitos não se encerraram aqui, pois, mais tarde, o governador provisório da província, Luis Eduardo Pérez, recebeu denúncias de que os militares violavam os direitos dos cidadãos em Maldonado, o que era acentuado pela denúncia que havia na cidade de que o coronel Olivera somente ficava impune porque era apadrinhado por Lavalleja.³⁵⁸

Reflexões finais

Concluindo este texto, tentaremos responder às perguntas colocadas inicialmente, dando ênfase a uma comparação entre as duas regiões.

Sobre os casos apresentados, podemos notar uma diferença: no Rio Grande do Sul, nos documentos aqui trabalhados, as queixas, em geral, eram inicialmente feitas pelos militares, em relação a procedimentos realizados por autoridades civis, com exceção do conflito entre o presidente da província e o governador das armas; já na Banda (ou Província) Oriental, o fluxo era inverso: quem se queixava inicialmente eram as autoridades civis, em relação às “tropelias” cometidas pelos militares. O caráter da documentação dos arquivos consultados é fragmentário: são correspondências dos comandantes, ativas ou passivas, muitas vezes descontínuas, não trazendo a solução dos conflitos apresentados. Boa parte das informações deve ter sido transmitida de forma oral, situação típica de guerra, com ampla utilização de bombeiros e chasques, e não nos deixou vestígios. Dessa forma, é difícil avançar sobre esse tema em específico, mas é algo a ser notado.

Para as duas regiões, os conflitos apresentados não chegaram a comprometer significativamente a mobilização para a guerra; contudo, mostraram as divergências

³⁵⁶ Idem

³⁵⁷ Idem

³⁵⁸ Carta de Luis Eduardo Pérez a Juan Antonio Lavalleja, Durazno, 25.7.1828. In: ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1941, p.292-294. Realmente, em algumas oportunidades o comandante do departamento trata o líder dos Trinta e Três como “compadre y amigo, como na carta de Leonardo Olivera a Juan Antonio Lavalleja, Rocha, 2.10.1828. AGN, Particulares, Caja 356, Carpeta 8, doc.1.

internas entre autoridades civis e militares. Os primeiros acreditavam que, mesmo com uma situação belicosa, a vida comum seguia, tudo deveria ser encaminhado como antes de começar o conflito armado. Já os segundos defendiam o “direito da guerra”, uma situação excepcional na qual se deveria lançar mão de todos os recursos possíveis, no intuito de conseguir a máxima mobilização e salvar o país ou a província da ameaça exterior. Por conta dessas concepções, entravam em atrito. Por vezes os militares conseguiam fazer valer suas demandas contra os civis, mas muitas vezes não, ou mesmo a documentação não nos permite ver a continuidade das situações apresentadas.

As principais autoridades civis que se envolveram nas discussões com os militares foram as responsáveis pela justiça. No caso do Rio Grande do Sul, primeiramente foi o juiz de fora; posteriormente, com o começo da reorganização do aparato judicial brasileiro, surgiu a figura do juiz de paz. Já no caso da Banda Oriental quem se envolveu nos conflitos com os militares foram os membros das instituições de administração dos departamentos. Primeiramente os Cabildos, instituições herdadas do domínio espanhol. Nelas, se destacava a figura do *alcalde* ordinário, cargo principal da corporação, responsável pela execução da justiça no seu território. Posteriormente, com a reorganização da estrutura político-administrativa da Província Oriental, apareceram os Conselhos de Administração nos departamentos, nos quais também havia a figura do *alcalde* responsável pela aplicação da justiça. É interessante notar que mesmo com reorganizações nas instituições administrativas e judiciais nas duas províncias os conflitos seguiram, com outro verniz. Nos dois lados, esses cargos estavam ligados fortemente às suas localidades e pertenciam às elites locais, o que pode nos trazer outros aspectos que não simplesmente a oposição entre militares e civis.

Sobre a questão do “espírito militar”, talvez este tenha ficado mais claro na documentação referente ao Rio Grande do Sul, por conta do caso envolvendo o tenente Bernardes, que acabou gerando um sentimento de indignação pela ofensa cometida pelo juiz de fora de Porto Alegre. Embora isso tenha ocorrido, provavelmente tenha sido uma questão momentânea, não sendo levada adiante ou realimentada posteriormente para possibilitar um sentimento de união mais intenso dos homens das armas contra as autoridades. Já para a Banda Oriental, por conta da década anterior ser totalmente de guerras, nas quais os militares acabaram tendo sua reputação e papel na sociedade cada vez maiores, supomos que, embora a documentação não nos dê maiores evidências, haja uma união dos militares, muito por conta das necessidades do conflito, e especialmente quando os civis embaçavam essa mobilização de recursos e de pessoas. Contudo, não para formar um espírito que os opusesse inteiramente aos civis. Devemos salientar que em ambos os casos havia a referência ao foro militar, ou seja, ao fato de os militares poderem se julgar conforme suas normas. A referência a essa norma foi especialmente intensa na Banda Oriental, mas, paradoxalmente, por parte dos membros dos Cabildos, que utilizavam-se dessa retórica para afirmar que os homens fora das tropas somente deviam subordinação e obediência a eles, e que quando os militares necessitassem de alguma coisa dessas pessoas, deveriam se dirigir às autoridades civis, e não fazer tudo por conta própria.

O que a documentação nos faz supor é que os conflitos entre militares e civis poderiam não se restringir apenas a essa suposta dicotomia. No Rio Grande do Sul, o juiz de paz poderia ser de outra facção dentro da localidade e atrapalhar o serviço do comandante militar local apenas por querer prejudicá-lo na povoação; além disso, temos o caso do tenente Bernardes, em que os militares, como grupo, se impuseram ante um magistrado que recém havia chegado na capital (só tinha pouco mais de um

mês na cidade) e ainda não tivera tempo para se integrar com as elites locais, o que era praxe entre os juízes de fora que vinham para a cidade. Na Banda Oriental, as referências do comandante Olivera sobre a proteção que homens importantes de Maldonado e o próprio comandante militar da cidade dispensavam a algumas pessoas, especialmente empregados de alguns estabelecimentos, nos permite supor que os conflitos referentes ao recrutamento podem ter outro verniz que não um aparente choque militares x civis.

Um dos motivos para a existência desses conflitos é o fato de o que denominamos atualmente como esforço de guerra, ou seja, a colocação de todos os recursos de um país para as necessidades bélicas, mas também de todos os problemas e questões internos em segundo plano, com predominância total do ponto de vista dos militares, na busca da vitória, ser um conceito criado e desenvolvido durante as duas grandes guerras mundiais, já no século XX. Portanto, não podemos aplicar uma ideia desenvolvida em um determinado período para outro em que as condições eram completamente distintas, embora os militares que apareceram neste texto ansiassem por isso e faziam de tudo para que se isso se concretizasse. Os problemas causados por essa disposição dos comandantes não eram “varridos para debaixo do tapete”, mas eram enfrentados e geraram tensões, mostrando que, mesmo em uma guerra que durou vários anos, em regiões nas quais os militares tinham grande preeminência social, os seus pontos de vista poderiam não ser predominantes.

Referências

- BRITO DEL PINO, Jose. *Diario de la guerra del Brasil*. Montevideú, 1956.
- CODA, Alexandra. *Os eleitos da Justiça: a atuação dos juízes de paz em Porto Alegre (1827-1841)*. 171f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DORES COSTA, Fernando. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna. *Las bases sociales del artiguismo. Conflictos entre comandantes militares y poderes locales en Soriano y Maldonado*. Papeles de Trabajo. Montevideú: Universidad de la Republica, 1997.
- KRAAY, Hendrik. *Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011
- LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. Dissertação (Mestrado em História). 236f. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia Da Unicamp, Campinas, 2006.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período Cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.69-96.

SLEMIAN, Andrea. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Thiago Cedrez da Silva

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

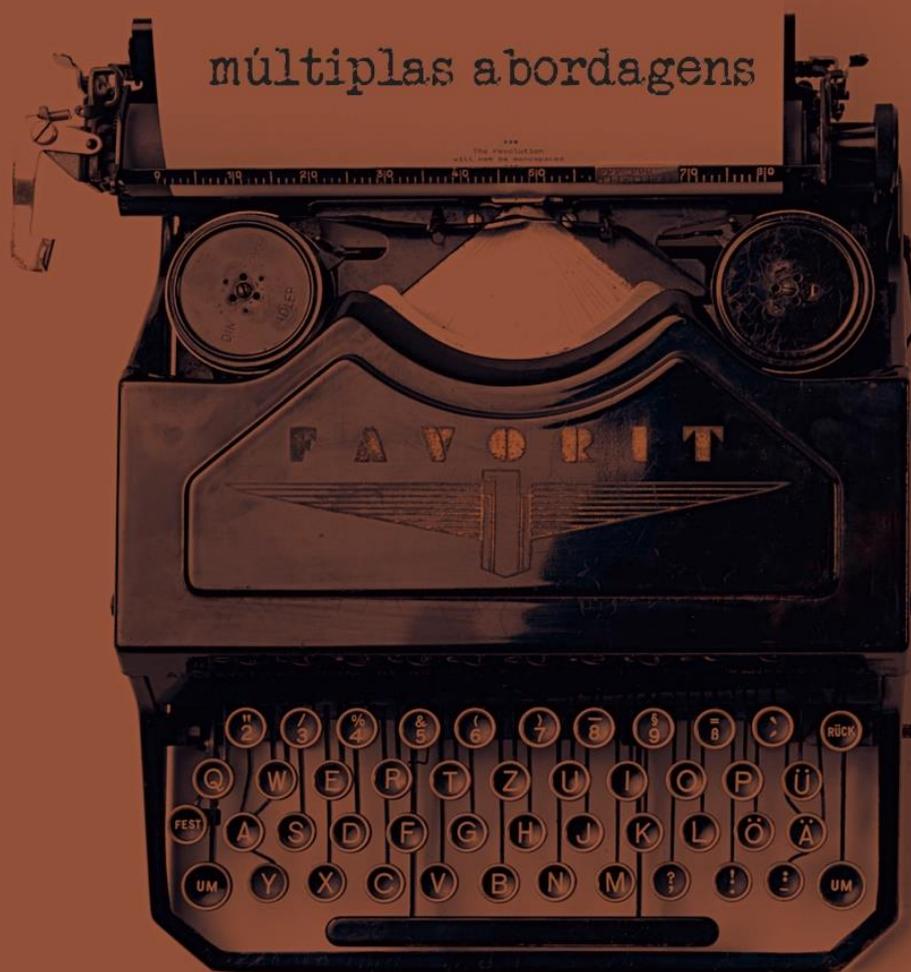
Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas.

HISTÓRIA EM MOVIMENTO



VOLUME 2

Este e-book possui
licença de distribuição

 creative
commons



CASA LETRAS

casalettras.com



9 786586 625103

ISBN: 978-65-86625-10-3